

# DNIT

Departamento Nacional de  
Infra-Estrutura de Transportes

# SINFRA

Secretaria de Estado de  
Infra-Estrutura - MT

EIA-RIMA, PBA E ASSESSORIA TÉCNICA PARA  
O LICENCIAMENTO DAS OBRAS DA  
PAVIMENTAÇÃO DA BR-158/MT

# Estudo de Impacto Ambiental - EIA

## Volume 3

FEVEREIRO/2007

## VOLUME III

## SUMÁRIO

<b>6</b>	<b>DIAGNÓSTICO AMBIENTAL</b>	<b>7</b>
<b>6.3</b>	<b>MEIO ANTRÓPICO</b>	<b>7</b>
6.3.1	HISTÓRICO E ZONEAMENTO REGIONAL	8
6.3.2	DINÂMICA POPULACIONAL	46
6.3.3	USO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL	53
6.3.4	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA	61
6.3.5	CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES EXISTENTES NA ÁREA DE INFLUÊNCIA	69
6.3.6	ESTRUTURA PRODUTIVA E DE SERVIÇOS	85
6.3.7	PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ANTROPOLÓGICO	107
6.3.8	COMPONENTE INDÍGENA	177
6.3.9	ÁREA DE ABRANGÊNCIA REGIONAL	393
6.3.10	ALTERAÇÃO DA VEGETAÇÃO POR DESFLORESTAMENTO	424
6.3.11	VULNERABILIDADE AO FOGO	428
6.3.12	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	435

## LISTA DE QUADROS

Quadro 6.3.1 - Evolução da ocupação (estabelecimentos, área ocupada e taxa de ocupação) - Estado de Mato Grosso, 1960 a 1995.....	20
Quadro 6.3.2 - Utilização das terras nos estabelecimentos rurais - Mato Grosso, 1970 a 1995.....	21
Quadro 6.3.3 - Demonstrativo dos municípios com área dos imóveis cadastrados no INCRA superior à superfície física municipal - Mato Grosso - 1996.....	23
Quadro 6.3.4 - Região III - Nordeste: participação (%) no número e na área total dos imóveis rurais do Estado, segundo estratos de área. Mato Grosso, Centro-Oeste e Brasil, 1998.....	39
Quadro 6.3.5 - Região III - Nordeste: agropecuária e extrativismo vegetal - principais produtos - participação na produção estadual e principais municípios produtores - 1996.....	40
Quadro 6.3.6 - Região III - Nordeste: área e número de famílias dos projetos de assentamentos rurais, por municípios - Mato Grosso - 1999.....	41
Quadro 6.3.7 - Região IV - Leste: área e número de famílias dos projetos de assentamentos rurais, por municípios - Mato Grosso - 1999.....	42
Quadro 6.3.8 - Região IV - Leste: participação (%) no número e na área total dos imóveis rurais do Estado, segundo estratos de área. Mato Grosso, Centro-Oeste e Brasil, 1998.....	44
Quadro 6.3.9 - Estimativa e taxas de crescimento da população (2001-2005).....	47
Quadro 6.3.10 - Densidade demográfica (2005).....	48
Quadro 6.3.11 - População por situação de domicílio (2000).....	49
Quadro 6.3.12 - População segundo o grau de instrução em anos de estudo (2000).....	49
Quadro 6.3.13 - Taxas de analfabetismo na população com 15 anos ou mais de idade (2000).....	50
Quadro 6.3.14 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no município em 31.07.1995 (Mato Grosso - 2000).....	51
Quadro 6.3.15 - Lugar de origem das pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no município em 31.07.1995 (Mato Grosso - 2000).....	51
Quadro 6.3.16 - Lugar de origem das pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no município em 31.07.1995 por Região (Mato Grosso - 2000).....	52
Quadro 6.3.17 - Proporção da população que se desloca de seu município de residência para trabalho ou estudo (Mato Grosso - 2000).....	53
Quadro 6.3.18 - Órbitas ponto das imagens de satélite.....	54
Quadro 6.3.19 - Classes e áreas do mapeamento da AII.....	56
Quadro 6.3.20 - Estabelecimentos rurais segundo a utilização das terras - 1996.....	57
Quadro 6.3.21 - Área dos estabelecimentos rurais segundo a utilização das terras - 1996.....	58
Quadro 6.3.22 - Distribuição das propriedades rurais do município de Ribeirão Cascalheira (2003).....	59
Quadro 6.3.23 - Domicílios particulares permanentes por destino do lixo - 2000.....	62
Quadro 6.3.24 - Domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água - 2000.....	62
Quadro 6.3.25 - Domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água - 2000.....	63
Quadro 6.3.26 - Domicílios particulares permanentes por existência de iluminação pública no entorno - 2000....	63
Quadro 6.3.27 - Domicílios particulares permanentes por existência de calçamento/pavimentação da rua do entorno - 2000.....	64
Quadro 6.3.28 - População Economicamente Ativa (PEA), taxa de desemprego e situação de domicílio da PEA - 2000.....	69

Quadro 6.3.29 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por grandes grupos de ocupação no trabalho principal - 2000.....	70
Quadro 6.3.30 - Unidades de atendimento de saúde por tipo (2003). .....	77
Quadro 6.3.31 - Representantes institucionais entrevistados. ....	78
Quadro 6.3.32 - Tipos de cultivo praticados nos estabelecimentos rurais. ....	82
Quadro 6.3.33 - Maiores problemas enfrentados atualmente. ....	84
Quadro 6.3.34 - Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes (R\$ 1.000) - 2000/2003. ....	96
Quadro 6.3.35 - Produto Interno Bruto (PIB) <i>per capita</i> (R\$ 1.000) - 2000/2003. ....	96
Quadro 6.3.36 - Produto Interno Bruto (PIB) setorial - 2000. ....	97
Quadro 6.3.37 - Área plantada das lavouras temporárias segundo as principais culturas - 2005. ....	98
Quadro 6.3.38 - Valor da produção das lavouras temporárias segundo as principais culturas (R\$ 1.000) - 2005. ....	99
Quadro 6.3.39 - Efetivos dos principais rebanhos - 2004.....	99
Quadro 6.3.40 - Descrição das características da região de estudo por setor. ....	131
Quadro 6.3.41 - Listagem dos sítios arqueológicos e áreas de ocorrência.....	138
Quadro 6.3.42 - Entrevistas junto a representantes de órgãos públicos municipais. ....	160
Quadro 6.3.43 - Entrevistas junto a representantes de órgãos não governamentais.....	160
Quadro 6.3.44 - Resultado das entrevistas junto a órgãos públicos municipais. ....	161
Quadro 6.3.45 - Resultado das entrevistas junto a representantes de órgãos não-governamentais. ....	161
Quadro 6.3.46 - Pessoas de saber, referências culturais da comunidade. ....	165
Quadro 6.3.47 - Inventário de infra-estrutura histórico/cultural dos municípios envolvidos. ....	167
Quadro 6.3.48 - Patrimônio edificado presente na área.....	170
Quadro 6.3.49 - Manifestações de cultura imaterial. ....	174
Quadro 6.3.50 - Áreas das classes de uso e ocupação do solo na TI Maraiwatsede e entorno. ....	188
Quadro 6.3.51 - Público alvo do programa de apoio às comunidades indígenas. ....	206
Quadro 6.3.52 - Responsáveis pela execução do Programa. ....	218
Quadro 6.3.53 - Aldeias e população Tapirapé em 2006.....	249
Quadro 6.3.54 - População da aldeia Tapiparanytãwa em 2006. ....	251
Quadro 6.3.55 - População da aldeia Towajaatãwa em 2006.....	252
Quadro 6.3.56 - População da aldeia Wiriaotãwa em 2006. ....	252
Quadro 6.3.57 - População da aldeia Akara 'ytãwa em 2006. ....	252
Quadro 6.3.58 - População da aldeia Tapi 'itãwa em 2006. ....	252
Quadro 6.3.59 - População Tapirapé na TI Urubu Branco por faixas etárias em 2006. ....	252
Quadro 6.3.60 - População Tapirapé entre 1900 e 2006.....	253
Quadro 6.3.61 - Contratos de arrendamento para o norte da TI Urubu Branco.....	274
Quadro 6.3.62 - Contratos de arrendamento para o centro-sul da TI Urubu Branco. ....	275
Quadro 6.3.63 - Empregos gerados pelas escolas entre os Tapirapé. ....	283
Quadro 6.3.64 - Salários e empregos entre os Tapirapé em 2006. ....	283
Quadro 6.3.65 - Alunos e professores Tapirapé no Ensino Fundamental (1º. grau) e Ensino Médio (2º. grau)...	293
Quadro 6.3.66 - Região III - Nordeste: área e número de famílias dos projetos de assentamentos rurais, por municípios - Mato Grosso - 1999. ....	326
Quadro 6.3.67 - Região IV - Leste: área e número de famílias dos projetos de assentamentos rurais, por municípios - Mato Grosso - 1999. ....	327

Quadro 6.3.68 - Região IV - Leste: participação (%) no número e na área total dos imóveis rurais do Estado, segundo estratos de área. Mato Grosso, Centro-Oeste e Brasil, 1998. ....	328
Quadro 6.3.69 - Gêneros/espécies registrados na área de estudo no sistema NEODAT. ....	363
Quadro 6.3.70 - Legenda das classes de aptidão agrícola.....	371
Quadro 6.3.71 - Alternativas de Utilização das Terras de Acordo com os Grupos de Aptidão Agrícola.....	371
Quadro 6.3.72 - Áreas das classes de uso e ocupação do solo na TI Maraiwatsede e entorno. ....	374
Quadro 6.3.73 - Áreas para as classes de uso do solo na TI Urubu Branco e entorno. ....	383
Quadro 6.3.74 - Simbologia correspondente às classes de aptidão agrícola das terras. ....	396
Quadro 6.3.75 - Alternativas de utilização das terras de acordo com os grupos de aptidão agrícola. ....	396
Quadro 6.3.76 - Aptidão agrícola das terras - Área de abrangência regional. ....	407
Quadro 6.3.77 - Aptidão agrícola das terras - São Félix do Araguaia. ....	408
Quadro 6.3.78 - Aptidão agrícola das terras - São Félix do Araguaia - Simplificado. ....	408
Quadro 6.3.79 - Aptidão agrícola das terras - Canabrava do Norte.....	409
Quadro 6.3.80 - Aptidão agrícola das terras - Canabrava do Norte - Simplificado.....	409
Quadro 6.3.81 - Aptidão agrícola das terras - Confresa. ....	410
Quadro 6.3.82 - Aptidão agrícola das terras - Confresa - Simplificado. ....	410
Quadro 6.3.83 - Aptidão agrícola das terras - Santa Teresinha. ....	411
Quadro 6.3.84 - Aptidão agrícola das terras - Santa Teresinha - Simplificado. ....	411
Quadro 6.3.85 - Aptidão agrícola das terras - Vila Rica.....	412
Quadro 6.3.86 - Aptidão agrícola das terras - Vila Rica - Simplificado.....	412
Quadro 6.3.87 - Aptidão agrícola das terras - Porto Alegre do Norte. ....	413
Quadro 6.3.88 - Aptidão agrícola das terras - Porto Alegre do Norte – Simplificado.....	413
Quadro 6.3.89 - Aptidão agrícola das terras - Alto Boa Vista.....	414
Quadro 6.3.90 - Aptidão agrícola das terras - Alto Boa Vista – Simplificado. ....	414
Quadro 6.3.91 - Aptidão agrícola das terras - Luciara. ....	415
Quadro 6.3.92 - Aptidão agrícola das terras - Luciara - Simplificado.....	415
Quadro 6.3.93 - Aptidão agrícola das terras - São José do Xingu. ....	416
Quadro 6.3.94 - Aptidão agrícola das terras - São José do Xingu - Simplificado. ....	416
Quadro 6.3.95 - Aptidão agrícola das terras - Santa Cruz do Xingu. ....	417
Quadro 6.3.96 - Aptidão agrícola das terras - Santa Cruz do Xingu - Simplificado. ....	417
Quadro 6.3.97 - Aptidão agrícola das terras - Querência. ....	418
Quadro 6.3.98 - Aptidão agrícola das terras - Querência - Simplificado. ....	418
Quadro 6.3.99 - Aptidão agrícola das terras - Bom Jesus do Araguaia.....	419
Quadro 6.3.100 - Aptidão agrícola das terras - Bom Jesus do Araguaia - Simplificado. ....	419
Quadro 6.3.101 - Aptidão agrícola das terras - Serra Nova Dourada. ....	420
Quadro 6.3.102 - Aptidão agrícola das terras - Serra Nova Dourada - Simplificado.....	420
Quadro 6.3.103 - Aptidão agrícola das terras - Ribeirão Cascalheira.....	421
Quadro 6.3.104 - Aptidão agrícola das terras - Ribeirão Cascalheira - Simplificado.....	421
Quadro 6.3.105 - Aptidão agrícola das terras - Novo Santo Antônio. ....	422
Quadro 6.3.106 - Aptidão agrícola das terras - Novo Santo Antônio - Simplificado. ....	422
Quadro 6.3.107 - Órbitas ponto das imagens de satélite. ....	422
Quadro 6.3.108 - Classes e áreas do mapeamento da AAR.....	423

Quadro 6.3.109 - Órbita ponto das imagens LANDSAT utilizadas no estudo.....	425
Quadro 6.3.110 - Dados da evolução do desmatamento na AAR.....	425
Quadro 6.3.111 - Áreas absolutas e relativas queimadas (2005) no entorno da BR-158. ....	431
Quadro 6.3.112 - Zonas no entorno próximo da rodovia com formações vegetais naturais. ....	434
Quadro 6.3.113 - Unidades de Conservação Federais do Estado do Mato Grosso. ....	439
Quadro 6.3.114 - Unidades de Conservação Estaduais do Estado do Mato Grosso. ....	441
Quadro 6.3.115 - Unidades de Conservação Municipais de Mato Grosso.....	444
Quadro 6.3.116 - Unidades de Conservação na AAR. ....	448

## LISTA DE FIGURAS

Figura 6.3.1 - Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios da AII. ....	78
Figura 6.3.2 - Localização regional do empreendimento. ....	108
Figura 6.3.3 - Localização do trecho de asfaltamento da BR-158 na hidrografia regional. ....	132
Figura 6.3.4 - Ambiente Regional.....	133
Figura 6.3.5 - Prospecções arqueológicas no trajeto da BR-158. ....	137
Figura 6.3.6 - Traçado da BR-158 com a localização do sítio arqueológico e da área de ocorrência (A). ....	139
Figura 6.3.7 - Sítio Cacaú. ....	143
Figura 6.3.8 - Sítio Cruzeiro.....	145
Figura 6.3.9 - Sítio Corgão. ....	147
Figura 6.3.10 - Sítio Paredão. ....	149
Figura 6.3.11 - Artefatos arqueológicos, guarda particular.....	152
Figura 6.3.12 - Entrevistas com o poder público. ....	159
Figura 6.3.13 - Entrevistas com pessoas de notório saber. ....	164
Figura 6.3.14 - Patrimônio edificado. ....	171
Figura 6.3.15 - Cultura material.....	173
Figura 6.3.16 - Localização das Terras Indígenas.....	178
Figura 6.3.17 - Lideranças da comunidade Xavante. ....	221
Figura 6.3.18 - Cacique Damião Parizane e outras lideranças na reunião realizada na TI.....	229
Figura 6.3.19 - Utilização da Água ....	236
Figura 6.3.20 - Entrada da aldeia, junto à rodovia BR-158. ....	241
Figura 6.3.21 - Corredor Ecológico Bananal - Araguaia (linha vermelha) e zona de influência direta. Em destaque as TI Maraiwatsede (verde) e TI Urubu Branco (azul). ....	354
Figura 6.3.22 - Aspectos Hidrográficos da TI Maraiwatsede e entorno ....	367
Figura 6.3.23 - Litologias na TI Maraiwatsede e entorno. ....	368
Figura 6.3.24 - Classes de solos na TI Maraiwatsede e entorno. ....	370
Figura 6.3.25 - Aptidão agrícola dos solos na TI Maraiwatsede e entorno.....	373
Figura 6.3.26 - Uso e ocupação do solo na TI Maraiwatsede e entorno. ....	374
Figura 6.3.27 - Área de Tensão Ecológica da Terra Indígena Maraiwatsede.....	375
Figura 6.3.28 - Formações vegetais na Terra Indígena Maraiwatsede. ....	376
Figura 6.3.29 - Aspectos Hidrográficos da TI Urubu Branco e entorno.....	378
Figura 6.3.30 - Litologias da TI Urubu Branco e entorno. ....	380
Figura 6.3.31 - Classes de solos na TI Urubu Branco e entorno. ....	381
Figura 6.3.32 - Classes de Aptidão na TI Urubu Branco e entorno. ....	382
Figura 6.3.33 - Classes de uso do solo na TI Urubu Branco e entorno.....	383
Figura 6.3.34 - Área de Tensão Ecológica da Terra Indígena Urubu Branco.....	384
Figura 6.3.35 - Formações vegetais na Terra Indígena Urubu Branco.....	385
Figura 6.3.36 - Dados do PRODES referentes à evolução do desmatamento no período 2000-2004. ....	426
Figura 6.3.37 - Focos de calor em junho de 2005 (período seco) e fevereiro de 2006 (Fonte: INPE, 2006).....	430
Figura 6.3.38 - Correlação área queimada e distância ao eixo da estrada.....	431
Figura 6.3.39 - Localização das unidades de conservação na AAR.....	447
Figura 6.3.40 - Áreas para criação de unidades de conservação. ....	455

## 6 DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

---

### 6.3 MEIO ANTRÓPICO

O diagnóstico do Meio Antrópico do empreendimento conta, para sua realização, com uma peculiaridade importante. O Governo do Estado de Mato Grosso realizou e publicou em 2002 um conjunto de estudos e levantamentos no escopo do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado. Este projeto, embora ainda não finalizado totalmente, disponibiliza uma série de informações e conclusões que permitem estabelecer um detalhado “pano de fundo” para o Diagnóstico do Meio Antrópico do projeto de pavimentação da BR-158, uma vez que tanto o Zoneamento quanto o Diagnóstico tem como foco uma abordagem regional e multitemática.

Para o adequado aproveitamento deste material, optou-se como estratégia de elaboração do Diagnóstico do Meio Antrópico, nos temas pertinentes, a elaboração de uma compilação do material do ZEE, selecionando os textos e temas de interesse para o Diagnóstico, a saber, os elementos estruturais do histórico e da economia do Mato Grosso, bem como análises e temas para a Área de Influência Indireta do empreendimento. Assim, os textos apresentados correspondem a arquivos de documentos do ZEE selecionados, os quais foram transferidos e apenas adaptados ou resumidos para o objetivo do Diagnóstico. Será mantida, portanto, a redação original do mesmo e copiados quadros e imagens elaboradas no escopo do ZEE, efetuando-se, apenas, pequenas modificações para sua adaptação, resumo de informações, além de poucos parágrafos de ligação entre partes dos documentos. Os textos do ZEE foram organizados em uma estrutura de temas de interesse para este Diagnóstico, não sendo seguida a estrutura original do documento. Desta forma, nas partes indicadas, a utilização do ZEE pode ser considerada uma citação bibliográfica, mantendo-se assim a unidade lógica e respeitando-se o conteúdo original, principalmente das conclusões do referido projeto.

No restante do Diagnóstico são desenvolvidos temas e análises não contempladas ou desatualizadas no ZEE, além, é claro, dos temas específicos de interesse do Diagnóstico relacionados ao empreendimento. Trata-se, por exemplo, do cenário demográfico, para o qual, no período da realização do ZEE não estavam disponíveis os dados do Censo 2000, ou ainda, das informações de produção agropecuária e de atividade econômica em geral, as quais serão atualizadas e confrontadas com o cenário e conclusões do ZEE até o ano de 2000, além de informações relativas aos municípios da Área de Influência e as opiniões e percepções dos representantes das instituições e organizações locais.

Por se tratar de temas que apresentam relações que não são passíveis de serem restringidas a delimitações geográficas rígidas, em especial, pequenas distâncias do eixo da rodovia, este Diagnóstico irá abordar a Área de Influência Indireta e a Área de Influência Direta do empreendimento de forma simultânea, ou seja, sem destacá-las em itens de texto diferentes. Separar estas áreas na apresentação do diagnóstico resultaria em dificuldades e na necessidade de repetição de informações que são mais bem apresentadas se tomadas no seu contexto regional e, se for o caso, destacadas em aspectos locais relevantes para a avaliação de impactos. Este é o caso do componente indígena, o qual conta com uma área



que está localizada na Área de Influência Direta e outra que não está localizada nesta área. Esta também é a situação dos sistemas de produção agropecuários, os quais apresentam características regionais que se repetem nas proximidades do eixo da rodovia.

Tal estratégia de apresentação conjunta das Áreas de Influência do empreendimento, portanto, não equivale a desconsiderar esta diferenciação de áreas, mas, ao contrário, procura valorizá-la em termos de análise dos impactos ambientais, preservando as importantes conexões entre os aspectos locais e regionais no que tange aos efeitos sobre as sociedades e a economia da região. Este é o elemento de enriquecimento da avaliação de impactos ambientais contido no conceito de Área de Influência, o qual associa um componente físico-geográfico (presente no conceito de área) com um componente de ordem relacional (presente na adjetivação como direta ou indireta). No meio antrópico, talvez com mais ênfase que nos demais meios, os aspectos relacionais estão apenas parcialmente e geralmente de forma descontígua associados com as delimitações físico-geográficas.

Para dar o devido destaque e abordar analiticamente determinadas relações que se configuram de forma importante em um grande espaço geográfico regional, sem onerar excessivamente o esforço de detalhamento de análise previstos no Termo de Referência que orientou o estudo para as Áreas de Influência Direta e Indireta do Meio Antrópico, foram analisados alguns temas na perspectiva de uma Área de Abrangência Regional, a qual considerou o interflúvio dos rios Araguaia e Xingu, ou seja, um espaço bem maior que a Área de Influência Indireta. Neste âmbito de abrangência regional foram consideradas, basicamente, informações obtidas através do cruzamento entre os resultados do uso e ocupação do solo atuais (obtidos através de interpretação de imagens de satélite para a área) com zoneamentos de aptidão do solo para usos agrícolas. Com este tipo de abordagem, ainda no âmbito do Diagnóstico, procurou-se caracterizar o grande cenário regional de influência do empreendimento, o qual permite consubstanciar e extrapolar informações obtidas de forma mais detalhada para as Áreas de Influência Direta e Indireta do Meio Antrópico.

A partir desta estratégia de estruturação do documento de Diagnóstico são apresentados, a seguir, os resultados dos estudos realizados.

### 6.3.1 HISTÓRICO E ZONEAMENTO REGIONAL

Este Capítulo foi elaborado exclusivamente com base na compilação de informações e textos oriundos do ZEE (SEPLAN, 2002), conforme mencionado anteriormente. Partiu de textos selecionados conforme o interesse para o presente estudo e transcritos integralmente, sofrendo pequenas modificações e ajustes para se adequarem aos objetivos deste trabalho. Assim, manteve-se a estrutura original destes documentos, suas principais informações e conclusões, as quais tem como finalidade, neste Diagnóstico, oferecer um cenário completo e aprofundado do ambiente regional no qual o empreendimento está inserido. A itemização dos textos, contudo, foi modificada para atender aos interesses deste Diagnóstico, bem

como diversas partes foram resumidas ou suprimidas por não representarem informações julgadas relevantes.

### **Histórico de Ocupação da Região**

O processo de ocupação do território no que é hoje o Estado de Mato Grosso inicia-se efetivamente no século XVII, através das incursões dos bandeirantes à região em busca de ouro e na captura e aprisionamento de mão-de-obra indígena, mercadoria que viabilizou, durante longo tempo, a economia da colônia de povoamento de São Vicente.

As terras pantaneiras eram conhecidas dos espanhóis desde o século XVI, que lhes pertenciam por força do Tratado de Tordesilhas (1494), o qual demarcava e partilhava os domínios das terras descobertas entre os reinos da Espanha (hemisfério ocidental) e de Portugal (hemisfério oriental).

Ao reino espanhol, no entanto, não interessava estabelecer uma política de exploração nesta região em um momento em que a conquista das antigas civilizações Maia e Inca (Peru e América Central) apresentava-se como mais lucrativa.

Por sua vez, a penetração portuguesa em terras de Mato Grosso efetivou-se desde o século XVII, promovida pelas incursões de bandeirantes paulistas, sendo a primeira delas, a Bandeira de Raposo Tavares, em 1647 (Vila de São Paulo-Corumbá-cachoeiras do Rio Madeira).

A partir de então, o avanço bandeirante em direção ao oeste intensificou-se cada vez mais, na medida mesmo em que o aprisionamento de índios para o trabalho escravo na Província de São Paulo constituía-se numa atividade bastante lucrativa, inclusive para a Coroa, a qual se remunerava em 20% do valor das transações com escravos a título de imposto (o “quinto”).

Numa das bandeiras realizadas, finalmente, descobre-se ouro na região de Cuiabá. A fundação desta cidade pelo bandeirante Moreira Cabral, em 08 de abril de 1719, origina a primeira povoação do atual Estado de Mato Grosso e dá início ao processo de ocupação de seu território pelo colonizador europeu.

O acesso à região, na época, era feito apenas por rotas fluviais. Com o desenvolvimento da exploração do ouro, foram abertas rotas terrestres que atingiam Cuiabá através de Goiás. Estas rotas, embora menos rápidas, eram mais seguras, pois evitavam os ataques dos índios pantaneiros.

Um considerável fluxo migratório ocorreu em direção às minas cuiabanas, fazendo da cidade de Cuiabá uma das mais populosas do Brasil no período 1722/26. Expandia-se a atividade mineradora e o povoamento das áreas circundantes, gerando-se também a necessidade de abastecimento desses núcleos coloniais e da força de trabalho empregada na mineração.

O comércio e o abastecimento (alimentos e escravos) das zonas de mineração eram então realizados através das monções. Progressivamente, núcleos populacionais iam surgindo no entorno das rotas terrestres destinados ao apoio das tropas monçoeiras.

As inúmeras sociedades indígenas que habitavam essas terras há pelo menos 11 mil anos passaram a ser dizimadas nestes confrontos com o homem branco, seja através das guerras, seja pelas doenças por ele trazidas, seja ainda pela escravidão. O processo de extermínio dessas sociedades contou, assim, com o apoio e o incentivo do próprio Estado colonial português que, visando acima de tudo garantir o abastecimento das rendosas minas, autorizou a “guerra justa” contra as populações indígenas, tornando-se responsável pelo massacre de muitas nações como a dos Paiaguá e dos Borôro.

A penetração em busca de novas lavras auríferas deslocou o eixo de povoamento para o oeste. Com a descoberta dos ricos veios no Vale do Guaporé, ampliou-se ainda mais a conquista portuguesa para além dos limites de Tordesilhas. Em 1752 era fundada a Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da recém criada (1748) Capitania de Mato Grosso, a qual permaneceu abastecida entre os anos de 1752 e 1835 por uma nova rota de penetração conhecida por monções do norte, via Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, monopólio da Coroa Portuguesa.

Além das cidades mineradoras, Portugal fundou fortificações e vilas no território com o objetivo de expandir e garantir seus domínios. Dentre estas fortificações destacam-se o Forte Coimbra, no Rio Paraguai, o Forte Príncipe da Beira, no Rio Guaporé, a Vila Maria de Paraguai (hoje Cáceres, fundada em 1778, nas margens do Rio Paraguai, para operar como posto militar e de fiscalização do ouro extraído do Vale do Guaporé) e a Vila de São Pedro d’el Rei (hoje Poconé, nascida em 1781, a partir das lavras auríferas localizadas no antigo território dos índios Beripoconé, Nação Borôro).

Logo após ter firmado o Tratado de Madri (1750), a Coroa Portuguesa liberou a exploração do diamante, até então proibida para evitar despertar o interesse da Espanha sobre as terras invadidas. No entanto, antes mesmo desta liberação oficial, a atividade já era explorada abundantemente na região, dando origem, em 1728, à cidade de Diamantino.

Data dessa época o surgimento do núcleo de Rosário Oeste, como ponto de apoio aos viajantes, situado no caminho entre Cuiabá e as minas de Diamantino, às margens do Rio Cuiabá. Secundariamente, as áreas de Alto Paraguai, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço, constituíram-se em novos núcleos concentradores de população, sendo os dois últimos dedicados à agricultura.

Ao final do século XVIII, os veios auríferos de Mato Grosso, que haviam proporcionado grande riqueza à Coroa Portuguesa, começam a dar sinais de esgotamento, disso resultando o esvaziamento dos principais núcleos populacionais ligados à mineração. É quando se iniciam as instalações dos primeiros sítios e fazendas no território, como núcleos de povoamento fixos dedicados às atividades de criação ou agricultura.

Na região fértil do vale do Rio Cuiabá expandiu-se a agricultura, pois paralelamente à exploração mineral, disseminaram-se as plantações de cana-de-açúcar (produção de açúcar e aguardente), que deram suporte econômico também aos povoados de Santo Antônio do Leverger e Barão do Melgaço.

A exploração nativa da poaia ou ipecacuanha (planta medicinal destinada à fabricação de remédios), numa vasta região entre os vales dos rios Paraguai e Guaporé, resultou em um significativo desenvolvimento para a cidade de Cáceres, que se tornou um centro de comercialização e exportação (mercado internacional) do produto. A exploração econômica da poaia também deu suporte à criação do povoado de Barra dos Bugres, situado às margens do Rio Paraguai.

Ao iniciar-se o século XIX, embora ainda predominantemente marcado pela exploração de ouro e diamantes, tem-se, na região, basicamente dois tipos de estabelecimentos agropecuários: os de maior porte, típicos da região pantaneira e caracterizados pela complementação de atividades (criação, agricultura, engenho, comércio); e os de pequeno porte, especializados na produção mercantil de abastecimento urbano, típicos da Vila dos Guimarães (Chapada dos Guimarães). Em ambos, a mão-de-obra era predominantemente escrava - negra e índia -, embora fosse também integrada por imigrantes.

#### A diversificação da produção (SÉC. XIX-XX)

Com a decadência da mineração, os núcleos populacionais então existentes passam por um longo período de estagnação, revigorando-se apenas na segunda metade do século XIX, com a abertura da navegação pelo Rio Paraguai (1856), via estuário do Prata, que faz surgir uma nova rota comercial.

Durante quase uma década, a ligação com o mercado platino tem um efeito dinamizador sobre a base econômica, a qual ganha um novo impulso pela diversificação da produção com a extração da erva-mate, na porção sul do Estado (Mato Grosso do Sul), do látex e da poaia, na porção norte, processo que foi novamente interrompido em 1864, com o início da Guerra do Paraguai, impossibilitando a navegação fluvial e causando sérios problemas de comunicação e abastecimento para o Mato Grosso.

Terminada a Guerra (1870), foi retomada a rota de comércio pelo Rio Paraguai, tendo sido aberto ao comércio internacional o porto de Corumbá. Fruto da diversificação econômica ocorrida na segunda metade do século XIX, a cidade de Corumbá, hoje localizada no Mato Grosso do Sul, exerceu o papel de grande empório comercial, centro importador de produtos manufaturados e exportador de matérias-primas regionais.

Através do porto de Corumbá, Mato Grosso recebeu a maquinária para implantar as primeiras indústrias açucareiras na baixada cuiabana para produção e refino de açúcar e destilação da aguardente e do álcool, e as indústrias de carne bovina (charqueadas) na área do Pantanal para exportação, ambas com a presença de capital estrangeiro.

O incremento da navegação, encurtando distâncias e ligando mercados, possibilitou ao Mato Grosso não só o rápido escoamento de sua produção, como também a importação e consumo dos mais variados produtos estrangeiros, desde sal para o gado até artigos de luxo.

Ao final do século XIX, o Mato Grosso firma-se como exportador de matérias-primas e importador de capital e de produtos manufaturados, ocorrendo um desenvolvimento generalizado dos principais centros urbanos a partir de Corumbá. Os antigos núcleos portuários, como Cáceres e Cuiabá, passam a registrar intensa atividade econômica-comercial.

Cuiabá, centro político administrativo desde 1835, vive seu apogeu com a instalação das muitas usinas de cana-de-açúcar na região, e sofre intenso processo de urbanização recebendo infra-estrutura urbana, como praças, escolas, melhorias de ruas, serviços de transporte urbano, etc. Também os pequenos núcleos, como Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço, pela proximidade das usinas de cana, crescem e desenvolvem-se enquanto espaço urbano. No entanto, excetuando-se essa concentração populacional do entorno cuiabano, o povoamento do atual território de Mato Grosso permanecia extremamente rarefeito.

O Estado Nacional, objetivando promover a integração da região Centro-Oeste, executa a instalação de linhas telegráficas e a construção de ligações ferroviárias. A instalação de linhas telegráficas, realizada pela Missão RONDON (1900-1906), interligou a região Centro-Oeste ao resto do País, além de determinar a criação de novos eixos de ocupação.

A implantação de postos avançados para comunicação e suprimentos fez surgir alguns embriões de povoados, os quais resultaram nas atuais cidades de Rondonópolis, General Carneiro, Acorizal e Porto Esperidião.

A construção das ferrovias Noroeste do Brasil e Madeira-Mamoré, particularmente a primeira, possibilitou a integração de Mato Grosso ao sistema ferroviário brasileiro, facilitando o escoamento da produção para outras regiões e incentivando o desenvolvimento da produção regional. Por outro lado, e paralelamente aos avanços dos trilhos da ferrovia sobre territórios indígenas, ocorria a abertura de extensas fazendas de criação na região sul do Estado, hoje Mato Grosso do Sul.

As novas rotas de penetração, agora constituídas por caminhos terrestres, desenvolveram eixos de circulação de pessoas e mercadorias, tanto no sentido leste-oeste, desde o Araguaia até o Guaporé, quanto no sentido sul-norte, interligando a porção sul do Estado, hoje Mato Grosso do Sul, com a região de Diamantino.

A par do desenvolvimento das atividades agropecuárias, extrativistas vegetais e do surgimento de uma indústria tradicional, a primeira metade do século XX foi marcada também pela descoberta de jazidas diamantíferas na porção sudeste do Estado,

notadamente nos vales dos rios Araguaia, Garças e São Lourenço, atraindo novos fluxos migratórios.

A exploração diamantífera no Rio Araguaia desenvolveu dois novos eixos de penetração no Estado. O primeiro, através do próprio Araguaia, cujo vale era bastante propício à pecuária por possuir extensas pastagens naturais, favoreceu o surgimento de outros núcleos afastados da região diamantífera, como é o caso de São Félix do Araguaia e Cocalinho. O segundo foi o das regiões mineradoras do sul de Goiás, cuja travessia do Araguaia se dava através de Alto Araguaia (Santa Rita do Araguaia), Ponte Branca, Barra do Garças, Araguaiana (Registro do Araguaia) e Torixoréu, antigo porto para abastecimento da região.

No vale do Garças surgem as cidades de Tesouro, Guiratinga e Alto Garças e no vale do Rio São Lourenço, as cidades de Poxoréu, Dom Aquino e Itiquira.

Na região de Diamantino, no Alto Paraguai, novas lavras diamantíferas foram descobertas, induzindo o surgimento de núcleos populacionais, como as cidades de Alto Paraguai, Nortelândia e Arenópolis e incrementando ainda mais o relacionamento dessa região com Cuiabá. Isto possibilitou, ainda, o surgimento de outros núcleos, além de Rosário Oeste, entre Diamantino e Cuiabá, como Nobres, Jangada e Acorizal.

Paralelamente à exploração diamantífera, eram desenvolvidas atividades agropecuárias no entorno dos núcleos populacionais, destinadas a dar suporte básico a essa ocupação, já disseminada por toda a porção Centro-Sudeste do Estado, incluindo Cuiabá e Diamantino.

Em 1920, um conjunto de mudanças no cenário econômico induziu a um novo processo de estagnação. O açúcar produzido na região não atingia o padrão de competitividade do similar nordestino. A pecuária passou a sofrer a concorrência das indústrias frigoríficas paulista e platina. A seringa (látex), desde 1911, havia perdido o mercado internacional para a produção asiática. A poaia perde mercado frente às substâncias químicas sintéticas. Por fim, o gado pantaneiro, ao ter sua saída facilitada pelos trilhos da Noroeste, contribuiu também para o declínio industrial da região, uma vez que passou a ser abatido nos frigoríficos paulistas.

Com a estagnação de suas principais atividades econômicas, Mato Grosso permaneceu, desde os anos 1920 até a década de 1950, fracamente povoado, exceção feita às áreas de povoamento mais antigas da baixada cuiabana.

#### Colônias Nacionais e Colonização Oficial Pública e Privada no Estado (1930-70)

A política nacionalista de Vargas, pós anos 1930, já incluía em suas linhas programáticas a colonização e a ocupação do espaço brasileiro considerado “vazio”, criando o programa “Marcha para o Oeste”, que visava principalmente a instalação de colônias agrícolas, denominadas “Colônias Nacionais”, nas terras a serem ocupadas.

Em 1940, através do decreto-lei nº 2009, define-se a organização do núcleo-colônias e são estabelecidas normas reguladoras das relações entre empresas de colonização e colonos. Os objetivos pretendidos, de “fomento da pequena propriedade”, deveriam ser perseguidos pelo Estado, através de ações como o auxílio governamental e supervisão de órgãos técnicos até a emancipação dos núcleos e assistência social às famílias.

Em 1943, é criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados no sul do Estado, sendo que somente em 1948 o Governo Federal demarcou a área e os limites para sua instalação, cuja forte propaganda realizada funcionou como grande atrativo a novos fluxos migratórios dirigidos à região.

Também em 1943, o Governo Federal promovia a Expedição Roncador/Xingu com a finalidade de alcançar Santarém, no Estado do Pará, penetrando pelo Brasil-Central e Amazônia, desbravando e colonizando regiões desconhecidas. A base inicial da expedição localizou-se em Barra do Garças e visava atingir a confluência dos rios Culuene e Xingu, ultrapassando o Rio das Mortes.

O primeiro posto-base da expedição, localizado às margens do Rio das Mortes, deu origem à atual cidade de Nova Xavantina, onde foi sediada a Fundação Brasil Central (FBC), criada neste mesmo ano. A idéia era que a expedição Roncador-Xingu ocupasse vastas áreas do Araguaia e Xingu e atingisse Manaus. Os núcleos criados seriam “pontas de lança” para a colonização.

Essa primeira tentativa oficial de colonização das terras mato-grossenses não interferiu de forma significativa no processo de ocupação populacional. Em 1940, registravam-se 192.531 habitantes no Estado de Mato Grosso, ou seja, 15,39% da região Centro-Oeste e 0,46% do total nacional. No período de 1940/1950, Mato Grosso apresentou a menor taxa de crescimento populacional da região (0,96% a.a.).

A partir de 1950 houve uma importante redefinição da política governamental de ocupação e colonização de Mato Grosso e da região Centro-Oeste objetivando explicitamente absorver excedentes populacionais de outras regiões brasileiras, valendo-se de uma nova estratégia na destinação das terras, dirigindo parte à colonização pública e parte à colonização privada.

No decorrer das décadas de 50 e 60 foram parcialmente implantadas 29 colônias oficiais, ocupando um total de 400.668 ha, cerca de 0,32% da superfície do antigo Estado de Mato Grosso. Com exceção da colônia Rio Branco, com área de 200.000 ha, as demais se constituíam de glebas inferiores a 500 ha (75% destas) ou inferiores a 1.000 ha (25% do total). Segundo os dados oficiais foram criadas 8.739 parcelas com lotes variando entre 10 e 15 ha, os quais acolheram 68.920 colonos. Vários registros foram feitos sobre as dificuldades vivenciadas por estes colonos e suas precárias condições de vida e de trabalho.

Nos anos 1940/50, o chamado “esgotamento da fronteira agrícola” nas áreas antigas de ocupação do país, referia-se, sobretudo, à questão da apropriação da terra, via instrumento

jurídico da propriedade privada, e não a um pretensão esgotamento em termos de utilização produtiva e/ou de acréscimos de produtividade.

Assim, a dimensão do processo de incorporação de novas terras ao processo produtivo foi tal que a participação do número de estabelecimentos agropecuários na área total do território nacional mais do que duplicou, no período de 1940 a 1960 (21,5% e 43,5%, respectivamente).

Na região Centro-Oeste esse avanço só viria a ocorrer, pelo menos, uma década mais tarde, concentrando-se predominantemente na porção sul dos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul. Nessas áreas, a disponibilidade de terras baratas favoreceu a ocupação com pecuária, o que ocorreu através da implantação de projetos de colonização privada, promovidos pelos frigoríficos da região Sudeste. Especialmente, verificava-se a ocorrência de algumas regiões ocupadas com pastagens, enquanto sua maior extensão territorial permanecia desocupada e à margem do processo produtivo.

A incorporação da região Centro-Oeste ao espaço econômico nacional, no período em questão, ocorreu, sobretudo, a partir da transferência da Capital Federal para o Planalto Central, quando reforçam-se também os investimentos governamentais em infra-estrutura viária (Rodovia Belém-Brasília, abertura das BR-364, BR-163) e implementaram-se programas de ocupação e colonização na região. Ainda assim, a ocupação e expansão populacional não ocorreram uniformemente no âmbito regional, tendo iniciado no Estado de Goiás (até 1970, detinha 50% da população regional) e Mato Grosso do Sul e, a partir da década de 1970, desenvolvendo-se também no atual Estado de Mato Grosso.

Nas décadas de 50 e 60, grandes fatias do território foram praticamente distribuídas a grupos locais e nacionais através da expedição de falsos títulos de propriedade, emitidos inclusive pelo próprio Departamento de Terras do Estado, burlando a lei que limitava a extensão das terras adquiridas.

O volume de irregularidades foi tal que o Estado, em 1966, reconhecendo a fraude ostensiva nas transações imobiliárias e a perda total do controle da situação, foi obrigado a fechar o Departamento de Terras e Colonização, passando o controle das vendas para a guarda dos Cartórios de Fé Pública. A partir de então, os negócios ilícitos de terra se acentuam - generalizando-se as vendas de Títulos Provisórios, das posses lícitas e ilícitas - e a burla à lei ficava facilitada, principalmente, através de procurações que estabelecem e substabelecem direitos para a venda de terras de terceiros.

Note-se ainda que, no caso dos projetos de colonização oficial, houve uma grande permissividade do Estado no sentido de facilitar a migração dos colonos para outros projetos ou para centros urbanos, favorecendo aos mesmos, tanto a aquisição de novos lotes em outros núcleos de colonização, como a devolução ao Estado das parcelas adquiridas. Assim, os primeiros colonos de Dourados foram os de Rondonópolis, sendo que parte deles também



desbravou as glebas da região de Cáceres e parte seguiu para o Território de Rondônia e Estado do Acre.

Portanto, a lógica subjacente da política de ocupação dos anos 1940/50, via colonização, não era outra senão a de criar as condições materiais e não materiais - abertura de estradas, reserva de mão de obra, propriedade privada da terra como reserva de valor, etc. - para a apropriação do espaço pelo capital agrário, comercial e financeiro. Nestes termos, o projeto de colonização oficial foi bem sucedido, embora apresentasse tímidos resultados em termos de ocupação e promoção do desenvolvimento rural na região.

### **Os Programas de Estado para Desenvolvimento da Região**

O planejamento da intervenção estatal assume um papel estratégico na condução do processo de ocupação da região durante toda a década de setenta, desdobrando-se em múltiplos planos setoriais e regionais de desenvolvimento.

Nesse contexto, foi objeto de atenção especial pelo Estado, tanto as obras de infra-estrutura viária, integrando o Centro-Oeste e a Amazônia ao centro hegemônico do capital nacional, como a tomada de decisões estratégicas, muitas delas corporificadas no I e II PND, na forma de políticas de incentivo à ocupação de terras e de estímulos ao desenvolvimento regional via legislação de incentivos fiscais, além da implementação de programas e projetos de desenvolvimento especialmente formulados para essas regiões.

Logo em 1970 é criado o Programa de Integração Nacional (PIN), que tinha como objetivo intensificar a ocupação da Amazônia Legal, a qual engloba parcela significativa do território do Centro-Oeste.

Entre seus instrumentos, estavam a promoção da colonização ao longo da Rodovia Transamazônica (recém aberta), a distribuição de terras públicas e a concessão de incentivos fiscais a investimentos e investidores na região. O referido programa teve rebatimento em Mato Grosso através da construção da BR-364, entre Cuiabá e Porto Velho, e da BR-163, entre Cuiabá e Santarém, que permitiram a expansão de frentes agropecuárias no norte do Centro-Oeste.

Assim, o Estado muda a política de desenvolvimento para a Amazônia e propõe o povoamento racional da região, canalizando as correntes migratórias internas, oriundas do Nordeste e do Centro-Sul, com o objetivo de ocupar os espaços "vazios" e garantindo a interligação da região com o resto do país. Ao mesmo tempo, reformula a legislação dos incentivos fiscais, facilitando sua obtenção por investidores nacionais e estrangeiros. Instituições criadas no contexto das políticas protecionistas anteriores (SUDAM, BASA, SUDECO) passaram a ser os organismos executores básicos deste propósito.

Com a abertura das estradas, a frente agrícola foi deslocada para os eixos Cuiabá/Santarém, Cuiabá/Porto Velho, Porto Velho/Manaus, o que foi facilitado pela liberação, por parte do

Estado Nacional, da faixa de terra de cem quilômetros em ambas as margens das rodovias federais recém incorporada aos seus domínios.

Até 1977, quando ocorre a divisão político-administrativa e o desmembramento da porção sul do território, originando o Estado de Mato Grosso do Sul, o INCRA apenas acompanhou os projetos de colonização privada, não tendo implantado nenhum projeto de colonização oficial no Estado de Mato Grosso. O governo estadual, por sua vez, mantendo fechado o Departamento de Terras do Estado, de 1966 até 1979, não exerceu nenhum controle sobre a sua situação fundiária.

Somente em 1978 começam a ser implantados os Projetos de Assentamento Conjunto (PAC's) que pretendiam somar as experiências e recursos do órgão colonizador oficial (INCRA) com as da iniciativa privada (Cooperativas).

O Programa POLONOROESTE (PNO) que tinha como objetivo maior promover o reordenamento da ocupação territorial, ocorrido de forma intensa durante toda a década de setenta, assim como estimular o desenvolvimento da região Noroeste do Brasil, através do apoio às atividades produtivas e da ampliação da infra-estrutura social e econômica.

O POLONOROESTE foi concebido exatamente como uma tentativa de dar um caráter mais integrado às intervenções de planejamento na região. Nestes termos, seis intervenções inter-relacionadas foram previstas:

- Reconstrução e pavimentação da BR 364, construída desde o fim da década de 60, ligando Cuiabá a Porto Velho;
- Construção e consolidação da malha de estradas secundárias e alimentadoras;
- Implantação e consolidação de Projetos Integrados de Colonização (PIC), em Mato Grosso e projetos de Assentamento Dirigido (PAD), em Rondônia;
- Execução de serviços de regularização fundiária no Estado de Mato Grosso;
- Apoio às atividades agrícolas, agro-industriais e florestais, além de fornecimento de serviços sociais e infra-estrutura para comunidades de pequenos produtores; e
- Proteção ambiental (com metas de preservação de 2 milhões ha de parques naturais) e apoio às comunidades indígenas.

Apesar destes objetivos, o POLONOROESTE, através do asfaltamento da BR-364, facilitou o acesso, para Mato Grosso e Rondônia, de novos contingentes populacionais, oriundos de vários estados brasileiros, mas principalmente daqueles onde o processo de "modernização" da agricultura era mais intenso (São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia). O elevado número de migrantes superou em muito as previsões oficiais e tornou ainda mais insuficientes os recursos disponíveis para assentamento e fixação dos produtores

beneficiários do projeto. As cidades absorveram parte do excedente migratório e cresceram os conflitos pela posse da terra, invasão de áreas indígenas e reservas florestais na área rural.

Particularmente em Mato Grosso, onde a situação fundiária era crítica, as precárias ações de regularização fundiária, no contexto do PNO, implicaram no agravamento das situações de conflito e de falta de garantias nas transações imobiliárias, com repercussões diretas sobre médios e pequenos produtores impossibilitados de ter acesso às linhas de crédito oficiais.

Por outro lado, a forte valorização fundiária provocada pelo asfaltamento da BR-364, contribuiu para que determinados segmentos sociais exercessem forte pressão sobre o Estado, no sentido de promover a regularização de suas terras. Neste período, a ação do Instituto de Terras centrou-se na regularização de grandes áreas, diluindo o já duvidoso patrimônio das terras devolutas do Estado.

Como os demais segmentos do projeto, a proteção ao meio ambiente apresentou resultados aquém dos esperados. Mais especificamente, não foi atingido o objetivo de harmonizar desenvolvimento rural e sistema ecológico. As culturas permanentes foram adotadas em menor escala que aquela prevista para preservação do solo. Além disso, a planejada cobertura verde da área não foi estabelecida, pois ocorreram invasões das reservas florestais, queimadas e desmatamentos ilegais. Os postos florestais, apesar de terem sido construídos em áreas estratégicas, apresentaram deficiência no provimento de pessoal e de serviços, necessários para a execução de atividades de vigilância.

Em termos nacionais, na década de 1980, fruto da crise econômica instaurada no país, o dinamismo na incorporação de novas áreas manteve-se apenas no Centro-Oeste, onde na mesma década foram incorporados mais 2,6 milhões de hectares, principalmente com a expansão da produção de grãos.

Certamente para isto muito contribuiu a implantação da BR-163, no trecho que faz a ligação de Campo Grande com Cuiabá, seguindo em direção norte até a divisa com o Estado do Pará. Esta rodovia, gradativamente, teve um importante papel estruturador na agricultura regional, na medida em que acabou por propiciar a interiorização da produção agrícola para distâncias cada vez maiores, pois através duma combinação com terras baratas não deixou que os custos de transporte contribuíssem para reduzir significativamente a margem do produtor. No entorno desse eixo rodoviário, implantam-se as culturas de grãos, especialmente da soja, na segunda metade dos anos 80. Entre 1981/82 e 1988/89, a produção de soja quase que quadruplicou na região Centro-Oeste, passando de 2.495 mil para 8.019 mil toneladas, fazendo com que a região respondesse por 59% do incremento da área colhida de soja no País e por pouco mais da metade (52%) da expansão da produção nacional. Além disso, observou-se um aumento dos seus níveis de produtividade, passando de 1.820 para 2.095 kg/ha, superior à média nacional.

Esse processo trouxe como consequência uma forte diferenciação do espaço agrário regional. Nele convivem segmentos produtivos (lavoura temporária) com intenso processo de capitalização e acentuados investimentos em máquinas e insumos químicos, com segmentos voltados à pecuária extensiva, com reduzidas taxas de lotação do rebanho e inexpressivas parcelas de pastagens plantadas.

Entre 1975 e 1980 no Brasil foram anexados ao processo produtivo 21.375 mil hectares. Destes, 13.735 mil são de Mato Grosso, o Estado que passou por maiores transformações na região.

### **Bases Econômicas do Estado de Mato Grosso**

No processo de formação econômico-social do Estado de Mato Grosso, os anos 70 são um marco significativo. A partir desta década, e fruto de uma intervenção do Estado Nacional planejada e dirigida à ocupação do Centro-Oeste e Amazônia, geram-se, na região, as condições efetivas para a apropriação do espaço pelo capital e, além disso, para sua transformação em espaço econômico integrado ao movimento de produção/reprodução do capital nacional/internacional. Essas condições são, basicamente, as seguintes:

- Implantação de uma infra-estrutura viária, financiada com recursos externos e segundo o padrão priorizado (rodoviário) no modelo de desenvolvimento nacional. A abertura dessas vias de acesso e de circulação de mercadorias atendeu a objetivos políticos, econômicos e sociais, na época, complementares. Por meio dessa estratégia, dá-se a ocupação geopolítica dos territórios de fronteira e da Amazônia brasileira, além de viabilizar a abertura de frentes pioneiras de articulação e de ocupação na região.
- Atribuição de um valor econômico às terras da região e incorporação destas ao mercado de terras nacionais. Ao mesmo tempo em que atribuía valor às terras até então inacessíveis, o Estado Nacional, através de mecanismos legais - criação da "Amazônia Legal" e de faixas de 100 km ao longo das BR's - resguardava para seu domínio boa parte dos territórios estaduais.
- Reserva de mão-de-obra e interiorização da atividade produtiva, pela implantação de uma agricultura de alimentos. A abertura da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) ainda nos anos 60 e, posteriormente, a implantação ou asfaltamento das rodovias BR-163, MT-080 ao norte e MT-070 ao sul do Estado, representou forte atrativo para os fluxos migratórios orientados para o norte do Estado e para o interior da Amazônia meridional. Além disso, a agilização do processo de interiorização, acelerado nas décadas de 1970/80 pela implementação de projetos de colonização no Estado, intensificou também os processos de urbanização, de modernização agrícola e de migrações internas, com desdobramentos sobre a dinâmica demográfica regional. Através do POLONOROESTE, o asfaltamento das ligações rodoviárias com São Paulo e com o Distrito Federal e os recursos dirigidos à pequena produção, contribuíram

para desencadear a prática de uma agricultura comercial, estimulando o avanço da fronteira agrícola, propiciando ao mesmo tempo, o surgimento e fortalecimento de alguns núcleos urbanos, com significativas mudanças no quadro de urbanização do Estado.

- Incentivos fiscais e financeiros para investidores nacionais e estrangeiros. A partir de 1968, mecanismos fiscais e creditícios subsidiaram o fluxo de capital do Sudeste e do exterior para a região, através de programas e bancos oficiais - SUDAM/BASA, POLOCENTRO, PROTERRA, etc. - incentivando o avanço da pecuária sobre as áreas de floresta e a agricultura comercial na região dos cerrados, assim como a compra de terras.

Os estudos realizados sobre a apropriação da terra/formação econômica do Estado de Mato Grosso explicitaram, como foi visto, que o grau de ocupação e de desenvolvimento atualmente atingido é fruto de um processo recente. Na verdade, a ocupação mais efetiva e abrangente do território estadual tem pouco mais de três décadas, incentivada por ações oficiais que objetivaram, inicialmente, o povoamento e a colonização do território, e depois, evoluíram rapidamente para intervenções que viabilizaram formas de produção/reprodução mais específicas, integradas aos mercados nacional/mundial.

A partir da segunda metade da década de 70, quando teve início o avanço da agricultura tecnificada nos cerrados, é que se intensifica a ocupação do território mato-grossense. No período 1975-95, foram incorporados cerca de 27,9 milhões de hectares na forma de 22.645 novos estabelecimentos rurais, elevando de 24,2% para 55,0% a taxa de ocupação do território estadual. Paralelamente, ocorreu um significativo acréscimo na área média dos estabelecimentos rurais: de 391,12 ha em 1975, para 485,6 ha em 1985 e 632,9 ha em 1995.

**Quadro 6.3.1 - Evolução da ocupação (estabelecimentos, área ocupada e taxa de ocupação) - Estado de Mato Grosso, 1960 a 1995.**

Anos	Estabelecimentos rurais (nº)	Área ocupada (ha)	Área média (ha)	Taxa ocupação (%)
1960	12.885	7.806.303	605,84	8,61
1970	46.090	17.274.745	374,80	19,05
1975	56.118	21.949.147	391,12	24,20
1980	63.383	34.554.549	545,17	38,11
1885	77.921	37.835.853	485,57	41,72
1995	78.763	49.849.663	632,91	54,97

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1960 a 1985 e 1995-1996 (SEPLAN, 2002).

A intensidade e velocidade desse processo de ocupação das terras no Estado de Mato Grosso o caracteriza, no espaço nacional, como típica região de fronteira que, após a transformação

de sua base produtiva, se constitui em referencial de área de grande potencial agrícola e se consolida como área de moderna produção agroindustrial.

A par dessas intensas e rápidas transformações verificadas na base produtiva agrícola, no que tange ao uso e ocupação do solo, predominam fortemente as áreas de pastagem (exploração animal) e as matas (exploração vegetal). Apenas de forma localizada é que a produção de grãos recobre parcelas contínuas expressivas.

Portanto, quando se analisa o uso atual das terras nos estabelecimentos rurais, verifica-se que as terras ocupadas com lavouras, apesar dos elevados acréscimos no cultivo de grãos, ocupam ainda reduzida parcela de área (6,9% ou 3,5 milhões de ha) quando comparadas às terras ocupadas por pastagens (43,0% ou 21,4 milhões de ha) e matas (43,2% ou 21,5 milhões de ha).

**Quadro 6.3.2 - Utilização das terras nos estabelecimentos rurais - Mato Grosso, 1970 a 1995.**

Utilização das terras	Participação no total (%)				
	Anos censitários				
	1970	1975	1980	1985	1995-1996
Lavoura Permanente	0,13	0,19	0,38	0,36	0,34
Lavoura Temporária	1,52	2,09	4,12	5,27	5,58
Lavoura Em Descanso	0,00	0,15	0,86	1,13	0,99
<b>SUBTOTAL LAVOURA</b>	<b>1,65</b>	<b>2,43</b>	<b>5,36</b>	<b>6,76</b>	<b>6,91</b>
Pastagem Natural	58,78	39,37	29,19	25,59	12,42
Pastagem Plantada	10,26	11,86	13,58	17,76	30,62
<b>SUBTOTAL PASTAGEM</b>	<b>69,04</b>	<b>51,23</b>	<b>42,77</b>	<b>43,35</b>	<b>43,04</b>
Matas Naturais	18,85	32,35	38,72	37,34	43,08
Matas Plantadas	0,03	0,11	0,14	0,07	0,14
<b>SUBTOTAL MATAS</b>	<b>18,88</b>	<b>32,46</b>	<b>38,86</b>	<b>37,41</b>	<b>43,22</b>
Produtivas Não Utilizadas	5,23	10,11	7,22	5,75	2,90
Terras Inaproveitáveis	5,20	3,77	5,79	6,73	3,93
<b>SUBTOTAL ÁREAS NÃO PRODUTIVAS</b>	<b>10,43</b>	<b>13,88</b>	<b>13,01</b>	<b>12,48</b>	<b>6,83</b>
<b>ÁREA TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 a 1985 e 1995-1996; BIM –1997 (SEPLAN, 2002).

Mantendo-se, desde os anos 80, com uma participação estável no conjunto da área estadual, as terras ocupadas com pastagens asseguram à pecuária a condição de atividade predominante no uso e ocupação do território antropizado. Fato novo é o expressivo crescimento, verificado no período 1985-95, dos pastos artificiais na área total de pastagens, representando, em boa medida, a evolução da melhoria no manejo do rebanho bovino no Estado.

## A Questão Fundiária

O processo histórico de apropriação das terras no Estado de Mato Grosso não se diferencia do modelo tradicional e predominante nas áreas de expansão da fronteira agrícola, calcado em ações espoliativas do patrimônio público e em atividades especulativas. Os conhecidos procedimentos de "grilagens" de terras, posses e titulações ilegítimas, sobreposição de títulos, entre outros foram adotados de forma exacerbada, pois facilitados pela ausência de ações governamentais indutoras e/ou de fiscalização do cumprimento das disposições legais então vigentes (Lei de Terras).

Em 1966, o então Departamento de Terras e Colonização - DCT (criado pela Lei 336/49), vinculado à Secretaria de Agricultura, Colonização e Viação Pública foi fechado. Apenas no final de 1976 foi criado o Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso – INTERMAT, visando efetivar a regularização fundiária e promover o desenvolvimento orientado para o Estado de Mato Grosso, e no ano seguinte, promulga-se a Lei n.º 3.922 de 20/09/77, que estabelece o Código de Terras do Estado de Mato Grosso.

Durante toda essa década e ainda até a primeira metade dos anos 90, são três as instituições governamentais que intervêm nos assuntos fundiários no território do Estado de Mato Grosso: o INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Superintendência Regional SR-11), órgão federal responsável por todas as ações fundiárias relativas às terras sob jurisdição e dominialidade da União; o INTERMAT, atuando em regularização fundiária; e a CODEMAT - Companhia de Colonização e Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, que passa a atuar somente como instituição de desenvolvimento do Estado, sendo extinta em 2000.

Assim, o órgão de terras do Estado só vai apresentar condições efetivas de funcionamento e relativa estabilidade institucional a partir de julho de 1993, quando passa a contar com recursos financeiros oriundos do BIRD para a execução do "Projeto Ação Fundiária", ou seja, do subcomponente Regularização Fundiária do Programa de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso - PRODEAGRO (Contrato nº 3492-16/09/92).

Tanto no documento de "Projeto Ação Fundiária" elaborado em 1989 (INTERMAT-FAO/ONU), como nos documentos técnicos assinados, em 1992, pelos representantes do BIRD e dos Governos Federal e Estadual, consta a estimativa de um estoque de 10 milhões de hectares de terras devolutas que, em sua maior parte, pressupunham-se, localizadas acima da linha do hemisfério 13º, na região Norte e Noroeste do Estado.

Em 1995 foi criada na estrutura organizacional do Instituto uma Diretoria de Assentamento (Lei Complementar nº 36/95), bem como implantado o primeiro Projeto de Assentamento Estadual, já sob a ótica nacional da descentralização político-administrativa da reforma agrária, em regime de parceria entre órgãos do Estado, União e municípios e com a participação de representantes da sociedade civil, notadamente dos trabalhadores rurais. Deste ano até 1999, o INTERMAT já tinha sob sua responsabilidade a implantação e

administração de 15 assentamentos, três deles em parceria com o INCRA, enquanto que o MST implantou no mesmo período 20 assentamentos de trabalhadores rurais.

Em 1996, um Grupo de Trabalho constituído por representantes de diversos segmentos sociais do setor agropecuário encarregado de propor o redesenho do componente Ação Fundiária do PRODEAGRO, além de constatar que a realidade atual já não correspondia mais às estimativas realizadas em 1989/92, quanto ao estoque de terras devolutas no Estado, concluiu que o principal problema a afetar tanto as populações tradicionais, como os pequenos, médios e grandes produtores, assim como a agroindústria e o próprio desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, era o da insegurança jurídica nas transações imobiliárias.

Esta situação de instabilidade está expressa tanto na existência de inúmeros agentes produtores sem titulação definitiva das terras que ocupam, como também na recidiva sobreposição de títulos de propriedade sobre uma mesma área, fato conhecido como o da existência de vários “andares” de títulos de propriedades.

O fenômeno não é exclusivo do Estado de Mato Grosso, mas é esta a unidade da federação onde existe a maior área excedente de títulos se comparada com sua área física total do Estado (em 1996 o Mato Grosso possuía 20% de área cadastrada a mais que a área total do Estado, sem excluir do cálculo reservas e áreas de uso especial).

Esta situação, quando referenciada ao âmbito municipal, expressa-se de forma mais contundente, pois, conforme demonstram os dados do Cadastro INCRA - 1996 eram 47 os municípios que apresentavam um somatório das áreas dos imóveis rurais superior à sua superfície física. Destes, 32 municípios possuem índices superiores ao da média estadual, sendo que no município de Barra do Garças registra-se quase sete e meio “andares” de títulos para o conjunto dos imóveis rurais ali localizados.

**Quadro 6.3.3 - Demonstrativo dos municípios com área dos imóveis cadastrados no INCRA superior à superfície física municipal - Mato Grosso - 1996.**

Municípios	Área (km <sup>2</sup> )	Área cadastrada no INCRA (km <sup>2</sup> )	Superfície do município cadastrada
1. Barra do Garças	8.724	73.162	838,63%
2. Diamantino	13.324	56.528	424,26%
3. Cuiabá	3.980	13.527	339,87%
4. Colider	4.121	12.816	310,99%
5. Cláudia	1.313	3.906	297,49%
6. Alto Taquari	1.293	3.359	259,78%
7. Sinop	12.067	26.976	223,55%
8. Juruena	9.932	20.530	206,71%
9. Mirassol	1.088	2.174	199,82%
10. Alto Araguaia	5.666	11.022	194,53%
11. Novo Horizonte do Norte	607	1.102	181,55%



Municípios	Área (km <sup>2</sup> )	Área cadastrada no INCRA (km <sup>2</sup> )	Superfície do município cadastrada
12. Luciara	16.394	29.542	180,20%
13. Tapurá	6.328	11.299	178,56%
14. Barra do Bugre	7.257	12.350	170,18%
15. Vila Bela	21.451	36.325	169,34%
16. Jangada	1.023	1.687	164,91%
17. Arenópolis	3.239	5.099	157,43%
18. Porto Alegre do Norte	5.444	8385	154,02%
19. Nobres	7.311	10.196	153,14%
20. Jaciara	1.882	2.611	138,74%
21. Jauru	1.200	1.623	135,25%
22. Rosário Oeste	8.393	11.299	134,62%
23. Rondonópolis	4.593	6.107	132,96%
24. Santa Terezinha	12.042	15.895	132,00%
25. Itiquira	8.745	11.475	131,22%
26. Poxoréu	6.903	8.921	129,23%
27. Ribeirão Cascalheira	8.024	10.236	127,57%
28. Cáceres	27.322	33.948	124,25%
29. Campo Novo do Parecis	23.212	28.699	123,64%
30. Porto dos Gaúchos	16.985	20.992	123,59%
31. Pontes e Lacerda	12.551	15.400	122,70%
32. Araputanga	1.646	2.012	122,24%
33. Lucas do Rio Verde	3.573	4.286	119,96%
34. Juína	26.444	31.200	117,99%
35. Vila Rica	7.486	8.832	117,98%
36. Denise	1.332	1.568	117,72%
37. Apiacás	13.867	16.285	117,44%
38. Paranatinga	39.674	44.704	112,68%
39. Alto Garças	3.660	4.058	110,87%
40. Sorriso	10.140	11.162	110,08%
41. Água Boa	11.518	12.508	108,60%
42. Juscimeira	2.198	2.330	106,01%
43. Santo Antonio Leverger	11.822	12.508	105,80%
44. Nossa Senhora do Livramento	5.229	5.440	104,04%
45. Araguainha	687	706	102,77%
46. Torixoréu	5.109	5.166	101,12%
47. Juara	13.111	13.152	100,31%

Fonte: Índices Básicos (Edição acrescida dos municípios de 1993) INCRA, 1996, DF (SEPLAN, 2002).

Certamente, a insegurança dominial provocada pela reincidente titulação de uma mesma área ou pela ausência do título de propriedade da terra ocupada, tem como consequência imediata os graves conflitos sociais pela posse da terra. Catalogados na Federação dos

Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) e no INTERMAT, em 1996, estavam 138 conflitos coletivos. Além disso, a indefinição na condição de propriedade resulta também na acumulação, no Poder Judiciário, de ações reivindicatórias de manutenção ou reintegração de posse e interditos possessórios entre particulares, onde proprietários, lindeiros e “pretensos proprietários” disputam imóveis e áreas rurais, gerando, num efeito em cadeia, a insegurança em todas as relações jurídicas que se referem à questão fundiária.

A desordem decorrente do excesso de titulação afeta particularmente as populações tradicionais que, a todo o momento, vivem acuadas por liminares de despejo emitidas tão somente amparadas em “títulos de domínio”. Este é o caso dos remanescentes de quilombos e posses antigas existentes na Baixada Cuiabana, como também das populações indígenas, onde a existência de “títulos” emitidos (ou não cancelados) acaba sempre sendo um dos maiores fatores de pressão sobre suas áreas reservadas ou de perambulação.

Esta situação de incerteza sobre o efetivo domínio da terra também se reflete na dimensão econômica, seja como fator de restrição ao acesso a linhas de crédito rural, notadamente para o pequeno proprietário e o posseiro, seja como inibidor dos investimentos de longo prazo, o que pode ainda repercutir negativamente na produção e empregos sociais e na arrecadação de impostos.

Como reverso da medalha, a inibição dos investimentos em longo prazo atua como catalisador da exploração predatória dos recursos naturais e da inviabilização de um modo de desenvolvimento sustentável econômica, social e ambientalmente no Estado.

A condição de posse e a distribuição dos recursos fundiários no Estado apontam para a permanência e intensificação da tendência de concentração da terra e da condição legal de propriedade.

Conforme demonstram os dados censitários do IBGE, o crescimento da condição de produtor-proprietário intensifica-se largamente no último decênio e contrasta com a redução também importante das demais situações de posse, principalmente quanto às categorias de arrendatários (mediante pagamento em quantia fixa em dinheiro ou cota-parte da produção) e parceiros (mediante pagamento de parte da produção obtida - meia, terça, quarta etc.).

## **Agricultura**

A expansão e desenvolvimento do setor agropecuário na região Centro-Oeste, ocorridos principalmente a partir da década de 70, resultou, como visto, de um conjunto de fatores combinados – fluxo imigratório de pequenos agricultores, investimentos privados e forte apoio estatal - que contribuíram para viabilizar a exploração capitalista mecanizada em larga escala voltada para a produção de culturas de exportação (soja, algodão, café, etc.) e para a pecuária extensiva.

Áreas mais acessíveis, como o sul de Goiás e do Mato Grosso do Sul, já possuíam, nesta época, uma agricultura consolidada de relativa expressão. Mas a região dos Cerrados, que constitui o maior domínio ecológico da região Centro-Oeste, somente pôde ter uma exploração em escala comercial a partir dos avanços tecnológicos obtidos pela EMBRAPA, os quais possibilitaram a resolução dos problemas de fertilidade dos solos.

Assim, ultrapassada a fase de evolução inicial, a produção lavoureira se consolidou em duas frentes principais: a das *commodities* agrícolas, dentre as quais a soja assumiu expressão maior; e a das culturas alimentares, representadas pelo arroz, milho, feijão e mandioca, que formam o grupo mais vulnerável.

Com ritmo intenso de crescimento, foi possível ao Centro-Oeste, no início dos anos 90, responder por mais de um terço da produção nacional de soja, e, segundo informações do IBGE e da CONAB, chegar na safra 97/98, à produção de 12,8 milhões de toneladas, correspondendo a 40,8% do total produzido no País. Também no período recente, destaca-se a agricultura regional por contribuir com 20% da produção nacional do algodão herbáceo, sendo que Mato Grosso e Goiás ocupam os dois primeiros lugares.

O Estado de Mato Grosso possui cerca de 18% da área dos Cerrados, ou seja, 39% de seu território, o que contribuiu fortemente para colocá-lo como uma das mais promissoras áreas de fronteira agrícola do País. O vigoroso crescimento da produção experimentado sustentou-se, certamente, na expansão da área cultivada, mas, sobretudo, em ganhos de produtividade relativamente a grande maioria dos produtos. Essa produtividade está associada ao potencial, ainda não esgotado, de modernização agrícola das áreas dos Cerrados.

Além de dispor de terras agricultáveis ainda não utilizadas, a agricultura mato-grossense já se consolidou como o setor mais importante da economia estadual, dado seu papel motriz em relação às demais atividades econômicas, assim como está inserida no contexto da moderna agricultura nacional, considerando-se a significativa evolução da produtividade, área e produção das suas principais lavouras temporárias.

### **Pecuária**

A atividade pecuária, forte componente histórico da formação econômico-social, é atividade amplamente predominante no espaço rural mato-grossense, sendo, também, a principal responsável pelo uso e ocupação dos territórios antropizados.

Nos dias atuais, a pecuária, notadamente a bovinocultura, apresenta um significativo desempenho quantitativo e avanços qualitativos importantes. Contudo, o Estado de Mato Grosso, um dos principais produtores nacionais, ainda resente-se de uma melhoria do padrão genético e da condição sanitária no manejo do rebanho.

No período de um decênio (1987-1996), o rebanho bovino estadual quase que duplicou, passando de 7,8 milhões de cabeças, em 1987, para 14,4 milhões de cabeças, em 1996.

Na região do Pantanal mato-grossense, onde a atividade pastoril encontrou, historicamente, boas condições para o seu desenvolvimento, vindo a tornar-se econômica e socialmente dominante, a viabilização desse tipo de ocupação se apoiou na constituição de grandes fazendas, sob baixos preços da terra nua, bem como na pouca utilização de capital e de técnicas modernas na condução da atividade.

Também em outras regiões do Estado, tradicionalmente, a atividade pecuária desenvolveu-se sob regime extensivo de exploração, apropriando-se gradualmente do espaço estadual e introduzindo-se, seja nas áreas de ocupação mais antiga, seja nas novas áreas, após a exaustão das terras decorrente do uso intensivo da lavoura tradicional, ou após a supressão pura e simples da cobertura vegetal nativa, como no caso da expansão em direção à metade norte do Estado, adentrando-se nas terras amazônicas.

A bovinocultura é uma atividade difusa, estando presente em grandes, médios e pequenos estabelecimentos rurais em todo o território estadual, muito embora o adensamento do rebanho e a intensificação da exploração sejam particularmente importante na metade Sul. Em 1996, 27 municípios detinham 50% do efetivo de bovinos, enquanto 14,4% do rebanho estadual concentravam-se em apenas cinco municípios produtores, quais sejam: Cáceres; Vila Bela da Santíssima Trindade; Juara; Alta Floresta; e Pontes e Lacerda.

A atividade pecuária, com forte predomínio da bovinocultura de corte (97% do rebanho estadual), vem demonstrando um forte e contínuo movimento no sentido de acréscimos em sua área e elevação em seu nível tecnológico. Na base deste movimento está o acréscimo na área de pastagens plantadas e a tendência de queda gradual das pastagens naturais, o que também evidencia as transformações mais recentes na atividade pecuária no Mato Grosso, onde ganha espaços a exploração em regime intensivo.

A evolução ocorrida no período recente apresenta um quadro de acelerada expansão da atividade com modificações espaciais significativas, ou seja, presença de áreas onde a atividade pecuária cresce a taxas extremamente elevadas (ambiente florestal e cerrados), áreas de estabilização, assim como áreas de retrocesso.

Logicamente, este processo não é espontâneo, mas induzido pela internacionalização dos mercados que impõe ajustes ao subsetor, ajustes estes necessários a sua inserção na economia globalizada. Assim, com o avanço da modernização do setor rural, as condições de mercado passaram a exigir do subsetor pecuário ganhos de produtividade e maior competitividade, ao mesmo tempo em que as atividades extensivas, calcada nos baixos padrões de produtividade, passaram a perder competitividade.

Mas também neste segmento produtivo tradicional, mudanças importantes estão ocorrendo. É o caso da pecuária extensiva do Pantanal que, por força de melhorar a capacidade de

suporte de suas pastagens, valeu-se da implantação, nas possibilidades do seu ambiente natural, de pastagens cultivadas e da execução de obras (diques, por exemplo, em algumas fazendas do Pantanal do Alto Paraguai), para atenuar a influência “negativa” do regime hídrico dos rios. Os impactos ambientais destas intervenções, dado o caráter recente das mesmas, ainda não foram suficientemente analisados, embora não se desconheça que a tendência à homogeneização da paisagem natural e a interferência sobre a fauna e a flora, associadas aos ambientes aquáticos do pantanal, devam ser sempre consideradas.

### **A (Re)Organização do Espaço Agrário: Dinâmica Espacial Recente**

Formado por um conjunto de planaltos e depressões, o Mato Grosso reúne uma diversidade expressiva de ecossistemas que também se constituíram em elementos definidores das formas de apropriação do espaço agrário, já que as potencialidades e restrições do ambiente natural sempre condicionam os modos de produção, tanto mais aqueles modelos ditos tradicionais, como a pecuária extensiva, a agricultura de subsistência e o extrativismo vegetal.

Estes modelos, calcados na base dos recursos naturais existentes, na medida em que se consolidam e atingem algum grau de desenvolvimento, transformam a paisagem natural que lhes deu suporte, geralmente, no sentido do esgotamento das potencialidades dos recursos originalmente disponíveis. Este fato é determinante da dinâmica espacial das atividades agropecuárias que, num modelo tradicional de oferta relativamente ilimitada de terras, resulta em sucessivos deslocamentos da produção de áreas velhas para as novas zonas ainda inexploradas.

Sob esta lógica de apropriação do espaço e contando com os aportes de investimentos do Estado em infra-estrutura de transportes, energia e armazenagem, é que ocorreu a incorporação ao processo produtivo de grande parte do território mato-grossense, configurando-se nele as regiões tradicionais de produção pecuária (pantaneira e dos cerrados), de exploração madeireira (frentes de colonização) e de agricultura para mercado interno (entorno das rodovias e das zonas de povoamento antigo).

Na década de 80, num cenário de forte crise do Estado e redução na sua capacidade de realizar investimentos, paralelamente ao processo de interiorização e espraiamento da indústria nacional, realiza-se efetivamente a integração produtiva do Mato Grosso ao mercado nacional. O espaço estadual passa, então, a ser redesenhado: agora não mais sob uma lógica endógena e/ou periférica, mas sob a lógica da (re) configuração do espaço econômico nacional, este, também, em estágio de regulação sob a nova ótica da globalização.

A dinâmica espacial do capital reorienta-se, assim, para a apropriação de espaços onde os custos de logística (suprimento e distribuição) garantam, além de vantagens comparativas, competitividade à atividade econômica.

O aproveitamento agrícola das áreas de pastagens dos cerrados, onde o Estado já havia provido a infra-estrutura econômica e também realizado, notadamente com o suporte da EMBRAPA, o desenvolvimento e disseminação dos avanços tecnológicos requeridos, inserem-se neste novo contexto.

Atualmente, na região dos cerrados mato-grossenses, a diversificação é, praticamente, restrita a duas atividades: preponderantemente as lavouras comerciais de soja e milho, com sistemas de cultivo intensivo; e, de forma secundária, mantidas em áreas menos férteis, as pastagens para a pecuária de corte.

A ocupação dos “chapadões” de Campo Novo dos Parecis e Primavera do Leste é típica da situação das áreas de concentração do cultivo da soja, com destaque para o papel das propriedades médias e grandes, com uso intensivo de capital (pacotes tecnológicos) e baixa ocupação de mão-de-obra.

Verifica-se uma forte concentração espacial da produção de grãos no Estado, pois, em 1996, apenas 08 municípios detinham 60% da quantidade total produzida de soja e milho. Acrescendo-se a este grupo a contribuição de outros 6 municípios maiores produtores - Novo São Joaquim (4,2%); Alto Taquari (3,8%); Comodoro (3,5%); Rondonópolis (3,0%); Pedra Preta (2,8%); e Alto Garças (2,2%) - completa-se 80% do volume da produção estadual.

A distribuição espacial dos municípios maiores produtores põe em relevo, claramente, dois vetores de expansão: um, centrado em Campo Novo do Parecis e sua área de expansão em Brasnorte, Sapezal e Campos de Júlio (os dois últimos, com forte expressão na sojicultura); outro, no eixo da BR-163, englobando Diamantino, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso.

Em áreas de ocupação relativamente mais antiga, destacam-se os municípios de Campo Verde, Primavera do Leste e Novo São Joaquim, seguindo-se Itiquira, no extremo sul.

Sobressaem, ainda, na produção de soja e milho, dois agrupamentos mais diversificados, contendo cada um deles um pólo sucro-alcooleiro bem delimitado e, também, uma área de produção agropecuária mais diversificada (Jaciará, Dom Aquino, Juscimeira e São Pedro da Cipa; Rondonópolis, Pedra Preta).

Como se pode observar, a maior parte dos municípios produtores localiza-se na região dos cerrados mato-grossenses, onde também se desenvolve parcela importante da produção de cana-de-açúcar, outro cultivo integrante do segmento da agricultura dita moderna.

Também com acentuada concentração espacial, a produção de cana-de-açúcar ocorre em torno de três núcleos: o núcleo produtor e pólo sucro-alcooleiro mais antigo, da região de Jaciará; o pólo do município de Campo Novo do Parecis e suas áreas principais de expansão, os municípios de Diamantino e São José do Rio Claro; e o terceiro núcleo produtor, onde se destacam os municípios de Barra do Bugres, Denise e Nova Olímpia.

Note-se, ainda, em período recente, a expansão do cultivo do algodão nos cerrados de toda a região Centro-Oeste, inclusive no Mato Grosso, particularmente em Campo Novo do Parecis e Primavera do Leste.

O algodão, tradicionalmente, concentrava-se no eixo Jauru-Cáceres (Cáceres, Mirassol d'Oeste, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião e Barra do Bugres) e no núcleo produtor dos municípios de Itiquira, Rondonópolis, Poxoréu e Pedra Preta, este último, sede de agroindústria algodoeira. No limiar das décadas de 80-90, implantou-se também nas áreas úmidas do extremo norte do Estado (Colider, Alta Floresta, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte), onde experimentou alternados períodos de expansão e declínio do cultivo, provavelmente provenientes das condições ambientais.

Cabe salientar que, com exceção de algumas regiões, onde se incluem as áreas novas dos cerrados, o cultivo do algodão foi sempre desenvolvido com base nas unidades de agricultura familiar, com baixo patamar tecnológico empregado na condução dessas lavouras.

A pequena unidade de produção agrícola familiar, forjada nos processos de redistribuição dos recursos fundiários (colonização e reforma agrária) hoje praticamente não é presente enquanto unidade produtiva no espaço econômico dos cerrados, já que os custos dos insumos e dos equipamentos requeridos para atingir economias de escala compensadora dos investimentos realizados transformaram essas áreas planas no território econômico da grande empresa agrícola e agroindustrial.

A agricultura familiar, baseada na pequena propriedade e organizada em torno da produção de culturas tradicionais (arroz, feijão, milho e mandioca), da criação de pequenos animais, da produção leiteira e, secundariamente, de algumas poucas culturas comerciais (café, cacau e algodão), vê-se consolidada nas áreas de ocupação mais antiga, onde há oferta de infraestrutura e serviços de apoio, mas também, possibilidades de expansão cada vez mais restritas.

A produção do arroz de sequeiro caracteriza-se por alta mobilidade espacial. Além de se constituir em cultura tradicional da pequena produção, onde tendem a ser menores as produtividades, seus maiores "surto" de produção correspondem a abertura/expansão das frentes agrícolas e de bovinocultura, precedendo a abertura de pastos e de novas áreas agrícolas. Produções significativas e desenvolvidas de modo mais permanente e de forma capitalizada são pouco numerosas e tendem a desenvolver-se nas áreas de ocupação recente, apenas em segmentos com ganhos diferenciais significativos. Destacam-se especialmente os municípios de Sorriso, Campo Novo do Parecis, Lucas do Rio Verde, Paranatinga, Nova Mutum, Água Boa, Nova Xavantina, sítios privilegiados da produção moderna de grãos e de expansão de pastagens plantadas.

Dados analisados evidenciam o declínio generalizado das produções tradicionalmente proveniente da agricultura familiar, como o arroz, o feijão, o milho e o algodão. Nas áreas de

concentração desses produtos, além da queda das quantidades produzidas, verifica-se ainda que as já baixas produtividades são declinantes. Em contrapartida, surgem novas áreas produtoras, especialmente de milho, feijão e algodão, com produtividade elevada e/ou com tendência ascendente, nas áreas de produção mais capitalizada. Caracteriza-se, desse modo, um crescente processo de industrialização dos produtos alimentares, de caráter complementar àquela de insumos agro-industriais, indicando a crescente perda de posições e de viabilidade da pequena produção.

Em efeito, a reprodução desta forma de produção vem ocorrendo em áreas de relevo mais movimentado e, geralmente, de baixa fertilidade natural, condição totalmente desfavorável a uma agricultura baseada no baixo uso de insumos modernos e mecanização. Nesse sentido, deve-se destacar a forte presença dessa agricultura nas áreas florestadas, principalmente no extremo norte do Estado, onde também se expande a bovinocultura.

A pecuária extensiva de corte, certamente, desenha os maiores espaços dentro do território estadual, num quadro de acelerada expansão da atividade, tendo o rebanho praticamente duplicado, no período 1987-96. A pecuária é desenvolvida, geralmente, por pecuaristas de médio e grande porte, com baixo uso de técnicas modernas, embora atualmente sejam também observados sistemas tecnológicos mais complexos, intensivos, normalmente associados aos grandes empreendimentos pecuários.

Apesar de também ocupar o tipo de ambiente característico da agricultura moderna (Campo Novo do Parecis, Lucas do Rio Verde e outros), tende a ocupar áreas mais antigas, anteriormente exploradas pela agricultura tradicional, ou expande-se para a região de fronteira de ocupação, em áreas onde as condições ecológicas e/ou o fator distância (fretes) são desfavoráveis à grande empresa de exploração agrícola. São características desse modelo de ocupação as regiões do Vale do Araguaia, de antigo predomínio da pecuária (São José do Xingu e São Félix do Araguaia) e de Barra do Garças. A presença da agricultura nessas regiões pode ser considerada pouco expressiva, resumindo-se principalmente ao cultivo de arroz para a abertura de pastagens.

A pecuária extensiva dos pantanais é outra feição característica, constituindo-se num modelo de ocupação tradicional do Estado. Esta atividade pouco alterou as condições primitivas do Complexo Pantaneiro, mantendo em grande parte a constituição original do meio natural e não adensou a população, via constituição de núcleos urbanos significativos. Também no que diz respeito ao sistema de transportes, o Pantanal apresenta-se como um grande vazio, apenas circundado por uma malha viária que se origina nas capitais estaduais, mas integrando-se, pelo Rio Paraguai, a importante via fluvial da Bacia do Prata.

Dadas as características do ecossistema pantaneiro, o uso econômico dos solos é ali feito tradicionalmente pela pecuária extensiva, já que essa região possui pastagem nativa em abundância e está sujeita a inundações freqüentes, oferecendo fortes restrições a outros tipos de ocupação. Predominam as grandes propriedades, pois a capacidade de suporte das pastagens nativas é baixa. O Pantanal do Alto Paraguai, na porção sul do Estado, é uma



região típica de predomínio desse modelo. Não obstante, outras áreas importantes de concentração desse tipo de ocupação estão presentes no Estado, como é o caso das planícies inundáveis dos rios Araguaia e Guaporé.

Caberia citar, ainda, as áreas de ocupação mais antiga, onde os condicionantes naturais permitiram a diversificação produtiva e a forma de apropriação do espaço, agregando desde a agricultura empresarial (principalmente soja), passando pela agricultura familiar, as produções pecuárias tradicional e moderna, até chegar nas unidades agro-industriais voltadas para o processamento da matéria prima local (basicamente cana-de-açúcar, soja, algodão e boi). No entanto, a diversificação das explorações é ainda pouco significativa, com predomínio do binômio soja/pecuária.

É o caso da região de Rondonópolis, onde são facilmente identificados os chapadões, propícios à ocupação pela agricultura moderna; as grandes extensões de terras de menor potencial agropecuário, ocupadas pelas frentes pecuárias; além das terras mais férteis em relevo movimentado, ocupadas pela agricultura familiar. A antiguidade da ocupação associada a um ambiente natural diversificado e uma elevada concentração de agroindústrias (usinas de cana, esmagadoras de soja etc.) resulta numa gama de relações de interdependência e complementaridade entre os diversos tipos de agentes econômicos e suas atividades. Porém, na medida em que avança o processo de internacionalização e modernização da agricultura mato-grossense, esse modelo de ocupação também vem apresentando alterações, no sentido de privilegiar a agropecuária de caráter empresarial e as cadeias agro-industriais associadas aos produtos de mercado externo (soja, cana-de-açúcar e carnes).

Finalmente, destaca-se a exploração madeireira, que acompanha as frentes de abertura de novas áreas, vinculada aos assentamentos humanos ou aos grandes empreendimentos pecuários, nas regiões florestais do norte e meio-norte do Estado. O ambiente natural é o da Floresta Amazônica e transições. O sistema de exploração ainda se apóia em formas tradicionais, onde se destaca o corte puro e simples da vegetação, com aproveitamento apenas das espécies nobres e queima das demais, ou no corte seletivo de espécies nobres dentro do maciço florestal.

Esta atividade econômica confere forte dinamismo às regiões onde se instala, promovendo o adensamento populacional e movimentando grande volume de recursos financeiros. Na região norte do Mato Grosso, foi responsável pelo adensamento populacional de áreas como Alta Floresta e Sinop, em cujas vizinhanças, hoje, ocorrem avanços da frente agrícola em direção ao norte, adentrando a ocupação nas franjas da Floresta Amazônica.

No entanto, dado o próprio caráter do extrativismo, sua sustentabilidade tende a ser limitada pelo esgotamento do recurso florestal. Este é o caso das regiões florestais localizadas na porção sul do Estado, que já foram excessivamente exploradas, não se verificando mais atividade madeireira significativa. Em outros espaços, no entanto, a atividade madeireira

assume o caráter principal, associada a um organizado setor agro-industrial (complexo de serrarias e unidades moveleiras).

Em linhas gerais, este é o desenho atual do espaço econômico no Estado de Mato Grosso, recém esboçado sobre as marcas de suas fases pretéritas de povoamento. Portanto, um desenho ainda incompleto, pois delineado por processos espaciais recentes, como a consolidação em curso de novos centros dinâmicos (Sinop e Alta Floresta) na região noroeste e na sub-região da Chapada dos Parecis, além de avanços em direção ao norte, área onde há significativos estoques de terras "virgens" e que se apresenta como uma fronteira de recursos em processo de abertura.

Na verdade, o território mato-grossense é um espaço econômico em transição, constituindo-se, ainda, numa região de fronteira do capital.

### **Regionalização em Áreas Homogêneas**

Tendo em vista caracterizar a configuração espacial atual do processo de modernização e adensamento das atividades primárias, foram organizados e analisados os dados relativos à produção agropecuária e extrativa vegetal (principais produtos), aos Valores de Produção resultantes, ao Crédito Rural e à Capacidade de Armazenagem. Através das Unidades Territoriais Comparáveis (UTC's) 1988-1995, foram estabelecidas comparações para avaliar a evolução das produções físicas nesse período (especialmente no quinquênio 1990-1994), determinando-se também o peso proporcional de cada município tendo por referência o ano de 1994. Um segundo nível de análise referiu-se à avaliação conjunta desses indicadores com o recurso da análise fatorial. Em termos gerais, foram utilizados os mesmos procedimentos empregados para delimitação da situação referencial 1985.

No primeiro tipo de análise, procurou-se identificar os municípios ou grupos de municípios que apresentavam claras especializações produtivas e suas tendências. Quanto à análise fatorial, devido, por um lado, às características das informações disponíveis (quantitativos distribuídos pelos diferentes municípios) e, por outro, a uma elevada irregularidade na distribuição (existência de fortes concentrações regionais), verificou-se ser inviável a utilização simultânea de indicadores dos diversos sub-setores da produção primária. O baixo grau de correlação entre as variáveis ocasionava resultados insatisfatórios para a explicação do fenômeno analisado. Desse modo, optou-se por desenvolver a análise a partir de grupos mais reduzidos de indicadores, representativos apenas de um ou mais sub-setor, vinculando-se no mais das vezes estes conjuntos à variável Valor Adicionado do Setor Primário. A partir das análises precedentes foi desenvolvido um processo de atualização e crítica das áreas delimitadas na Situação Referencial 1985<sup>1</sup>. O primeiro procedimento adotado foi o de procurar adequar, na estrutura de divisão municipal mais recente, as 18 áreas delimitadas

---

<sup>1</sup> Capítulo anterior do ZEE suprimido nesta compilação o qual descrevia o cenário de base em 1985, utilizado como referência.

para 1985. Nos segmentos territoriais onde os desmembramentos municipais o permitiram, foram respeitados os limites da situação 1985.

Para desenvolver a atualização visando configurar uma Situação Referencial Atual relativa ao setor primário da economia mato-grossense, procurou-se privilegiar a segmentação de áreas que apresentassem dinâmicas semelhantes, englobando tanto os núcleos de maior densidade, como suas áreas de expansão, caracterizadas a partir das séries históricas da produção 1987-1994. Devido à "armadura" representada pelos limites municipais, estes processos ora foram considerados de forma mais dilatada, especialmente na Fronteira Recente, ora foram espacialmente minimizados, devido à diversidade de situações freqüentemente encontradas nos municípios de maior porte territorial.

Para caracterizar as áreas com dinâmicas semelhantes, considerou-se como fator determinante as especializações produtivas. Estas especializações geralmente estão vinculadas às formas de produção com especificidades próprias, refletindo diferentes níveis de aprofundamento das relações de produção capitalistas. Considerou-se, em primeiro plano, a moderna produção agrícola ou agricultura industrializada. Destacaram-se aí as especializações/predominância ampla da produção de grãos diretamente voltadas para a agroindústria, assim como a produção de cana-de-açúcar. Ambas são altamente capitalizadas, voltadas/dependentes dos mercados nacional/internacional e com núcleos agro-industriais locais; ambas são determinantes de formas específicas de relações de produção.

Com base nesta primeira definição, foram individualizadas duas áreas canavieiras: a primeira, nas Áreas Consolidadas de Maior Produtividade, englobando os municípios de Jaciara, Juscimeira, Dom Aquino e São Pedro da Cipa; e a segunda, nas Áreas de Transição, englobando os municípios de Barra do Bugres, Nova Olímpia e Denise. A partir da especialização na produção de grãos e da vinculação agro-industrial, foram individualizados 4 outras áreas homogêneas, a saber:

- Alto Taquari, Itiquira, Pedra Preta e Rondonópolis;
- Campo Verde, Primavera do Leste e Novo São Joaquim;
- Campo Novo do Parecis, Sapezal e Campos de Júlio;
- Nobres, Diamantino, São José do Rio Claro, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Tapurah.

Com base na forte predominância da extração madeireira, com diversas combinações onde apresenta grande influência a expansão do rebanho bovino, foram individualizadas outras duas regiões da Fronteira Recente:

- a primeira é o pólo madeireiro de Sinop, mantendo-se a mesma configuração espacial aproximada da Situação Referencial 1985, com os seguintes municípios: Sinop, Vera, Marcelândia, Santa Carmem, Cláudia e Itaúba;
- a segunda, onde além da extração madeireira, a pecuária (principalmente) e antigos núcleos de agricultura tradicional são significativos, engloba os municípios de: Juína, Castanheira, Juruena, Juara, Novo Horizonte do Norte, Tabaporã e Porto dos Gaúchos.

Da Situação Referencial 1985, foram ainda mantidas as seguintes regiões, por permanecerem guardando as características que as originaram:

- Região de Expansão da Pecuária e da Agricultura nos cerrados: Paranatinga, Campinápolis, Nova Xavantina, Água Boa e Canarana;
- Região das Áreas Antigas de Menor Produtividade e Estrutura Diversificada (Áreas de Transição), com os seguintes municípios: Rosário Oeste, Chapada dos Guimarães, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Acorizal, Jangada, Nossa Senhora do Livramento, Porto Estrela, Alto Paraguai, Nortelândia, Nova Marilândia, Arenápolis e Santo Afonso.
- Região de concentração de pequenos e médios produtores, e cujos limites reais extrapolam os municípios considerados: Reserva do Cabaçal, Salto do Céu, Lambari do Oeste, Mirassol do Oeste, Rio Branco, Glória D'Oeste, Figueirópolis D'Oeste, Indiavaí, São José dos Quatro Marcos, Araputanga, Jauru e Porto Esperidião;
- Pantanal da BAP, com os seguintes municípios: Cáceres, Poconé, Barão de Melgaço e Santo Antônio do Leverger;
- Pantanal do Guaporé: Comodoro, Vila Bela da Santíssima Trindade e Pontes e Lacerda.

Nas Áreas Consolidadas, o núcleo de Menor Produtividade e Maior Diversificação foi expandido, individualizando-se duas áreas homogêneas. A primeira contendo o núcleo mais desenvolvido da original: General Carneiro, Poxoréu e Guiratinga, ao qual foram acrescentados os municípios de Alto Garças e Alto Araguaia além de Barra do Garças. A segunda permaneceu contendo seu núcleo mais pobre e voltado para a pecuária extensiva: Pontal do Araguaia, Torixoréu, Ribeirãozinho, Ponte Branca e Araguainha.

A porção nordeste, marcada por amplo predomínio da pecuária, foi dividida em três (além da saída de Barra do Graças):

- Vila Rica, Confresa, Santa Terezinha, Porto Alegre do Norte e Cana Brava do Norte, que se distinguem por um papel significativo na produção tradicional e pela presença de produção diversificada além da pecuária, predominante;

- São José do Xingu, Luciara, São Félix do Araguaia, Alto Boa Vista, Querência e Ribeirão Cascalheira, predomínio indiscutível da pecuária extensiva e com baixo ritmo de crescimento;
- Cocalinho e Araguainha, com o mesmo predomínio da pecuária e maior ritmo de expansão.

Finalmente, na Fronteira Recente em seu segmento mais extremo, foram definidas as 3 últimas áreas homogêneas:

- Peixoto de Azevedo e Matupá, área de grande predomínio do garimpo aurífero, com alternativas econômicas ainda muito pouco desenvolvidos;
- Alta Floresta, Paranaíta, Nova Canaã do Norte, Colíder, Terra Nova do Norte, Nova Guarantã e Guarantã do Norte, que representa o segmento mais dinâmico da agropecuária do extremo norte e, malgrado perdas populacionais e econômicas derivadas da crescente falência da economia garimpeira, parece ter possibilidades amplas de consolidação e crescimento;
- Área de baixa densidade de ocupação, englobando os municípios de Apiacás, Nova Monte Verde, Nova Bandeirantes, Cotriguaçu e Aripuanã.

Desse modo, foram identificadas novas áreas homogêneas, com a totalização de 23 relativas à produção primária na Situação Referencial Atual.

De interesse para este Diagnóstico, os estudos do ZEE identificam duas áreas homogêneas do ponto de vista da produção agropecuária, a saber:

Área Homogênea 8: Segmento de Amplo Predomínio da Pecuária Extensiva.

Municípios:

- Ribeirão Cascalheira;
- Alto Boa Vista;
- São Félix do Araguaia;
- Luciara;
- Querência;
- São José do Xingu.

Área Homogênea 9: Segmento de Amplo Predomínio da Pecuária Extensiva com a Presença de Núcleos Significativos de Policultura.

Municípios:

- Vila Rica;
- Santa Terezinha;
- Confresa;
- Porto Alegre do Norte;
- Cana Brava do Norte.

### **Grandes Regiões Econômicas**

O processo histórico da formação econômico-social mato-grossense forjou, como visto, um modo de apropriação do espaço calcado em formas tradicionais de produção/reprodução social: pecuária extensiva, agricultura de subsistência e extrativismo vegetal e mineral. Trata-se, agora, de revelar o recorte desse espaço na forma de regiões econômicas.

Preliminarmente, buscou-se identificar sub-espacos que apresentassem relativa unidade, além de especificidades dadas por mecanismos e modos de integração/concorrência próprios.

Na identificação desses subespacos, inicialmente, adotou-se o critério de homogeneidade diretamente relacionado à perspectiva da dimensão espacial. Considerando serem as atividades agropecuárias e extrativistas aquelas historicamente determinantes do avanço da fronteira, bem como os principais responsáveis pelo uso e ocupação do solo, o critério de homogeneidade foi aplicado na perspectiva da invariância do modo de produção principal do setor primário da economia.

Com base no processo de aproximações sucessivas, apresentado de modo sucinto no item anterior, foram gradativamente identificadas 10, 13, 23 e 27 áreas homogêneas de produção.

Não obstante, áreas homogêneas do ponto de vista de alguns aspectos determinantes da estrutura produtiva não podem ser igualadas a regiões econômicas, mesmo que incorporando uma perspectiva dinâmica de seu processo de constituição. Regiões econômicas são espacos abstratos, englobando unidades e fatores de produção e seus fluxos, o mercado e a ação estatal, a sociedade e sua organização política, entre outros fatores constituintes.

Por outro lado, considerando-se o elevado grau de inserção dos segmentos dinâmicos da economia mato-grossense aos mercados nacional e mundial, evidencia-se que a contigüidade espacial é um fator crescentemente relativizado. No entanto, não a ponto de negar a pertinência da regionalização para o planejamento, nem o critério de

homogeneidade ou invariância adotado no processo de construção das áreas homogêneas. Ao contrário, considera-se que a crescente globalização da economia tende, concretamente, a redesenhar e adensar o processo de constituição das regiões econômicas.

A identificação de regiões, neste contexto, parte da consideração de um conjunto mais amplo de fatores que, na definição da Fundação IBGE, deve considerar como elemento determinante “o fazer societário, a rede de cidades e as infra-estruturas como elementos organizadores, o suporte físico-ambiental como fator contingente”.

Desse modo, como passo preliminar para a identificação de regiões econômicas de planejamento, as 27 áreas homogêneas de produção foram confrontadas com a estrutura de hierarquização do espaço regional<sup>2</sup>, objeto de estudo da área temática do mesmo nome.

Considerando-se concomitantemente os aspectos históricos e institucionais da ocupação do território, foi desenvolvido de modo multidisciplinar um arranjo, do qual resultou a identificação de 8 grandes regiões. São elas:

- Região I – Noroeste;
- Região II – Centro-Norte;
- Região III – Nordeste;
- Região IV – Leste;
- Região V – Sudeste;
- Região VI – Centro-Sul;
- Região VII – Oeste; e
- Região VIII – Sudoeste.

Nas páginas seguintes é apresentada uma síntese das principais características da organização da estrutura produtiva e do desempenho atual da agropecuária nas Grandes Regiões de interesse para este Diagnóstico.

### Região III - Nordeste

Constituída pelos municípios de Canabrava do Norte, Confresa, Porto Alegre do Norte, Santa Terezinha, Vila Rica, Luciara, São Félix do Araguaia e São José do Xingu, a região Nordeste caracteriza-se por uma rede urbana incipiente, desprovida de centros regionais, com relações funcionais estabelecidas diretamente com o Estado de Goiás (Goiânia) e com o Distrito Federal (Brasília). Isto se deve às melhores condições de acessibilidade propiciadas

---

<sup>2</sup> Relatório do ZEE não apresentado neste Diagnóstico.

pela Rodovia Belém-Brasília, em relação à malha rodoviária regional, composta de rodovias sem pavimentação.

São Félix do Araguaia foi o núcleo de ocupação pioneira da região, cujo território situa-se entre o Parque Nacional do Xingu e o Rio Araguaia. A ocupação recente ocorreu a partir dos anos 1970, no contexto da implantação do Pólo de Desenvolvimento do Xingu-Araguaia, intensificando-se, no transcorrer dos anos 80, pela implantação de inúmeros projetos agropecuários, subsidiados com incentivos fiscais da SUDAM. Assim, entre os agentes econômicos da região faz-se presente a grande empresa agropecuária, em geral vinculada a grupos industriais, comerciais ou financeiros, nacionais e internacionais.

Os principais vetores de povoamento originaram-se dos fluxos migratórios oriundos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, através dos estados de Goiás e Pará.

A Região III apresenta alta concentração fundiária: 82% de sua área está apropriada por imóveis de 2.000 ha e mais (44% com imóveis maiores de 10 mil ha). O caso mais acentuado de concentração revela-se no município de Santa Terezinha, com 73% do território apropriado por imóveis "muito grandes" (10 mil ha e mais). Com exceção dos municípios de Canabrava do Norte, Porto Alegre do Norte e Vila Rica, todos os demais têm mais de 80% de suas áreas distribuída em imóveis de 2.000 ha e mais.

**Quadro 6.3.4 - Região III - Nordeste: participação (%) no número e na área total dos imóveis rurais do Estado, segundo estratos de área. Mato Grosso, Centro-Oeste e Brasil, 1998.**

Municípios	Menos de 50 ha		50 a 500 ha		500 a 2.000 ha		2.000 a 10.000 ha		Mais de 10.000 ha		Total	
	Imóvel %	Área %	Imóvel %	Área %	Imóvel %	Área %	Imóvel %	Área %	Imóvel %	Área %	Imóvel %	Área %
Canabrava do Norte	22,31	2,30	68,97	19,43	4,10	10,54	4,10	33,43	0,51	34,29	100,0	100,0
Confresa	14,54	0,56	73,80	12,02	4,47	5,86	5,11	29,14	2,08	52,41	100,0	100,0
Porto Alegre do Norte	8,84	0,45	75,00	17,49	6,71	10,67	9,15	66,08	0,30	5,31	100,0	100,0
Santa Terezinha	9,68	0,14	72,14	3,65	5,28	2,84	8,50	20,35	4,40	73,02	100,0	100,0
Vila Rica	15,54	0,64	65,07	14,62	10,50	15,38	7,51	41,76	1,37	27,60	100,0	100,0
Luciára	4,55	0,04	31,82	1,77	19,48	7,69	38,31	56,44	5,84	34,05	100,0	100,0
São Félix do Araguaia	5,24	0,05	45,92	3,57	21,57	7,33	22,34	40,69	4,93	48,36	100,0	100,0
São José do Xingu	2,01	0,01	28,92	1,67	18,07	4,94	43,37	53,58	7,63	39,80	100,0	100,0
REGIÃO III	11,97	0,26	61,51	6,34	10,80	7,55	12,97	41,57	2,74	44,28	100,0	100,0
MATO GROSSO	27,0	0,9	49,3	11,07	14,7	19,4	8,0	41,4	0,9	27,3	100,0	100,0



Municípios	Menos de 50 ha		50 a 500 ha		500 a 2.000 ha		2.000 a 10.000 ha		Mais de 10.000 ha		Total	
	Imóvel	Área	Imóvel	Área	Imóvel	Área	Imóvel	Área	Imóvel	Área	Imóvel	Área
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
CENTRO-OESTE	38,7	1,8	44,4	16,0	12,1	24,3	4,4	36,7	0,5	21,1	100,0	100,0
BRASIL	74,1	9,8	22,6	26,9	2,6	20,5	0,7	22,5	0,1	20,4	100,0	100,0

Fonte: INCRA-MAAF. Cadastro de Imóveis Rurais. 1998 (SEPLAN, 2002).

A produção agrícola não é significativa na região, que apenas apresenta participação expressiva na produção estadual de banana (22%) e regular na produção de mandioca, ambos os produtos de lavoura tradicional, cultivados em pequenos estabelecimentos.

**Quadro 6.3.5 - Região III - Nordeste: agropecuária e extrativismo vegetal - principais produtos - participação na produção estadual e principais municípios produtores - 1996.**

Produtos	Participação % no Estado	Principais municípios produtores
1. Cana-de-Açúcar	2,6 %	Confresa
2. Arroz	2,6 %	Confresa; São Félix do Araguaia.
3. Mandioca	7,5 %	São José do Xingu; Confresa; Santa Terezinha; Porto Alegre do Norte.
4. Borracha	2,2 %	Santa Terezinha 458 t só ela
5. Banana	21,7 %	Confresa; Porto Alegre do Norte; Vila Rica.
6. Madeiras em tora	1,8 %	Vila Rica.
7. Carvão vegetal	2,9 %	Porto Alegre do Norte.
8. Lenha	9,0 %	Confresa; Vila Rica; São Félix do Araguaia; Porto Alegre do Norte.
9. Bovinos	6,9 %	São José do Xingu (2%); Vila Rica; São Félix do Araguaia.
10. Suínos	8,9 %	Vila Rica; Confresa; São José do Xingu.
11. Equinos	4,5 %	São José do Xingu; São Félix do Araguaia; Vila Rica; Confresa.
12. Caprinos	6,0 %	Vila Rica; São Félix do Araguaia; São José do Xingu.
13. Ovinos	5,7 %	São Félix do Araguaia; Vila Rica.
14. Aves	3,4 %	Confresa; Vila Rica.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1995-1996. PAM e PPM -1996 (SEPLAN, 2002).

A atividade pecuária faz-se representar por um rebanho bovino de um milhão de cabeças, cerca de 7 % do efetivo estadual. A exploração madeireira resulta na produção de 9% do volume de lenha produzido no Estado e menos de 2% da produção de madeira em tora.

Ao longo da década de 90, a região apresentou baixo dinamismo econômico, tanto em relação às atividades da pecuária e extrativa madeireira, quanto em relação às atividades agrícolas e agroindustriais, como no caso do pólo canavieiro de Confresa, que vem apresentando tendência nitidamente negativa de crescimento.

Embora incipiente, a agroindústria regional está representada na indústria de produtos de origem florestal (desdobramento de madeira), cuja concentração maior - 15 das 30 unidades processadoras - ocorre no município de Vila Rica.

Nota-se que a Região III - Nordeste, dentre todas as demais do Estado, detém a menor participação como tomadora de recursos de empréstimo, tanto em relação ao crédito agrícola (0,1%), como em relação ao crédito à pecuária (5,5 %).

Na primeira metade da década de 80, acelerou-se o processo de ocupação do território, notadamente nos municípios de Canabrava do Norte, Confresa, Porto Alegre do Norte, Santa Terezinha e Vila Rica, dada a pressão dos fluxos migratórios que a região vinha recebendo.

Atendendo esta demanda, foram implantados até 1999, na região, 36 projetos de assentamentos de trabalhadores sem-terra, através do INCRA. Estes projetos, no conjunto, abrangem 734.062,4 ha e 7.160 famílias assentadas.

Feita esta exceção, o dinamismo demográfico da região vem se apresentando fraco, tanto em relação ao contingente populacional, como em termos de seu crescimento. São baixos os níveis de urbanização e de renda *per capita* das famílias residentes.

**Quadro 6.3.6 - Região III - Nordeste: área e número de famílias dos projetos de assentamentos rurais, por municípios - Mato Grosso - 1999.**

Município-sede	N.º de projetos	Área (ha)	Capacidade assentamento	N.º famílias beneficiadas	Ano de criação	Órgão responsável
Canabrava do Norte	05	0	0	0	1987 (2) 1995 (1) 1997 (2)	INCRA (5)
Confresa	10	0	0	0	1989 (2) 1995 (4) 1996 (3) 1999 (1)	INCRA (10)
Confresa e Outros	01	40.593,35	500	500	1999 (1)	INCRA (1)
Porto Alegre Norte	03	40.593,35	500	500	1988 (1) 1997 (2)	INCRA (2) INTERMAT (1)
Santa Terezinha	01	34.827,93	571	250	1988 (1)	INCRA
S. Felix Do Araguaia	08	116.014,63	1571	1250	1995 (5) 1996 (1) 1997 (2)	INCRA (8)
São José do Xingu	02	232.029,26	3142	2500	1987 (1) 1996 (1)	INCRA (2)
Vila Rica	07	464.058,52	6284	5000	1996 (4) 1998 (3)	INCRA (7)
REGIÃO III - NORDESTE	36	928.117,04	12568	10000	1989 a 1999	-
TOTAL ESTADO	73	1.856.234,08	25136	20000	-	-

Fonte: INCRA E INTERMAT, 1999 (SEPLAN, 2002).

### Região IV - Leste

A região Leste compreende os territórios lindeiros ao Rio Araguaia, desde a foz do Rio das Mortes até o município de Ribeirãozinho, representados pelos municípios de: Barra do Garças, Nova Xavantina, Água Boa, Campinápolis, Canarana, Alto Boa Vista, Querência, Ribeirão Cascalheira, Pontal do Araguaia, Ribeirãozinho, Torixoréu, Araguaiana e Cocalinho. Sua área (8,4% da área do Estado) acolhe uma população de 145.053 habitantes (6,5% do total estadual).

A rodovia BR-158 constitui o principal eixo viário estruturador da região, que é servida também pelas rodovias - MT-100 e MT-326.

Durante seu processo histórico de ocupação, a região foi alvo de várias iniciativas de colonização, promovidas pelo Estado Nacional ou pela iniciativa privada, neste último caso, sempre sob alguma forma de parceria com o governo.

Já na década de 40, ocorreu a criação de núcleos agrícolas (Fundação Brasil Central - Nova Xavantina); nos anos sessenta, dá-se a generalizada venda de terras da região nos mercados imobiliários do Sul e Sudeste, em particular, daquelas localizadas no extenso município de Barra do Garças.

Na década de 70, a região torna-se cenário de intensa ocupação, dada a implantação de projetos particulares de colonização (Carapuí I e II, Canarana, Tangará I e II, Serra Dourada, Água Boa, Ranchão, Nova Xavantina, Nodori, Tabajú, e vários outros) do que se originou e desenvolveu uma agricultura comercial, especialmente na porção Centro-Norte da região. Paralelamente, foram implantados grandes projetos agropecuários subsidiados, os quais consolidaram a tendência já existente de ocupação das áreas com pecuária.

Finalmente, após a implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA, 1985) e respectivos Planos Estaduais PRRA's, até os dias atuais, o INCRA vem implantando, na grande maioria dos municípios da região, inúmeros projetos de assentamento de trabalhadores rurais. Em 1999, os 36 Projetos de Assentamento existentes, abrangiam 520.981 ha, totalizando 6.391 famílias de produtores rurais assentadas, cerca de 25.000 pessoas.

Em alguns municípios, como Alto Boa Vista e Ribeirão Cascalheira, a população das áreas reformadas representa mais da metade de sua população residente.

**Quadro 6.3.7 - Região IV - Leste: área e número de famílias dos projetos de assentamentos rurais, por municípios - Mato Grosso - 1999.**

Município-sede	N.º de projetos	Área (ha)	Capacidade assentamento	N.º famílias beneficiadas	Ano de criação	Órgão responsável
Alto Boa Vista	05	0	0	0	1987 (1) 1995 (3) 1996 (1)	INCRA (5)

Município-sede	N.º de projetos	Área (ha)	Capacidade assentamento	N.º famílias beneficiadas	Ano de criação	Órgão responsável
Alto Boa Vista / Outros	01	24.858,76	500	500	1999 (1)	INCRA (1)
Água Boa	12	24.858,76	500	500	1987 (6) 1992 (1) 1995 (2) 1997 (1) 1998 (2)	INCRA (12)
Ribeirão Cascalheira	04	49.717,52	1000	1000	1987 (1) 1996 (2) 1998 (1)	INCRA (4)
R Cascalheira/ Outros	01	111.680,61	1200	650	1995	INCRA
Campinápolis	01	17.473,40	200	200	1996	INCRA
Nova Xavantina	05	228.589,05	3400	2850	1987 (3) 1992 (1) 1995 (1)	INCRA (5)
Querência	04	457.178,1	6800	5700	1995 (1) 1998 (2) 1999 (1)	INCRA (4)
Barra do Garças/Araguaia	01	330,00	12	12	1996	INCRA
Araguaiana	02	18.700,89	346	355	1991 (1) 1992 (1)	INCRA (2)
REGIÃO IV – LESTE	36	933.387,09	13958	11767	1987 a 1999	-
TOTAL	72	1.866.774,18	27916	23534		-

Fonte: INCRA E INTERMAT. 1999 (SEPLAN, 2002).

O processo relativamente recente de redistribuição do recurso fundiário, no entanto, não modificou a elevada concentração da posse da terra na região Leste: 2% dos imóveis rurais, todos com mais de 10.000 ha, ocupavam, em 1998, 33% do território regional, enquanto que 63% dos imóveis com menos de 500 ha ocupavam 8,0% da área total cadastrada.

No conjunto da região, a área média dos estabelecimentos atingia 1.374,7 ha, enquanto para o total do Estado era de 768,8 ha.

Os municípios de Alto Boa Vista e Querência são os que apresentam os índices mais elevados de apropriação das áreas por imóveis “muito grandes” (mais de 10.000 ha), respectivamente, 67% e 56% de seus territórios.

**Quadro 6.3.8 - Região IV - Leste: participação (%) no número e na área total dos imóveis rurais do Estado, segundo estratos de área. Mato Grosso, Centro-Oeste e Brasil, 1998.**

Municípios	Menos de 50 ha		50 a 500 ha		500 a 2.000 ha		2.000 a 10.000 ha		Mais de 10.000 ha		Total	
	Imóvel %	Área %	Imóvel %	Área %	Imóvel %	Área %	Imóvel %	Área %	Imóvel %	Área %	Imóvel %	Área %
Alto Boa Vista	3,36	0,03	45,64	2,08	18,79	4,88	20,81	25,80	11,41	67,21	100,0	100,0
Querência	18,71	0,25	50,68	6,60	16,84	9,91	10,03	27,37	3,74	55,87	100,0	100,0
Ribeirão Cascalheira	3,89	0,07	60,12	6,71	16,36	10,12	15,95	42,14	3,68	40,97	100,0	100,0
Água Boa	5,95	0,17	63,74	12,99	18,77	18,77	10,26	42,61	1,28	25,46	100,0	100,0
Campinápolis	22,73	1,22	51,91	14,06	16,99	27,22	7,89	45,84	0,48	11,65	100,0	100,0
Canarana	6,95	0,15	54,92	12,65	25,32	19,86	11,82	41,80	0,99	25,53	100,0	100,0
Nova Xavantina	24,00	1,28	60,63	20,43	10,72	22,11	4,27	37,24	0,38	18,94	100,0	100,0
Barra do Garças	9,20	0,10	38,64	4,20	25,73	11,70	23,61	53,64	2,83	30,36	100,0	100,0
Pontal do Araguaia	8,27	0,40	57,14	19,15	25,94	35,22	8,27	38,49	0,38	6,74	100,0	100,0
Ribeirãozinho	30,91	2,99	49,09	28,84	17,58	32,49	2,42	35,67	0,00	0,00	100,0	100,0
Torixoréu	12,13	0,70	61,33	28,55	22,65	41,50	3,89	29,24	0,00	0,00	100,0	100,0
Araguaiana	6,63	0,14	34,01	5,83	38,04	27,00	19,88	52,62	1,44	14,41	100,0	100,0
Cocalinho	5,28	0,03	17,34	1,50	32,41	10,14	38,94	48,72	6,03	39,61	100,0	100,0
REGIÃO IV	11,81	0,23	51,58	7,96	21,22	15,25	13,41	43,64	1,98	32,91	100,0	100,0
MATO GROSSO	27,0	0,9	49,3	11,07	14,7	19,4	8,0	41,4	0,9	27,3	100,0	100,0
CENTRO-OESTE	38,7	1,8	44,4	16,0	12,1	24,3	4,4	36,7	0,5	21,1	100,0	100,0
BRASIL	74,1	9,8	22,6	26,9	2,6	20,5	0,7	22,5	0,1	20,4	100,0	100,0

Fonte: INCRA-MAAF. Cadastro de Imóveis Rurais. 1998 (SEPLAN, 2002).

Contrastando com a rigidez de sua estrutura fundiária, a região apresenta características produtivas diversificadas. Os índices de antropização da maioria dos municípios da Região IV situam-se entre 50 e 60%, destacando-se os municípios de Araguaiana e Cocalinho, com os mais baixos níveis de antropização (22 e 31%, respectivamente); e Torixoréu (91%), Barra do Garças (71%) e Água Boa (73%), que apresentam os índices mais elevados.

A atividade pecuária é amplamente predominante, embora a agricultura comercial apresente bom potencial de crescimento.

Do crédito destinado à agricultura estadual, em 1996, correspondeu à região Leste aproximadamente 7% do volume total aplicado, enquanto que a pecuária absorveu cerca de 11% do crédito aplicado no Estado nesse subsetor.

A maior parte dos recursos de crédito foi destinado aos municípios de Água Boa, Canarana, Nova Xavantina e Barra do Garças que, juntos, absorveram 97,5 % do crédito agrícola (Canarana e Água Boa - 85%) e 72% do crédito à pecuária aplicados na região.

Em 1996, o rebanho bovino existente na Região IV (2,1 milhões de cabeças) representava 15% do efetivo estadual, sendo que os municípios de Cocalinho, Água Boa e Barra do Garças posicionavam-se entre os dez maiores produtores do Estado.

A região se destaca também nos rebanhos estaduais de ovinos (20%), muares (17,5%), caprinos (13,5%), bubalinos (12%), eqüinos (11%) e suínos (9%), além da apicultura (22% das colméias) e piscicultura (7% dos alevinos).

Dos produtos derivados da exploração florestal, adquire relevo especial a produção de carvão vegetal, em que a região é responsável por 1/3 da produção do Estado, destacando-se os municípios produtores de Torixoréu, Araguaiana, Nova Xavantina e Barra do Garças. Estes dois últimos, mais o município de Campinápolis, são os principais produtores de lenha, no que a Região, em seu conjunto, participa com 6,4% da produção estadual.

Por sua vez, a produção agrícola (principais produtos) contribui com cerca de 4,5% do valor da produção do Estado, destacando-se os cultivos tradicionais de banana (31%), mandioca (12%) e arroz (11%) e a produção da borracha (10%), esta última, quase que exclusivamente localizada no município de Querência.

A nível estadual, o município de Campinápolis é o maior produtor de banana (22% do total produzido, em 1996), enquanto que Barra do Garças contribui com 14% da produção de mel. Os municípios de Nova Xavantina e Água Boa, juntos, respondem por 3% da produção estadual de sorgo, cultivo recentemente introduzido no Estado e na região Centro-Oeste.

A nível regional, o município de Água Boa constitui-se no maior produtor de arroz, enquanto Alto Boa Vista destaca-se na produção da mandioca e, Querência, na produção de borracha.

O grau de modernização das relações de produção, tanto na agricultura comercial quanto na pecuária, atinge intensidade média à baixa no contexto estadual, mesclando-se relações de trabalho assalariado e trabalho familiar. O número de tratores existentes atinge 3% da frota do Estado e a capacidade de armazenagem representa 6% do total estadual, estando concentrada nos municípios de Água Boa, Canarana, Barra do Garças e Nova Xavantina.

A região possui uma rede urbana estruturada a partir do centro regional de Barra do Garças e do subcentro de Nova Xavantina, sendo as demais sedes caracterizadas enquanto centros de apoio local. Estes dois municípios apresentam as mais altas taxas de densidade demográfica (respectivamente, 5,2 e 3,4 hab/km<sup>2</sup>), em nível regional.

Das agências bancárias existentes na Região IV (8% do total da rede estadual), praticamente a metade encontra-se sediada em Barra do Garças e Água Boa; as demais, distribuídas em outras sete sedes municipais.

A cidade de Barra do Garças, em situação extremamente privilegiada em relação aos grandes eixos viários, polariza o conjunto da região, apresentando forte relacionamento com Goiânia e com cidades no eixo em direção a São Paulo. Constitui também importante pólo

agro-industrial, abrigando a única indústria de grande porte (mais de 500 empregados) da região.

Na estrutura agro-industrial regional, representada por 127 estabelecimentos em 1996, predominam os estabelecimentos de pequeno porte (menos de 20 empregados), voltadas ao beneficiamento de produtos de origem vegetal (61), sobretudo no ramo de produtos alimentares (54). Seguem-se a esta, em número, as indústrias de produtos de origem florestal, que abrangem 57 unidades de desdobramento de madeira e, finalmente, as de processamento de produtos de origem animal (9).

Excetuando-se os estabelecimentos de processamento de madeira, principalmente localizados nos municípios de Querência (25) e Ribeirão Cascalheira (7), a maior parte das indústrias de origem vegetal e animal concentra-se em Barra do Garças (25 estabelecimentos), mas também se fazem presentes em Nova Xavantina (12), Campinápolis (08), Água Boa (07) e Canarana (06).

Diante de tal quadro regional, o município de Barra do Garças é o que apresenta melhores condições de vida de sua população (padrões de renda e grau de instrução) e estrutura econômica mais sólida e diversificada.

Neste ponto se encerra a primeira parte da compilação dos textos do ZEE. A seguir, neste Diagnóstico serão apresentadas e atualizadas informações produzidas pela equipe técnica do EIA. Novas utilizações de textos compilados do ZEE serão indicadas especificamente nos textos que seguem.

### 6.3.2 DINÂMICA POPULACIONAL

O cenário populacional da Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento registra, no período recente, alterações significativas resultado de um conjunto de emancipações de unidades municipais, modificando um pouco o cenário de regionalização descrito no Capítulo anterior. Somente em 2001, um conjunto de 13 municípios novos foram instalados em Mato Grosso, sendo que dois localizados na AII do empreendimento, a saber, Bom Jesus do Araguaia, emancipado de Alto Boa Vista e Ribeirão Cascalheira, e Serra Nova Dourada, emancipada também de Alto Boa Vista e do município de São Félix do Araguaia.

Além destes dois municípios, outro município emancipou-se de município que pertence à AII, embora não venha a fazer parte dela, a saber, Novo Santo Antônio, emancipado de Cocalinho e São Félix do Araguaia. Na região próxima, ainda, registra-se ao sul a criação de Santa Cruz do Xingu, emancipado de São José do Xingu, e ao norte, Nova Nazaré, emancipado de Água Boa.

O cenário municipal da AII em 2001, portanto, é composto por um conjunto de 10 municípios, totalizando naquele ano 81.268 habitantes, conforme cálculo operado pelo IBGE levando em conta os setores censitários que foram agrupados nas novas municipalidades

criadas, subtraindo, portanto, esta população da população registrada em 2000 nos municípios que sofreram emancipações.

A AII representava, portanto, em 2001 3,17% do total da população do Estado de Mato Grosso. Os maiores municípios da AII em tamanho da população são Confresa e Vila Rica (19.617 e 16.283 habitantes, respectivamente, em 2001).

**Quadro 6.3.9 - Estimativa e taxas de crescimento da população (2001-2005).**

Unidade territorial	População em 2001	População estimada em 2005	Taxa de crescimento no período (%)	Taxa de crescimento anual (% a.a.)
Confresa	19.617	26.955	37,4	8,27
Vila Rica	16.283	19.418	19,3	4,50
São Félix do Araguaia	9.411	9.259	-1,6	-0,41
Porto Alegre do Norte	8.646	9.337	8,0	1,94
Ribeirão Cascalheira	7.370	7.633	3,6	0,88
Santa Terezinha	6.300	6.684	6,1	1,49
Canabrava do Norte	5.254	6.295	19,8	4,62
Bom Jesus do Araguaia	3.880	4.554	17,4	4,09
Alto Boa Vista	3.441	4.359	26,7	6,09
Serra Nova Dourada	1.066	1.295	21,5	4,99
AII	81.268	95.789	17,9	4,20
Mato Grosso	2.560.584	2.803.274	9,5	2,29

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 e projeções estimativas de população.

Em 2005, o IBGE estimava uma população total na AII de 95.789 pessoas, ou seja, um crescimento total da ordem de 17,9% em apenas 4 anos, correspondentes a uma taxa de crescimento anual de 4,20%, enquanto esta mesma taxa projetada para o conjunto do Estado de Mato Grosso é de 2,29% a.a. Ou seja, a AII registra um crescimento mais acelerado que o conjunto do Estado, fazendo com que sua participação relativa aumente.

Apesar do crescimento maior da AII em relação ao conjunto do Estado, internamente o perfil de crescimento populacional é muito diferenciado. Quatro municípios registraram taxas de crescimento anual projetadas menores que a registrada para o conjunto do Mato Grosso (Porto Alegre do Norte, 1,94% a.a.; Santa Terezinha, 1,49% a.a.; Ribeirão Cascalheira, 0,88% a.a.; e São Félix do Araguaia com a taxa negativa de -0,41% a.a.). Outros quatro municípios registraram taxas de crescimento anual estimadas no intervalo entre 4,09% a.a. e 4,99% a.a., ou seja, próximo da taxa registrada para o Estado, sendo que Alto Boa Vista, o qual sofreu os desmembramentos, e Confresa registraram taxas de crescimento anual da população mais elevadas (6,09% a.a. e 8,27% a.a., respectivamente). Segundo o IBGE, portanto, Confresa em um período de apenas 4 anos aumentou sua população total em mais de um terço (37,4%), o que representa um crescimento significativo em qualquer circunstância.



Apesar do crescimento populacional mais intenso que o registrado para o conjunto do Mato Grosso, a AII ainda registra densidade populacional menor que o Estado. Em 2005, a densidade demográfica na AII era de 1,5 habitante/km<sup>2</sup>, enquanto no Mato Grosso esta taxa era de 3,1 habitante/km<sup>2</sup>. A porção norte do trecho compreendido pelo empreendimento registrou de maneira geral, portanto, não apenas maior concentração populacional em seus municípios, mas também maior densidade populacional. O município de São Félix do Araguaia é o que registra a menor dinâmica populacional (taxas de crescimento populacional negativas e a menor densidade populacional).

**Quadro 6.3.10 - Densidade demográfica (2005).**

Unidade territorial	Área em km <sup>2</sup>	Densidade populacional (habitante / km <sup>2</sup> )
Confresa	5.791,24	4,7
Vila Rica	7.437,84	2,6
Porto Alegre do Norte	3.976,83	2,3
Alto Boa Vista	2.239,74	1,9
Canabrava do Norte	3.445,53	1,8
Bom Jesus do Araguaia	4.276,99	1,1
Santa Terezinha	6.448,16	1,0
Serra Nova Dourada	1.479,02	0,9
Ribeirão Cascalheira	11.347,00	0,7
São Félix do Araguaia	16.840,33	0,5
AII	63.282,68	1,5
Mato Grosso	903.386,00	3,1

Fonte: IBGE - Estimativas de população; Ecoplan Uso Ocupação.

As demais informações demográficas, tendo em vista a emancipação recente dos municípios de Serra Nova Dourada e Bom Jesus do Araguaia, não estão disponíveis para estes municípios nas bases fornecidas pelo IBGE relativas ao Censo de 2000, necessitando serem analisadas de forma agregada para o conjunto de 8 municípios que compunham a AII naquele ano, contendo os valores dos novos municípios nas informações relativas a Alto Boa Vista, Ribeirão Cascalheira e São Félix do Araguaia.

Este é o caso da situação de domicílio, em relação à qual, não se dispõe de dados calculados para o período posterior a 2000. Em 2000, predominava a população rural (51,0%) no total da população da AII, embora em 5 dos 8 municípios predomine a população urbana. Canabrava do Norte, Alto Boa Vista e, principalmente, Confresa, possuíam mais de dois terços de sua população residente em áreas rurais (somente neste último município residiam 28,8% de toda a população rural da AII). A condição rural da população de Confresa contrasta com o predomínio da população urbana de Vila Rica (64,4%), segundo maior município em tamanho da população.

**Quadro 6.3.11 - População por situação de domicílio (2000).**

Unidade territorial	Urbana	% população do município	Rural	% população do município
Vila Rica	10.030	64,4	5.553	35,6
São Félix do Araguaia	5.916	55,4	4.771	44,6
Ribeirão Cascalheira	4.781	53,9	4.085	46,1
Santa Terezinha	3.358	53,6	2.912	46,4
Porto Alegre do Norte	4.616	53,5	4.007	46,5
Canabrava do Norte	1.835	36,8	3.154	63,2
Confresa	6.209	34,8	11.632	65,2
Alto Boa Vista	1.961	31,6	4.245	68,4
AII	38.706	49,0	40.359	51,0
Mato Grosso	1.988.183	79,4	517.061	20,6

Fonte: IBGE -Censo Demográfico 2000.

Na população da AII predominam os homens (53,6%) em proporção similar à registrada para o conjunto dos municípios de Mato Grosso (51,4%), sendo que a maior variabilidade destes indicadores ocorre entre os municípios de Santa Terezinha (52,5%) e Canabrava do Norte (54,9%).

Em termos de estrutura etária, predomina a população em idade ativa (15 a 64 anos) correspondendo a 61,7% da população total (no Mato Grosso esta taxa é de 64,6%), com importante participação da população com idade até 14 anos (35,1%) e baixíssima participação de população com idade superior a 65 anos (3,2%).

O comportamento combinado destas duas variáveis, sexo e estrutura etária, bem como a predominância da situação de domicílio rural, apontam para um perfil de ocupação em atividades primárias com baixa urbanização e industrialização, a qual tende a atrair população masculina em idade ativa em maior proporção para ocupação nas atividades agropecuárias, dispondo de pouca oferta de trabalho nos setores econômicos terciário e secundário, tipicamente urbanos e com cada vez maior participação da mão-de-obra feminina.

A AII se caracteriza, também, por níveis de instrução menores que os registrados para o conjunto do Mato Grosso. Praticamente a metade da população com 5 anos ou mais de idade (49,2%) não completou a quarta série do ensino fundamental e 84,1% não completou a 8ª série do ensino fundamental.

**Quadro 6.3.12 - População segundo o grau de instrução em anos de estudo (2000).**

Grupos de anos de estudo	AII	Mato Grosso
Sem instrução e menos de 1 ano	22,4	17,0
1 a 3 anos	26,8	21,4
4 a 7 anos	34,9	33,8
8 a 10 anos	9,5	12,9
11 a 14 anos	5,8	12,1

Grupos de anos de estudo	AII	Mato Grosso
15 anos ou mais	0,6	2,7
Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

As mulheres, de maneira geral, possuem maior escolarização que os homens. Na AII, enquanto apenas 14,2% dos homens completaram 8 anos de estudo ou mais, 17,9% das mulheres estão na mesma situação.

As taxas de analfabetismo são também elevadas para o conjunto da população da AII. As taxas de analfabetismo (proporção de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não completaram uma série escolar) nos municípios da AII são mais elevadas que as registradas no Estado de Mato Grosso e no Brasil. A menor taxa de analfabetismo na AII em 2000 era de 14,0% no município de Vila Rica, enquanto no Mato Grosso era de 11,6% e no Brasil de 12,9%, e a maior 22,0% em Santa Terezinha. Entre a população rural são registradas taxas de analfabetismo mais elevadas, o que acaba elevando a taxa de analfabetismo total por conta da grande participação da população rural no conjunto da população da AII. Contudo, as taxas de analfabetismo entre a população urbana da AII também são elevadas.

**Quadro 6.3.13 - Taxas de analfabetismo na população com 15 anos ou mais de idade (2000).**

Unidade territorial	Total	Urbana	Rural
Santa Terezinha	22,0	20,0	24,6
Canabrava do Norte	18,2	10,8	22,7
Alto Boa Vista	17,6	14,2	19,1
Porto Alegre do Norte	17,6	13,7	22,3
Confresa	17,0	10,7	20,3
São Félix do Araguaia	15,6	10,2	22,5
Ribeirão Cascalheira	14,3	10,2	19,1
Vila Rica	14,0	14,7	12,8
Mato Grosso	11,6	9,6	19,8
Brasil	12,9	9,7	28,3

Fonte: IBGE -Censo Demográfico 2000.

Contando com dinamismo populacional, expresso em taxas de crescimento da população elevadas e em um perfil etário e de sexo característico da ocupação em atividades agropecuárias, é possível considerar que a AII represente uma região de recebimento de correntes migratórias. As bases de dados do IBGE ainda não oferecem dados sobre migração relativos ao Censo 2000 por município. Em termos agregados, entretanto, para o Estado de Mato Grosso, 18,8% de sua população em 2000 não residiam em seu atual município em 31/07/1995, sendo que entre a população rural esta taxa é de 25,1%.

Considerando que a AII possui taxas de crescimento populacional elevadas e ainda apresenta predominância de população rural sobre a urbana, conclui-se que grande parte

das taxas de crescimento populacional registradas anteriormente não é vegetativa, ou seja, resultado do aumento da população pelo número de nascimentos no município, mas é produto de movimentos migratórios para a região.

**Quadro 6.3.14 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no município em 31.07.1995 (Mato Grosso - 2000).**

Situação de domicílio	Pessoas residentes 2000	Não residentes no município em 1995	%
Urbana	1.791.555	308.473	17,2
Rural	458.906	115.330	25,1
Total	2.250.460	423.803	18,8

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

O local de origem de mais da metade da população migrante no Estado é o próprio Estado de Mato Grosso, ou seja, a migração entre municípios do próprio Estado. Entretanto, Paraná, Mato Grosso do Sul, Rondônia, São Paulo e Goiás também são locais de origem importantes para compor os fluxos migratórios.

**Quadro 6.3.15 - Lugar de origem das pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no município em 31.07.1995 (Mato Grosso - 2000).**

Lugar de residência em 1995	Total	Urbana	Rural
Mato Grosso	58,5	57,0	62,5
Paraná	6,6	6,9	5,8
Mato Grosso do Sul	5,0	5,3	4,3
Rondônia	4,9	4,1	6,8
São Paulo	4,7	5,3	3,0
Goiás	4,3	4,0	5,1
Rio Grande do Sul	2,2	2,2	2,3
Santa Catarina	1,8	2,0	1,3
Minas Gerais	1,5	1,7	1,2
Brasil sem especificação	1,5	1,9	0,2
Pará	1,4	1,5	1,2
Maranhão	1,1	1,2	0,9
Bahia	1,1	1,1	0,9
Alagoas	0,9	1,0	0,6
Exterior	0,8	0,7	1,1
Tocantins	0,7	0,6	1,2
Pernambuco	0,6	0,6	0,4
Ceará	0,4	0,5	0,2
Rio de Janeiro	0,4	0,5	0,1
Distrito Federal	0,4	0,4	0,1
Piauí	0,2	0,2	0,2
Paraíba	0,2	0,3	0,1
Sergipe	0,2	0,2	0,1

Lugar de residência em 1995	Total	Urbana	Rural
Espírito Santo	0,2	0,2	0,3
Acre	0,1	0,1	0,1
Amazonas	0,1	0,2	0,1
Roraima	0,1	0,1	0,0
Rio Grande do Norte	0,1	0,1	0,0
Amapá	0,0	0,1	0,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

A própria Região Centro-Oeste, portanto constitui-se no principal local de origem da população migrante de Mato Grosso, seguida da Região Sul. Estes dados indicam que, diferentemente do perfil migratório registrado nas décadas de 1970 e 1980, principalmente, no qual a abertura dos grandes eixos rodoviários atraiu fluxos de população das unidades da federação em processo de modernização de sua agricultura, este novo ciclo migratório é de caráter local e regional, ou seja, alimentado em grande medida por migrantes já instalados anteriormente no Estado ou na Região.

**Quadro 6.3.16 - Lugar de origem das pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no município em 31.07.1995 por Região (Mato Grosso - 2000).**

Lugar de residência em 1995	Total	Urbana	Rural
Centro Oeste	69,0	67,4	73,2
Sul	10,6	11,1	9,4
Sudeste	6,8	7,7	4,5
Norte	6,7	6,1	8,3
Nordeste	4,7	5,2	3,4
Não especificado	2,2	2,6	1,3
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

Portanto, mesmo que não possa ser precisado em detalhes, é possível concluir que a AII constitui-se, ainda, em área de atração de população migrante, apesar de suas condições atuais em termos de economia e de infra-estrutura de acesso, energia e equipamentos públicos.

As dificuldades de deslocamento e de oferta de serviços públicos, por sua vez, interferem no registro de poucos deslocamentos entre municípios para fins de trabalho e estudo, com retorno ao domicílio no município de residência, o que leva a concluir que, em relação a outras finalidades como culturais ou de lazer, também não ocorram deslocamentos.

Para o conjunto do Estado de Mato Grosso, o percentual de deslocamento para fins de estudo e de trabalho do município de residência para outro município da Unidade da Federação é de apenas 1,99% da população, sendo que para outras Unidades da Federação

ou para fora do país é de apenas 0,25%. Este deslocamento é predominantemente masculino e urbano. É possível supor, portanto, que as dificuldades de deslocamento agravadas na AII, relativamente ao conjunto do Estado, tenda a tornar estas taxas ainda menores.

**Quadro 6.3.17 - Proporção da população que se desloca de seu município de residência para trabalho ou estudo (Mato Grosso - 2000).**

Situação	Sexo	Outro município da UF	Outras UF ou fora do País
Total	Total	1,99	0,25
	Homens	2,57	0,34
	Mulheres	1,37	0,16
Urbana	Total	2,29	0,28
	Homens	3,07	0,39
	Mulheres	1,51	0,17
Rural	Total	0,81	0,13
	Homens	0,85	0,17
	Mulheres	0,77	0,09

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

### 6.3.3 USO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL

Os estudos de uso e ocupação atuais do território que compreende a AII do empreendimento foram elaborados na perspectiva de oferecer informações sobre o perfil da ocupação atual da área, identificando suas principais classes de utilização e retratando o estado atual da cobertura vegetal. Tendo em vista o potencial analítico oferecido por este tipo de levantamento e considerando a necessidade de diagnosticar o cenário regional que representa a área de abrangência do empreendimento, os levantamentos realizados no escopo da AII do empreendimento, analisados neste capítulo, foram ampliados para o que se convencionou chamar de Área de Abrangência Regional, a qual será objeto de análise específica posteriormente.

Do ponto de vista metodológico, contudo, os levantamentos do uso e cobertura atual do solo para a AII do empreendimento foram feitos a partir de imagens de satélite que, depois de tratadas, serviram de base para os levantamentos quantitativos das classes de uso atual do solo. O processo de diagnóstico de uso atual do solo seguiu as etapas de: seleção da plataforma, sensor e das cenas; georreferenciamento da base cartográfica, georreferenciamento das imagens de satélite, classificação (via vetorização), edição vetorial e geração dos quantitativos. A classificação ainda contou com os subsídios da cartografia básica e temática da área, aerolevanteamento (para a AID) e com as anotações de campo das equipes multidisciplinares que vistoriaram a área.

As imagens utilizadas para os levantamentos quantitativos de uso atual do solo, foram as do satélite CBERS-2 que utiliza o sensor CCD (Câmera Imageadora de Alta Resolução). O

Programa CBERS nasceu de uma parceria inédita entre Brasil e China no setor técnico-científico espacial. Com isto, o Brasil ingressou no seleto grupo de países detentores da tecnologia de sensoriamento remoto. E desta forma, obteve uma poderosa ferramenta para monitorar seu imenso território com satélites próprios de sensoriamento remoto, buscando consolidar uma importante autonomia neste segmento.

A seleção do sensor CCD do satélite CBERS-2 fundamentou-se no fato de possuir uma boa resolução espacial (20 metros) em quatro bandas espectrais, mais uma pancromática, prestando-se à observação de fenômenos ou objetos cujo detalhamento satisfaz aos objetivos propostos no escopo deste diagnóstico de uso atual do solo. Por possuir um campo de visada de 120 km, as cenas do CBERS-2 são adequadas para estudos regionais, que é caso do diagnóstico em questão. Suas bandas estão situadas na faixa espectral do visível e do infravermelho próximo, o que permite bons contrastes entre vegetação e outros tipos de objetos.

Para a seleção das cenas a serem utilizadas na interpretação visual visando diagnosticar o uso atual do solo, foram adotados alguns critérios que seguem listados:

- disponibilidade das cenas para o ano de 2005, a partir de suas órbitas/ponto levantadas previamente no cruzamento do mapa índice com a AII do estudo;
- menor interferência de nuvens, sombras e fumaça na cena.

O resultado do levantamento preliminar das imagens foi de 31 cenas disponíveis, no intervalo de tempo entre janeiro e outubro de 2005. Após a utilização dos critérios para a escolha das cenas foram selecionadas 4 cenas que cobrem toda a AII do empreendimento, listadas no Quadro 6.3.18.

**Quadro 6.3.18 - Órbitas ponto das imagens de satélite.**

Órbita Ponto	Data
162/111	11/05/2005
162/112	11/05/2005
162/113	11/05/2005
162/114	18/09/2005

As imagens de satélite utilizadas neste diagnóstico foram previamente georreferenciadas a partir de 17 cartas topográficas na escala 1:100.000 disponíveis da cartografia oficial brasileira para a área (IBGE e DSG). As cartas topográficas selecionadas para o georreferenciamento das imagens foram aquelas que permitiram um recobrimento de toda a área de cobertura das cenas do satélite CBERS-2. Para cada carta foram inseridos aproximadamente 50 pontos de controle, sendo o erro residual sempre inferior a 25 m (compatível com o quarto de milímetro na escala da carta).

Para o georreferenciamento das imagens de satélite foram utilizados os arquivos raster das cartas topográficas previamente georreferenciadas. O processo foi realizado em ambiente ESRI, ArcMap. O algoritmo utilizado para o georreferenciamento das imagens de satélite foi o polinômio de 2ª ordem (o mesmo utilizado no georreferenciamento das cartas). Os pontos de controle utilizados foram preferencialmente os cruzamentos de rodovias (vicinais e caminhos inclusive). Na ausência destes a rede de drenagem foi a referência, preferencialmente os cursos de margem dupla.

Após a seleção e o georreferenciamento das cenas, deu-se início ao processo de digitalização (vetorização) das diferentes classes de uso do solo. A interpretação foi realizada visualmente sobre as imagens utilizando-se, contudo, subsídios bibliográficos e cartográficos pré-existentes bem como o documentário fotográfico e as anotações dos trabalhos de campo. O limite espacial adotado para a digitalização foi o limite da AII do empreendimento. Assim, os arquivos vetoriais resultantes da interpretação têm sua delimitação nestes referenciais. O critério para vetorização foi o da diferente resposta espectral das feições. A primeira etapa do processo de classificação foi a separação destas feições conforme as características de textura, contextuais e radiométricas.

A geração destes arquivos vetoriais, resultantes da interpretação visual das imagens, foi realizado em ambiente AutocadMap. Os polígonos gerados foram convertidos em arquivos *shapefile* e tratados em ambiente ArcMap para a geração dos quantitativos (áreas). Antes do processo de classificação foi realizada a edição vetorial dos arquivos buscando a geração de um arquivo final onde cada polígono vetorizado corresponde a apenas um registro na tabela do banco de dados.

Após o processo de edição vetorial foi iniciado o processo de classificação das unidades. A técnica de classificação utilizada para a identificação das unidades foi a interpretação visual onde a equipe definiu as unidades mapeadas a partir de características das feições e das necessidades técnicas do Estudo. Como subsídio para a interpretação das imagens foram utilizadas as cartas temáticas do RADAMBRASIL (sobretudo vegetação), as cartas topográficas 1:100.000, as fotografias aéreas (que cobrem a AID do empreendimento), bem como as anotações e fotos de campo realizadas pela equipe técnica.

As classes de uso atual do solo foram estabelecidas através de estudos interdisciplinares considerando a realidade de campo. Foram definidas preliminarmente duas grandes categorias: uma onde a dinâmica está relacionada com as atividades sócio-econômicas, outra onde a dinâmica está relacionada com os elementos da natureza. Finalmente, foram mapeadas as seguintes classes de uso atual do solo:

- Agropecuária;
- Cerrado;
- Em Desmatamento;



- Floresta;
- Floresta Ripária;
- Hidrografia;
- Nuvens/Sombra.
- Queimadas;
- Solo Exposto;
- Urbano.

É oportuno tecer comentários específicos acerca da classe "em desmatamento" bem como a classe "sem classificação". Face à dinâmica de ocupação regional, são comuns a abertura de áreas (desmatamento sobre cerrado ou floresta) com capoeiras em estágios sucessionais diversos bem como de novas áreas. Também é comum a ocorrência de áreas abandonadas ou em pousio que, sem interferências externas, rapidamente iniciam a regeneração vegetal. Todas essas áreas listadas foram definidas como em desmatamento, pois os trabalhos de campo demonstraram a impossibilidade de separá-las através dos recursos disponíveis de análise por sensoriamento remoto.

A classe "sem classificação" foi adotada na AII para contemplar a faixa de terra no seu extremo norte que não foi classificada. Isso se deve ao fato de a divisa do Mato Grosso com o Pará (entre os rios Araguaia, a leste e Teles Pires a oeste) ser objeto de litígio judicial em tramitação entre os dois Estados e de o presente Estudo ter adotado os limites estaduais vigentes nos mapeamentos atuais.

O diagnóstico resultante serviu como subsídio para análises e interpretações descritas nos itens 6.1.10 Alteração da Vegetação por Desflorestamento, 6.1.11 Vulnerabilidade ao Fogo e 7 Análise Integrada do Diagnóstico.

A partir da classificação e geração do mapa de Uso Atual do Solo, foram calculados os quantitativos (áreas em hectares) de cada classe na Área de Influência Indireta, conforme o Quadro 6.3.19.

**Quadro 6.3.19 - Classes e áreas do mapeamento da AII.**

Classe	ha	%
Agropecuária	759.462	37,8
Queimada	42.724	2,1
Em Desmatamento	44.172	2,2
Urbano	1.820	0,1
Floresta	761.848	37,9
Floresta Ripária	200.171	10,0
Cerrado	195.838	9,7

Classe	ha	%
Hidrografia	2.742	0,1
Solo Exposto	5	0,0
Nuvem/Sombra	1.381	0,1

Os resultados das classes diagnosticadas indicam que pouco mais de um terço (37,8%) de toda a AII já é utilizada atualmente em atividades agropecuárias. Somando-se às classes “queimada”, “em desmatamento” e “urbano”, ao todo, identificou-se uma área total alterada de 42,2%.

As áreas de vegetação original na AII foram classificadas como “floresta” (37,9%), “floresta ripária” (10,0%) e “cerrado” (9,7%), ou seja, a área total com cobertura vegetal original corresponde a 57,6%, ou seja, a área com vegetação original é maior que o total das áreas alteradas.

Resulta deste cenário de uso e ocupação atual que a estrutura fundiária da AII, provavelmente esteja sofrendo uma intensa modificação fruto da dinâmica recente de ocupação da região. Embora esta seja uma região de ocupação mais antiga, relativamente a outras regiões amazônicas, o levantamento do uso atual aponta que 4,3% do total da AII está em desmatamento ou sofreu queimadas no período de análise das imagens.

As fontes oficiais disponíveis, contudo, são muito defasadas temporalmente, remetendo para o Censo Agropecuário de 1996, ou seja, defasados em uma década. Na ocasião, a AII representada pelo conjunto de 8 municípios com seu território seccionada pela faixa de 30 km que acompanha a rodovia no trecho a ser licenciado, contava com 6,9 mil estabelecimentos agropecuários, nos quais pouco mais de um terço (38,1%) contavam com lavouras permanentes e pouco menos de dois terços (62,7%) com lavouras temporárias.

A presença da pecuária já era, à época, importante, sendo que 92,8% dos estabelecimentos declararam possuir pastagens plantadas.

**Quadro 6.3.20 - Estabelecimentos rurais segundo a utilização das terras - 1996.**

Unidade territorial	Estabelecimentos	Lavouras			Pastagens		Matas e florestas		Terras produtivas não uteis.	Terras inaprov.
		Perm.	Temp.	Em descanso	Nat.	Plant.	Nat.	Artif.		
Alto Boa Vista	876	28,0	44,6	2,5	37,2	87,4	92,7	0,1	17,0	71,5
Canabrava do Norte	550	53,5	67,5	20,5	18,5	89,1	82,4	0,0	4,2	10,4
Confresa	1.812	68,4	90,0	10,7	5,8	92,8	96,1	0,0	39,9	37,4
Porto Alegre do Norte	605	32,7	59,7	39,3	37,2	96,2	91,4	0,0	4,1	94,9
Ribeirão Cascalheira	806	23,8	20,1	1,6	23,1	97,9	97,1	0,0	20,7	11,3
Santa Terezinha	385	5,5	66,8	26,8	28,6	94,0	93,5	0,0	1,3	28,8

Unidade territorial	Estabelecimentos	Lavouras			Pastagens		Matas e florestas		Terras produtivas não úteis.	Terras inaprov.
		Perm.	Temp.	Em descanso	Nat.	Plant.	Nat.	Artif.		
São Félix do Araguaia	601	23,3	58,1	11,1	67,6	90,3	85,2	0,2	30,0	36,9
Vila Rica	1.268	23,8	63,4	4,2	1,5	94,2	74,9	0,1	11,0	28,5
AII	6.903	38,1	62,7	11,6	21,4	92,8	89,3	0,0	20,5	39,4
Mato Grosso	78.763	28,8	51,3	9,7	20,6	82,4	65,4	0,3	15,1	48,4

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário.

Contudo, embora a atividade agrícola estivesse presente em grande número de estabelecimentos, esta não tinha escala comercial significativa, uma vez que sua participação na área era muito reduzida (1,3% da área dos estabelecimentos rurais da AII eram utilizadas com lavouras temporárias ou permanentes, enquanto no Mato Grosso este percentual era de 5,9%). Confresa era o único município da AII que, em 1996, contava com área significativa de seus estabelecimentos rurais utilizada com lavouras temporárias (3,6%) e permanentes (2,8%). A principal utilização da área dos estabelecimentos rurais na AII em atividades produtivas é com pastagens plantadas (32,3%) e com pastagens naturais (9,7%), sendo que mais da metade da área dos estabelecimentos (51,6%) ainda era coberta com matas e florestas naturais. Porto Alegre do Norte, São Félix do Araguaia e Canabrava do Norte eram os municípios que contavam com participação importante da área dos seus estabelecimentos agropecuários utilizados com pastagens naturais.

**Quadro 6.3.21 - Área dos estabelecimentos rurais segundo a utilização das terras - 1996.**

Unidade territorial	Área (ha)	Lavouras			Pastagens		Matas e florestas		Terras produtivas não utilizadas	Terras inaprov.
		Perm.	Temp.	Em descanso	Nat.	Plant.	Nat.	Artif.		
Alto Boa Vista	617.095	0,2	0,5	0,0	6,1	47,7	40,2	0,0	2,7	2,5
Canabrava do Norte	225.876	0,7	0,9	3,2	15,6	45,3	33,6	0,0	0,3	0,4
Confresa	398.410	2,8	3,6	1,1	3,7	25,1	51,4	0,0	9,8	2,4
Porto Alegre do Norte	229.140	0,8	0,9	1,2	40,0	29,1	25,6	0,0	1,6	0,8
Ribeirão Cascalheira	801.772	0,2	0,1	0,1	8,4	38,8	47,4	0,0	1,7	3,2
Santa Terezinha	1.337.116	0,5	0,1	0,1	7,0	22,9	67,2	0,0	0,0	2,2
São Félix do Araguaia	1.021.429	0,1	0,4	0,5	17,3	29,8	46,0	0,0	2,7	3,3
Vila Rica	715.645	0,6	1,1	0,1	0,4	33,8	58,8	0,0	0,7	4,3
AII	5.346.483	0,6	0,7	0,4	9,7	32,3	51,6	0,0	2,0	2,8
Mato Grosso	49.849.663	0,3	5,6	1,0	12,4	30,6	43,1	0,1	2,9	3,9

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário.

A estrutura fundiária da região, segundo relato dos informantes qualificados entrevistados, é baseada na ocupação ilegal. Basicamente ninguém possui registro das terras, somente documentação de posse, a maioria dela de caráter duvidoso em termos de fidedignidade. Esta estrutura é formada, principalmente por pequenos e médios produtores, com exploração familiar e prática agrícola de subsistência, acompanhada por uma pecuária extensiva de baixo investimento e manejo rudimentar. Os grandes estabelecimentos rurais são minoria na região, embora tenham importante participação em área.

Os conflitos de posse pela terra, embora já tenham passado de uma fase inicial de ocupação, perduram em diversos focos no interior da AII. Segundo um entrevistado, a região conta ainda com a *"pior situação possível. Ninguém entende mais nada. O que funciona aqui é alguém invadir e pôr o outro a correr à bala"*, referindo-se ao processo de grilagem que ainda ocorre na região, muitas vezes com apoio de grupos que contam com prefeitos e o controle de estruturas de governo locais.

A intensidade dos conflitos pela posse não está vinculada com o grau de riqueza produtiva da terra, mas sim com a disputa por um patrimônio que, segundo as expectativas dos posseiros, poderá se realizar como lucro efetivo quando a terra for titulada e tiver seu valor de mercado muito aumentado. Há grande dificuldade para os "posseiros" produzirem nas terras que ocupam. *"Sem posse legal, sem financiamento"*. Inacessível ao produtor da região que não pode utilizar sua posse como aval, os diversos financiamentos públicos disponíveis para o setor agrícola não são contratados. Há uma grande pressão por parte dos posseiros por obterem declarações e documentos de órgãos de governo, especialmente o INCRA de maneira que possam apresentar aos bancos como garantia e terem acesso ao crédito. A situação de posse é tão precária que sequer há documentação legal das próprias áreas urbanas das sedes municipais.

O município de Ribeirão Cascalheira possui um levantamento mais atualizado (referente a 2003) de sua estrutura fundiária, o que permite se ter uma avaliação do perfil de ocupação dos municípios que compõem a região ao sul do trecho em licenciamento. Foram contadas naquele ano 1.356 "propriedades" rurais, das quais 33% são proprietários efetivamente (segundo declaração dos mesmos), 5% arrendatários, 1,5% parceiros, 25% declaradamente posseiros e 40% parceiros da Reforma Agrária, ou seja, famílias tituladas em assentamentos do INCRA em posses de até 100 ha.

**Quadro 6.3.22 - Distribuição das propriedades rurais do município de Ribeirão Cascalheira (2003).**

Área das propriedades (ha)	Nº	%
Até 50	175	12,9
De 51 a 200	640	47,2
De 201 a 500	190	14,0
Acima de 500	351	25,9
Total	1.356	100,0

Fonte: Secretaria Municipal da Agricultura.

A presença de em grande número de propriedades de tamanho pequeno na região se dá devido a presença de um grande número de assentamentos promovidas pelo Incra. Somente em Ribeirão Cascalheira há 5 projetos de assentamento do INCRA: Maria Tereza, Cruzeiro do Norte, Macife 1, Cancela e Santa Lúcia.

Em São Félix do Araguaia, por sua vez, grandes fazendas se instalam na região, no início dos anos 70, com incentivos do governo federal principalmente da SUDAM. Abaixo é transcrito o depoimento do Sr. Raul Ferré, presidente da Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora Da Assunção, vinculada à Prelazia de São Félix do Araguaia, órgão da Igreja Católica com importante atuação local na tentativa de mediação dos conflitos fundiários da região:

O processo de criação da população da região é bastante novo. Além das populações indígenas, os assentamentos começam a surgir a partir de 1910. Mas será até 1952 e de forma muito mais intensa a partir da ditadura militar que o estado do Mato Grosso começa a incentivar a colonização de terra, o que significou a primeira chegada de capital para investimento e a criação dos latifúndios, que ainda hoje continuam sendo o principal configurador da região. Este processo tem sido apoiado historicamente com muitos incentivos fiscais e tem sido a causa da maioria de conflitos sociais registrados na zona.

Ao final dos anos 70, e com o incentivo das empresas colonizadoras do sul do país, se produz um forte processo migratório da população desses estados (gaúchos principalmente) com uma história cultural e tecnológica bem diferente das populações que já moravam na região. Com este processo se produz a abertura da estrada BR-158, que percorre a região. Porém, estas populações gaúchas não trouxeram o esperado progresso, tendo muitos fracassos e poucos resultados no desenvolvimento final das comunidades rurais.

Em conjunto nunca se tem tido um projeto de desenvolvimento específico para a região, tendo sido simplesmente uma zona de acumulação de terras nas mãos de grandes latifundiários que, sem impor um claro motor econômico, vão precisando da força de trabalho não qualificada, que sustenta ainda um leve fluxo migratório. As principais atividades da região têm sido a criação de gado e a produção de grãos. Por outro lado, ao longo do desenvolvimento econômico da região, o modelo dominante tem se caracterizado por uma constante: o desmatamento e as queimadas. Tanto a criação de gado como os cultivos de grãos têm crescido sempre a custo da destruição ambiental. Na atualidade, a expansão da monocultura da soja está produzindo um importante impacto ambiental em todo o Estado.

Nos dados mais recentes (setembro de 2003), o Mato Grosso ocupou o primeiro lugar no ranking de queimadas, com um total de 16 mil focos de calor.

A estrutura latifundiária tem sido responsável pela maioria dos conflitos sociais na região, destacando-se os casos de trabalho escravo, basta ver relatório anual da CPT (Comissão Pastoral da Terra), que ainda hoje colocam o Estado do Mato Grosso entre os primeiros estados com casos de trabalho escravo.

A região de abrangência (o baixo Araguaia) conta com o maior número de assentamentos do país, mais de 50, incluindo mais de 5.000 famílias.

Esta característica confere um perfil especial à região, pois o número de famílias assentadas representa uma percentagem elevada a respeito de toda a população da região. O foco, portanto, para uma mínima análise da estrutura sócio-econômica da região, deve ser sem dúvida a questão da terra. Dentro do contexto geral descrito, os assentamentos da região têm evoluído como processos históricos diferenciados, alguns deles com muitos conflitos sociais e outros com processos mais planejados através do INCRA. Porém, de forma geral, uma imagem atual do posseiro seria: baixa produção agrícola, em muitos casos só dedicada ao autoconsumo. Isso obriga aos assentados a trabalhar como diaristas nas grandes fazendas da zona; e uso escasso de tecnologia agro-industrial. (Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Página\\_principal](http://pt.wikipedia.org/wiki/Página_principal))

Traçado este perfil geral da estrutura fundiária, no item relativo à caracterização do setor primário será aprofundado o perfil produtivo local. Porém, é fundamental reconhecer que a estrutura fundiária da região está vinculada a um determinado perfil de produção, sendo fortemente impactado, atualmente, pela condição irregular de posse da maioria dos produtores locais.

#### 6.3.4 INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

A história dos dez municípios de influência da BR-158 percorre uma trajetória única, baseada numa ocupação problemática e permeada de conflitos, onde a posse pela terra dita as normas e regras dessa região. A ocupação da região começa precisamente na década de 50 por sertanejos do Tocantins, Maranhão, Goiás e Bahia que vinham atrás de minérios e depois se ocupavam da pecuária e agricultura. Muitas dessas áreas eram ocupadas por índios. Com apoio da SUDAM e do Governo do Estado, grandes fazendas foram implantadas na região, incentivando a implantação posterior de projetos de colonização com vistas a fornecer mão-de-obra. Em 1975, com a implantação da BR-158 crescem as expectativas de desenvolvimento, crescendo também a presença de novos posseiros e de conflitos pela terra. Locais de ocupação permanente foram se estruturando em municípios na expectativa de se criar um ciclo de progresso na região. Na fala dos atores sociais locais, as pessoas vieram *“de vários lugares, pensando encontrar aqui a bandeira do progresso... Só que isso não aconteceu até hoje”*.

Os municípios de influência da BR-158 foram criados ao longo das décadas de 1980 e 1990, sendo São Félix do Araguaia o mais antigo, criado no ano de 1976, e os mais recentes, Bom Jesus do Araguaia e Serra Nova Dourada foram instituídos somente em 2001.

Segundo dados do Censo Demográfico 2000, a AII contava com 19.426 domicílios naquele ano, sendo que em menos de um terço (32,5%) o lixo era coletado nas proximidades do domicílio, predominando a prática de queima do lixo na propriedade, o que é compatível com o grande número de domicílios rurais.

**Quadro 6.3.23 - Domicílios particulares permanentes por destino do lixo - 2000.**

Unidade territorial	Domicílios	Coletado	Queimado na propriedade	Outro destino	Total
Alto Boa Vista	1.581	7,6	72,2	20,2	100,0
Canabrava do Norte	1.042	3,9	80,0	16,0	100,0
Confresa	4.321	22,8	60,3	16,9	100,0
Porto Alegre do Norte	2.136	19,9	60,9	19,2	100,0
Ribeirão Cascalheira	2.356	33,1	44,7	22,2	100,0
Santa Terezinha	1.430	19,4	64,3	16,3	100,0
São Félix do Araguaia	2.768	50,5	37,4	12,2	100,0
Vila Rica	3.792	60,1	31,5	8,4	100,0
AII	19.426	32,5	51,9	15,6	100,0
Mato Grosso	645.905	71,7	20,6	7,7	100,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Em termos de saneamento básico, ainda em 2000, pouco mais de um quinto dos domicílios da AII possuía ligação de água em rede geral para abastecimento, sendo que em apenas 15,4% dos domicílios a água da rede geral era canalizada internamente. É muito representativo, ainda, o número de domicílios que não possuem água canalizada para abastecimento, sequer apenas no próprio terreno ou lote (46,0%), seja ela de rede geral ou outra forma (geralmente poços escavados).

**Quadro 6.3.24 - Domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água - 2000.**

Unidade territorial	Domicílios	Outra forma			Rede geral	
		Canalizada interna	Canalizada apenas no terreno	Não canalizada	Canalizada interna	Canalizada apenas no terreno
Alto Boa Vista	1.582	25,5	7,3	47,9	7,4	11,8
Canabrava do Norte	1.042	19,2	3,8	73,7	1,3	1,9
Confresa	4.321	19,9	10,5	68,5	1,0	0,1
Porto Alegre do Norte	2.136	9,0	3,7	50,4	29,4	7,3
Ribeirão Cascalheira	2.349	22,6	9,5	31,6	26,9	9,3
Santa Terezinha	1.430	10,5	4,9	47,6	19,0	18,0
São Félix do Araguaia	2.768	22,3	4,2	37,0	29,4	7,0
Vila Rica	3.792	49,8	10,6	24,3	12,6	2,7
AII	19.420	24,9	7,7	46,0	15,4	5,9
Mato Grosso	645.584	20,5	3,5	12,1	54,8	9,1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Mais de um quinto dos domicílios, ainda segundo o Censo Demográfico 2000, não possuíam qualquer tipo de banheiro ou sanitário, sendo que a ligação dos domicílios onde estes existiam sequer contava com participação importante de utilização de fossas sépticas (7,3%), predominando amplamente a utilização de sumidouros e outras formas de escoamento, especialmente a céu aberto.

**Quadro 6.3.25 - Domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água – 2000.**

Unidade territorial	Domicílios	Possui banheiro ou sanitário			Não possui banheiro ou sanitário	Total
		Rede geral	Fossa séptica	Outro escoadouro		
Alto Boa Vista	1.581	0,0	15,9	54,0	30,2	100,0
Canabrava do Norte	1.042	0,0	20,2	16,7	63,2	100,0
Confresa	4.321	0,3	0,0	54,3	45,4	100,0
Porto Alegre do Norte	2.136	0,0	6,7	59,3	34,0	100,0
Ribeirão Cascalheira	2.349	0,0	3,7	70,5	25,8	100,0
Santa Terezinha	1.430	0,3	27,8	48,8	23,0	100,0
São Félix do Araguaia	2.768	0,1	1,0	84,7	14,1	100,0
Vila Rica	3.792	0,3	7,7	79,7	12,2	100,0
AII	19.420	0,2	7,3	63,7	28,9	100,0
Mato Grosso	645.584	16,2	13,9	62,2	7,6	100,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Os domicílios da AII contam com a existência de iluminação pública no entorno em pouco menos da metade dos mesmos, especialmente os localizados em áreas urbanas. Contudo, a presença de calçamento nas imediações dos domicílios ainda é privilégio de muito poucos.

**Quadro 6.3.26 - Domicílios particulares permanentes por existência de iluminação pública no entorno - 2000.**

Unidade territorial	Domicílios	Existe	Não existe	Sem declaração
Alto Boa Vista	1.581	39,4	57,1	3,5
Canabrava do Norte	1.042	31,4	63,4	5,2
Confresa	4.321	27,7	69,3	3,0
Porto Alegre do Norte	2.136	37,9	59,6	2,5
Ribeirão Cascalheira	2.356	53,6	42,6	3,8
Santa Terezinha	1.430	56,6	40,1	3,1
São Félix do Araguaia	2.768	61,1	38,4	0,6
Vila Rica	3.792	52,9	40,6	6,5
AII	19.426	44,9	51,5	3,5
Mato Grosso	645.905	70,5	26,5	3,1

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.



**Quadro 6.3.27 - Domicílios particulares permanentes por existência de calçamento/pavimentação da rua do entorno - 2000.**

Unidade territorial	Domicílios	Calçamento / pavimentação		Não existe	Sem declaração
		Total	Parcial		
Alto Boa Vista	1.581	5,8	1,0	91,3	2,0
Canabrava do Norte	1.042	0,0	1,3	92,8	5,9
Confresa	4.321	0,8	2,6	92,8	3,7
Porto Alegre do Norte	2.136	0,0	0,3	96,5	3,1
Ribeirão Cascalheira	2.356	9,0	6,6	80,7	3,7
Santa Terezinha	1.430	9,9	7,1	79,8	3,1
São Félix do Araguaia	2.768	13,0	4,2	82,3	0,5
Vila Rica	3.792	0,0	0,6	93,1	6,3
AII	19.426	4,3	2,8	89,2	3,6
Mato Grosso	645.905	32,3	4,1	60,6	3,1

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

Com pequenas variações, a situação dos municípios da AII é muito similar. Com base no trabalho de campo realizado, foi possível atualizar e detalhar as condições da infra-estrutura destes municípios.

**Ribeirão Cascalheira**, antes da ocupação recente da região, era uma área de uso tradicional de povos indígenas, sobretudo, dos índios da etnia Xavante, atualmente restritos em seu território à Terra Indígena Pimentel Barbosa localizada no município, ao sul do trecho em licenciamento. Com a nova expansão da fronteira agrícola, ocorrida na década de 1960, teve início o processo de ocupação e colonização da região, através de grandes projetos e empreendimentos financiados pelo Governo Federal por meio da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia).

Para a implantação desses grandes empreendimentos agropecuários havia a necessidade de implantar estradas de acesso, no bojo das quais foi projetada e construída a BR-158, bem como de trazer trabalhadores rurais como mão-de-obra para estes empreendimentos. Os primeiros colonizadores a chegarem nessa região eram oriundos da região Nordeste do País e do Estado de Goiás, fixando-se nas margens da rodovia, conhecida como "Federal" ou como "picadão". Segundo relato dos entrevistados, naquela época não vinha somente a família nuclear do trabalhador, mas os demais parentes, tanto os mais próximos, quanto os mais afastados, inclusive famílias de compadres e amigos. Em 1966 a localidade que havia surgido e pertencia ao município de Barra do Garças foi batizada com o nome de Ribeirão Bonito, posteriormente, foi denominada de Guedolândia, Cascalheira e Divinéia, consecutivamente. No ano de 1988 se emancipou e foi rebatizada em definitivo com o nome de Ribeirão Cascalheira.

Atualmente, a cidade continua pequena e se estende ao longo da BR-158 ocupando os dois lados da estrada, sendo deficiente de infra-estrutura e serviços básicos. O abastecimento de água é precário, pois nem todos os domicílios estão conectados à rede, sendo captada em

poços artesianos e escavados. Não há rede de esgoto e o sistema adotado é o de fossas individuais. A coleta de lixo na área urbana é realizada regularmente e o mesmo é disposto num lixão. Existe projeto para construção de aterro sanitário, porém as autoridades locais alegam falta de verba para implantá-lo.

A geração de energia elétrica consumida no perímetro urbano e em algumas regiões rurais próximas da sede é realizada por meio de termoelétrica movida a diesel de forma ininterrupta. Esta usina gera em média 10.000 kW/dia que são distribuídos por uma rede com extensão aproximada de 25 Km.

A população conta com os serviços de telefonia fixa operado pela empresa Brasil Telecom, e também de telefonia móvel operada pela Vivo. Não há emissoras de radio e TV locais.

**Bom Jesus do Araguaia**, um dos municípios mais recentes da AII, é destituído de infraestrutura básica (rede de água, rede de esgoto). O abastecimento de água na área urbana é individual através de poço tubular profundo ou escavado e, portanto, a água não é tratada. Existe coleta diária do lixo domiciliar sendo disposto num lixão. O sistema de esgotamento sanitário das residências também é individual, por meio de fossa séptica e sumidouro, configurando uma situação bem precária, pois no mesmo terreno estão localizadas fossa e poço. Como o município não possui qualquer tipo de pavimentação e a via principal é a BR-242, na qual transitam ônibus, caminhões e carros em trânsito local e para outros municípios da região, a prefeitura se obriga a molhar a referida rodovia através de um caminhão pipa, todos os dias, de manhã cedo, ao meio dia e no início da noite, buscando amenizar a poeira.

A geração de energia elétrica tem seu fornecimento restrito à sede municipal e é realizada por meio de dois motores movidos a diesel durante todo o dia de forma ininterrupta. Também não há emissoras de rádio e TV operando no município, bem como edição de jornal. O sistema de telefonia é fixo e operado pela Brasil Telecom.

**Serra Nova Dourada**, o outro município mais recente da AII, também possui uma sede urbana pequena, pobre e destituída de infra-estrutura básica, embora se destaque por possuir rede de água cuja captação é realizada em uma mina situada a 3km da sede municipal. Contudo, devido ao desmatamento nas imediações, houve o assoreamento da mesma, sendo que já mudou de lugar três vezes e, atualmente, não consegue dar conta do abastecimento dos domicílios urbanos, havendo falta de água diariamente. Apesar da rede geral, a água não é tratada. Como solução do problema, está sendo perfurado um poço artesiano, entretanto, o mesmo ainda não entrou em operação.

Não há rede de esgoto no município e o sistema adotado é o de fossas sépticas individuais. Igualmente, não há aterro sanitário e a coleta de lixo é realizada duas vezes por semana. As ruas também não são pavimentadas e a cidade dispõe do sistema de telefonia fixa da Brasil Telecom. A energia elétrica é gerada por motogerador a diesel sendo fornecida somente para os domicílios urbanos de forma ininterrupta.

**Alto Boa Vista**, por sua vez, possui algumas ruas asfaltadas, embora também disponha de escassa infra-estrutura básica. Não há rede de água, embora exista um serviço de caminhão pipa que fornece água nas residências que não possuem poço. A água fornecida é captada numa represa e não é tratada. Não há sistema de canalização de esgoto e a coleta de lixo é realizada diariamente sendo disposto num lixão. O município dispõe de um projeto completo de aterro sanitário, inclusive com o sistema de reciclagem do lixo seco, mas por falta de verbas o mesmo ainda não foi implantado. A energia elétrica também é gerada por motogeradores a diesel e em algumas residências situadas na periferia da cidade e na zona rural não há fornecimento.

O sistema de telefonia é fixo da empresa Telecom. No município existe uma estrutura de comunicação relativamente desenvolvida. Há uma rádio comunitária, Boa Vista FM 87,9, com potência de 25 kW, e uma TV municipal, TV Gazeta, com alcance de 10 km, além de um jornal com tiragem mensal, o Jornal Voz do Araguaia.

A localidade de **Posto da Mata**, localizada no entroncamento das rodovias BR-158, BR-242 e MT-424, ou seja, no interior da atual área homologada para a TI Maraiwatsede, é ao mesmo tempo distrito de dois municípios distintos, ou seja, uma parte da localidade pertence ao município de Alto da Boa Vista, sendo conhecida como distrito Posto da Mata (sul), e a outra parte pertence ao município de São Felix do Araguaia (norte), sendo conhecido como distrito de Estrela do Araguaia, embora não exista descontinuidade urbana, por conta da divisa municipal coincidir com o traçado da rodovia BR-242.

A situação da localidade de Posto da Mata é complicada e preocupante tendo em vista que há um significativo número de domicílios urbanos (estimados em mais de 400) e de estabelecimentos comerciais. Em função do óbvio conflito de interesses entre índios e não índios, os ânimos dos moradores da área estão exaltados e há sempre o risco eminente de conflito direto com a aldeia Xavante localizada ao sul de Posto da Mata, conforme será detalhado no capítulo referente ao componente indígena deste diagnóstico.

Na localidade existe, conforme informações dos próprios moradores, a seguinte estrutura urbana construída: aproximadamente 1.000 domicílios residenciais (o que não confere com verificação realizada), dois secadores de arroz, dois postos de combustível, dois hotéis, dois restaurantes/lancherias, duas estações rodoviárias, uma que atende os ônibus da empresa Xavante e outra da empresa Barratur, quatro mercados, além de alguns armazéns e bares, uma casa veterinária, duas lojas de materiais de construção, duas farmácias e uma antena construída em alvenaria e metal para servir a comunicação de telefonia fixa.

Nas áreas rurais do entorno de Posto da Mata há um número significativo de posseiros. Localizados no interior da Terra Indígena são estimados pelo menos 800, muitos dos quais residem na área urbana de Posto do Mata e trabalham em suas posses localizadas nas proximidades. A vinculação da população de Posto da Mata é com a sede municipal de Alto Boa Vista, inclusive de parte da população de Estrela do Araguaia, pertencente ao município de São Félix do Araguaia.

**São Félix do Araguaia** é a cidade mais antiga e histórica da região, sendo maior que as demais. Situada às margens do rio Araguaia é um centro turístico para o qual afluem pessoas da região, de outros estados e inclusive do exterior, principalmente nos meses de verão, devido as suas praias de areias brancas e das águas claras e límpidas do rio Araguaia, o qual também é muito piscoso e em suas águas vivem espécies de peixes muito apreciadas por pescadores profissionais e amadores, tais como, pirarucu, tucunaré, entre outras.

Por isso São Félix do Araguaia é também um centro regional no qual são realizados eventos, tais como seminários, congressos, encontros e cursos de capacitação, mormente para funcionários de empresas públicas. A cidade possui uma boa rede hoteleira e de restaurantes, além de bares, locais com venda de artesanato indígena produzidos pelos índios das etnias Tapirapé e Karajá que vivem na ilha do bananal, situada em frente à sede municipal na margem oposta do rio Araguaia.

O abastecimento de água é realizado por meio de rede de água que é captada no rio Araguaia e recebe tratamento. Nos distritos o abastecimento de água é realizado por meio de poços artesianos também através de redes locais. Contudo, não há rede de esgoto no município e o sistema utilizado é o de fossa séptica individual.

Existe coleta de lixo que acontece três vezes por semana e o mesmo é disposto num lixão. A energia elétrica também é gerada por meio de motogerador a diesel que opera de forma ininterrupta.

Existe tanto telefonia fixa operada pela empresa Brasil Telecom, quanto móvel pela empresa Vivo. Também opera no município uma emissora de rádio FM com alcance regional.

**Canabrava do Norte** está situada a oeste da rodovia BR-158, distante em torno de 25 km desta. O padrão dos serviços e da infra-estrutura do município é similar ao dos demais, ou seja, não há qualquer tipo de pavimentação; não há rede de água e os domicílios urbanos são abastecidos por meio de poço tubular profundo ou escavados; também não existe rede de esgoto e o sistema adotado é o de fossa séptica individual; a coleta de lixo é diária e o mesmo é disposto em lixão; o sistema de geração de energia é através de motogeradores a diesel; existe telefonia fixa fornecida pela Brasil Telecom; não há emissoras de rádio, televisão ou jornais.

Segundo informações prestadas na prefeitura existe um projeto para implantar uma estação de tratamento de água que será captada na represa do rio Preto, situada ao lado da cidade, implantação de rede de abastecimento de água, rede de esgoto, pavimentação das ruas centrais e implantação de aterro sanitário. O projeto está sendo encaminhando ao Governo Federal, que se pretende seja o financiador do mesmo, embora projetos similares tenham sido financiados a administrações municipais anteriores sem que as obras tenham sido realizadas.

**Porto Alegre do Norte**, apesar de ser um pouco maior, possui sua área urbana disposta ao longo da BR-158. O padrão é idêntico aos demais municípios: as ruas não têm qualquer tipo de pavimentação; não existe rede de esgoto, sendo que o sistema adotado é de fossa séptica individual; a coleta de lixo é realizada duas vezes por semana e o mesmo é disposto num lixão; a energia elétrica é gerada através de motogeradores a diesel e somente é fornecida para os domicílios urbanos, não havendo fornecimento da mesma na zona rural. A cidade dispõe dos serviços de uma rádio comunitária com alcance de 22 km e também conta com um jornal denominado "Gazeta" com circulação restrita ao município, sendo que o mesmo é editado no município de Barra do Garças. O serviço de telefonia fixa e móvel é operado pela empresa Brasil Telecom. O município se diferencia pelo abastecimento de água na sede municipal ser realizado por rede geral por uma empresa terceirizada. Na administração passada este serviço foi privatizado. A captação é realizada no rio Tapirapé.

**Confresa**, a qual possui sua sede urbana cortada longitudinalmente pela BR-158, possui seu centro e os bairros típicos de classe média localizados à margem oeste da rodovia e os bairros mais populares (vilas) e o parque industrial localizados a leste. Apesar de contar com a população de maior tamanho da AII, também não possui rede de esgoto e somente 50% dos domicílios são abastecidos com água tratada através de rede geral, o restante sendo abastecido através de poços escavados e cisternas. A coleta de lixo é realizada diariamente e o mesmo é disposto no lixão, embora exista um projeto pronto para instalação de aterro sanitário, aguardando liberação de uma área de terra do governo federal onde o mesmo será instalado.

A maior parte das ruas centrais e a avenida principal são pavimentadas com asfalto. A energia elétrica é gerada por motogerador a diesel, sendo fornecida para os domicílios situados no perímetro urbano, e para um distrito, Canta Galo (Veranópolis) localizado a oeste da BR-158, na direção de Vila Rica.

A população residente no município dispõe dos serviços de uma rádio comunitária, de um jornal, A Gazeta, editado pela Prelazia do Baixo Araguaia, além dos serviços de telefonia fixa da empresa Brasil Telecom e móvel da empresa Tim.

**Santa Terezinha** possui sua sede municipal distante do eixo da BR-158 aproximadamente 100 km, a leste do mesmo. A sede municipal está situada junto às margens do rio Araguaia, lindeira da Ilha do Bananal. Nos períodos de veraneio muitos turistas e principalmente pescadores, tanto profissionais quanto amadores, visitam e se hospedam temporariamente na cidade, gerando grande movimentação econômica no município proporcionalmente ao seu tamanho.

A população urbana dispõe de água tratada, que é captada do rio Araguaia e distribuída por meio de rede geral, embora não exista rede de esgoto. A coleta de lixo é diária e o mesmo é depositado num lixão. A energia elétrica é gerada por motor diesel e atende à população urbana e uma parte diminuta da população rural. O sistema de telefonia existente no

município é fixo, operado pela empresa Brasil Telecom. A telefonia móvel ainda não foi implantada e também não há emissora de rádio, canal de TV e jornal.

**Vila Rica**, último município da AII descrito aqui, faz fronteira com o Estado do Pará, tendo sua sede municipal cortada pela BR-158, sendo que o centro da cidade, os bairros típicos de classe média e o centro comercial estão do lado leste da estrada.

Apesar de ser o segundo maior município da AII em tamanho de população, somente parte da cidade possui abastecimento de água tratada e distribuída por rede geral, mais precisamente a parte leste do município. No lado oeste da BR-158 o abastecimento é realizado pelo sistema de poço tubular profundo ou cavado e sem tratamento. Não há rede de esgoto. A coleta de lixo é realizada diariamente e o mesmo é disposto no lixão. A energia elétrica é gerada através de motor diesel e abastece os domicílios localizados no perímetro urbano e em parte do interior do município.

Existe o sistema de telefonia fixa operado pela empresa Brasil Telecom e o sistema móvel operado pelas empresas Tim e Vivo. Também há uma emissora de rádio comunitária com alcance em todo o município, que segundo alguns entrevistados, é o sistema de comunicação mais rápido e eficiente na região, mas não há canal de televisão municipal e nem jornal.

### 6.3.5 CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES EXISTENTES NA ÁREA DE INFLUÊNCIA

A população economicamente ativa (PEA) da AII, correspondente à população ocupada e desocupada em 2000 representava 2,7% da PEA do Mato Grosso. Verifica-se, portanto, que a participação da AII na PEA é maior que a participação da AII na população total do Estado (1,94%). Além da diferença na participação relativa, a AII se diferencia também do perfil da PEA do Mato Grosso, a qual é predominantemente urbana, enquanto na AII a PEA urbana é apenas um pouco superior, proporcionalmente, à rural, a qual representa 47,6% do total.

**Quadro 6.3.28 - População Economicamente Ativa (PEA), taxa de desemprego e situação de domicílio da PEA – 2000.**

Unidade territorial	PEA		Taxa de desemprego	Urbana	Rural
	Nº	%			
Alto Boa Vista	2.705	8,6	5,7	29,2	70,8
Canabrava do Norte	1.673	5,3	10,8	44,9	55,1
Confresa	7.205	22,9	6,2	37,7	62,3
Porto Alegre do Norte	3.382	10,7	8,8	55,7	44,3
Ribeirão Cascalheira	3.122	9,9	8,6	56,7	43,3
Santa Terezinha	1.917	6,1	12,8	64,0	36,0
São Félix do Araguaia	4.499	14,3	14,7	64,9	35,1
Vila Rica	6.972	22,2	8,1	63,6	36,4
AII	31.475	100,0	9,0	52,4	47,6
Mato Grosso	1.159.136	100,0	12,3	81,9	18,1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

As maiores taxas de desemprego registradas na AII são as de São Félix do Araguaia (14,7%) e Santa Terezinha (12,8%), sendo elevada também em Canabrava do Norte (10,8%). Exceto em Vila Rica, a qual conta com atividades de setor secundário e terciário importantes, nos demais municípios onde a taxa de desemprego é menor a participação da população rural na PEA é proporcionalmente maior.

A estrutura ocupacional dos municípios da AII, por sua vez, acompanha a distribuição da população dos municípios, sendo que pouco menos da metade das pessoas ocupadas (46,0%) em setembro de 2000 concentravam-se nos municípios de Vila Rica e Confresa. O setor primário é o que concentra o maior contingente de pessoas ocupadas em todos os municípios da AII, registrando mais da metade do total de pessoas ocupadas nos municípios de Alto Boa Vista, Canabrava do Norte, Confresa e Ribeirão Cascalheira. Santa Terezinha registra uma participação destaca de pessoas ocupadas no setor de comércio e serviços. São Félix do Araguaia registra também participação importante de pessoas ocupadas em atividades de direção, técnicas, serviços públicos e administração. Confresa, por sua vez e, principalmente, Vila Rica concentram os maiores percentuais de participação de pessoas ocupadas no setor de produção industrial (21,0%, no caso deste último).

A AII, portanto, apresenta um padrão de ocupação diferenciado do registrado para o conjunto de Mato Grosso e do Brasil, os quais concentram seus maiores contingentes de pessoas ocupadas nas atividades de comércio e serviços e em atividades de direção, técnicas, serviços públicos e administração.

**Quadro 6.3.29 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por grandes grupos de ocupação no trabalho principal - 2000.**

Unidade territorial	Pessoas	Total	Dirigentes, técnicos, serviços públicos, administração	Comércio e serviços	Produção industrial	Setor primário	Mal especificada
Alto Boa Vista	2.550	8,9	12,4	20,7	11,9	51,2	3,8
Canabrava do Norte	1.492	5,2	14,2	18,5	9,0	54,6	3,7
Confresa	6.757	23,6	11,6	17,3	12,9	56,8	1,4
Porto Alegre do Norte	3.086	10,8	16,4	21,5	17,6	41,3	3,2
Ribeirão Cascalheira	2.854	10,0	13,8	20,2	13,4	50,5	2,1
Santa Terezinha	1.671	5,8	16,8	31,0	11,5	39,1	1,7
São Félix do Araguaia	3.838	13,4	25,5	29,6	13,7	30,5	0,7
Vila Rica	6.406	22,4	13,9	24,1	21,0	39,8	1,2
AII	28.654	100,0	15,2	22,4	15,0	45,5	1,9
Mato Grosso	1.016.725	100,0	23,9	31,6	22,2	20,9	1,4
Brasil	65.629.892	100,0	26,9	32,0	22,1	17,6	1,4

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

A situação específica de cada município da AII em relação aos serviços de saúde e educação é diferenciada. Com base no trabalho de campo realizado, foi possível atualizar e detalhar as condições da infra-estrutura destes municípios.

**Ribeirão Cascalheira** conta com serviços de saúde centralizados em um hospital municipal que tem 28 leitos, equipado com centro cirúrgico e atendido por quatro médicos além de outros profissionais. Também há um Centro de Saúde, um posto de saúde e um gabinete dentário na cidade. No distrito de Paraíso Novo também há um posto de saúde.

A estrutura educacional é composta por dezenove escolas municipais, destas, quatro estão localizadas na zona urbana e quinze na zona rural, nas quais, um corpo docente formado por 107 professores é responsável pelo ensino formal. Ainda há mais uma escola estadual no perímetro urbano com um corpo docente formado por 27 professores.

**Bom Jesus do Araguaia** não dispõe de hospital, necessitando, em caso de atendimento, de deslocamento por meio de ambulância para o hospital municipal da cidade de Água Boa que é sua referência. Existe somente um posto de saúde localizado no perímetro urbano e denominado Programa de Saúde da Família, equipado com uma sala de procedimentos, no qual trabalham um médico clínico geral, uma enfermeira, uma técnica em enfermagem, três auxiliares de enfermagem e uma atendente.

Na cidade existe somente uma escola, na qual o ensino fundamental da 1ª à 4ª série é de responsabilidade do município e atende 870 alunos através de 27 professores municipais, e o ensino da 5ª à 8ª série, bem como o ensino médio, são de responsabilidade do governo estadual e tem 964 alunos frequentando as aulas que são ministradas por 19 professores estaduais. Na zona rural há quatro escolas de ensino fundamental da 1ª à 4ª série, frequentadas por 350 crianças, as quais recebem também alimentação.

Destaca-se a existência de uma escola indígena com o ensino fundamental da 1ª à 4ª série, frequentada por 266 crianças (curumins) e uma turma especial de 5ª série com 59 alunos matriculados. Ao todo o corpo docente municipal possui 47 professores.

Em **Serra Nova Dourada** não há hospital e este atendimento é prestado pelos municípios maiores localizados nas proximidades. Há um posto de saúde no qual trabalham um médico clínico geral, uma enfermeira, uma técnica em enfermagem e dois auxiliares de enfermagem.

Existe uma escola de ensino fundamental e médio onde estudam 400 alunos, 313 matriculados no ensino fundamental e 87 cursando o ensino médio, e trabalham 26 professores, funcionando nos três turnos. Os alunos da zona rural e adjacências da sede municipal são deslocados por transporte escolar municipal e é servida merenda nos turnos matutino e vespertino. Também existe uma pré-escola e uma creche municipal que funciona de manhã e a tarde, atendendo 26 crianças, sendo servida a refeição para as mesmas. O



serviço social municipal é responsável pela organização da creche e promove eventos para os idosos, tais como, festas, passeios, etc.

Em **Alto Boa Vista** a estrutura dos serviços de saúde do município também não conta com hospital, sendo que os pacientes são deslocados para as cidades de Confresa ou de São Felix do Araguaia. Existe um posto de saúde onde atuam um médico clínico geral, duas enfermeiras, cinco auxiliares de enfermagem e um dentista, no local onde também é desenvolvido o Programa de Saúde da Família, além dos Programas fornecidos pelo Ministério da Saúde, tais como para hipertensos, diabéticos, gestantes e saúde mental.

A estrutura de ensino é composta por duas escolas municipais, onde é desenvolvido o ensino fundamental do pré-escolar até a 8ª série. Uma escola está situada na sede municipal e atende 930 alunos através de 27 professores e a outra no distrito conhecido como Posto da Mata onde ha 121 alunos matriculados e 8 professores lecionando. Na sede municipal ainda existe uma escola estadual de ensino fundamental da 1ª à 8ª série e ensino médio da 1ª à 3ª série. Também há uma creche municipal na cidade, na qual sete profissionais atendem diariamente 90 crianças.

**São Félix do Araguaia** conta com a maior estrutura de saúde existente na AII composta por um hospital que é referência regional e dispõe de 36 leitos, além de sete postos de saúde, sendo três postos de saúde localizados na zona urbana e quatro situados na zona rural. Também existe um centro de reabilitação e um centro de diagnóstico equipado com aparelho de Raios-X e Ultra-Som, os quais também prestam serviços em âmbito regional.

Trabalham nesta estrutura quatro médicos que atuam em clínica geral, um pediatra, um cirurgião geral, um anestesista, um ortopedista, quatro enfermeiras, um psicólogo, um fisioterapeuta, uma terapeuta ocupacional, uma nutricionista, duas assistentes sociais, dois dentistas, oito técnicos em enfermagem e doze auxiliares de enfermagem. Esses profissionais desenvolvem todos os programas oficiais do Ministério da Saúde.

A estrutura de ensino municipal está voltada para a área rural e conta com dezesseis escolas de ensino fundamental, de 1ª à 8ª série, e 80 professores que atendem 1.438 alunos. Cinco destas escolas possuem ensino para adultos e na área urbana há duas creches que atendem 65 crianças e contam com 26 profissionais. O ensino fundamental e médio urbano é de responsabilidade do governo estadual. Complementando o sistema de ensino local, existe um campus avançado da Universidade Federal do Mato Grosso com alguns cursos, como pedagogia, letras, entre outros. Contudo, apesar de ser uma cidade pólo, um centro de referência regional, não há cursos profissionalizantes em nível médio.

O Serviço Social da prefeitura desenvolve trabalhos com grupos de idosos, gestantes, hipertensos e diabéticos. Está previsto para breve o município fazer parte do Programa Nacional "Sentinela" que vai combater o turismo sexual infanto juvenil e do programa "PETI" que pretende erradicar o trabalho infantil, situações que são infelizmente muito comuns no município e em toda a região.

**Canabrava do Norte** não conta com hospital. Seus serviços de saúde são compostos por um ambulatório de Pronto Atendimento localizado na sede municipal que dispõe de um quarto com quatro leitos e que também possui um laboratório de exames clínicos; e de um posto de saúde localizado no distrito de Primavera, na zona rural, com atendimento médico duas vezes por semana. A população local também conta com os serviços de duas ambulâncias que deslocam os pacientes em estado mais grave para os municípios de Confresa ou Cuiabá. A equipe profissional que opera essa estrutura é composta por três médicos clínicos gerais, duas enfermeiras, uma fisioterapeuta, um dentista e duas auxiliares de enfermagem. São desenvolvidos em torno de 90% dos programas da saúde da família implantados pelo governo estadual.

A rede de ensino é composta por apenas duas escolas de ensino do pré-escolar à 8ª série, uma situada na sede municipal e outra localizada na zona rural. Estas escolas atendem 1048 alunos, destes 758 na área urbana e 260 na rural, contando com 68 professores. Existe uma creche na sede municipal que atende 25 crianças durante um turno, fornecendo lanche. Soma-se a estas uma escola estadual de ensino médio situada na cidade.

A rede de ensino local desenvolveu um projeto especificamente na área ambiental denominado "Passo a Passo", que abordava a biodiversidade em todas as escolas. Houve uma apresentação dos resultados do projeto para o público local e o melhor trabalho foi encaminhado para a SEDUC - Secretaria de Estado da Educação.

Atualmente, a preocupação da Secretaria Municipal de Educação é com o índice de analfabetismo que é muito alto. Este abrange 63% da população adulta, conforme informação obtida durante a realização das entrevistas.

Os serviços de saúde disponibilizados para a população de **Porto Alegre do Norte** contam com um hospital com quinze leitos e três postos de saúde, dois localizados na cidade e um na zona rural, bem como de duas ambulâncias para deslocar pacientes para os municípios de Confresa ou então para Cuiabá. A equipe de profissionais que atuam na área de saúde é composta por um médico clínico geral, três enfermeiras, um dentista, três técnicos em enfermagem e oito auxiliares de enfermagem.

O município desenvolve todos os programas estaduais destinados à saúde da família e, nos meses de setembro e outubro, promove a campanha de vacinação das crianças contra a varíola, bem como na época das chuvas, as campanhas de combate contra a malária.

A rede de ensino municipal é composta por sete escolas, das quais cinco estão localizadas na zona urbana e atendem 593 alunos que estudam da 1ª a 8ª séries e 84 alunos no EJA (Educação de Jovens e Adultos), e duas escolas na zona rural que atendem 454 alunos matriculados na 1ª à 8ª série, além de 38 alunos no EJA. O corpo docente municipal é formado por 52 professores. Cinquenta crianças residentes no perímetro urbano também dispõem dos serviços da creche municipal e noventa e três crianças frequentam a educação infantil e pré-escolar. Soma-se a esta estrutura educacional mais cinco escolas pertencentes

ao governo estadual, quatro destas situadas na zona urbana e uma na zona rural e nelas desenvolvem o ensino da 5ª a 8ª séries do fundamental e ensino médio.

A UNITINS mantém um campus avançado onde são oferecidos os cursos de Administração de Empresas e Contabilidade e a UNEMAT oferece o curso de Pedagogia na modalidade de educação à distância.

**Confresa** conta com um hospital municipal que, por meio de convênio com o governo estadual, presta atendimento regional, ou seja, para outros municípios vizinhos e para tanto, dispõem de 41 leitos, estando equipado com aparelhos de endoscopia, ultra sonografia, raios-X e eletrocardiograma. Atuam nesta estrutura um cirurgião, um pediatra, um ginecologista, um ortopedista, um clínico geral, um anestesista, nove enfermeiras, quatro técnicas em enfermagem, sete auxiliares de enfermagem e três dentistas. Também existem sete postos de saúde, quatro localizados na zona rural e três na zona urbana, e mais um Centro de Saúde Urbano, nos quais são desenvolvidos o Programa de Saúde da Família e os programas de combate à hanseníase (lepra), tuberculose (TB) e leishmaniose. Através de convênio com a FUNASA que repassa recursos, neste município é prestado atendimento para a população indígena da etnia Tapirapé residente na reserva Urubu Branco, em um posto de saúde federal, no qual um médico clínico geral faz o atendimento.

O serviço social da prefeitura municipal está desenvolvendo todos os Programas de Atenção Integral da Família, tais como o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, voltado a crianças de 07 a 15 anos, destinando 25 reais mensais por criança, e o Programa Agente Jovem, voltado para adolescentes de 15 a 17 anos, e que disponibiliza 65 reais mensais para cada jovem necessitado.

O município mantém também um Centro de Convivência da Melhor Idade, voltado à população de idosos, e está prevista a implantação da creche municipal que atenderá 122 crianças com recursos próprios. A população mais carente do município recebe cestas básicas, passagens intermunicipais, assistência funerária, carteira de aposentados e de deficientes físicos e 2ª via de registro de nascimento.

A estrutura de ensino é composta por três escolas municipais localizadas no perímetro urbano, nas quais 126 professores ministram aulas para 251 alunos da pré-escola, 1.588 alunos da 1ª à 8ª série e 399 alunos entre jovens e adultos no EJA. Na zona rural funcionam 66 escolas municipais e 166 professores lecionam para 221 alunos na modalidade pré-escolar e para 1.625 alunos matriculados da 1ª à 8ª série do ensino fundamental.

Também existe uma escola estadual situada na cidade, na qual 80 professores são os responsáveis pela educação formal de 660 alunos matriculados no ensino fundamental, 1ª a 8ª séries, de 569 alunos cursando o ensino médio, 1ª à 3ª série, de 6 alunos que freqüentam a educação especial, além de 54 alunos que freqüentam a pré-escola.

Em **Santa Terezinha** a população dispõe de um hospital com 23 leitos e equipado com os seguintes aparelhos; um RX, uma autoclave, um cardioversor, um laringoscópio, um respirador cirúrgico, um aspirador cirúrgico, uma mesa cirúrgica e duas Unidades Básicas de Saúde uma localizada no perímetro urbano e outra na zona rural. Também contam com o atendimento médico prestado por um cirurgião, um clínico geral, duas enfermeiras, quatro técnicos em enfermagem, seis auxiliares de enfermagem e um dentista.

A estrutura de ensino municipal é formada por treze escolas situadas na zona rural com ensino fundamental de 1ª à 8ª série, onde 56 professores lecionam para 1.088 alunos. Na cidade duas escolas estaduais são responsáveis pelo ensino formal fundamental e médio e o ensino pré-escolar é de responsabilidade do município. Destaca-se a existência de uma escola agrícola particular na fazenda CODEARA com ensino fundamental e médio profissionalizante para os filhos dos funcionários da propriedade. O nome da escola é Rosalia Iannini Condi em homenagem a progenitora do patrono da Associação Educacional Beneficente, sendo reconhecida pelo MEC pela portaria 97/2001, declarada de caráter beneficente. Tem 140 alunos matriculados e oito professores lecionam em regime de 40 horas semanais. Da 5ª à 8ª série, o ensino é profissionalizante em técnico agrícola. Os alunos que querem seguir estudando vão para o estado de Minas Gerais para freqüentar o ensino médio, pois a Associação mantém convênio com uma instituição mineira e por isso os estudos são gratuitos do início até o fim.

Também a UNIMATE oferece o curso de pedagogia com duração de quatro anos, sendo que no vestibular de 2004, houve 90 candidatos inscritos, mas 78 destes foram aprovados, todos eles são professores do Estado ou do Município, sendo que 38 lecionam na zona rural e 36 na zona urbana. O curso funciona por meio de seminários que ocorrem de 15 em 15 dias e a cada 21 dias há provas. Três professores da universidade lecionam neste curso.

A estrutura dos serviços de saúde de **Vila Rica** é composta por um hospital municipal, cinco postos de saúde localizados na cidade, um ambulatório de internação de até 8 horas para casos de emergência/urgência, um centro de reabilitação e um ônibus de atendimento itinerante para a população rural, no qual é realizado o atendimento médico e odontológico.

Atuam nessa estrutura quatro médicos clínicos geral, um médico ginecologista, um médico pediatra, um médico ultra sonografista, três odontólogos, um psicólogo, um fisioterapeuta, três bioquímicos, seis enfermeiras, duas assistentes sociais, quinze técnicos em enfermagem e oito auxiliares de enfermagem.

A estrutura de ensino é composta por quatorze escolas municipais, três funcionam na cidade e onze na zona rural, nas quais 120 professores atendem 2.965 alunos, desde a educação infantil, fundamental, até o ensino médio. Também a população urbana conta com duas escolas estaduais com ensino fundamental e médio e uma escola particular da Ordem Cenescista com 178 alunos matriculados no ensino infantil, fundamental e médio. A prefeitura através de uma creche municipal atende 123 crianças moradoras da cidade. É desenvolvido o ensino para adultos através de convênio entre Prefeitura e Banco do Brasil,

pelo projeto "BB". Numa das escolas municipais é desenvolvido o programa de Inclusão Digital, onde 350 alunos, por meio da informática (a escola está equipada com micro computadores), têm acesso à rede de Internet.

No âmbito do ensino superior a UNEMAT oferece vagas nos cursos de pedagogia e matemática e através de convênio entre EDUCOM, UNITINS e Prefeitura Municipal são oferecidos os cursos de ciências contábeis, administração de empresas e normal superior para a população do município e entorno.

No Mato Grosso os indicadores de Mortalidade Materna e Infantil são considerados elevados pelas autoridades de saúde locais, as quais têm buscado desenvolver ações com vistas a sua diminuição. É prevista a implantação do Comitê Estadual de Mortalidade Materna e Infantil a nível municipal, regional e hospitalar além de qualificação e capacitação dos profissionais para análise dos óbitos maternos e suas causas.

Segundo o superintendente de Atenção Integral à Saúde (Suais), Victor Rodrigues, o índice de mortalidade infantil de Mato Grosso é de 18 mortes por cada 1.000 crianças nascidas vivas. Ainda segundo ele, o Estado vem apresentando uma série histórica de melhora nesse setor. Do ano 2000 para 2004 foi conseguida uma diminuição de 17,7% na taxa de mortalidade infantil.

Na mortalidade materna, no ano de 2000, Mato Grosso tinha 67,3 mortes maternas em cada 100 mil nascimentos vivos. Em 2004 esse indicador foi de 63,1 em cada 100 mil crianças nascidos vivas. A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera aceitável até 20 mortes maternas para cada 100 mil nascidos vivos. Segundo avaliação da própria Secretaria de Saúde de Mato Grosso, estes índices ainda são altos em Mato Grosso devido ao grande número de cesarianas realizadas. O Estado vem promovendo reuniões e capacitações com médicos da área de obstetrícia para uma mudança de comportamento uma vez que o parto normal oferece menor risco à vida da mãe e da criança.

O conjunto de ações propostas pelo Estado para a redução da mortalidade materna e infantil pode ser interpretado, invertendo-se a perspectiva para a de um diagnóstico do atendimento do setor de saúde, como indicador das deficiências dos serviços prestados. Dentre elas são indicadas, em relação à mortalidade infantil, além da promoção e o incentivo ao aleitamento materno, o aumento da cobertura de atendimento a doenças prevalentes na infância (diarréias, doenças respiratórias, desidratação), melhoria da cobertura vacinal, criação de novos leitos de UTI pediátricos, cursos de reanimação neonatal para profissionais que atuam em salas de partos, monitoramento de doenças diarreicas agudas, triagem neonatal (Exame do Pezinho), inclusão da vacina contra o rotavírus no calendário básico de imunização e aumento de equipes do Programa de Saúde da Família. Na área de mortalidade materna as ações da Saúde do Estado incluem a instituição do pré-natal com seis consultas ou mais e a cobertura vacinal de gestantes com vacina antitetânica.

Especificamente na AII, os indicadores de mortalidade infantil provavelmente estejam mascarados pelo sub-registro de óbitos neonatais e certamente são superiores ao do conjunto do Estado de Mato Grosso tendo em vista a precária oferta de serviços de saúde, conforme pode ser observado pela qualificação das unidades de atendimento apresentada no Quadro 6.3.30 a seguir.

**Quadro 6.3.30 - Unidades de atendimento de saúde por tipo (2003).**

Unidade territorial	Total	Posto de Saúde	Unidade de Saúde da Família	Centro de Saúde	Ambulatório de Unidade Hospitalar Geral	Centro/ Núcleo de Reabilitação	Unidades de Vigilância Sanitária	Outros Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia
Alto Boa Vista	3	1	1	1	0	0	0	0
Bom Jesus do Araguaia	2	0	1	1	0	0	0	0
Canabrava do Norte	3	0	2	1	0	0	0	0
Confresa	10	5	1	1	2	1	0	0
Porto Alegre do Norte	11	5	2	1	1	0	1	1
Ribeirão Cascalheira	4	1	1	1	0	1	0	0
Santa Terezinha	12	8	2	1	1	0	0	0
São Félix do Araguaia	9	4	2	2	0	1	0	0
Serra Nova Dourada	2	0	0	2	0	0	0	0
Vila Rica	8	2	4	1	0	0	1	0
AII	64	26	16	12	4	3	2	1
Mato Grosso	1.202	384	348	202	60	60	49	99

Fonte: DATASUS.

Uma forma sintética de caracterização das comunidades existentes na AII consiste em avaliar o desempenho do IDH - Índice de Desenvolvimento Humano calculado com base em metodologia que pondera o desempenho de um conjunto de indicadores referentes a diferentes áreas relacionadas com a qualidade de vida e a condição socioeconômica da população.

No ano de 2000, todos os municípios da AII registravam valores de IDH inferiores ao registrado para o Estado de Mato Grosso. O município de São Félix do Araguaia apresenta o maior IDH da AII naquele ano (0,726), o qual é muito inferior ao valor registrado para o Mato Grosso naquele mesmo ano (0,773).

De maneira geral, conforme pode ser observado no gráfico, a distância entre os componentes de renda e de educação são relativamente constantes em cada município, impactando o índice geral de forma oposta (os menores valores de IDH são registrados em relação ao primeiro e os maiores em relação ao segundo). O componente de longevidade do IDH, por sua vez, registra maior variação, sendo sensível, entre outros aspectos, aos índices

de mortalidade infantil e geral. Os melhores desempenhos no componente de longevidade do IDH da AII são registrados nos municípios maiores e que possuem maior infra-estrutura de serviços de saúde.

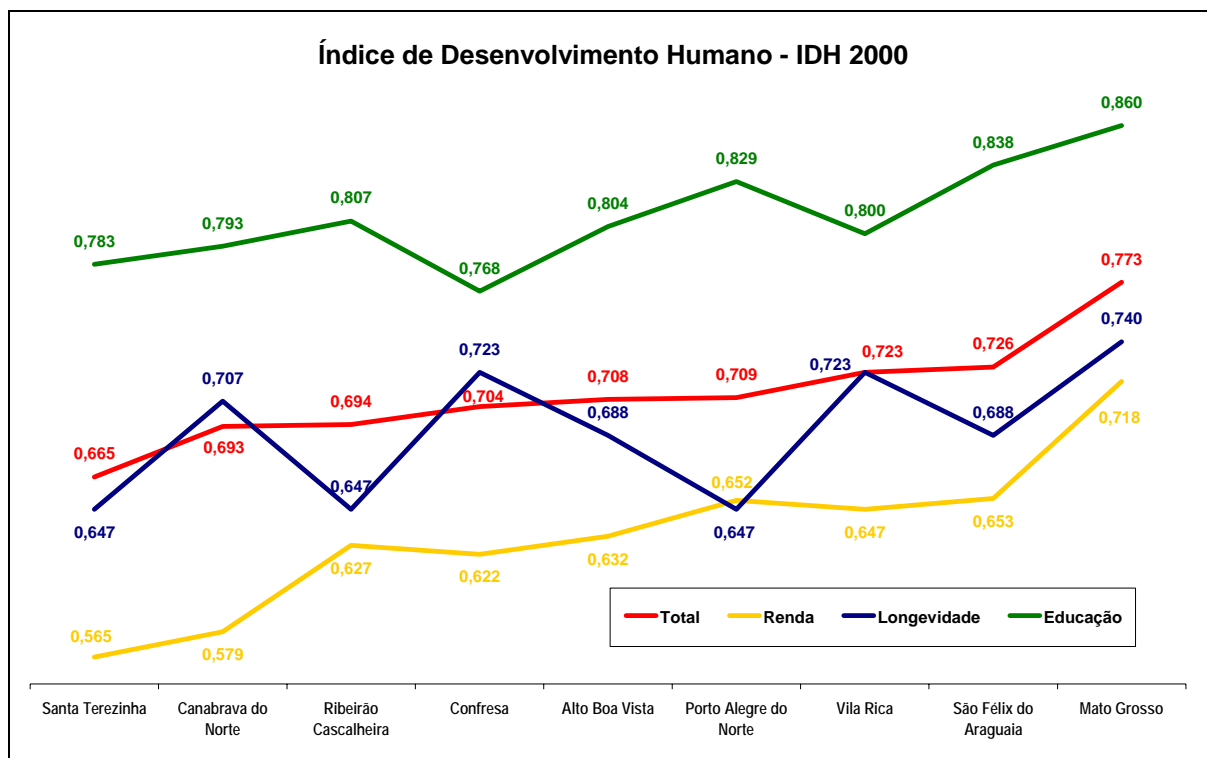


Figura 6.3.1 - Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios da AII.

### Percepção dos Atores Locais

Foi realizado um conjunto de 67 entrevistas com representantes de instituições e organizações locais nos municípios da Área de Influência, entre os quais prefeitos municipais, secretários de governo, vereadores, presidentes de sindicatos de produtores e trabalhadores rurais, entre outros, conforme Quadro 6.3.31 a seguir.

Quadro 6.3.31 - Representantes institucionais entrevistados.

Instituições	Nº	%
Associação de Trabalhadores Rurais	1	2,0
Câmaras de Vereadores	10	19,6
Escritórios da EMPAER	4	7,8
Escritórios da FUNAI	1	2,0
Escritórios da INCRA	1	2,0
Escritórios da INDEA	3	5,9
Prefeituras Municipais	8	15,7
Prelazia de São Félix	1	2,0
Secretarias de Educação e Cultura	3	5,9
Secretarias Municipais de Agricultura, Mineração e Meio Ambiente	4	7,8

Instituições	Nº	%
Secretarias de Saúde	3	5,9
Sindicato dos Produtores Rurais	3	5,9
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	9	17,6
Total	51	100,0

Fonte: Levantamento de campo.

Grande parte das informações levantadas através destas entrevistas é apresentada no item anterior e nos seguintes, no que se refere à descrição das condições econômicas e sociais da Área de Influência do empreendimento. Neste item serão destacadas algumas opiniões e percepções gerais manifestadas por estes sociais locais, as quais permitem se ter uma idéia do ambiente cultural que prepondera na região.

Inicialmente, é quase unânime o posicionamento favorável ao empreendimento de pavimentação da BR-158. São apontados como fatores importantes e resultados positivos da pavimentação da rodovia a geração de empregos, escoamento da produção, barateamento dos insumos e das mercadorias, além da atração de investimentos.

Na verdade, o impulso inicial do período recente de ocupação da região, após a década de 1970, foi construído sobre a expectativa de conclusão das obras de asfaltamento da rodovia, a qual após praticamente três décadas ainda não ocorreu. Na percepção dos entrevistados, o asfaltamento da rodovia irá proporcionar as condições necessárias para o efetivo desenvolvimento da região, o qual ficou bloqueado durante todo este período pela falta de pavimentação da rodovia.

À falta de rodovias é atribuída a ocupação desorganizada da área que compõe os municípios, que se deu com a chegada de ocupantes de vários lugares do país. Na fala de um dos prefeitos entrevistados, trata-se de migrantes *"vindo de vários lugares, pensando encontrar aqui a Bandeira do Progresso. Só que isso não aconteceu até hoje pela dificuldade que se tem com as estradas"*.

A maioria dos entrevistados afirmou não haver aspectos negativos relacionados à pavimentação da rodovia. Os que se manifestaram em relação a isso, mencionaram como questões que mais preocupam o provável aumento da criminalidade, da violência, e os impactos ambientais. Porém, o balanço entre aspectos positivos e negativos é amplamente favorável à realização do empreendimento. A opinião geral é que os benefícios que a pavimentação trará compensam os problemas. Segundo um entrevistado, *"há fatores que tiram um pouco a tranquilidade, mas é o preço que pagamos pelo desenvolvimento"*.

No discurso dos representantes institucionais de cada município, especificamente sobre o tema meio ambiente, a opinião divide-se entre aqueles que acreditam não existir nenhum problema e aqueles que apontam algumas questões relevantes. Para estes últimos, a pesca e a caça predatória, as queimadas sem controle, o desmatamento desordenado e a destruição das matas ciliares dos principais rios e afluentes geram um agravante sem



precedente para a destruição dos recursos naturais da região: *"Questão a qual muito se fala e muito se discute, mas a região não percebe os efeitos práticos quanto aos problemas ambientais"*.

O município de Canabrava do Norte, por exemplo, está localizado numa região de transição dos cerrados, de matas e varjões para as florestas amazônicas. Devido o uso sistemático e indevido dos recursos naturais, segundo relato dos entrevistados, o município está sofrendo as conseqüências, tais como rios e córregos secando, baixa fertilidade e produtividade do solo e a extinção de madeiras nobres.

Outro problema apontado como o mais novo agravante com relação ao uso indevido dos recursos naturais é a cultura da soja que aos poucos vai se incorporando na paisagem local.

Contudo, o principal problema relativo aos recursos naturais da região é apontado como sendo o desmatamento, causado tanto por queimadas indiscriminadas como pela ação de maquinaria pesada para a instalação de pastagens e lavouras de soja.

Entre as práticas inadequadas apontadas na região, estão o desrespeito à legislação ambiental (e à legislação de maneira geral, diga-se de passagem), a prática de pesca e caça predatória e as queimadas realizadas fora de época, com graves conseqüências sobre os recursos naturais da região. A abundância de recursos naturais faz com que não sejam bem aproveitados por falta de estrutura, como a água, ou sejam utilizados de forma predatória, como a madeira.

Em Canabrava do Norte já foi contratado um engenheiro florestal para elaboração de projeto de reflorestamento e de saneamento ambiental, indicando a existência de iniciativas locais voltadas ao controle sobre os problemas ambientais. Já há registro de administrações municipais com preocupação ambiental, reconhecendo os problemas resultantes, principalmente, da depredação das matas ciliares.

Ainda há, entretanto, muitas queixas com relação à ação do IBAMA, que é reclamada como devendo ser mais um trabalho de orientação e não uma fiscalização punitiva, o que, por si só, demonstra a dificuldade que as lideranças locais têm de admitir uma mudança no padrão de exploração dos recursos naturais. É comum registrarem-se opiniões de que o desmatamento ocorre, mas não muito e que diminuiu o nível de água dos rios, mas que não secou (subentendendo que é possível continuar utilizando os recursos naturais na forma como são utilizados atualmente).

A educação ambiental é um conceito presente na fala de muitos atores institucionais locais. Contudo, eles próprios reconhecem que há "muito discurso e pouca prática" neste sentido.

Na verdade, foi possível verificar através do trabalho de campo a grande fragilidade e insipiência da estrutura de governança na AII. Os governos municipais, salvo algumas exceções, são estruturas de governo com pouca capacidade de atuação e alvo de interesses

escusos e oportunismo de alguns. Há municípios que tem seus mandatários respondendo por processos de corrupção, um deles inclusive cumprindo pena em regime fechado por este motivo no período em que o trabalho de campo estava sendo realizado.

A precariedade política dos governos municipais locais se reflete em grande deficiência administrativa, contando com poucos recursos para atendimento das necessidades das comunidades locais, bem como de pouca eficácia nas ações realizadas.

A problemática indígena, em algumas localidades, acaba funcionando como uma espécie de “válvula de escape” para a falta de competência da sociedade local em desenvolver-se nos moldes econômicos pretendidos. Aos índios e ao volume de áreas a eles destinadas é atribuída a inviabilidade da produção e da economia locais, quando, na verdade, os atores sociais locais estão pouco articulados e não contam com uma condição de posse adequada das terras que ocupam, fazendo com que não tenham acesso a financiamentos e, com isso, não consigam desenvolver uma produção competitiva.

A situação dos assentamentos de famílias da reforma agrária na região é emblemática do agravamento das dificuldades e dos problemas de desenvolvimento. A produção em termos sustentáveis economicamente é viável apenas, nas condições atuais, em áreas de exploração maiores e com intenso uso de tecnologia, uma vez que apenas pequeno volume dos solos da região comporta uma produção familiar em pequena escala. A presença dos assentamentos acaba tornando o quadro ainda mais complexo, acirrando a rivalidade entre populações indígenas, posseiros e assentados.

### **Perfil dos Produtores Rurais**

Com base em uma pequena amostragem de estabelecimentos rurais situados em assentamentos e algumas posses e fazendas de maior porte, estabeleceu-se um perfil geral dos produtores e da população rural da AII. Ao todo foram realizadas entrevistas em 34 estabelecimentos rurais, compreendendo um total de 71 famílias, residentes em 67 domicílios. O total de pessoas residentes nestes domicílios é de 264, o que representa uma média de 3,94 pessoas por domicílio.

Deste total de pessoas residentes nos estabelecimentos rurais entrevistados, 85 (32,2%) são empregados contratados para trabalharem nas fazendas. Em mais da metade dos estabelecimentos rurais entrevistados (58,4%) o trabalho na propriedade era a única ocupação produtiva do proprietário, sendo que em 41,2% dos estabelecimentos rurais, o proprietário dividia o trabalho na propriedade com outras atividades de trabalho fora dela.

Dos estabelecimentos rurais entrevistados, apenas 17,6% possuíam mais de 500 ha de área total. A maioria possuía área total até 100 ha (58,8%). Considerando o reduzido tamanho médio das propriedades entrevistadas (típicas dos assentamentos rurais que abundam na AII), 52,9% dos estabelecimentos rurais possuíam menos de 10 ha de área utilizadas com agricultura e 29,4% não desenvolviam qualquer atividade agrícola, mesmo de subsistência.

Somente duas propriedades entrevistadas possuíam áreas superiores a 100 ha cultivadas com agricultura, atividade pouco comum em toda a região nesta escala de produção.

Os tipos de cultivo praticados são essencialmente de subsistência, praticados em sucessão sobre a mesma área (81,9%), através de sistema rudimentar (79,2%). Manejos mais sofisticados são muito pouco praticados, tais como o próprio sistema convencional (6,9%) e a produção em consórcio (13,9%), praticadas nas fazendas com áreas de cultivo entre 100 e 750 ha (modo de produção empresarial, em contraste como modo de produção familiar mais freqüente). Os tipos de cultivo identificados, calculados proporcionalmente o total de 34 propriedades entrevistadas, são os apresentados a seguir.

**Quadro 6.3.32 - Tipos de cultivo praticados nos estabelecimentos rurais.**

Problemas	Nº	%
Milho	19	55,9
Mandioca	17	50,0
Arroz	15	44,1
Abacaxi	5	14,7
Feijão	4	11,8
Coco	2	5,9
Banana	2	5,9
Batata	2	5,9
Abóbora	1	2,9
Soja	1	2,9
Cana	1	2,9
Cupuaçu	1	2,9
Algodão	1	2,9

Fonte: Levantamento de campo.

A utilização de práticas de manejo mais sofisticadas também é muito insipiente na região e se restringe às fazendas, entre as quais a utilização de correção de solos com calcário (utilizada em apenas 5,6% dos cultivos), a adubação mineral (6,9%) e mesmo a adubação orgânica (apenas 13,9%). Do total de cultivos registrados, nada menos que 79,2% não receberam qualquer tipo de adubação, o que impacta negativamente a produtividade dos cultivos e desta forma sua competitividade de mercado. Práticas de conservação de solos também são muito restritas, entre as quais os cultivos em nível (apenas 9,7% dos cultivos identificados) e a adubação verde (13,9%).

O financiamento da produção agrícola é feito com recursos próprios em 76,4% dos cultivos. Somente 23,6% dos cultivos identificados utilizaram financiamento para a produção, neste caso, o PRONAF, para o qual os produtores se habilitam por serem de valor reduzido e exigir menores garantias, dada a condição de não titulação da maioria das áreas, inclusive as grandes fazendas da região.

Com o perfil traçado é evidente a identificação que a agricultura praticada na região é predominantemente de subsistência (33,3% dos cultivos) ou para consumo próprio com comercialização local de excedentes (54,2%), comercializados ou simplesmente trocados com os consumidores finais. A produção exclusivamente destinada ao mercado se restringe a 11,1% dos cultivos, os quais são destinados ao varejo (6,9%) e a agroindústrias (4,2%), neste último caso destinadas para fora do mercado regional.

A atividade mais comum nos estabelecimentos rurais entrevistados é a pecuária realizada em áreas de pastagens cultivadas (a utilização de pastagens naturais é restrita, principalmente proximamente ao eixo da rodovia). Apenas 11,8% dos estabelecimentos rurais da amostra não possuíam áreas de pastagens plantadas, predominando as propriedades com áreas de pastagens maiores que 10 ha até 50 ha (35,3%), que juntamente com áreas de pastagens menores de 10 ha (8,8%), são o padrão predominante da pecuária praticada nos assentamentos e nas pequenas posses pouco capitalizadas. Na metade dos estabelecimentos rurais entrevistados a área utilizada com pastagens é de 50 a 100 ha (20,6%) ou maiores que 100 ha (23,5%), chegando em algumas grandes fazendas a 9000 ha ou mais.

A pecuária predominante da região é a bovina de corte, da raça nelore. São registradas também a pecuária leiteira e criação de galinhas para produção de ovos, normalmente associadas com a agricultura de autoconsumo. Salvo em dois estabelecimentos rurais entrevistados, os quais contavam com 7 mil e 12 mil cabeças de gado, o rebanho médio dos demais estabelecimentos rurais é de 290 cabeças, o que configura uma pecuária de pequena escala para os padrões regionais.

A produção de ovos se destina basicamente ao consumo próprio das famílias, com venda de excedentes no entorno do estabelecimento rural. A produção de leite também possui este perfil, embora existam alguns estabelecimentos que produzam leite exclusivamente para o mercado. Já a produção de gado de corte é apenas secundariamente destinada ao consumo, direcionando-se predominantemente, do ponto de vista do número de cabeças, para o mercado (embora muitas propriedades em assentamentos mantenham uma pecuária de consumo com venda de cabeças como forma de obtenção de renda em situações de dificuldade financeira, e não como uma produção regular voltada para o mercado). Mas mesmo a pecuária voltada exclusivamente para o mercado é de alcance regional, sendo pequena a comercialização nacional e internacional da produção.

Pela importância regional, é elevado o percentual de estabelecimentos rurais que receberam assistência técnica para sua produção pecuária (97,4%). Entretanto, práticas de manejo da pecuária mais sofisticadas, tais como a inseminação artificial, ainda são muito insipientes (5,2%). A assistência técnica fornecida é direcionada, principalmente, para controle sanitário, vacinação e tratamento de doenças do gado.

O restante das áreas dos estabelecimentos rurais entrevistados é composto por matas nativas, com algumas iniciativas de matas plantadas para fins extrativistas.

O perfil de agricultura familiar típico dos assentamentos da região emerge da identificação dos equipamentos que são utilizados nas propriedades, predominando a utilização da tração animal (26,5%) ou mesmo a não utilização de qualquer equipamento. Nos estabelecimentos rurais maiores e nas fazendas, entretanto, são utilizados tratores de pneu (20,6%), tratores de esteira (2,9%, ou seja em apenas uma propriedade; este equipamento é o que pode ter maior impacto sobre o manejo para desmatamento sem a utilização de fogo), caminhões (11,8%), colheitadeiras mecânicas (8,8%), além de instalações tais como depósitos e armazéns (17,6%).

Atividades alternativas desenvolvidas na propriedade são muito incipientes, tais como a produção de doces, queijos, biscoitos (8,8%) ou a coleta de produtos silvestres (2,9%).

Em termos da percepção que os entrevistados nos estabelecimentos rurais possuem de sua própria condição e da situação de seu município, a maioria (55,9%) entende que o seu município é pouco desenvolvido e parou de crescer, enquanto 23,5% entendem que o município é desenvolvido, mas que não cresceu o suficiente e apenas 17,6% entendem que seu município é muito desenvolvido e que cresceu muito.

A tabulação das respostas relativas aos maiores problemas enfrentados atualmente pelas comunidades locais não deixa dúvidas acerca das razões de uma avaliação tão negativa da situação atual do desenvolvimento. A falta de estradas e de condições de escoamento da produção é apontada por mais da metade dos entrevistados como principal problema. Os demais itens mencionados referem-se a serviços básicos de saúde, educação e energia elétrica, entre outros aspectos, apontando para as condições precárias nas quais a região se percebe vivendo atualmente.

**Quadro 6.3.33 - Maiores problemas enfrentados atualmente.**

Problemas	Nº	%
Estrada, escoamento da produção	18	52,9
Médico, atendimento de saúde	9	26,5
Escola, serviço de ensino	6	17,6
Energia elétrica	8	23,5
Apoio político	3	8,8
Assistência técnica	3	8,8
Falta de água	3	8,8
Transporte	3	8,8
Equipamentos	2	5,9
Financiamento	2	5,9
Título de posse	2	5,9
Armazenamento dos produtos	1	2,9
Atuação do Incra	1	2,9
Custo alto dos insumos	1	2,9
Emprego	1	2,9
Falta de agroindustrias	1	2,9

Problemas	Nº	%
Falta de investimentos	1	2,9
Falta quase tudo	1	2,9
Financiamento para moradia	1	2,9
Incentivo para produção	1	2,9
Perda de produção	1	2,9
Profissionais competentes em todas áreas	1	2,9
Não respondeu	3	8,8

Fonte: Levantamento de campo.

### 6.3.6 ESTRUTURA PRODUTIVA E DE SERVIÇOS

Antes de ser caracterizada a estrutura produtiva e de serviços da AII, são apresentados alguns itens gerais de caracterização da economia de Mato Grosso, compilados a partir dos estudos que compõem o Zoneamento Econômico Ecológico já mencionado no início deste Diagnóstico. Da mesma forma que lá, irá se apresentar aqui extratos do texto básico original do próprio Zoneamento, sofrendo apenas alguns ajustes e modificações, sendo organizados em uma nova itemização útil a este Diagnóstico. Posteriormente, serão detalhados e aprofundados aspectos relativos a AII em estudo, com base em levantamentos realizados pela equipe, complementando desta forma a análise. A mencionada compilação, portanto, em relação à estrutura produtiva e de serviços do Mato Grosso, compõem o texto que segue.

O impulso na expansão e modernização da agropecuária no Centro Oeste, com a viabilização dos cerrados e da região Norte, dá-se num novo contexto: a agricultura passava a inserir-se em um processo de verticalização, como fornecedora direta de matérias-primas para a indústria, constituindo-se na base do desenvolvimento da agroindústria alimentar.

Tratava-se de um fenômeno vinculado à intensificação da mecanização e da utilização de insumos modernos e ao desenvolvimento industrial de ramos provedores de máquinas agrícolas e insumos e, por fim, ao processamento industrial da produção agrícola, que se expandia e sofisticava, gerando uma série de novos produtos derivados e beneficiados (frigoríficos, laticínios, farelos, óleos, margarinas, cereais etc.).

Neste processo, grandes porções dos cerrados foram antropizadas já dentro deste padrão ou contexto moderno, "queimando" etapas pelas quais passaram outras regiões e, conseqüentemente, já praticando padrões de produtividade acima da média nacional em várias atividades.

A partir dos anos 1970, a modernização do campo no Estado de Mato Grosso, passou a estar associada ao movimento de capitais (interestadual e internacional), decorrendo daí a introdução de novos processos de trabalho e a integração entre agricultura e indústria. Desse processo viriam a emergir os denominados complexos agro-industriais e a grandes unidades de beneficiamentos e produção de alimentos atualmente presentes no Estado. Assim, de modo crescente, o Estado de Mato Grosso veio internalizando cadeias produtivas

enquanto prolongamentos imediatos das atividades primárias, com a expansão de alguns ramos da agroindústria, especialmente no que se refere ao complexo grãos e carne.

A expansão da soja, nos anos 80, para terras mais distantes, foi possível graças aos incentivos existentes, que atraíram empresas com vocação comercial e tradição mercantil, atuantes nos mercados de *commodities*. A partir de meados dos anos 80, houve um deslocamento de grandes conglomerados industriais, que transferiram suas fábricas de beneficiamento de grãos e atividades integradas de criação e abate de pequenos animais. A resultante foi uma agroindústria de padrão tecnológico moderno, atuante em poucos setores e com larga escala de produção para se viabilizar, dados os elevados custos de transporte.

O Estado de Mato Grosso apresenta a agroindustrialização mais recente e mais concentrada, predominando amplamente (na época em que foi elaborado o estudo) as grandes empresas nacionais. Elas respondiam por 60% da amostra dos principais contribuintes do ICMS, enquanto as internacionais por apenas 9%, as cooperativas por 11%, e as empresas de origem regional, pelos 20% restantes. Quanto à distribuição setorial, cerca de 55% das empresas da amostra trabalhada pelas autoras (em pesquisa realizada no âmbito do documento original do Zoneamento) produziam derivados de soja, 30% correspondiam à produção de carne bovina, restringindo-se as demais atividades à proporção de apenas 15%. O complexo grãos-carne, assim, correspondia a 91% do total.

Entre as grandes empresas nacionais com atuação regional, destacavam-se: Sadia (com atividades nas áreas de refino de óleo, produção de carne bovina e abate de frangos); Ceval (óleo de soja e carne bovina); Perdigão (refino de óleo); Olvepar; Cutrale Quintela; Granol; Grupo Itamaraty (soja, algodão e cadeia sucro-alcooleira). Dentre as empresas internacionais que atuavam nos mercados de commodities destacavam-se: Cargill, Sanbra e Mitsui Alimentos. As empresas regionais estavam mais concentradas no setor de carnes frigorificadas. Comparadas com as empresas nacionais, caracterizavam-se por serem empresas de pequeno porte (umas poucas seriam médias). Encontravam-se ainda empresas regionais localizadas nos setores sucro-alcooleiro e de laticínios. Deste conjunto destacavam-se: Sementes Maggi Ltda., Frigorífico Quatro Marcos Ltda., Frivale Ltda., Frigorífico Araputanga Ltda. e Frigorífico Vale do Sol Ltda.

Dentre as cooperativas que possuíam também a função estratégica de garantir a matéria-prima para as grandes plantas esmagadoras de soja, destacavam-se, em termos de ICMS arrecadado: Canarana (que atuava na compra e armazenagem de grãos), Cooperativa Agrícola de Cotia, Cooperativa Central e Coopasul - Cooperativa Agropecuária Mista do Cerrado Ltda.

No âmbito das atividades industriais, fundamentalmente vinculado às atividades extrativas e agrícolas, o processo de ocupação do Mato Grosso, pelos contingentes migratórios que atraiu, acabou gerando o surgimento de inúmeros núcleos urbanos, os quais apresentam pequena expressão em termos de atividades industriais e de comércio.

Na verdade, desde o surgimento das primeiras unidades relacionadas à industrialização da carne e outras matérias-primas da pecuária, já em meados do século XVIII, as atividades industriais no Estado estiveram quase sempre atreladas ao aproveitamento da matéria-prima local, basicamente oriunda do setor da pecuária. Já na virada do século XIX, surgiram algumas indústrias de açúcar, que produziam para o abastecimento do mercado local e até algum excedente para exportação. No entanto, durante todo o longo processo de desenvolvimento da indústria no Estado, o caráter cíclico da produção canavieira apenas contribuiu para a manutenção da hegemonia do setor pecuário como fonte de suprimento do processo de industrialização.

É somente a partir da década de 70, com a nova dinâmica induzida pelo Estado Nacional à economia do Centro-Oeste, que a indústria ganha impulso e começa a obter maior destaque na economia estadual, desta feita, pela introdução de novos processos de trabalho e a integração entre agricultura e indústria, emergindo os denominados complexos agro-industriais.

A partir daí, o processo de estruturação econômica se intensificou e se adensou socialmente à medida que se viabilizaram os encadeamentos produtivos "para frente" (os secundários e terciários), internalizando no Estado uma agroindústria moderna, especialmente no que se refere ao complexo grãos e carne e, associados à extração madeireira, crescem as serrarias e segmentos da indústria moveleira.

Evidentemente, esta indução ocorreu não apenas nos segmentos industriais imediatamente vinculados às cadeias produtivas, mas em outros setores da indústria, voltados para a produção de bens intermediários, como o de minerais não-metálicos, e também no setor de bens de consumo em geral (notadamente bens-salário, como produtos alimentares e bebidas).

Estes últimos, num contexto de incremento populacional e urbanização, passaram a florescer em função de uma demanda crescente, que se manifestava igualmente na construção civil e nas ramificações comerciais e da prestação de serviços do setor terciário. Deste modo, tem-se a formação de todo um tecido econômico mais complexo e diversificado, que incrementou e estreitou as relações urbano-rurais.

Contudo, na economia contemporânea do Mato Grosso ainda predomina a base agropecuária, juntamente com os setores de comércio e de serviços. Com o impulso verificado na expansão e modernização agropecuária do Centro-Oeste, a partir da década de 70 e nos anos 80 - inclusive com a viabilização dos Cerrados e de áreas da região Norte -, a agricultura passa a adquirir importância central na expansão e diversificação das exportações (produção de divisas) e a inserir-se em um processo de verticalização, como fornecedora de matérias-primas para a indústria, que se expande e sofisticada, gerando uma série de novos produtos derivados e beneficiados (compensados e esquadrias de madeira, produtos frigorificados, laticínios, farelos, óleos, margarinas, cereais preparados etc.).



Na indústria, embora tenham aumentado o número de estabelecimentos industriais e outros indicadores de crescimento do setor, tais como o consumo de energia elétrica e a arrecadação do ICMS, ainda prevalece a domínio de atividades voltadas para o beneficiamento da matéria-prima local.

Em termos absolutos e relativos, a agropecuária apresenta contínuo e expressivo crescimento de seu produto (acréscimo de 90% em 1995/85), ampliando também a sua posição relativa na composição do PIB estadual, de 38%, em 1985, para 45%, em 1995. Parte desse avanço sustenta-se na perda de posição da indústria que, neste mesmo período, reduziu-se de 17% para 13%. A retração ocorrida no setor industrial, aliás, não foi um fenômeno exclusivo da indústria mato-grossense, mas sim, inserido em um processo mais amplo que marcou a reestruturação da economia nacional nos anos 90, subordinada à nova lógica da integração dos mercados mundiais (globalização).

Ao verificar-se o comportamento das distintas atividades econômicas em relação à arrecadação de ICMS, a situação apresenta-se diversa, pois, a indústria (31%) e o comércio (25%) lideram o ranking em termos de maior valor na circulação dos bens e serviços produzidos e, em consequência, na tributação sobre a atividade. A terceira posição cabe ao item "Outras atividades", onde o maior peso está no item "combustível", que apresenta uma elevada taxa de participação no incremento da arrecadação do ICMS estadual. Por último, a agricultura, os transportes e a pecuária contribuem, respectivamente, com 6,0%, 4,7% e 2,5% na composição do total do imposto arrecadado.

Em termos de ocupação da força de trabalho é a atividade agrícola que mais se destaca, ocupando um terço do contingente da mão-de-obra, seguido pelos ramos de prestação de serviços (18%) e do comércio (12%). A indústria de transformação ocupava, em 1996, cerca de 93 mil pessoas, ou seja, 8,5% do total da população ocupada no Estado.

Finalmente, o consumo de energia elétrica, indicador macroeconômico comumente usado para avaliar a performance setorial, não se apresenta o mais adequado para o caso de Mato Grosso, por desconsiderar a demanda "contida", dado que a rede de distribuição de energia é restrita e insuficiente para suportar maior requerimento de energia por parte dos consumidores.

De qualquer modo, segundo os dados da área de influência da CEMAT (Companhia de Energia Elétrica de Mato Grosso), que abrange a grande maioria dos municípios (cerca de 90% deles) e excluindo-se o consumo residencial e outros usos, majoritários em número de consumidores e requerimentos de energia elétrica, o consumo industrial representava, em 1997, menos de um quinto do consumo total de energia elétrica, configurando-se, na época, uma demanda atendida (453.494 MWH) superior à capacidade de geração bruta de energia elétrica no Estado de Mato Grosso (400.886 MWH).

As dificuldades na oferta de energia elétrica aliada à carência de um sistema eficiente de transportes constituem-se nos mais fortes entraves ao desenvolvimento do setor industrial.

Quanto à questão energética, segundo a FIEMT/IEL (1999), o Estado de Mato Grosso, apresenta potencial hidráulico da ordem de 17.000 MW e possui atualmente uma capacidade de suprimento da ordem de 536 MW, dos quais 356 MW são provenientes das usinas de Itumbiara e Cachoeira Dourada, em Goiás, através de três linhas de transmissão.

Diante desse quadro de grande potencial de oferta e de demanda reprimida, a abertura recente do setor de geração de energia à iniciativa privada acabou por atrair investidores, o que já vem apresentando resultados favoráveis. Quatro novas usinas, que totalizam 89,7 MW, estão em operação e dezoito projetos encontram-se em tramitação junto à ANEEL e órgãos ambientais, totalizando 681 MW.

Apesar das deficiências de infra-estrutura, principalmente relativas a energia e transporte, o setor secundário vem assumindo maior importância econômica no Estado de Mato Grosso, consolidando seu crescimento nas atividades de desdobramento da madeira, beneficiamento de grãos e fabricação de alimentos, bem como na fabricação de produtos de origem animal.

A predominância destes segmentos produtivos torna-se evidente quando se observa a estruturação interna do setor, através dos dados desagregados por gêneros e ramos industriais. O grande destaque é para o "Desdobramento da Madeira" que, isoladamente, teve participação média de 33%, ou seja, um terço do total da indústria. Embora ainda pequeno, verifica-se a emergência de um setor moveleiro associado ao processamento da madeira bruta.

Em ordem de importância, seguem os subsetores "Produtos Derivados da Agropecuária" e "Beneficiamento de Produtos Alimentares" que, juntos, apresentam participação média, no período, de aproximadamente 14%. O valor adicionado destes subsetores certamente contabiliza, sem que seja especificado, o valor gerado na agroindústria do complexo grãos e carne, o que não exclui que parte desse valor esteja sendo também contabilizado em outros subsetores, por exemplo, na categoria "Cooperativas de beneficiamento e Indústria".

De qualquer forma, destaca-se a importância econômica desta agroindústria no Estado, onde se destacam os segmentos de carnes frigorificadas, que conta atualmente com 22 estabelecimentos de carnes bovinas (capacidade de abate/dia de 10.000 cabeças) e 04 frigoríficos para carne de suínos, além da avicultura tecnificada, cujo efetivo de aves evoluiu de 4,7 milhões em 1.988, para mais de 16,6 milhões em 1.998; e fabricação de alimentos, onde se incorporaram recentemente seis novas unidades de processamento de soja, esmagando até 50% da safra anual estadual, produzindo óleo degamado, farelo peletizado, ração animal e, inclusive, óleo refinado/envazado. Surgiram ainda duas fábricas de massas alimentícias, sendo uma moderna e de grande porte, além de outra grande indústria de cervejas e refrigerantes em Cuiabá.

Assim, o Estado de Mato Grosso apresenta a agroindustrialização mais recente e mais concentrada, em relação ao conjunto da região Centro-Oeste.

Portanto, o Estado de Mato Grosso apresenta, hoje, uma agroindústria de padrão tecnológico moderno, atuante em poucos setores e com um modelo concorrencial similar àquele presente na região Centro-Sul do País, embora com larga escala de produção para se viabilizar, dados os elevados custos de transporte.

Os indicadores do número de estabelecimentos e de pessoal ocupado na indústria, por porte, demonstram que 20% das pessoas ocupadas em atividades industriais no Estado de Mato Grosso encontram-se empregadas nos 09 maiores estabelecimentos que são, conforme os dados da pesquisa de maiores contribuintes do ICMS, unidades agroindustriais.

Através de dados de pessoal empregado evidencia-se, mais uma vez, a predominância dos ramos da "Fabricação de Produtos de Madeira" (24,5% dos estabelecimentos e 24,3% do emprego) e "Fabricação de Produtos Alimentares e Bebidas" (16,1% e 26,2%, respectivamente) que, juntamente com o ramo da "Construção Civil", são responsáveis por 58,5% das unidades industriais do Estado e 65,0% do emprego no setor.

A análise da distribuição espacial da indústria e especializações regionais e produtivas aponta que, de modo geral, o Estado de Mato Grosso apresenta duas regiões com diferenças substanciais entre os seus processos de industrialização:

- a porção sul, onde a indústria, além de registrar um maior número, é relativamente mais diversificada (pelo menos nos centros principais como Cuiabá/ Várzea Grande, maior concentração de empresas industriais e Rondonópolis);
- a porção centro-norte, de ocupação mais recente, onde predomina a indústria da madeira (Sinop, Vera, Marcelândia, Cláudia, Colider, São José do Rio Claro, Diamantino, Juara), cuja produção de compensados e aglomerados está encadeada com a extração madeireira; e o beneficiamento de minerais (indústria cimenteira em Nobres, cassiterita em Aripuanã e diamantes em Juína).

Além do núcleo Cuiabá - Várzea Grande, com maior adensamento de unidades industriais (1.099), onde predominam amplamente os segmentos industriais tradicionais, com destaque para Confecções, Móveis de Madeira, Beneficiamento de Produtos Alimentícios e Construção Civil, o segundo núcleo industrial é representado pelo município de Sinop (558 estabelecimentos), onde predomina, de forma quase absoluta, a indústria madeireira.

Rondonópolis é o segundo mais populoso município do Estado, porém terceiro no ranking do número de indústrias (412). Dado o avanço da urbanização, verifica-se aí amplo predomínio dos segmentos tradicionais, nos ramos da construção civil, confecção de roupas e beneficiamento de produtos alimentares.

Em Tangará da Serra, terceiro núcleo industrial não exclusivamente madeireiro (e que se coloca no ranking em posição secundária a Vera, Sorriso, Alta Floresta, Juína e Marcelândia, onde predomina amplamente a madeira), as atividades industriais são fortemente de corte

tradicional, destacando-se o ramo da confecção de roupas. A mesma estrutura industrial tradicional (confecção de roupas e beneficiamento de produtos alimentares) é encontrada em Barra do Garças e Cáceres, outros dos mais populosos municípios das áreas antigas do Estado.

Como se observa, excetuando-se os municípios situados na "porção sul", no restante do Estado, tem destaque particular a indústria madeireira. Ocupando um amplo espectro espacial, esta atividade distribuiu-se pelos diferentes pólos madeireiros da porção de ocupação mais recente, genericamente denominada de "porção centro-norte". Nestes municípios, as atividades relacionadas ao processamento da madeira respondiam por cerca de 22,6% do total de estabelecimentos industriais (Sinop 5,7%) além de parte, também substancial, dos empregos industriais gerados em todo Estado do Mato Grosso.

O intenso dinamismo e a capacidade produtiva da economia mato-grossense que, nos últimos anos, vem apresentando índices de crescimento superiores à média nacional, constituem-se nas principais vantagens competitivas do Estado, que se expressam tanto na manutenção de altas taxas de crescimento do produto e da renda, apesar das conjunturas nacional e internacional desfavoráveis, como em fatores como a capacidade de desenvolvimento de processos e produtos, a velocidade de transmissão de informações, a existência de centros de desenvolvimento e a disseminação da ciência e tecnologia, entre outros.

Duas condições básicas, neste contexto, asseguram ao Estado uma posição de destaque em relação à economia e ao mercado nacionais:

- A situação geográfica privilegiada, no que se refere ao alcance de mercados nacionais e internacionais e, principalmente, a garantia oferecida, neste sentido, pelos investimentos programados para o período 1999-2002, que ampliarão a malha multimodal de transporte, oferecendo alternativas de escoamento da produção regional e de internalização de produtos oriundos do exterior. Com este alcance estratégico estão sendo realizados vários empreendimentos, como a Hidrovia Araguaia-Tocantins, a restauração da BR-364/163, a Ferronorte e a interligação do sistema elétrico.
- A potencialidade dos recursos naturais, com uma expressiva diversidade de paisagens (Cerrados, Pantanal e Amazônia), que não só apresenta excelentes condições para o desenvolvimento de pólos agroindustriais, centrados em sub-regiões promissoras, eixos de desenvolvimento e núcleos urbanos, como também apresenta grande potencial de penetração nos mercados pelo aproveitamento hidroenergético e fornecimento de energia elétrica.

Essas potencialidades naturais, no entanto, podem se transformar em limitações importantes se não forem tomadas medidas restritivas que assegurem proteção ambiental e medidas que

promovam a adoção generalizada de técnicas de manejo adequadas às peculiaridades de cada ecossistema.

Quanto às principais vulnerabilidades para o desenvolvimento do setor industrial, tem-se igualmente duas questões fundamentais a serem apontadas:

A primeira, de ordem produtiva, que pode resumir-se numa só palavra: concentração. Concentração nos segmentos predominantemente voltados para o beneficiamento de matérias-primas do setor primário e concentração espacial, pois as indústrias estão, em sua esmagadora maioria, localizadas no núcleo urbano da capital (Cuiabá-Várzea Grande) e em poucos centros regionais.

A contribuição da indústria para o PIB estadual representava, nos anos de 1985 e 1990, respectivamente 17% e 20%, mantendo-se, em particular, nítido crescimento na agroindústria, cujo potencial vem justificando os investimentos realizados na região. No entanto, o prosseguimento dessa evolução positiva sendo fortemente dependente da política econômica nacional, com as dificuldades criadas pela política de estabilização financeira e a conseqüente e indiscriminada abertura das importações, por parte do Brasil, em 1995, a taxa de participação do produto industrial caiu para 13% do PIB estadual. Justamente neste período – 1994-1996 – em que a indústria brasileira foi o setor produtivo que sofreu perdas mais significativas, com o rompimento de elos de várias de suas cadeias estratégicas de produção. O Estado de Mato Grosso, portanto, não ficou imune aos efeitos daquela política.

A segunda, de ordem logística, diz respeito às deficiências de infra-estrutura no Estado, notadamente energética e de transportes, as quais remontam à época de seu desbravamento, mas que relegam, ainda hoje, determinados espaços regionais ao quase isolamento e estagnação econômica. Não obstante os vultosos investimentos que vêm sendo feitos desde a década de 70 em infra-estrutura viária e, mais recentemente, em energia e comunicações, o Estado carece de abertura e pavimentação de rodovias e de oferta energética que sejam compatíveis com o volume e a força de sua produção e comércio. Ademais, carece de vias de comunicação mais diversificada entre as regiões, para outras regiões do país e para o exterior, notadamente quanto à integração multimodal com hidrovias e ferrovias.

Existem, já identificados nos planos oficiais, quatro grandes eixos estruturadores, por intermédio dos quais a região Centro-Oeste (e Mato Grosso) se integraria ao restante do País e estabeleceria rotas de comércio com outros países da América Latina. Contudo, a análise dos recursos previstos no Programa "Avança Brasil", para os transportes da Região, demonstra que apenas 20% dos recursos previstos para infra-estrutura serão destinados ao transporte e equipamento e modernização dos portos. Junte-se a isso o fato de que o total dos recursos para o Centro-Oeste não chega a 10% do total a ser despendido em infra-estrutura, sendo este o menor quinhão entre as cinco grandes regiões do País.

Ressalte-se, portanto, em relação à infra-estrutura, a vulnerabilidade do Estado de Mato Grosso (e da região Centro-Oeste) em relação aos recursos e programas oficiais da União, que constituem as principais fontes de promoção do desenvolvimento logístico da Região. Até o início dos anos 90, os governos federal e estadual eram os únicos responsáveis pela construção dos equipamentos de infra-estrutura e sua manutenção. Nos últimos anos, mercê da política de desregulamentação e privatizações, embora tenham sido abertos espaços para parcerias e investimentos privados, tais iniciativas não conseguiram pesar significativamente no sentido de reduzir as limitações de infra-estrutura no Centro-Oeste, como de resto em outras regiões do País.

No que tange ao comércio e serviços, a realização da produção capitalista se dá no mercado, lócus da circulação de todos os bens e serviços produzidos na economia, inclusive das mercadorias dinheiro e força de trabalho. Por sua vez, o denominado setor terciário é a própria concretização dessas atividades de intermediação, comercial e financeira, manifesta nas operações de revenda de produtos e de prestação de serviços, que respondem tanto aos requerimentos das unidades produtivas como às demandas da população.

Portanto, de natureza fortemente induzida pelo desenvolvimento das atividades produtivas - primárias e secundárias -, as atividades comerciais e de prestação de serviços se desenvolvem, preponderantemente, nos núcleos urbanos. Tanto é que as atividades relacionadas ao setor, tipicamente urbanas, estão de fato concentradas nas cidades e em alguns poucos municípios de maior porte.

No Estado de Mato Grosso, dois aspectos marcantes de sua evolução recente estão fortemente relacionados à posição assumida pelo setor terciário: o acelerado crescimento demográfico e do processo de urbanização; e o caráter moderno e dinâmico de segmentos da agropecuária (grãos-carne), internalizando encadeamentos produtivos "para frente" (agroindústria, serviços e atividade comercial).

O processo de ocupação mais recente (décadas de 70 e 80) do Estado de Mato Grosso foi intenso, conforme já analisado, dele resultando um maior adensamento populacional nos centros urbanos mais antigos e o surgimento de inúmeros novos núcleos urbanos, especialmente na porção centro-norte do Estado. No período 1970-91, a taxa de urbanização do Estado passou de 39% para 73%, enquanto que a população total aumentou 2,3 vezes e a população urbana, mais que quintuplicou (5,2 vezes).

Paralelamente ao crescimento populacional, um maior contingente de pessoas entrou no mercado de trabalho formal e informal, repercutindo no aumento do volume da renda em circulação e da demanda por bens e serviços.

Com base nos dados da PNAD/IBGE para os anos 1995 e 1996, verifica-se que, apesar de que os dados de população economicamente ativa das duas pesquisas realizadas, quando comparados, apresentam uma expressiva redução em termos absolutos, a distribuição das pessoas nos estratos de salário apresenta significativa melhora: em 1995, 59% da população

pesquisada recebia entre 0 e 1 salário mínimo, em 1996, este índice caiu para 37%; em 1995, 23% da população pesquisada recebia entre 1 a 3 salários mínimos e 17% percebia mais de 3 salários mínimos, em 1996, estas relações percentuais atingiam 34% e 28%, respectivamente.

Por outro lado, a expansão de certos ramos da agroindústria no Estado, sob a base da internalização de cadeias produtivas, desde as atividades primárias, não só induziu ao crescimento os setores produtores de insumos industriais e de bens de capital, mas também exerceu demanda crescente sobre as atividades terciárias, em suas ramificações comerciais e da prestação de serviços.

Os índices total e setorial do Produto Interno Bruto de Mato Grosso indicam que o crescimento do PIB estadual, no período 1985-1995, esteve acima das médias nacional e da região Centro-Oeste, o mesmo ocorrendo com o PIB do setor serviços, cujo índice de crescimento foi superado apenas pelo incremento do produto da agropecuária, que praticamente duplicou no mesmo período (90%).

Embora tenha ligeiramente diminuído sua participação na composição do PIB estadual, dado o expressivo crescimento do produto da agropecuária, o PIB do setor serviços atingiu um crescimento de 52% (1995/85), enquanto que, tanto na região Centro-Oeste como no País, o crescimento desse setor foi de 37%.

Em relação ao período 1993-1997, registra-se uma tendência de aumento de participação relativa das atividades da agricultura e da comunicação no total da arrecadação do ICMS, além do expressivo incremento no item "Outros". Neste item, o subitem combustível é predominante (em média, 80 a 90% do item e 15% do total arrecadado) e o subitem Energia Elétrica vem apresentando crescimento, nos últimos anos.

O setor de comércio (varejista e atacadista), embora tenha apresentado, no período 1996-97, uma participação decrescente no total arrecadado de ICMS, teve uma evolução positiva ao longo dos anos da série, chegando em 1997 a atingir um incremento de 25%, em relação a 1993.

Finalmente, com base nos dados de ICMS, o ramo da prestação de serviços resta subestimado, pois neles não são contabilizados os serviços da administração pública (estadual e municipais), aferidos pelo montante de salários pagos. Assim sendo, pode-se apenas observar que neste período, o setor passou a incorporar nos principais centros urbanos, um conjunto de serviços modernos e mais sofisticados, onde o crescimento da arrecadação dos itens Comunicação e Energia é representativo.

No que tange ao papel do setor terciário na geração de empregos, proporcionalmente, há nítida predominância do comércio e dos serviços na movimentação de pessoal ocupado (30%), em relação aos empregos da administração pública (6%). Mas, em 1996, a taxa de variação no setor de comércio de mercadorias foi negativa, revelando a diminuição de 7.719

postos de trabalho (5,4%), em relação ao ano anterior. Também foi negativa a taxa de variação de pessoal ocupado na atividade agrícola, refletindo o processo, em curso, de capitalização da atividade agrícola e expulsão da mão-de-obra rural.

O setor de comércio (atacadista e varejista) é o terceiro em termos de absorção de força de trabalho (12% do total), sendo superado apenas pelo setor agrícola (33%) e pelo setor de prestação de serviços (18%).

As atividades terciárias, portanto, compreendendo o comércio atacadista e varejista e a prestação de serviços como o de transporte, comunicações, o turismo e a hospedagem, a alimentação; a intermediação financeira, imobiliárias, seguros, o "conserto e restauração de objetos" etc., têm grande importância na geração de emprego, da renda e na arrecadação de impostos.

Ainda que sejam esparsas e insuficientes as informações sobre as atividades terciárias no Estado de Mato Grosso, delas emergem alguns elementos importantes sobre a caracterização do setor:

- As atividades se concentram na capital e nas cidades de maior porte, revelando que o terciário reflete não apenas as desigualdades intra-regionais do Estado, mas, igualmente, a distribuição concentrada das atividades econômicas e da população urbana.
- Articulação com a agropecuária e a agroindústria, que continuam se caracterizando como a grande referência da economia regional. Neste sentido, a terceirização abrange vários ramos de negócios: terra e máquinas; construção de galpões para entrepostos comerciais; e multiplicação de franquias, que vão desde as de "fast-food", ligadas a redes nacionais, até serviços de informática e material de construção, exclusivamente regionais.
- Diversificação de novos e inusitados tipos de serviços, advinda da necessidade de ultrapassar as distâncias da Região e de afirmar-se diante da concorrência do Sudeste e do Sul, principalmente em relação aos mercados externos, com serviços de seguro à distância.

Traçado este cenário econômico regional, encerrando-se aqui, também, a compilação do documento de Zoneamento Econômico Ecológico, é possível dispor de um "pano de fundo" sobre o qual será detalhada a condição atual da economia e da atividade produtiva na AII.

O Produto Interno Bruto total dos municípios da AII, embora tenha registrado um crescimento significativo no período recente, da ordem de 16,87% ao ano no período 2000/2003, ainda registrou um crescimento menor que o do conjunto do Estado de Mato Grosso (18,98% ao ano neste mesmo período). Apenas os municípios de Bom Jesus do Araguaia e Serra Nova Dourada registraram crescimento relativo significativo do PIB



municipal, ainda que referente a um período menor (2001/2003), fruto de sua recente instalação como municípios emancipados e, por isso, registrando o incremento de renda produzido pela instalação do governo municipal sobre uma base muito reduzida de PIB inicial do período. A tendência, contudo, é que estas taxas de crescimento passem, rapidamente, a acompanhar o perfil regional, o qual pode ser considerado relativamente homogêneo entre os municípios da AII e, como foi dito, menor que o conjunto do Estado.

**Quadro 6.3.34 - Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes (R\$ 1.000) - 2000/2003.**

Unidade territorial	2000	2001	2002	2003	Taxa de crescimento no período (%)	Taxa de crescimento anual (% a.a.)
Alto Boa Vista	16.563	11.905	14.635	28.048	69,3	19,19
Bom Jesus do Araguaia	-	9.617	13.437	31.652	229,1	81,42
Canabrava do Norte	19.918	20.876	27.049	34.735	74,4	20,37
Confresa	54.552	62.652	66.289	84.540	55,0	15,72
Porto Alegre do Norte	20.674	25.922	22.847	28.661	38,6	11,50
Ribeirão Cascalheira	32.827	33.740	42.486	52.488	59,9	16,93
Santa Terezinha	20.460	22.310	21.015	29.129	42,4	12,50
São Félix do Araguaia	39.346	34.210	43.440	47.873	21,7	6,76
Serra Nova Dourada	-	2.133	3.487	4.704	120,5	48,49
Vila Rica	73.310	73.133	85.370	101.376	38,3	11,41
AII	277.651	296.499	340.056	443.206	59,6	16,87
Mato Grosso	13.428.290	14.452.678	17.888.416	22.615.132	68,4	18,98

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Em termos *per capita*, ou seja, relativamente ao tamanho da população, a AII revela-se ainda mais defasada em relação ao conjunto de Mato Grosso. Com uma renda *per capita* equivalente a apenas 60,9% da renda *per capita* de Mato Grosso no ano de 2003, evidencia-se que o crescimento da economia local não foi compatível com o crescimento de sua população total, embora não se deva desprezar o fato de que houve uma expansão da renda *per capita* da ordem de 13,31% ao ano no período 2000/2003 na AII, ainda que seja em valores de mercado (não descontada inflação do período). Configura-se um quadro, portanto, de expansão econômica insuficiente, mas não de estagnação da economia local.

**Quadro 6.3.35 - Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* (R\$ 1.000) - 2000/2003.**

Unidade territorial	2000	2001	2002	2003	Taxa de crescimento no período (%)	Taxa de crescimento anual (% a.a.)
Alto Boa Vista	2.575	3.361	3.909	7.101	175,8	40,23
Bom Jesus do Araguaia	-	2.432	3.275	7.444	206,1	74,95

Unidade territorial	2000	2001	2002	2003	Taxa de crescimento no período (%)	Taxa de crescimento anual (% a.a.)
Canabrava do Norte	3.887	3.898	4.841	5.965	53,5	15,34
Confresa	2.905	3.072	3.011	3.573	23,0	7,15
Porto Alegre do Norte	2.377	2.938	2.553	3.157	32,8	9,92
Ribeirão Cascalheira	3.686	4.558	5.695	6.982	89,4	23,73
Santa Terezinha	3.241	3.494	3.253	4.457	37,5	11,21
São Félix do Araguaia	3.689	3.643	4.641	5.134	39,2	11,65
Serra Nova Dourada	-	1.955	3.054	3.946	101,8	42,06
Vila Rica	4.588	4.391	4.923	5.622	22,5	7,01
AII	3.512	3.648	4.049	5.109	45,5	13,31
Mato Grosso	5.297	5.584	6.772	8.391	58,4	16,57

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Em termos setoriais, o perfil predominantemente agropecuário da AII é refletido pela participação deste setor na composição do PIB setorial, o qual representou 48,9% do PIB total em 2000, enquanto no Estado de Mato Grosso, também de perfil agropecuário, esta participação foi de apenas 24,4% neste mesmo ano. A atividade industrial na AII foi responsável por apenas 7,7% do PIB total de 2000, setor que em termos gerais é responsável pelos maiores índices de agregação de valor e, portanto, de maior impacto relativo sobre o tamanho total do PIB. A atividade agropecuária, de menor capacidade de agregação de valor, quando não é acompanhada de estrutura agroindustrial, tende a oferecer contribuição relativa insuficiente para alavancagem econômica do setor terciário, o qual é diretamente dependente do volume de renda gerado no âmbito dos setores agropecuário e industrial.

Quadro 6.3.36 - Produto Interno Bruto (PIB) setorial - 2000.

Unidade territorial	Indústria		Serviços		Agropecuária	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Alto Boa Vista	755	4,6	6.822	41,2	8.320	50,2
Canabrava do Norte	415	2,1	6.769	34,0	12.559	63,1
Confresa	5.209	9,5	21.814	40,0	26.628	48,8
Porto Alegre do Norte	1.249	6,0	11.562	55,9	7.618	36,8
Ribeirão Cascalheira	1.305	4,0	12.415	37,8	17.795	54,2
Santa Terezinha	1.335	6,5	7.732	37,8	11.050	54,0
São Félix do Araguaia	2.650	6,7	18.142	46,1	18.778	47,7
Vila Rica	8.536	11,6	30.383	41,4	33.114	45,2
AII	21.454	7,7	115.639	41,6	135.862	48,9
Mato Grosso	2.620.809	19,5	6.334.070	47,2	3.282.930	24,4

Fonte: IPEA.

Verifica-se, com base nos dados de PIB (total, *per capita* e setorial) analisados, que a economia da AII é altamente dependente de uma atividade agropecuária de baixo valor agregado, resultando em falta de alavancagem para o desenvolvimento de um setor terciário e com pouca perspectiva de crescimento do setor industrial tradicional (voltado ao atendimento de necessidades regionais, tais como alimentação, vestuário, etc.).

O perfil do setor agropecuário local registra importante participação da pecuária em detrimento de lavouras temporárias com maior potencial de geração de renda. A AII participou, em 2005, com 2,05% da área plantada total de Mato Grosso. O cultivo de soja foi responsável por 51,6% da área plantada na AII neste mesmo ano, com maior volume de área concentrada nos municípios de Bom Jesus do Araguaia, São Félix do Araguaia, Ribeirão Cascalheira e Canabrava do Norte. A AII, portanto, não compartilha do perfil produtor de soja característico de outra região próxima posicionada ao longo do eixo da rodovia BR-163, uma vez que a participação da soja na área plantada total de Mato Grosso foi de 70,1%.

A AII se destaca atualmente pelo cultivo de arroz, equivalente a 37,0% da área plantada em 2005, correspondendo a 7,74% de toda a área plantada de arroz de Mato Grosso. São Félix do Araguaia, Canabrava do Norte e Vila Rica se destacam por possuírem o maior volume de área plantada deste cultivo naquele ano.

**Quadro 6.3.37 - Área plantada das lavouras temporárias segundo as principais culturas - 2005.**

Unidade territorial	Área (ha)	%	Soja		Milho		Arroz		Outras <sup>1</sup>	
			ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
Alto Boa Vista	6.500	3,6	1.200	18,5	300	4,6	5.000	76,9	-	-
Bom Jesus do Araguaia	33.200	18,6	25.000	75,3	1.200	3,6	7.000	21,1	-	-
Canabrava do Norte	28.200	15,8	12.000	42,6	6.500	23,0	9.000	31,9	700	2,5
Confresa	7.170	4,0	-	-	3.600	50,2	3.500	48,8	70	1,0
Porto Alegre do Norte	13.825	7,7	7.300	52,8	1.250	9,0	3.975	28,8	1.300	9,4
Ribeirão Cascalheira	22.950	12,8	15.000	65,4	450	2,0	7.500	32,7	-	-
Santa Terezinha	6.050	3,4	4.000	66,1	900	14,9	1.150	19,0	-	-
São Félix do Araguaia	37.706	21,1	18.650	49,5	2.000	5,3	17.056	45,2	-	-
Serra Nova Dourada	10.383	5,8	7.000	67,4	183	1,8	3.200	30,8	-	-
Vila Rica	12.770	7,1	2.000	15,7	2.000	15,7	8.770	68,7	-	-
AII	178.754	100,0	92.150	51,6	18.383	10,3	66.151	37,0	2.070	1,2
Mato Grosso	8.738.134	100,0	6.121.724	70,1	1.082.277	12,4	855.067	9,8	679.066	7,7

1 Somente a cultura de algodão é responsável por 483.525 hectares (5,5% do total de Mato Grosso), sendo que não há registro desta cultura na AII

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Em termos de valor da produção, verifica-se o papel desempenhado pelo cultivo de algodão, o qual representou 5,5% do total de área plantada em 2005 e correspondeu, sozinho, a

33,1% do todo o valor da produção daquele mesmo ano. Entre os cultivos que ocorrem na AII, a soja é o de maior participação no valor da produção (62,9%), enquanto o arroz possui uma participação menor no valor da produção (31,6%) do que sua participação na área plantada (37,0%).

**Quadro 6.3.38 - Valor da produção das lavouras temporárias segundo as principais culturas (R\$ 1.000) - 2005.**

Unidade territorial	R\$	%	Soja		Milho		Arroz		Outras <sup>1</sup>	
			R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Alto Boa Vista	4.373	2,4	1.328	30,4	202	4,6	2.843	65,0	0	0,0
Bom Jesus do Araguaia	41.767	23,3	34.725	83,1	742	1,8	6.300	15,1	-	0,0
Canabrava do Norte	25.047	14,0	16.668	66,5	2.690	10,7	5.557	22,2	132	0,5
Confresa	3.863	2,2		0,0	2.326	60,2	1.468	38,0	69	1,0
Porto Alegre do Norte	12.559	7,0	8.893	70,8	681	5,4	2.455	19,5	530	3,8
Ribeirão Cascalheira	21.211	11,8	14.086	66,4	240	1,1	6.885	32,5	0	0,0
Santa Terezinha	5.805	3,2	4.659	80,3	332	5,7	814	14,0	0	0,0
São Félix do Araguaia	41.146	22,9	22.995	55,9	1.112	2,7	17.039	41,4	0	0,0
Serra Nova Dourada	10.734	6,0	6.869	64,0	101	0,9	3.764	35,1	-	0,0
Vila Rica	13.026	7,3	2.658	20,4	820	6,3	9.548	73,3	0	0,0
AII	179.531	100,0	112.881	62,9	9.246	5,2	56.673	31,6	731	0,4
Mato Grosso	12.457.204	100,0	6.678.093	53,6	805.977	6,5	697.311	5,6	4.275.823	34,9

1 Somente a cultura de algodão é responsável por 4.119.679.000 reais (33,1% do total de Mato Grosso), sendo que não há registro desta cultura na AII

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

O principal efetivo pecuário da AII é o bovino, responsável por 7,6% de todo o rebanho bovino de Mato Grosso. Vila Rica é o município da AII que se destaca pela concentração deste rebanho (26,6% de todo o rebanho da AII), seguido de Confresa (17,7%) e Ribeirão Cascalheira (13,5%).

O rebanho de aves não destinado à produção de ovos (galos, frangas, frangos e pintos) possui pequena participação no rebanho total da AII (8,4%) relativamente à participação deste rebanho no conjunto do Mato Grosso (31,1%).

**Quadro 6.3.39 - Efetivos dos principais rebanhos - 2004.**

Unidade territorial	Total	%	Bovino		Galos, Frangas, Frangos e Pintos		Galinhas		Suíno		Outras	
			Cab.	%	Cab.	%	Cab.	%	Cab.	%	Cab.	%
Alto Boa Vista	134,0	5,1	82,1	61,3	16,2	12,1	28,2	21,1	4,5	3,3	3,0	2,2
Bom Jesus do Araguaia	119,3	4,6	95,6	80,2	10,1	8,5	11,6	9,7	0,9	0,8	1,0	0,9

Unidade territorial	Total	%	Bovino		Galos, Frangas, Frangos e Pintos		Galinhas		Suíno		Outras	
			Cab.	%	Cab.	%	Cab.	%	Cab.	%	Cab.	%
Canabrava do Norte	243,9	9,4	182,7	74,9	26,4	10,8	25,8	10,6	5,8	2,4	3,2	1,3
Confresa	518,4	19,9	351,0	67,7	64,2	12,4	77,7	15,0	19,1	3,7	6,3	1,2
Porto Alegre do Norte	156,5	6,0	103,3	66,0	18,8	12,0	26,3	16,8	5,9	3,8	2,2	1,4
Ribeirão Cascalheira	303,9	11,7	267,9	88,2	11,4	3,7	15,7	5,2	4,0	1,3	4,9	1,6
Santa Terezinha	180,6	6,9	145,2	80,4	12,4	6,8	15,3	8,5	3,7	2,0	4,0	2,2
São Félix do Araguaia	249,9	9,6	209,7	83,9	10,2	4,1	20,0	8,0	3,5	1,4	6,4	2,5
Serra Nova Dourada	32,9	1,3	17,1	52,1	6,4	19,4	8,3	25,2	0,5	1,7	0,5	1,6
Vila Rica	662,5	25,5	526,0	79,4	43,3	6,5	61,3	9,3	18,6	2,8	13,2	2,0
AII	2.601,8	100,0	1.980,8	76,1	219,4	8,4	290,3	11,2	66,6	2,6	44,8	1,7
Mato Grosso	47.615,8	100,0	25.919,0	54,4	14.813,0	31,1	4.827,1	10,1	1.315,4	2,8	741,2	1,6

Fonte: IBGE – Produção Pecuária Municipal.

Em termos estruturais, portanto, a atividade produtiva da AII está muito concentrada na atividade agropecuária, sendo que a produção agrícola está calcada em grãos com menor valor agregado e destinados ao mercado local, tendo pouca participação relativa da soja e não tendo o cultivo de algodão, principais cultivos em termos de valor de produção.

A base econômica regional está calcada sobre uma pecuária extensiva, de menor valor agregado, resultando em um perfil econômico de predominância agropecuária de pouco potencial de alavancagem dos setores secundário (agroindustrial principalmente) e terciário, no caso deste último, diretamente dependente, no âmbito local, do volume de riqueza posta em circulação na economia pelo setor agropecuário. Novamente nas palavras do Sr. Raul Ferré, representante da Prelazia de São Félix do Araguaia, em termos do perfil pecuário regional:

O problema principal é que a criação extensiva de gado não consegue se configurar como uma alternativa real de renda para os pequenos produtores, pois estes não têm acesso aos mercados finais, nem sequer intermediários, nem possibilidades para criar o gado em condições adequadas (assistência veterinária, preparação de áreas, alimentação específica), de forma que acabam tendo que vender as poucas cabeças que tem para intermediários que pagam baixos preços.

Através do levantamento de campo, procurou-se detalhar o perfil da economia dos municípios que compõem a AII, resultando no seguinte cenário.

A economia local de **Ribeirão Cascalheira** gira em torno do setor primário, onde predomina a atividade pecuária com o sistema de cria e cria de gado de corte bovino da raça nelore, criados em pastagem do tipo "brachiária" e "brachiarão", e abatidos nos frigoríficos localizados nos municípios de Água Boa e Barra do Garças, ou seja, sem estrutura local de abate. Havia uma expectativa muito grande junto às autoridades municipais em

função da instalação de uma indústria frigorífica no município. Entretanto, a empresa optou por instalar a unidade produtiva no município vizinho de Água Boa.

Na agricultura destaca-se a soja da variedade "Sombaiba" com uma área de plantio, segundo informações locais, de 30.000 ha em 2004 e com uma produtividade média de 2.500 kg/ha na safra de 2004. A previsão para a próxima safra, 2005/2006, é de uma redução de 50% da área plantada com essa cultura, ou seja, somente 15.000 ha, devido à queda significativa do preço da saca do produto no mercado, conforme o que foi possível confirmar através dos dados oficiais.

O arroz de sequeiro das variedades "Primavera" e "Siriade" foi cultivado numa área total de 10.000 ha e teve uma produtividade média de 2.520 kg/ha. Também há uma previsão de diminuição da área plantada na próxima safra, em torno de um terço a menos.

O milho da variedade "AG 1051" e "PIONER" foi cultivado em 4.000 ha e teve uma produtividade média de 2.000 kg/ha, mas também sofrerá uma redução de área de plantio de 50% na próxima safra.

As informações sobre áreas plantadas e previsão de plantio foram obtidas com o técnico responsável pelo escritório municipal da EMPAER, o qual atribuiu à redução dos preços de mercado destes produtos a expectativa de redução das áreas de plantio.

A atividade econômica no município de **Bom Jesus do Araguaia** se restringe quase que exclusivamente ao setor primário, onde a pecuária se destaca com um rebanho estimado em 105.000 cabeças de gado bovino para corte da raça nelore, criados no sistema de cria, cria e engorda, de forma extensiva, em propriedades que em média tem 150 ha de área de terra, nas quais existem pastagens formadas com pastos da espécie "brachiaria". Os produtores em geral utilizam recursos próprios para desenvolver a atividade que, atualmente passa por um período de crise devido à queda do preço do gado, agravada com o surgimento de um surto de febre aftosa no Estado vizinho de Mato Grosso do Sul. Segundo o técnico do INDEA os campos estão muito lotados, ou seja, tem muito gado e pouco pasto, que por sinal devido às queimadas, muito comuns na região nessa época do ano, se encontram degradados. O gado é vendido e abatido nos frigoríficos localizados nos municípios de Canarana e Água Boa.

Na agricultura o destaque fica por conta do cultivo da soja que recentemente começou a se desenvolver na região, no ano de 2004 foram cultivados 9.000 ha e no ano de 2005 foram 5.000 ha cultivados. Por ser uma lavoura que exige, para ser lucrativa, mecanização e controle rigoroso de pragas e doenças, além de níveis de investimento consideravelmente elevados para o padrão local, normalmente é desenvolvida por produtores rurais que tem acesso a crédito e financiamento com relativa facilidade e em grandes propriedades. Nesse município, as lavouras têm em média 1.500 ha de área.

Já o cultivo do arroz de sequeiro é cultivado em áreas pequenas, em média 3 ha, ou seja, para a subsistência com venda de excedentes. Segundo informações locais, ao todo no ano de 2005, foram cultivados 5.000 ha com essa cultura. Registra-se que o preço do produto está em baixa no mercado, acrescido do fato de que os bancos não estão financiando mais este tipo de cultivo. As duas culturas, na sua maior parte, são destinadas à unidade de beneficiamento da empresa BUNGE instalada na região.

No tocante ao setor secundário da economia não há indústrias, a não ser uma pequena olaria que fabrica tijolos de 6 furos para atender o mercado local que é bem restrito. Há também uma pequena agroindústria de laticínios com capacidade instalada para beneficiar 3.000 litros dia do produto, para fabricação de queijo tipo "mussarela", vendido para o mercado do estado de Goiás. Porém, atualmente está industrializando somente 1.500 litros dia de leite.

Em **Serra Nova Dourada** predomina a pecuária com a criação de gado zebuino, isto é, nelore resultado de cruzamento comercial tipo corte, que é criado e engordado em propriedades que possuem área média de 100 ha. Poucos proprietários tem o título das terras e dispõem de pastagem a base de capim da espécie Brachearia, não havendo controle de pragas e, posteriormente, os animais são vendidos e abatidos nos frigoríficos dos municípios de Canarana e Barra do Garças. O rebanho bovino foi estimado em maio de 2005, em torno de 29.270 cabeças, os rebanhos de suínos 2.700 cabeças, ovinos 362 cabeças, eqüinos 2.720 cabeças, muares 120 cabeças, asininos 8 cabeças e 15.262 aves.

A produção agrícola se caracteriza pela produção de arroz do sequeiro basicamente para a subsistência e no ano de 2004 foram cultivados em torno de 2.800 ha com as espécies "Cirade" e "Primavera" e a produtividade ficou em torno de 2.200 kg/ha. No mesmo ano foram cultivados 5.600 ha de soja e a produtividade foi de 40 sacas/ha (2.400 kg/ha).

Destaca-se que no setor industrial existe somente uma olaria, que fabrica tijolos para abastecer o mercado local que é diminuto. O setor comercial e de serviços é composto por um hotel, um restaurante, alguns bares e três armazéns onde são vendidos gêneros alimentícios.

Cidade de, um pouco maior que as duas anteriores, ocupa uma extensão territorial de 6.038 km<sup>2</sup> e no ultimo censo teve uma estimativa populacional equivalente a 6.197 habitantes, portanto apresenta uma densidade demográfica de 1.02 habitantes por quilometro quadrado.

A estrutura produtiva do município de **Alto Boa Vista** se destaca pela atividade pecuária com a criação de gado de corte da raça nelore, criados em pastagens onde predomina o pasto brachiaria humidicula e brachiarão, havendo um controle rígido da vacinação do rebanho e 5% deste é submetido à reprodução através do sistema de inseminação artificial, segundo informações fornecidas pelo funcionário do INDEA.

Na agricultura predomina o plantio de soja. No ano de 2005 foram cultivados em torno de 1.500 a 1.800 ha com as espécies ENGOPA 303, PINTADA e PERDIZ e a produtividade média foi de 45 sacas por hectare (2.700 kg/ha). A soja produzida no município é beneficiada pela unidade da BUNGE situada na localidade de Alô Brasil. Foram cultivados também aproximadamente 1.000 ha de arroz de sequeiro em 2005 com as espécies Primavera e Maravilha e alcançaram uma produtividade de 45 sacas/ha (2.700 kg/ha), sendo que a metade da produção foi beneficiada no secador de arroz existente no distrito do Posto da Mata e a outra metade nas unidades de beneficiamento existentes nos municípios de Água Boa e Barra do Garças.

Os proprietários rurais se utilizam de tecnologia de curva de nível em suas propriedades para evitar a erosão e pelo menos 50% destes se utilizam do sistema de plantio direto. Além disso, periodicamente fazem a correção da acidez do solo colocando de duas a três toneladas de calcário por hectare, segundo informações obtidas junto ao escritório municipal da EMPAER.

Destaca-se a existência de uma indústria de beneficiamento de leite localizada no distrito do Posto da Mata, próxima da área urbana, com capacidade instalada para beneficiar 80.000 litros/dia de leite. Entretanto, hoje beneficia somente 3.000 l/dia que são entregues pelos próprios produtores diretamente na fábrica, a qual emprega sete funcionários que trabalham na fabricação de queijo tipo mussarela. Em média são produzidas 11 toneladas ao mês de queijo, cujo destino é principalmente o estado de Goiás. O nome da empresa é Laticínios Alto Boa Vista e a marca do produto é Queijos Piracanjuba.

A situação da economia local é ilustrada pela própria prefeitura que por estar em débito com a distribuidora de energia elétrica há vários anos, está a dois anos sem fornecimento de energia elétrica. O prefeito goza de pouca legitimidade e está sofrendo um movimento de destituição por parte de um grupo de munícipes.

**São Félix do Araguaia** possui um perfil diferenciado dos demais municípios da AII. Na cidade existem três ONGs, sendo a principal delas a ANSA - Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção que desenvolve um trabalho junto às famílias de pequenos agricultores. Esta ONG possui uma pequena agroindústria que processa polpa de frutas típicas da região. Essa ONG mantém vínculos com a Prelazia existente na cidade e recebe assistência técnica e ajuda financeira de uma instituição espanhola. As outras duas ONGs, o IPEC - Instituto de Promoção e Educação do Centro Norte, e a INÃ MAHADU, atuam junto a FUNASA tendo seu trabalho direcionado aos povos indígenas das etnias Tapirapé e Karajá das reservas indígenas localizadas na ilha do bananal. Desta forma, alguns membros dessas ONGs são contratados pela FUNASA e trabalham no órgão de forma remunerada.

São Felix do Araguaia é uma cidade pólo regional e por isso, além de contar com uma Prelazia, também conta com um Campus Universitário e com escritórios da FUNASA, do INCRA, do IBAMA, da FUNAI, da SEMA e da EMPAER.



Embora seja o município que mais explora o turismo na região, devido a seus atrativos naturais e históricos, também aqui a atividade econômica principal está concentrada no setor primário, com a criação de gado de corte da raça nelore, no sistema de cria, recria e engorda e o plantio de soja, milho, arroz de sequeiro, mandioca, entre outros produtos de consumo local.

Em função da atividade turística e por sediar várias representações de órgãos públicos de âmbito estadual e federal, dispõe de vários hotéis e restaurantes, constituindo uma rede relativamente grande de serviços.

**Canabrava do Norte** segue o perfil da economia regional, destacando-se a pecuária de cria e recria de gado nelore para corte, acompanhada pela agricultura que no ano de 2005 teve em torno de 9.000 ha cultivados com soja, 6.000 ha com arroz de sequeiro, 3.000 ha com o cultivo do milho e 400 ha com plantio de mandioca.

Registra-se a existência de uma indústria de laticínios com capacidade instalada para processar 20.000 litros/dia de leite. Esta indústria, também, beneficia atualmente menos que sua capacidade instalada (9.500 l/dia) entregues por 70 produtores do município, empregando 12 funcionários. Eles produzem queijos tipo parmesão em peça e ralado que são comercializados no mercado de Goiânia. Também existe uma olaria que produz tijolos para abastecer o mercado local.

Durante a realização das entrevistas no município tomou-se conhecimento que o INCRA desapropriou e demarcou uma área de terra, e destinou a mesma para a FUNAI escritório de São Félix do Araguaia, que vai assentar no local famílias indígenas das etnias Krenock e Machakalin oriundas da ilha do bananal e que há poucos dias já haviam trazido cinco famílias num total de 58 pessoas, sendo oito crianças. Da forma como o processo de assentamento estava sendo realizado pode-se prever, com bastante tranquilidade, que em breve vão ocorrer problemas entre índios e não índios, pois somente o prefeito e uma funcionária técnica da prefeitura estavam mais ou menos informados deste fato, pois tentaram contato com os funcionários da FUNAI para obter maiores informações, mas não obtiveram êxito, inclusive ambos afirmaram que os funcionários da FUNAI os estavam evitando.

Destaca-se, também, a existência de um "posto avançado", de uma igreja vinculada à prelazia de São Felix do Araguaia, onde três pessoas desenvolvem trabalhos clericais e de cunho social para a população local.

A atividade econômica de **Porto Alegre do Norte** também está calcada sobre a criação de gado bovino de corte da raça nelore, as quais são abatidas nos frigoríficos localizados nos municípios de Canarana e/ou de Água Boa. Existe o controle sanitário e manejo do gado e a pastagem preponderante é da espécie "Brachiarão". A agricultura é uma atividade recente no município. Começou a se desenvolver há aproximadamente dois anos de forma mais consistente com o predomínio do cultivo da soja. A região é pobre em madeira, pois predomina a vegetação típica do cerrado.

Há uma indústria de óleo vegetal, denominada ITAQUERE, situada nas imediações da cidade às margens da BR-158, que utiliza como matéria prima a Mamona. Em 2005 também foi extraído óleo do Girassol e para o ano de 2006 há projeto de extrair óleo da soja, com a previsão de produzir 1.200 toneladas de óleo e 5.600 toneladas de farelo a partir dela.

A mamona e o girassol vêm do município de Primavera do Leste no Mato Grosso e de outros municípios de Mato Grosso do Sul e do Pará, e a soja é produzida na própria região. Atualmente a fábrica somente produz o óleo, o qual é refinado em São Paulo, mas a partir do ano de 2006 pretendem refinar pelo menos 70% do óleo produzido na unidade. Em 2005 foram produzidas 2.600 toneladas de óleo de girassol e 3.600 toneladas de farelo que é utilizado para fazer ração para o gado pelas empresas Purina localizada em Goiás e Abertin situada na cidade de Cocalinho no Estado de Mato Grosso.

Também existe uma unidade de armazenamento de grãos, no caso soja, pertencente à empresa BUNGE, com capacidade instalada para 36.000 toneladas pelo período de 4 a 5 meses quando a mesma é transportada para o Porto de Franco no estado do Maranhão e dali exportada para o exterior. Está localizada ao lado da fábrica de óleos.

Além dessas duas empresas existem três olarias que fabricam tijolos para abastecer o mercado local e uma empresa de construção civil com atuação dentro do município.

Digno de nota é o caso da construção de uma estrutura composta por cinco casas e equipadas com todo o maquinário necessário para funcionar como agroindústria de laticínios, sucos, farinha e doces pela prefeitura a três gestões atrás, mas que até o presente momento não funciona, ou seja, ainda não entraram em operação, segundo informações prestadas pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município.

A atividade econômica de **Confresa** também conta com a pecuária de cria e cria de gado, sendo que 90% do rebanho são da raça nelore, 8% da raça girolanda destinada à produção leiteira e 2% composta de gado misto. Uma atividade comum na região é o comércio de bezerros, praticado durante todo o ano, principalmente para o estado de Goiás, ou seja, a região atua em apenas uma etapa do ciclo criatório do gado. O gado adulto é vendido e abatido nos frigoríficos localizados no município de Vila Rica e em outros municípios nos estados do Tocantins e da Bahia. Aproximadamente 90% das propriedades rurais são compostas por assentamentos, ou seja, pequenas e médias propriedades, e o pasto plantado é do tipo Brachiário.

Quanto à agricultura, no início da colonização ela era a atividade econômica preponderante e praticada em grande volume de área pelos pioneiros na sua maioria compostos por gaúchos que já praticavam agricultura em seus locais de origem. Entretanto, devido à falta de estrutura para armazenar a produção e, sobretudo a falta de estradas para escoá-la, atualmente a produção reduziu-se significativamente. Recentemente começaram a ser cultivadas novas áreas de soja, sendo que predominam os produtos de subsistência que abastecem o mercado local.

Está instalada no município a Usina de Álcool - Empresa Gameleira, que tem plantação própria de cana-de-açúcar. A empresa plantava anualmente em torno de 5.300 ha e na época da colheita emprega 1.200 trabalhadores, necessitando trazer empregados de fora da cidade para fazer a colheita. Atualmente a empresa enfrenta problemas de operação. Também existe um secador e descascador de arroz que beneficia a produção local.

Ainda no âmbito do setor secundário, há uma empresa de Terraplanagem, Construção e Manutenção de estradas - empresa SEMEC, que presta serviços para as prefeituras da região, para os governos do Estado e da União.

As empresas do tipo olarias, madeireiras e de extração de areia foram fechadas pelo IBAMA no início do ano de 2005, por isso, estão faltando esses materiais utilizados na construção civil. O mercado de Confresa precisa, atualmente, ser abastecido com materiais adquiridos em outros municípios próximos.

A atividade pecuária de **Santa Terezinha** não foge ao padrão regional, contando com a criação de gado nelore para corte, alimentada com pastagem Brachiaria e Brachiarão que é plantada nas grandes, médias e pequenas propriedades.

Na agricultura prepondera o cultivo de culturas de subsistência, tais como o milho, o arroz do sequeiro, o feijão e a mandioca. Recentemente começou o plantio da soja nas grandes propriedades.

A atividade industrial se resume a somente uma olaria que abastece o mercado local, por sinal bem pequeno, por isso a produção é sazonal, só produz quando há demanda.

**Vila Rica** concentra uma importante parcela da produção pecuária de toda a AII, com rebanho estimado em torno de 536.000 cabeças que são criadas em pastagem do tipo "brachiarão". Na agricultura predominam o cultivo de soja e do milho.

Está na cidade um frigorífico de abate de gado bovino com capacidade para abater 800 cabeças por dia, mas, atualmente, abate 600 cabeças e para tanto emprega em torno de 400 funcionários. A carne é distribuída para o Estado de São Paulo e de lá é exportada.

O município conta também com uma indústria de laticínios com capacidade instalada para beneficiar 30.000 litros de leite por dia, entretanto, só está beneficiando 10.000 litros dia, a partir dos quais produz queijos que são vendidos para os mercados dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Havia uma empresa de grande porte que atuava no beneficiamento de arroz produzido no município, mas a mesma deixou de operar, havendo a expectativa de que reabra.

Atualmente somente oito madeireiras estão operando na cidade. Destas, apenas duas trabalham observando a legislação ambiental em vigor, isto é, dispendo de planos de manejo para exploração. As demais não estão trabalhando de forma legal. Com a intensificação da

fiscalização do IBAMA na região, registrou-se uma queda significativa desta atividade econômica no município.

### 6.3.7 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ANTROPOLÓGICO

O presente texto constitui o relatório final dos Estudos de Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural do Projeto de Pavimentação da rodovia BR-158, no trecho de aproximadamente 423 km que se estende entre a divisa dos estados do Mato Grosso e Pará, e a cidade de Ribeirão Cascalheira (Figura 6.3.2).

No que se refere aos estudos históricos e de patrimônio cultural, o presente estudo não considerou o componente indígena (representado pela reserva Maraiwatsede, com índios da etnia Xavante, e pela TI Urubu Branco, com índios da etnia Tapirapé), uma vez que está sendo tratado por programa antropológico específico, dentro do processo de licenciamento ambiental da obra.

A rodovia BR-158 já existe, sendo seu leito atual de terra. Como Área de Influência Direta do empreendimento, foi considerada a extensão de rodovia para a qual se prevê asfaltamento e obras de melhoria (aproximadamente 423 km, acima mencionada), com uma faixa de 2.500 metros de extensão para cada lado. Nesta faixa se concentraram os levantamentos de campo do presente estudo.

Já no que se refere à Área de Influência Indireta, é composta pelos 10 municípios atravessados pelo trecho da rodovia, a saber: Vila Rica, Confresa, Santa Terezinha, Porto Alegre do Norte, Canabrava do Norte, São Félix do Araguaia, Alto da Boa Vista, Serra Nova Dourada, Bom Jesus do Araguaia e Ribeirão Cascalheira.

Para o trecho de asfaltamento prevê-se a construção/melhoria de 15 pontes, atravessando os seguintes cursos d'água: rio Santana, ribeirão Beleza, rio São Marcos, córrego Patrício, rio Crisóstomo, ribeirão Samambaia, braço do rio Tapirapé, rio Tapirapé, rio Corujão, rio Xavantinho, rio Preto, córrego Pium, córrego Gaviões, córrego Caaporã, córrego Três Marias e córrego Turvo.

Considerando que a área do empreendimento nunca havia sido objeto de levantamentos específicos, o estudo foi desenvolvido a partir de três eixos básicos de investigação, de acordo com o que define a Portaria IPHAN nº 230 para estudos de Diagnóstico:

- Um levantamento sistemático da bibliografia disponível, com o objetivo de obter um quadro regional de ocupação humana que sirva de referência e contextualização para os vestígios arqueológicos e históricos identificados na área do empreendimento.
- A realização de levantamentos de campo, objetivando obter um reconhecimento do ambiente físico e dos vestígios arqueológicos/ históricos ali presentes, bem como elementos referentes ao patrimônio cultural envolvido.

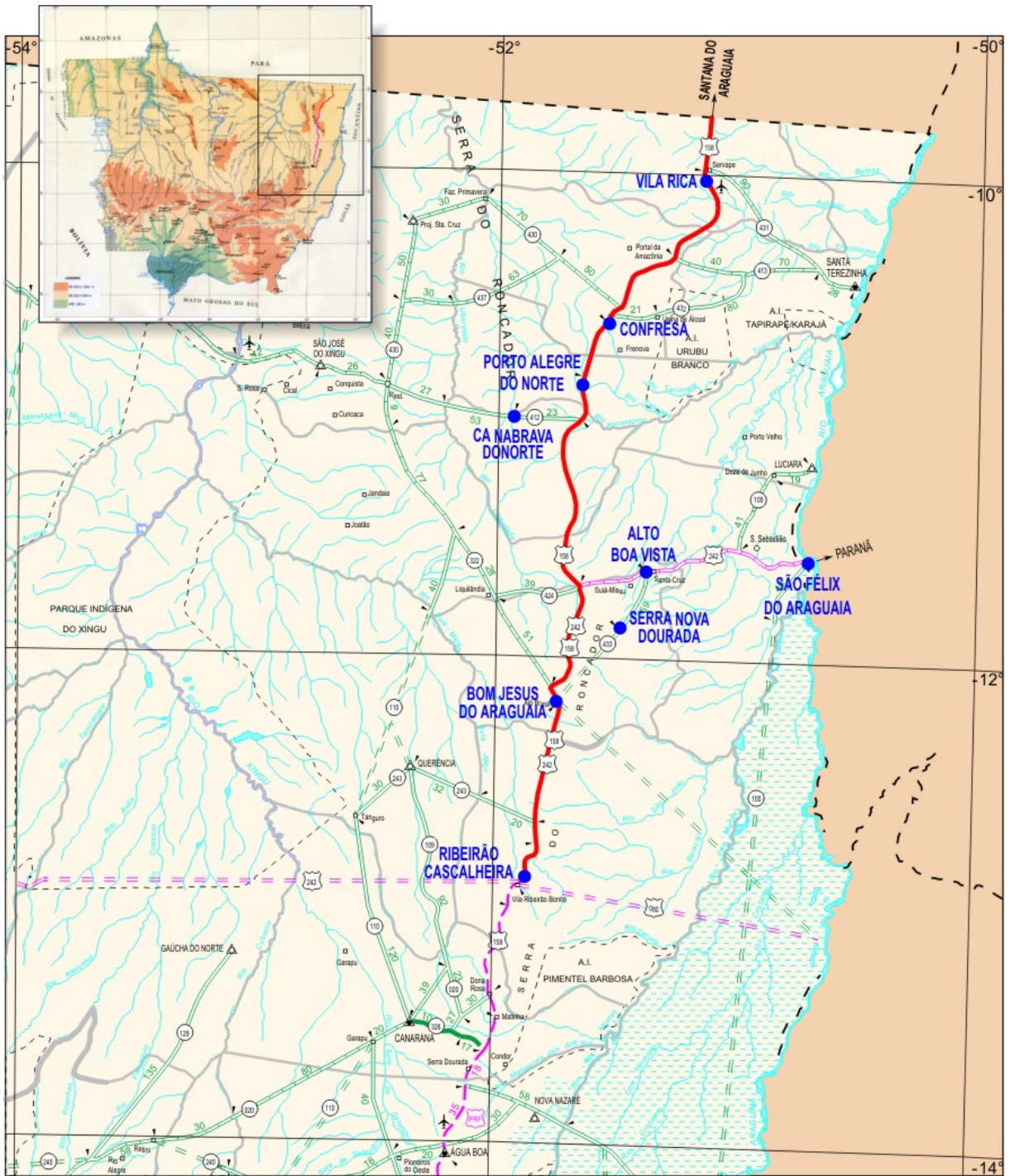


Figura 6.3.2 - Localização regional do empreendimento.

- O estudo das informações obtidas a partir dos dois itens anteriores, bem como as análises e avaliações que integram este relatório (Diagnóstico, Avaliação de Impactos e Indicação de Medidas Mitigadoras).

Os itens que se seguem trazem o conjunto de atividades assim desenvolvido e os resultados alcançados.

### **Legislação Interveniente**

O presente estudo foi previamente avaliado e aprovado pelo IPHAN/MinC em seus aspectos técnicos, metodológicos e científicos, tendo recebido autorização de pesquisa através da Portaria nº. 367, publicada no Diário Oficial da União em 14/12/05. Desta forma, o trabalho visa atender a legislação brasileira no que se refere ao campo do Patrimônio Arqueológico, a saber:

- **O Decreto-Lei n. 25 de 30/11/1937**, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
- **A Lei n. 3.924, de 26/07/1961**, que proíbe a destruição ou mutilação, para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas, o que é considerado crime contra o patrimônio *nacional*;
- **A Constituição Federal de 1988 (artigo 225, parágrafo IV)**, que considera os sítios arqueológicos como patrimônio cultural brasileiro, garantindo sua guarda e proteção, de acordo com o que estabelece o artigo 216.

O trabalho considera, também, as diretrizes normativas e operacionais fornecidas pelos seguintes instrumentos:

- **Portaria SPHAN/MinC 07, de 01.12.1988**, que normatiza e legaliza as ações de intervenção junto ao patrimônio arqueológico nacional.
- **Portaria IPHAN/MinC n. 230, de 17.12.2003**, que define o escopo dos estudos arqueológicos a serem desenvolvidos nas diferentes fases de licenciamento ambiental.
- **Lei Estadual n. 7.782, de 02.12.02**, que declara integrantes do patrimônio científico-cultural do Estado os sítios paleontológicos e arqueológicos localizados em Municípios do Estado do Mato Grosso e dá outras providências.



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil

Imprensa Nacional



Edição Número 245 de 22/12/2005

**Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
Ministério da Cultura**

PORTARIA N o 367, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2005

Dispõe sobre a permissão para realizar o programa de diagnóstico arqueológico histórico e cultural do projeto de asfaltamento da BR - 158, no Estado do Mato Grosso.

O GERENTE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E NATURAL DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, nos termos da Portaria IPHAN n° 207, de 13.09.04, publicada no D.O.U., Seção 2, de 15.09.04 e de acordo com o disposto no Anexo I, do Decreto n° 5.040, de 07 de abril de 2004, na Lei n° 3.924, de 26.07.61, na Portaria SPHAN n° 7, de 01.12.88, e ainda do que consta do processo administrativo n° 01516.000241/2005-24, resolve:

I - Expedir a presente PERMISSÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, à arqueóloga Érika Marion Robrahn Gonzalez para, com o apoio institucional do Instituto Homem Americano, realizar as atividades do programa de diagnóstico arqueológico histórico e cultural do projeto de asfaltamento da BR - 158, no Estado do Mato Grosso, compreendido pelas coordenadas UTM: Divisa MT/PA - 493694 / 8918071, Ribeirão Cascalheira - 410474 / 8569215.

II - Reconhecer como coordenadora dos trabalhos de que trata o item anterior a arqueóloga detentora da presente permissão, cujo projeto se intitula "Programa de Diagnóstico Arqueológico Histórico e Cultural do Projeto de Asfaltamento da BR - 158 / MT".

III - Reconhecer a arqueóloga designada coordenadora dos trabalhos como fiel depositária, durante a realização das etapas de po, do eventual material arqueológico recolhido ou de estudo que lhes tenha sido confiado.

IV Determinar à 14ª Superintendência Regional do IPHAN, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

V - Condicionar a eficácia da presente permissão, à apresentação, por parte da arqueóloga coordenadora, de relatório final ao término do prazo fixado nesta Portaria, contendo todas as informações previstas no artigo 12 da Portaria SPHAN n° 7, de 01.12.88.

VI - Fixar o prazo de validade da presente permissão em 04 (quatro) meses, observada a disposição do item anterior.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO JOSÉ DIAS

## Objetivos

Os objetivos gerais deste estudo podem ser sintetizados em três grandes itens:

- Realizar os estudos de Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural do empreendimento;
- Atender à legislação brasileira no que se refere à proteção e intervenção junto ao este patrimônio;

- Produzir um conhecimento científico sobre os temas envolvidos, que contribuam para um melhor conhecimento da História e da Pré-história nacional, bem como da valorização das comunidades envolvidas.

De uma perspectiva científica, este estudo tem como premissas:

- A identificação e caracterização das diversas culturas que ocuparam a área buscando, em especial, suas dimensões espaciais e cronológicas, assim como sua inserção em contextos arqueológicos e históricos de caráter macro-regional.
- Para tanto, o estudo considera como vestígio arqueológico todo e qualquer elemento que caracterize e/ou seja indicador da presença humana na área, independente do período cronológico a que se relaciona e, também, a possíveis critérios subjetivos de valorização. Assim, não serão apenas tratados os sítios arqueológicos mais antigos (ou, então, aqueles relacionados à ocupação indígena pré-colonial), mas também os vestígios históricos, relacionados às diferentes fases de formação da sociedade nacional.
- Da mesma forma, não podem ser considerados vestígios de maior valor aqueles que apresentem maior apelo visual (estruturas, cemitérios, grandes aldeias), mas igualmente aqueles que, mesmo contendo remanescentes materiais fugazes, fazem parte e contribuem na sustentação de formas de assentamento humano na área. Nesta perspectiva todas as estruturas ou vestígios materiais, bem como a sua articulação entre si ou com o meio ambiente em que se inserem são potencialmente significantes para a reconstituição dos processos culturais, objetivo último da Arqueologia enquanto ciência antropológica e histórica.

## **O Contexto Arqueológico Regional**

Para a análise dos contextos de ocupação humana da região onde se planeja implantar o empreendimento, foram elaborados quadros que sintetizam o conhecimento arqueológico e histórico produzido até hoje, os quais destacam as principais características das sociedades que, ao longo do tempo, interagiram no espaço e nas paisagens regionais.

Conforme apresentado a seguir, os dados disponíveis ainda são escassos e restritos a pesquisas pontuais desenvolvidas em determinadas porções do território. Permitem, todavia, elaborar um contexto regional de ocupações humanas onde a área do empreendimento se insere.

### O contexto Pré-Colonial

De um modo geral, a ocupação pré-colonial do estado do Mato Grosso pode ser sintetizada em dois principais cenários, a saber:



Um primeiro cenário está relacionado aos sítios líticos (isto é, que apresentam material lítico lascado). Este tipo de vestígio é geralmente associado a populações que viviam da caça e da coleta, e que, portanto, são denominados genericamente de caçadores-coletores. Constituiriam os primeiros ocupantes da região, apresentando as datas mais antigas (cerca de 12.000 anos BP<sup>3</sup>);

O segundo cenário está relacionado à ocupação de grupos ceramistas agricultores, que se desenvolveram na área em um período mais recente, aproximadamente a partir de 2.000 anos BP. Alguns deles entraram em contato com o colonizador europeu, com os quais têm convivido durante os últimos séculos.

Sem dúvida, cada um destes cenários reúne diferentes ocupações humanas que se desenvolveram na área, ao longo do tempo. A identificação e caracterização de cada uma delas constitui, de fato, um dos objetivos da pesquisa arqueológica, que vem gradativamente se intensificando no estado do Mato Grosso.

#### *Grupos Caçadores - Coletores*

As ocupações humanas referentes aos grupos caçadores e coletores que habitaram o Planalto Central Brasileiro são tradicionalmente enquadradas em duas grandes tradições arqueológicas, denominadas Itaparica e Serranópolis.

As ocupações relacionadas ao final do Pleistoceno e início do Holoceno, período ocorrido por volta de 12.000 a 10.000 anos atrás, foram classificadas na tradição Itaparica. Neste período, as condições climáticas do planeta passaram por grandes alternâncias, entre estações secas e úmidas. De forma gradual o clima e as formações vegetais (Floresta Amazônica, os cerrados do Planalto Central, a Mata Atlântica, etc.) foram se estabilizando e adquirindo as feições atuais. Com o aquecimento geral do planeta grandes massas líquidas se desprenderam dos pólos e os níveis dos mares subiram, produzindo aos poucos o formato atual da costa e da calha dos grandes rios que ali deságuam.

Vestígios dos grupos deste período ocorrem principalmente em sítios a céu aberto, embora tenham ocupado também abrigos rochosos. Ao que tudo indica, estes grupos estariam organizados em pequenos bandos, compostos provavelmente por algumas famílias que apresentavam grande mobilidade espacial num território imprecisamente demarcado. Ao sul da área do empreendimento, na região da UHE Lajeado, escavações em um sítio revelaram a data de 12.630 anos BP, correspondendo à mais antiga do Estado (DE BLASIS & ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2003).

O tamanho dos sítios pode alcançar 1.300 m<sup>2</sup> e a camada de vestígios, por vezes, ultrapassa 1m de profundidade. Os grupos ocupavam, preferencialmente, áreas que hoje apresentam vegetação aberta, na forma de cerrado, caatinga ou campo limpo.

---

<sup>3</sup> BP = Before Present, ou Antes do Presente, tendo como data de referência o ano de 1.950 de nossa era.

As ocupações mais antigas (entre 15.000 e 9.060 anos) apresentam um instrumental lítico formado por lascas tiradas de seixos de quartzito e calcedônia, através da técnica de percussão dura. Os artefatos correspondem a peças plano-convexas com gumes arredondados ou ogivais (raspadores). São típicos desta indústria as denominadas “lesmas”, que correspondem a longos raspadores sobre lascas espessas, retocadas em toda a circunferência, resultando em peças de formato oval. Para serem usadas, estas peças teriam sido encabadas. Raras pontas projéteis podem estar associadas.

Os sítios apresentam também grande quantidade de restos de lascamento como núcleos, lascas, fragmentos de lasca, detritos e micro-detritos. No período final da tradição os sítios mostram uma maior diversidade de instrumentos e uma redução no tamanho dos raspadores plano-convexos. Ainda sobre pedra temos uma indústria de peças picotadas ou alisadas, tendo como base seixos de tamanhos diversos, que teriam sido utilizados como batedores ou percutores.

Em alguns sítios ocorre grande quantidade de material lítico lascado e grande diversidade de artefatos, sugerindo uma ocupação mais prolongada (habitação permanente). Outros sítios apresentam baixa densidade e apenas raros artefatos ou peças utilizadas, remetendo a uma curta ocupação e/ou a um local de atividade específica (acampamento de caça, por exemplo). Muitos sítios em abrigo apresentam diversas camadas sobrepostas de ocupação, indicando que o local teria sido utilizado diversas vezes consecutivas. No caso dos sítios a céu aberto, vários se localizam sobre áreas de afloramento de rocha, além de apresentarem vestígios de um estágio inicial de lascamento, sugerindo uma função enquanto oficinas líticas.

Enterramentos humanos são raros e pouco conhecidos para esta tradição. Existem referências para Minas Gerais, Goiás e Piauí, sempre em abrigos rochosos. No caso de Goiás, os sepultamentos ocorrem em covas, colocando-se o corpo em posição fletida. Alguns se encontravam marcados por uma laje. No Piauí, os sepultamentos podem apresentar mobiliário funerário, círculos de seixos como marcação e vestígios de folhas e galhos remanescentes de fogos acesos no local.

Restos alimentares encontrados em abrigos da região de Serranópolis (GO) indicam a caça de animais de grande e médio porte como veados, tatus, roedores, carnívoros, répteis (lagartos, tartarugas e jacarés) e aves variadas (incluindo a ema e seus ovos). A proximidade de rios piscosos de considerável porte sugere que o peixe deva ter desempenhado um importante papel no sistema de abastecimento destes grupos. Todavia, o peso de cada uma destas atividades (caça, pesca e coleta) teria variado, uma vez que foram identificadas áreas em que a coleta vegetal parece ter sido realizada como atividade prioritária (vale do Peruaçu, MG), ou áreas em que a pesca teria sido mais intensiva (abrigos de Serranópolis, GO).

Por outro lado, grupos portadores de uma indústria lítica relacionada à tradição Serranópolis, surgem provavelmente relacionados a uma grande instabilidade climática que se instalou no

final do Pleistoceno e início do Holoceno, por volta de 9.000 anos atrás, quando o clima tendeu gradualmente a se definir, resultando em um ambiente mais quente e úmido, levando à expansão da vegetação de mata. Assim, também de maneira gradual, os pequenos grupos humanos dispersos pelo vasto território brasileiro vão-se adaptando aos ambientes em que viviam e, cada vez mais, criando características culturais regionais.

Neste momento o número de sítios arqueológicos aumenta, indicando uma expansão demográfica gradativa. Encontram-se em abrigos rochosos ou a céu aberto, localizados geralmente em porções de relevo íngreme, como os altos vales do Paranaíba, Sucuriú, Araguaia e São Lourenço, os altos/médios vales do Tocantins e Paranã, além das regiões de Caiapônia (BA) e da Chapada dos Parecis (MT). A localização dos sítios na paisagem muitas vezes é definida pela proximidade de fontes de matéria-prima lítica, uma vez que é recorrente a presença de afloramentos rochosos nas imediações.

O tamanho dos sítios pode variar de 100 a 1.500 m<sup>2</sup>, atingindo até 3 metros de profundidade. A indústria lítica é seu vestígio mais característico, sendo tecnologicamente mais simples do que a indústria do período anterior (tradição Itaparica), desaparecendo os artefatos típicos, como os bem elaborados raspadores laminados (lesmas).

A tradição Serranópolis é baseada na produção de lascas, obtidas através da percussão dura e do espatifamento. Os artefatos são sempre mal definidos e feitos a partir de poucos retoques, onde se incluem raspadores diversos (com ponta, bico, laterais e terminais), goivas, furadores, cunhas, plainas, buris, talhadores, formões, quebra-cocos e batedores. Pontas projéteis são extremamente raras. Com o uso de material ósseo foram confeccionados anzóis e agulhas.

Os sítios escavados para este período mostraram restos de alimentação indicando uma caça generalizada, principalmente de vertebrados de pequeno porte (lagartos), havendo ainda peixes e veados. Os moluscos terrestres também constituiriam elemento importante na dieta, considerando a grande quantidade de conchas depositadas no solo dos sítios, por vezes formando espessas camadas de ocupação.

Os sepultamentos aqui são abundantes, envolvendo indivíduos de todas as faixas etárias, registrados na forma de covas abertas com 40-50 cm de profundidade, onde eram colocados os corpos, em posição fletida. Pigmentos vermelhos foram encontrados em algumas peças líticas, indicando que os grupos os empregavam, provavelmente para realizar desenhos nas paredes rochosas.

No final do período Arcaico muitos grupos caçadores-coletores não eram mais nômades e suas aldeias ocupavam territórios extensos, interligados por redes de contato. É certo que ao menos alguns grupos já desenvolviam formas de cultivo. Evidências botânicas de milho e outras plantas foram identificadas nos sítios Santana do Riacho e Boqueirão Soberbo (MG), datados por volta de 4.000 anos atrás, embora estes grupos tenham certamente desenvolvido experimentações de cultivo séculos antes da domesticação do milho.

Conforme apresentado a seguir, alguns sítios em abrigo da tradição Serranópolis apresentaram, a partir de 2.500 anos atrás, uma indústria cerâmica bastante simples relacionada à tradição Una, sugerindo que pelo menos parte destes grupos caçadores e coletores incorporariam novos padrões culturais, ao longo do tempo.

#### *Grupos ceramistas cultivadores*

A ocupação de grupos ceramistas cultivadores no Planalto Central Brasileiro (e especificamente do Mato Grosso) se deu através de quatro grandes horizontes de ocupação relacionados, na Arqueologia Brasileira, às tradições Una, Uru e Tupiguarani.

No que se refere à **tradição Una**, alguns sítios espalhados pelas regiões Central, Sudeste e Nordeste começaram a apresentar pequena quantidade de artefatos cerâmicos, dentro de um processo de sedentarização em que ao menos parte dos grupos caçadores e coletores mais antigos teriam passado, indicando uma continuidade da ocupação. De fato, desde longa data estes grupos caçadores vinham passando por processos de mudança cultural, o que tornaria a adoção da cerâmica um “caminho natural”. Ao menos no vale do São Lourenço (MT) eles teriam desenvolvido a prática do cultivo séculos antes do surgimento da primeira cerâmica, e é possível que o mesmo tenha ocorrido em outras áreas.

A adoção da cerâmica não se deu, todavia, a partir de um processo único e uniforme. Pelo contrário, os primeiros sítios a apresentá-la se localizavam em áreas bastante distantes entre si, indicando um forte isolamento das ocorrências. Ao que tudo indica, o conhecimento da cerâmica estaria relacionado a processos independentes e altamente variáveis, tendo tido uma dispersão bastante lenta e heterogênea, com grande possibilidade de invenção local.

Por outro lado, devemos citar que a cerâmica mais antiga da América do Sul se localiza no médio Amazonas, denominada Estilo Pedra do Caboclo, sendo provável que a adoção de sua tecnologia por outros grupos do país tenha sido, de alguma forma, influenciada por ela através de contatos inter-regionais.

Os sítios da tradição Una ocorrem quase sempre em abrigo, em regiões de relevo íngreme e vegetação de cerrado. O tamanho dos sítios é reduzido e as camadas arqueológicas pouco espessas, sugerindo terem sido ocupados por pequenas comunidades locais e por um curto período de tempo. Pesquisas realizadas em alguns deles indicam que teriam sido utilizados para finalidades diversas: habitação, acampamentos, produção de arte rupestre, atividades cerimoniais relacionadas a enterramentos humanos, entre outros.

Restos de vegetais cultivados ocorrem em associação direta com a cerâmica em diversos sítios, permitindo inferir um abastecimento que inclui produtos como o milho, amendoim, feijão, cabaça, algodão, fumo e curcubitáceas, além da caça, pesca e coleta generalizadas. A coleta de caramujos teria sido realizada com grande intensidade, ao menos na fase inicial da tradição, indicando sua importância na dieta.

A cerâmica constitui o vestígio material mais característico desta tradição. Embora ela apresente variações locais, pode ser definida como predominantemente lisa, com vasilhas médias e pequenas apresentando paredes pouco espessas (4 a 10 mm), superfícies bem alisadas nas cores preto, marrom e cinza. As formas correspondem a recipientes globulares e cônicos, tigelas rasas e potes com gargalo. O antiplástico por excelência é o mineral, embora possa ocorrer também cariapé ou hematita. Raras peças são decoradas com motivos plásticos ou engobo vermelho.

A indústria lítica não é muito expressiva (apesar de aparecer em grande quantidade em alguns sítios), restringindo-se a lascas pequenas e médias não retocadas e quebra-cocos. Sítios de Minas Gerais apresentaram grande variedade de peças polidas como lâminas de machado, mãos de pilão, bolas e seixos alisadores. Pontas de osso e madeira, cestaria, cordoaria, trançado e colares de sementes foram identificados em sítios em abrigo, que reúnem melhores condições de conservação.

Os enterramentos obedecem, em grande parte, ao padrão primário, em posição fletida ou estendida. Em sítios de Goiás os corpos aparecem freqüentemente cobertos com pedras ou fragmentos cerâmicos. Sepultamentos secundários são raros, onde os ossos parecem ter sido embrulhados. Existem também referências a sepultamentos coletivos na região de Jataí (GO).

A bibliografia discute um possível desaparecimento e/ou absorção destes grupos ceramistas da tradição Una, frente à expansão das grandes aldeias da tradição Uru. É provável que a baixa densidade demográfica sugerida pelos sítios Una, bem como a simplicidade de sua indústria cerâmica, dificultem a identificação de um fenômeno de incorporação por que tenham passado. De qualquer forma, seus sítios continuam a ocorrer pelo menos até o século XII, indicando que parte de seus ocupantes teriam convivido, durante quase 400 anos, com as grandes aldeias circulares. Esta convivência pode ter sido favorecida (embora não explicada) pela diversidade dos padrões de localização que os sítios de cada uma destas ocupações apresentava, não gerando uma competição pelos territórios de assentamento. Enquanto os grupos ceramistas da tradição Una têm seus sítios preferencialmente em abrigo, ocupando porções de relevo íngreme e vegetação de cerrado, os agricultores das grandes aldeias vão se instalar nas porções de relevo suave, com solos férteis e cobertura vegetal variando entre floresta e áreas de transição ecológica, mais propícias ao desenvolvimento da agricultura.

Para os grupos relacionados à **tradição Uru**, a partir dos séculos VIII-IX a região Centro-Oeste começa a ser paralelamente ocupado por outros grupos ceramistas construtores de aldeias circulares, relacionados à tradição Uru. Seus sítios se espalham pelo Estado do Mato Grosso, entrando ainda no oeste de Goiás e centro-sul do Tocantins.

Embora certamente a origem destes grupos também tenha se dado através de um misto de fatores tanto de ordem interna (desenvolvimento dos antigos grupos que já habitavam a região) como externa (com a introdução de traços culturais ou contingentes populacionais

vindos de outras áreas), no caso da tradição Uru, as evidências sugerem um maior peso de elementos externos.

O fato dos sítios se localizarem predominantemente em áreas de cerrado e apresentarem assadores de cerâmica fez com que se inferisse uma subsistência apoiada na mandioca tóxica, de origem amazônica. De fato, tanto no alto Tapajós como no alto Xingu alguns sítios forneceram cerâmica com características gerais comparáveis, favorecendo a possibilidade de deslocamentos humanos externos. A região amazônica apresenta vários sítios semelhantes (como no baixo/médio Tocantins e no alto/médio Guaporé), sendo a maior parte deles relacionados à tradição Incisa-Ponteadada.

Elementos característicos da indústria Uru são largamente utilizados em diferentes contextos etnográficos amazônicos, novamente remetendo à ocupação do norte brasileiro e região andina. Por fim, estudos recentemente desenvolvidos no alto curso do Xingu discutem que os sítios cerâmicos ali identificados e relacionados à fase Ipavu apresentam características tanto da Amazônia (com a fase Barrancóide/ Borda Incisa e tradição Incisa Ponteadada) quanto da região Centro-Oeste (tradição Uru), revelando sua posição de transição cultural e ecológica e sugerindo comunicações culturais em ambos os sentidos.

De qualquer forma, não é possível conceber que tenha ocorrido uma simples transplantação de grupos do norte para o Centro-Oeste e, portanto, que apresentem modelos idênticos de ocupação. Processos migratórios pressupõem uma série de ajustes culturais, quer relacionados a um novo meio ambiente a ser explorado, ou a um novo contexto de relações extra-tribais. Assim, mesmo que grupos migrantes possam guardar semelhanças culturais de suas origens, irão constituir um reflexo de adaptações a condições locais específicas.

Quanto às aldeias Uru, apresentam variações formais: podem ser circulares ou lineares, neste último caso com fileiras duplas de casas se estendendo na margem de rios por até 630 metros. Raramente possuem 3 anéis concêntricos, sendo que algumas mostram vestígios em meio à praça central, talvez correspondendo à chamada "casa dos homens", presente em contextos indígenas atuais (como os Borôro).

A indústria cerâmica se caracteriza pela presença de tigelas rasas com bases planas e com pedestal, contornos infletidos e bordas reforçadas. Ocorre ainda grande número de jarros e assadores, estes últimos utilizados no processamento da mandioca amarga. O antiplástico é constituído por diferentes tipos de cariapé. Em geral ocorrem poucos elementos decorativos (apêndices, faixas aplicadas, incisão ponteadada ou engobo vermelho). Alguns sítios do Araguaia apresentam suportes cônicos de panela também em cerâmica.

A indústria lítica é novamente pouco representada, contando-se com lâminas polidas de machado, percutores, mãos de pilão, recipientes e fusos de serpentinita. Aparecem raros machados semi-lunares e uma indústria de lascas sem trabalhos secundários (retoques).

Estudos sistemáticos realizados em sítios Uru do Mato Grosso e Goiás apontam para uma clara organização do espaço interno da aldeia, definindo áreas específicas de atividade e circulação e sugerindo a existência de uma hierarquia entre seus habitantes.

Também nas aldeias Uru (especialmente nas de maior tamanho) foi possível observar a presença de material relacionado a grupos externos, onde se inclui tanto a cerâmica Tupiguarani quanto uma cerâmica originária da região do Pantanal, que se encontra a 200 km de distância.

Um estudo sistemático realizado no vale do rio Vermelho (MT) indica que, a partir do século XII, teria havido um considerável aumento populacional destes grupos ceramistas. Cálculos demográficos indicam que as aldeias reuniam até 3.000 indivíduos, contra 800, nos períodos anteriores. Esse fator teria contribuído para uma maior organização das aldeias, onde as maiores teriam figurado como pontos centrais do assentamento.

Por volta do século IX observa-se um movimento de intensa expansão destes grupos em direção ao leste, no vale do rio Araguaia. Ali começam a ocorrer aldeias diferentes, com material cerâmico distinto, que mistura as características observadas na indústria Uru e na indústria Aratu (presente no estado de Goiás), como resultado de um forte processo de interação cultural. Aldeias Uru começam ainda a aparecer no meio do território original Aratu (o centro-sul de Goiás), indicando que estes grupos teriam atravessado a fronteira e alargado sua área de ocupação, contribuindo significativamente para o declínio dos ceramistas Aratu, no século XV.

Sítios da tradição Uru ocorrem pelo menos até o século XVII, e as pesquisas indicam que eles teriam participado, no Mato Grosso, do processo de formação histórica dos grupos Bororo, que até hoje habitam a região centro-sul do Mato Grosso.

Finalmente, a denominada tradição Tupiguarani reúne sítios arqueológicos que se distribuem com maior amplitude geográfica, estando presentes em praticamente todo o Brasil, nos estados do Pará, Maranhão, Piauí, Bahia, Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Dentre as tradições aqui analisadas corresponde, também, à mais antiga. Sua origem teria ocorrido por volta de 3.500 anos atrás, em algum ponto da Amazônia Central (mais provavelmente no baixo vale do rio Madeira), vinculada aos grupos relacionados à tradição Polícroma Amazônica.

Da Amazônia Central teria se iniciado uma expansão de amplitude "nacional": em pouco mais de 1.000 anos estes grupos se espalham por um vasto e contínuo território, a partir de dois movimentos distintos:

- Um, partindo da Amazônia em direção ao leste, descendo pela costa do Atlântico e resultando na apropriação de uma larga faixa que se estende do Maranhão até São Paulo. Seus sítios foram relacionados à sub-tradição Tupinambá;

- O outro movimento, com direção sul, teria descido pelo rio Madeira-Guaporé, passando pelos rios Paraguai e Paraná e, finalmente, subido ao longo da costa até algum ponto próximo à atual divisa dos Estados de São Paulo e Paraná. Seus sítios foram relacionados à sub-tradição Guarani.

Durante o deslocamento as áreas iam sendo incorporadas dentro de um processo de expansão territorial. É notável o fato deste movimento ter acompanhado, de um modo geral, as áreas tropicais brasileiras, indicando uma ocupação fortemente voltada e especializada ao manejo desse ambiente. Locais típicos de assentamento são a mata litorânea, a mata pluvial tropical ou sub-tropical e as matas ciliares.

As rotas de deslocamento utilizaram tanto a rede hidrográfica quanto uma vasta rede terrestre de caminhos, esta última privilegiando a ligação no sentido leste-oeste (litoral - interior). O mais famoso destes caminhos, o Peabiru, ia justamente de Cananéia, no sul de São Paulo, até a cidade de Assunción, no Paraguai.

Os sítios da tradição Tupiguarani apresentam duas variações básicas: ou são formados por várias concentrações de vestígios, ou são formados por uma única grande mancha de material. Em ambos os casos, as manchas correspondem a áreas de solo antrópico escuro, contendo materiais arqueológicos concentrados na forma de peças cerâmicas, lítico lascado, lítico polido e vestígios de fogueiras.

As grandes aldeias podiam ser formadas por mais de 10 casas, dispostas em círculo ou adquirindo forma alongada irregular. São comuns os sítios com menos de 5 casas. Localizam-se sempre em topos ou meia encosta de vertentes suaves, com cursos de água nas proximidades. Suas áreas variam de 2.000 a 10.000 m<sup>2</sup>, embora tenham sido registradas aldeias com mais de 20.000 m<sup>2</sup>. A população média estimada para as aldeias é de 500 pessoas, podendo alcançar mais de 3.000.

Agricultores tradicionais, estes grupos teriam utilizado o método de coivara, queimando os terrenos para, em seguida, cortar a madeira com auxílio de machados de pedra. Cultivavam a mandioca doce (aipim) e a mandioca amarga (ou "brava"), bem como o milho, a batata doce, o algodão, o feijão, o amendoim, o abacaxi e o tabaco. Teriam desenvolvido uma agricultura diversificada, com plantas contendo elementos nutritivos complementares. Alguns produtos, como o milho e a mandioca, podiam ser conservados inteiros ou na forma de farinha, permitindo o consumo por vários meses. Ossos de fauna diversificada e de peixes são ainda encontrados em alguns sítios, em proporções diversas.

Representam, sem dúvida, a ocupação mais extensiva que o Brasil já teve durante o período pré-colonial. Quando os portugueses aqui chegaram, se depararam com uma configuração de território que, a grosso modo, foi acompanhada pelos desbravadores, resultando no atual contorno político que o país apresenta. Sem dúvida, para que estes grupos pudessem apresentar traços culturais tão homogêneos, ao longo de um território extenso e



diversificado, seria necessário manter uma ampla e eficiente rede de comunicação, garantindo a manutenção de uma intensa rede de contatos culturais.

Assim sendo, no período que antecede a chegada dos europeus, e mesmo após o contato – que é bastante tardio nesta área - houve grandes movimentações populacionais na região hoje abrangida pelo estado do Mato Grosso, envolvendo forte interação cultural entre diferentes grupos indígenas. De fato, a região dos rios Araguaia e Xingu (onde o empreendimento aqui estudado se localiza) é reconhecida como palco de intensificados processos de ocupação indígena no período histórico. Esta diversidade cultural certamente está baseada em uma situação anterior, definida ainda no período pré-colonial, como atestam os dados fornecidos pela literatura.

### O contexto histórico

Assim como o processo de colonização pelos europeus da América, a historiografia se ocupou da faixa litorânea, primeiro no nordeste da América portuguesa (Bahia, Pernambuco, sobretudo), depois do Rio de Janeiro (que atraiu as atenções após a sua transformação em sede da administração colonial). São Paulo somente passou a atrair interesse quando se projetou economicamente dentro do império brasileiro, já no século XIX. O extremo norte do território ficou relegado às margens do rio Amazonas e o litoral do Maranhão, não recebendo qualquer olhar que não fosse para o que passou a se chamar de “história regional”. Os múltiplos sertões americanos foram deixados de lado como regiões “atrasadas”, onde a vida política, cultural e os movimentos sociais se dissipam na pouca ou quase nenhuma ocupação do espaço pelo homem.

É certo que a história, longe de qualquer isenção, sempre se ateu a interpretar os processos ligados aos núcleos que concentram o poder (econômico, intelectual, político). É certo também que a história, desde a medievalidade, privilegiou a *urbes*, e, em certa medida, a própria história ocidental esteve desde sua origem ligada às cidades (a Polis do mundo helênico, as cidades do oriente próximo e do mundo afro-mediterrâneo, Roma).

O tempo e o processo histórico ocidental, que engloba uma miríade de outros processos interligados e comunicantes, consagraram a cidade como espaço da troca, de construção do saber, da criação das narrativas hegemônicas e “oficiais”. É o espaço do embate da sociedade classista e oficina dos pensadores. Portanto, correntes filosóficas, teóricas e ideológicas (como o pensamento marxista) elegeram a cidade, e, entre todas, principalmente a industrial, como o lugar privilegiado das transformações da história.

No caso da região centro-oeste brasileira, onde o empreendimento em estudo se localiza, traz uma ocupação pré-histórica intensa e fascinante, uma história pré-contato com os povos europeus rica e que demonstra seu aspecto de enclave continental, um histórico de contato dramático e muito inexplorado, mas distante dos grandes centros. Longe demais das capitais, longe demais dos produtores de conhecimento e do capital, longe “dos donos do poder”, como diria Raymundo Faoro. Mas também é uma história negligenciada, uma vez

que durante o século XVIII foi nesta fronteira da América portuguesa com a América espanhola que se desenrolou grande parte da peça final de delimitação das fronteiras dos impérios coloniais ibéricos. Os fortes, presídios e cidades erigidas como marcos divisórios – Vila Bela da Santíssima Trindade de 1752, o forte Príncipe da Beira -, de uma presença mais simbólica do que efetiva, ainda estão lá para comprovar que sua existência ainda não foi suficientemente compreendida.

Em tempos mais recentes, as andanças pela região ocidental do território do Brasil foram mais discutidas pelo viés de seus exploradores do que pelo da própria região. A expedição de Langsdorff de 1821 a 1829 é um exemplo eloqüente, sabe-se mais do naturalista do que das regiões pelas quais passou.

Já no início da república, e até o final da república velha, as ações para integração e ocupação da região – como as expedições para implantação das linhas telegráficas, iniciadas em 1890 e comandadas posteriormente por Cândido Mariano Rondon, ou mesmo a própria expedição Roosevelt-Rondon de 1913-1914 – ficaram soterradas sob a ausência de um interesse maior da historiografia brasileira pela república velha.

Finalmente, em meados do século XX, mais precisamente em 1943 com a expedição Roncador Xingu, quando o governo Vargas insiste na ocupação efetiva do Centro-Oeste e cria todo um aparato estatal destinado a dar suporte às ações de colonização, isto se dá simultaneamente à Segunda Guerra Mundial, às tensões do Estado Novo (criado em 1937), e às transformações no painel político brasileiro, concentrando-se, sobretudo, nas grandes cidades, nos núcleos urbano-industriais. Mais uma vez a ocupação e a incorporação do extremo oeste à nação serão deixadas em segundo plano pelas preocupações da historiografia brasileira, em descompasso, diga-se de passagem, com as ações do estado nacional.

Esta descrição das ausências serve para ilustrar a complexidade em se trabalhar com a história do extremo oeste do Brasil, pois o ponto de partida em geral é formado por pouco mais do que breves indícios, migalhas, fragmentos que ainda não foram coligidos, sequer ordenados.

As fontes às quais pode-se recorrer para construir as narrativas também apresentam uma série de dificuldades. Os arquivos que guardam os documentos escritos e iconográficos referentes à região ou estão nos fundos pertencentes à administração federal, guardados no Rio de Janeiro no Arquivo Nacional ou no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, ou em caixas, latas e pastas sem qualquer identificação no arquivo público do estado do Mato Grosso.

A tardia ocupação da região e o recente processo de divisão administrativa e de criação de municípios também favorecem a ausência de arquivos nas localidades, concentrando-os na capital ou nas cidades que deram origem aos mesmos, tais como Diamantino, Chapada dos Guimarães, Cáceres e Poxoréo.

Resta então o emprego mais acentuado de outra ordem de fontes, como as orais, como a geografia, a paisagem, as manifestações culturais, a arquitetura, a cultura material. De qualquer forma a história da ocupação do extremo oeste, tanto antes quanto depois do contato com o colonizador europeu, ainda necessita de um esforço mais amplo e sistemático a fim de esclarecer, de lançar luz sobre esta região da América.

#### *A ocupação histórica da região do Mato Grosso*

Foi no início do século XVIII que bandeirantes paulistas chegaram ao que hoje é o estado do Mato Grosso. Embora a região, como se verá, fosse cruzada por exploradores espanhóis e portugueses há muito, foi apenas com a necessidade dos paulistas de buscarem alternativa para seus infortúnios na Guerra dos Emboabas (que marcou a saída em grande medida dos paulistas da região das Minas Gerais) que a área do Mato Grosso passou a ser colonizada.

O processo colonizador português, na América, iniciou sua interiorização no final do século XVI. As bandeiras paulistas de André Leão e Nicolau Barreto, explorando o vale do Paraíba do Sul e as terras além da Serra de Mantiqueira inauguraram, na última década desse século, o fenômeno Bandeirante. Entre 1600 e 1620 diversas bandeiras partiram do planalto de Piratininga em direção ao ocidente colonial, buscando duas mercadorias muito valorizadas no comércio mercantilista: os metais preciosos e os cativos indígenas. Dessa forma, o início do século XVII é também o momento que estabeleceu os primeiros contatos inter-étnicos entre colonos europeus e as etnias orientais do Mato Grosso.

Porém como atividade econômica, a partir de 1670, o bandeirismo de apresamento mostrou forte tendência ao declínio. A reorganização do tráfico negreiro após a expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro, o esgotamento dos “estoques” de índios “domesticados” pelas missões, a resistência e a retirada dos sobreviventes para regiões mais ermas, progressivamente inviabilizaram a ação bandeirante de apresamento nos padrões da economia colonial.

A crise do bandeirismo de apresamento não foi, todavia, um fato isolado: ela estava inserida na primeira crise geral do sistema colonial português. A economia mercantilista lusa saiu profundamente enfraquecida da União Ibérica. As guerras pela restauração, a forte concorrência estrangeira e o anacronismo do modelo econômico, em resumo, provocaram o esvaziamento monetário do Império Português. Em função disso, a dinastia bragantina estimulou a prospecção de metais preciosos no interior do Brasil. Rapidamente os colonos vicentinos se adaptaram à nova realidade. Em 1693, os paulistas descobriram ouro em Minas Gerais. Expulsos em 1709, no episódio da Guerra dos Emboabas, dez anos depois inauguravam o garimpo cuiabano.

A expansão territorial e demográfica provocada pela mineração, em Mato Grosso, transformou a região em um promissor mercado colonial. Passadas as dificuldades dos primeiros anos de desbravamento, o processo de urbanização e administração foi organizado

com a visita de Rodrigo Cezar de Menezes, Capitão-General e Governador da Capitania de São Paulo, em 1726, a Cuiabá. Lévi-Strauss (1996: 193) relata que:

... por volta de 1720 os exploradores paulistas, chamados 'bandeirantes', chegavam pela primeira vez à região; a alguns quilômetros do local atual (da cidade de Cuiabá), instalaram um pequeno posto e colonos. A região era habitada pelos índios Cuxipó, entre os quais alguns aceitaram trabalhar nas derrubadas. Certo dia um colono – Miguel Sutil, o bem chamado - mandou alguns índios à procura de mel selvagem. Voltaram na mesma noite, com as mãos cheias de pepitas de ouro colhidas na superfície. Sem mais tardar, Sutil e um companheiro chamado Barbudo seguiram os indígenas ao local de sua coleta: lá estava o ouro, por todo lado. Em um mês recolheram cinco toneladas de pepitas.

Nesse processo de ocupação do território os bandeirantes paulistas tiveram um papel considerável, como é possível perceber na transcrição do "Annal de Villa Bella" (ROSA, 2003):

... Com aquelle empenho com que os naturais de Serra Acima chamados os Paulistas por ser a sua capital a cidade de S. Paulo, costumavão cursar os Certões à Conquista do Gentio, de cujo serviço tinham ainda mais ambição do que do ouro, e por cujo respeito se foram descobrindo e habitando os Certões interiores deste Brazil e dahi se seguirão os descobrimentos das Minas (Annal de Villa Bella des o primeiro descobrimento deste Certão do Matto Grosso no anno de 1734).

Porém, já em 1731, com as lavras esgotadas e a dura política do fisco, Cuiabá assiste a uma debandada para as recém descobertas minas de São Francisco Xavier, conhecidas como as minas de Mato Grosso, uma comparação entre a mata da região e os descampados das cercanias de Cuiabá. Seis anos depois, 1.500 pessoas deixam Cuiabá e se dirigem para a região ocupada por vários grupos indígenas, entre eles os Paresí e os Nambikwara. É compreensível que tal deslocamento tenha provocado certa apreensão, visto que a própria Cuiabá (criada há pouco mais de 20 anos, em 1716, e elevada à vila somente em 1727, com o título de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá) não apresentava população numericamente significativa. Em 1734 um grupo de sertanistas, provavelmente dentre os quais os irmãos Fernando e Artur Pais de Barros, cruzam a serra dos Parecis e descobrem nesta região, nas cabeceiras de rios da bacia amazônica, minas de ouro.

Uma característica fundamental nessa forma de colonização deve ser observada: a mobilidade de uma civilização. O sentido primeiro da ocupação de uma área mineradora é o estabelecimento da proximidade com as lavras. Na esteira vêm os que cuidarão do abastecimento: tropeiros, monçoeiros, de acordo com cada tempo e cada espaço, estabelecem-se vendas e outros negócios para suprir as necessidades da difícil faina do garimpo. Escravos são enviados à venda, prostíbulos e outros lugares de diversão surgem. Tudo se mantém na medida exata da riqueza que sai da terra, quanto mais duradouro e profuso foi o resultado da mineração mais opulentos e duradouras foram as cidades criadas em sua função. Ouro Preto, Mariana, Sabará, Diamantina, Cuiabá, Vila Boa do Goiás, cada uma teve seu momento de glória ligado visceralmente a esta estranha e efêmera atividade

que é a da mineração. Portanto, o que ocorre quando a lavra não mais responde às expectativas?

É claro que cada espaço, cada tempo e cada sociedade geraram uma resposta diversa para esta questão. As Minas Gerais produziram interiorização e ruralização das populações (CANDIDO, 2001) e, ao mesmo tempo, instabilidade social e acirramento dos conflitos entre sociedade e estado que desembocaram na malfadada Inconfidência (MAXWELL, 1985, FURTADO, 2002). Em Diamantina, um êxodo urbano e mudanças consideráveis na estrutura da administração colonial (FURTADO, 1996). Em Cuiabá, uma fragmentação da ocupação colonial na região, gerando uma constelação de arraiais e vilas lançadas na floresta. Apesar das diversidades um processo é comum a todas as cidades mineradoras após a queda da produtividade: o retorno à mobilidade de parte significativa da população.

Em parte esta mobilidade garantiu a expansão do processo colonizador, pois atuou, via de regra, como cabeça de ponte do mundo europeu e colonial em terras americanas, portuguesas ou espanholas. Por isso é justo que olhemos a civilização estabelecida por estes homens de modo diverso.

Outro fator a se considerar é o de que, uma vez estabelecida a nova região de mineração, resta aos retardatários prosseguir em sua busca, ou seja, avançar em direção às regiões ainda inexploradas pelos colonizadores, o que, novamente, acentua o caráter móvel desta frente colonizadora.

#### *A ocupação da região do Baixo-Araguaia*

Preterida pelos historiadores, até mesmo por aqueles que têm como objeto de estudo o Mato Grosso, a história da região do Baixo-Araguaia constitui mais um exemplo do caráter lacunar da historiografia brasileira no tocante às localidades exteriores ao chamado eixo Centro-Sul. No entanto, diferentemente de localidades como a Chapada dos Guimarães, que foi negligenciada pelos estudiosos a despeito da sua ocupação pelo homem branco ter se iniciado já no século XVIII, a região do Baixo-Araguaia torna-se um objeto complexo para o olhar histórico em decorrência do caráter recente de sua história. Deste modo, se a brevidade da história municipal da Chapada dos Guimarães pode promover um equívoco ao primeiro olhar – uma vez que as poucas décadas de emancipação do município escondem por detrás uma longa história de ocupação da região –, o caso da região do Baixo-Araguaia parece estar vinculado principalmente à chamada “ocupação recente” do Centro-Oeste brasileiro, isto é, associado aqueles movimentos de assentamento em terra delineados ao longo do século XX.

É evidente que não se refuta aqui a existência de movimentos migratórios e grupos humanos que interagiram de alguma forma com a região do Baixo-Araguaia. Alguns autores afirmam, por exemplo, que a bandeira de Manoel Campos Bicudo atravessou os sertões do atual município de São Félix do Araguaia por volta de 1673, já que a rota seguida pelo bandeirante, ao descer o rio Manso ou das Mortes, necessariamente passaria pela região.

Todavia, a falta de estudos que assinalem uma ocupação mais efetiva da região antes do século XX ou que indiquem a inserção do Baixo-Araguaia num contexto mais amplo dificulta aqui uma abordagem histórica que se remeta a uma cronologia anterior ao século XX.

Vale notar que a intervenção dos portugueses na América foi bastante variada, oscilando entre o rigor de interferência e o desinteresse quase que total de acordo com a região em pauta, criando dessa forma modelos administrativos distintos para as diversas áreas coloniais. Nesse sentido, a presença maciça na região do Baixo-Araguaia de grupos indígenas – em especial os Xavante, Karajá e Tapirapé – , assim como as dificuldades de acesso ao local e sua precária interligação com áreas privilegiadas pela administração metropolitana foram fatores que ajudaram a manter a região fora do núcleo de interesses da Coroa portuguesa e dos próprios colonos. Mesmo após a Independência, os interesses que nortearam a construção do Estado Nacional fizeram com que o Brasil mantivesse uma disparidade no que diz respeito ao desenvolvimento regional, o que tornou possível a permanência dos intitulados “vazios demográficos”.

A ocupação recente da região do Baixo-Araguaia está diretamente ligada a dois movimentos mais amplos de ocupação do Centro-Oeste: à “marcha para o oeste”, implementada pelo governo Vargas a partir da década de trinta; ao advento da política de integração e segurança nacional, desenvolvida entre meados da década de sessenta e o final dos anos setenta, e que tinha como principais projetos a “abertura” de frentes de expansão da fronteira agrícola por meio de políticas de ocupação para colonos e de incentivos fiscais para os empreendimentos agropecuários; e à reordenação das políticas agrárias anteriores, iniciada já na década de setenta e que permanece até os dias de hoje, no sentido de reiterar um modelo específico de ocupação da terra, pautado sobretudo na consolidação da modernização da agricultura e da agroindústria.

No final da década de vinte, a região do Baixo-Araguaia contava com famílias recém-chegadas, de estados como Goiás e do Maranhão, atraídas pelas terras virgens situadas na beira do rio Araguaia. A maior parte desses grupos se deslocou para a região com o intuito de assegurar porções de terra e desenvolver atividades agrícolas de subsistência. Contudo, foi sobretudo a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder e, conseqüentemente, da aplicação de um projeto de políticas territoriais específicas, que os rumos da ocupação do Centro-Oeste ganharam contornos mais consistentes.

O governo Vargas foi o responsável pela organização dos chamados primeiros aparelhos modernizadores no Estado nacional. Influenciado pela revolução de Keynes - que defendia a necessidade da intervenção estatal na economia de um país - o Estado brasileiro passou por um amplo processo de centralização política, ao mesmo tempo em que elaborou um denso planejamento para a modernização do espaço nacional. Por outro lado, impulsionado pela ideologia do “espaço vital”, criada pelo geógrafo Ratzel no século XIX e apropriada pelo governo nazista, o governo brasileiro de Getúlio Vargas idealiza o que ficou conhecido como “a marcha para o oeste”. Esta, por sua vez, objetivava colonizar áreas desconhecidas do

interior do Brasil como também realizar obras de infra-estrutura que possibilitassem sua ocupação pelos não-índios, permitindo assim sua ocupação pela “civilização” e a integração econômica do Centro-Oeste ao Norte e Sul do país.

Duas linhas gerais guiavam a preocupação Varguista para gerar a marcha para o oeste: em primeiro lugar a linha centralista e unificadora do governo de Getúlio Vargas, sobretudo após o advento do Estado Novo de 1937. A resposta de inúmeros governos ocidentais à crise econômica de 1929 e a quebra de diversas economias ao redor do mundo foi a reversão radical do excessivo liberalismo econômico e político que haviam dominado o ocidente desde finais do século XIX e se acentuado após o término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Com a falência generalizada das economias ocidentais e com impotência dos governos, uma grande abertura foi proporcionada para que doutrinas calcadas no totalitarismo pudessem vicejar e alçar o poder.

Mais do que simples especulações históricas amplificadas esta mudança na política ocidental marcou a mudança também do trato político e nas administrações dos estados nacionais.

Ao lado com o totalitarismo, o nacionalismo tornou-se ideologia dominante nestas regiões do globo. A tomada de poder na Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, atendia em grande medida a esta reversão ideológica, e levava ao poder um setor da elite brasileira até então alijado deste, embora isto não signifique o desalojamento das antigas elites nacionais. De modo amplo o governo varguista se conformou progressivamente como nacionalista, centralista (revertendo a extrema independência dos estados da federação da antiga “política dos estados” da república velha), integrador e tendendo ao totalitarismo (embora este exista mais no plano teórico do que prático).

O desdobramento disso, no plano prático da administração nacional, foi a criação de diversos mecanismos voltados para o controle e acompanhamento da sociedade brasileira (tais como o DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda), da unificação dos sistemas educacionais, da criação de órgão federais de comunicação (como a Rádio Nacional), de uma busca dos elementos culturais nacionais (como nas diversas posturas do Ministério da Educação de Gustavo Capanema), da regulamentação do patrimônio nacional (de 1937), etc. Dentro desta lógica política e de administração do estado, e favorecido pela eclosão da Segunda Guerra Mundial impulsionada também pela compulsão nazista em ocupar seu “espaço vital”, o governo Vargas passou a adotar posturas a fim de ocupar pelo estado o que era considerado um “vazio demográfico”.

Dentre as áreas contempladas nesta categoria estava parte da região do Baixo-Araguaia. Foi com o objetivo de “desbravar” a região e estabelecer linhas de comunicação e núcleos colonizadores que em 1943 criou-se a Expedição Roncador-Xingu, braço prático da igualmente recém criada Fundação Brasil Central (FBC). Transformada posteriormente em SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste –, a FBC tinha como intuito desbravar terras não conhecidas, estabelecer núcleos populacionais na região e reconhecer oficialmente as áreas ocupadas por povos indígenas.

A região do Baixo-Araguaia teve seu perfil alterado após a “marcha para o oeste”. Dois dos principais municípios que hoje compõe a região tiveram origem nesse período: São Félix do Araguaia e Vila Rica. Um dos principais motivos da implementação dessas localidades foi o advento da base da Expedição Roncador-Xingu em Nova Xavantina, que trouxe maior dinamismo à comunicação na região.

Exemplo dessas aglomerações populacionais surgidas no período é São Félix do Araguaia, cujo núcleo de ocupação original se deu às margens do rio Araguaia. A denominação São Félix surgiu no ano de 1942 - o do nome “Araguaia” só foi incorporado em 1976, na ocasião da elevação do local a município – durante a visita à região do bispo Dom Sebastião Câmara. Em decorrência da grande quantidade de indígenas na região, o que de certa forma criou uma sociabilidade conflitante entre esses grupos e os colonos brancos, a invocação a São Félix – santo protetor do branco contra os ataques dos índios – para nomear a nova localidade, portanto, não foi gratuita. Nesse período, excetuando-se a navegação fluvial, o acesso a São Félix era muito difícil, circunscrevendo a região a uma realidade bem delimitada e a uma economia de caráter local. O cultivo de arroz, o milho, a banana, a cana-de-açúcar para fazer a rapadura, e a criação de porcos e galinhas constituíam os elementos básicos das atividades econômicas do local.

Se a localização de São Félix era de certo modo privilegiada, por estar às margens do rio Araguaia, outras localidades não usufruíam das mesmas condições, como foi o caso de Vila Rica, que custou a se desenvolver devido a seu isolamento. É importante notar que diversas localidades surgidas na região nas décadas de cinquenta e sessenta já haviam sido habitadas por colonos durante os anos trinta, mas que pelas dificuldades encontradas acabaram por se deslocar para núcleos populacionais mais consolidados, como São Félix. A região que posteriormente foi chamada de Porto Alegre do Norte, por exemplo, antes da chegada dos colonos gaúchos em fins da década de quarenta, já tinha sido e de algum modo ainda era habitada por contingentes populacionais vinculados à marcha para o oeste.

Durante as décadas de quarenta e cinquenta o perfil da ocupação da região do Baixo-Araguaia não sofreu grandes alterações, não obstante o re-direcionamento das políticas territoriais pelo governo federal no que se refere ao Centro-Oeste, que passou a ser concebido como uma economia complementar do Sudeste. Nesse período surgiram as localidades que mais tarde se tornaram os municípios de Canabrava do Norte e Porto Alegre do Norte.

Os modelos de ocupação da região do Baixo-Araguaia só sofreram modificações significativas depois de meados da década de sessenta, fenômeno esse que também se estendeu por grande parte das áreas de frente de expansão do Mato Grosso. Sabe-se que o regime militar nascido com golpe de 1964 não suprimiu o ideal modernizante implementado pelo estado brasileiro desde a era Vargas, mesmo porque, com a ditadura militar instaurou-se uma nova centralização política, econômica e administrativa do país. O Estado procurou desenvolver programas que visassem um alcance mais integrado entre os setores, ao tentar unificar de



forma mais sistemática o mercado nacional, implantando novas redes de estradas – como o arrojado projeto da Transamazônica –, de telefonia e de comunicação de massas. Nesse sentido, as políticas territoriais se aprofundaram ainda mais. Em 1964, criou-se o Plano de Ação Econômica do Governo; em 1968 o Plano Econômico de Desenvolvimento. O PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), concebido pela primeira vez em 1970, e reformulado em duas versões posteriores, foi o exemplo máximo dessa intenção de implementar um funcionamento intersetorial, ao focar suas ações para a criação de infra-estruturas, recursos humanos e para questões do ordenamento territorial (MORAES, 2002).

Se a modernização não foi abandonada, a mesma passou a conter um sentido claramente geopolítico: concentrou-se na esfera federal grande parte da receita; as forças militares estaduais ficaram vinculadas ao Exército; a indústria bélica recebeu incentivos vultosos; desenvolveram-se mecanismos de repressão à cidadania e diminuiu-se consideravelmente o poder político-administrativo dos estados. No regime militar, a modernização do espaço – e não da sociedade – voltou a ser a principal meta do Estado. O próprio Ministério do Interior passou a agrupar todas as políticas territoriais em uma pasta só: a FUNAI, a Secretaria do Meio Ambiente, a SUDENE, a SUDAM, a SUDECO, o BNH e o INCRA. Os PNDs, por exemplo, possuíam forte base espacial e seus objetivos, já que explicitamente objetivavam a integração territorial.

Inserido nesse contexto, o Centro-Oeste surgia para o Estado brasileiro como um espaço a ser ocupado e modernizado, isto é, como fronteira, no sentido de uma disposição sobre o território atrelada às demandas da política econômica implementada pelo governo federal. Este acreditava que o Centro-Oeste oferecia condições favoráveis para a aplicação de medidas que, adjacente à ocupação e modernização do espaço, tinham como objetivo o aumento da produtividade do setor agropecuário, a partir de modelos vinculados à racionalidade empresarial de produção. Assim sendo, a colonização dessa região não foi planejada pelos órgãos governamentais com o intuito de promover uma ocupação que beneficiasse a sociedade civil como um todo, mas sim com o objetivo retificar e ampliar a concentração fundiária no país, além de servir como uma válvula de escape para aqueles contingentes populacionais egressos de suas terras em decorrência da modernização da agricultura nas regiões Sul e Sudeste do país.

De modo geral, estados como o Mato Grosso assistiram a uma brusca substituição dos modelos econômicos tradicionais da região - como pecuária extensiva e a agricultura de subsistência – por modernos complexos agroindustriais, num movimento conhecido como “modernização do campo”. Tal movimento não implicou somente na incorporação de novas técnicas e tecnologias agrícolas, mas também na alteração estrutural das atividades produtivas da região, que passaram a se associar sistematicamente à dinâmica econômica do capital industrial e financeiro dos grandes centros financeiros e exportadores do país. Deste modo, a modernização do campo não representou apenas uma mudança nas relações do Homem com a Natureza, mas também nas relações sociais de produção, já que a dinâmica econômica do campo passou a ser determinada pelo padrão de acumulação

industrial, que por seu turno centrou-se nos incentivos estatais para o desenvolvimento dos complexos agroindustriais. No lugar dos pastos naturais voltados para a pecuária ultra-extensiva, por exemplo, os modelos modernizadores implementaram pastos plantados pelo homem, vinculado à melhoria genética e veterinária do rebanho, a fim de satisfazer as exigências de grupos empresariais de grande porte.

A coexistência de interesses radicalmente distintos no que se refere ao acesso à terra se tornou uma das características mais evidentes da realidade mato-grossense. Segundo Ferreira (1999:198-199), duas questões essenciais vêm a tona a partir desse quadro:

A primeira diz respeito à redistribuição fundiária e produção agropecuária num ambiente em que predominam intensas relações de conflito e violência, provocadas pela tensão entre diferentes atores sociais que lutam pelo acesso a terra; de um lado, pequenos posseiros, meeiros, ribeirinhos, remanescentes de quilombo e grupos indígenas; de outro lado fazendeiros, grandes grileiros, empresas agropecuárias e o próprio estado que se tem posicionado no pronto atendimento dos interesses dos grupos dominantes, deixando sem definição e visibilidade as políticas de acesso e permanência dos trabalhadores rurais sem terra. A segunda questão, que em boa medida se insere na anterior, problematizar as reais possibilidades das famílias beneficiadas pela política de assentamento de reforma agrária mato-grossense continuarem se reproduzindo como agricultores familiares autônomos.

Tomando a região do Baixo-Araguaia como objeto de análise, é perceptível a existência de grupos conflitantes que vislumbraram no contato com o poder público uma forma se assegurar legalmente seus respectivos interesses. Se por um lado os elementos beneficiados pelos assentamentos promovidos pelas empresas de colonização, como posseiros e meeiros, buscaram no poder público um modo de afirmar sua situação perante a terra, as mesmas cooperativas colonizadoras se associam aos grandes agroindustriais e às instancias públicas para desenvolverem uma valorização fundiária. Assim, acarretou-se muitas vezes no fortalecimento de poderosas forças locais, uma vez que as alianças entre as empresas colonizadoras e o poder público garantiram os interesses de ambos.

Em decorrência da grande quantidade de terras devolutas presentes no Mato Grosso durante o processo de ocupação recente da região, e, em especial, das facilidades na aquisição de terras mediante a incentivos fiscais dos governos estadual e federal, os grandes setores econômicos tomaram as políticas de colonização como um vultoso empreendimento. Nesse sentido, as políticas de colonização da região elaboradas pelo governo do Estado foram muito mais uma manobra para controlar a entrada de colonos à região – assegurando assim a concentração fundiária nas mãos de determinados grupos sociais – do que um esforço efetivo de ocupação e desenvolvimento da região.

Assim, inúmeros municípios foram criados no estado ao longo das décadas de setenta, oitenta e noventa, e a região do Baixo-Araguaia não foi exceção. É de se notar que, se até o início dos anos setenta o Mato Grosso possuía somente 34 municípios, em fins dos oitenta já contava com 95 e, em meados dos anos noventa, com 117.

A maior parte dos municípios que hoje compõe a região do Baixo-Araguaia surgiu no interior desse contexto. Enquanto Ribeirão Cascalheira surgiu na década de sessenta, Alto da Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Confresa e Serra Nova Dourada vieram à tona na década de setenta. Embora as elevações à condição de município tenham se dado, sobretudo, na década de noventa, nota-se que o advento dessas localidades se originou dentro do processo simultâneo e contraditório de colonização e modernização do Centro-Oeste. Além disso, algumas dessas surgiram do desmembramento de outras: Bom Jesus do Araguaia se originou de Ribeirão Cascalheira, ao passo que Serra Nova Dourada foi composta com áreas de Alto da Boa Vista e São Félix do Araguaia (FERREIRA, 2001).

Um fator que contribuiu para a dinamização da região do Baixo-Araguaia foi a implantação da rodovia BR-158 a partir da década de sessenta. Sendo um dos eixos rodoviários do Mato Grosso, cujo projeto inicial ainda não concluído pretende ligar os corredores de exportação da região Sudeste (o Porto de Santos) à região Centro-Nordeste (o Porto de Parauapebas, no Pará), a rodovia BR-158 atraiu diversas propriedades agroindustriais. A maioria delas se instalou às margens da rodovia, principalmente a partir dos incentivos fiscais proporcionados pela SUDAM.

Atualmente, o Baixo-Araguaia é uma nova frente de avanço da sojicultura e da agro-pecuária mato-grossense, tendo como eixo central as imediações da BR-158. Sistemáticamente relacionado com a indústria, com o comércio e com o sistema financeiro, o cultivo da soja gradativamente vem impondo à região diversos elementos inerentes a essa cultura: a instalação e acréscimo de estruturas armazenadoras de grãos; a ampliação de empresas direcionadas à comercialização de maquinário e insumos demandados pela grande lavoura; o surgimento de instituições voltadas ao planejamento agrícola; etc (BRUM, 1987). Ainda sim, a economia da região tem como base a agricultura (milho, arroz, feijão, cana-de-açúcar) e a pecuária.

No que tange às relações sociais a região - diante desse processo violento e rápido de ocupação territorial e do embate de grupos tradicionais ou não com os grandes proprietários de terra - conformou-se como área de conflito explícito durante os anos de 1960 a 1980, pelo menos. A penetração da Teologia da Libertação na região com a nomeação de Dom Pedro Casaldáliga para a Prelazia de São Félix do Araguaia se por um lado fortaleceu os grupos expropriados e pressionados, por outro acentuou ainda mais o conflito. Em 1976, em plena ditadura militar, duas mulheres foram duramente torturadas na cadeia de Ribeirão Cascalheira (então Ribeirão Bonito). Avisados disso, Dom Casaldáliga e o padre jesuíta João Bosco Burnier se encaminharam para lá, sendo recebidos brutalmente pelos quatro policiais que estavam de plantão. Padre Burnier, depois de agredido com um soco, recebeu um tiro na nuca, ao qual não resistiu, morrendo no dia seguinte em Goiânia.

Após a missa de Sétimo Dia de Padre Burnier, a população seguiu em procissão até a delegacia da cidade e a destruiu completamente, colocando em seu lugar uma cruz em

memória ao padre. Neste mesmo local foi erguido o Santuário dos Mártires, considerado um patrimônio de grande relevância para a população da região.

Embora com a redemocratização do Brasil após 1990 os militares tenham se retirado da cena política nacional, os conflitos permanecem. Ainda que nessa região os embates tenham tomado nova forma, isso não significa que uma paz duradoura tenha sido obtida, principalmente pelo fato de grande parte das demandas ainda não terem sido atendidas, como o acesso à terra e o respeito aos povos tradicionais.

### A Área de Pesquisa

O presente estudo abrange a rodovia BR-158 no trecho de aproximadamente 423 km que se estende entre a divisa dos estados do Mato Grosso e Pará, até a cidade de Ribeirão Cascalheira.

A área de estudo localiza-se na porção nordeste do estado do Mato Grosso, ao longo do divisor de águas das bacias dos rios Araguaia e Xingu. Assim, próximo à divisa com o Pará a rodovia integra o médio/alto curso de afluentes da bacia do Araguaia. Em seguida, próximo à cidade de Pouso da Mata, percorre a região dos divisores de águas entre o Araguaia e o Xingu. Finalmente, já nas proximidades de Ribeirão Cascalheira, integra as cabeceiras do rio Suiá-Miçu, afluente do Xingu (Quadro 6.3.40, Figuras 6.3.3 e 6.3.4). Desta forma, o trecho da BR-158 aqui tratado está inserido na zona de contato de dois biomas (Cerrado e Amazônia), de alta biodiversidade, o que, conforme será retomado mais adiante, traz implicações na diversidade e complexidade dos processos humanos de ocupação que se desenvolveram na área, ao longo do tempo.

De acordo com o que define o Diagnóstico do Meio Físico, pode-se setorizar o trecho em estudo de acordo com a geologia, a geomorfologia, a pedologia e a hidrografia em três macro setores, conforme apresentado no Quadro 6.3.40.

**Quadro 6.3.40 - Descrição das características da região de estudo por setor.**

Setor de Descrição	Limites	Geologia	Geomorfologia	Pedologia	Hidrografia
Setor Cristalino	Divisa MT/PA ao Norte da cidade de Confresa	Rochas cristalinas do Complexo Xingu, Formação Tarumã e Formação Iriri	Depressão Periférica do Sul do Pará e Depressão do Araguaia	Argilossolos	Bacia do Rio Araguaia
Setor Sedimentar do Bananal	Norte da cidade de Confresa até a Serra do Roncador	Cobertura Sedimentar do Bananal	Planície do Bananal	Lateritas Hidromórficas	Bacia do Rio Araguaia
Setor Parecis	Serra do Roncador ao final do trecho	Cobertura sedimentar terciária quaternária	Serra do Roncador e do Planalto do Parecis	Latossolo	Bacia do Rio Xingu

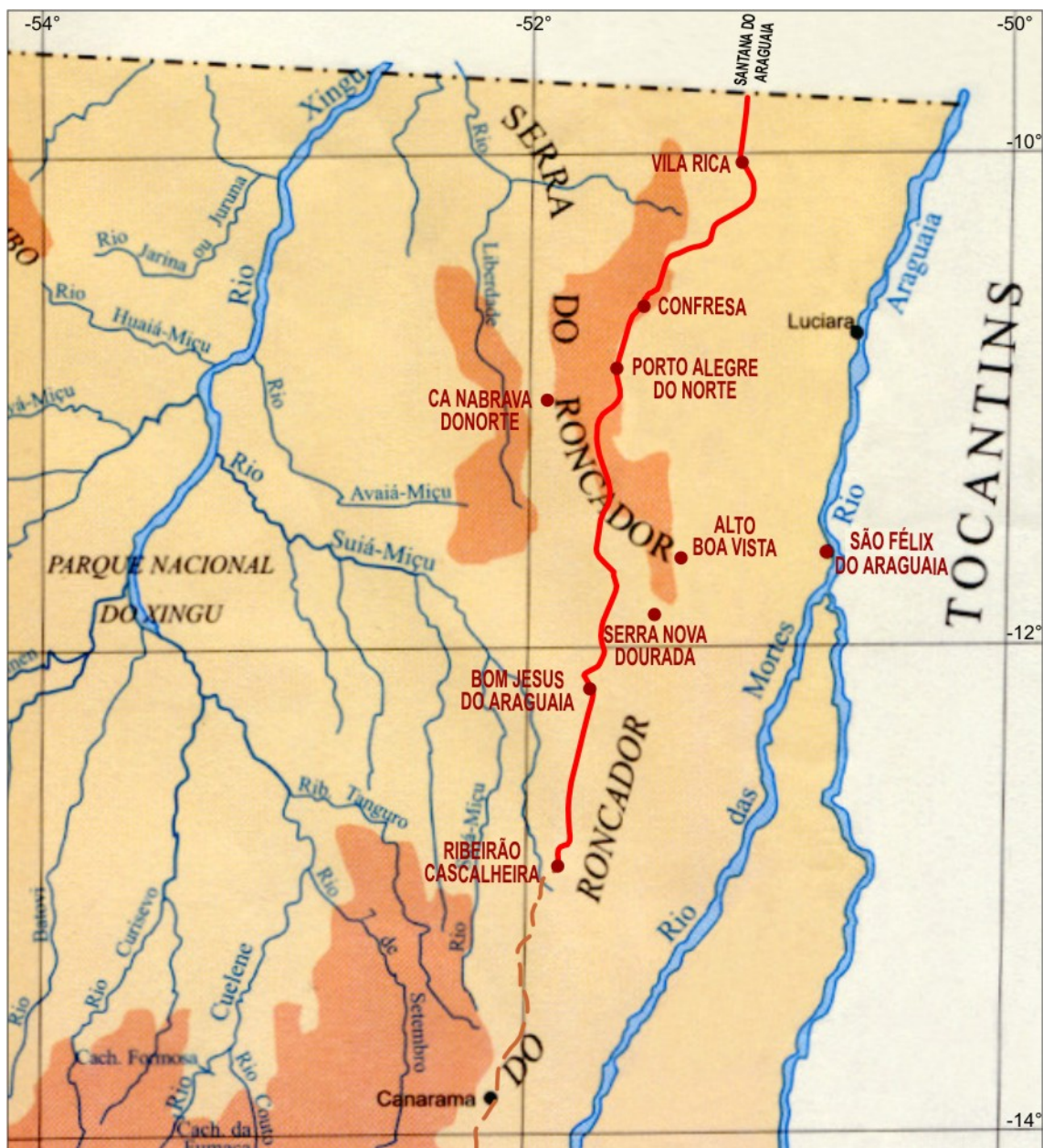


Figura 6.3.3 - Localização do trecho de asfaltamento da BR 158 na hidrografia regional.



Serra do Roncador

Curso do rio Araguaia



Prospecções na localidade de Alô Brasil, Município Bom Jesus do Araguaia

Figura 6.3.4 - Ambiente regional.

O primeiro grande setor de descrição, denominado aqui como Setor Cristalino, segue desde a divisa do MT/PA até o norte da cidade de Confresa (km 140), tendo como substrato geológico as rochas cristalinas do Complexo Xingu, Formação Tarumã e Formação Iriri, expostas principalmente em afloramentos tipo campo de matações e em cortes de estrada (por vezes). As formas de relevo nesse setor variam de dissecadas a erosivas, associadas à evolução da Depressão Periférica do Sul do Pará e Depressão do Araguaia. A superfície é recoberta por solos do tipo Argilossolos.

No norte da cidade de Confresa (km 140) ocorre o limite geológico das rochas cristalinas com litologias sedimentares, além de configurar uma quebra de declive e altitude, o que determina o início de outro grande setor de descrição denominado Setor Sedimentar do Bananal. Nesse setor as exposições litológicas são formadas por seqüências sedimentares denominadas Cobertura Sedimentar do Bananal, onde as formas do relevo são do tipo erosivas a de acumulação, associadas à evolução da Planície do Bananal. Os solos neste setor são do tipo Lateritas Hidromórficas, comuns em áreas inundáveis.

Os setores Cristalino e Sedimentar do Bananal são drenados para leste pela Bacia do Rio Araguaia, onde os principais cursos d'água são o rio Xavante, o rio Tapirapé, o ribeirão Crisóstomo e o ribeirão Beleza.

A Serra do Roncador determina o divisor de águas entre a Bacia do Rio Araguaia e Xingu na área de estudo, além de limitar outro grande setor de descrição, denominado aqui como Setor Parecis. Nesse setor o arcabouço geológico é formado por litologias sedimentares de cobertura, onde as formas de relevo são do tipo dissecadas a erosivas, associadas com a evolução morfológica da Serra do Roncador e do Planalto do Parecis. O tipo de solo mais comum nesse setor é o Latossolo, abrangendo as grandes áreas planas do planalto. Nesse setor a drenagem ocorre para oeste pela Bacia do Rio Xingu, onde os principais cursos d'água são os rios Suiá-Miçu, Preto e Liberdade.

Em termos geomorfológicos, a área de estudo está inserida na unidade morfo-estrutural denominada Escudo Brasileiro (AB'SABER, 1968). O trecho em licenciamento transpassa ao todo cinco unidades morfo-esculturais. De norte para sul, o trecho percorre as litologias pré-cambrianas onde as unidades geomorfológicas são a Depressão do Sul do Pará e a Depressão Araguaia, onde as altitudes variam entre 400 e 700 m. Já na Planície do Bananal e Depressão do Araguaia, onde as altitudes são da ordem de 200 a 300 m, predominam os sedimentos consolidados e inconsolidados do Terciário, combinados com áreas sujeitas a inundações periódicas. Por fim, o trecho termina no Planalto dos Parecis no compartimento geomorfológico chamado Serra do Roncador, onde as altitudes podem atingir os 400 m.

A aptidão para lavouras anuais ou cultivo de pastagens para criação de gado predomina nos solos da região em estudo. Esta boa aptidão decorre da presença de Argissolos (antigos Podzólicos) e Latossolos, caracterizados pela sua alta profundidade, boa estrutura e

presença de argilas de atividade alta, que conferem ótimas condições de cultivo quando a fertilidade é corrigida.

Em geral, a fertilidade se mostra como fator mais restritivo, devido ao caráter distrófico da maioria dos solos da região. Esta característica negativa, no entanto, pode ser corrigida com o uso de fertilizantes. O relevo dificilmente age como fator limitante, ocorrendo apenas em algumas regiões isoladas. Alguns solos apresentam restrições devido à drenagem imperfeita: são aqueles situados nas planícies fluviais e ao longo da rede de drenagem. A ocorrência de solos da classe das Lateritas Hidromórficas indica que estas regiões podem sofrer esporádicas inundações, sendo, por este motivo, preferenciais para o uso com pecuária extensiva, embora cultivos possam ser efetuados, como a silvicultura ou até mesmo culturas anuais, especialmente o arroz.

Finalmente, no que se refere à vegetação, o trecho em estudo da rodovia BR-158 apresenta uma situação bastante peculiar em termos de sua inserção nos biomas brasileiros, acompanhando o divisor de águas entre as bacias dos rios Xingu e Araguaia em uma região em que esse separa o bioma Amazônia a oeste do Cerrado, a leste. Esses dois biomas, que juntos perfazem cerca de 75% do território brasileiro, dominam as regiões Norte e Centro-Oeste do país.

O bioma Amazônia é definido pela unidade de clima, fisionomia florestal (Floresta Ombrófila Densa) e localização geográfica, enquanto que o Cerrado inclui diversos tipos de vegetação savânica que diferem entre si pela abundância relativa de espécies rasteiras e espécies de árvores e arbustos, abrangendo desde formas campestres (campo limpo) até formas florestais (cerradão).

Essa condição influencia diretamente a fisionomia e a composição de espécies das áreas contíguas à rodovia, criando um mosaico em que se alternam paisagens típicas de um e de outro bioma, além da mistura de ambos, que conformam as paisagens também descritas como "áreas de tensão ecológica", em decorrência da interpenetração de elementos de ambos os biomas.

Em uma abordagem de ainda maior detalhe, que utiliza a classificação da vegetação brasileira do IBGE (1993), a rodovia corta as seguintes classes de mapeamento: Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Ombrófila Aberta (de transição) e Floresta Tropical Higrófila de Várzea assim como formações campestres como: Campo Limpo, Campo Sujo, Campo Rupestre, Palmeirais, Veredas, Campo Cerrado (Parque Cerrado), Cerrado Senso Restrito.

Essa grande variabilidade de habitats proporciona e suporta condições diferentes às mais variadas espécies, tanto que a região de cerrado tem quase 50% de sua flora endêmica e além de umas das faunas de invertebrados mais ricas do planeta.



## Levantamentos de Campo e Vestígios Arqueológicos Identificados

A primeira fase de trabalhos de campo teve como objetivo realizar um reconhecimento geral do trajeto previsto para asfaltamento da BR-158, envolvendo:

- checagem dos limites da área, com balizamento da topografia através da tomada de coordenadas com uso de GPS (Global Positioning System); verificação de acessos, logística e condições gerais de pesquisa;
- análise de seus aspectos ambientais, especialmente no que se refere às formas de uso e ocupação de solo (que trazem implicações diretas no estado de conservação de possíveis vestígios arqueológicos presentes);
- definição de “zonas arqueológicas potenciais”, a partir de variáveis ambientais e, também, considerando os padrões de ocupação indígena conhecidos para a área, e apresentados no item 6.3.8 deste relatório.

Foi, assim, percorrido o trajeto através de caminhamentos e, também, através da observação de estratigrafias expostas (barrancos, áreas de erosão, cortes de terreno, entre outros), privilegiando, portanto, trechos da rodovia que apresentavam melhores condições de visibilidade arqueológica (Figura 6.3.5). Uma vez que, conforme apresentado adiante, estes levantamentos de superfície já resultaram na identificação de vestígios arqueológicos, não se procedeu a intervenções em sub-superfície (abertura de sondagens e escavações) de forma a não provocar intervenções maiores no patrimônio identificado, durante esta fase de estudos de diagnóstico.

Como resultado deste conjunto de procedimentos, foi identificado um total de 4 sítios arqueológicos e 2 áreas de ocorrência arqueológica, localizados tanto dentro da ADA (compreendendo tanto o leito da rodovia como suas adjacências – sítios Cacau e Corgão, e Área de Ocorrência 2), como a AII (no caso, os terrenos abrangidos pelos municípios envolvidos - sítios Paredão e Cruzeiro, bem como a Área de Ocorrência 1).



Prospecções nos afloramentos rochosos ao longo da BR, município de Porto Alegre do Norte

Prospecções em área arada, município de São Félix do Araguaia



Observações em perfis de barrancos existentes nas margens da rodovia

Figura 6.3.5 - Prospecções arqueológicas no trajeto da BR-158.

Para cada um destes locais foram feitos trabalhos de identificação e caracterização, de forma a obter dados precisos sobre sua natureza, morfologia e estado de conservação. Para tanto, foram preenchidas Fichas de Cadastro contendo dados de localização em cartas por coordenadas obtidas com GPS, além de documentação fotográfica e gráfica (desenho de planta e croquis). Por fim, foi feita uma avaliação do potencial científico que os bens apresentam, o que constitui informação essencial para a análise de impactos e proposição de medidas mitigadoras cabíveis.

É preciso destacar que estes vestígios foram identificados a partir de um levantamento extensivo amostral do terreno, somado ao fato dos levantamentos de campo terem ocorrido durante a época de chuvas, quando a vegetação revigorada desfavorecia observações diretas. Assim, a área deve reunir um patrimônio ainda mais rico, que deverá ser sistematicamente investigado e pesquisado em fase futura de licenciamento (conforme previsto pela Portaria IPHAN nº 230, de 17.12.02, e detalhado no Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico, apresentado no Capítulo 9).

O Quadro 6.3.41 a seguir traz uma listagem geral dos locais identificados que apresentaram vestígios arqueológicos, trazendo dados sobre seu tipo, coordenadas, localização e município.

**Quadro 6.3.41 - Listagem dos sítios arqueológicos e áreas de ocorrência.**

Denominação	Coordenadas UTM	Tipo	Localização	Município
Sítio Cacau	22L 440650 / 8825844	Cerâmico	ADA	Confresa
Sítio Cruzeiro	22L 536917 / 8715912	Histórico	AII	São Félix do Araguaia
Sítio Corgão	22L 423910 / 8716558	Cerâmico	ADA	São Félix do Araguaia
Sítio Paredão	22L 418276 / 8563108	Rupestre (Pinturas)	AII	Ribeirão Cascalheira
Área de Ocorrência 1	22L 441706 / 8827250	Cerâmica	AII	Confresa
Área de Ocorrência 2	22L 424015 / 8721028	Cerâmica	ADA	São Félix do Araguaia

A distribuição destes vestígios pela área pode ser visualizada na Figura 6.3.6 (A, B e C). O texto que se segue traz uma síntese das principais características de cada um dos sítios arqueológicos cadastrados pelo presente estudo.

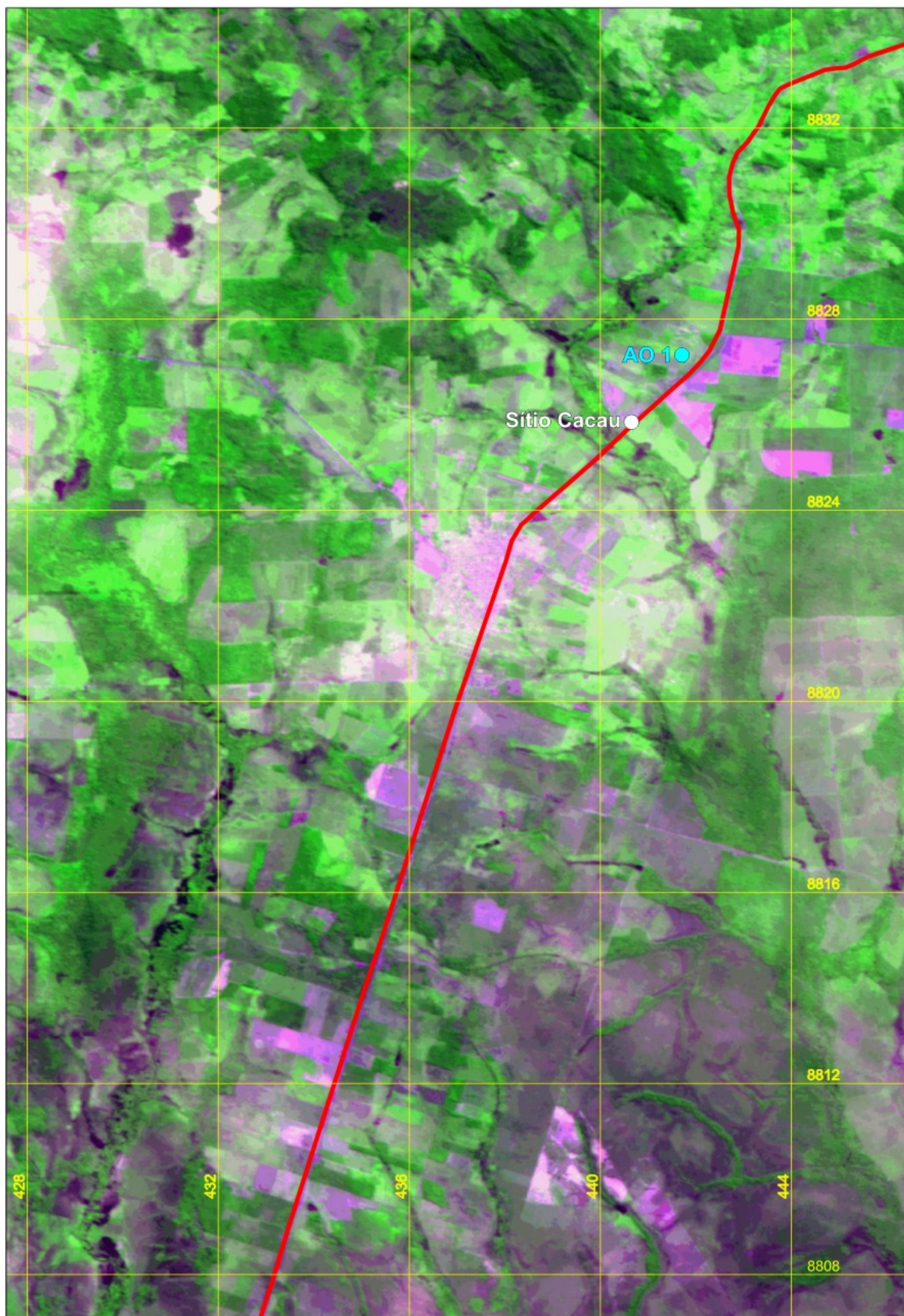


Figura 6.3.6 - Traçado da BR-158 com a localização do sítio arqueológico e da área de ocorrência (A).

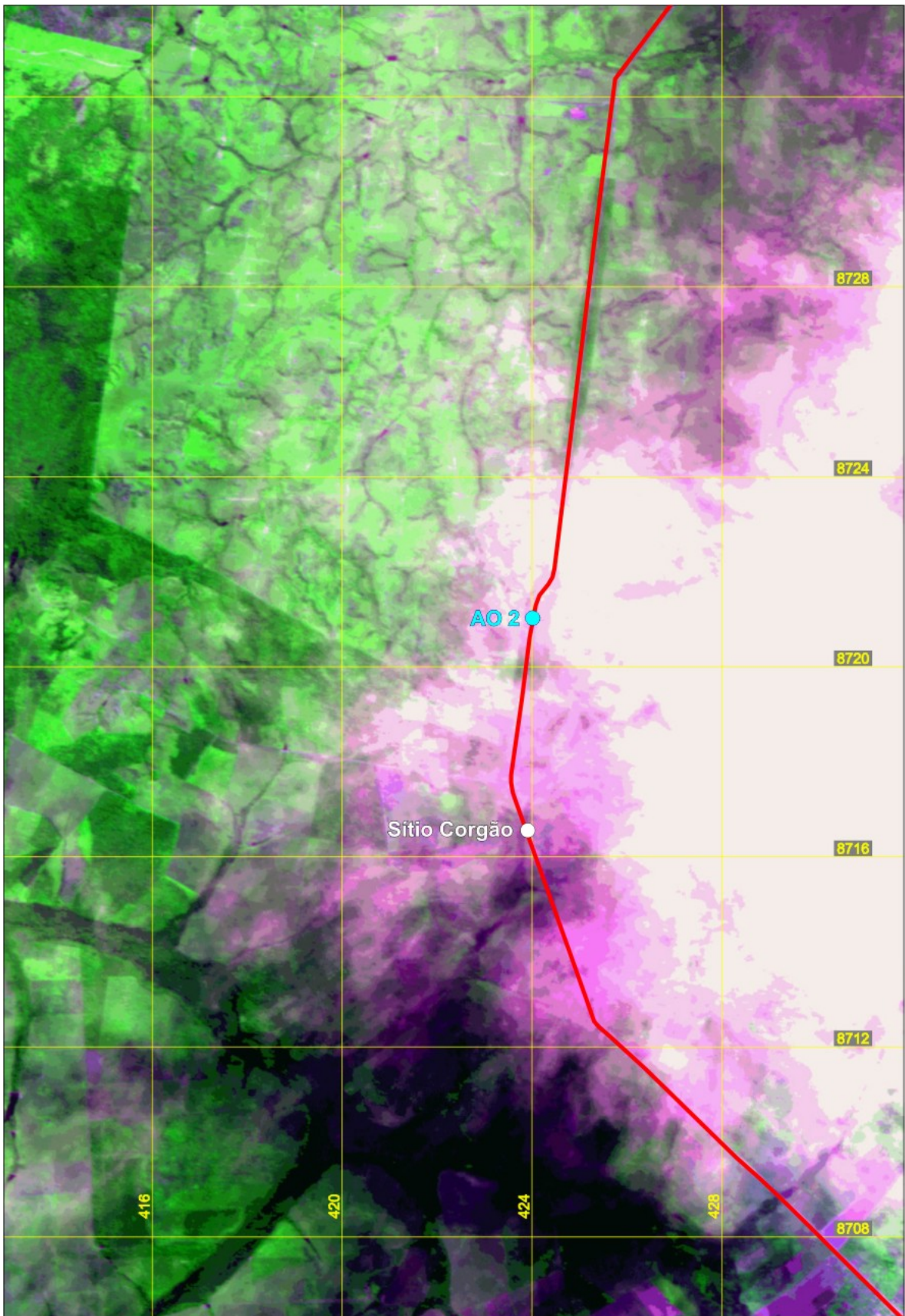


Figura 6.3.6 - Traçado da BR-158 com a localização do sítio arqueológico e da área de ocorrência (B).

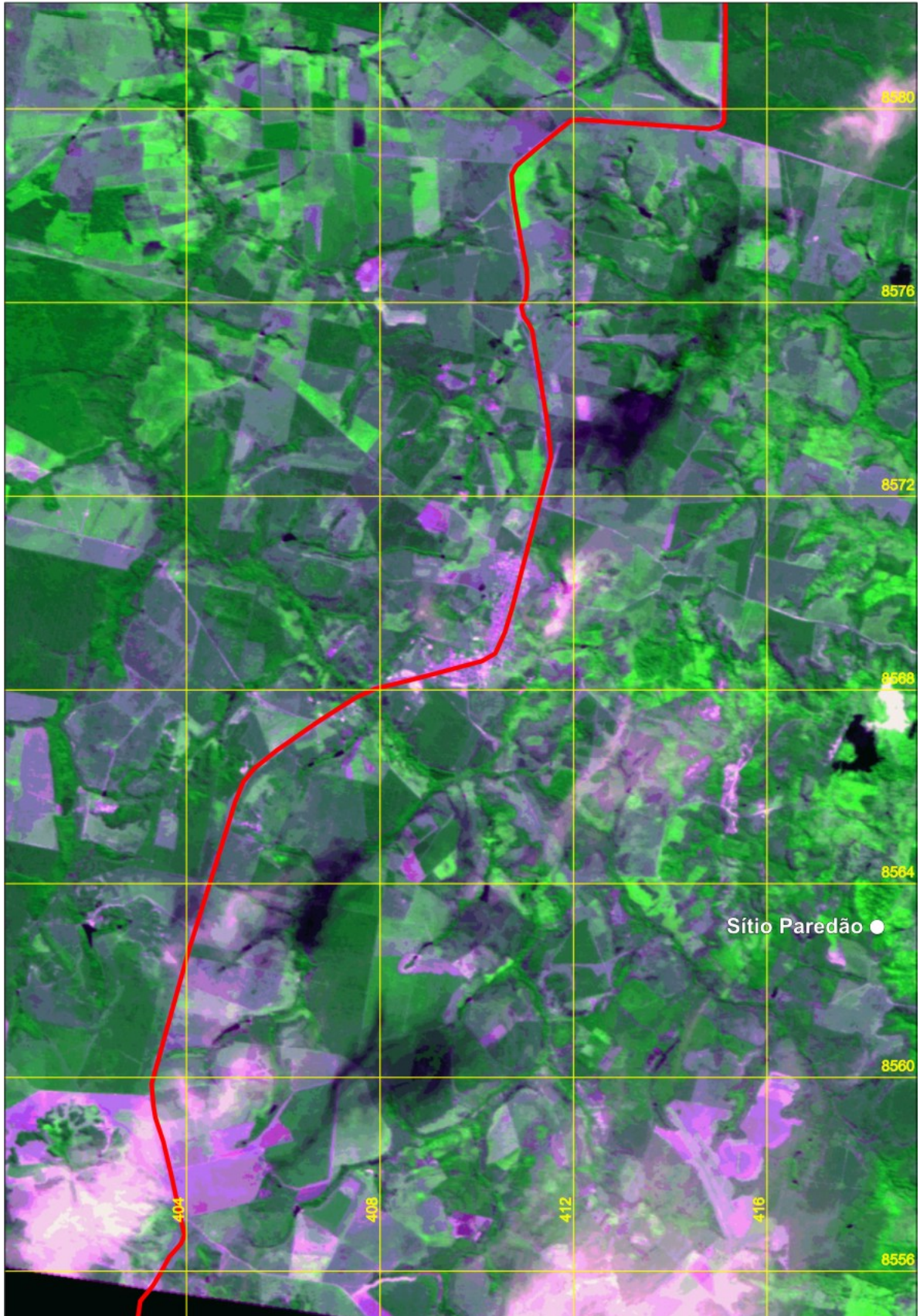


Figura 6.3.6 - Traçado da BR-158 com a localização do sítio arqueológico (C).

- Sítio Cacau (Coordenadas UTM 22L 0440650 / 8825844)

Sítio cerâmico localizado em terras do município de Confresa. Partindo do núcleo urbano deste município, deve-se seguir pela BR-158 no sentido Vila Rica. O sítio se localiza cerca de 30 metros do atual leito da rodovia, em sua margem esquerda, em área afetada pelo uso do arado.

O local corresponde a uma planície sem vegetação original, retirada e destocada para dar lugar à lavoura. O solo mostra-se argilo-arenoso, de coloração avermelhada (Figura 6.3.7).

O sítio se encontra na bacia do rio Araguaia tendo, a cerca de 700 metros de distância rumo sul, o córrego do Cacau.

Trata-se de um sítio a céu aberto, aparentemente unicomponencial, apresentando vestígios arqueológicos na forma de fragmentos cerâmicos distribuídos esparsamente pela superfície do terreno.

O estado de conservação do sítio é de mediado a ruim, considerando as intervenções ocorridas no terreno para lavoura, bem como a própria abertura da BR-158. Todavia, somente intervenções sistemáticas em sub-superfície (que fogem ao escopo do presente Programa de Diagnóstico) podem identificar possíveis porções mais preservadas para pesquisa.



Localização regional do sítio, em área de pastagem.



Fragmento de cerâmica presente na superfície.

**Figura 6.3.7 - Sítio Cacao.**



- Sítio Cruzeiro (Coordenadas: UTM 22L 536917 / 8715912)

Sítio histórico localizado em terras do município de São Félix do Araguaia, mais especificamente, no cais do porto existente em sua área urbana (centro). Encontra-se, portanto, na Área de Influência Indireta em empreendimento.

O local corresponde ao sítio da primeira igreja erigida em São Félix do Araguaia, tendo sido pavimentado com calçada e cobertura de grama (largo público). Segundo Dom Pedro Casaldáliga, haveria no local estruturas/alicerces em pedra e, também, sepultamentos (Figura 6.3.8).

A igreja foi erguida na margem esquerda do rio Araguaia, fornecendo ampla visão para o rio e planícies anexas.

Não foram identificados vestígios na área, mas provavelmente devem encontrar-se enterrados abaixo do pavimento ou da cobertura vegetal (paisagismo). Não apenas Dom Pedro Casaldáliga, mas muitos outros informantes da comunidade, indicaram o local como tendo ainda estruturas antigas da primeira igreja.

As dimensões do sítio arqueológico são desconhecidas. Caso seja interesse e consenso entre a população e os poderes religiosos locais, o sítio poderia ser escavado para evidenciar as ruínas desta antiga igreja.



Praias do rio Araguaia, município de São Félix do Araguaia, onde o sítio se localiza.



Cruzeiro que marca o local da primeira igreja de São Félix.

**Figura 6.3.8 - Sítio Cruzeiro.**

- Sítio Corgão (Coordenadas UTM 22L 423910 / 8716558)

Sítio cerâmico localizado em terras do município de São Felix do Araguaia. Partindo do núcleo urbano deste município, e após passar pelo Posto da Mara, deve-se seguir no sentido norte por aproximadamente 13 km. O sítio está em terreno imediatamente anterior a um córrego, na lateral direita da rodovia, em terreno da Fazenda Santa Maria (de propriedade de Arildo Miguel de Castro).

O local corresponde a um topo de alta vertente, plano (chapada), cuja vegetação de cerrado foi suprimida para dar lugar a um pasto. O solo mostra-se argilo-arenoso, de coloração avermelhada a escura. A água mais próxima é fornecida pelo "Corgão", que se encontra a cerca de 170 metros (Figura 6.3.9).

Trata-se de um sítio a céu aberto, aparentemente unicomponencial, apresentando vestígios arqueológicos a cerca de 20 metros de distância do atual leito da rodovia. Foram também verificados fragmentos cerâmicos no perfil do barranco que ladeia a rodovia.

O material se espalha por pelo menos 25 metros de extensão, mas pode ter um eixo maior, pois no momento da pesquisa a superfície do terreno apresentava baixa visibilidade devido a densa presença de vegetação de gramíneas.

O estado de conservação do sítio é mediano, impactado pela erosão, pelo arado, pisoteamento de gado e pela própria abertura da rodovia BR-158. Porém, a presença de fragmentos cerâmicos na estratigrafia de barranco que ladeia a estrada sugere a presença de porções melhor preservadas.



Sítio cerâmico Corgão e seu ambiente de inserção.

Observações em perfil estratigráfico presente na margem da rodovia.



Fragmento cerâmico presente na superfície do terreno.

Figura 6.3.9 - Sítio Corgão.

- Sítio Paredão (Coordenadas UTM 22L 418276 / 8563108)

Sítio em abrigo com pintura rupestre localizado em local conhecido como “Boqueirão”, no município de Ribeirão Cascalheira, nas vizinhanças da fazenda Canguru. O sítio se encontra, portanto, na Área de Influência Indireta da rodovia.

Trata-se de um paredão de difícil acesso em região escarpada. No local tem-se ainda manchas de cerrado/ floresta estacional sub-caducifólia. O solo mostra-se arenoso, com muitos blocos rochosos aflorando (Figura 6.3.10).

No local existem várias nascentes e córregos de pequeno porte. Tratando-se de lugar alto, de lá tem-se uma ótima vista das redondezas (pelo menos 3 km).

O sítio apresenta um painel com pinturas em vermelho, situado na porção mais elevada de um paredão de difícil acesso. Este paredão constitui uma fratura recente de um bloco rochoso de grandes dimensões. Certamente existe mais de uma centena de motivos pintados nesta superfície, estendendo-se por cerca de 5 metros de comprimento.

O sítio (e especialmente a arte rupestre) encontra-se ameaçado por fatores diversos como desmate, queimadas, vandalismo, desintegração do suporte e líquens.

Existem nas proximidades outros paredões rochosos que talvez também contenham arte rupestre ou outros sítios associados, possivelmente constituindo um complexo arqueológico naquela paisagem.



Ambiente regional de localização do sítio.

Detalhe da estrutura rochosa.



Painel rupestre principal, com grande quantidade de grafismos pintados em vermelho.

Figura 6.3.10 - Sítio Paredão.

- Áreas de Ocorrência Arqueológica

Além dos sítios arqueológicos acima descritos, foram durante as prospecções identificados dois locais que apresentaram baixa quantidade de vestígios, e em contextos bastante alterados. Por conta disto, estes locais foram, no atual estágio da pesquisa, cadastrados enquanto "Áreas de Ocorrência Arqueológica", identificadas como AOA 1 e AOA2 (Vide também Figura 6.3.6).

Em ambas as áreas verificou-se a presença de raros fragmentos cerâmicos na superfície dos terrenos. É provável que tenham sido trazidos ao local pela ação de maquinário (tanto durante a abertura da própria rodovia, ou então por conta da ação do arado em suas áreas marginais).

Somente investigações sistemáticas de sub-superfície, compreendendo a abertura de seqüências de poços-teste, poderão definir a natureza destes locais, ou seja, se permanecem enquanto áreas de ocorrência, ou se passam a ser considerados sítios arqueológicos. Estas ações estão previstas para realização da próxima etapa de estudos arqueológicos na área (Resgate), conforme discutido mais adiante, uma vez que fogem ao escopo do presente estágio de Diagnóstico.

- Informações arqueológicas adicionais

Durante os levantamentos realizados pela equipe nos municípios abrangidos pela obra, recebeu-se informação de que um morador do município de Vila Rica, de nome Laurindo José Dembogurks (conhecido como "Nininho") possuía uma grande coleção de peças arqueológicas em sua residência.

A equipe procedeu a uma visita ao local. O Sr. Nininho obteve estas peças de várias partes do Brasil, sendo que sua coleção teve início na região sul, onde passou a mocidade.

Os artefatos que pertencem a esta coleção apresentam-se em ótimo estado de conservação, abrangendo, em sua maioria, lâminas polidas de machados, mãos de pilão e uma enxó; diversas urnas funerárias, cachimbos tubulares e em ângulo, centenas de contas em matéria-prima desconhecida (Figura 6.3.11). Dentre esse conjunto destacam-se alguns tembetás em quartzo leitoso e pingentes sub-trapezoidas praticados sobre fragmentos de faiança portuguesa (talvez pertencentes a jogos de mesa do final do século XVII, embora precisem ser avaliadas mais cuidadosamente, posto que somente teve-se acesso às peças decorativas por meio de fotografias. Os trechos de decoração presente no esmalte podem permitir a melhor datação do material), encontrados como acompanhamentos funerários recuperados do bojo de igaçabas cerâmicas. A priori, tais artefatos remetem a um contexto local de contato entre os primeiros assentamentos colonizadores portugueses com interesses de fixação e a população indígena ainda bem estruturada e socialmente mantenedora dos seus costumes mais arraigados, tais como as práticas funerárias.

O Sr. Nininho mantém na memória os locais onde escavou cada uma das urnas ou dos demais artefatos componentes de sua coleção. Embora tenha recebido várias propostas de compra para as suas peças, ele não se interessa e tem grande afã em vê-las protegidas e expostas em um museu local, preferencialmente na própria cidade de Vila Rica, tendo procurado por várias vezes os poderes públicos com a expressa intenção de concretizar esse projeto.





Conjunto de vasilhas cerâmicas.

Conjunto de cachimbos em cerâmica



Coleção de artefatos polidos, em meio a pedras naturais.

Coleção de tembetás e adornos.



Urna funerária em cerâmica.

Figura 6.3.11 - Artefatos arqueológicos, guarda particular.

## **Levantamento de Patrimônio Histórico e Cultural**

### Metodologia

O patrimônio histórico/cultural do trecho de asfaltamento da BR-158/ MT é aqui considerado como o conjunto de manifestações materiais e imateriais relacionado às diferentes fases de formação da sociedade nacional, compreendendo:

- O quadro histórico de ocupação da área, considerando os diversos cenários cronológicos de desenvolvimento regional.
- Um levantamento das ações desenvolvidas junto ao patrimônio histórico/cultural da área (ações implantadas, em curso ou planejadas), tanto no que se refere aos órgãos públicos quanto a órgãos não governamentais.
- Um inventário da infra-estrutura em equipamentos histórico/culturais apresentado pelos municípios envolvidos.
- Um diagnóstico das referências histórico/culturais das comunidades envolvidas, dos bens móveis e imóveis urbanos e rurais, públicos e privados, localizados na ADA e AII do empreendimento. Não fazem parte deste inventário apenas os bens de maior apelo visual (como igrejas, engenhos, estruturas de fazendas antigas, imagens sacras etc.) mas, igualmente, bens materiais de menor visibilidade pública (como fundações de muros de pedra ou cemitérios abandonados), todos eles contribuindo na formação e sustentação de formas de assentamento histórico na área.
- Um diagnóstico dos bens de cultura imaterial (aqui definida, de acordo com a UNESCO, como o conjunto das manifestações culturais, tradicionais e populares, fruto da criação coletiva que emana de uma comunidade). Este inventário abrange festejos, atividades coletivas, danças, jogos e cultos religiosos. Traz, ainda, referência a "pessoas de saber", membros da comunidade que detêm conhecimentos histórico/culturais importantes para a memória regional.

Considerando a diversidade e amplitude do escopo aqui reunido, bem como as especificidades técnico-metodológicas das atividades desenvolvidas, as estratégias de atuação compreenderam:

### **A elaboração do Quadro Histórico Regional**

- Aliar abordagens de macro e micro história, partindo de um recorte macro-histórico (o estudo da ocupação humana da área em questão, observada no interior de um processo mais amplo de colonização e transformação que se processou a nível regional), sem nos afastar do campo da micro-história, em especial, do estudo das

relações étnicas, da religiosidade, dos aspectos culturais associados aos conflitos, das sociabilidades e práticas domésticas.

- A análise e consideração do conjunto de ocupações humanas que se desenvolveu na área, desde as primeiras incursões do colonizador europeu (século XVII) até os dias atuais (século XXI). Desta forma, os estudos não estarão privilegiando apenas uma fatia cronológica do patrimônio local, mas abrangendo, de fato, todas as manifestações históricas que ali se desenvolveram, dentro de uma perspectiva de longa duração.
- Em termos operacionais, a pesquisa envolveu o tratamento e análise conjunta de fontes diversificadas de informação, considerando fontes secundárias (bibliografia) e fontes primárias (registros iconográficos e documentos históricos).

#### **O levantamento das ações desenvolvidas junto ao patrimônio histórico/cultural da área**

- Levantamento prévio junto a órgãos públicos federais, estaduais e municipais, com consulta a *sites* do IPHAN, da Fundação Palmares, do Governo do Estado do Mato Grosso (especialmente Secretarias da Cultura, Turismo e Planejamento) e dos Municípios considerados no presente estudo.
- Pesquisa junto aos órgãos oficiais dos municípios, com entrevistas preferencialmente nas Prefeituras, Câmara Municipal ou suas Secretarias de Turismo, Cultura e Educação. Em cada município foi realizada ao menos uma entrevista com representante da Prefeitura. Foi feita aplicação de questionários para coleta de dados sobre:
  - existência de Plano Diretor (e considerações sobre patrimônio histórico/cultural);
  - projetos e/ou ações oficiais implantadas, em curso ou planejadas;
  - exploração de turismo cultural;
  - lista de bens histórico/culturais oficialmente reconhecidos pelo município;
  - perspectivas e dificuldades no tratamento do tema.
- Pesquisa junto a organizações não governamentais, grupos ou entidades comunitárias existentes nos municípios. Em alguns municípios não foram identificadas organizações. Aplicação de questionários para coleta de dados sobre:
  - objetivos e funcionamento do grupo;
  - público-alvo e suas necessidades;

- atividades desenvolvidas e principais realizações;
- como considera e atua junto ao patrimônio histórico/cultural do município;
- ações que deveriam ser realizadas junto a este patrimônio, para melhor atender as necessidades da comunidade.

### **O inventário da infra-estrutura em equipamentos histórico/culturais apresentada pelos municípios envolvidos**

- Levantamento dos equipamentos histórico/culturais apresentados pelos municípios, com o objetivo de obter um diagnóstico da infra-estrutura disponível para a comunidade, envolvendo:
  - bens tombados (federal, estadual e municipal)
  - bibliotecas
  - museus
  - cinemas
  - teatros
  - auditórios
  - universidades
  - jornais
  - estações de rádio
  - grupos de atividades culturais
  - arquivos
  - outros

### **O diagnóstico do patrimônio material e imaterial**

- Os trabalhos de diagnóstico, realizados através da atuação de levantamentos de campo, objetivaram obter um quadro de referência sobre o patrimônio histórico/cultural da área. Assim foram pesquisados, de maneira extensiva, diferentes contextos culturais presentes no meio urbano e no meio rural dos municípios envolvidos.

- Foram, inicialmente, abordados bens consagrados e/ou apontados pela comunidade, como referência dos valores locais. Uma primeira listagem de bens foi obtida através de entrevistas formais e informais, fornecendo os elementos efetivamente reconhecidos como patrimônio pela comunidade. A esta lista foram acrescentados diversos bens desconhecidos e/ou não reconhecidos pela comunidade, a partir de critérios de relevância científica empregados pela equipe de pesquisadores. Este procedimento visou conjugar a visão oficial do município, a da população e a da equipe, de modo a fornecer um amplo panorama sobre o patrimônio envolvido, no âmbito dos modernos conceitos de Patrimônio Histórico Cultural.
- Diversos bens listados foram, então, vistoriados, tendo-se preenchido fichas específicas de cadastro contendo dados de localização, propriedade, características de edificação, estado de conservação e uso atual. Os trabalhos foram acompanhados por detalhado registro fotográfico.

### **O diagnóstico do patrimônio imaterial**

- Os procedimentos foram os mesmos citados para patrimônio material. Todavia, foram poucas as manifestações que puderam ser diretamente registradas pelas equipes, já que os eventos ocorrem em diferentes épocas do ano.
- O conjunto de dados obtido através dos procedimentos acima citados foi, em seguida, sistematizado e tabulado em quadros comparativos, objetivando identificar e caracterizar o patrimônio histórico/cultural envolvido.
- Vale ressaltar que o objeto de estudo do presente Programa é regional, ou seja, considera a área dos municípios envolvidos como um todo, de forma a resultar em um diagnóstico integrado que forneça as bases necessárias para a avaliação dos possíveis impactos decorrentes da obra de asfaltamento da BR-158/MT. Mesmo porque, como será apresentado adiante, muitos dos municípios são bastante recentes, possuindo elementos histórico/ culturais comuns.

### História regional e painel do patrimônio cultural

Os municípios da região do baixo Araguaia foram criados sobre áreas de ocupação histórica dos grupos karajá e tapirapé, sobretudo nas parcelas mais próximas ao rio. Parte substancial dessas duas culturas foi varrida da região graças às sucessivas levas de colonizadores e mesmo de explorados das mais diversas ordens, ao longo do tempo. Contudo, e principalmente em São Félix do Araguaia, a presença dessas duas etnias ainda é bastante perceptível.

Por outro lado, em seus aspectos coloniais mais recentes - tratando-se de século XX, sobretudo da segunda metade - dois grupos distintos de colonos se moveram para a região, bem como para o Mato Grosso em seus moldes mais gerais. De um lado alguns migrantes mais antigos, provenientes das áreas caipiras do interior de São Paulo, Minas Gerais e Goiás.

De outro lado migrantes provenientes - mais recentemente - dos estados do sul do Brasil, movidos pela expansão da fronteira agrícola e pelo esgotamento das terras agricultáveis em suas regiões de origem. É da confluência - em doses diversas em cada cidade - dessas culturas distintas que se configura o painel do patrimônio cultural da região do baixo Araguaia.

Também como nas demais regiões de fronteira agrícola o contato entre essas culturas não se processou - e se processa - de modo plenamente pacífico. Grupos tradicionais e pequenos produtores entraram em choque recorrentemente ao longo das últimas décadas contra os grandes fazendeiros. Essa disputa, que ao mesmo tempo é territorial, econômica, mas também cultural, marca o quadro cultural da região.

A forte presença da igreja católica na região, sob a influência da Teologia da Libertação (da qual o bispo Dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia, é um dos maiores expoentes nas Américas), colaborou na constituição de sociedades bastante politizadas e cientes de seus direitos, e bastante combativas na defesa deles. Essa presença acabou por provocar uma perseguição do regime militar aos membros da igreja católica dessa região, desembocando em atitudes de violência e violação dos direitos humanos – como na tentativa de deportação de Dom Casaldáliga, o qual é italiano de nascimento, e os assassinatos do padre Burnier em Ribeirão Cascalheira e da missionária Dorothy Stang em Anapu, na região do baixo Xingu. De certa forma esse histórico de conscientização, mobilização e repressão passou a compor a história e a cultura, influenciando as administrações dos municípios dessa região. A construção da Capela dos Mártires - em memória ao padre Burnier - e dos Murais da Libertação - em São Félix do Araguaia e exprimindo a interpretação da Teologia da Libertação do evangelho - são marcas da materialização no patrimônio cultural dessa história local.

Como na grande maioria dos pequenos municípios brasileiros, os aspectos culturais – aqui compreendidos de forma ampla – são deixados para terceiro plano graças à confluência de diversos fatores: desinteresse do poder público; déficit na formação de agentes culturais e mesmo dos administradores municipais, os quais, via de regra, desconhecem o que seja política cultural; ausência de recursos para este campo.

Dos municípios abordados pela pesquisa, apenas São Félix do Araguaia, por ser mais antigo, por ser maior e pela ação direta da Prelazia de Dom Casaldáliga, apresenta algum esboço de política cultural. Nos demais há uma ausência sistemática de aparelhos culturais primários, tais como bibliotecas. A influência dos migrantes sulistas, focados em amealhar rapidamente riquezas em torno da exploração agrária, se desdobra num desinteresse sistemático por ações culturais ou educativas que transcendam a manutenção das tradições regionais sulistas, ainda que deslocadas em tempo e espaço. Em algumas dessas cidades o único centro de manifestações artísticas são os Centros de Tradição Gaúcha, os CTGs.

Em alguns dos municípios abordados pela pesquisa aparecem ainda traços da cultura caipira, trazida pelos migrantes do sudeste, tais como as folias de reis e as festas religiosas do ciclo

junino. Entretanto, com a chegada de levas e levas de migrantes sulistas essas manifestações culturais se tornam cada vez mais raras.

A sociedade civil, por sua vez, apenas se mostra em organização quando associadas à Prelazia de São Félix do Araguaia e - como derivadas da Teologia da Libertação - adotam posturas e tem preocupações que são as da Igreja católica daquela região. Direitos humanos, promoção da pessoa humana, geração de renda, defesa das peculiaridades culturais, das identidades e dos grupos discriminados – idosos, mulheres, crianças, indígenas, camponeses – são os focos de ação tanto da própria Prelazia quanto das organizações às quais apóia. Meio ambiente e desenvolvimento de atividades específicas na área de patrimônio ou artes não são o foco das atenções, embora, eventualmente, surjam associados a outros interesses ou mesmo utilizados como vetores para a ação.

#### Ações e infra-estrutura

Objetivando obter dados sobre a estrutura política administrativa dos municípios e o posicionamento de órgãos públicos municipais, dos órgãos não governamentais e da comunidade em geral sobre o patrimônio cultural presente, foram realizadas entrevistas técnicas junto a seus representantes, conforme demonstram os Quadros 6.3.42 e 6.3.43 a seguir (Vide também Figura 6.3.12).

As entrevistas foram realizadas com base em questionários específicos. No caso dos órgãos públicos, o enfoque recaiu na abordagem jurídica do patrimônio histórico/cultural (se é considerado no Plano Diretor do Município, se existem leis que tratam do tema), bem como as ações em curso e/ou planejadas. O resultado das entrevistas realizadas nos municípios da AII é apresentado nos Quadros 6.3.44 e 6.3.45.



Entrevista com o sr Jose Reinaldo, secretário de educação de Canabrava do Norte.

Entrevista com o sr João Milton, vice-prefeito de Porto Alegre do Norte.



Entrevista com a sra Luiza Brito, departamento de tributos de Alto Boa Vista.



Entrevista com a sra Doralice de Carvalho, primeira dama e secretária de educação de Ribeirão Cascalheira.



Entrevista com a sra Íris Regina Gomes, Secretaria de Ação Social de Vila Rica.



Entrevista com a sra Maria do Rosário, coordenadora local da UNEMAT, Confresa.



Figura 6.3.12 - Entrevistas com o poder público.



**Quadro 6.3.42 - Entrevistas junto a representantes de órgãos públicos municipais.**

<b>Município</b>	<b>Instituição / Entrevistado</b>
Ribeirão Cascalheira	Secretária Municipal de Educação/Doralice Carvalho Diretora Municipal de Cultura/Márcia de Barros
Confresa	Secretária Municipal de Educação/Agênora Moraes da Silva Coordenadora Municipal de Educação/Florinda Abadia
Porto Alegre do Norte	Vice-prefeito/João Milton Presidente da Câmara Municipal de Vereadores/Justino de Oliveira Coordenadora do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PET)/Evania Teodoro Camilo
Cana Brava do Norte	Secretário municipal de educação/José Reinaldo Dias Secretário municipal de administração/Henrique Lima
São Félix do Araguaia	Prefeitura Municipal/Marcelo Alexandre Ruiz (Chefe da Divisão de Eventos e Projetos Culturais) Secretaria de Turismo/Mariuzza e Marcelo. Secretaria municipal de planejamento/Ireni Rodrigues Secretario municipal de educação/Luis Paiva
Serra Nova Dourada	Secretário municipal de educação/Edno Bezerra Lima Secretário Municipal de Administração/João Novais Filho
Vila Rica	Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte/Marilza de Lourdes Pereira Santos Chefe de Arrecadação/Davi Aparecido Oliveira Moreira Ação Social/Íris Regina Gomes
Bom Jesus do Araguaia	Secretaria de ação social/Isabel Meneses Depto. De tributos/Célio José de Oliveira Secretario Municipal de Administração/Marcos Aurélio Jorge Sodré
Alto Boa Vista	Diretor do Departamento de Educação/Mauri Paulo Santís Departamento de Cultura/Osvaldo Pires Vieira Filho Departamento de Tributos/Luiza Brito

**Quadro 6.3.43 - Entrevistas junto a representantes de órgãos não governamentais.**

<b>Município</b>	<b>Instituição / Entrevistado</b>
São Félix do Araguaia	Prelazia (Diocese) de São Félix do Araguaia/ Dom Pedro Casaldáliga (Bispo Emérito)
São Félix do Araguaia	Centro Cultural Karajá-Tapirapé/ Wequeo Kybyryra
Vila Rica	Grupo Doce Lar/Maria Augusta Silva

**Quadro 6.3.44 - Resultado das entrevistas junto a órgãos públicos municipais.**

Município	Plano Diretor(PL)	Abordagem de patrimônio Hist/cult no PL	Projetos Municipais na área
São Félix do Araguaia	Em elaboração.	Não está prevista a inclusão do tema no plano.	1º. Movimento Cultural de São Félix do Araguaia. GRUTA - Grupo de Teatro do Araguaia. BANDARAGUAIA - Banda Marcial Municipal de São Félix do Araguaia. Coral Vozes do Araguaia.
Cana Brava do Norte	Não	Não	Projeto Aplauso (projeto de promoção do teatro amador do governo estadual)
Porto Alegre do Norte	Não	Não	Nenhum.
Bom Jesus do Araguaia	Não	Não	Nenhum.
Alto Boa Vista	Não	Não	Existe o desejo de fomentar as ações na área do patrimônio, entretanto, até o momento, não há recursos ou vontade política para tal. Projeto Aplauso. Projeto de tombamento de duas casas consideradas patrimônio pela comunidade.
Confresa	Não	Não	Existem diversos projetos (construção de uma casa de cultura, da execução de oficinas, etc), entretanto faltam recursos e vontade política.
Ribeirão Cascalheira	Não	Não	Nenhum.
Serra Nova Dourada	Não	Não	Nenhum.
Vila Rica	Em elaboração.	Não	Projeto Cinema Amador de cinema nas escolas. Além disso há várias propostas de ação cultural, entretanto nenhuma em andamento.

**Quadro 6.3.45 - Resultado das entrevistas junto a representantes de órgãos não-governamentais.**

Entidade	Publico Alvo	Atividades junto ao patrimônio hist/cult	Ações almejadas
Prelazia (Diocese) de São Félix do Araguaia	Os católicos diretamente e indiretamente toda a população da região.	Atividades de promoção humana, de defesa dos direitos humanos o que inclui suas história e culturas.	Promoção humana e ações pastorais.
Centro Cultural carajá-Tapirapé (São Félix do Araguaia)	Carajás produtores de artesanato.	Produção de artesanato e difusão da cultura Carajá.	Difusão cultural e geração de renda.
Grupo Doce Lar (Vila Rica)	Crianças, jovens, mulheres e idosos.	Desenvolvimento de oficinas de produção de artesanato.	Assistência social (cursos profissionalizantes, atendimento médico, etc.)

Como se vê, nenhum município possui ainda Plano Diretor, embora em 2 casos (São Félix do Araguaia e Vila Rica) os mesmos encontrem-se em elaboração. Por outro lado, os projetos na área cultural em todos os casos são restritos, voltados a ações pontuais e isoladas.

Quanto às entrevistas junto a órgãos não governamentais, buscou-se principalmente conhecer se desenvolvem alguma atuação junto ao patrimônio histórico/cultural do município e, também, que ações esperam ver realizadas junto a este patrimônio, para melhor atender as necessidades da comunidade que representam. É notável que, das 3 entidades não governamentais entrevistadas, uma está relacionada a eventos religiosos, uma a grupos indígenas e outra de assistência social. Em todos os casos espera-se maior participação dos órgãos públicos na valoração e incentivo à cultura popular.

#### Pessoas de notório saber

Embora o patrimônio cultural esteja relacionado a bens coletivos, a esfera individual, que também compõe a história e as culturas, não deve ser desprezada. Tanto a história quanto as culturas são formadas de uma complexa alquimia que mistura o individual e o coletivo a cada instante. A negação da esfera individual de influência nos processos sociais - teoricamente desenvolvida em diversos momentos do pensamento social no século XX - se mostrou infrutífera, insuficiente e virtualmente desumanizadora; como se ao longo do tempo e nas práticas humanas os indivíduos atendessem somente aos desígnios coletivos, levados de roldão pelas categorias explicativas mais amplas como o grupo, o gênero, a classe social, a cultura, o tempo, a nação, etc.

Por outro lado, desconsiderar que os homens vivem e criam dentro de uma gama de possibilidades, dentro de uma cultura, no tempo e no espaço, seria atribuir à história e às culturas uma aleatoriedade que invalidaria qualquer esforço científico no campo das práticas sociais. É justamente contrapesando estes extremos que se busca a equação capaz de compreender o indivíduo na história e a história através de cada indivíduo.

Nas sociedades múltiplas que se formam ao longo do tempo e nos mais diversos lugares do mundo determinados indivíduos, sobretudo em comunidades tradicionais ou de dimensões demográficas reduzidas, assumem uma posição diferenciada como depositários de um saber coletivo que, no entanto, aflorou neste personagem de um modo particularmente vivo e profundamente rico. Estes passam a serem reconhecidos pela comunidade como "pessoas de notório saber". Sua importância, então, transcende a existência individual e torna-se patrimônio vivo de uma comunidade, um marco que irradia um conhecimento e sobre o qual a coletividade deposita uma confiança e mesmo uma esperança diferenciada.

A singularidade é uma das características marcantes destas pessoas e a reprodução de seu saber é absolutamente impossível, uma vez que expressam justamente uma criação individual sobre uma prática coletiva. A importância destes indivíduos é tamanha que a UNESCO, em tempos recentes, passou a reconhecer esta esfera da cultura como algo

humanamente relevante e digna de atenção (designados como *maitre d'oeuvre* pelo órgão da ONU).

Os saberes destes indivíduos são matéria de extremo interesse para a compreensão da história de uma região, de um grupo, de uma comunidade. Expressam não somente o conhecimento sobre a própria história de um grupo, mas as técnicas criadas, repassadas, recriadas, aplicadas ao longo do tempo. São indivíduos que tornaram-se referências na guarda da história de uma comunidade, que assumiram papéis considerados relevantes na história da mesma (as vezes criando até mesmo uma mitologia em torno de si), que dominam de modo superior uma determinada técnica ou conhecimento sobre o espaço, sobre o meio e seus infinitos usos, etc.

Na região abordada pelo presente projeto de pesquisa a diversidade de movimentos migratórios favoreceu a presença de pessoas de notório saber de nuances acentuadas. A presença delas é um alimentador e, ao mesmo tempo, uma fonte de informação sobre a história e as culturas envolvidas (Figura 6.3.13 e Quadro 6.3.46).

Dom Pedro Casaldáliga, bispo emérito da prelazia de São Félix do Araguaia, é um caso significativo para a região. De origem italiana Dom Casaldáliga tornou-se conhecido pela sua defesa firme dos direitos humanos e pela luta pela dignidade humana. Alinhado com o pensamento da Teologia da Libertação - a qual ganhou força após as reformulações do Concílio do Vaticano II, entre 1962 e 1964, no qual proclamou-se a "opção pelos pobres" e após o Encontro Episcopal de Medellín - Dom Casaldáliga foi uma das figuras mais emblemáticas do clero progressista da América Latina desde os anos de 1960. Perseguido pela ditadura brasileira o bispo jamais se dobrou diante das ameaças e da execução de violências várias. Nestas décadas todas Dom Pedro Casaldáliga colaborou com diversas organizações de direitos humanos, participou da confecção de marcos significativos nas ações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sobretudo fortalecendo suas "pastorais", núcleos especializados na promoção dos direitos humanos à grupos discriminados e perseguidos (crianças, idosos, mulheres, sem-terras, negros, população carcerária, indígenas, etc). Poeta, também colaborou com Dom Helder Câmara e com os músicos Pedro Tierra e Milton Nascimento na composição da Missa dos Quilombos, no início da década de 1980, um marco na criação de ações afirmativas no Brasil e na organização do movimento negro. É um dos defensores mais ferrenhos, e parceiro constante dos povos indígenas do Araguaia e do Xingu. Incentivou a arte engajada como no caso da confecção dos Murais da Libertação, executados pelo artista plástico Cerezo Barredo na sede de sua prelazia. A história de São Félix do Araguaia, da posse pela terra na região do baixo Araguaia e da luta pela igualdade no Brasil - dentro e fora do catolicismo - não pode ser contada sem o testemunho e a referência à Dom Casaldáliga. O registro oral de Dom Pedro Casaldáliga transcende enormemente a importância regional.



Entrevista com a Sra. Maria Augusta (Vila Rica).



Entrevista com a Sra. Irene Terezinha Dias, geógrafa (Confresa).



Entrevista com o Sr. Astrogildo Matte, em Vila Rica.



Sra. Weked Kybyryra, índia Karajá, no Centro Cultural Tapirapé, São Félix do Araguaia.



Entrevista com o Bispo Emérito Dom Pedro Casaldáliga.



Sr Raimundo Barbosa de Sousa, oleiro em Canabrava do Norte.

**Figura 6.3.13 - Entrevistas com pessoas de notório saber.**

**Quadro 6.3.46 - Pessoas de saber, referências culturais da comunidade.**

NOME	Município	SABER
Dom Pedro Casaldáliga	São Félix do Araguaia	Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia Dom Pedro é um dos maiores expoentes da Teologia da Libertação no Brasil e testemunha viva da luta pelos direitos humanos e pela proteção de camponeses e indígenas.
Wequeo Kybyryra	São Félix do Araguaia	Artesão carajá.
Irene Maria Paula	São Félix do Araguaia	Responsável pelo arquivo da Prelazia.
Erotilde da Silva	São Félix do Araguaia	Memorialista
Antonio Carlos Ferreira	São Félix do Araguaia	Memorialista
Eden Freitas	São Félix do Araguaia	Poeta
Aldenira Setúbal	São Félix do Araguaia	Escritora
Luciano Budrys	São Félix do Araguaia	Artista plástico.
Raimundo do barro (Raimundo B. Souza)	Cana Brava do Norte	Oleiro
Naldecí Souza	Cana Brava do Norte	Oleira
Antonio Eliseu Gobatto	Cana Brava do Norte	Artesão (cestarias)
Irene Terezinha Dias	Confresa	Geógrafa
Waldir Severino Dias	Confresa	Morador mais antigo da cidade. História oral.
Maycon Tibério Pinto	Serra Nova Dourada	Artesão (cestarias)
Maria Augusta Silva	Vila Rica	Ativista comunitária.
Elisabet Pagliari	Ribeirão Cascalheira	Artesã.

### Patrimônio material

O diagnóstico do patrimônio histórico/cultural de natureza material existente nos municípios investigados pode ser dividido em dois grandes itens: infra-estrutura e patrimônio edificado.

#### - Infra-estrutura

No que se refere aos itens de infra-estrutura, objetivou-se levantar os equipamentos culturais disponíveis nos municípios revelando, em última instância, os investimentos aplicados neste setor. A listagem destes equipamentos foi adquirida através de entrevistas formais e informais junto à comunidade urbana dos municípios, bem como através da observação e vistoria direta das equipes nos locais.

O Quadro 6.3.47 apresenta uma síntese dos resultados adquiridos. Sua leitura mostra que os itens mais comuns de serem apresentados pelos municípios são bibliotecas e auditórios, ou seja, itens voltados a atividades educativas. Isto se confirma com o fato de quase todos os municípios apresentarem cursos de nível superior. Por outro lado, itens de lazer são mais raros, como teatros e cinemas, inexistentes nos municípios.

Este resultado aponta um baixo investimento em equipamentos de infra-estrutura voltados ao patrimônio histórico/cultural da comunidade. Todavia, ao menos em parte esta situação se deve ao fato de vários municípios serem extremamente recentes, não tendo tido tempo hábil para centrar seus esforços nos itens levantados.

**Quadro 6.3.47 - Inventário de infra-estrutura histórico/cultural dos municípios envolvidos.**

EQUIPAMENTO	São Félix do Araguaia	Cana Brava do Norte	Porto Alegre do Norte	Bom Jesus do Araguaia	Alto Boa Vista	Confresa	Ribeirão Cascalheira	Serra Nova Dourada	Vila Rica
Bens Tombados	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Bibliotecas	5	1	Apenas escolares.	Informações não foram oferecidas pela municipalidade.	1	1 na secretaria de educação.	1	1	1
Museus	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Cinemas	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Teatros	Não	Não	Não	Informações não foram oferecidas pela municipalidade.	Não	Não	Não	Não	Não
Auditórios	3	3	1	Informações não foram oferecidas pela municipalidade.	1	Não	2	1	Não
Cursos Superiores	Unemat - Centro de Ensino à Distância. UNIC - Universidade de Cuiabá. Unitins - Ensino à Distância.	Unemat - cursos à distância.	Unitins e Unemat - ambas com cursos à distância.	Informações não foram oferecidas pela municipalidade.	Unitins e CEAD (Centro de Educação à Distância) - ambas com cursos à distância.	Unemat e Unitins - ambas com cursos à distância.	Unemat e Unitins - ambas com cursos à distância.	Não	Unemat e Unitins - ambas com cursos à distância.
Jornais	Não.	Não	O Interior A Gazeta do Araguaia	Informações não foram oferecidas pela municipalidade.	Não	Alvorada (jornal da Prelazia)	Não	Não	Não
Estações de Rádio	Rádio Araguaia FM	Não	Pan FM	Informações não foram oferecidas pela municipalidade.	1 FM Comunitária	1 Rádio Comunitária	1 Rádio Comunitária sem autorização de funcionamento.	Não	1 comunitária



<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>São Félix do Araguaia</b>	<b>Cana Brava do Norte</b>	<b>Porto Alegre do Norte</b>	<b>Bom Jesus do Araguaia</b>	<b>Alto Boa Vista</b>	<b>Confresa</b>	<b>Ribeirão Cascalheira</b>	<b>Serra Nova Dourada</b>	<b>Vila Rica</b>
Arquivos	Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia Arquivo Municipal do Poder Executivo Arquivo Municipal do Poder Legislativo	Arquivo Municipal do Poder Legislativo	Arquivo Municipal do Poder Executivo	Informações não foram oferecidas pela municipalidade.	Apenas os da Câmara e os da Prefeitura.	Apenas os das secretarias municipais.	Apenas o da Câmara Municipal.	Não	Não

- Patrimônio edificado

No âmbito das cidades abordadas por esta pesquisa certamente o rio Araguaia e os povos karajá e tapirapé constituem seus patrimônios mais significativos. O Araguaia, mais do que um patrimônio paisagístico e natural, é também um patrimônio histórico e cultural, visto que seu curso foi recorrentemente utilizado como artéria de comunicação por diversos povos, em diversos processos históricos na região central da América do Sul, assim como compõe elemento indissociável das culturas que se desenvolveram em sua área de influência.

Os povos karajá e tapirapé, por sua vez, são testemunhos vivos da história da ocupação dessa porção das Américas. As técnicas karajá de emprego do barro - na confecção de objetos cotidianos e figuras antropomórficas e zoomórficas, incrivelmente difundidas -, nas palhas, de pinturas corporais e de arte plumária fizeram dessa etnia conhecida pela sua extrema habilidade manual e pela variedade do uso dos recursos naturais.

Por conta da história recente dos núcleos urbanos nessa região a presença de patrimônio edificado de valor histórico é bastante diminuta. Em geral as construções funcionam no corpo dessa cultura local mais como marcos simbólicos dos processos ainda ativos do que marcos ou lugares de memória. Ou seja, a importância atribuída às construções recentes – em geral às igrejas - atende aos referenciais do funcionamento atual dessas sociedades e não da rememoração do passado (Quadro 6.3.48 e Figura 6.3.14). Tendem a atuar mais como aparelho material que sintetiza ou congrega processos ativos do que maços que se remetem à uma identidade coletiva, a qual -embora se mantenha sempre em mutação – ainda não chegou, sequer, a configurar uma plataforma minimamente estável. Diferentemente de regiões de ocupação antiga ou de povos tradicionais, nas quais ainda que existam transformações, adaptações, re-significações, uma mobilidade identitária ao longo do tempo, mantém-se identificáveis e relativamente estáveis, alteradas radicalmente apenas por processos históricos ou sociais muito distintos como migrações em massa, êxodos, catástrofes naturais, etc. No caso de sociedades novas há um painel indefinido no campo da cultura, no qual cada grupo tende a procurar a preservação de suas matrizes, recusando inicialmente a criação de uma cultura nova e fruto da confluência de diversas matrizes. Vale dizer que esse processo se não é inevitável é ao menos quase certo, a questão é o tempo que esses povos de origens distintas e culturas distintas demorarão para encontrar um ponto em comum, que, no entanto, não implica em qualquer idéia de uma sociedade sem conflitos e disputas de diversas ordens.

**Quadro 6.3.48 - Patrimônio edificado presente na área.**

<b>PATRIMÔNIO</b>	<b>TIPO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>
Cais da cidade	Edificação do século XX em alvenaria.	São Félix do Araguaia
Murais da Libertação	Conjunto de murais pintados por Cerezo Barredo pertencentes à Prelazia de São Félix do Araguaia e inspirados na Teologia da Libertação, linha teológica do catolicismo contemporâneo da qual Dom Pedro casaldáliga, bispo emérito dessa prelazia, é adepto.	São Félix do Araguaia
Casas	Duas casas de topologia construtiva antiga que são consideradas patrimônio pela comunidade e para as quais pretende-se obter lei de tombamento.	Alto Boa Vista
Igreja Católica		Confresa
Casa de madeira	Casa considerada patrimônio por ser um marco referente ao início da formação da cidade.	Confresa
Igreja Católica		Ribeirão Cascalheira
Santuário dos Mártires	Santuário construído após o assassinato do Padre jesuíta João Bosco Burnier em 1976. Edificação de alvenaria levantada sobre o local onde ficava a delegacia destruída pela população local em protesto contra a morte do padre Burnier.	Ribeirão Cascalheira



Igreja de Nossa Senhora da Assunção, em São Félix do Araguaia.



Cruzeiro que marca o local da primeira igreja de São Félix do Araguaia.



Cais do Araguaia, em São Félix do Araguaia.



Santuário dos Mártires, em Ribeirão Cascalheira.



Capela em memória ao assassinato do padre João Bosco Penido Burnier, em Ribeirão Cascalheira.

Habitação regional em arquitetura e materiais tradicionais, em Confresa.



Centro Cultural Karajá Tapirapé, em São Félix do Araguaia.

Igreja de São Pedro, em Vila Rica.



Figura 6.3.14 - Patrimônio edificado.

- Patrimônio material

O patrimônio material reconhecido na região de estudo engloba diferentes itens tanto da sociedade nacional quando das etnias indígenas que habitam a região.

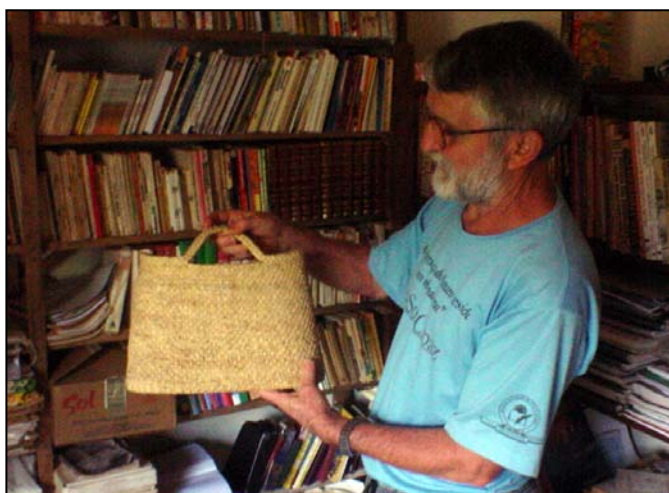
No que se refere à sociedade nacional, destacam-se os trabalhos em cestaria e cerâmica (Figura 6.3.15). Já junto às comunidades indígenas Tapirapé e Karajá, há toda uma variedade de artesanato, envolvendo também a cestaria e confecção de vasilhas cerâmicas, mas estendendo-se para a plumária e as famosas bonecas Karajá.

Patrimônio imaterial

As manifestações de cultura imaterial levantadas junto à comunidade podem ser classificadas em 5 grandes itens, a saber: festejos religiosos, festejos populares, exposições, aniversários dos municípios e brincadeiras, jogos e danças.

Em todos os municípios trabalhados foram obtidas referências a eventos que, em alguns casos, extrapolam os limites municipais e reúnem grande número de pessoas. Alguns eventos são bastante conhecidos e festejados a nível nacional (como a festa junina, o dia de Nossa Sra. Aparecida e o Carnaval); outros adquirem uma feição mais regional, como a Carnaguaia e a Catira (Vide Quadro 6.3.49, onde estão relacionados todos os eventos levantados).

Os eventos ocorrem ao longo de todo o ano. É notável, todavia, que dos 27 eventos levantados pelo presente estudo, 11 (ou 40,7%) estão relacionados a eventos religiosos, indicando a forte devoção que as comunidades da região manifestam.



Padre Antônio Elísio Gobatto, mostrando a sua cestaria.



Vasilhames de barro confeccionados em Canabrava do Norte.



Artesanato Tapirapé e Karajá do Centro Cultural Tapirapé.

Figura 6.3.15 - Cultura material.

**Quadro 6.3.49 - Manifestações de cultura imaterial.**

Identificação	Período de Ocorrência	Observações	Município
Carnaguaia	Fevereiro	Carnaval de São Félix de Araguaia. Desfiles de blocos e trios elétricos, bailes de salão.	São Félix do Araguaia
Aniversário da cidade	13 de maio	Atividades diversas. Atos cívicos, festas de rua, quermesses.	São Félix do Araguaia
Festival de quadrilhas	Junho	Festival da dança tipicamente associada aos festejos juninos (em comemoração aos dias de São Pedro, Santo Antonio e São João Batista). A quadrilha nasceu de re-interpretações populares das danças coletivas da nobreza europeia em seus grandes bailes, daí seu caráter marcado e coreografado. Em sua estrutura foram assimilados também elementos das regiões rurais do Brasil e em cada região adotou características particulares.	São Félix do Araguaia
Temporada de praia	Julho	Período no qual o rio Araguaia é mais difundido como região de lazer utilizando suas margens como praias ribeirinhas.	São Félix do Araguaia
Festejos de Nossa Senhora da Assunção	15 de Agosto	Festas religiosas associadas às comemorações do dia de Nossa Senhora da Assunção. Durante o mês são realizadas missas, atos públicos, campanhas, festas populares, etc.	São Félix do Araguaia
Dia da Independência	7 de setembro	Dia comemorado com diversos atos cívicos.	São Félix do Araguaia
Dia de Sto. Antonio	13 de junho	Dia dedicado ao Santo de origem italiana. Tido como "casamenteiro" Santo Antonio é um dos três santos que compõem a tríade das festas juninas.	São Félix do Araguaia
Grupos de capoeira	O ano todo	Grupo de prática e ensino da dança/jogo/luta afro-brasileira.	Cana Brava do Norte Ribeirão Cascalheira
Artesanato em madeira	O ano todo	Artesanato desenvolvido pelos moradores da Vila São João.	Cana Brava do Norte
Dia de São João	24 de junho	Dia dedicado ao João Batista e componente do ciclo de festas juninas.	Cana Brava do Norte Confresa
Dia de São Domingos	8 de agosto	Dia do padroeiro da cidade. Festas religiosas e civis.	Cana Brava do Norte
Carnaval	Fevereiro	Carnaval de Cana Brava do Norte. Desfiles de trios elétricos, bailes de salão.	Todas as cidades envolvidas.
Feira de artesanato	14 de dezembro	Evento de promoção do artesanato local.	Cana Brava do Norte
Aniversário da cidade	19 de dezembro	Festas cívicas em comemoração ao aniversário da cidade.	Cana Brava do Norte
Festa do Domingão	Setembro	9 dias seguidos de festas com venda de artesanato, barracas de comidas, danças, etc.	Porto Alegre do Norte

Identificação	Período de Ocorrência	Observações	Município
Festa das Igrejas	24 de outubro	Festas religiosas nas igrejas da cidade.	Porto Alegre do Norte
Aniversário da cidade	19 de abril	Festas cívicas em comemoração ao aniversário da cidade.	Alto Boa Vista
Festa de Nossa Senhora da Boa Vista	31 de maio	Dia da padroeira da cidade. Festas religiosas e civis.	Alto Boa Vista
Festa Evangélica	13 de agosto	Festas religiosas pelas igrejas evangélicas da cidade.	Alto Boa Vista
Catira	O ano todo	Festa de origem caipira (interior de Minas Gerais e São Paulo) na qual o "ponteio" de viola caipira é acompanhado pela dança e sapateado de dançarinos homens posicionados em duas fileiras opostas.	Alto Boa Vista
Festa da comunidade católica	Mês de julho	Festa religiosa com quermesses, missas, procissões, etc.	Confresa
Dia de São Sebastião	20 de janeiro	Festa religiosa com quermesses, missas, procissões, etc.	Confresa
Dia de Nossa Senhora de Aparecida	12 de outubro	Festas religiosas com quermesses, missas, procissões, etc.	Confresa
Festas Juninas	Junho	Festas tradicionais que comemoram os três santos de junho – Santo Antonio, São João e São Pedro. As festas são compostas de diversos elementos: danças comidas típicas, jogos tradicionais, bailes, missas, etc. Sua origem está ligadas à rituais pré-cristãos da Europa que foram cristianizados durante a Idade Média. No Brasil as festas juninas ocorrem praticamente em todo o território nacional, entretanto guardando características locais.	Todos municípios abordados.
Grupo de Jovens Cantores	O ano todo	Grupo que reúne e incentiva jovens músicos e compositores.	Ribeirão Cascalheira
Folia de Reis	6 de janeiro	Festa tradicional católica de origem ibérica que remonta a peregrinação dos três reis magos para prestar suas homenagens ao menino Jesus. A festa é composta por um grupo de foliões divididos em músicos cantadores e figuras folclóricas (cavalo marinho, palhaço, etc.) que variam de região para região. Este grupo "peregrina" de casa em casa abençoando em suas cantorias e danças os moradores e pedindo hospitalidade que é manifestada sob a forma de comidas, bebidas ou prendas (bois, carneiros, dinheiro, sacas de produtos agrícolas).	Ribeirão Cascalheira
Centro de Tradições Gaúchas (CTG)	O ano todo	Centro cultural que reúne e promove atividades relacionadas às culturas dos migrantes sulistas.	Vila Rica



## Síntese

Os estudos realizados apontam para um patrimônio arqueológico, histórico e cultural positivo para o trecho onde se planeja realizar o asfaltamento da BR-158/ MT. Este quadro já era esperado, considerando o rico contexto de ocupações humanas que se desenvolveram na área, ao longo de tempo, desde o período pré-colonial até os dias atuais.

Os levantamentos arqueológicos resultaram na identificação de ao menos 3 contextos distintos de vestígios, sendo eles: 1) sítios cerâmicos, que podem estar relacionados aos grupos cultivadores que, já aproximadamente a partir de 2.000 anos atrás, iniciam a instalação de assentamentos na área; 2) sítios com arte rupestre, que ainda necessitam ser estudados em detalhe para que se possa sugerir uma associação positiva a algum dos contextos indígenas pré e pós coloniais que ali se desenvolveram; 3) e o contexto histórico, presente na área através de ruínas e vestígios das primeiras incursões e construções coloniais ligadas à área.

Já no que se refere ao patrimônio cultural, se, por um lado, vários dos municípios envolvidos ainda não apresentam uma estrutura voltada para atender às necessidades deste patrimônio (compreendendo infra-estrutura de bens de suporte, instrumentos legais de proteção e programas patrimoniais em estudo/implantação), a própria comunidade está imbuída deste patrimônio em sua forma cotidiana de viver e construir o universo que a rodeia.

Desta forma, os bens edificados urbanos apresentados pelo presente diagnóstico, os sítios arqueológicos identificados e cadastrados, os eventos de cultura imaterial inventariados e as “pessoas de saber” entrevistadas correspondem a uma parcela do universo histórico/cultural da área.

Há que se salientar que a comunidade apresenta baixo reconhecimento de seu próprio patrimônio, especialmente no que se refere à valoração de bens considerados “velhos” ou “arruinados”. O “novo” é, na maior parte das vezes, bastante atrativo e tende a substituir o antigo (antigas formas de construir, de tecer, de cantar, de dançar e brincar).

Por outro lado, é notável que o rio Araguaia desempenhe um papel importante no desenvolvimento histórico/cultural da comunidade. Foi em suas margens que surgiram os primeiros povoados, bem como grande parte das fazendas que ainda hoje se mostram produtivas. Também alguns festejos têm o rio como referencial (procissão de barcos).

Assim, os dados levantados apontam um extenso patrimônio histórico/cultural para a área do empreendimento, que deverá ser considerado em fases futuras do processo de licenciamento ambiental.

### 6.3.8 COMPONENTE INDÍGENA

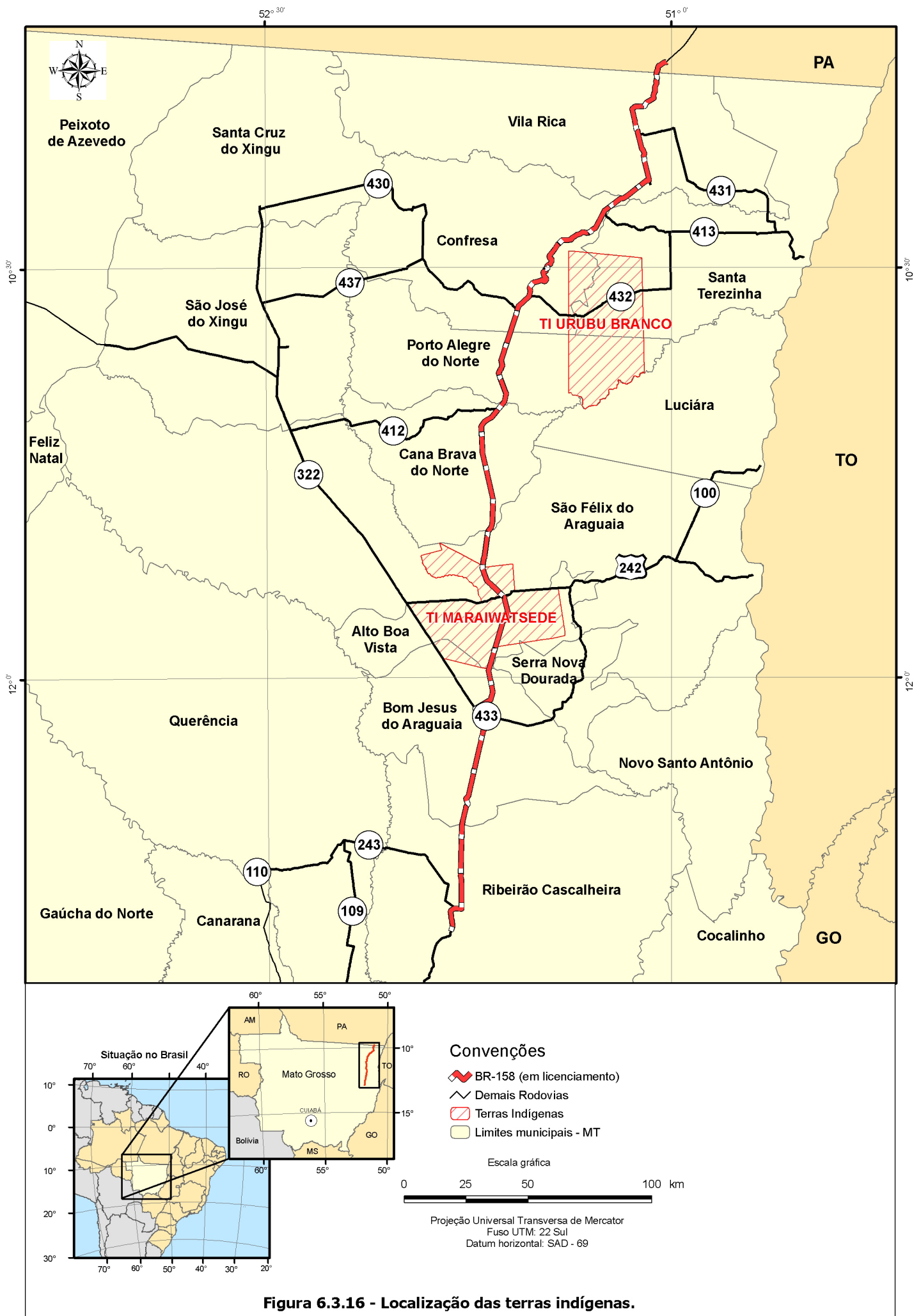
O diagnóstico a seguir reproduz na íntegra o relatório apresentado à FUNAI, no escopo do licenciamento ambiental do empreendimento, contendo os resultados do diagnóstico do Componente Indígena na Área de Influência das obras da pavimentação da BR-158 (MT) relativos às Terras Indígenas Maraiwatsede do grupo indígena Xavante e Urubu Branco do grupo indígena Tapirapé.

Para tanto, foram considerados os tópicos apresentados pelo IBAMA no Termo de Referência para licenciamento do empreendimento, previamente avaliado pela FUNAI, os quais definem o escopo do diagnóstico do componente indígena relacionado ao projeto, conforme Plano de Trabalho apresentado à FUNAI.

Em vista do fato de constituir um relatório com itemização própria e que foi submetido à avaliação da FUNAI, ao ser incorporado ao Diagnóstico do EIA, foi mantida sua divisão e composição interna, contendo um sub-capítulo inicial de síntese do diagnóstico e outros sub-capítulos específicos relativos a cada estudo realizado.

O sub-capítulo I do Componente Indígena, portanto, sintetiza e integra os conteúdos específicos desenvolvidos nos estudos de Diagnóstico do Componente Indígena do Licenciamento Ambiental da BR158/MT. Tais estudos são apresentados na íntegra nos sub-capítulos II a V deste mesmo Componente Indígena, permitindo ao leitor ter contato com o conteúdo detalhado de cada tema na versão original elaborada pelos técnicos responsáveis. No sub-capítulo I, o conteúdo destes relatórios específicos é sintetizado, sistematizado e em muitos casos transcritos total ou parcialmente na forma de uma análise integrada, a qual oferece o subsídio necessário à lista de impactos e respectiva proposição de mitigações e compensações. No relatório entregue à FUNAI, a lista de impactos e uma minuta do programa ambiental do Componente Indígena foram apresentadas junto com este sub-capítulo. Esta versão preliminar do Programa de Apoio às Comunidades Indígenas do empreendimento tem o objetivo de consolidar as propostas mitigatórias e apresentar o tipo de planejamento que será proposto de forma sumária ainda no EIA, para fins de Licença Prévia, e posteriormente no PBA, para fins de Licença de Operação.

Aqui, no Diagnóstico do EIA, a avaliação de impactos do Componente Indígena, no formato apresentado à FUNAI, foi mantida no sub-capítulo I, sendo reproduzida e adaptada no texto constante do Volume de Avaliação de Impactos relativo ao conjunto do empreendimento. A minuta de programa ambiental também é mantida neste sub-capítulo I, sendo transcrita para o Capítulo de Programas Ambientais do EIA apenas uma súmula do mesmo.



**Figura 6.3.16 - Localização das terras indígenas.**

Com relação ao mencionado Programa preliminar, duas observações cabem serem feitas. A primeira é que, obviamente, trata-se de uma versão apenas preliminar para apreciação por parte da FUNAI e discussão posterior com as próprias comunidades indígenas por ocasião da sua versão sumária para apresentação no EIA. A segunda observação refere-se ao fato de que a equipe técnica responsável pelo EIA detém em seu contrato a responsabilidade pela elaboração do PBA do empreendimento, o que facilitará a necessária continuidade e homogeneidade na elaboração do Programa na sua versão no âmbito da Licença de Instalação.

As referências bibliográficas de todos os relatórios que compõem o Componente Indígena foram incluídas no capítulo de Referências Bibliográficas do EIA.

### **Sub-Capítulo I - Diagnóstico do Componente Indígena da BR 158**

Conforme mencionado anteriormente, as Terras Indígenas Maraiwatsede e Urubu Branco foram objeto de estudos específicos os quais são apresentados nos sub-capítulos II e III, respectivamente, na versão original de seus autores, bem como os relatórios relativos à sociedade envolvente (sub-capítulo IV) e aos aspectos físicos e bióticos das áreas (sub-capítulo V).

Aqui, alguns elementos considerados essenciais deste conjunto de relatórios são retomados na forma de um documento compilatório dos demais relatórios técnicos específicos, consolidando e analisando a matriz de impactos deste Diagnóstico.

À luz dos dados levantados a campo e dos interesses de diagnóstico da situação atual dos grupos indígenas Xavante e Tapirapé, o escopo de itens proposto para estudo pelo Termo de Referência, foi redistribuído nos seguintes tópicos para fins deste relatório.

#### Caracterização geral e histórico regional da presença indígena

- Identificação dos grupos étnicos e das terras indígena da Área de Influência;
- Localização geográfica das terras indígenas: município e vias de acesso;
- Legislação pertinente às sociedades e terras indígenas;
- Presença indígena na região a partir de fontes bibliográficas, documentais e orais;
- Interpretação dos fatos constantes da história ocupacional da região, associando à situação atual;
- Demografia: nome das aldeias e suas localizações, quadro populacional, taxa média de crescimento demográfico e vegetativo no último decênio;

#### Situação fundiária

- Quadro atual da situação fundiária das terras indígenas;

#### Situação ambiental

- Condições atuais do meio ambiente, destacando-se fatores de equilíbrio e preservação. Utilização dos territórios indígenas e entorno: formas de manejo dos recursos naturais feitos pelos índios e não índios;

#### Utilização do território

- Distribuição espacial dos grupos étnicos e relações interétnicas (localização geográfica dos diversos grupos e indicações de tipos de trocas (matrimoniais, belicosas, comerciais));
- Utilização ritual e simbólica dos territórios indígenas: sítios míticos e sagrados, locais para rituais e cemitérios;
- Caracterizar e referenciar em mapa as rotas migratórias e movimentos de uso e ocupação territorial dos grupos étnicos ou grupos domésticos;

#### Economia indígena e relação com a sociedade envolvente

- Economia indígena: atividades econômicas e fontes de renda (agricultura, extrativismo, aposentadorias, pecuária, coleta, artesanato.);
- Intercâmbio sócio-econômico com a sociedade envolvente, apresentando indicadores de dependência, interação e fricção;
- Aspectos da transmutação cultural e estratégias de sobrevivência, por exemplo: alcoolismo, prostituição;
- Organização dos serviços de estado de educação e saúde: como os órgãos dos municípios, Estado e União estão trabalhando com as demandas dos índios;
- Organizações e associações indígenas existentes: intercâmbios, formas de articulação e atuação;

#### Caracterização de vulnerabilidades a partir da inserção do empreendimento

- Caracterizar a vulnerabilidade das terras e grupos étnicos a partir da inserção do empreendimento na região.

### Caracterização Geral e Histórico da Presença Indígena e Histórico Ocupacional

A BR-158, no trecho ainda não pavimentado pertencente ao Estado de Mato Grosso, tem em sua Área de Influência duas Terras Indígenas, a saber, a TI Urubu Branco do Grupo Indígena Tapirapé, homologada em 08/09/1999, com área total de 167.533,3 hectares; e a TI Maraiwatsede do Grupo Indígena Xavante, homologada em 11/12/1998, com área total de 165.241,3 hectares.

A Terra Indígena Urubu Branco está localizada no nordeste de Mato Grosso abrangendo partes do território dos municípios de Santa Teresinha, Porto Alegre do Norte e Confresa, este último referência regional mais importante por distar aproximadamente 25 km da principal aldeia do grupo, Tapi'itãwa. O principal acesso rodoviário à TI Urubu Branco se dá através do entroncamento da BR-158 com a vicinal MT-432 que faz a ligação com a MT-432 através da área indígena até o município vizinho de Santa Teresinha. Todas as cinco aldeias Tapirapé no interior da TI Urubu Branco são interligadas, duas delas pela MT-432 (Tapi'itãwa e Akara'ytãwa) e as demais por uma rede de vias das antigas fazendas da região (aldeias Tapiparanytãwa, Towajaatãwa e Wiriaotãwa).

A TI Maraiwatsede, por sua vez, é atravessada no sentido norte-sul em sua porção central pelo próprio eixo da rodovia BR-158. A oeste a TI é parcialmente delimitada pelas rodovias MT-322 e MT-424. A primeira possui seu entroncamento com a BR-158 ao sul da área da TI, na localidade de Alô Brasil, seguindo em direção noroeste até seu entroncamento com a MT-424, a qual liga a MT-322 com a BR-158, estabelecendo desta forma parte dos limites oeste e norte da TI. Do entroncamento da BR-158 com a MT-424, na localidade denominada Posto da Mata, também localizada no interior da TI, parte a rodovia BR-242 que liga a BR-158 com a Ilha do Bananal, no rio Araguaia, passando por Alto Boa Vista, que possui sua área urbana distando aproximadamente 8 km do limite leste da TI, e seguindo até São Félix do Araguaia.

Na TI Maraiwatsede a Funai mantém um Posto Indígena dentro da área, próximo à única aldeia Xavante atualmente instalada. Em março último foi criado um Núcleo de Apoio Local, em Ribeirão Cascalheira, a 100 km da terra indígena. A Administração Executiva Regional (AER) responsável por esses índios é a de Goiânia, tendo como administrador responsável o Sr. Edson Beiriz. Há um técnico designado pela AER de Goiânia para tratar exclusivamente TI Maraiwatsede.

A TI Urubu Branco é atendida pela AER com sede em São Félix do Araguaia. Não há Posto Indígena nem infra-estrutura da FUNAI na TI Urubu Branco. O contato com a FUNAI se dá diariamente por rádio transmissor instalado na farmácia da FUNASA.

A legislação pertinente para as duas TIs utilizada como referência deste estudo é composta por:

- Art.231, da Constituição da República Federativa do Brasil de 05/10/1988;
- Lei 6.001 de 19/12/1973 que dispõe sobre o Estatuto do Índio;

- Decreto 1.775 de 08/01/1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas;
- Resolução CONAMA nº 001 de 23/01/1986 que estabelece a necessidade de Estudos de Impacto Ambiental;
- Resolução CONAMA nº 237 DE 27/12/1997 que dispõe sobre licenciamento ambiental;

Na perspectiva histórica, presume-se que o grupo tribal Akuên, presente em toda a bacia do Tocantins até os rios São Francisco e Araguaia, teria se subdividido em Xerente e Xavante por volta de 1840 por conta da luta com colonos que ocupavam Goiás, tendo estes últimos se deslocado para oeste, atravessado o rio Araguaia e se instalado em meados do século XIX na região entre os rios Xingu e Araguaia.

Após isso, para estabelecer suas novas fronteiras com outros grupos tribais, os Xavante acabaram se subdividindo em vários grupos, entrando em conflitos com os Tapirapé, os Karajá e os Borôro, e estabelecendo alianças com os Kalapalo, do Xingu, e os Kaiapó, mais ao norte. O primeiro relato documental da presença dos Xavante em Mato Grosso é do presidente da província de Goiás, Pereira da Cunha, em 1856.

A pacificação dos Xavante ocorreu entre 1946 e 1949, coordenada por Francisco Meireles, sob a pressão da frente pecuária que hostilizava e massacrava os índios para apropriação das terras por eles utilizadas, promovida através de vendas de terras pelo Estado de Mato Grosso. O contato permanente com a sociedade nacional ocorreu apenas no início dos anos 1960, através de pequenos posseiros e grandes fazendas, a exemplo da Suiá-Miçu, de Ariosto da Riva, no local onde hoje foi homologada a TI Maraiwatsede.

O nome "Mara-uacede" utilizado para denominar o grupo Xavante que habitava a área da atual TI tem origem em Marãiwatséde, palavra Xavante que significava "mato bonito", denominando também toda a região por eles habitada. O rio Suiá-Miçu, por sua vez, é chamado de Mãrãí'wa'tsé'pá, "rio do Marãiwatséde". Os Xavante de Maraiwatsede são um grupo que se diferencia dos demais, como por exemplo dos Xavante da Área Indígena Pimentel Barbosa, do alto rio das Mortes, região chamada de Wedeje.

No final da década de 1950 e início da 1960, os Xavante estavam acuados pela população regional. As cabeceiras do Xavantinho haviam se transformado no último refúgio dos Xavante, antes de passarem a depender da fazenda Suiá-Miçu e sofrerem diversas transferências antes de virem a reivindicar o retorno definitivo a seu território original, tomado pela formação da referida fazenda.

Depois de conquistarem a homologação de seu território, a comunidade Xavante foi submetida ainda a mais um ano de espera à beira da própria BR-158 antes de adquirir o direito de ocupar parcialmente suas terras somente em 2003.

A situação atual da TI Maraiwatsede é de conflito entre os índios que se transferiram para a área e os posseiros que não foram removidos. Por conta disso os índios ocupam apenas parte de seu território, não tendo acesso a toda área devido às invasões que ainda prosseguem e à hostilidade por parte de não índios.

Os Tapirapé, por sua parte, ligados à família Tupi-Guarani do tronco Tupi, também tiveram sua origem na dispersão por volta do século XVII, ocupando o interflúvio do baixo rio Xingu e baixo rio Tocantins, próximo à sua foz no Amazonas. Os Tapirapé, juntamente com os demais grupos, iniciam sua movimentação rumo sul instalando-se na junção do Tocantins com o Araguaia por volta do início do século XVIII, por provável pressão da captura escravagista por expedições paulistas no século XVII forçando grupos proto-Kaiapó a se deslocarem rumo oeste, buscando a segurança das matas do atual Mato Grosso e Pará. Nesse movimento, estes últimos terminaram por entrar em contato (num primeiro momento) e deslocar (num segundo momento) os grupos de língua Tupi já referidos. No século XVIII as aldeias Tapirapé espalhavam-se por um imenso território que ia do *hinterland* das matas da margem esquerda do rio Araguaia, próximas à atual Conceição do Araguaia, no sul do Pará, até o norte do Mato Grosso, na margem esquerda do rio que leva o nome da tribo, Tapirapé, próximos às atuais Confresa e Vila Rica (MT).

A partir da metade do século XIX em diante, portanto, todos os Tapirapé já se encontravam reunidos nas imediações e no interior da serra do Urubu Branco, ao norte e nas imediações do rio Tapirapé. A partir de 1950, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), auxiliado por missionários dominicanos, passou a reunir todos os Tapirapé dispersos em fazendas e núcleos regionais formando uma nova aldeia nas proximidades do Posto e cerca de uma légua (6 km) da aldeia Karajá de Itxalá. Em 1952 a Missão das Irmãzinhas de Jesus instalou-se entre os Tapirapé passando a assisti-los na área da saúde. Tanto os Tapirapé aldeados na região da barra do rio Tapirapés como os isolados de Xexotãwa e Xoatãwa continuaram a se utilizar do território da atual TI Urubu Branco.

A versão oral da história Tapirapé, apesar das esperadas diferenças em relação àquela baseada em fontes bibliográficas, situa a implantação do grupo nas terras do Urubu Branco num período de tempo mais recuado, conforme se deduz do tratamento mais "mítico" que "histórico" dado ao assunto, que o atribuído pelas fontes documentais. De qualquer forma pode-se afirmar com segurança que tanto as fontes orais como as escritas apontam que os tapirapé já se encontravam vivendo na serra do Urubu Branco pelo menos desde a metade do século XIX. Mostram também que a história dos Tapirapé repete a constante histórica de muitos grupos indígenas brasileiros, a saber, seu "descimento", do fundo de suas florestas no alto curso de rios tributários, para as margens dos grandes rios, no caso o "beiradão" do rio Araguaia.

As frentes de expansão da sociedade nacional, representada pela pecuária através de grandes empresas agropastoris e pela especulação com terras atingiram o médio Araguaia. Em parte esse processo ocorreu como consequência do Plano Geral de Viação Nacional de



1934, posto em prática pela Fundação Brasil Central com a construção da BR-72 em 1966. Nesse ano, já sob a designação BR-158 a estrada e seus ramais atingem a região da fazenda Suiá-Miçu, São Félix do Araguaia, Luciara e Santa Teresinha no Mato Grosso.

Em 1964 começam a se instalar na região grandes empresas agropecuárias, beneficiadas pela política de incentivos fiscais originários da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Banco da Amazônia (BASA) e do programa POLAMAZÔNIA. Segundo a orientação governamental a ocupação da região deveria se pautar por duas diretrizes básicas: (a) melhoria e ampliação da rede de estradas vicinais de apoio à pecuária e (b) desenvolvimento e consolidação da atividade pecuária. Esse período inaugura um intenso movimento de migração interna em direção à Amazônia, grilagem das terras dos pequenos moradores mais antigos da região e um modelo autoritário de resposta às demandas populares que se opunham ao modelo oficial de desenvolvimento.

A atual cidade de Confresa deve seu nome, na verdade um acrônimo, aos grupos econômicos que se instalaram na região. O distrito de "Confresa" foi criado em abril de 1990 e o município em dezembro de 1991.

Atualmente, a TI Urubu Branco superou em grande medida os conflitos originais e, apesar da pressão constante e o risco de novas invasões, como as que se encontram ainda pendentes na porção norte da área, a comunidade Tapirapé já logrou significativo reconhecimento de seu direito ao território que ocupam junto à sociedade envolvente, a qual está assimilando paulatinamente a presença permanente desta cultura indígena em suas mediações.

A TI Maraiwatsede conta apenas com uma aldeia, de mesmo nome que a terra indígena, com 68 casas, distribuídas entre uma população de 630 índios. A aldeia Maraiwatsede está distante 7 km da rodovia BR-158.

Os Tapirapé vivem, em março de 2006, em cinco aldeias (Tapi'itãwa, Wiriaotãwa, Towajaatãwa, Akara'ytãwa e Tapiparanytãwa) no interior da TI Urubu Branco e em uma aldeia (Maityritãwa) localizada no interior da TI Tapirapé/ Karajá. A população Tapirapé se concentra, portanto, em seis aldeias, totalizando 564 indivíduos, 481 dos quais residindo no interior da TI Urubu Branco. A população Tapirapé tem apresentado um surpreendente crescimento populacional, após sua quase extinção há algumas décadas atrás.

As informações apresentadas anteriormente foram compiladas a partir do texto original dos antropólogos responsáveis pelos estudos das comunidades indígenas, em muitos casos mantendo o formato original destes, encontram-se adequadamente detalhadas em seus respectivos documentos nos capítulos II e III, não cabendo aqui sua rerepresentação, assim como em relação aos demais itens deste capítulo.

O que vale ser resgatado aqui é que há um conhecimento adequado e suficiente das características e do histórico da presença indígena na região, possibilitando a identificação

do contexto que consubstancia a situação atual destas comunidades, ainda que diversos elementos da situação atual da comunidade indígena Xavante não tenham sido efetivamente abordados pelos obstáculos colocados por sua própria condição atual, como será visto, em especial, no quadro da situação fundiária, a qual é extremamente crítica em relação a esta comunidade atualmente.

### Situação Fundiária

A Terra Indígena Maraiwatsede foi registrada na Secretaria de Patrimônio da União, sendo uma área de 39.886,8020 (trinta e nove mil oitocentos e oitenta e seis hectares, oitenta ares e vinte centiares), de terras, situada no Município de São Félix do Araguaia, no Estado do Mato Grosso, e outra área com 125.354,4271 (cento e vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e quatro hectares, quarenta e dois ares e setenta e um centiares), de terras, situada no Município de Alto Boa Vista, também no Estado do Mato Grosso. Área total de 165.241,2291 (cento e sessenta e cinco mil, duzentos e quarenta e um hectares, vinte e dois ares e noventa e um centiares) e Perímetro de 248.707,99 metros.

A área registrada, de propriedade da União Federal, trata de Terras de Posse Imemorial e Tradicional do Grupo Indígena Xavante, sendo-lhe destinado o Usufruto Exclusivo das riquezas naturais do solo, dos rios, dos lagos e de todas as utilidades nelas existentes, em que os Bens são Inalienáveis e Indisponíveis da União Federal e que não podem ser objeto de Arrendamento, Desapropriação ou qualquer negócio Jurídico que restrinja o Pleno Exercício da Posse Direta pela Comunidade Indígena.

Em 2002, a FUNAI constitui Grupo de Trabalho com a finalidade de proceder a elaboração de um Plano de Ação para a ocupação de Terra Indígena Maraiwatsede, pelos índios Xavante da Aldeia Água Branca, atendendo a decisão judicial da Justiça Federal da 5ª Vara, Seção Judiciária de Mato Grosso (Processo 950000679-0).

Ainda em 2002, novo Grupo de Trabalho é constituído com a finalidade de apresentar o projeto de retorno dos índios à Terra Indígena Maraiwatsede determinados pela Portaria nº 587/PRES.

Como foi constatado, a partir da transferência da área de Maraiwatsede, os Xavante dispersaram-se em várias outras áreas Xavante e passaram a viver graças a permissão dos parentes nas terras dos outros. Após anos de separação, parte do grupo, cerca de 350 índios em 1984, na aldeia Água Branca, da TI Pimentel Barbosa, e outros Xavante dispersos em outras áreas, passaram a aguardar o retorno a Maraiwatsede.

Hoje possuem a área oficialmente e administrativamente, mas não a ocupam de fato, isso devido às invasões dos não índios da região. As invasões são criminosas, pois a área já está registrada como tradicional e de usufruto dessa comunidade Xavante.

Em 30 de março de 2006, a Funai criou, através de portaria, o Núcleo de Apoio para os índios Xavante de Maraiwatsede, no município de Ribeirão Cascalheira, a 100 km da Terra

Indígena Maraiwatsede/MT. A implementação de um Núcleo de Apoio próximo ao território Xavante era uma reivindicação antiga dos índios que se concretiza.

Os índios lutaram muitos anos pela terra e enfrentam, hoje, conflitos com posseiros, madeireiros e fazendeiros que permanecem na área. Apenas em 2004, o Supremo Tribunal Federal autorizou o retorno dos índios à área. A decisão, no entanto, não proibiu a permanência de não-índios da região dentro do território homologado e registrado pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU.

Os índios Xavante solicitaram, além da criação do núcleo de Ribeirão Cascalheiro, ações para fiscalização da terra e a compra de um trator para a produção de roças.

A TI Urubu Branco, com extensão de 167.533 hectares, encontra-se homologada por decreto presidencial sem número de 08/09/1998 publicado do Diário Oficial da União na sua edição de 09/12/1998. Em termos legais o processo encontra-se bem definido e seu andamento é, em boa parte, irreversível. Sua finalização, no entanto, depende do registro no Cadastro de Registro de Imóveis (CRI) dos municípios de Santa Teresinha, Confresa e Porto Alegre do Norte, todos no Mato Grosso, onde se encontra essa Terra Indígena, e seu registro, também, no Serviço de Patrimônio da União (SPU).

A TI Urubu Branco, no entanto, encontra-se invadida por uma série de pequenos e médios alegados "proprietários" de terras em área indígena. Antes da declaração da Terra Indígena a área era ocupada ao norte por pequenos proprietários que adquiriram áreas das agropecuárias no início do reconhecimento da área como TI ou que foram assentados pelo INCRA na gleba desapropriada denominada Porto Velho; e ao sul, na área de campos, por seis empresas agropecuárias, sendo essas últimas indenizadas e se retiraram da Terra Indígena.

Parte dos alegados proprietários recebeu indenizações devidas por serem admitidos como "boa fé" e tendo sido movida ação para remoção total dos invasores, 16 destes obtiveram autorização judicial para permanecer na área, resultando na permanência de cerca de 23 famílias que passaram a pilhar a área, desmatando, queimando, construindo novas cercas e currais e vendendo a madeira existente nas matas primárias. Aproveitando-se da permanência desse grupo, outros invasores, segundo o Antropólogo André A. Toral, também reocuparam a área, gerando um impasse que aguarda a solução judicial para ser definitivamente solucionada.

### Situação Ambiental

As Terras Indígenas estão localizadas na microregião denominada Norte Araguaia, em Mato Grosso, contemplando sete municípios: São Félix do Araguaia, Confresa, Santa Teresinha, Cana Brava do Norte, Alto da Boa Vista, Vila Rica e Porto Alegre do Norte. As TI pertencem a dois grupos diferentes. A TI Maraiwatsede, mais ao sul, localiza-se nos municípios de Alto da Boa Vista e São Félix do Araguaia e abriga a etnia Xavante. A segunda, conhecida como TI

Urubu Branco da etnia Tapirapé, localiza-se nos municípios de Santa Terezinha, Porto Alegre do Norte e Confresa.

O Estado do Mato Grosso apresenta em seu território três dos mais importantes ecossistemas brasileiros: o Cerrado, a Floresta Amazônica e o Pantanal, além das nascentes das duas maiores bacias hidrográficas do Continente, a Amazônica e a Platina. Tal fato faz com que o Estado configure-se como uma grande Zona de Tensão Ecológica, reunindo elementos dos diferentes biomas, com uma ampla diversidade de paisagens e de espécies de fauna e flora e com alta incidência de endemismos.

A bacia Amazônica inclui a bacia do rio Araguaia, um dos sistemas fluviais mais importantes da América do Sul. Sua área de drenagem apresenta duas regiões fitogeográficas que concentram boa parte da biodiversidade do planeta: o Cerrado e a Floresta Amazônica. Essas regiões vêm sofrendo cada vez mais degradações ambientais, tais como erosões e assoreamento, desmatamentos e queimadas para implantação de lavouras e pastagens.

O Brasil apresenta um dos maiores rebanhos de bovinos do mundo, ocupando o segundo lugar em produção e primeiro nas exportações mundiais de carne. A expansão dessa atividade, impulsionada pelas características sócio-econômicas da região, tem elevado o índice de desmatamento na Amazônia resultando em mudança na paisagem devido à conversão de florestas em pastagens. O solo e o clima favorável à criação de bovinos também têm contribuído para o aumento dessa expansão. A queima como instrumento de atividade de pecuária seria o principal componente responsável pelo desmatamento e maior impacto sobre o ecossistema (RIBEIRO *et al.*, 2005).

Segundo a CI-BRASIL a região composta pelas unidades de conservação é bem protegida, mas todo o entorno passa por um intenso processo de ocupação, devido a atividades agropecuárias e extrativistas.

A área do corredor foi considerada como altamente prioritária para a conservação da biodiversidade, com base em estudos realizados para o bioma Cerrado e Amazônia, pelo MMA, CI, ISA, IBAMA. A implantação do Corredor Ecológico, dentre muitos objetivos, propõe-se a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população indígena, ampliando áreas de vida para grandes mamíferos, com a conexão das terras indígenas a outras áreas protegidas e protegendo a ictiofauna, recursos indispensáveis às comunidades indígenas.

De acordo com os resultados do trabalho "Ações prioritárias para a conservação da biodiversidade do Cerrado e Pantanal", a área proposta para o corredor é um dos três pontos em que ainda existe a maior integridade da cobertura vegetal do Cerrado brasileiro, entre 64 e 100%, e corresponde a 16,77% de áreas remanescentes de Cerrado não antropizado (DIAS *et al.*, 2000). A ampla rede de hídrica que suporta a região Araguaia-Bananal confere à área uma extrema importância biológica.

A Terra indígena Maraiwatsede, localizada na bacia do Tocantins, é drenada por cabeceiras de corpos d'água de relevância regional, localizando-se sobre um divisor de águas que separa as duas grandes bacias hidrográficas da área em estudo: Xingu, a oeste, e Araguaia, a leste. A serra do Roncador é o divisor de águas que se projeta ao longo de toda a TI, com direcionamento geral coincidindo em muitos trechos com o eixo da rodovia que traspassa a área.

Há poucas áreas com solos de boa aptidão para lavouras na TI Maraiwatsede. As áreas que apresentam alguma aptidão agrícola não são adequadas para manejos primitivos, sendo necessários, pelo menos, o uso de tração. As matas que acompanham os cursos d'água apresentam aptidão regular para pastagem natural, uso esse desaconselhável nesse tipo de ambiente, devendo ser utilizadas para a conservação da fauna e da flora.

A paisagem na TI Maraiwatsede tem uma composição marcada, a leste da rodovia, pelo predomínio de cerrados, com agricultura, pecuária e áreas de queimadas, além de algumas áreas de floresta. As áreas de cerrados localizam-se ao sul da TI, ficando a pecuária ao norte desta. A oeste da rodovia a classe predominante é de floresta, com agricultura, cerrado, pecuária e áreas de floresta em desmatamento, principalmente dentro dos limites da TI, onde a área desmatada chega a 203 km<sup>2</sup>. Existe também uma área de floresta ripária expressiva presente no curso do rio Comandante Fontoura.

Nos limites da TI a paisagem é bastante heterogênea. O que chama atenção são as áreas de queimadas, floresta em desmatamento, pecuária e agricultura dentro dos limites da TI Maraiwatsede. Somadas estas áreas superam em mais de 60 km<sup>2</sup> as áreas de floresta dentro dos limites da TI.

**Quadro 6.3.50 - Áreas das classes de uso e ocupação do solo na TI Maraiwatsede e entorno.**

Classes de Uso do Solo	Áreas (km <sup>2</sup> ) na TI	%	Áreas (km <sup>2</sup> ) na TI + Entorno	%
Agricultura	360,4	14,6	865,5	21,2
Água Superficial	1,8	0,1	5,1	0,1
Cerrado	377,8	15,3	552,1	13,5
Floresta	900,6	36,4	1115,7	27,3
Floresta Ripária	222,8	9	304,2	7,4
Floresta em Desmatamento	203	8,2	222,1	5,4
Nuvem	3,1	0,1	232,6	5,7
Pecuária	284,8	11,5	663,5	16,2
Queimada	117,6	4,8	120,3	2,9
Urbano	1,4	0,1	3,6	0,1
<b>Área Total</b>	<b>2473,3</b>	<b>100</b>	<b>4084,7</b>	<b>100</b>

Segunda a interpretação de imagem de satélite, 60,7% da área ainda apresenta vegetação nativa, seja ela florestal (36,4%), floresta ripária (9%) ou cerrado (15,3%). Essa vegetação certamente ocupava toda a área em questão e vem sofrendo alterações e degradações pelo desmatamento (8,2%) e pelas queimadas (4,8%). Essa degradação vem acentuando-se na medida em que há usos intensivos da terra para atividades de produção em larga escala, como pecuária (11,5%) e agricultura (14,6%). Ou seja, 39,1% da área atual da TI é constituída de áreas alteradas.

A vegetação natural encontrada na TI Maraiwatsede pode ser considerada como um mosaico vegetacional e agrega elementos amazônicos e do cerrado brasileiro, alternando paisagens de um ou outro bioma com ambientes de sobreposição, com espécies de ambos. Essas zonas, conhecidas como Áreas de Tensão Ecológica são, na verdade, o encontro de dois ou mais biomas onde podem conviver elementos desses ecossistemas. Essas áreas são bastante ricas, apresentando organismos endêmicos importantes.

Apesar da elevada degradação, verifica-se que as matas de galeria, aparentemente, apresentam-se em bom estado de conservação. Apesar da questão do uso de Áreas de Preservação Permanentes em Terras Indígenas ser bastante controversa, a manutenção da vegetação ao longo dos cursos d'água tem uma função de suma importância para a conservação da rede hídrica, bem como representam corredores genéticos/ecológicos, garantindo a dispersão e manutenção de espécies animais e vegetais.

A TI Urubu Branco está quase totalmente inserida no contexto da Bacia Hidrográfica do Araguaia, tendo apenas uma porção no norte de sua área inserida na Bacia do Xingu. A área é nitidamente marcada pelo divisor de águas da serra do Urubu Branco, localizada na porção central da TI no sentido SW-NE, definindo dois padrões de drenagem bastante distintos. Um marcado pelas áreas mais planas ao sul do divisor de águas, caracterizado pela várzea do rio Tapirapé, já inserido na planície do Bananal; outro, marcado por uma densidade de drenagem elevada, ficando ao norte da serra do Urubu Branco, onde os rios são perenes.

Ao sul da TI Urubu Branco, durante a estação seca, a água represada dá origem a diversos lagos. Durante a estação chuvosa a área toda fica alagadiça. Essa área (sul), por alagar sazonalmente, apresenta-se mais conservada, já que seu uso é limitado pelas condições ambientais. Essa característica também torna essa região importante para a manutenção de espécies dependentes de áreas úmidas em alguma fase da vida, sendo considerada como berçário natural e, por isso, exigindo medidas de conservação cabíveis.

As terras da área da TI Urubu Branco apresentam, em boa parte, aptidão boa para lavouras com um nível de manejo desenvolvido, regular para um nível de manejo pouco desenvolvido e inapta para um manejo primitivo. O uso atual destas terras não entra em conflito com a aptidão agrícola dos solos, pois estas áreas estão ocupadas por Floresta ao sul da serra Urubu Branco, e por Pecuária, ao norte da área. Grande porção da área, contudo, não possui aptidão para uso agrícola, tendo como uso atual a cobertura de Floresta. Esta área ocupa a porção central da TI, ao norte e sobre a serra do Urubu Branco. Ao sul da área, na várzea do

rio Tapirapé as terras apresentam aptidão regular para pastagem natural e são coberturas por cerrado.

A área é caracterizada, em termos de uso, pela presença de cobertura de campo sobre os relevos mais planos, cobertura de floresta nas áreas mais elevadas e uma área já desmatada ocupada por agricultura e pecuária. As áreas florestadas cobrem a área mais elevada da serra do Urubu Branco, ficando limitadas ao sul pela presença da várzea do Bananal, onde a cobertura do terreno é predominantemente de cerrado.

Existem áreas de floresta em desmatamento, principalmente nas partes mais elevadas da TI. Há uma área nessa condição localizada no norte da TI, totalizando 66,2 km<sup>2</sup>. Ocorrem também algumas áreas de queimadas, mas de abrangência restrita. As paisagens que predominam são as de cerrado (1.111,1 km<sup>2</sup>) e floresta (1.663,6 km<sup>2</sup>).

As classes de maior área dentro da TI são as de floresta e cerrado. As áreas de queimadas não ocorrem nos limites da TI, mas a pecuária ocupa uma área de 244,6 km<sup>2</sup> no interior da Terra Indígena.

A TI Urubu Branco também se encontra em uma zona de Tensão Ecológica, onde há o encontro dos biomas Cerrado e Floresta Amazônica, que caracteriza grande parte da área.

Através da análise comparativa do uso do solo percebe-se que a TI Urubu Branco apresenta melhor estado de conservação que a TI Maraiwatsede. Há menos incidência de áreas em desmatamento, queimada e menor proporção de uso agrícola. A pecuária ocupa 9,7% da área, sendo menor que a utilizada na TI Maraiwatsede. Há algumas áreas de floresta ripária em aparente bom estado de conservação. Segundo análise desses dados, 87,1% da TI apresenta vegetação nativa, enquanto que 2,6% está em processo de desmatamento. A análise de imagens de satélite de 1992 e 2005 aponta o aumento do desmatamento na parte norte da TI, atribuído a posseiros e fazendeiros ainda presentes na área.

Assim, verifica-se que as áreas indígenas têm um grande potencial de importância para a conservação da biodiversidade e para a manutenção da função de estabilização climática da floresta tropical. As populações indígenas têm demonstrado maior habilidade em manter a floresta do que grupos não indígenas.

Para os Tapirapé as mudanças ocorridas no meio ambiente se tornam mais evidentes uma vez que dependem do recurso da caça. Existe uma percepção, por exemplo, por meio da falta crônica de caça para a realização de seus cerimoniais. Sendo uma cultura altamente especializada na exploração do ambiente de matas e campos cerrados do Brasil central, os Tapirapé conseguiram, por meio das atividades de subsistência tradicionais, maximizar o aproveitamento do meio ambiente com um mínimo de interferência.

Os Xavante sempre habitaram a região de cerrado, que em Maraiwatsede, é uma área de transição entre as planícies inundáveis do Vale do Araguaia, a leste, conhecidas como

Varjão, e a Serra do Roncador, a oeste, coberta por matas mais densas, pois já se trata do bioma amazônico. As aldeias são feitas no cerrado, de onde os Xavante retiram parte de sua dieta alimentar e material para confecção de objetos.

A comunidade Xavante instalada na área não pode utilizá-la para seus rituais e para a sua sobrevivência. O manejo dos recursos naturais, em sua maioria, está sendo realizado pelos invasores da terra indígena, bem como pela população de Posto da Mata. Como os índios ocupam de fato, apenas parte da terra indígena, a preocupação com a contaminação das águas e o corte de madeira por parte dos invasores não-índios é grande.

### Utilização do Território

A grande questão dos índios Xavante de Marawatsede atualmente é que não ocupam seu território e são hostilizados pelos invasores os quais são ocupantes ilegais. As dificuldades que enfrentam hoje, por estar nessa situação de confinamento em uma pequena parte de seu território tradicional, impedem a realização de um diagnóstico mais detalhado como de outras comunidades indígenas em outras áreas completamente utilizadas. Maraiwatsede apresenta uma condição de alto conflito, em que a sociedade nacional não aceita a área como terra indígena.

A ocupação recente da área pelos Xavante e a situação de impossibilidade de utilização de seu território fazem com que não seja feito de forma regular o uso ritual e simbólico do território indígena de Maraiwatsede, tais como os cemitérios. As informações dos rituais e locais sagrados são da época da saída na década de 1960 e da época dos estudos de identificação e delimitação. Hoje, muitos desses locais não podem ser visitados, pois estão ocupados pelos fazendeiros e posseiros.

Pelo mesmo motivo não existem atividades produtivas praticadas pelos Xavante. Não realizam o extrativismo, havendo inclusive a reclamação de que a área está sendo objeto de desmatamento, com a extração de madeira por parte de fazendeiros e posseiros. A coleta e o artesanato não estão sendo realizados como a comunidade deseja, em virtude do confinamento imposto pelas invasões. Como estão confinados em um pequeno espaço não é possível percorrer a área, inviabilizando essas atividades tradicionais.

A pecuária não é praticada pelos Xavante da aldeia Marawatsede, apesar de apreciarem muito carne bovina. Bois são levados vivos à aldeia e o cacique ou outra liderança os abate com um tiro, dividindo a carne. A agricultura é a atividade produtiva mais desenvolvida na área, comparativamente a outras, embora esteja muito aquém da necessidade real das famílias. Os Xavante possuem trator para arar e plantam arroz. A área plantada está localizada próxima à aldeia e ainda não está produzindo para o consumo.

Dessa forma, os Xavante da Terra Indígena Maraiwatsede tem uma alta dependência do governo, recebendo cestas básicas para o sustento das suas famílias. Complementam sua dieta buscando ossos bovinos nos açougues de Posto da Mata, sendo disponibilizados pelos



não-índios aos homens Xavante. Os índios também compram alguns mantimentos nos mercados, assim como o fumo, mas não são bem vistos pela população de Posto da Mata, ficando restritos a apenas um ponto comercial que os atende.

A Terra Indígena Maraiwatsede está localizada em uma região de ocupação tradicional Xavante, sendo que sua comunidade mantém contatos com os Xavantes de outras terras indígenas, inclusive por já terem morado em algumas delas, como a TI Parabubure, TI Ubawawê, TI Pimentel Barbosa, dentre outras. Mas a situação, hoje de confinamento, também tem interferido na distribuição espacial do grupo. A presença de seiscentos e trinta Xavante em uma única aldeia, a qual funciona como uma espécie de proteção ao grupo, favoreceu a luta pela terra, mas por outro lado, não permitiu a formação de outras aldeias e as relações no entorno.

Mas, como estratégia de sobrevivência, a TI Maraiwatsede não apresenta o faccionismo, característica marcante da distribuição espacial da população Xavante. Há critérios internos dos Xavante para definição do território. Os índios Xavante tem muitos grupos, e cada grupo ou aldeia efetivamente ocupa um território/espço, mais ou menos delimitado, que considera como seu. Embora se considere a existência de um território comum, pertencente aos Xavante como um todo; as reivindicações costumam ser encaminhadas de forma isolada, nem sempre respondendo um grupo pelos interesses dos outros.

Há uma adaptação da jurisdição administrativa à distribuição espacial dos grupos (facções) existentes. Esta distribuição é influenciada pela negociação de privilégios e pela distribuição dos bens adquiridos através da FUNAI. Estas composições políticas são historicamente estabelecidas através dos processos estruturais de cisões internas e pelas diferentes formas de encarar e vivenciar o contato com a sociedade nacional e seus diferentes órgãos administrativos. A ocupação do território é primordial para a garantia da posse do mesmo. Assim, as aldeias são distribuídas geograficamente no intento de ocupar e fiscalizar o máximo de área possível, orientando-se as cisões para este objetivo.

Como ainda não tomaram posse "física" de todo o território, se concentraram em uma única aldeia, com a mesma liderança do Cacique Damião, que está à frente do grupo desde as reivindicações de identificação e retorno a TI Maraiwatsede.

No que tange a TI Urubu Branco, ao longo de sua história os Tapirapé mantiveram relações com diversos grupos indígenas que vivem atualmente no Mato Grosso e Pará. Com a ocupação regional destes territórios as terras indígenas se tornaram verdadeiras ilhas em meio à ocupação branca. Os grupos Tapirapé e Kaiapó, após períodos de conflitos, perderam o contato e passaram a se encontrar apenas na sede da FUNAI em Brasília, em encontros de lideranças ou em outras ocasiões formais, embora as relações entre os grupos tenham passado por um processo de pacificação.

A relação dos Tapirapé com os grupos de língua Karajá do rio Araguaia também se modificou bastante ao longo da história do grupo, passando de situações de confronto direto, para

períodos alternados de aliança e hostilidade até um período recente de intercâmbio de casais. Como herança desse período existem 13 casais mistos formados por Tapirapé e Karajá, embora sua convivência também estivesse marcada pelas disputas dos benefícios oferecidos pela FUNAI, pelo município de Santa Teresinha e pela Missão das Irmãzinhas de Jesus. Contudo, marcantes diferenças culturais afastam estes povos de forma definitiva. Os Tapirapé, em suma, já não desejam uma convivência diuturna com os Karajá. A transferência da maior parte de sua população para a TI Urubu Branco marca esse desejo de separação e a recíproca também é verdadeira.

Os contatos dos Tapirapé com outros grupos de língua Tupi, recentemente contatados, do interflúvio Tocantins, Xingu e Araguaia, foi viabilizada a partir da década de 1980 por meio da Associação dos Povos de Língua Tupi do Mato Grosso, Pará, Amapá e Maranhão (AMTAPAMA). Foi uma tentativa de se unir grupos Tupi cuja língua e cultura apresentavam inúmeros pontos comuns para o encaminhamento de temas ligados à terra e assistência junto à FUNAI e à sociedade branca de uma forma geral. Os Tapirapé buscam, ainda, contato com as aldeias do rio Xingu, como as dos Kamaiurá e os Metuktire (“Txukahamãe”) para tratamento xamânico feito por pajés desses grupos indígenas. Alguns rapazes Tapirapé, finalmente, foram fazer aprendizado xamânico junto aos Kamaiurá.

O tema da contestação da posse da área por parte de outro grupo indígena é recorrente e explica a recusa em aceitar novos imigrantes indígenas e também trazer mais invasores à já tão ocupada TI Urubu Branco. De uma forma geral, pode-se dizer que os Tapirapé vivem hoje com contatos muito limitados com outros grupos indígenas.

A atividade econômica mais importante desenvolvida no entorno da TI é destilaria Gameleira S. A., que é vizinha lindeira da TI Urubu Branco. As demais atividades econômicas desenvolvidas no entorno, agricultura de subsistência, arroz e pecuária, não causam um impacto digno de nota ao meio ambiente.

Entre outros problemas de ordem trabalhista e ambiental, esta destilaria promove anualmente queimadas que põem em risco a saúde e mesmo a segurança da aldeia mais próxima, ficando esta a mercê do risco de incêndio.

Outra atividade econômica que envolve diretamente os Tapirapé é o arrendamento de áreas no interior da TI para pecuaristas em troca de dinheiro ou de gado e benfeitorias. Estes contratos foram detalhadamente analisados pelo antropólogo responsável, o qual concluiu que no geral estes são nocivos aos interesses do conjunto dos Tapirapé, embora alguns grupos familiares se beneficiem diretamente com isso e, de certa forma, imponham aos demais sua manutenção.

Uma aldeia Tapirapé deveria ter ao redor de 200 pessoas para garantir sua reprodução física e cultural, estando apoiada num ecossistema propício ao desenvolvimento da atividade agrícola, da caça e da coleta, suficiente para fazer funcionar os princípios que organizam sua sociedade: (1) grupos de parentesco, (2) os *wyra* ou “sociedades de pássaros” e (3) os

“grupos de comer”, *tataopãwa*. Na ausência dessas unidades constitutivas as atividades econômicas e a vida cerimonial não poderiam funcionar, sendo importantes na produção e consumo de alimentos, bem como na condução de sua vida religiosa.

A criação e regularização da TI Urubu Branco ofereceu condições para o surgimento de novas aldeias com base na família extensa de seus líderes, que formava sua estrutura básica á qual se juntavam parentes e/ou pessoas relacionadas por relação de amizade. As atuais dominam o português e tem capacidade de estabelecer alianças com brancos, circulando com desenvoltura em Confresa e Santa Teresinha. De 1993 a 2005 foram formadas cinco novas aldeias e esse processo ainda não terminou.

Contudo, apesar das áreas destinadas a atividades agrícolas serem estabelecidas por grupos de famílias extensas de cada comunidade, as áreas de coleta e caça são comuns a todos os Tapirapé, independente de sua comunidade. Da mesma forma, a verba conseguida com o arrendamento é administrada, em termos formais, de maneira conjunta e repartida segundo prioridades estabelecidas também conjuntamente. Apesar da liderança do cacique de Tapi itãwa em relação aos demais, as relações entre líderes de comunidade assemelham-se a um colegiado de caciques que funciona na base do consenso.

#### Economia Indígena e Relação com a Sociedade Envolvente

Os Tapirapé podem ser descritos como um povo de agricultores, sendo que o conceito de aldeia e roça se confundem. A mudança para a TI Urubu Branco possibilitou-lhes recuperarem suas atividades agrícolas, embora estejam mais sedentarizados. O rodízio de aldeias num imenso território foi substituído pela utilização de áreas durante um período de tempo e abertura de novas áreas em matas primárias nas proximidades das aldeias.

As espécies mais cultivadas são mandioca, milho “índio”, banana, mamão, aipim, cará, batata doce, arroz, abóbora, andu e outros tipos de favas, amendoim, algodão. Próximo às casas, plantam espécies frutíferas como manga e cítricos, além de urucum e cuité para fazer tinturas e produtos de artesanato, respectivamente.

Ao contrário do passado, e num ritmo crescente, as compras de farinha, arroz e feijão no comércio local tornam-se cada vez mais freqüentes devido à introdução de salários. Até 1980 os Tapirapé chegavam a vender farinha no mercado regional, o que não ocorre mais.

A caça e a pesca são, hoje em dia, as mais importantes fontes de obtenção de proteínas. Atualmente, os Tapirapé vivem uma importante deficiência protéica pela dificuldade em encontrar caça. A caça tem, além da sua importância nutricional, uma importante função simbólica. É por meio da caça que os Tapirapé articulam boa parte de seus grupos sociais, como os *wyra*, “as sociedades pássaros”, e os *tataopawa*, “grupos de comer”, importantes princípios organizativos da vida religiosa do grupo. As espécies animais mais procuradas são o porco queixada (*Dicotyles albirostris*), porco caititu (*Dicotyles tayassu*), paca (*Coelogenys paca*), cotia (*Dasyprocta*, sp.), tamanduá- bandeira (*Myrmecophaga jubata*), jabuti (*Testudo*

*tabulata*), quati (*Nasua narica*), macaco prego (*Cebus*, sp.) e uma espécie não identificada de macaco conhecida como *kutxiú*, tartaruga (*Podocnemis expansa*) e seus ovos, tracajá (*Podocnemis unifilio*) e seus ovos, veado campeiro (*Dorselaphus bezoarticus*), veado mateiro (*Mazama americana*), tatu (*Euphractus sexintus*), guariba (*Alouatta* sp.), anta (*Tapirus americanus*) e pato do mato (*Alopochen discolor*) entre outros. A coleta de frutas silvestres e a pesca completam a alimentação do grupo.

As modificações sofridas nos hábitos alimentares, levando ao desrespeito aos interditos alimentares, têm levado a perdas de identidade religiosas importantes, com reflexos na integridade cultural do grupo.

O artesanato, desde a década de 1970, é a mais importante fonte de entrada de recursos, excetuando-se os salários, que dispõe para obtenção do dinheiro que necessitam para comprar gêneros que se tornaram indispensáveis como artigos de ferro, roupas, sal, armas, munição e alimentos industrializados ou carne fresca no comércio de Confresa. O artesanato Tapirapé é de excelente qualidade em termos de material empregado, confecção e acabamento, e consiste, basicamente, em diversas variedades de cestaria, arcos e flechas, remos, lanças, cuias decoradas entre outros. Produtos que utilizavam plumária, como diademas e a célebre *tawã* (cara grande), graças à proibição de comércio por parte do IBAMA, praticamente deixaram de ser produzidas para venda.

O comércio é feito por meio de viagens de alguns Tapirapé a S. Paulo ou para Brasília de ônibus, por meio da Artíndia da FUNAI ou compradores especializados que visitam a aldeia regularmente e compram por atacado e em grandes quantidades para revenda principalmente em lojas do sudeste do país (S. Paulo, principalmente) e Brasília. Visitantes que passam pela aldeia compram pequenas quantidades de um artesanato mais barato e de baixa qualidade.

A criação de gado, finalmente, é feita por meio da utilização da mão-de-obra de um vaqueiro regional que recebe salário, pago pela APOIT, e porcentagem do gado nascido. Seu rebanho atualmente conta com aproximadamente 700 cabeças e é mantido próximo à aldeia Akara 'ytãwa, nos pastos implantados pela antiga fazenda Santa Laura. Basicamente fornece leite exclusivamente para esta última aldeia e carne para as demais em ocasiões especiais, como comemorações relativas ao Dia do Índio (19 de abril). Tentativas de fazer com que os próprios Tapirapé cuidassem de seu gado não deram resultado.

Os salários que os Tapirapé recebem hoje tem sua origem na escola (diretores, professores, merendeiras e faxineiras), assistência médica por meio da FUNASA (agentes de saúde e sanitaristas) e assistência social por meio do INSS e FUNRURAL (aposentados e auxílio doença).

Entre a população com mais de 15 anos (cerca de 316 pessoas) 66 recebem algum tipo de salário, aposentadoria ou ajuda regular em dinheiro (20,9%). A estes soma-se a remuneração proveniente dos arrendamentos para pecuaristas, resultando em grande

circulação de dinheiro. Isso explica parcialmente a mudança nas formas de subsistência tradicionais e na sua cultura, por conta das novas rotinas conflitarem com as tradicionais. Algumas famílias, também, por conta disso, estão se “elitizando” frente às demais.

Apesar de terem contato com a sociedade envolvente desde a década de 1950 e da proximidade de Confresa, os contatos sociais e culturais com seus vizinhos são muito discretos. Não existem vínculos sociais, formalizados, por exemplo, em relações de compadrio, adoção, casamentos e outras entre eles e a sociedade envolvente. Parte da preocupação com a questão dos casamentos interétnicos tem a ver com a possibilidade de brancos passarem a gerir o território Tapirapé.

As relações entre as duas sociedades se limitam a participações em eventos sociais e políticos, e a sociedade envolvente já incorporou a percepção da legitimidade da posse Tapirapé sobre sua terra, o que reduz muito o espaço de conflitos, embora persista a discriminação cultural e racial e a memória do processo traumático de instituição da TI Urubu Branco.

Há o desejo da comunidade Tapirapé fazer parte da representação política local, já tendo eleito vereador e tendo algumas lideranças que se candidataram a cargos públicos. O pragmatismo dos Tapirapé nas suas posições políticas e de defesa de interesses econômicos tem levado a um certo distanciamento da Pastoral Indigenista de São Félix. O arrendamento das terras Tapirapé constitui-se em importante vínculo político com as lideranças empresariais de Confresa, retirando os Tapirapé do isolamento político em que se encontravam.

A organização política dos Tapirapé se restringe a duas instituições. A AMTAPAMA Associação dos Povos de Língua Tupi do Mato Grosso, Pará, Amapá e Maranhão foi a primeira organização indígena da qual os Tapirapé participaram, embora hoje estejam afastados. Em 2000 algumas lideranças Tapirapé formalizam a Associação do Povo e Organização Indígena Tapirapé, a APOIT, com a atribuição original de representação dos “negócios” Tapirapé junto aos brancos e canalização dos benefícios sem favorecer uma ou outra aldeia. Atualmente, a função principal da Associação é gerir os arrendamentos para pecuaristas, sendo criticada com relação a este último objetivo.

Não há casos de alcoolismo entre os Tapirapé, nem de prostituição de mulheres Tapirapé. O balneário instalado pela Destilaria Gameleira para seus trabalhadores junto a este córrego, contudo, representa um risco de contato com prostitutas, com risco de doenças sexualmente transmitidas.

Os Xavante, da TI Maraiwatsede, por sua vez, encontram-se atualmente na fase de luta pela posse efetiva de seu território frente aos atuais ocupantes de maior parte da área, formada por posseiros pecuaristas e o núcleo urbano de Posto da Mata, que conta com mais de 500 domicílios, além de uma rede comercial própria, estando totalmente inserido no interior da TI. A situação de conflito declarado e forte oposição de interesses torna as relações dos

Xavante com a sociedade envolvente extremamente limitadas em termos comerciais. Há registro de poucos contatos para aquisição pelos Xavante de seus produtos de consumo, restringindo-se a apenas um mercado de Posto da Mata que vende para os Xavante, sofrendo sanções das lideranças dos posseiros por este motivo, além de esporádicas negociações de aquisição de gado com posseiros menos refratários, igualmente coibida por estas mesmas lideranças. Os Xavante, atualmente, não possuem nenhuma atividade produtiva com desdobramento comercial em termos de renda para sua aldeia.

Politicamente, os Xavante não estão organizados em instituições formais e possuem na liderança do Cacique Damião Pradzane seu elo de articulação dos grupos familiares. A única aldeia do grupo em toda a TI está confinada a uma área que inviabiliza a realização de suas atividades ritualísticas, bem como o desenvolvimento de atividades produtivas de plantio e de caça. Atualmente a população Xavante encontra-se em situação muito precária, sofrendo sérias restrições alimentares que resultam em sofrimento e doenças.

Há controvérsias, também, quanto à efetiva permanência da população indígena Xavante na aldeia, o que seria absolutamente compreensível tendo em vista as condições efetivas nas quais se encontram para ocupar a área.

Atualmente, os Xavante são altamente dependentes do fornecimento pela União de alimentos e assistência. Serviços de Estado, como educação e saúde, não são prestados como deveriam para a comunidade Xavante de Maraiwatsede. Há um posto de saúde construído na aldeia, mas não está em funcionamento. O município de Alto Boa Vista não presta nenhum tipo de assistência aos Xavante, utilizando isso, inclusive, como forma de rechaço ao grupo e fonte de pressão pela sua saída e "liberação" da área como desejam as atuais lideranças políticas e empresariais deste município. As crianças Xavante não vão à escola e a assistência de saúde é prestada precariamente pela FUNASA, sendo dificultada pela óbvia falta de acesso ao grupo.

A comunidade Tapirapé conta com serviços de saúde e educação estruturados. Desde 1988, a Escola Indígena Estadual (EIE) Tapirapé foi reconhecida pelo Estado do Mato Grosso, fazendo com que a adoção de currículo oficial impactasse o modo de vida do grupo em função da imposição de uma rotina diferenciada da utilizada pelo grupo. Os funcionários da escola, inclusive professores e direção, são todos da própria comunidade Tapirapé. Todas as cinco aldeias da TI Urubu Branco possuem escola de ensino fundamental e o ensino médio é parcelado em aulas intensivas em fevereiro e agosto durante três anos. O Ensino Superior é oferecido pela Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT) por meio dos *campi* de Luciara e Barra do Bugre para a população local, tendo atualmente oito Tapirapé estudando em cursos parcelados nos *campi* acima, além do Projeto de Formação de Professores Indígenas, 3º grau indígena, promovido pela Universidade do Mato Grosso contando com sete Tapirapé cursando em Barra dos Bugres.

A assistência na área de saúde desde o início da década de 1990 passou das Irmãzinhas de Jesus para a Fundação Nacional de Saúde FUNASA que atualmente atende o grupo por meio

dos Distritos Sanitários de Confresa e de São Félix do Araguaia. Em todas as aldeias existe pelo menos um agente de saúde Tapirapé, uma farmácia, enfermaria e residência de alvenaria em prédios geralmente em bom estado de conservação, além de uma *Toyota* exclusivamente para serviços de saúde. Regularmente, médico e dentista visitam as principais aldeias. Os municípios de Confresa e São Félix dão acesso a seus serviços públicos para os Tapirapé.

Apesar dos poços e motores para abastecimento de água em todas as aldeias, a qualidade da água não é muito boa e está relacionada com os principais problemas de saúde dos Tapirapé.

### Vulnerabilidade das Terras e Grupos Étnicos a Partir da Inserção do Empreendimento na Região

A grande questão que se coloca em relação às TIs Urubu Branco e, especialmente, Maraiwatese, a qual é atravessada pela própria BR-158 em sua porção central é a situação que será criada com a sua pavimentação.

As duas comunidades indígenas manifestaram sua preocupação com dois processos que podem ser descritos da seguinte forma. Em primeiro lugar, a presença atualmente de posseiros que permanecem nas TIs com base em ações judiciais ou com base na inação dos órgãos responsáveis seria altamente fortalecida pela pavimentação da rodovia, aumentando em muito seu interesse o valor das posses que dominam dentro das TIs. Nesta condição, especificamente, é que as lideranças das duas comunidades indígenas se manifestam contrárias ao início de obras de asfaltamento sem a retirada completa dos não-índios que permanecem ocupando de forma permanente as respectivas TIs.

Em segundo lugar, mesmo que as TIs fossem retomadas integralmente pelas duas comunidades, permanece o receio com a pressão que será provocada pela dinamização da economia local a partir da pavimentação. O mercado de terras na região terá um forte incremento e a ocupação de maior volume de área produtiva, bem como a extração de recursos naturais tenderá a ser intensificada, induzindo e pressionando a que ocorram novas invasões nas TIs. Neste aspecto, a postura das comunidades indígenas não é de se opor à pavimentação, mas de assegurar controles e procedimentos que mitiguem com eficiência os impactos que serão gerados.

A maior vulnerabilidade, portanto, das TIs Urubu Branco e Maraiwatsede constitui-se, em primeiro e mais importante lugar, na presença hoje de posseiros ocupando de forma permanente áreas no interior desta. No caso da TI Maraiwatsede, esta questão é tão crítica que a maior parte do território indígena não pode ser acessada de forma segura pela própria comunidade Xavante.

Em segundo lugar, o aumento da presença e da intensidade econômica da atividade da sociedade envolvente provocará grande pressão sobre a integridade territorial e cultural dos

grupos étnicos Xavante e Tapirapé, os quais são induzidos a maiores níveis de integração com a sociedade nacional, estabelecendo vínculos econômicos e pessoais os quais acabam comprometendo a capacidade dos grupos indígenas continuarem reproduzindo sua cultura tradicional. Aumenta a pressão pelos casamentos interétnicos, pelo desenvolvimento de rotinas de trabalho e utilização dos recursos naturais pautados pelo modo de vida dos não-índios e pelo estabelecimento de relações comerciais entre índios e não-índios, a exemplo dos atuais arrendamentos a pecuaristas de terras no interior da TI Urubu Branco.

Outra questão que se coloca, supondo as melhores condições possíveis de controle integral do território das TIs pelas comunidades indígenas, é se é ou não adequado que a BR-158 mantenha seu traçado no interior da TI. Mantendo o atual traçado, na fase de obras, haverá circulação de trabalhadores e máquinas, construção de canteiros de obras, alojamentos, dentre outros, muito próximos à área indígena. A área da rodovia corresponde a apenas 15 (quinze) metros para cada lado de seu eixo central. A seguir já se inicia a TI Maraiwatse, sendo que qualquer recurso vegetal ou mineral utilizado é patrimônio desta.

Na fase de operação, a presença constante de tráfego de veículos e a tendência a ocorrerem ocupações na margem da rodovia, riscos de incêndios, abertura de vetores de entrada de não-índios para caça, pesca, além do risco de reações dos Xavante com protestos que interrompam o tráfego, além ainda do risco de acidentes e de conflitos pelos mais diversos assuntos representam importantes focos de pressão.

Foi cogitada a possibilidade de mudança do traçado atual, o qual pode ser desviado a oeste, pela MT-322 ou a leste, em direção a Alto Boa Vista. Estas mudanças de traçado, contudo, resolvem apenas parte do problema, especialmente se não for acompanhada da retirada dos atuais ocupantes das TIs não-índios e pela negligência no estabelecimento de controles adequados sobre a integridade e o domínio do território pelos Xavante.

Outro aspecto que torna a TI Maraiwatsede especialmente vulnerável é a presença em seu interior de um entroncamento rodoviário com a rodovia BR-242, no qual está localizada a localidade de Posto da Mata, pertencente aos municípios de São Félix do Araguaia e Alto Boa Vista. Por ser um núcleo urbano de relativo porte, sua remoção do interior da TI é extremamente complexa do ponto de vista político, ainda mais complexa que a retirada dos posseiros. A manutenção do traçado atual tenderá a fortalecer muito a posição da comunidade de Posto da Mata, assim como a mudança do traçado da rodovia irá trazer a necessidade de solucionar o problema que será gerado pela presença de uma área urbanizada no interior da área.

Vale frisar que na proposta de mudança de traçado feita pelos índios Xavante foi aceita a opção de mudança de traçado pelo oeste, ou seja, pela MT-322, pois pelo lado leste há a proposta de aumento da área da TI tramitando na FUNAI, e os índios aguardam resposta do órgão oficial. Os índios se mostraram contra a simples pavimentação do traçado atual da BR-158, verbalizando que a estrada permaneça como está.



Outro fator que deve ser levado em conta na avaliação das vulnerabilidades é a resistência da população local não-índia em não reconhecer a legitimidade da posse da área de Maraiwatsede pela comunidade indígena Xavante. Esta comunidade não tem o menor apoio, além de sofrer constantes ameaças e agressões, por parte da sociedade envolvente. Qualquer negociação de soluções que envolvam os atores locais, índios e não-índios, irá demandar um importante processo de mediação, soluções consistentes e, principalmente, agilidade, sob pena de agravarem-se as tensões e desencadearem-se conflitos abertos, como já ocorreu em outras oportunidades.

A presença de posseiros no interior das TIs, bem como o incremento da ocupação produtiva no entorno potencialmente provocada pela pavimentação da BR-158 traz conseqüências negativas para as condições ambientais das mesmas. Na parte norte da TI Urubu Branco, as famílias e fazendas que retornaram judicialmente o direito de ocupação de suas terras, desmatam a área ao mesmo tempo em que tornam praticamente impossível para os Tapirapé circular em nessa parte da área indígena. Há retirada de madeira do interior da área por esta população de posseiros, bem como o impacto do prosseguimento da pecuária através do arrendamentos. Na TI Maraiwatsede a situação é ainda mais crítica, incluindo queimadas constantes e completo acesso ao patrimônio natural da TI.

Em menor proporção, a TI Urubu Branco sofre pressão similar à TI Maraiwatsede em sua porção centro-sul, em função da circulação proporcionada pela rodovia MT-432 que atravessa a TI Urubu Branco ao meio. Em razão disso, é vista como extremamente preocupante por trazer viajantes da BR-158 interessados nos trechos desabitados que a estrada apresenta no interior da Terra Indígena.

As áreas indígenas têm grande importância para a conservação da biodiversidade e para a manutenção da função de estabilização climática da floresta tropical. Possuem também grande potencial para desempenhar papel importante como reserva de recursos naturais, interagindo com áreas de protegidas para conservação.

#### Aspectos a Considerar na Avaliação de Impactos

Os impactos ambientais provavelmente decorrentes da pavimentação da rodovia e as medidas propostas para mitigar ou compensar tais impactos são apresentados a seguir para as Terras Indígenas Maraiwatsede e Urubu Branco.

Os impactos foram definidos para o traçado atual, não considerando eventuais possibilidades de mudança do traçado da mesma, tendo em vista que não há condições de avaliar a viabilidade técnica, política e econômica dos mesmos. A possibilidade de mudança foi sugerida pelas lideranças Xavante que não querem o asfaltamento hoje, por acreditarem que tal empreendimento acarretará maior dificuldade e tempo para ocupação efetiva de seu território.

Os impactos identificados são agrupados e apresentados da seguinte forma:

- Impactos decorrentes da realização de obras na rodovia

Na TI Maraiwatsede, especialmente, e também na TI Urubu Branco, porém de forma menos direta tendo em vista a distância das aldeias da rodovia, a realização das obras de pavimentação acarretam uma série de situações que podem gerar impactos negativos, tais como a instalação de alojamentos (com emissão de efluentes e geração de resíduos sólidos), canteiros de obras e alterações morfológicas na topografia local, favorecendo formação de locais propícios ao desenvolvimento de vetores de doenças hídricas e de epidemias que podem incidir sobre a frágil condição de saúde das populações indígenas.

A realização da obras pode acarretar também a retirada de vegetação e a utilização de jazidas de materiais construtivos em áreas que excedem o domínio estrito da rodovia, avançando sobre a TI, no caso a Maraiwatsede.

- Impactos decorrentes diretamente da operação da rodovia

A rodovia, desde sua fase de obras de pavimentação, e posteriormente em sua fase de operação quando já asfaltada, em função da mudança de paisagem e do tráfego de veículos, irá estabelecer uma barreira de transposição no caso da TI Maraiwatsede, dificultando a circulação da população indígena, bem como da fauna existente na área, aumentando o risco de atropelamentos, de acidentes com cargas perigosas com contaminação dos recursos naturais que são diretamente utilizados pelas populações indígenas.

Haverá forte pressão sobre o uso da restrita faixa de domínio da rodovia pela sociedade envolvente, acarretando invasões sobre a TI Maraiwatsede, a abertura de vetores para ingresso de caçadores e para a extração de recursos madeireiros e minerais. Trechos rodoviários no interior das TIs, como é o caso da MT-424 e BR-242 no caso da TI Maraiwatsede e da MT-432 no caso da TI Urubu Branco.

- Impactos da pavimentação da rodovia sobre a situação fundiária das TIs

A pavimentação da rodovia tenderá a acentuar o conflito fundiário já existente atualmente nas duas TIs, tendendo a dificultar a retirada de atuais ocupantes não-índios das áreas tendo em vista a valorização do potencial produtivo das posses pelo crescimento do mercado de produtos agropecuários e pela valorização do mercado de terras na região.

- Impactos da pavimentação sobre o contexto cultural das comunidades indígenas e o relacionamento com a sociedade envolvente

Com a presença maior e mais freqüente de população não-indígena na região aumentarão as oportunidades e também a pressão pela realização de contatos prejudiciais aos Xavante e Tapirapé com não-índios, por conta da troca de produtos, comércio legal e ilegal, contatos pessoais e relacionamentos interétnicos, bem como uma "pressão cultural" difusa pela incorporação por aculturação das comunidades indígenas ao modelo cultural da sociedade nacional.

- Impactos da pavimentação sobre o contexto ambiental das TIs

O aumento da intensidade de exploração agropecuária na região, com aumento do número de queimadas e da poluição ambiental, bem como da contaminação dos solos e recursos hídricos gerará impactos não apenas sobre as comunidades indígenas, mas também sobre a fauna e a flora, bem como seu potencial de articulação com outras áreas preservadas como a Ilha do Bananal.

Ficam vulneráveis, também, as APPs - Áreas de Preservação Permanente e a mata ciliar que envolvem os recursos hídricos e, conseqüentemente, suas funções ecológicas de dispersão de espécies, pelo manejo inadequado de índios e não-índios dos recursos naturais das TIs. Há também o potencial aumento das áreas degradadas e alteradas pela ocupação produtiva anterior à instalação das TI, fruto da pressão pela ocupação das TIs, seja por invasão, seja por arrendamentos.

- Impactos positivos da pavimentação para as comunidades indígenas

Atualmente, as comunidades indígenas sofrem os efeitos de seu isolamento e do insuficiente atendimento de seus direitos pelos órgãos de governo responsáveis por elas. A presença de uma via de ligação regional pavimentada irá melhorar a mobilidade das populações indígenas, oferecendo melhores condições de acesso a bens e serviços disponíveis apenas fora de suas TIs, tais como serviços de saúde, bancários, entre outros.

O elenco de mitigações propostas para atendimento dos impactos descritos é:

- Adequação e ampliação do PAC - Programa de acompanhamento da construção no interior e nas proximidades das TIs

O Programa de Acompanhamento da Construção, programa ambiental usual em empreendimentos rodoviários para controlar impactos resultantes das obras precisa ser adequado e ampliado nas áreas próximas e principalmente no interior das TIs.

Neste Programa deverá ser restringida a instalação de todas as estruturas e obras aos limites exclusivos da rodovia, que não fazem parte das TIs. Alojamentos e outras estruturas, bem como jazidas de materiais e bota-foras deverão ser localizadas exclusivamente fora das TIs. Eventuais situações inevitáveis de ocupação de áreas da TI deverão ser negociadas previamente.

Com relação ao público de trabalhadores e profissionais envolvidos nas obras de pavimentação, deverão intensificadas as ações de controle e orientação, bem como um programa específico voltado para relacionamento com as comunidades indígenas.

No período de obras, deverá ocorrer um monitoramento detalhado da saúde da população indígena Xavante e Tapirapé, assegurando controle e agilidade com relação a eventuais problemas de saúde que possam estar sendo gerados pelas obras do empreendimento.

- Adequação da rodovia em áreas próximas ou no interior das TIs

O projeto de engenharia das rodovias deverá planejar, em conjunto com as comunidades indígenas, pontos de passagem adequados para a transposição segura da rodovia pela população indígena, com vistas a reduzir o risco de atropelamentos e de contatos prejudiciais entre índios e não-índios. Toda a sinalização e estabelecimento de pontos de passagem protegidos deverão ser planejadas para permitir segurança para a população indígena e para os motoristas que trafegam no local.

Deverá ser desenvolvido um detalhado controle da faixa de domínio, com a indicação clara dos limites das TIs e com orientações sobre riscos de incêndio, travessia de fauna e limites de velocidade e de horário para tráfego de cargas perigosas.

Deverá ser desenvolvido um planejamento de fiscalização rigorosa da ocupação ao longo dos trechos próximos ou no interior da rodovia, bem como um planejamento em caso de ocorrerem acidentes com cargas perigosas, incluindo campanhas regulares de orientação aos motoristas.

Deverão ser estabelecidos demarcadores claros dos limites das TIs ao longo da rodovia, utilizando cercas (a serem negociadas com as comunidades indígenas) em locais estratégicos, placas de sinalização, fechamento de acessos para o interior das TIs, etc.

- Ações interinstitucionais para apoio e atendimento das comunidades indígenas

A primeira e mais destacada mitigação neste grupo é a realização de uma ação interinstitucional que viabilize a retirada de toda a população não-indígena permanente do interior das TIs, incluindo o Posto da Mata. Trata-se de um grande desafio e requer a intervenção de diversos órgãos de governo além do empreendedor.

Outras ações importantes estão relacionadas aos seguintes temas:

- Realização de manutenção de estradas e caminhos no interior das TIs para fins de fiscalização do território pelas comunidades indígenas.
- Instalação de infra-estrutura para retomada dos territórios indígenas atualmente ocupados, incluindo o apoio à instalação de aldeias com escola, farmácia e habitações.

No caso da TI Urubu Branco, são sugeridas duas estradas internas a serem completadas ou instaladas: a partir de Tapi'itãwa em direção ao norte até a antiga propriedade de Ronaldo Jordão, com cerca de 20 km e 9 pontes de madeira sobre córregos médios permanentes e 01 grande sobre o rio Gameleira (a estrada já foi iniciada pelos próprios Tapirapé com ajuda das Irmãzinhas, faltando cerca de 8 km, além das pontes, para sua conclusão); a partir de Akara'ytãwa também em direção ao norte até a antiga propriedade de Ronaldo Jordão, com cerca de 9 km com 11 pontes sobre córregos médios permanentes e ribeirões.

Com vistas a organizar o contato com a sociedade envolvente propõe-se a discussão com as comunidades indígenas da construção de pontos de comércio para o artesanato e produtos naturais das aldeias, contando com estrutura de orientação aos visitantes sobre educação ambiental, fiscalização e denúncia do comércio ilegal de animais silvestres, etc.

Deverá ser considerada, também, a necessidade de controle adequado dos trechos rodoviários no interior da TI Maraiwatsede da MT-424 e BR-242, bem como o fechamento do acesso à rodovia MT-432 que cruza a área interna da TI Urubu Branco.

Deverão ser desenvolvidos programas específicos voltados à preservação das APPs e da integridade dos recursos hídricos no interior das TIs, bem como para a recuperação de áreas degradadas e alteradas pela ocupação produtiva anterior à instalação das TI.

Algumas mitigações específicas são apresentadas, bem como são detalhadas as aqui apresentadas, na versão preliminar do Programa Ambiental de Apoio às Comunidades Indígenas que segue.

#### Aspectos a Considerar na Elaboração de Programa Ambiental para a Componente Indígena

Não dispondo de Licença Prévia e de seus eventuais condicionantes e não tendo ainda sido avaliado pela equipe técnica da FUNAI, o Programa de Apoio as Comunidades Indígenas relativo ao trecho a ser asfaltado da BR-158 em Mato Grosso aqui apresentado possui apenas um caráter preliminar e se justifica na perspectiva de oferecer condições de ser avaliado o tipo de encaminhamento que poderá ser proposto para o controle ambiental dos impactos negativos potencialmente gerados pelo empreendimento.

Acredita-se que, com este procedimento, mesmo que preliminar, se estará contribuindo para ajustar o foco e orientar a escolha das proposições de controle dos impactos ambientais das obras sobre as comunidades indígenas afetadas.

#### *Justificativa*

O Diagnóstico realizado resultou em um panorama dos grupos indígenas afetados ao longo da rodovia BR-158, além de solicitações e requerimentos destas comunidades indígenas, enfatizando as reivindicações de proteção territorial e de ameaça de intrusão de não índios em suas terras.

Este Programa tomou como base, portanto, o referido Diagnóstico da situação atual destas comunidades. Contudo, é importante registrar que os estudos realizados, especialmente no que tange a TI Maraiwatsede em função das condições precárias nas quais a comunidade indígena Xavante ocupa suas terras atualmente, constituem apenas um subsídio inicial, demandando novas etapas de estudo, bem como de uma aprofundada discussão com a comunidade indígena, a qual definirá, juntamente com a FUNAI, a pertinência, adequação e suficiência das medidas compensatórias a serem adotadas por conta dos impactos gerados pelas obras de asfaltamento da rodovia BR-158.

Tais estudos complementares de Diagnóstico terão maior pertinência e efetividade na medida em que forem estruturados no escopo de um Programa em implementação e não como uma simples ação da fase de projeto do empreendimento. Além disso, na medida em que a comunidade indígena Xavante contar com melhores condições de visualizar um horizonte de solução de seus problemas de tomada de posse definitiva de seu território, a realização de estudos de Diagnóstico relativos ao relacionamento destas comunidades com o seu território serão efetivos, condição que hoje está completamente prejudicada pela presença de posseiros em seu território e restrição da circulação da comunidade em seu interior. Não há, portanto, atualmente, uso ritual ou de qualquer outra ordem de parte da comunidade Xavante de seu próprio território na medida em que seu deslocamento no interior da área constitui em uma ação de grande risco e capaz de desencadear graves conflitos.

As medidas sugeridas, por sua vez, visam não apenas mitigar e compensar os impactos, mas incluem também o objetivo de que as comunidades indígenas possam compartilhar os benefícios da pavimentação e do desenvolvimento correspondente.

Considera-se, também, que as obras de pavimentação propriamente ditas, possuem um alcance de impactos diretos, tanto em termos de tipos de impactos, quanto de sua intensidade, menor que o alcance dos impactos indiretos que a presença de uma infraestrutura como uma rodovia de integração regional pode gerar. Assim, o asfaltamento de uma rodovia ultrapassa o alcance imediato das ações de obras do empreendedor e acabam por envolver um conjunto amplo de atores sociais institucionais ou não.

Tendo em vista estes dois aspectos, o compartilhamento dos benefícios da pavimentação pelas comunidades indígenas e a necessidade de envolvimento de um conjunto amplo de atores institucionais ou não, este Programa tem como escopo básico a articulação das demandas e necessidades particulares destas comunidades, tanto as produzidas pelas obras de asfaltamento propriamente ditas, quanto as geradas pelo impacto difuso do asfaltamento da rodovia, envolvendo, para isso, um conjunto maior de atores institucionais e sociais que os restritos ao empreendedor e seus terceirizados.

As etnias e Terras Indígenas identificadas na Área de Influência do empreendimento, as quais se refere, portanto, este Programa, são a Xavante da Terra Indígena Maraiwatsede, situada nos municípios de Alto Boa Vista e São Félix do Araguaia e a Tapirapé da Terra Indígena Urubu Branco, situada nos municípios de Confresa, Porto Alegre do Norte e Santa Terezinha, todos localizados na porção nordeste do Estado de Mato Grosso.

### *Objetivos*

O Programa de Apoio às Comunidades Indígenas tem como objetivo básico orientar a implementação de procedimentos que atendam às necessidades e solicitações das comunidades indígenas que sofrerão os impactos decorrentes do empreendimento de

pavimentação BR-158 em Mato Grosso, no trecho entre Ribeirão Cascalheira e a divisa com o Estado do Pará.

O programa tem por finalidade evitar, mitigar ou compensar os impactos desencadeados pelo empreendimento através de ações de proteção às Terras Indígenas e suas etnias Xavante e Tapirapé.

A satisfação destas necessidades e solicitações tem, também, por objetivo atender aos procedimentos jurídico-administrativos preconizados na legislação ambiental definida pelo CONAMA, no que se refere, em sua etapa final, à obtenção da Licença de Instalação (LI) do empreendimento.

#### *Público-Alvo*

A comunidade Indígena identificada na Área de Influência do empreendimento (pavimentação da BR 158 - MT) trecho é a seguinte:

**Quadro 6.3.51 - Público alvo do programa de apoio às comunidades indígenas.**

Etnia	Terra Indígena	Número de Aldeias	População em 2006
Xavante	Maraiwatsede	01	630
Tapirapé	Urubu Branco	05	481

#### *Estrutura do Programa*

Por se tratar de uma obra de pavimentação, muitos impactos identificados já vêm ocorrendo desde quando a rodovia foi aberta na década 1970, e muitos desses impactos serão potencializados pelo empreendimento, enquanto novos impactos surgirão.

Um fato comum que afeta diretamente às comunidades indígenas que constituem o público-alvo deste Programa é o registro, desde meados do século XIX, de movimentos migratórios crescentes em direção à região por eles habitada. Pelo menos nas últimas três décadas estes movimentos vêm se intensificando, sendo a BR-158 seu vetor principal, o que aumenta de forma preocupante as pressões e impactos sobre os recursos naturais da Terra Indígena, sobre o modo de vida tradicional dos grupos Xavante e Tapirapé, bem como sobre a própria integridade de seus territórios e dos indivíduos que compõem estas comunidades pelo constante processo de intrusão e posse ilegal de suas terras.

A pavimentação da rodovia, por sua vez, consolidará e ampliará este processo, promovendo um forte crescimento do mercado local de terras e, com isso, a pressão pela incorporação de novas áreas a este mercado. Deve-se considerar também o fato de que a ocupação ilegal de terras indígenas ou de patrimônio da União é uma atividade ilegal que ocorre, em grande medida, pela falta de infra-estrutura e de presença institucional dos órgãos públicos de controle. Ou seja, a pavimentação trará, também, possibilidades concretas de controle fundiária para a região.

Em vista disso, o Diagnóstico da situação atual das comunidades indígenas que compõem o Público Alvo deste Programa aponta para um conjunto de necessidades e requerimentos os quais podem ser mais bem trabalhados na medida em que forem sub-divididos em dois grupos em relação aos quais correspondem dois eixos distintos de abordagem deste programa.

O primeiro eixo se constitui na abordagem direta do problema da intrusão de não-índios de forma permanente no interior das respectivas Terras Indígenas. A TI Urubu Branco está em um estágio bastante avançado de encaminhamento da solução deste problema, restando ainda alguns poucos produtores ocupando de forma permanente áreas em seu interior, ficando a mercê, doravante, da pressão para a realização de novas intrusões.

Na TI Maraiwatsede, contudo, esta problemática é muito mais crítica. Atualmente, a população indígena encontra-se confinada a uma pequena parcela de sua própria área, enquanto a maior parte de seu território encontra-se sob o controle de posseiros extremamente hostis e que ainda não incorporaram a compreensão de que a área é de posse e usufruto exclusivo da comunidade Xavante, trabalhando atualmente com a perspectiva de expulsá-los novamente e ocupar suas terras definitivamente.

Em vista disso, o primeiro eixo de abordagem do Programa é o de regularização fundiária, em relação ao qual é prevista a realização do Sub-Programa de Regularização Fundiária. Trata-se de uma linha de atuação que extrapola muito os limites institucionais do empreendedor e exigem uma efetiva ação de governo, no sentido de articular e integrar a ação conjunta de diversos órgãos.

O segundo eixo de abordagem do Programa é o de apoio direto às comunidades indígenas afetadas pelo empreendimento, o qual se divide em diversos sub-programas, em relação aos quais o empreendedor tem condições de ter uma atuação mais autônoma e executiva, permitindo maior previsibilidade de custos e prazos, o que não ocorre com o primeiro eixo de abordagem, na qual o empreendedor assume um papel de articulador, colaborador e em certas situações coordenador das ações.

No caso deste segundo eixo do Programa, o apoio a ser dado se refere a aspectos e demandas específicas das comunidades indígenas e ao auxílio no gerenciamento de sua relação com a sociedade envolvente, instrumentalizando e capacitando os grupos indígenas para tal.

O Programa de Apoio às Comunidades Indígenas é dividido, portanto, em dois eixos principais, os quais contam com 6 Sub-Programas:

- A. Sub-Programa de Regularização Fundiária;
- B. Sub-Programa de Alternativas Econômicas Sustentáveis;
- C. Sub-Programa de Educação;



- D. Sub-Programa de Saúde;
- E. Sub-Programa de Proteção e Fiscalização das TIs
- F. Sub-Programa de Apoio à Reorganização Cultural.

#### *Metodologia e Descrição do Programa*

A diretriz geral dos procedimentos do Programa é de que os recursos sejam utilizados em prol dos índios, o que requer mais que boa vontade e comprometimento institucional, exigindo também transparência e processos eficazes de monitoramento dos procedimentos utilizados e dos resultados efetivamente alcançados.

Outra diretriz importante do conjunto dos procedimentos é a de que as medidas implementadas possam ter continuidade em seus efeitos nas terras indígenas mesmo após o término dos Sub-Programas previstos, isto é, que sejam planejadas para serem incorporadas como capacitação das comunidades para poderem dispor posteriormente ao término do programa de seus benefícios.

A seguir são apresentadas a descrição sumária dos sub-programas e as medidas e procedimentos sugeridos para as Terras Indígenas Maraiwatsede e Urubu Branco das comunidades indígenas Xavante e Tapirapé.

#### A. Sub-Programa de Regularização Fundiária

A demanda apresentada pelas lideranças da comunidade indígena Xavante com relação à pavimentação da rodovia é de que ela é possível apenas na medida em que a população de não índios do interior da TI seja completamente retirada, pelo receio de que com a pavimentação ficará ainda mais difícil, senão impossível, retirar a população não índia da área. No caso da comunidade Tapirapé há preocupação similar, embora a situação seja menos crítica que no caso da comunidade Xavante atualmente.

Para fazer frente a isso, este sub-programa tem como meta estabelecer um convênio entre o INCRA, a FUNAI, o IBAMA e demais órgãos de governo intervenientes no qual seja discutido e programado um conjunto de medidas que agilizem o processo de retirada definitiva dos posseiros que ainda residem de forma permanente no interior das Terras Indígenas.

As características deste convênio deverão ser definidas entre as instituições envolvidas diretamente, devendo ser equivalentes a um Termo de Compromisso, no qual sejam assumidas responsabilidades, estabelecidas ações claras e reciprocidades entre as instituições envolvidas, necessárias para assegurar efetividade ao mesmo. O acompanhamento do Ministério Público é recomendável como agente capaz de aderir legitimidade ao processo ao mesmo tempo em que, conhecedor dos compromissos assumidos desde sua fase de negociação, será capaz de intervir com maior agilidade caso este seja descumprido em parte ou no todo.

Tal convênio deverá, portanto, estabelecer metas a serem atingidas, sendo que a meta final é a completa remoção da população não índia do interior das TIs, cabendo serem detalhadas as metas intermediárias e os necessários passos legais e institucionais a serem seguidos.

Serão estabelecidas também com clareza as formas de operacionalização dos compromissos assumidos, fixando-se um cronograma e uma instância de monitoramento e avaliação do andamento efetivo do Sub-Programa.

Caberá ao empreendedor, no contexto deste Sub-Programa oferecer os elementos de coordenação política e o apoio institucional à efetiva concretização dos objetivos do mesmo uma vez que terá o licenciamento ambiental do empreendimento vinculado ao efetivo cumprimento dos compromissos assumidos. Caberá ao empreendedor, também, participação ativa na compensação e na disponibilização de recursos a fim de viabilizar a solução dos impasses que porventura vierem a se interpor ao processo, conforme for negociado no referido Termo de Compromisso (ou instrumento equivalente que vir a ser utilizado).

Tendo em vista a complexidade do tema e as possibilidades dos posseiros virem a interpor ações e recursos no âmbito judicial, o processo de completa retirada da população não indígena do interior das TIs não tem condições de definir um cronograma final para o atendimento do objetivo principal do mesmo e, portanto, condicionar as obras de pavimentação em relação a eles. Entretanto, o Sub-Programa de Regularização Fundiária deverá ter um detalhado cronograma no que diz respeito às ações que cabem a cada órgão especificamente intervir, sendo monitorado por um ator institucional externo sobre a efetiva protelação provocada pelas injunções e pela reação legal e legítima dos produtores a serem retirados.

O Sub-Programa deverá, também, prever mecanismos ágeis e eficazes de coibição de ações ilegítimas e ao arrepio da lei de parte da sociedade envolvente e, por que não, também das comunidades indígenas, a exemplo do que já ocorreu mais de uma vez no passado através da ocupação ilegal de terras por posseiros.

Um aspecto crítico a ser encaminhado pelo Sub-Programa de Regularização Fundiária é a presença no interior da TI Maraiwatsede de dois distritos urbanizados dos municípios de São Félix do Araguaia e Alto Boa Vista, reunidos em torno da rodovia que serve de limite municipal (BR-242 em seu entroncamento com a BR-158 e a MT-424), conhecido pelo nome comum de Posto da Mata. Trata-se de um núcleo urbano de pelo menos 500 unidades domiciliares e que conta com diversos estabelecimentos comerciais instalados, ficando totalmente sobre território indígena, devendo, portanto, ser completamente removido. Com a eventual pavimentação da rodovia, a posição estratégica do Posto da Mata será amplamente fortalecida o que torna ainda mais crítica sua condição de permanência no interior da TI.

Para o caso particular do Posto da Mata caberá ao Sub-Programa de Regularização Fundiária estabelecer um procedimento de construção de alternativas para os atuais moradores, bem

como desenvolver e manter um fórum de discussão e acompanhamento da efetividade do Programa neste aspecto.

#### B. Sub-Programa de Alternativas Econômicas Sustentáveis

Uma das maiores limitações para a construção de alternativas sustentáveis de ocupação de seus territórios pelas comunidades indígenas é a falta de alternativas econômicas independentes dos grupos que oferecem riscos ou ameaçam a integridade física e cultural destas comunidades.

Sem condições econômicas de suprir suas necessidades de alimentação, saúde e de ocupação dos seus territórios, as comunidades indígenas ficam vulneráveis a acordos e negociações com atores produtivos que arrendam áreas ou extraem produtos das TI. Isso ocorre atualmente na TI Urubu Branco, na qual a comunidade Tapirapé mantém contratos formalizados de arrendamento de pastagens para pecuaristas da região em troca de pagamentos tanto em dinheiro como em produtos e serviços.

Este tipo de contrato, além de ser pouco rentável para as comunidades, ainda que seja atualmente praticamente indispensável na ausência de alternativas melhores, tem como pressuposto a dependência que as comunidades indígenas vão adquirindo em relação a atores da sociedade envolvente, deixando-as a mercê dos mesmos.

Outro aspecto negativo dos acordos das comunidades indígenas com atores não índios para arrendamento de terras para pecuária, agricultura ou extração de produtos madeireiros e minerais, é a degradação ambiental que está associada a ela, comprometendo o patrimônio e a própria condição de usufruto das comunidades indígenas.

A solução para esta situação é a construção de alternativas sustentáveis de geração de renda para as comunidades, caracterizadas por serem compatíveis com o saber e com o comportamento tradicional destes grupos indígenas, mas que tenham valor de mercado para a sociedade envolvente; e que permitam a gestão independente por parte destas comunidades.

Soluções economicamente sustentáveis desenvolvidas no interior das TIs também representam um importante fator de preservação cultural para as comunidades indígenas, uma vez que permite que os jovens se mantenham com suas comunidades e não busquem ocupação e contato com a sociedade envolvente por conta apenas de necessidade de sobrevivência. Fica reduzida, desta forma, a influência externa negativa sobre estas comunidades.

Neste sentido, o Sub-Programa prevê a contratação de consultoria especializada para realização de estudo de produtos e mercados de produtos não madeireiros disponíveis na TI e de formas de manejo adequadas ao interesse de mercado da sociedade envolvente e ao mesmo tempo ao comportamento tradicional das comunidades indígenas.

Tal consultoria teria a difícil tarefa de apoiar a construção pelas comunidades indígenas de alternativas que possibilitassem substituir atividades predatórias, ilegais ou mesmo legais, porém não sustentáveis no sentido definido acima desenvolvidas no interior da TI.

Mais do que oferecer alternativas empreendedoras e mercadológicas, as comunidades indígenas necessitam também ser apoiadas no desenvolvimento das capacitações necessárias para incorporar estas novas alternativas econômicas, o que requer um processo de construção das mesmas a partir da cultura original destas comunidades e não como um saber externo que se impõe e, no fim e ao cabo, acaba contribuindo para o processo de aculturação destes grupos.

Um dos aspectos a serem considerados pelos técnicos que irão desenvolver o programa é a capacitação de indivíduos da própria comunidade para prestação dos serviços demandados por ela nas áreas de saúde, educação e assistência técnica, remunerando-os para tal.

Outra área importante de atuação deste sub-programa é o desenvolvimento de alternativas produtivas agropecuárias compatíveis com as tradições das comunidades indígenas e ao mesmo tempo suficientemente produtivas para assegurar o aporte calórico e protéico indispensável para a reprodução saudável de suas populações. Serão contratados técnicos para desenvolverem atividades produtivas para o plantio de alimentos e manejo de rebanhos conformes às aptidões e às tradições da respectiva comunidade indígena.

A comunidade Tapirapé já indicou sua dificuldade para manejar a pecuária nos moldes praticados pelos não índios da região de inserção da TI. Apesar de dispor de um rebanho já formado pelo arrendamento de pastagens, esta comunidade não se revelou apta a implementar de forma independente a produção pecuária, mantendo a dependência dos arrendatários locais.

Modelos apropriados de manejos florestais ou de produção de sementes para venda planejados para ocorrerem concomitantemente com as atividades tradicionais das comunidades indígenas também podem se configurar como alternativas viáveis economicamente a serem exploradas.

De forma mais evidente na TI Maraiwatsede, o acentuado grau de degradação do território indígena fruto da ocupação por posseiros requer ações de recuperação de áreas que podem representar, através do casamento entre demandas ambientais e demandas econômicas das comunidades indígenas, oportunidades para a captação de recursos e de conhecimentos para investimentos em recuperação e manejo de áreas, ou seja, as comunidades indígenas poderiam se remunerar por prestar serviços de conservação e preservação de recursos naturais para a sociedade nacional, o que poderia atrair o interesse de patrocinadores institucionais.

Uma última linha de abordagem possível para a sustentabilidade econômica das atividades geradoras de renda para as comunidades indígenas é o turismo, o qual será amplamente

potencializado pela pavimentação da BR-158, uma vez que vai permitir acesso ao Araguaia, à atividade de pesca e à ilha do Bananal, a qual já se constitui em importante atrativo turístico apesar das limitações de acesso ao local.

O envolvimento das TI, em especial a Maraiwatsede por estar no eixo de acesso ao principal atrativo turístico traz oportunidades e ameaças, carecendo de um bom planejamento, capacitação das comunidades indígenas e rigoroso monitoramento. Entretanto, uma eventual conjugação do potencial turístico regional, o resgate da cultura tradicional das comunidades indígenas e a recuperação ambiental de áreas para preservação pode representar um importante mote para o desenvolvimento de atividades economicamente sustentáveis tanto para a perspectiva de obtenção de renda a partir do mercado proporcionado pela sociedade nacional, quanto da perspectiva da conservação e reprodução cultural das comunidades indígenas.

### C. Sub-Programa de Educação

Este sub-programa está estruturado sob três vertentes específicas, complementares entre si e com os demais sub-programas, a saber, a de controle e orientação da relação das comunidades indígenas com as equipes de obras do empreendimento; a instrução formal e a educação não formal voltada para a capacitação e orientação para o convívio com a sociedade envolvente; e a educação voltada para a informação da sociedade envolvente sobre as características, necessidades e contribuições que as TIs e suas respectivas comunidades possuem.

Este é um programa com muitas alternativas de operacionalização de ações. Aqui serão apenas recomendadas algumas, devendo haver uma discussão posterior e seu melhor detalhamento com base no desenvolvimento dos demais sub-programas, em especial o de Apoio à Reorganização Cultural destas comunidades indígenas.

As linhas de atuação inicialmente sugeridas são:

- Informar aos trabalhadores e equipes terceirizadas contratadas para as obras do empreendimento sobre as especificidades da questão indígena e as etnias em questão, controlando e evitando os contatos prejudiciais à comunidade indígena ou aos próprios trabalhadores;
- Manter a população indígena e não indígena informada sobre a obrigatoriedade de controle do desmatamento e uso do fogo, integrando as ações deste Programa com os demais Programas Ambientais previstos no PBA do empreendimento, em especial o de Educação Ambiental e Comunicação Social e o de Combate ao Fogo (ou similares);
- Nos trechos de rodovia próximos e especialmente os que atravessam as TIs, proporcionar sinalização, orientação e controle das margens da rodovia com alertas

- sobre o perigo de incêndios, bem como telefones de contato para informação sobre ocorrências destes;
- Manter a sociedade envolvente e trabalhadores contratados pelo empreendedor informados sobre a proibição da venda e oferta de bebida alcoólica à população indígena;
  - Construção de escola bilíngüe na TI Maraiwatsede e capacitação de professores indígenas, dando enfoque ao empreendimento;
  - Implementação de um Programa Formal de Educação Ambiental, a ser desenvolvido a partir das escolas das TIs e atingindo todas as comunidades, ajustado à especificidade do território indígena e às características tradicionais de cada comunidade, Xavante e Tapirapé;
  - Cursos realizados nas aldeias indígenas, por instrutores e facilitadores indígenas devidamente capacitados, voltados para as necessidades de melhoria da qualidade de vida destas populações, respeitando os conhecimentos tradicionais e as hábitos e costumes de cada comunidade;
  - Capacitar professores indígenas preferencialmente para atuar de forma permanente entre índios, pois professores não-índios tendem a permanecer nas áreas por um período pequeno de tempo, solicitando para sair e com isso prejudicando os alunos e a eficácia dos cursos e processos educacionais programados;
  - Apoio financeiro à realização de cursos superiores nas áreas de necessidade das comunidades indígenas, tais como pedagogia, assistência social, medicina, odontologia, direito, administração, etc., por membros das comunidades Xavante e Tapirapé que assim desejarem e se habilitarem.

#### D. Sub-Programa de Saúde

Um sub-programa específico para a área de saúde se faz necessário pela condição que já se encontram atualmente as comunidades indígenas e em virtude da potencialização negativa que poderá ter a condição de saúde da população indígena com o aumento da presença de não índios em função inicialmente das obras e posteriormente da própria operação da rodovia a ser pavimentada.

Os procedimentos propostos inicialmente para este sub-programa são:

- Tratamento de água e esgoto dos alojamentos e canteiros de obra;
- Promover estratégias para preservar a saúde indígena, principalmente através da educação e prevenção associada ao atendimento das necessidades de saúde de menor complexidade na própria TI;

- Construir postos de saúde localizados nas TIs, com funcionamento permanente de enfermagem e visitas regulares de médico e odontologista, preferencialmente com profissionais indígenas com formação apropriada;
- Manter a população indígena informada sobre os prejuízos a saúde com relação à ingestão de bebidas alcoólicas;
- Operar com a meta e providenciar os controles necessários para que não ocorra nenhuma epidemia decorrente do contato com trabalhadores da obra e população migrante durante todas as fases do empreendimento;
- Planejar sistemas de acompanhamento e, no caso de detecção de risco de epidemias, planos de ação voltados ao controle e minimização dos impactos das mesmas, através da orientação e aparelhamento das aldeias para estas situações;
- Atender à solicitação das próprias comunidades para que sejam ministrados cursos e providenciada a implantação de programas com agentes indígenas de saúde na aldeia.

#### E. Sub-Programa de Proteção e Fiscalização

Durante o período de retirada da população que reside de forma permanente nas TIs e após isso, se fazem necessários cuidados e controles especiais que garantam a integridade e a efetiva posse e usufruto da área pelas comunidades indígenas. Este sub-programa prevê, para esta finalidade:

- Apoio às atividades de Proteção e Fiscalização das TIs;
- Aviventação dos limites das TIs e colocação de placas em toda a sua área indicando os mesmos e nas quais deverá constar a proibição da entrada de pessoas estranhas, com a indicação de que cabe aos índios "o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes." (CF, art. 231, § 2);
- Paralisação da exploração madeireira e de outros tipos de exploração ilegais que por ventura estejam ocorrendo no interior das TIs;
- Controle e impedimento da instalação de novos focos de exploração ilegal dos recursos naturais das TIs através de programas de monitoramento e fiscalização;
- Controle e planejamento de ações imediatas para fazer frente a tentativas de invasões por parte de posseiros e populações não-indígenas;
- Atender à demanda das lideranças indígenas pela maior fiscalização das TIs através da instalação de postos de vigilância em locais estratégicos; equipar as aldeias com rádios comunicadores devidamente equipados com baterias e carregadores solares;

- Instalação de placas especiais e adicionais de sinalização de trânsito nas proximidades da área indígena;
- Respeito aos limites e entorno da área indígena Maraiwatsede quanto ao trânsito, estacionamento de máquinas e veículos, bem como a construção de canteiros de obras e acampamentos distantes pelo menos 4 km das áreas indígenas. Esta medida se faz necessária tendo em vista a preocupação quanto à segurança especialmente das mulheres e crianças. Casos excepcionais deverão ser discutidos e acordados entre o empreendedor, a empresa licitada para a realização das obras, a FUNAI e as respectivas comunidades;
- Controle de ruídos e poeira nas proximidades das TIs durante as obras.

#### F. Sub-Programa de Apoio à Reorganização Cultural das Comunidades

A comunidade indígena Tapirapé enfrenta atualmente as dificuldades resultantes da consolidação de uma integração mais intensa com a sociedade envolvente, necessitando com urgência restabelecer seus referenciais culturais e sua relação com seu território e o entorno. A comunidade Xavante, por sua vez, encontra-se ainda lutando pela posse definitiva de sua terra e terá, em seguida, o mesmo desafio que a comunidade Tapirapé, além de uma exposição maior ao contato com a sociedade envolvente por conta da posição que seu território ocupa em relação aos eixos estratégicos de organização do território da sociedade envolvente.

A pavimentação da rodovia tenderá a aumentar o movimento econômico e cultural da sociedade envolvente e trará para a região um contingente adicional de população e de novos processos socioculturais.

Nesta condição, a cultura tradicional destas comunidades indígenas não apenas estará fragilizada pelo processo histórico de expropriação e aculturação que os índios de maneira geral sofreram até então, mas necessitará ser reorganizada pelas próprias comunidades, de maneira que possam resgatar seus valores e patrimônio cultural e reacomodá-los em um novo arranjo cultural que dê conta dos novos desafios colocados pelo inevitável contato com a sociedade envolvente.

Este processo necessariamente precisa ser protagonizado pelas próprias comunidades indígenas, mas pode e deve ser apoiado de forma profissional e adequadamente orientada de maneira que as comunidades corram o menor risco possível e as menores perdas culturais possíveis.

É na perspectiva desta reorganização cultural que as ações preconizadas para o desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis se colocam, bem como o controle do alcoolismo, da prostituição e da saúde das comunidades se transfere para uma instância de intervenção positiva, ou seja, proporcionada através do resgate da dignidade e da auto-



estima individual e da comunidade como um todo e da capacidade de resposta organizada às oportunidades e ameaças que o contato com outras culturas não indígenas oferece.

Este é um sub-programa cuja formulação demanda intensa e efetiva participação das próprias comunidades indígenas na sua construção, podendo ser indicado aqui algumas sugestões, tais como:

- Apoio à construção de mapa cultural de cada TI a ser elaborado pela comunidade indígena com assessoria da FUNAI e de profissionais especializados para que a comunidade possa melhor se apropriar e resgatar de seu meio ambiente os aspectos relacionados ao uso tradicional do seu território e sua própria trajetória cultural;
- Diminuição na interferência externa na cultura tradicional da comunidade indígena reorganizando os valores e as competências de cada comunidade através da organização e produção de documentos, estudos, instalações e equipamentos que corporifiquem e consolidem a própria cultura tradicional, tais como o resgate de técnicas de manejo do ambiente, a produção e uso tradicional de objetos e artefatos, o resgate e revalorização de rituais e costumes tradicionais, a reconstrução da memória de territorialidade, etc.;
- Realização de um estudo etnográfico completo e detalhado da comunidade indígena Xavante conjuntamente com uma metodologia de estímulo à retomada e reapropriação por parte destas comunidades de sua própria história e cultura tradicional;
- Profissionalização, através de remuneração individual ou coletiva, ou através de outro meio apropriado e negociado com as próprias comunidades, de lideranças das comunidades indígenas para o desenvolvimento de atividades destinadas ao resgate e reorganização da cultura destas comunidades, na perspectiva de uma política da sociedade nacional de investimento em iniciativas que aumentem e enriqueçam a diversidade cultural da nação e preservem seu patrimônio tradicional;
- Produção de materiais audiovisuais específicos para a orientação e capacitação dos agentes externos às comunidades indígenas que se relacionam direta ou indiretamente com elas, apresentando e explicando as especificidades de sua cultura tradicional e orientando acerca das formas de contato mais apropriadas, bem como esclarecendo sobre os danos e perdas provocadas pelas ações que resultam em aculturação destas comunidades, sejam estas ações voluntárias ou involuntárias.

Para o desenvolvimento do conjunto de sub-programas que compõem o presente Programa de Apoio às Comunidades Indígenas propõe-se a organização de uma equipe de gestão, a qual contará com o acompanhamento e na medida do possível com a efetiva participação da Administração Regional da FUNAI responsável por cada comunidade indígena, além de representação da sede em Brasília, e com uma equipe dedicada de forma exclusiva para

gerenciar o Programa no prazo de sua execução. Um convênio deverá ser firmado entre a FUNAI e o empreendedor, com a contratação de equipe para a gestão das atividades e implementação dos sub-programas.

Parcerias com outros órgãos se farão necessárias também, além do acompanhamento do Ministério Público Federal no processo de implementação, monitoramento e avaliação do Programa.

As atividades deverão sempre contar com a participação das comunidades indígenas Xavante e Tapirapé em todas as fases do processo, sempre acompanhados pelo órgão oficial responsável, dando-se preferência na realização das atividades, sempre que possível, às técnicas já utilizadas pelo órgão indigenista e pelas próprias comunidades.

#### *Cronograma e Orçamento*

Tendo em vista a necessidade de detalhamento e discussão das propostas apresentadas nesta versão preliminar do Programa, não cabe a proposição, ainda que preliminar, tanto de cronograma detalhado, quanto de orçamento para as atividades, devendo ser definidos oportunamente.

Parte-se do entendimento de que o detalhamento e aprovação do Programa, considerando as características e necessidades a serem apresentadas, são os elementos estruturadores do cronograma e dos orçamentos de custos para implementação dos sub-programas.

#### *Acompanhamento e Avaliação*

Com o objetivo de analisar e fiscalizar a implementação das ações e propostas indicadas no Programa de Apoio à Comunidade Indígena Xavante da TI Maraiwatsede, o PBA deverá viabilizar recursos para a manutenção das medidas propostas e criação e manutenção de uma equipe fiscalizadora. Esta equipe deverá ser formada antes do início dos trabalhos das obras, devendo acompanhar e fiscalizar tudo o que se refere às comunidades indígenas por um período que deve corresponder ao do cronograma de execução do Programa proposto.

A FUNAI indicará profissionais de seu quadro funcional de Brasília e das Administrações Regionais para esta mesma finalidade. O DNIT, por sua vez, contará com a participação da equipe da Empresa Gestora de todos os Programas Ambientais, que gerenciará tanto a efetiva execução das atividades acordadas como o acompanhamento da liberação dos recursos financeiros para a FUNAI e demais instituições conveniadas e respectiva prestação de contas.

#### *Responsáveis pela Implementação do Programa*

As instituições responsáveis pela implementação do Programa de Apoio às Comunidades Indígenas são de natureza pública. Haverá a possibilidade de contratação de serviços de terceiros, mas a natureza do contrato se realiza na esfera federal, pois assuntos relacionados

a terras indígenas e empreendimentos necessitam da assinatura de convênio ou Termo de Compromisso.

Para cada sub-programa são os seguintes os órgãos de governo responsáveis pela execução parcial ou total, tendo sempre o DNIT como principal articulador:

**Quadro 6.3.52 - Responsáveis pela execução do Programa.**

Sub-Programa	Responsáveis
Regularização fundiária	Empreendedor, INCRA, FUNAI e IBAMA
Alternativas econômicas sustentáveis	Empreendedor, FUNAI, EMPAER/EMBRAPA, Secretarias Estaduais e Ministérios da Agricultura, Cultura e Turismo
Educação	Empreendedor, FUNAI, Secretarias de educação municipais e estadual
Saúde	Empreendedor, FUNASA
Proteção e fiscalização das TIs	Empreendedor, FUNAI, Polícia Federal, Secretaria de Segurança
Apoio à reorganização cultural	FUNAI, Empreendedor

Os responsáveis técnicos pelos sub-programas bem como a equipe técnica a ser contratada deverão ser apresentados pela FUNAI e pelo empreendedor logo que o convênio tenha sido firmado. As exigências para a contratação dos profissionais serão definidas oportunamente, conforme for detalhado o espcoco de atividades dos sub-programas.

## **Sub-Capítulo II - Terra Indígena Maraiwatsede - Grupo indígena Xavante<sup>4</sup>**

Este relatório foi elaborado por demanda da Ecoplan Engenharia para o Estudo de Impacto Ambiental EIA/RIMA, componente indígena, referente às obras da BR-158/MT compreendidas no Trecho entre a divisa PA/MT entroncamento BR 070 (B) MT-100 (divisa MT/GO) – Barra do Garças, subtrecho divisa PA/MT – Entroncamento BR-242 (A) MT 424.

O relatório apresenta os dados antropológico e ambiental, avaliação de impactos e proposta de medidas mitigadoras e compensatórias, apontando a relação de causa e efeito de impactos ambientais, priorizando a abordagem sobre a relação diferenciada meio ambiente/comunidade indígena, diante das obras de asfaltamento da Rodovia BR 158 que corta o território da Terra Indígena Maraiwatsede.

Este trabalho atende ao Termo de Referência emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, de julho de 2004, com o objetivo de determinar, os procedimentos e os critérios para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), instrumentos que subsidiarão o processo de licenciamento ambiental das obras de pavimentação da rodovia BR-158.

<sup>4</sup> Este texto corresponde à transcrição integral do relatório apresentado pela Antropóloga Iane de Andrade Neves, responsável técnica pelo estudo da TI Maraiwatsede

### Objetivos do Trabalho

- Realizar os Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) referentes ao Licenciamento Ambiental das obras de asfaltamento da Rodovia BR-158, sobre o componente indígena.
- Realizar o diagnóstico da área da Terra Indígena Maraiwatsede afetada pela Rodovia BR-158, com levantamento de dados primários e secundários.
- Propor medidas de controle dirigidas aos impactos ambientais do empreendimento.

### Metodologia

Este estudo foi realizado seguindo os modelos metodológicos fundados na antropologia social, com levantamento de campo para coleta de dados quantitativos e qualitativos. Os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração dos estudos e desenvolvimento dos trabalhos foram: levantamento e análise dos dados disponíveis, definição e identificação da área de estudo, contatos com as instituições, levantamentos de campo, diagnóstico ambiental, identificação e avaliação dos impactos ambientais e proposição das medidas de controle ambiental.

A coleta e produção de informações se basearam na pesquisa da documentação existente, entre as quais decretos, portarias, legislação, relatórios de fontes oficiais, teses de mestrado e doutorado e boletins científicos, além do contato direto com o grupo indígena que forneceu informações da história oral. Portanto, o envolvimento do grupo indígena Xavante no trabalho de campo é considerado o principal elemento no levantamento dos dados e na interpretação dos impactos que o empreendimento poderá causar nos padrões culturais.

Com esta metodologia buscou-se, através da análise combinada dos resultados das pesquisas e a perspectiva dos atores sociais sobre o tema em questão, subsídios para um diagnóstico equilibrado que respeitasse os processos culturais e circunstanciais do grupo indígena Xavante.

O contato com a população indígena foi realizado pela antropóloga Iane Andrade Neves. O agendamento da reunião foi feito pelo Administrador Executivo Regional de Goiânia, Edson Beiriz, responsável pelos índios Xavante da TI Maraiwatsede. Os índios autorizaram a reunião e a FUNAI comunicou à equipe.

Os primeiros contatos foram feitos pela Empresa Ecoplan e a Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente/CGPIMA, da FUNAI. A partir de então, a Coordenação de Meio Ambiente do CGPIMA e seu corpo técnico assumiram o processo, juntamente com a AER de Goiânia. Agendou-se a reunião para a semana de 25/02 a 03/03 de 2006. O local da reunião seria na aldeia de Maraiwatsede, com a presença de técnico da AER de Goiânia, designado pelo próprio administrador e a equipe de estudo do EIA. Por motivos particulares,

o técnico designado não pode se encontrar com a equipe em campo, tendo sido feito diversos contatos telefônicos não logrando sucesso, em virtude da localidade.

Como os índios haviam sido comunicados da ida da equipe e autorizados os trabalhos, a equipe decidiu pela realização do cronograma agendado, com relato à Administração Executiva Regional de Goiânia após retorno de campo para conhecimento do órgão oficial da situação encontrada na terra indígena. A FUNAI sempre foi informada dos passos da equipe, sendo que as ações sempre se respaldaram em autorizações oficiais e conhecimento prévio das atividades com as comunidades indígenas.

No campo, e após um primeiro contato com os índios, no dia 28 de fevereiro de 2006, próximo a rodovia BR-158, na localidade denominada Posto da Mata, fomos autorizados pelos Xavante presentes a nos dirigirmos à aldeia para conversa com o Cacique Damião Paradzane. Nesse mesmo dia fomos à procura do cacique para agendar reunião na aldeia e conversar sobre o empreendimento e o EIA/RIMA. Encontramos com o cacique e outras lideranças Xavante, no Posto da Funai da TI Maraiwatsede, onde o cacique marcou reunião para o dia seguinte, dia primeiro de março, naquele mesmo local, pois estava tratando de um trator e questões relativas ao arroz plantado no local, e não poderia nos receber. Autorizou-nos a ir até a aldeia, próxima ao posto indígena, onde foram tiradas fotos e observações locais. Não foram entrevistados outros índios Xavante, que não as lideranças mais antigas daquele grupo e todos homens.

A reunião foi marcada no Posto da FUNAI da Terra Indígena Maraiwatsede, com a presença apenas das lideranças. Não foi permitida a reunião na aldeia, pois as lideranças informaram que lá haveria a presença de mulheres e crianças, o que não seria possível. Os homens Xavante como líderes políticos, representantes da aldeia em questões com o Estado, avaliam que a curiosidade das crianças e a presença das mulheres atrapalham, não permitindo sua presença, o que na aldeia entre as casas não seria possível afastá-las. Trata-se de um comportamento acatado pelo grupo técnico, que atendeu as solicitações das lideranças Xavante, conduzindo os trabalhos pelos pedidos do cacique. Entrevistas na aldeia não foram autorizadas, sendo as informações sobre a situação da aldeia, aquelas fornecidas pelo cacique e demais Xavante presentes na reunião no Posto Indígena.

A aldeia foi visitada de carro, com a presença de índios Xavante com a autorização do cacique no dia 1 de março de 2006, das 8 horas até depois das 12 horas, cobrindo todo o período da manhã. A reunião foi realizada na casa que serve de posto indígena, afastada da aldeia, com o comparecimento das principais lideranças. Os participantes na reunião girou em torno de 25 participantes aproximadamente, pois desde o início da manhã, os Xavante foram chegando, as lideranças mais antigas primeiro e depois os homens mais jovens. Alguns saíam e depois retornavam. O ambiente estava tranquilo, com os Xavante e sua liderança cientes do trabalho técnico ali sendo realizado. Entenderam que os dados solicitados seriam para o empreendimento da rodovia BR-158. A área indígena ocupada por não-índios e a recusa do asfaltamento no traçado atual pelas lideranças foram os assuntos mais discutidos.

Compensações e futuros programas foram apenas levantados, não sendo o momento apropriado para discussão.

O objetivo da reunião foi o esclarecimento da comunidade indígena Xavante sobre os estudos do EIA/RIMA do asfaltamento da BR-158 exigidos pelo IBAMA e FUNAI, visando o levantamento dos impactos decorrentes do empreendimento e o registro do conhecimento indígena sobre o meio ambiente e as práticas relacionadas na Terra Indígena Maraiwatsede.

#### *Lideranças Xavante no Posto Indígena de Maraiwatsede*

A metodologia definida previamente foi a de percorrer o território Maraiwatsede em companhia dos índios para levantamento de impactos e futuras medidas compensatórias. Em virtude do conflito existente na área, da ocupação de não-índios em área homologada pelo Governo Federal, portanto caracterizando invasão de terra, não foi possível realizar essa atividade, com a preocupação da integridade física dos técnicos e dos próprios índios, onde são considerados invasores em suas próprias terras. A equipe apenas percorreu o trecho da pista até a aldeia, de carro não realizando caminhadas, restrita ao posto indígena.

Porém, a terra indígena não foi toda percorrida devido ao conflito instalado na região entre a comunidade Xavante e os não-índios ainda residentes dentro da área indígena.

Após a identificação e avaliação dos impactos mais relevantes, foram recomendadas as medidas de controle ambiental e ações destinadas a minimizá-los ou compensá-los, conforme o caso. Como descrito anteriormente, as recomendações foram propostas pela técnica, sendo levemente pinçadas na reunião realizada na terra indígena (Figura 6.1.17). As medidas a serem implementadas deverão ser objeto de discussões e reuniões com as lideranças Xavante após aprovação do relatório técnico do EIA.



Figura 6.3.17 - Lideranças da comunidade Xavante.

## Legislação

A legislação pertinente para a sociedade Xavante e sua TI Maraiwatsede utilizadas nos trabalhos e para esse relatório são: Art.231, da Constituição da República Federativa do Brasil de 05/10/1988; Lei 6.001 de 19/12/1973 que dispõe sobre o Estatuto do Índio; Decreto 1.775 de 08/01/1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências; Resolução CONAMA nº 001 de 23/01/1986 que dispõe sobre relatório de impacto ao meio ambiente; Resolução CONAMA nº 237 DE 27/12/1997 que dispõe sobre licenciamento ambiental; e Termo de Referência emitido pelo IBAMA.

## Histórico da Rodovia BR-158

Em 1934, esboçou-se o Plano Geral de Viação Nacional, em que o Governo Federal pretendeu produzir e consolidar ações legislativas e executivas, propondo o estabelecimento de uma infra-estrutura setorial de apoio ao desenvolvimento do país. Em 1937, houve a retomada da política de transportes, com a criação do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – DNER, que a época ainda carecia de dificuldades para o cumprimento de sua função.

Em 1940, o governo brasileiro criou a Fundação Brasil Central, FBC, concretizando o projeto “A Marcha para o Oeste”, sendo em seguida anunciada a criação da Expedição Roncador-Xingu.

O objetivo da Expedição Roncador-Xingu foi a de selecionar locais para futuras cidades, resultando na abertura de 1.500 quilômetros de picadas e 1.000 quilômetros de rios navegados. Em decorrência da expedição foi definida a implantação de uma rodovia longitudinal, responsável pela integração do Vale do Araguaia.

Com “A Marcha para o Oeste”, o Estado do Mato Grosso recebeu os primeiros investimentos para aplicação em obras rodoviárias. Os trabalhos tiveram início em 1944, na atual região de Barra do Garças e circunvizinhanças, com a construção de duas pontes em concreto armado, de seção de 8,4 m, uma sobre o rio Araguaia de 229 m de comprimento, e outra transpondo o rio Garças, com 151 m de extensão.

Foi a Fundação Brasil Central que implantou o segmento rodoviário que ligava Barra do Garças a Nova Xavantina, com 158 km de extensão, iniciando a abertura da rodovia partindo de Barra do Garças em direção ao norte.

O Plano Nacional de Viação de 1962, elaborado pela Divisão de Planejamento do DNER, definiu o itinerário terroso, entre Barra do Garças e o rio das Mortes (Nova Xavantina), como BR-72. No decorrer de 1966, a sigla rodoviária BR-72 é alterada para BR-158/MT, passando por Barra do Garças/MT, Nova Xavantina, Alô Brasil, Fazenda Suiá-Miçu, São Felix do Rio Araguaia, Luciara, Santa Terezinha e Santana do Araguaia/PA, na época sob jurisdição da Fundação Brasil Central e depois pela SUDECO.

A implantação definitiva da rodovia BR-158 se deu somente nos fins da década de 1970, quando o DNER assumiu o traçado pela MTT 158, Como BR-158/MT, entre o km 0,0 – Divisa com o PA/MT e o km 275,5 (BR 242 – rio Liberdade), expressando agora o sentido de contagem quilométrica atual, de Norte para o Sul, de acordo com o PNV.

#### Histórico da Presença Xavante na Região - Fontes Bibliográficas e Documentais

Segundo a produção antropológica fundada em relatos do século XIX, os Xavante formavam com os Xerente, um único grupo tribal, os Akuên. Os Akuên habitavam originalmente a bacia do Tocantins, desde o sul de Goiás até o Maranhão, estendendo-se do São Francisco ao Araguaia (LOMBARDI, 1985).

A separação entre os dois grupos dos Akuên ocorreu, aproximadamente, na década de 1840, quando lutavam contra os colonos que entravam em Goiás para ocupar as terras ao longo do Tocantins. Provavelmente, os Xerente atuais foram empurrados para leste, enquanto os Xavante forma pressionados para oeste, ocorrendo a separação entre Xerente e Xavante (FUNAI Processo 1318/92, 1992).

Assim, os Xavante atravessaram o Araguaia e entraram em terras do leste mato-grossense na metade do século XIX (MAYBURY-LEWIS, 1984). No Mato Grosso ocupavam uma vasta região entre os rios Xingu e Araguaia, tendo como limites, a oeste, o rio das Mortes, ao norte, o rio Tapirapé, a leste, a Serra do Roncador e alguns afluentes da margem direita do rio Xingu.

Os Xavante acabaram se subdividindo em vários grupos, devido a extensão do território que ocupavam em Mato Grosso. Entraram em conflito com os Tapirapé, os Karajá e os Borôro, e estabeleceram relações de aliança com os Kalapalo, do Xingu, e os Kaiapó, mais ao norte. Tal fato se deve a ocupação Xavante da região compreendida entre os rios Araguaia e das Mortes ser o hábitat de outros grupos tribais, com os quais tiveram que entrar em guerra a fim de delimitarem novas fronteiras espaciais e se apossarem das terras.

Até meados do Século XIX, os sertões mato-grossenses compreendidos nas regiões do Xingu, das Mortes e Araguaia, eram considerados desconhecidos pelas autoridades da Província de MT. O relato documental mais antigo da presença dos Xavante em Mato Grosso, na região que viria a ser sue hábitat até a pacificação ocorrida em meados do Século XX, consta do relatório do presidente da província de Goiás, Pereira da Cunha, de 1856, no qual noticia a expedição sob a direção de Frei Segismundo de Taggia, que procurou estabelecer contato com um grupo Xavante hostil, na região do rio das Mortes (LOMBARDI, 1985).

O documento menciona que a travessia do rio Araguaia pelos Xavante ocorreu por volta de 1860-1870, mas assinala que antes dessa grande travessia um outro grupo a havia realizado, mas que deles não se teve notícias. Os Xavante começaram a deslocar-se para a margem esquerda do Tocantins em 1824, depois para o Araguaia em 1859, indo depois se



estabelecer nos campos do rio das Mortes, não precisando a data de quando isso ocorreu (LOMBARDI, 1985).

Durante a primeira metade do século XX, quando há uma nova frente de expansão econômica no centro-oeste, movida pela exploração pecuária, que impunha o controle, posse e ocupação das terras habitadas pelos Xavante, todo o período se transformou em um campo de hostilidades e de massacres promovidos contra os índios, malgrado a política indigenista protecionista e a existência de um aparato institucional do Estado destinado a fazer cumprir o protecionismo. À medida que os interesses econômicos da frente pecuária passam a capitalizar os ânimos do Estado e das Missões, todos os esforços se concentraram na pacificação dos Xavante, objetivo alcançado pela equipe coordenada pelo sertanista Francisco Meireles que passou a atuar a partir de 1944, conseguindo o primeiro contato em 1946, e em 1949 o principal grupo Xavante já estava dentro do Posto Indígena Pimentel Barbosa (LOMBARDI, 1985). Em 1951, um grupo Xavante aceitou manter contato e visitar um posto do Serviço de Proteção ao Índio, instalado no rio das Mortes, na localidade chamada São Domingos. O Posto chamava-se Pimentel Barbosa em homenagem a um inspetor do SPI, morto pelos Xavante em 1941, na tentativa de contato desse grupo indígena.

Os Xavante ocidentais, moradores entre o município de Xavantina e as cabeceiras do rio Xingu, mais ao sul, tiveram suas terras invadidas por colonos e acabaram por pedir proteção às missões Salesianas. Havia também, os grupos que se mantinham isolados, como os Xavante ocidentais, que moravam na região da Serra do Roncador, divisor de águas entre o Xingu e o Araguaia.

Foi no início da década de 1960, que os Xavante entraram em contato permanente com a sociedade nacional, representada por pequenos posseiros e grandes latifundiários agropecuários, como a fazenda Suiá-Miçu, implantada nas terras Xavante por Ariosto da Riva e o grupo Ometto.

Durante toda a década de 1950, o responsável pelo Posto Indígena de Atração Pimentel Barbosa, Ismael da Silva Leitão, em face dos constantes conflitos entre os Xavante da Serra do Roncador e a população de São Félix do Araguaia, situada às margens do rio Araguaia, dirigiu-se ao SPI, várias vezes, pelas necessidades de se criar um posto indígena para esses Xavante. O inspetor do SPI recebeu diversas vezes a visita de alguns Xavante, e informou em seus relatórios a localização de aldeias, até essa época nunca visitadas por não-índios. Relatava ainda a invasão das terras dos índios nessa época, em virtude da venda de terras do Mato Grosso feita pelo governo estadual a particulares. Em 17 de junho de 1957, o funcionário do SPI escreveu ao Diretor: *"que estiveram neste Posto trinta e cinco índios pertencentes ao grupo da aldeia de São Félix, denominada Mara-uacede, os quais nunca tiveram contato com este Serviço, sendo assim a primeira vez"*.

O funcionário do SPI Ismael Leitão, conforme dados do processo da FUNAI, usou o próprio termo Xavante que designa a região por eles habitada para descrevê-los. "Mara-uacede" era,

Marãiwatséde, palavra Xavante que significava “mato bonito” (LOPES DA SILVA, 1986). Marãiwatséde significa também o nome de toda a região por eles habitada, referindo-se à vegetação e à mata da vasta região compreendida entre os vales do rio Araguaia, a leste, e do rio Xingu, a oeste, limitada ao norte pelo rio Tapirapé. O rio Suiá-Miçu, grande afluente da margem direita do rio Xingu, é chamado de Mãrãíwa'tsé'pá, “rio do Marãiwatséde”. Os Xavante de Maraiwatsede são um grupo que se diferencia dos demais, como por exemplo dos Xavante da Área Indígena Pimentel Barbosa, do alto rio das Mortes, região chamada de Wedeje.

No final da década de 1950 e início da 1960, os Xavante estavam acudados pela população regional, que se estabelecera em pequenas fazendas nas cabeceiras do rio Xavantinho, território tradicional Xavante e local de grandes e estáveis aldeias. As cabeceiras do Xavantinho haviam se transformado no último refúgio dos Xavante, que antes moravam dispersos em várias aldeias na região do cerrado, cobertura vegetal de transição entre as planícies inundáveis do Araguaia, a leste, e as matas amazônicas da Serra do Roncador, a oeste. Havia aldeias Xavante desde o rio Tapirapé, ao norte, até o rio chamado “riozinho”, mais ao sul.

Durante os trabalhos de identificação e delimitação (FUNAI Processo 1318/92, 1992), em 1992, um morador antigo de São Felix do Araguaia informou ao grupo técnico a localização das antigas aldeias Xavante e sobre as relações entre índios e não índios da época. Como funcionário da fazenda Suiá-Miçu, presenciou os primeiros contatos estabelecidos entre os Xavante e a direção da fazenda, além das seguidas transferências a que os índios foram forçados. E como morador de São Felix do Araguaia, a única cidade da região, participou do primeiro grupo de pequenos posseiros que invadiu o território Xavante, ultrapassando o rio Xavantinho, até então o limite que separava os temidos Xavante da população regional. Relatou, também, as diversas expedições punitivas aos Xavante na década de 1940, quando aldeias inteiras foram massacradas, assim como também falou dos ataques Xavante a população de São Felix do Araguaia na década de 1950.

#### Situação Fundiária: Histórico da Terra Indígena Maraiwatsede e Atos Administrativos para a sua Criação

O contato mais intenso do grupo indígena Xavante ocorreu com as frentes de expansão da sociedade nacional na década de sessenta, do século passado, com a construção da rodovia Belém - Brasília.

Em 1960, Ariosto da Riva comprou a fazenda Suiá-Miçu, primeiro com aproximadamente 500.000 ha, depois atingindo aproximadamente 800.000 ha, após associar-se em 1961, ao grupo Ometto. Para a instalação da fazenda se fez uso de mão-de-obra barata da população regional e dos próprios índios Xavante, que trabalharam na abertura de picadas demarcatórias e desmatamentos para implantação de pastos.

Os Xavante estavam presenciando a invasão de suas terras e os índios de várias aldeias da área, foram “convencidos” por Ariosto da Riva, que utilizou intérpretes Xerente, a transferirem-se para perto da sede da fazenda, onde fundaram a aldeia *Wedé’omo’re*. Os índios abandonaram as aldeias das cabeceiras do rio Xavantinho e do rio Grotão, para tornarem-se vizinhos incômodos de Ariosto da Riva. Os Xavante, morando ao lado da sede fazenda, separados por uma cerca que os impedia de ter livre acesso a certos lugares, tiveram suas roças destruídas pelo gado de Ariosto e os conflitos com os gerentes da fazenda foram inevitáveis. Os índios foram ameaçados por funcionários da fazenda e, sem outra alternativa, após dois anos próximo a sede, foram “convencidos” novamente a mudar para um local que ficava a nordeste da fazenda, fora de seus limites.

Em 1964, os Xavante foram transferidos da aldeia que contava com 33 casas para uma região alagadiça, inundada aproximadamente oito meses por ano pelas águas do rio Araguaia, onde fundaram uma aldeia com o nome *U’bre’hú*. Sem ter como caçar ou plantar nesse local, os Xavante passaram fome e novamente tornaram-se um peso para Ariosto da Riva e o grupo Ometto.

A solução encontrada pelos proprietários da fazenda, em um acordo que envolveu o Serviço de Proteção ao Índio - SPI, a Força Aérea Brasileira - FAB e a Missão Salesiana de São Marcos, formada por padres que atuavam em outra área Xavante, foi transferir os índios novamente, só que desta vez para um local a mais de 400 km de distância da fazenda Suiá-Miçu. Em documento datado de 11.7.1966, um funcionário do SPI autoriza “a Missão Salesiana São Marcos a transportar índios Xavante da aldeia próxima a São Felix/MT, até aquela Missão, desde que os mesmos assim o desejem, ficando a permanência dos referidos índios condicionada a vontade dos mesmos”.

Os Xavante foram transferidos, em 1966, em aviões da FAB, para a Missão Salesiana São Marcos. Um dos líderes Xavante pensou que o vôo que fez, seria para retornar às antigas aldeias das cabeceiras do rio Xavantinho. Mas, ao chegar a Missão, foi persuadido pelos padres a aceitar, junto com o grupo, a transferência, sob pena de morrerem no local onde se encontravam. O grupo, sem alternativas, aceitou embarcar nos aviões da FAB rumo ao desconhecido e, desde esse fato, reivindicam o retorno a terra onde estão enterrados os seus mortos e onde nasceram.

Foram transferidos 263 indivíduos, que embarcaram nos aviões com todos os seus pertences, obrigados a se exilarem. Assim, em consequência da superpopulação na Missão São Marcos, surgiram graves problemas, principalmente de abastecimento com o grupo recém-chegado, além de animosidades com os Xavante que já se encontravam junto a Missão. E alguns dias após a transferência, uma epidemia de sarampo atingiu o grupo e 83 deles morreram.

Segundo as palavras do cacique do grupo de Maraiwatsede à época da identificação, Damião Paridzane, e que continua a frente da comunidade nos dias de hoje:

(...) Meu pai morreu dois dias depois. Daí começou, noite toda, do dia todo... Carregaram de carroceria de trator, levaram no cemitério para enterrar. Noite toda, dia todo. Crianças morrendo todas no mesmo dia; nem passou 15 dias! (...) morre, mas junta; trator encosta e padre manda: encosta lá, lá está morrendo já. Ai gente botando em cima de carroceria e levando onde que tem cemitério. (...) Está tudo enterrado lá em São Marcos. (...) (Escapou) pouca gente (FUNAI Processo 1318/92, 1992).

Depois de São Marcos, os Xavante de Maraiwatsede transferiram-se para a área de Couto Magalhães (Terra Indígena Parabubure). Em seguida, o grupo se dirigiu pra a TI Areões, e em 1985, deslocaram-se para o interior da TI Pimentel Barbosa, formando uma nova aldeia, denominada Água Branca. Durante esses anos, os índios sempre reivindicaram sua terra.

Em 1992, através da Portaria nº 009/PRES/FUNAI, foi constituído grupo técnico visando a identificação da área, chegando-se a uma proposta de área de 200.000 ha, com 168.000 ha da fazenda Suiá-Miçu incidindo na terra indígena. Ainda em 1992, visando agilizar o procedimento administrativo e conter as invasões, a FUNAI publica o Parecer nº 09/DID/DAF, favorável à superfície de 168.000 ha, sendo tal proposta aprovada pela FUNAI através do Despacho nº 22, de 29.07.92.

Em 1993, a TI Maraiwatsede foi declarada de posse permanente dos índios pela Portaria nº 363/MJ, de 30.09.93. No ano de 1995, após a contratação de uma empresa para realizar os trabalhos de demarcação física da área, estes foram paralisados devido a sentença judicial que exigia uma alternativa concreta para o reassentamento dos posseiros. Com base no art. 9º do Decreto nº 1.775/96 foram apresentadas contestações à identificação e delimitação da área. Pelo Despacho nº 40, de 09.07.96, tais contestações foram julgadas improcedentes pelo Ministro da Justiça.

Em 1998 foi constituído um Grupo Técnico pela Portaria nº 407/FUNAI, de 05.05.98, com o objetivo de analisar a situação da ocupação da área, sendo que a área foi demarcada nesse mesmo ano com superfície de 165.241 ha.

Ainda em 1998, a TI Maraiwatsede foi homologada pelo Presidente da República pelo Decreto s/nº, de 11.12.98, com superfície de 165.241 ha e perímetro de 248 km.

O nome da terra indígena, Maraiwatsede, é uma palavra Xavante, tradicionalmente usada para designar a região reivindicada. É o nome do "mato geral, do lugar, a mata", ou como descreve o Cacique Damião Paradzane, "Maraiwatsede é a mata dessa região, tudo nome geral". Pode ser também "mato bonito".

A ocupação na região é antiga, tanto que o rio Suiá-Miçu, afluente do alto Xingu, e que tem suas cabeceiras na Serra do Roncador, era e ainda é chamado pelos Xavante de Mã'Rai'Wa'Tse, que significa "rio do Maraisatsede". A antiga fazenda que desalojou os índios tinha esse nome por causa do rio Suiá-Miçu.

A Terra Indígena Maraiwatsede foi registrada na Secretaria de Patrimônio da União, sendo uma área de 39.886,8020 (trinta e nove mil oitocentos e oitenta e seis hectares, oitenta ares e vinte centiares), de terras, situada no Município de São Felix do Araguaia, no Estado do Mato Grosso, e outra área com 125.354,4271 (cento e vinte e cinco mil, trezentos e cinqüenta e quatro hectares, quarenta e dois ares e setenta e um centiares), de terras, situada no Município de Alto Boa Vista, também no Estado do Mato Grosso. Área total de 165.241,2291 (cento e sessenta e cinco mil, duzentos e quarenta e um hectares, vinte e dois ares e noventa e um centiares) e Perímetro de 248.707,99 metros.

A área registrada, de propriedade da União Federal, trata de Terras de Posse Imemorial e Tradicional do Grupo Indígena Xavante, sendo-lhe destinado o Usufruto Exclusivo das riquezas naturais do solo, dos rios, dos lagos e de todas as utilidades nelas existentes, em que os Bens são Inalienáveis e Indisponíveis da União Federal e que não podem ser objeto de Arrendamento, Desapropriação ou qualquer negócio Jurídico que restrinja o Pleno Exercício da Posse Direta pela Comunidade Indígena.

Em 2002, a FUNAI constitui Grupo de Trabalho com a finalidade de proceder à elaboração de um Plano de Ação para a ocupação de Terra Indígena Maraiwatsede, pelos índios Xavante da Aldeia Água Branca, atendendo a decisão judicial da Justiça Federal da 5ª Vara, Seção Judiciária de Mato Grosso (Processo 950000679-0).

Ainda em 2002, novo Grupo de Trabalho é constituído com a finalidade de apresentar o projeto de retorno dos índios à Terra Indígena Maraiwatsede determinados pela Portaria nº 587/PRES.

Como foi constatado, a partir da transferência da área de Maraiwatsede, os Xavante dispersaram-se em várias outras áreas Xavante e passaram a viver graças a permissão dos parentes nas terras dos outros. Após anos de separação, parte do grupo, cerca de 350 índios em 1984, na aldeia Água Branca, da TI Pimentel Barbosa, e outros Xavante dispersos em outras áreas, passaram a aguardar o retorno a Maraiwatsede.

Hoje possuem a área oficialmente e administrativamente, mas não a ocupam de fato, isso devido às invasões dos não-índios da região. As invasões são criminosas, pois a área já está registrada como tradicional e de usufruto dessa comunidade Xavante.

Em 30 de março de 2006, a FUNAI criou, através de portaria, o Núcleo de Apoio para os índios Xavante de Maraiwatsede no município de Ribeirão Cascalheiro, a 100 km da Terra Indígena Maraiwatsede/MT. A implementação de um Núcleo de Apoio próximo ao território Xavante era uma reivindicação antiga dos índios que se concretiza.

Os índios lutaram muitos anos pela terra e enfrentam, hoje, conflitos com posseiros, madeireiros e fazendeiros que permanecem na área. Apenas em 2004, o Supremo Tribunal Federal autorizou o retorno dos índios à área. A decisão, no entanto, não proibiu a

permanência de não-índios da região dentro do território homologado e registrado pela Secretaria de Patrimônio da União-SPU.

Os índios Xavante solicitaram, além da criação do núcleo de Ribeirão Cascalheiro, ações para fiscalização da terra e a compra de um trator para a produção de roças (Figura 6.3.18).



Figura 6.3.18 - Cacique Damião Paridzane e outras lideranças na reunião realizada na TI.

#### Localização e Caracterização da T.I. Maraiwatsede

A Terra Indígena Maraiwatsede localiza-se nos municípios de Alto Boa Vista e São Felix do Araguaia, no Estado do Mato Grosso. A sociedade indígena é a Xavante e a família lingüística é Jê. Sua área apresenta uma Superfície de 165.241 ha e um perímetro de 248 km.

As vias de acesso para a TI Maraiwatsede são várias. Segue-se pela BR-158, pela BR-242, pela MT-322, pela BR-219. Há o entroncamento da BR-158, com a BR-242, onde está localizado o Posto da Mata. A rodovia BR 158 divide a TI Maraiwatsede na sua porção central, onde há maior número de ocupações por não índios. A aldeia está afastada desse ponto, onde os índios não são bem recebidos, apesar de Posto da Mata estar totalmente inserida na terra indígena. Há ainda o entroncamento da BR-158 com a BR-424 e da BR-424 com a MT-322. Todos esses acessos estão nos limites da terra indígena, com área Maraiwatsede para ambos os lados.

A TI Maraiwatsede conta apenas com uma aldeia, de mesmo nome que a terra indígena, com 68 casas, distribuídas entre uma população de 630 índios. A aldeia Maraiwatsede está distante 7 km da rodovia BR-158.

A FUNAI tem um Posto Indígena dentro da TI, próximo à aldeia. Em março último foi criado um Núcleo de Apoio Local, em Ribeirão Cascalheira, a 100 km da terra indígena. A Administração Executiva Regional - AER responsável por esses índios é a de Goiânia, e o Administrador Edson Beiriz. Há um técnico designado pela AER de Goiânia para tratar exclusivamente dos índios e da TI Maraiwatsede, em virtude dos conflitos da área.

#### Interpretação dos Fatos Constantes da História Ocupacional da Região, Associando à Situação Atual

A situação atual da TI Maraiwatsede é de conflito entre os índios que se transferiram para a área e os posseiros que não foram removidos. Por conta disso os índios ocupam apenas parte de seu território, não tendo acesso a toda área devido às invasões por parte de não índios. Há as invasões da época da demarcação que não foram retiradas e os índios, durante a reunião, informaram que as invasões continuam.

Os índios após a expulsão de suas terras, sempre solicitaram a FUNAI visitas à antiga área, demonstrando a ligação com a área Maraiwatsede e sua importância para o grupo. Em todos os lugares para onde foram transferidos, sempre se sentiram em terras “emprestadas”, mesmo em áreas vivendo com outros grupos considerados “parentes”. Após a saída de Maraiwatsede, os Xavante nunca deixaram de reivindicar a volta ao seu território tradicional, fazendo viagens constantes a ele, conforme relatos de moradores da região.

A ocupação do território Xavante de Maraiwatsede começou com a implantação da Fazenda Suiá-Miçu, na década de 1960, de propriedade de Ariosto da Riva, que desencadeou nos anos seguintes processos de invasão que continuam até os dias de hoje.

A fazenda Suiá-Miçu chegou a ter aproximadamente 800.000 ha na década de 1970, sendo adquirida em 1981, pela Liquifarm Agropecuária Suiá-Miçu S.A, subsidiária da Agip do Brasil, controlada pela Eni-Agip, empresa estatal italiana do setor petrolífero.

Segundo Informação nº 12/DID/DAF/FUNAI, em 1990, o Observatório de Impacto Ambiental (OIA) da Campanha Norte-Sul, organização não governamental italiana, divulgou os resultados de uma pesquisa, “Brasil - Responsabilidades Italianas na Amazônia”, que apontou a atuação da Eni-Agip no território Xavante através da subsidiária brasileira. A Campanha Norte-Sul passou a intermediar os contatos entre os Xavante, a Eni-Agip, e os Governos brasileiro e italiano. Em janeiro de 1991 a Eni-Agip concordou com a visita de uma comissão à fazenda Suiá-Miçu, quando surgiram elementos para a formulação de uma proposta de reconversão social e ecológica da área, explicitada à empresa em maio de 1991, sendo que em outubro foi realizada pela FUNAI, em Brasília, uma reunião onde estiveram

representantes dos Xavante, da FUNAI, da Eni-Agip, do Centro de Trabalho Indigenista – CTI e da Companhia Norte/Sul.

Nessa reunião, os Xavante reivindicaram a FUNAI que se iniciasse os procedimentos administrativos para a identificação e demarcação da Terra Indígena Maraiwatsede, sendo atendidos. O representante da Agip afirmou, a época, que a Empresa se reservaria o direito de pleitear possíveis ressarcimentos caso a terra viesse a ser declarada como indígena pelo governo brasileiro.

Foram realizados, então, os procedimentos administrativos para a identificação e delimitação das terras, com a instituição de Grupo Técnico – GT para identificar a área até então denominada Suiá-Miçu, no Mato Grosso. Durante os trabalhos de campo, em 1992, o GT foi acompanhado por quinze índios Xavante que demonstraram ser profundos conhecedores da área, informando com precisão os locais de suas antigas aldeias, roças, cemitérios e acidentes geográficos da região, além dos locais que utilizavam para caça, pesca e coleta.

O relatório antropológico de identificação e delimitação da Terra Indígena Maraiwatsede demonstrou de forma clara e completa a tradicionalidade da ocupação Xavante na área e que dela eles foram expulsos por força do avanço das frentes de expansão nacional, sob pena de desaparecerem caso nela permanecessem.

O relatório de identificação se baseou em três critérios: a ocupação tradicional da terra, a área necessária para a reprodução física e cultural do grupo Xavante e a real situação fundiária e ambiental dessa terra. Privilegiaram-se as áreas de cerrado, onde se localizavam as antigas aldeias e cemitérios, bem como as áreas de mata, rica em caça. Apenas os pastos degradados, passíveis de recuperação ambiental, foram incluídos na proposta, ficando excluídas desta as benfeitorias mais significativas da fazenda, como a sede e currais. O levantamento fundiário foi apenas iniciado e não concluído na época do GT, devido às condições climáticas da área na ocasião dos trabalhos de campo. Houve também a insistência por parte do administrador da fazenda que, em relação às benfeitorias da fazenda, o levantamento fundiário fosse realizado após consulta à assessoria jurídica da empresa, o que não aconteceu.

Em 10 de junho de 1992, com a realização da ECO-92, no Rio de Janeiro, o presidente da Holding Eni-Agip, Sr. Gabriele Cagliari, declarou à imprensa nacional e internacional, que reconhecia os direitos dos Xavante às terras da Suiá-Miçu e que estas lhe seriam devolvidas. Em 26 de junho do mesmo ano, a FUNAI é informada de que a fazenda, somente na área delimitada pela FUNAI, estava sendo invadida por centenas de famílias de posseiros.

Esta invasão criminosa, conforme é provado pela documentação anexa ao Processo 1318/92 FUNAI, com fotos e gravações de programas de rádio local, não deixa dúvidas quanto à participação de políticos locais e grandes fazendeiros que a incentivaram e auxiliaram.



Observou-se que a Agip do Brasil teria no mínimo se omitido perante a invasão. Diante do fato, a FUNAI optou por desmembrar a proposta de identificação e delimitação da terra indígena, encaminhando ao Ministério da Justiça o Parecer nº 09/DID/DAF/92, de 02.07.1992, publicada no DOU de 03.08.1992, que contempla apenas 168.000 ha inseridos nos limites da fazenda Suiá-Miçu, visando acelerar o processo demarcatório, uma vez que havia uma sinalização por parte da Eni-Agip em não se opor a volta dos Xavante à terra caso essa fosse declarada de posse permanente desses índios e, por outro lado, os posseiros que nela se encontravam, ali estavam por absoluta má-fé, fazendo-se necessário o levantamento fundiário apenas da área fora dos limites da fazenda, onde encontravam-se posseiros e pequenos proprietários há cerca de trinta anos, e que deveria ser objeto de encaminhamento ao Ministério da Justiça para declaração em um segundo momento.

Ainda segundo a Informação nº 12/DID/DAF/FUNAI de 1997, a alternativa do desdobramento da proposta de identificação e delimitação da TI Maraiwatsede foi um passo para a garantia dos direitos dos índios Xavante. O Ministério Público Federal também se mobilizou e moveu uma Ação Civil Pública com pedido de liminar pleiteando a extrusão da área. Essa ação foi impetrada pelos Procuradores da República em Mato Grosso, Roberto Cavalcante Batista e Wagner Gonçalves, em 08.10.1992, na 1ª Vara da Seção Judiciária de Mato Grosso, processo nº 950000679-0, tendo como Réus Liquifarm Agropecuária Suiá-Miçu S.A e Outros. O Ministro da Justiça na época, Maurício Corrêa, por sua vez, fez publicar a Portaria nº 363/1993, acatando o parecer nº 09/DID/DAF/1992 e declarando a TI Maraiwatsede como de ocupação tradicional e permanente indígena, determinando que a FUNAI procedesse à demarcação administrativa da área para posterior homologação pelo Presidente da República.

Atendendo aos ditames da Portaria nº 363/1993, a FUNAI licita os trabalhos de demarcação topográfica da área, contratando em 20.12.1994 a firma Plantel Agrimensura e Agronomia Ltda, que envia uma equipe em 20.01.1995, para o início dos trabalhos. Estes, porém, não se iniciaram, pois em 17.02.1995, a FUNAI recebeu um comunicado do Ministério da Justiça onde por ordem do Ministro da Justiça, na época Nelson Jobim, ficavam suspensos os trabalhos de demarcação, inclusive devendo a Polícia Federal ser retirada da área. O Ministro da Justiça acatou a solicitação dos Senadores Júlio Campos, Carlos Bezerra e Jonas Pinheiro, além da Deputada Federal Teté Bezerra e dos Deputados Federais Weliton Fagundes, Augustinho Freitas, Roberto França, Antônio Joaquim e Rodrigues Palma, que propuseram a criação de uma comissão composta pela FUNAI, INCRA, Governo do Estado e Bancadas Federal e Estadual do Mato Grosso para verificar "in loco", a realidade da área.

Em 22.02.1995, a FUNAI foi notificada pelo Exmo. Sr. Juiz Federal Substituto da 1ª Vara da Seção Judiciária de Mato Grosso, Alexandre Jorge Fontes Laranjeira, de que ela deveria abster-se de tentar retirar "Manu Militari" quaisquer posseiros que se encontrassem na área, até a realização de Audiência Prévia marcada para 24.03.1995. O Exmo. Sr. Juiz viria, em decisão de 10.05.1995, acatar a liminar proposta pelo Ministério Público Federal "nos termos em que pleiteada na Petição Inicial, suspendendo, todavia, a eficácia da decisão até que a

FUNAI e a União Federal concluem a demarcação da Área Indígena Maraiwatsede e apresentem uma alternativa concreta de reassentamento dos posseiros que porventura se encontrem nos limites de tais terras”.

Mas, em 05.10.1995, a firma Plantel Agrimensura e Agronomia Ltda reincidiu seu contrato, alegando insuficiência do apoio policial recebido frente às hostilidades dos ocupantes não-índios e que a demora na demarcação estaria afetando seu equilíbrio econômico.

Em 1996, a Agip do Brasil e os municípios de Alto Boa Vista e São Felix do Araguaia ofereceram contestação à identificação e delimitação da TI Maraiwatsede, com base no Art. 9º do Decreto nº 1775/1996, referente aos Processos FUNAI nº 1084/1996 e MJ 08000.006091/96/88 – “alegando em síntese: a) a nulidade do procedimento administrativo por inobservância do processo legal e afronta à garantia de ampla defesa; b) domínio e posse, de sua parte, com titulação regular, sobre parcela da área; c) não caracterização das terras como indígenas, à luz dos requisitos constantes do Art. 231, § 1º, da Constituição Federal”.

Assim, em relação às alegações dos contestantes, o Ministro da Justiça, na época Nelson Jobim, faz publicar no DOU de 10.07.1996, sua decisão: *"Acolhendo as conclusões do parecer retro da FUNAI, julgo improcedentes as contestações opostas à identificação e delimitação da Área Indígena Maraiwatsede... e assino aos interessados o prazo de 120 dias para se habilitarem a eventuais indenizações por benfeitorias, realizadas de boa-fé, a serem apuradas em procedimento específico"*. O Ministro da Justiça entendeu que o procedimento administrativo *"obedeceu às normas legais e regulamentares, vigentes à época de sua realização e o resguardado princípio constitucional da ampla defesa foi alcançado pela oportunização das constestações, nos termos do Art. 9º do Decreto nº 1775/96"*.

Embora ainda existam processos judiciais em andamento, as contestações feitas pelos não índios nos termos do Decreto 1775, de 1996, foram indeferidas pelo Ministro da Justiça à época, e a área de Maraiwatsede foi declarada de ocupação tradicional indígena, sendo posteriormente homologada pelo Presidente da República, o que hoje significa que os ocupantes não índios são invasores, cujas posses não tem valor legal.

A FUNAI para efetivar o levantamento fundiário da TI Maraiwatsede instituiu, pelos Ministros de Estado Extraordinário de Política Fundiária e o da Justiça, através da Portaria Interministerial nº 40, de 23 de outubro de 1996, um Grupo de Trabalho cujas atividades de campo foram programadas para serem realizadas no período de 25.11 a 20.12 de 1996 e deixaram de ser concluídas, em tempo hábil, pela falta de aprovação do plano de trabalho encaminhado em 20.11.1996 à Diretoria de Assentamento do INCRA, com vistas aos Ministros de Estado Extraordinário de Política Fundiária e o da Justiça.

Os técnicos designados pela mencionada Portaria, através da Resolução nº 1 de 23.12.1996, suspenderam temporariamente os trabalhos aguardando novas orientações ministeriais. Em 05.08.1997 foi realizada uma reunião com representantes da FUNAI e INCRA, em que se

decidiu pelo agendamento de um encontro de presidentes destes órgãos para definição dos encaminhamentos necessários ao levantamento fundiário da TI Maraiwatsede e cujos encaminhamentos não resultaram na resolução da questão fundiária.

Em 1997, as demandas judiciais pendentes sobre a TI Maraiwatsede que se encontravam tramitando na Justiça Federal de Mato Grosso eram três, duas delas propostas pelos mesmos autores: Adelino Augusto Francisco e Outros. Tratava-se de uma Medida Cautelar Inominada Preparatória, com a finalidade de paralisar as providências da FUNAI (entre outras, a contratação, na época, da firma Plantel) destinadas à demarcação da Área Indígena, e uma Ação Ordinária Declaratória negativa, objetivando cessar os efeitos da Portaria MJ 363/1993. Ambas estão conclusas para decisão do mérito, sendo que em relação à Medida Cautelar, realizou-se Audiência de Justificação em 24.03.1995, quando foi indeferida a Liminar, devendo os ocupantes não índios ser retirados da área e reassentados, segundo observância do disposto no Decreto nº 22, vigente à época da identificação e delimitação da TI Maraiwatsede. A terceira tratava-se da Ação Civil Pública, Processo nº 950000679.0, impetrada pelo Ministério Público Federal através da PGR-MT objetivando a desocupação da área.

#### Meio Ambiente

A análise ecológica da paisagem da região de Mato Grosso de uso da etnia Xavante, com base nos padrões formados pelo arranjo espacial das tipologias, está descrita a seguir.

Quanto à geomorfologia, a Terra Indígena Maraiwatsede está localizada na Depressão do Araguaia, que se trata de Depressão Periférica e Marginal, e cuja localidade são de rochas sedimentares.

De acordo com os levantamentos dos tipos de solos existentes na região, a Área de Influência do estudo apresenta solo dos tipos Latossolos e Gleissolos.

Na Terra Indígena Maraiwatsede predomina o solo tipo Latossolos. Os solos Latossolos são caracterizados como de horizonte B latossólico, pouca diferença entre os horizontes e solos muito evoluídos. São solos minerais não hidromórficos e que vão da cor amarelo ou bruno-acinzentado até vermelho escuro acinzentado. Sua textura é média a argilosa, com profundidade profundo a muito profundo e cuja drenagem pode ser classificada de fortemente e bem drenado. Quanto à classe de relevo a ocorrência pode ser plano, suave ondulado e montanhoso. O solo quanto à potencialidade agrícola, apresenta baixa fertilidade, com boas características físicas e morfológicas, cuja topografia é plana e suave ondulada e que as principais limitações são as baixas disponibilidades de nutrientes. As principais atividades econômicas para o uso da terra são agricultura diversificada e pecuária de corte.

A microrregião do Mato Grosso em que a TI Marawaitsede está inserida é a Norte Araguaia, localizada na porção nordeste mato-grossense.

Em relação ao clima, a área está inserida na região tropical, quente semi-úmido, que apresenta de 4 a 5 meses secos. Parte da terra indígena, a área de transição entre o cerrado e o bioma amazônico, está na região equatorial, que apresenta o clima quente úmido e de 1 a 3 meses secos.

Em relação à hidrografia a TI Maraiwatsede está na região da Bacia do Tocantins, cuja sub-bacia é do rio Araguaia.

A TI Maraiwatsede tem sua área nos biomas Cerrado e de Transição (Amazônia – Cerrado). A maior parte da terra indígena está em área de tensão ecológica, onde há contato entre diferentes tipos de vegetação.

No zoneamento sócio-econômico ecológico de Mato Grosso, a TI Maraiwatsede está na zona 3 - sistemas agroflorestais - em ambientes de Floresta Pluvial Amazônica, agricultura diversificada associada a aproveitamentos florestais, em ambiente de florestas de transição.

Os Xavante sempre habitaram a região de cerrado, que em Maraiwatsede, é uma área de transição entre as planícies inundáveis do Vale do Araguaia, a leste, conhecidas como Varjão, e a Serra do Roncador, a oeste, coberta por matas mais densas, pois já se trata do bioma amazônico.

As aldeias são feitas no cerrado, de onde os Xavante retiram parte de sua dieta alimentar e material para confecção de objetos.

Na terra indígena, os impactos ambientais causados pela ação antrópica são bem visíveis, a exemplo das áreas de vegetação nativa extintas. A degradação da área ocupada pelos índios é grande, o que é agravado pelas ocupações irregulares aumentando essa devastação.

A comunidade Xavante instalada na área não pode utilizá-la para seus rituais e para a sua sobrevivência. O manejo dos recursos naturais, em sua maioria, está sendo realizado pelos invasores da terra indígena, bem como pela população de Posto da Mata. O entorno, ocupado por não índios, também é utilizado de forma não sustentável, acabando por influenciar dentro do território Xavante os fazendeiros e posseiros que utilizam os recursos naturais em proveito próprio, em prejuízo à União Federal e aos índios.

Como os índios ocupam de fato, apenas parte da terra indígena, a preocupação com a contaminação das águas e o corte de madeira por parte dos invasores não-índios é grande. Utilizam água de um córrego perto da aldeia (Figura 6.3.19).



Figura 6.3.19 - Utilização da Água

A seguir fala do Cacique Damião sobre sua terra:

A água eu não posso dizer que está boa, o jeito que a área esta cheia de morador então dá problema, às vezes até bicho acaba, bebe água suja, bicho fica doente e vai morrer no mato, então hoje nem a gente não vê o chifre de mateiro, nem o dente de porção, então está morrendo, porque alguns plantaram, derrubaram, destruíram a fruta que era para o bicho comer e hoje não esta tendo mais frutos. Então o bicho está passando dificuldades, o pessoal joga qualquer lixo ou veneno pra contaminar a água, hoje está chovendo, mas não enche, tá secando, antigamente não era assim.

#### Situação Atual da TI Maraiwatsede

A grande questão dos índios Xavante de Marawatsede atualmente é que não ocupam seu território e são hostilizados pelos invasores os quais são ocupantes ilegais. As dificuldades que enfrentam hoje, por estar nessa situação de confinamento em uma pequena parte de seu território tradicional, impedem a realização de um diagnóstico mais detalhado como de outras comunidades indígenas em outras áreas completamente utilizadas. Maraiwatsede apresenta uma condição de alto conflito, em que a sociedade nacional não aceita a área como terra indígena, acreditando que sua ocupação pela comunidade indígena Xavante deverá ter uma resposta da justiça.

A reversão da decisão de implantação da TI não será revertida, pois como já foi descrito a Terra Indígena Maraiwatsede já foi homologada pelo Presidente da Republica e registrada na Secretaria do Patrimônio da União/SPU. Os invasores são os não índios, que criam na região a falsa premissa de que a área ocupada hoje por propriedades rurais e o Posto da Mata podem ser objeto de compra e venda, bem como a utilização dos recursos naturais de quem nela está. Isso gera uma animosidade entre índios e não-índios, o que pode representar conflitos sempre que se encontram.

Nessa situação as atividades econômicas dos Xavante e da única aldeia existente, cujo nome é o mesmo da terra indígena, praticamente não existem. A ocupação da área é recente. Apenas em 2004, com autorização do STF, os Xavante saíram da aldeia de Água Branca para ocupar a área. E mesmo assim, apenas em um pequeno espaço, já que os não índios não foram retirados do local antes da volta da comunidade indígena.

Não realizam o extrativismo, havendo inclusive a reclamação de que a área está sendo objeto de desmatamento, com a extração de madeira por parte de fazendeiros e posseiros, o que tem indignado muito as lideranças indígenas. Os índios estão se sentindo espoliados de seus bens, com prejuízo para todos da aldeia, com a venda da madeira e escoamento pela rodovia BR 158.

A coleta e o artesanato não estão sendo realizados como a comunidade deseja, em virtude do confinamento imposto pelas invasões. Como estão confinados em um pequeno espaço, dos 165.000 a que tem direito, não é possível percorrer a área, inviabilizando essas atividades tradicionais.

A Pecuária não é feita pelos Xavante da aldeia Marawaitsede, apesar dos Xavante apreciarem muito carne bovina. Ganham dos fazendeiros e posseiros, em que mantém boa vizinhança, boi para a alimentação das famílias indígenas. O boi é levado vivo e o cacique ou outra liderança, abate com um tiro o animal e divide a carne. Durante a visita de campo, tal fato aconteceu durante a reunião realizada com as lideranças indígenas no posto indígena da FUNAI, próximo à aldeia.

A agricultura é a atividade econômica mais desenvolvida na área, em comparação as outras atividades econômicas, embora esteja muito aquém da necessidade real das famílias. Os Xavante possuem trator para arar e plantam arroz. A área plantada está localizada próxima à aldeia e ainda não está produzindo para o consumo.

Por não poderem desenvolver atividades econômicas, os Xavante da Terra Indígena Maraiwatsede tem uma alta dependência do governo, recebendo cestas básicas para o sustento das suas famílias. De forma complementar de sua dieta buscam os ossos bovinos nos açougues de Posto da Mata, sendo disponibilizados pelos não índios aos homens Xavante. Os índios também compram alguns mantimentos nos mercados, assim como o fumo, mas não são bem vistos pela população de Posto da Mata. Os índios são vistos como invasores, o que não é verdade. Posto da Mata está totalmente inserida dentro do território tradicional Xavante, já homologado pelo Governo Federal.

E quanto à utilização ritual e simbólica do território indígena de Maraiwatsede, como os cemitérios, ainda não são feitos com frequência pelo fato de não poderem ocupar, "de fato", a terra indígena. As informações dos rituais e locais sagrados são da época da saída na década de 1960 e da época dos estudos de identificação e delimitação. Hoje, muitos desses locais não podem ser visitados, pois estão ocupados pelos fazendeiros e posseiros. Os Xavante não percorrem os limites como os outros índios de outras terras indígenas da

região, também são sendo feito pela antropóloga, por motivos de segurança. Perguntados se andam pela terra, o cacique disse:

Ainda não. Como a gente vai andar, não tem como, o pessoal não deixa passar e o problema também da nossa viatura, porque aqui tá cheio de fazendeiros, cada um fizeram essa área. Que foi comprado. Plantam só capim e tem gado, só pra destruir a mata, o córrego pra matar peixes com veneno fazem represa.

#### Distribuição Espacial dos Grupos Étnicos e Relações Interétnicas

A Terra Indígena Maraiwatsede está localizada em uma região de ocupação tradicional Xavante, sendo que sua comunidade mantém contatos com os Xavantes de outras terras indígenas, inclusive por já terem morado em algumas delas, como a TI Parabubure, TI Ubawawê, TI Pimentel Barbosa, dentre outras. Mas a situação, hoje de confinamento, também tem interferido na distribuição espacial do grupo. A presença de 630 Xavante em uma única aldeia, a qual funciona como uma espécie de proteção ao grupo, favoreceu a luta pela terra, mas por outro lado, não permitiu a formação de outras aldeias e as relações no entorno.

A caracterização de uso e ocupação territorial dos Maraiwatsede ainda não é possível, portanto, em virtude dos Xavante ocuparem apenas parte de seu território, sendo que a maior parte está ocupada por não índios, inviabilizando qualquer atividade tradicional indígena.

Mas como estratégia de sobrevivência, a TI Maraiwatsede não apresenta o faccionismo, característica marcante quanto à distribuição espacial da população Xavante.

Há critérios internos dos Xavante para definição do território. Os índios Xavante tem muitos grupos, e cada grupo ou aldeia efetivamente ocupa um território/espço, mais ou menos delimitado, que considera como seu. Embora se considere a existência de um território comum, pertencente aos Xavante como um todo; as reivindicações costumam ser encaminhadas de forma isolada, nem sempre respondendo um grupo pelos interesses dos outros.

Há uma adaptação da jurisdição administrativa à distribuição espacial dos grupos (facções) existentes. Esta distribuição é influenciada pela negociação de privilégios e pela distribuição dos bens adquiridos através da FUNAI. Estas composições políticas são historicamente estabelecidas através dos processos estruturais de cisões internas e pelas diferentes formas de encarar e vivenciar o contato com a sociedade nacional e seus diferentes órgãos administrativos.

A ocupação do território é primordial para a garantia da posse do mesmo. Assim, as aldeias são distribuídas geograficamente no intento de ocupar e fiscalizar o máximo de área possível, orientando-se as cisões para este objetivo.

Como ainda não tomaram posse “física” de todo o território, se concentraram em uma única aldeia, com a mesma liderança do Cacique Damião, que está à frente do grupo desde as reivindicações de identificação e retorno a TI Maraiwatsede.

A organização dos serviços de Estado, como educação e saúde, não é realizada como deveriam para a comunidade Xavante de Maraiwatsede. Há um posto de saúde construído na aldeia, mas não está em funcionamento. O município não presta assistência e as crianças não vão à escola.

#### Visão dos Índios Xavante da TI Maraiwatsede sobre as Obras de Asfaltamento da Rodovia BR-158

Durante reunião realizada com os Xavante, em fevereiro de 2006, os índios verbalizaram propostas de mudanças de traçado, cientes da vulnerabilidade da terra indígena com a manutenção do traçado existente e como inserção do empreendimento na região seria impactante para a comunidade de Maraiwatsede.

A grande questão é a situação que será criada com o asfaltamento do traçado atual. Na percepção dos Xavante da Terra Indígena Maraiwatsede com as obras de asfaltamento da rodovia e com a operação desta após as obras serem concluídas haverá o aumento das invasões por novos posseiros e o aumento dos conflitos pela área, inviabilizando a recuperação de seu território já homologado pelo Presidente da República e registrado pelo SPU, e não reconhecido por muitos não índios da região.

Na reunião com as lideranças Xavante, o Cacique Damião expressou a opinião vigente no grupo:

Eu não aceita asfaltar essa estrada. Eu estou apresentando, através das comunidades indígenas eu já mais velho dentro da terra dos índios, então melhor deixar sem fazer estrada.

Se a gente liberar esse agora, quer dizer que o governo está modificando cada vez a gente passa dificuldade nossa. Então eu quero também esclarecer da nossa opinião, do nosso plano, da nossa programação que estamos aguardando a vinda da senhora e a gente faz parte pra não fazer falta dentro da área dos índios, porque essa área, toda a área esse território antepassado.

O governo cria caso. Eu tô achando que ele tá contra nós apoiando esses fazendeiros e posseiros, esse Posto da Mata, da cidade, da vila. Tá falando dessa parte pra cá e só do índio até lá. Branco tá falando que essa parte que foi decretada é deles, diz que a cidade foi urbano que é urbano que não pode tirar pessoal, eles já está comentando isso.

Então nós não queremos, se não aumenta a vila, ai complica pra nós fica difícil, então pra não fazer, não precisa fazer, porque vai ter acontecimento. Se o carro passa na velocidade se o bicho aparece e mata. Se o menino, caçador, ou criança, pescador mulherada atravessa o asfalto e o carro passando velocidade e mata gente, isso que é nossa preocupação, não é só isso vai aumentando cada vez mais os moradores e acaba a floresta.



Não podemos deixar fazer asfalto dentro da área, se quiser fazer, é fora da área, ele tem a máquina, ele tem tudo, tem trator esteira, faz fora da área, longe. É a opinião da comunidade, não pra asfaltar esse, não podemos deixar, porque o problema que esta tendo hoje estamos agüentando essa barra.

Mantendo o atual traçado, quando do início das obras de asfaltamento, haverá mão-de-obra circulando em território tradicional indígena e construção de canteiros de obras, alojamentos, dentre outros, muito próximos à área indígena, pois a pista divide a TI Maraiwatsede em duas glebas.

A Terra Indígena Maraiwatsede tem uma gleba de 39.886,8020 (trinta e nove mil, oitocentos e oitenta e seis hectares, oitenta ares e vinte centiares), de terras, situada no Município de São Felix do Araguaia, de um lado da Rodovia BR-158; e outra gleba com 125.354,4271 (cento e vinte e cinco mil, trezentos e cinqüenta e quatro hectares, quarenta e dois ares e setenta e um centiares) de terras, situadas no Município de Alto da Boa Vista, do outro lado da rodovia.

A delimitação dos pontos para a definição dos limites da terra indígena foi assim realizada: do eixo central da rodovia definiu-se 15 (quinze) metros para cada lado, inclusa a faixa de domínio nesse espaço. Portanto, o espaço existente após a pista até 15 metros, não é terra indígena. Nesse espaço poderá haver a construção de canteiros de obras ou permanência de equipamentos. Evitando que se ocupe área indígena que faz limite com a rodovia. Na Certidão N°083/99, da Secretaria do Patrimônio da União, onde essa terra indígena encontra-se cadastrada no Registro Imobiliário Patrimonial, está assim descrito o limite junto à rodovia: "... localizado na faixa de domínio da Rodovia BR-158; daí segue pelo bordo Direito da referida Rodovia...". Entende-se que o limite da TI Maraiwatsede é a borda da faixa de domínio da BR-158, com a definição em metros de cada lado, definido no documento de criação da rodovia federal, a partir do eixo central da mesma.

A chegada de trabalhadores acarretará maior pressão da sociedade nacional sobre o território Xavante.

Como foi verificado em campo, as placas que indicam que a área é uma terra indígena, estão todas pichadas e destruídas pela sociedade nacional, demonstrando o não respeito pela justiça, e o não reconhecimento da população regional da área como de usufruto dos índios.



Figura 6.3.20 - Entrada da aldeia, junto à rodovia BR-158.

Poderá haver fechamento da rodovia pelos índios, pois ambos os lados são dos índios Xavante. Hoje, os índios não têm o controle efetivo de seu território, e como não podem percorrer a área livremente, acabam utilizando pouco as terras as margens da rodovia. Hoje, o confronto iminente é com os invasores da TI Maraiwatsede. Isso, porque esses não índios tiveram todos seus direitos avaliados e o tempo para o contraditório, ou seja, manifestar-se contra o estudo de identificação da terra indígena com a apresentação de documentos que comprovassem que a área não era desse grupo Xavante. A área foi confirmada tradicional indígena e homologada. Portanto, os não índios dentro da área homologada não tem direito à terra, apenas contribuindo para conflitos na região.

Mas, os índios podem realizar fechamento da rodovia durante as obras ou mesmo depois, para reivindicar medidas, como que o governo cumpra um cronograma de retirada de posseiros ou simplesmente que cumpra a justiça.

Há ainda uma maior movimentação na pista pelo escoamento de soja e pecuária e possibilidades de acidentes. A rodovia asfaltada e os índios, com plenos direitos sobre suas terras, empreenderão caminhadas por todo o território, inclusive próximas à rodovia. Homens, mulheres e crianças ainda poderão oferecer produtos para a comercialização dos que utilizam a pista. Atualmente, existe apenas uma aldeia, motivada pela situação de conflito, mas com a posse efetiva, novas aldeias serão formadas, podendo ou não estar muito próximas a rodovia. A pista representará uma barreira para o transito da comunidade, e construção de passarelas não representará solução.

Durante a reunião, os índios disseram que a mudança do traçado atual para a rodovia MT-322 poderia ocorrer. Concordam que uma rodovia faça limite com a área, tendo terra indígena apenas de um lado, e não concordam com área de ambos os lados da rodovia como é no traçado atual.

A BR-158 é um dos principais eixos rodoviários de Mato Grosso e tende a viabilizar todo o comércio do Araguaia, região que apresenta expansão agrícola notável, através do Porto de Itaquí, no Maranhão. A região é produtora de soja e gado de corte, e muitos dos vizinhos da comunidade Xavante da TI Maraiwatsede também o são. A questão da mudança de traçado é uma alternativa que poderá inviabilizar novas invasões, pois o território será uno, facilitando, inclusive, a saída dos invasores atuais. Haverá a desmobilização e o crescimento da região para os não índios. A mudança do traçado não alterará o escoamento da produção, pois a área acrescida será pequena.

Na proposta de mudança de traçado feito pelos índios, os Xavante também esboçaram que tal sugestão poderá ser feita apenas pelo lado oeste, pois pelo lado leste há proposta de aumento da área na FUNAI, e os índios aguardam resposta do órgão oficial. Os índios se mostraram contra o asfaltamento da BR-158, verbalizando que a estrada permaneça como está.

Os índios são contra o asfaltamento, pois entendem que agravará a situação de invasão na TI Maraiwatsede. Verbalizaram a retirada da rodovia para asfaltamento, mas sem isso, a rodovia pode ficar onde está. A questão do asfaltamento é a ocupação da área. Os Xavante tem total consciência que com infra-estrutura na região, a desocupação fica mais distante e problemática, com possibilidade de embates e confrontos entre não índios e índios.

Além do cacique, outras lideranças Xavante de Maraiwatsede expressaram suas posições quanto ao asfaltamento da BR-158, na sua maioria, os líderes mais velhos falaram em Xavante e a fala foi traduzida por índios que falam português. A seguir depoimento de Damião Paridzane:

Ao meu ver estrada asfaltada deu muito problema aos nossos parentes. Então a gente já tem experiência que estrada asfaltada traz muita coisa prejudicáveis à comunidade xavante. (...) Houve além das estradas asfaltadas, agora como a gente já tem visão ampla com esse problema, não aceitamos por isso priorizamos que a nossa proposta seja se for do governo federal tanto governo estadual analisar bem o nosso problema que estamos, temos processo tramitando na justiça sobre essa área indígena Maraiwatsede.

Por isso nós mostramos nossa proposta ao governo federal tanto para o governo estadual que tenha força de retirar os moradores principalmente os posseiros que estão atuando nessa área a única proposta que a gente espera muito mais que a nossa área seja limpa não podia morar nenhum branco, como já foi decretado, até homologado, registrado no cartório também é garantido que esta área é dos indígenas. Por isso, nós também xavantes reparamos essa palavra economia com preservação, preservação pra nós é muito importante, mas pra branco economia é importante também.

Que o governo federal analisasse bem o nosso problema que não é só de hoje que estamos lutando pra nossa área e tirar os posseiros da terra indígena Maraiwatsede que já faz muito tempo.

Agora a única coisa que a gente espera ter uma boa solução é pra retirar todos os posseiros que a lei do branco ter interesse de asfaltar pra

economizar alguma coisa só que ao contrario nós esperamos também que a nossa área seja limpa também, não podia morar nenhum branco só se for assim nós podemos resolver.

Aqui já houve muitos peixes mortos através dos agrotóxicos que os fazendeiros jogavam nas plantas que a chuva levava pro rio e morria tudo, agora estamos necessitando, e ainda se que a estrada fosse asfaltada nós vamos necessitar mais ainda além desse peixe, da nossa alimentação.

### Impactos do Asfaltamento da Rodovia BR-158 - Obras e Operação e Mitigação

Os impactos ambientais potenciais decorrentes da pavimentação da rodovia e medidas para mitigar e compensar os impactos decorrentes do empreendimento foram distribuídos em impactos do meio físico, do meio biótico e do meio antrópico, todos com influência direta sobre a Terra Indígena Maraiwatsede. Isso pelo fato da rodovia ser limite das duas glebas que compõem a área e imputar aos índios Xavante que dali tem o usufruto, todos os aspectos de modificação de seu território, no campo físico e biótico e não só antrópico.

Os impactos foram definidos para o traçado atual, não considerando a possível mudança do traçado da mesma. A possibilidade de mudança foi sugerida pelas lideranças Xavante que não querem o asfaltamento hoje, por acreditarem que tal empreendimento acarretará maior dificuldade e tempo para ocupação efetiva de seu território.

Como potenciais impactos para a TI Maraiwatsede estão os impactos no meio físico, como a modificação da topografia ao longo da rodovia, sempre tendo como limite a terra indígena, com a execução de cortes e aterros ao longo do traçado atual, além de impactos decorrentes da movimentação de solo. Mas na fase de pavimentação haverá o acréscimo de áreas de apoio, como os canteiros de obras, caixas de empréstimos e bota-foras, o que deverá ser feito fora dos limites da terra indígena. Como mitigação atenuar as variações topográficas decorrentes da implantação do empreendimento (fora dos limites da terra indígena).

Há ainda possibilidade de exposição do solo a processos erosivos; contaminação do solo e dos recursos hídricos por combustíveis, óleos, graxas e produtos químicos; geração de material particulado - poeira e de ruído; geração de fumaça e gases por veículos e equipamentos com motores a combustão e contaminação dos solos e recursos hídricos por resíduos sólidos, efluentes sanitários e com cargas de produtos perigosos. Nesses possíveis impactos para a TI Maraiwatsede.

Como mitigações poderão ser realizadas medidas como: implantação de ações preventivas, projeto com procedimentos para a movimentação do solo, com limitação do desmatamento e fiscalização; equipes envolvidas diretamente no uso ou manuseio de produtos químicos deverão ser orientadas quanto ao manejo e descarte dos resíduos fora dos limites da de Maraiwatsede e o projeto deverá contemplar áreas para armazenamento de produtos químicos e estruturas de contenção para possíveis vazamentos em uma área de proteção como a terra indígena. Instalação de sistemas de controle de poluição, manutenção preventiva de máquinas e equipamentos e treinamento de operadores próximos a terra

indígena; e instalação de programas de gerenciamento de resíduos sólidos pelos municípios e implantação de programa de educação ambiental, fossas sépticas, fiscalização do cumprimento da legislação para o transporte de produtos perigosos e implantação do Plano de Prevenção e Emergência de Acidentes com Cargas Perigosas afastados do território indígena.

Supressão da vegetação, habitats de fauna e atropelamento de animais silvestres, com a implantação de canteiros de obras, que deverá estar fora dos limites da área Maraiwatsede. Tal fato em torno da terra indígena é prejudicial, pois poderá levar à retirada da vegetação da área dos índios, não havendo cercas que demonstrem a linha exata dos limites. Devendo ser considerado que tais áreas poderão ser o habitat de espécies animais e que com a pista asfaltada o atropelamento de animais se intensificará.

A região já sofreu um grande desmatamento, apresentando nas bordas da rodovia áreas limpas, mesmo na terra indígena. Na faixa de domínio ocorrerá, em sua maioria, com vegetação secundária. Mas a preocupação é que se estenda para dentro de Maraiwatsede.

Mitigação: recuperação das áreas próximas à rodovia, restrição da supressão da vegetação da faixa de domínio e fora da terra indígena. Pode-se propor ainda a colocação de cerca nos pontos mais críticos da área indígena e próximo à rodovia. Não se cerca terras indígenas, mas em reuniões com os indígenas e em pontos específicos, é compensatório.

Quanto aos impactos sobre o meio biótico, podemos elencar os seguintes impactos como o aumento da caça, da pesca e do comércio de animais silvestres. Como haverá trabalhadores na rodovia e próximos a terra indígena, a caça poderá ser feita dentro de território indígena, o que não é permitido. E também a captura de animais silvestre para o comércio.

A caça pode ser considerada de subsistência e cultural, mas dentro da Terra Indígena Maraiwatsede, apenas para os índios. A sociedade não índia não pode realizar caça dentro dessa área, mesmo que para subsistência.

O comércio de animais silvestres, que serão capturados nas matas da terra indígena pode se intensificar com o asfaltamento pelo aumento do tráfego de veículos.

Mitigação: definição de normas para os trabalhadores, programa de educação ambiental e esclarecimento de que parte da área limite da rodovia é terra indígena e que é proibido a entrada de pessoas não autorizadas e proibição de utilização de armas de fogo por pessoas não autorizadas. Intensificação da fiscalização do comércio ilegal de animais silvestres.

Quanto aos possíveis impactos sobre o meio antrópico podemos destacar a criação de ambientes propícios para a proliferação de doenças como depósitos de água ou a acumulação de lixo. Mitigação: adequação e tratamento de efluentes e programa médico e vacinação.

Com a melhoria de acesso, a dinamização da economia local, e com o novo eixo de escoamento da produção agropecuária e expansão da fronteira agrícola, o asfaltamento da rodovia BR-158 representará desenvolvimento para a região, com dinamização da economia local, aumento do escoamento da produção agropecuária pela rodovia e aumento das áreas agrícolas no entorno. Isso representará para a Terra Indígena Maraiwatsede pressão sobre seu território e possibilidade de invasões/ocupações dentro dos limites indígenas.

Outro fator que deve ser levado em conta na região é a resistência da população local não índia em não reconhecer a área de Maraiwatsede como indígena, e, portanto, propensa à invasão. Com o asfaltamento, a valorização de terras na região ocorrerá, intensificando a animosidade entre índios e não índios pelo território definido pela união Federal como terra indígena. Mitigação: retirada dos invasores da TI Maraiwatsede.

A melhoria da acessibilidade local irá representar um importante fator de atração de população migrante para a região, e isso representará pressão sobre o território indígena. Haverá uma maior oferta de terras na região e próxima a terra indígena. Com a dinamização da economia local e aumento de tráfego na região, haverá um aumento da urbanização e fixação de novas populações.

A permanência da área urbanizada Posto da Mata no interior da TI é um impacto em potencial. O Posto da Mata, um vilarejo situado dentro da área da TI Maraiwatsede, que ainda não foi retirado, intensificará sua ocupação e possivelmente promoverá maior resistência para sua desocupação. O período para contestação de que a área Maraiwatsede não era de ocupação tradicional indígena terminou, em que as contestações dos não índios não foram aceitas e que a área foi reconhecida como terra indígena. Portanto, Posto da Mata, é uma invasão e deverá desocupar o local, não cabendo ações para que permaneça no local. Mitigação: retirada de Posto da Mata.

### Conclusão

Com todos os fatos relatados, o empreendimento é de influência direta, potencialmente impactante para a comunidade indígena Maraiwatsede, que potencializará as invasões que a terra indígena sofre até os dias atuais.

Deve-se cumprir a justiça e fazer a retirada dos invasores da TI Maraiwatsede antes de qualquer empreendimento na área. Hoje, o asfaltamento da BR-158 representa potencialidade de conflitos, e mitigação imprópria para ocupantes invasores de terra da União. Pois uma terra indígena nada mais é que propriedade da União, com usufruto das comunidades indígenas. O asfaltamento da rodovia inviabilizará por anos a retirada de não índios do local, acarretando prejuízo aos índios. A invasão será potencializada, com o agravamento dos recursos naturais.

Outro fator já explicitado e que deverá ser expressivo para a degradação ambiental são as invasões de terra visando à expansão de frentes agrícolas, em território indígena, devido a

recusa da população regional em não reconhecer a área como Xavante, estabelecendo mais conflitos pela terra, trazendo o desmatamento e as queimadas.

A grande questão do asfaltamento da Rodovia BR-158 será a melhoria da acessibilidade local para a população nacional, mas que representará o aumento da pressão antrópica sobre o território indígena. Considerando que a ocupação pelos índios de Maraiwatsede é recente, devido à justiça e à não desocupação da área por não índios, com o asfaltamento do traçado existente, haverá a potencialização dos conflitos já existentes na área Maraiwatsede.

Quanto ao meio ambiente e seus recursos, também haverá uma intensificação de sua exploração, dentro da terra indígena e no seu entorno.

### **Sub-Capítulo III - Terra Indígena Urubu Branco - Grupo Indígena Tapirapé<sup>5</sup>**

Este Estudo de Impacto Ambiental foi elaborado para a Ecoplan Engenharia segundo o "Termo de Referência para elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, referente às obras da BR 158/ MT compreendidas no trecho entre a divisa PA/ MT entroncamento BR 070 (B) MT 100 (divisa MT/ GO)- Barra do Garça, subtrecho divisa PA/ MT- entroncamento Br 242 (A) MT 424, com extensão total de 268,08 km" (IBAMA de julho de 2004) e o "Plano de Trabalho para componente Indígena" elaborado pela Ecoplan Engenharia em novembro de 2005.

Para sua realização foi feita pesquisa bibliográfica específica, consultadas fontes documentais e orais e realizada uma viagem ao nordeste do Mato Grosso para trabalho de campo entre os dias 24 de fevereiro a 03 de março com realização de viagens a todas as aldeias Tapirapé da TI Urubu Branco.

O autor ademais, já possui diversas pesquisas realizadas entre os povos indígenas do vale do Araguaia, das quais destacam-se obras sobre os Avá-Canoeiro (Os índios Negros ou os Carijó de Goiás: a história dos Avá-Canoeiro, 1986/1986) os Karajá, Javaé e Karajá do Norte (Cosmologia e Sociedade Karajá, 1992), onde se incluem partes relativas à história Tapirapé. Sobre história Tapirapé especificamente destacam-se artigos (Os Tapirapé e sua área tradicional: Urubu Branco in Ricardo 1995) e o trabalho que organizou conjuntamente com autores indígenas (Toral et Al-Xanetãwa parageta. Histórias das nossas aldeias, 1996) contendo mitos e histórias que abordam aldeias e territorialidade Tapirapé dos séculos XVIII ao XX.

O autor também foi o Coordenador do Grupo Técnico da FUNAI responsável pela identificação e delimitação da TI Urubu Branco (Relatório de Identificação e Delimitação da Área Indígena Urubu Branco, 1994).

---

<sup>5</sup> Este texto corresponde à transcrição integral do relatório apresentado pelo Antropólogo André do Amaral Toral, responsável técnico pelo estudo da TI Urubu Branco.

Para a realização desse EIA foram fundamentais as informações prestadas por líderes Tapirapé de todas as aldeias. Foram entrevistados individualmente os caciques de todas as comunidades Tapirapé: da aldeia Tapiparanytãwa, Aloizio Warãi Tamakorawygi; de Towajaatãwa, Paulo Ararawytygi; de Akara'ytãwa, Valdemar Makapyxowa; de Wiriãotãwa, José Antonio Xawaraxowi e de Tapi'itãwa, José Pio Xywaeri. A maior parte dos seus depoimentos foi registrada por meio de gravações.

Foi realizada, ainda, uma reunião formal no barracão comunitário da aldeia em 26 de fevereiro de 2006 para se tratar do assunto relativo ao EIA. A reunião foi aberta a toda comunidade e nela foi feita uma exposição de esclarecimento pelo antropólogo Dr. André A. Toral a respeito da obra de asfaltamento que será realizada. Foram expostas de forma didática as características do empreendimento e suas possíveis conseqüências para as áreas consideradas de influência direta e de influência indireta. Nessa reunião não só os caciques, mas boa parte das lideranças familiares pôde expressar suas opiniões, todas devidamente registradas.

Foram formalmente entrevistados e tiveram seus depoimentos gravados os presidentes da Associação do Povo e Organização Indígena Tapirapé (APOIT), a associação comunitária Tapirapé, Reginaldo Kaorewygi; das Irmãzinhas de Jesus que há mais de 55 anos trabalham ininterruptamente com o grupo indígena; com o casal de leigos ligados ao CIMI e à equipe de Pastoral Indigenista da Prelazia de São Félix, Eunice Dias de Paula e Luiz Gouvêa de Paula, bem como as enfermeiras da FUNASA, Deuzivan Souza Fonseca e Maria Eltan Souza Fonseca, que trabalham na aldeia Tapi'itãwa. Procurou-se, ademais, conversar e registrar o pensamento de dezenas de tapirapé que o antropólogo já conhecia de pesquisas anteriores e sua opinião sobre as conseqüências do asfaltamento da estrada ao meio ambiente, à sociedade do entorno e, especificamente, sobre a TI Urubu Branco e sobre os Tapirapé.

Dada a distância da BR-158 em relação à TI Urubu Branco, a terra dos Tapirapé pode ser descrita como área sob influência direta do empreendimento, ou seja sujeita aos impactos diretos da implementação e operação da rodovia. **O asfaltamento da BR 158 traz sérias implicações a curto prazo para o meio ambiente e a existência dos Tapirapé. Dada sua proximidade em relação ao empreendimento não cabe falar em áreas “potencialmente” ameaçadas pelos impactos. A vida do grupo e do meio ambiente será drasticamente afetada e de forma imediata. Esse EIA, portanto, procurou abordar todas as graves conseqüências do empreendimento para o grupo indígena da forma mais completa possível.**

A todas as pessoas e instituições acima mencionadas, em especial à comunidade Tapirapé, gostaria de expressar meu mais profundo agradecimento. Espero ter sido fiel às suas justificadas preocupações.



### Identificação dos Grupos Étnicos e das Terras Indígenas da Área de Influência da Pavimentação da BR 158

A pavimentação da rodovia federal BR 158 no nordeste do Mato Grosso, no trecho que vai de Ribeirão Cascalheira até a divisa com o Estado do Pará, afeta os grupos indígenas Xavante e Tapirapé.

A Terra Indígena (TI) Maraiwatsede dos Xavante, no município de Alto da Boa Vista, é cortada ao meio por esta rodovia. A TI Urubu Branco, por sua vez, é tangenciada pela mesma rodovia nos seus limites sudoeste (onde passa a cerca de 10 km da Terra Indígena) e noroeste (aproximadamente a 4 km da Terra Indígena). Especificamente em relação à TI Urubu Branco, deve-se acrescentar que duas estradas estaduais saem da BR 158 e, dirigindo-se a oeste, passam imediatamente ao norte desta última, caso da MT 413, ou corta-a praticamente ao meio, caso da MT 432. Essas duas etnias, Xavante e Tapirapé, que vivem nas mencionadas Terras Indígenas, encontram-se, conseqüentemente, em áreas sob influência direta do empreendimento.

Este relatório trata especificamente das conseqüências da pavimentação da estrada sobre o grupo indígena Tapirapé da TI Urubu Branco

#### Localização Geográfica das Terras Indígenas: Município e Vias de Acesso

A Terra Indígena Urubu Branco, onde vive a maioria da atual população Tapirapé, localiza-se nos municípios de Santa Teresinha, Confresa e Porto Alegre do Norte, situados no nordeste do Estado do Mato Grosso. A cidade de Confresa, situada a aproximadamente 25 km da principal aldeia do grupo, Tapi'itawa, é o centro regional mais importante para os Tapirapé.

Confresa liga-se a Cuiabá pela BR 158. A partir de Confresa atinge-se a aldeia dirigindo-se ao norte até o entroncamento da BR 158 com a vicinal MT 432 que atravessa a área indígena e prossegue, juntando-se à MT 413, até o município vizinho de Santa Teresinha, já na beira do rio Araguaia, onde existe uma aldeia mista Tapirapé e Karajá, na TI Tapirapé/ Karajá. Todas as cinco aldeias Tapirapé no interior da TI Urubu Branco são interligadas pela MT 432, caso das aldeias Tapi'itãwa e Akara'ytãwa, ou por uma rede de estradas construídas por grandes fazendas, como a SAPEVA e CODEBRA, situadas na parte sul da área e que hoje servem às aldeias Tapiparanytãwa, Towajaatãwa e Wiriaotãwa.

Confresa também pode ser alcançada a partir do Estado do Tocantins e da rodovia federal BR 153 (Belém-Brasília) tomando-se a rodovia TO 364, na altura do município de Paraíso do Norte, até Caseara e daí, cruzando o rio Araguaia, atingindo a rodovia PA 150. Esta última, continuação da BR 158 no Estado do Pará, deve ser tomado no sentido sul atingindo-se, após entrar em território mato-grossense, a cidade de Vila Rica e, na seqüência, Confresa. É um caminho mais longo, mas a salvo dos eventuais problemas de tráfegos na BR 158 devido às chuvas.

Além do transporte rodoviário, Confresa pode ser atingida por linha aérea regular (Sete Táxi Aéreo Limitada), três vezes por semana a partir de Brasília e Goiânia.

O transporte rodoviário tem condições de tráfego sofríveis durante a estação das chuvas, de novembro a março, ainda que muito dificilmente chegue-se à interrupção da comunicação com Cuiabá, entre as aldeias Tapirapé ou destas com Confresa.

### Demografia

#### *População Atual, Perspectivas e Tendências*

Os Tapirapé vivem, em março de 2006, em cinco aldeias (Tapi'itãwa, Wiriãotãwa, Towajaatãwa, Akara'ytãwa e Tapiparanytãwa) no interior da TI Urubu Branco e em uma aldeia (Majtyritãwa) localizada no interior da TI Tapirapé/ Karajá. A população Tapirapé se concentra, portanto, em seis aldeias.

**Quadro 6.3.53 - Aldeias e população Tapirapé em 2006.**

Aldeia	Português	Terra Indígena	População
Tapiparanytãwa	Aldeia Nova	Urubu Branco	53
Towajaatãwa	Sapeva	Urubu Branco	45
Wiriãotãwa	Codebra	Urubu Branco	45
Akara'ytãwa	Santa Laura	Urubu Branco	106
Tapi'itãwa	Urubu Branco	Urubu Branco	235
Majtyritãwa	Aldeia Tapirapé	Tapirapé/Karajá	83
População Tapirapé total			564

Fonte: Projeto Aranowa'ýã da Escola Indígena Estadual (EIE- MT) Tapi'itãwa em 2006. Orientação: Alberto Orokomy'i e Adailton Alves da Silva (UFMT).

As cinco aldeias da TI Urubu Branco tem um total de 481 pessoas, mais de 85 % de sua população total. Na aldeia da TI Tapirapé/ Karajá, Majtyritãwa, vivem outros 83 Tapirapé, ou seja, cerca de 14 % de sua população total. Parte considerável dos habitantes de Majtyritãwa é casada com Karajá e/ ou descendentes de uniões dessa etnia com Tapirapé. No total a população atual dos Tapirapé nas duas Terras Indígenas é de 564 pessoas.

Não são aqui considerados os indivíduos Tapirapé que vivem em aldeias Karajá nas proximidades ou no interior da Ilha do Bananal, nem os que vivem em aldeias Kaiapó Metuktire (PA) e Kaiabi (MT/ PA). Somados com estes últimos à população Tapirapé ascende a aproximadamente 570 pessoas ou pouco mais.

Os dados aqui apresentados para 2006 provêm do Projeto Aranowa'ýã, da Escola Indígena Estadual (EIE-MT) Tapi'itawa. O levantamento foi feito pelos próprios alunos de 2º grau sob orientação de Alberto Orokomy'i, professor da escola Tapirapé e graduado no 3º grau (nível universitário) e de Adailton Alves da Silva, bacharel em matemática e atualmente cursando o

mestrado da Universidade Federal do Mato Grosso. Os alunos contaram individualmente todos os grupos domésticos de suas aldeias, anotando nome e idade dos componentes. Trata-se do melhor e mais atual levantamento de população dessa etnia. A totalização dos dados e sua sistematização por faixas etárias foram feitos por André Toral, em março de 2006.

A análise dos Quadros 6.3.54 a 6.3.59 mostra que a distribuição da população Tapirapé nos intervalos etários considerados nas quatro aldeias da TI Urubu Branco é bastante similar. Cerca de 55 % dessa população, em todas as aldeias, situa-se na faixa etária que vai de 0 aos 15 anos. Grosso modo, cerca de 45 % da população Tapirapé restante encontra-se bem dividida nos intervalos de 16 a 30 anos e de 31 ou mais. Em termos concretos, ao mesmo tempo em que em suas aldeias existem muitas crianças, também se encontram pessoas atingindo a velhice. A situação de 2006 contrasta fortemente com a de 1947, quando um recenseamento promovido pelo etnólogo Herbert Baldus não encontrou nenhum avô ou avó entre os habitantes de Tapi'itãwa. A redução da população abaixo de 15 anos nessa época parecia indicar a inexorável extinção da população dos Tapirapé (HERBERT BALDUS 1970, 77-78). Adiante veremos um histórico da população Tapirapé.

A continuidade do processo de crescimento da população Tapirapé se dá num contexto marcado pela retomada de suas terras tradicionais e criação de novas aldeias. Este último fato, aliás, constitui um elemento novo na relação dos Tapirapé com seu território. Marca a divisão pelo território da TI Urubu Branco de uma série de líderes e suas respectivas famílias extensas e facções que viviam confinados em apenas uma aldeia até 1993. Hoje, suas aldeias são em número de seis e a população como vimos, prossegue num processo de crescimento populacional iniciado em meados da década de 1950.

Não existem casamentos ou uniões entre os Tapirapé e a população regional do entorno, o que parece um fato digno de nota, haja vista a antiguidade do contato entre o grupo e a população regional. Existem, no entanto, registros de contato entre jovens Tapirapé e prostitutas da vizinha cidade de Confresa, principalmente durante o verão, quando se encontram num balneário precário situado no córrego Gameleira, vizinho à aldeia e mantido graças à Destilaria Gameleira S.A., que o destina ao lazer de seus trabalhadores. Embora insignificante sob o ponto de vista de análise demográfica, esses contatos podem ocasionar problemas conforme veremos adiante na parte reservada à análise da saúde do grupo.

A análise dos dados mostra, portanto, uma população em processo de crescimento, dando continuidade à tendência verificada nos últimos 50 anos. Como se vê pela distribuição da população em faixas etárias o grupo etário mais numeroso é o de menores de 15 anos, o que nos permite prever com segurança a continuidade desse processo de crescimento populacional nas próximas décadas. A presença de um grande número de crianças em suas aldeias é registrada pelos próprios Tapirapé. O grande líder Tapirapé, Marcos Xako'iapari, falecido em março de 2006, disse uma frase que foi registrada pelos professores da escola Tapirapé e agentes da Pastoral Indigenista da Prelazia de S. Félix, Luiz Gouveia de Paula e

Eunice Dias de Paula. Na década de 1980, ao ver o grande número de crianças brincando nos terreira da aldeia, Marcos, que havia presenciado e sobrevivido à fase aguda de perda de população, afirmava sorrindo: *"agora Tapirapé não vai morrer mais"* (GOUVEIA DE PAULA 2006, 1). Expressava dessa forma sua alegria ante a constatação que a extinção da etnia a que pertencia parecia definitivamente afastada.

O grande número de crianças na aldeia também foi registrado pelo líder da aldeia Akara'ytãwa, Makapxowa, que declarou ao antropólogo André Toral em março de 2006: "antes a gente olhava a criançada e conhecia todo mundo, sabia o nome do pai e da mãe. Hoje já não dá mais, é muita criança".

Em 1953, quando atingiu seu número mais baixo, a população Tapirapé perfazia aproximadamente 71 pessoas segundo estimativas confiáveis, posto que baseadas em trabalhos de campo, contagens individuais e estimativas para os índios isolados. **Passados 53 anos, essa população aumentou quase oito vezes atingindo 564 pessoas. O significado desses números não deixa margem para dúvidas sobre a tendência atual de crescimento demográfico experimentado nos últimos 50 anos. Em 1995 a população Tapirapé era de 380 pessoas; no início de 2006, atingem o total de 564 pessoas aldeadas. Esses números indicam que no último decênio, portanto, experimentaram um crescimento considerável de 48%. O total da população do grupo, no entanto, expressa que hoje os Tapirapé perfazem apenas metade da população estimada no início do século, entre 1000 e 1.500 pessoas.**

O grande número de pessoas abaixo dos 15 anos, finalmente, implica numa série de conseqüências para a vida dos adultos. Deve-se mencionar especificamente que a alimentação e vestuário dos mais jovens implicam numa sobrecarga de trabalho para seus pais e suas práticas religiosas muitas vezes ressentem-se da falta de tempo para seu exercício uma vez que os adultos encontram-se envolvidos em atividades diretamente ligadas à subsistência.

**Quadro 6.3.54 - População da aldeia Tapiparanytãwa em 2006.**

Faixa etária	Homens	Mulheres	Totais
0- 15 anos	16	13	29
16- 30 anos	6	9	15
31 anos e acima	6	3	9
Total	28	25	53

Fonte: Projeto Aranowa'ção da Escola Indígena Estadual (EIE-MT) Tapi'itãwa em 2006. Orientação: Alberto Orokomy'i e Adailton Alves da Silva (UFMT).

**Quadro 6.3.55 - População da aldeia Towajaatãwa em 2006.**

Faixa etária	Homens	Mulheres	Totais
0- 15 anos	11	8	19
16- 30 anos	6	11	18
31 anos e acima	3	3	6
Total	20	22	42

Fonte: Projeto Aranowa'ção da Escola Indígena Estadual (EIE-MT) Tapi'itãwa em 2006. Orientação: Alberto Orokomy'i e Adailton Alves da Silva (UFMT).

**Quadro 6.3.56 - População da aldeia Wiriaotãwa em 2006.**

Faixa etária	Homens	Mulheres	Totais
0- 15 anos	6	15	21
16- 30 anos	7	10	17
31 anos e acima	4	3	7
Total	17	28	45

Fonte: Projeto Aranowa'ção da Escola Indígena Estadual (EIE-MT) Tapi'itãwa em 2006. Orientação: Alberto Orokomy'i e Adailton Alves da Silva (UFMT).

**Quadro 6.3.57 - População da aldeia Akara'ytãwa em 2006.**

Faixa etária	Homens	Mulheres	Totais
0- 15 anos	25	33	58
16- 30 anos	14	13	27
31 anos e acima	12	9	21
Total	51	55	106

Fonte: Projeto Aranowa'ção da Escola Indígena Estadual (EIE-MT) Tapi'itãwa em 2006. Orientação: Alberto Orokomy'i e Adailton Alves da Silva (UFMT).

**Quadro 6.3.58 - População da aldeia Tapi'itãwa em 2006.**

Faixa etária	Homens	Mulheres	Totais
0- 15 anos	76	62	138
16- 30 anos	22	26	48
31 anos e acima	27	22	49
Total	125	110	235

Fonte: Projeto Aranowa'ção da Escola Indígena Estadual (EIE-MT) Tapi'itãwa em 2006. Orientação: Alberto Orokomy'i e Adailton Alves da Silva (UFMT).

**Quadro 6.3.59 - População Tapirapé na TI Urubu Branco por faixas etárias em 2006.**

Faixa etária	Homens	Mulheres	Totais
0- 15 anos	134	131	265
16- 30 anos	55	69	124
31 anos e acima	52	40	92
Total	241	240	481

Fonte: Projeto Aranowa'ção da Escola Indígena Estadual (EIE-MT) Tapi'itãwa em 2006. Orientação: Alberto Orokomy'i e Adailton Alves da Silva (UFMT).

Quadro 6.3.60 - População Tapirapé entre 1900 e 2006.

Ano	População	Observações e fonte
1900	1500	Estimativa - Wagley 1988,49.
1900	1000	Estimativa - Baldus 1970, 81.
1912	Entre 1000 e 1500	Estimativa - Francisco Mandacaru (SPI ) <i>apud</i> Wagley 1988, 57.
1914	1000	Baldus 1970, 74
1935	130	Contagem individual. Baldus 1970, 77
1947	59+20=79	Estimativa para aldeia Xexotãwa (20 pessoas-isolados)/ 59 contados individualmente em Tapi'itãwa. Baldus 1970, 77, 81.
1953	51+20=71	Estimativa para Xexotãwa e Xoatãwa (20 pessoas-isolados)/ 51 Contados individualmente em Tapi'itãwa. Wagley 1988, 65- 66.
1955	55+20=75	Estimativa para Xexotãwa e Xoatãwa (20 pessoas-isolados)/ 55 Contados individualmente na Aldeia Nova. Baldus 1970, 75.
1965	79+10=89	Estimativa para Xoatãwa (10 pessoas-isolados)/ 79 contados individualmente. Wagley 1988, 65- 66..
1976	136	Contagem individual. FUNAI <i>apud</i> Wagley 1988, 66.
1988	254	Contagem individual. Irmãzinhas de Jesus (dados de campo).
1989	262	Contagem individual. Irmãzinhas de Jesus (dados de campo).
1990	284	Contagem individual. Irmãzinhas de Jesus (dados de campo).
1991	309	Contagem individual. Irmãzinhas de Jesus (dados de campo).
1993	363	Contagem individual. Irmãzinhas de Jesus (dados de campo).
1995	380	Banco de dados do Programa Povos Indígenas no Brasil - Instituto Sócio-ambiental <i>in</i> Ricardo (org.) 1995 baseado em dados de campo fornecidos pelas Irmãzinhas de Jesus.
2000	438	Banco de dados do Programa Povos Indígenas no Brasil - Instituto Sócio-ambiental <i>in</i> Ricardo (org.) 2000, 13. Baseado em dados de campo fornecidos pelas Irmãzinhas de Jesus.
2002	Pouco mais de 500	Estimativa <i>in</i> Irmãzinhas de Jesus 2002, 250.
2003	501	Banco de dados do Programa Povos Indígenas no Brasil - Instituto Sócio-Ambiental baseado em dados da FUNASA.
2006	564	Contagem individual. Projeto Aranowa' yãõ (EIE - MT Tapi'itãwa) em 2006.

*Histórico da população Tapirapé no século XX e início do século XXI até 2006.*

Os dados existentes sobre a população Tapirapé, dado o isolamento e a inacessibilidade de suas aldeias no início do século XX, dão em boa parte, estimativas. À medida que nos aproximamos de década de 1940 esses dados tornam-se cada vez mais precisos. Na tabela 8 vemos uma apresentação sumária desses dados relacionando-se os números, suas fontes e um comentário. Quando existem dados resultantes de contagem individual e estimativa, essa sua origem, bem como sua soma, são registradas.

De qualquer maneira, a análise dos dados constantes do Quadro 6.3.60 mostra que os Tapirapé experimentaram uma perda notável de população do início de 1900 até aproximadamente 1951. Sua população diminuiu de 1.000/ 1.500 pessoas vivendo em 5 aldeias para aproximadamente 71 vivendo em duas aldeias em 1947.

As visitas dos vizinhos Karajá ou de regionais brasileiros trouxeram, mesmo antes de 1900, malária e gripe que se manifestaram de forma epidêmica causando expressiva mortandade. De 1900 a 1910 são registradas epidemias de malária, varíola e gripe que deram continuidade à perda de população. O bispo de Conceição do Araguaia, na década de 1910, previu o desaparecimento do grupo, acelerando os batizados, uma vez que preocupa-se especialmente com a "salvação espiritual". Parecia que, apesar do contato recente, o grupo caminhava célere em direção à sua extinção (WAGLEY 1988, 58). Novos contatos com regionais depois de 1912 trazem novamente epidemias de gripe que se complicam em pneumonia causando grande número de vítimas no início da década de 1930.

As cinco aldeias de 1900 encontravam-se reunidas em apenas duas em 1947 com uma população que, somadas, não ultrapassava 100 pessoas (BALDUS *apud* WAGLEY 1988, 61). Embora o período mais intenso de perda de população tenha se dado nas primeiras três décadas a partir de 1900, o processo continuou até a metade do século tendo seu ponto negativo mais expressivo ocorrido entre 1947 e 1950, tanto em função de epidemias quanto, numa escala muito menor, dos ataques recebidos dos Karajá e dos Kaiapó Metuktire e Gorotire.

Em 1947, num cuidadoso levantamento da população Tapirapé feito pelo antropólogo teuto-brasileiro Herbert Baldus na aldeia de Tapi'itãwa não foi encontrado nenhum avô ou avó, nem nenhuma pessoa com mais de 50 anos. Comparando seus dados demográficos de 1935 e 1947, afirma Baldus: "*a classe dos indivíduos de menos de 15 anos, em 1935 a mais numerosa, tinha-se tornado em 1947, consideravelmente menor que a classe do meio (15 a 30 anos)*". Concluía dizendo que a comparação revelava que "*a estrutura demográfica sofreu, no espaço de doze anos, mudanças pela qual baixou a expectativa de vida tanto do indivíduo como também do grupo local (Tapi'itãwa) como um todo*" (BALDUS 1970, 77-78).

Juntamente com Baldus podemos afirmar que a redução da base da pirâmide demográfica em 1947, com uma expressiva diminuição do número de crianças, atestava a impossibilidade de crescimento populacional num futuro próxima àquela data. Dada a inexistência de

população com menos de 15 anos suficiente para repor a população adulta que desapareceria por extinção biológica natural, era perfeitamente provável o desaparecimento do grupo nas próximas décadas. Para o antropólogo Charles Wagley parecia “óbvio” que os Tapirapé estavam sendo conduzidos à extinção “como povo e como sociedade autônoma” (WAGLEY 1988, 61).

A recuperação da população Tapirapé a partir de 1950 não foi um processo que ocorreu em todas as aldeias do grupo. A maior aldeia do grupo, Tawyao, que contava com assistência médica de qualidade administrada pela Missão das Irmãzinhas de Jesus e garantia mínima de suas terras por meio da FUNAI, passou a experimentar um vigoroso processo de recuperação populacional. Já os grupos familiares de Xexotãwa e Xoatãwa que permaneceram isolados na região da serra do Urubu Branco, sem contato com a FUNAI ou com “civilizados”, continuaram a perder população continuamente graças aos deslocamentos forçados, impossibilidade de praticarem atividade agrícola regular, fome, ataques de grupos Kaiapó e de animais selvagens entre outros fatores. O grupo de Xexotãwa perfazia “menos de 20 pessoas” (GREENWOOD *apud* WAGLEY 1988, 63) ao se separar de Tapi’itawa em 1947 devido a um ataque Kaiapó especialmente violento. Foi forçado a separar-se em dois (criando-se aí o grupo de Xoatãwa) devido a um novo ataque Kaiapó sofrido entre 1947 e 1964 (a imprecisão na data é causada pelo isolamento do grupo). Os remanescentes do grupo de Xexotãwa fizeram contato com os habitantes de Lago Grande, às margens do Araguaia em 1964. Eram apenas 5 pessoas (duas mulheres e seus três filhos); o grupo de Xoatãwa foi encontrado por um caçador regional e posteriormente trazido à aldeia principal, Tawyao (ou “Aldeia Nova”) por uma expedição da qual fizeram parte membros da equipe indigenista da Prelazia de S. Félix e alguns Tapirapé em 1970: eram apenas 3 pessoas. Os grupos que permaneceram isolados, portanto, tiveram sua população diminuída de 20 pessoas em 1947 para 8 em 1970.

A reunião dos remanescentes Tapirapé, completada em 1970 marca o fim da diáspora Tapirapé e o fim, também, do período de perda populacional. Doravante, reunidos em Tawyao, os Tapirapé passam a experimentar um processo de crescimento populacional contínuo, malgrado as expectativas pessimistas de missionários, antropólogos e indigenistas. Essa reversão do processo que os levaria à extinção, qualificado como “um milagre” (WAGLEY 1988, 61), na verdade deve ser creditado ao trabalho das missionárias da congregação das Irmãzinhas de Jesus, aos funcionários do serviço de Proteção aos Índios e posteriormente FUNAI, bem como aos regionais de boa fé que os abrigaram e protegeram.

#### Infra-estrutura da FUNAI

A FUNAI atende o grupo por meio da Administração Regional do Araguaia que tem sede em São Félix do Araguaia (MT), distante aproximadamente 247 km em estrada de terra da aldeia. A partir de Confresa toma-se rumo sul (131 km) pela BR-158 até o entroncamento com a BR-242. Desse ponto, por esta última estrada, são mais 116 km até São Félix do Araguaia.



Não existe Posto Indígena nem infraestrutura da FUNAI em nenhuma aldeia da TI Urubu Branco. Existe apenas um rádio transmissor e receptor que se comunica diariamente com a FUNAI de São Félix instalado na farmácia da FUNASA. No item reservado à saúde veremos os recursos da FUNASA na área.

#### Quadro Atual da Situação Fundiária da TI Urubu Branco

Os Tapirapé vivem, como vimos, em duas Terras Indígenas. Embora este relatório trate especificamente da TI Urubu Branco, sob influência da BR-158, algumas informações sobre a TI Tapirapé/ Karajá devem ser prestadas. Esta última localiza-se nos municípios de Luciara e Santa Teresinha, ambos no Mato Grosso, sua extensão é de 66.166 hectares. Encontra-se totalmente desintrusada de não índios e atingiu o final do processo de regularização fundiária: homologada pelo decreto 88194 de 23/03/1983 e registrada no Cadastro Registro de Imóveis de São Félix do Araguaia sob a matrícula R 3.440, Livro 2 em 16/07/1984. Está também registrada no Serviço de Patrimônio da União no Mato Grosso por meio de certificado sem número de 08/07/1987.

Já a TI Urubu Branco, com extensão de 167.533 hectares, encontra-se homologada por decreto presidencial sem número de 08/09/1998 publicado do Diário Oficial da União na sua edição de 09/12/1998. Em termos legais o processo encontra-se bem definido e seu andamento é, em boa parte, irreversível. Sua finalização, no entanto, depende do registro no Cadastro de Registro de Imóveis (CRI) dos municípios de Santa Teresinha, Confresa e Porto Alegre do Norte, todos no Mato Grosso, onde se encontra essa Terra Indígena, e seu registro, também, no Serviço de Patrimônio da União (SPU).

A TI Urubu Branco, no entanto, encontra-se invadida por uma série de pequenos e médios alegados “proprietários” de terras em área indígena.

Um histórico dessas ocupações será visto em item específico. Aqui nos limitaremos a citar os aspectos mais importantes para a caracterização da situação fundiária atual.

Desde antes de ser declarada Terra Indígena a área que hoje corresponde à TI Urubu Branco experimentava um processo de ocupação diferenciado: no trecho de serra que corresponde ao norte da área, havia uma série de pequenos proprietários, na sua maior parte originários dos municípios vizinhos; ao sul, na área de campos, havia cerca de seis empresas agropecuárias de São Paulo que exploravam a área por meio da criação de gado em grandes propriedades. Essas últimas foram indenizadas e retiraram-se da Terra Indígena.

As pequenas propriedades do norte da área experimentaram um processo diferenciado. Alguns desses proprietários adquiriram suas terras das grandes fazendas do sul, num processo acelerado a partir do momento em que a área começou a ser reconhecida como terra indígena. Outros foram assentados pelo INCRA numa gleba desapropriada para este fim e designada “Gleba Porto Velho”.

A partir do momento em que a área foi reconhecida como Terra Indígena, parte dos alegados proprietários recebeu as indenizações devidas, na crença de que suas ocupações eram de “boa fé” (i.é. desconheciam que haviam se instalado em terra indígena). Essas indenizações cobriam apenas as benfeitorias construídas (casas, cercas, currais etc) e não a terra nua conforme a legislação prevê nesses casos.

Em 2003, tendo sido feito efetuados os depósitos de valores das benfeitorias calculadas pela FUNAI, o Ministério Público Federal, FUNAI e Advocacia Geral da União entraram com Ação Civil Pública solicitando a retirada imediata da área de todos os ocupantes e a entrega das casas à tutela dos Tapirapé, além de obrigá-los a se absterem de promover ocupações, reocupações, invasões, permanência, circulação, edificações de qualquer espécie, assentamentos, alienações, permutas, transferências de posse ou quaisquer outros atos restritivos de posse direta da área pelos Tapirapé.

O juiz José Pires da Cunha da 5ª. Vara de Justiça Federal do Mato Grosso em 27 de agosto de 2003 aceitou os argumentos e concede medida liminar atendendo os argumentos dos autores da Ação Pública. Conforme veremos adiante, cerca de 110 posseiros e fazendeiros foram retirados em agosto de 2003.

Eis que 16 invasores (notar bem o número), no entanto, constituem advogados e entram com Agravo de Instrumento junto ao TRF da 1ª. Região em Brasília (DF). Nos termos do instrumento legal interposto o Juiz Moacir Ferreira Ramos resolveu por meio de sentença emitida em 12 de agosto de 2004, atender parcialmente o pedido de efeito suspensivo da medida anterior, determinando aos invasores o direito de se manterem em suas casas até o pronunciamento definitivo da Turma Julgadora: “por outro lado, a decisão agravada, muito embora revestida, no geral, de caráter nitidamente cautelar, merece ser parcialmente reformada, no ponto que autorizou a posse e a ocupação das casas construídas pelos atuais ocupantes da área em questão, sob pena de prejudicar a tutela de possível prova pericial sobre tais imóveis e suas eventuais benfeitorias, ameaçando-se assim a situação fática existente no momento” (Juiz MOACIR FERREIRA RAMOS 2004 *apud* CHAVES 2005). A decisão do juiz Ramos, portanto, fica na dependência do julgamento de um alegado aumento da reserva (na verdade um equívoco no cálculo do total de hectares contido no cálculo do perímetro da Terra Indígena interpretado pelos advogados dos invasores como aumento injustificado dessa mesma Terra Indígena) e na necessidade alegada de nova vistoria e avaliação das benfeitorias por parte da FUNAI.

De qualquer maneira, a reforma *parcial (sic)* da sentença liminar do juiz de 1ª. Instância, manteve-se intocada. Ou seja, os invasores deveriam respeitar a integridade da área indígena e permanecer nas suas posses aguardando julgamento definitivo do mérito da questão. Não foi o que fizeram. Contrariando a decisão judicial que lhes garantiu unicamente a permanência, as cerca de 23 (notar a diferença desse número com o número de famílias contempladas na decisão anterior) famílias de posseiros e fazendeiros passaram a pilhar a

área, desmatando, queimando, construindo novas cercas e currais e vendendo a madeira existente nas matas primárias.

Desrespeitaram a sentença judicial, destruíram áreas de mata e de preservação permanente, conforme verificado pelo repórter Rodrigo Vargas do Diário de Cuiabá em matéria publicada na edição 11345 de 16/10/2006, que pode ser lida por meio do acesso ao *site* do Diário de Cuiabá ([www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=233861](http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=233861)). O referido repórter visitou a área acompanhado de um grupo de cerca de 40 Tapirapé armados que foram verificar os estragos causados. Conforme diz o cacique Xywaeri na reportagem: *"Isso aqui antes era reserva de caça. E tinha arara, macaco e muito pau-Brasil. Agora não tem mais nada. Dá vontade de chorar"* (RODRIGO VARGAS, 2006).

Aproveitando-se da permanência desse grupo de 23 famílias, diversos outros invasores de Confresa e Vila Rica principalmente, coligados aos anteriores e estreitamente vinculados às madeiras da região, adentraram a área, pilhando sua madeira, introduzindo gado e fazendo da área invadida uma autêntica "terra de ninguém" à qual os Tapirapé não tem acesso com receio das ameaças perpetradas por esse grupo de invasores.

#### Presença Indígena na Região a Partir de Fontes Bibliográficas, Documentais e Orais

##### *Do Século XVII ao Século XIX*

Os Tapirapé são um grupo de língua da família Tupi-Guarani do tronco Tupi. Assim como muitos outros grupos indígenas da mesma família lingüística seu ponto original de dispersão por volta do século XVII parece ser o interflúvio do baixo rio Xingu e baixo rio Tocantins (Baldus 1970, 21-24), próximo à sua foz no Amazonas. Esses grupos Tupi, que constituíram uma "província Tupi-Guarani do Pará" (CASTRO 1986, 137) entre os quais se incluem os Tapirapé, iniciam uma movimentação rumo sul que fará com que se instalem na junção do Tocantins com o Araguaia por volta do início do século XVIII. As razões aventadas para esses deslocamentos são os reides escravagistas promovidos por expedições paulistas no século XVII para a região compreendida entre os rios Araguaia e Tocantins que causaram uma profunda mudança na localização dos grupos indígenas da região central do Brasil, especificamente de grupos proto-Kaiapó que iniciaram um vigoroso movimento rumo oeste, buscando a segurança das matas do atual Mato Grosso e Pará. Nesse movimento, estes últimos terminaram por entrar em contato (num primeiro momento) e deslocar (num segundo momento) os grupos de língua Tupi ao quais nos referimos.

De qualquer maneira, os autores que estudaram os deslocamentos históricos dos Tapirapé (WAGLEY, BALDUS e TORAL) concordam que por volta de 1700 os Tapirapé encontravam-se no baixo Tocantins, próximos à sua junção com o Araguaia. Mantinham contatos pacíficos com os Karajá do Norte e Kaiapó. À medida que os grupos Kaiapó começam a se concentrar na região, no seu deslocamento rumo noroeste, os Tapirapé abandonam a região num ritmo acelerado, o que indica desejo de fuga e a busca de regiões isoladas. Tentando afastar-se de seus vizinhos os Tapirapé empreendem um movimento rumo sul, deslocando-se através das

matas da margem esquerda do rio Araguaia. Essa movimentação é bem registrada pelos ataques que recebem dos grupos que já viviam nas margens do Araguaia e que passam a registrar sua presença: Karajá do Norte no baixo Araguaia, os Javaé do interior da Ilha do Bananal, e os Karajá do médio Araguaia e da foz do rio Tapirapés (TORAL 1994, 25).

Os Kaiapó Metuktire e Gorotire, que realizaram um deslocamento semelhante (o diferencial é que seu deslocamento se dava mais nas proximidades do médio Xingu que os Tapirapé) continuam a atacá-los, principalmente nos meses de verão, quando as possibilidades de deslocamento eram melhores.

No século XVIII as aldeias Tapirapé espalhavam-se por um imenso território que ia do *hinterland* das matas da margem esquerda do rio Araguaia, próximas à atual Conceição do Araguaia, no sul do Pará, até o norte do Mato Grosso, na margem esquerda do rio que leva o nome da tribo, Tapirapé, próximos às atuais Confresa e Vila Rica (MT).

Ou seja, por volta do início do século XVIII os Tapirapé já encontravam-se instalados nas proximidades da atual divisa do Mato Grosso com o Pará, vivendo exatamente sobre a serra do Urubu Branco, provavelmente utilizando-se do relevo para melhor se ocultarem de seus vizinhos agressivos, sejam grupos de língua Karajá, sejam Kaiapó.

Uma pequena parte do grupo chegou a viver no interior da Ilha do Bananal por volta de 1775 (FONSECA (1775) 1920, 124-125 e BALDUS 1979, 37), onde mantinham boas relações com os Javaé das aldeias de Wariwari e Imotxi. Por volta de 1850 os Javaé e Karajá, confederados, expulsam os Tapirapé da Ilha (DONAHUE 1978, 80). Esses Tapirapé secessionistas, uma vez expulsos da Ilha, buscaram primeiramente a região da foz do rio Tapirapé entre 1838 e 1868 (LIPKIND *apud* BALDUS 1970, 36), onde fundaram as aldeias designadas pelos Karajá da região como Wouhãwa, Ijorò e Tytèma (não confundir com a aldeia Karajá homônima existente até a década de 1990 no interior da TI Tapirapé/ Karajá) e depois procuraram reunir-se com seus parentes na serra do Urubu Branco, mais precisamente na aldeia então conhecida como Korowatãwa e que depois do início do século XX teria seu nome mudado para Makotãwa.

#### *Do Século XIX até o Século XXI*

A partir da metade do século XIX em diante, portanto, todos os Tapirapé já se encontravam reunidos nas imediações e no interior da serra do Urubu Branco, ao norte e nas imediações do rio Tapirapé (TORAL 1994, 26). Em 1900 seriam entre 1.000 e 1.500 pessoas vivendo em cinco aldeias (ver parte relativa à demografia). À medida que entram em contato com representantes da sociedade neobrasileira, como funcionários do Serviço de Proteção ao Índio, prospectores de látex, missionários católicos de Conceição do Araguaia e protestantes, antropólogos e outros visitantes nacionais e estrangeiros, sua localização torna-se mais conhecida. A principal aldeia do grupo, que atuava como "porta de entrada" para o seu território era a histórica Tapi'itãwa. Essa aldeia do começo do século XX (cuja ocupação, no

entanto, deveria ser bem anterior) localizava-se no mesmo local que a aldeia homônima, reocupada em 1993 após ter sido abandonada em função de um ataque Kaiapó em 1947.

Os Tapirapé relacionam cerca de trinta aldeias na região da serra do Urubu Branco, nas quais viveram nos últimos 150 anos. Entre elas destacam-se, pela sua importância, as aldeias de Yanopetãwa, Xakyrytãwa, Moo'ytãwa, Ipirakwarootãwa, Xexotãwa, Tapi'itãwa, Xeke'atãwa, Tawyrywytãwa, Tokynookwatãwa, Xowawi'irywytãwa, Tawokotãwa, Paranytãwa, I'axoratãwa, Paranytãwa, I'axoratãwa, Paranyratãwa, Mokaxatãwa, Makotãwa (ou Korowatãwa), Ipirakwaritãwa, Ykyrytãwa, Takarookywera (ou Takarookywetãwa), Tapiranytãwa, Ikaraxyrywytãwa, Xakarewatãwa, Kanine'ytãwa e Xoatãwa.

Na verdade esse número corresponde a um conjunto de aldeamentos sucessivamente ocupados ao longo desse período devido à conjugação de uma série de fatores como casamentos, lutas entre facções, separações de grupos politicamente minoritários, ataques de Kaiapó, aumento ou perda de produtividade das áreas de roça, dos circuitos de caça etc.

À medida que sua população diminui (ver parte relativa à demografia) sob o impacto de doenças, ataques e deslocamentos forçados, seu território, no período que vai de 1930 até o presente, é em grande parte representando pelas zonas de ocupação de quatro aldeias: Xexotãwa, Xoatãwa, Tapi'itãwa e Tawyao (futura Majtyritãwa), sendo esta última localizada na TI Tapirapé/ Karajá.

A continuidade dos ataques Kaiapó e Karajá (em menor escala) e, principalmente, o surgimento de malária, gripe e simples resfriados fez com que a população Tapirapé fosse progressivamente diminuindo num ritmo muito acelerado. Em 1946 a aldeia nortista de Xexotãwa foi reocupada por um grupo de cerca de 20 Tapirapé que procuravam escapar das doenças trazidas por visitantes a Tapi'itãwa, nessa altura a única aldeia do grupo onde toda a sua população remanescente se concentrou. A população do grupo em 1947 era de 79 pessoas: 59 em Tapi'itãwa e cerca de 20 em Xexotãwa. Nesse ano Tapi'itãwa sofre um duro ataque por parte dos Kaiapó Metuktire: a maior parte das casas da aldeia é queimada, inclusive a casa dos homens. Três mulheres são mortas, duas meninas e um menino são raptados. A população Tapirapé se dispersou por uma série de corruptelas regionais e fazendas. Uma parte do grupo procurou refúgio junto ao Posto Indígena Heloísa Alberto Torres (atual PI Tapirapé/ Karajá) na barra do rio Tapirapé.

Nesse ínterim, também a população de Xexotãwa sofreu um ataque Kaiapó. O ataque noturno fez com que os sobreviventes se dispersassem em dois grupos, isolados uns dos outros, cujos membros ignoravam o destino dos demais, acreditando-os perdidos ou mortos. Um desses grupos dirigiu-se para o sul, reocupando o local da antiga aldeia Xoatãwa, no alto curso do rio Gameleira. Os demais permaneceram nas proximidades da aldeia Xexotãwa, no alto curso do rio Crisóstomo, dirigindo-se progressivamente para leste, para a região do rio Araguaia. Esses dois grupos permaneceram isolados nas matas dos arredores da Serra do Urubu Branco até sua reintegração ao restante do grupo ocorrida, como vimos na parte relativa à demografia, em 1964 (grupo de Xexotãwa) e 1970 (grupo de Xoatãwa).

A partir de 1950, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), auxiliado por missionários dominicanos, passou a reunir todos os Tapirapé que encontravam-se dispersos em fazendas e núcleos regionais persuadindo-os a formarem uma nova aldeia nas proximidades do Posto e cerca de uma légua (6 km) da aldeia Karajá de Itxalá. Em 1952 a Missão das Irmãzinhas de Jesus instala-se entre os Tapirapé, passando a fornecer-lhes assistência na área da saúde. A partir de 1970 um casal de leigos ligados à Pastoral indigenista da Prelazia de São Félix inicia a alfabetização, na língua Tapirapé, de crianças e adultos do grupo. Tanto os Tapirapé aldeados na região da barra do rio Tapirapés como os isolados de Xexotãwa e Xoatãwa continuaram a utilizar o território da atual TI Urubu Branco.

Os Tapirapé iniciaram, a partir de sua reunião junto o posto da FUNAI, um processo de recuperação populacional, ao mesmo tempo em que estabeleceram uma política de alianças com a sociedade regional, Igreja Católica, FUNAI e com os Karajá seus novos vizinhos. Suas roças passaram a produzir, ainda que de forma insatisfatória, devido às características do solo na região se comparadas às condições da sua terra de origem, o Urubu Branco. O comércio de artesanato passou a desempenhar um papel importante na subsistência do grupo, assim como a pesca profissional de pirarucu. Na década de 1980, finalmente, foi eleito um vereador tapirapé para a Câmara de Vereadores de Santa Teresinha e a maioria dos adultos aprendeu a ler e escrever graças aos seus esforços e do casal de leigos da Prelazia.

Mas o fato mais importante desse período de recuperação é que, de 1960 a 1980 as relações dos Tapirapé com a sociedade brasileira foram dominadas pela luta pelo reconhecimento das terras em que viviam próximas à foz do rio Tapirapé e que hoje constituem a TI Tapirapé/Karajá. Da mesma forma, os anos de 1990 ao presente, estão sendo marcado por suas tentativas de recuperar a integridade territorial da TI Urubu Branco.

De 1960 a 1980, os Tapirapé enfrentaram não só as pretensões territoriais ilegítimas de proprietários de fazendas na região (ver item a seguir - Interpretação dos fatos constantes da história ocupacional da região, associados à situação atual), como de seus prepostos e também das famílias de regionais de condições modestas muitas delas empregadas das fazendas que se apropriaram de parcelas importantes de seu território e que haviam se instalado no Morro do Cadete, no interior da TI Tapirapé/ Karajá. Enfrentaram também a declarada relutância da FUNAI e do Ministério do Interior, a quem o órgão então era subordinado, em encaminhar o processo que envolvia interesses de poderosos empresários da região sudeste do país.

Na década de 1970, em pleno regime militar, a política do governo federal, em especial do Ministério do Interior (MINTER) ao qual a FUNAI estava subordinada, enfatizava a necessidade de ocupação empresarial da Amazônia. Em meio às tensas negociações com a FUNAI, MINTER e demais órgãos do governo federal, os Tapirapé receberam o apoio da Prelazia de S. Félix do Araguaia, na pessoa de seu bispo Don Pedro Casaldáliga, da Igreja Católica por meio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e de numerosas entidades no

Brasil e no exterior que exigiam o cumprimento, por parte do governo brasileiro, daquilo que dispunha a Constituição Federal.

Finalmente, depois de um longo e demorado processo de enfrentamento dos Tapirapé e seus aliados com os interesses empresariais que dominavam a cena regional, o Diário Oficial da União de 24/03/1983 trouxe o decreto no. 88.194 de 23/03/1983 assinado pelo presidente João Figueiredo homologando a demarcação da TI Tapirapé/Karajá. Nesse mesmo ano, 1983, a FUNAI organizou a retirada das famílias de posseiros instaladas no Morro do Cadete.

A regularização dessa Terra Indígena, no entanto, não bastava para que as terras efetivamente ocupadas pelo grupo indígena estivessem asseguradas. As terras da Serra do Urubu Branco continuavam em mãos de particulares, apesar de excursões anuais dos Tapirapé em busca de produtos para artesanato, expedições de caça, pesca e coleta, vitais à sua subsistência, que o grupo realizava naquela área. Segundo declarações do então cacique da aldeia Tapi'itãwa, Domingos Xario, a TI Tapirapé/Karajá é insuficiente para o grupo do ponto de vista de subsistência, uma vez que boa parte da mesma compõe-se de varjões alagadiços na época das chuvas, não oferecendo terrenos agricultáveis e não sujeitos à inundação. A importância religiosa da área também é lembrada pelo cacique Xari'ó, que argumenta ainda que no início de 1990 as matas da atual TI Urubu Branco estavam sendo destruídas para formação de pastagens e que, nesse processo, sepulturas de pais, avós, parentes e ancestrais estavam sendo destruídas, bem com os próprios Tapirapé impedidos de entrar na área por decisão dos ocupantes civilizados (XARI'Ó 1995, 1).

Cansados de esperar providências por parte da FUNAI, em novembro de 1993 os Tapirapé ocuparam o retiro de uma fazenda que havia se instalado no sopé da Serra do Urubu Branco e pedem, sem violência, para que a família do vaqueiro que lá se encontrava se retirasse. A chegada desse grupo de 62 Tapirapé marca a retomada definitiva da área de seus ancestrais por meio da refundação da histórica aldeia Tapi'itãwa, localizada hoje exatamente no mesmo local onde existe pelo menos desde a metade do século XIX. Em 1994 a presidência da FUNAI aprovou o relatório do Grupo de Trabalho coordenado por André A. Toral (1994) que definiu a TI Urubu Branco conforme proposta dos próprios Tapirapé. Em 1996 o ministro da justiça, Néelson Jobim, assinou a portaria 599 que declarou a Terra Indígena em questão como sendo de posse permanente dos Tapirapé.

Essa garantia legal fez com que a localização da população Tapirapé se alterasse radicalmente. Foram progressivamente abandonando a TI Tapirapé/Karajá, que apesar de seu denso significado histórico e religioso poderia ser descrita como uma área de refúgio. Nesses últimos treze anos o fluxo da população dirigiu-se para a TI Urubu Branco. Hoje habitam nessa última 481 pessoas. Os remanescentes na TI Tapirapé/Karajá somam apenas 81 pessoas: os 62 tapirapé de 1993 aumentaram para 481 em 2006. Ou seja, se em 1993, cerca de 17 % de sua população de 363 pessoas vivia no Urubu Branco, atualmente essa porcentagem praticamente se inverteu: hoje apenas 14 % de sua população permanece no

TI Tapirapé/Karajá; o restante, mais de 85 % de sua população total de 564 pessoas, vive na TI Urubu Branco.

A população Tapirapé que até 1993 vivia em apenas uma aldeia (Tawyao) hoje vive em seis aldeias, sendo que cinco delas localizam-se no interior da TI Urubu Branco. Esse processo de aumento da população está intimamente associado com o processo de aumento do número de aldeias, uma vez que a descompressão da política interna Tapirapé, que aconteceu graças à dispersão das lideranças de famílias extensas anteriormente confinadas em apenas uma aldeia, teve um efeito benéfico em relação às tensões que poderiam causar desentendimentos e mortes.

### Presença Indígena na Região a Partir de Fontes Orais

Três conjuntos de mitos pertencentes à tradição oral dos Tapirapé marcam sua implantação no território onde vivem atualmente.

O primeiro deles relata a dispersão dos povos falantes de línguas da família Tupi-Guarani na região dos rios Araguaia, Xingu e Tocantins, Essa dispersão teria ocorrido na travessia de *paranaxigoo*, “o grande rio” ou “mar” (como dizem os Tapirapé). Que podemos supor ser o baixo rio Tocantins em 1600 ou mesmo em data anterior. Nessa travessia os Tapirapé, liderados por “Capitãozinho”, teriam se separado dos Assurini, Parakanã, Araweté, Suruí e outros grupo Tupi-Guarani do Pará. Esses mitos narram a epopéia de Capitãozinho, que enfrenta diversos seres cosmológicos tentando escapar de seus perseguidores e reencontrar-se com sua família dispersa na travessia.

O segundo conjunto de mitos aborda a destruição dos Tapirapé pelo fogo, devido a infrações cometidas na representação e relação com seres cosmológicos ancestrais. Esses mitos nos conduzem ao início do século XIX, quando parte dos Tapirapé vivia na Ilha do Bananal e na foz do rio Javaés no Araguaia.

O terceiro conjunto de mitos relata o abandono da região da margem direita do Araguaia (a Ilha do Bananal) e a implantação dos Tapirapé, liderados por Apaxigo, próximos à foz do rio Tapirapé no Araguaia, e próximos a onde hoje existe a aldeia Maityri. A toponímia Karajá parece confirmar essa localização mítica de suas aldeias assinalando as aldeias Tapirapé denominadas Ijorò (da raposa), Tytèma (do cascalho) e Wouhãwa (aldeia dos Tapirapé). Depois, liderados por Xowawí’i, os Tapirapé dirigem-se à região do Urubu Branco onde fundaram, pela ordem, as seguintes aldeias Kanine’ytãwa (aldeia da arara), Tokynookwatãwa (aldeia do tucano), Xakarewatãwa (aldeia do jacaré), I’axoratãwa (aldeia onde se viu o pênis dos brancos) e Takarookywetãwa (aldeia da grande *takara*, a casa dos homens). Estas seriam, em termos míticos, as primeiras aldeias Tapirapé, instaladas na região. Corresponde aproximadamente à segunda metade do século XIX.

O que aqui chamamos de “aldeias do Urubu Branco” é, pela conceituação Tapirapé, uma série de aldeias existentes pelo menos desde a metade do século XIX. Esse conjunto de



aldeias ia desde a margem direita (sul) do rio tapirapé (aldeias Wouhãwa e Tytëma) até o atual município de Vila Rica (aldeia Xexotãwa). Um caminho, *xapekwawa*, ligava essas aldeias, desde as mais meridionais (como Tokynookwatãwa, Xoatãwa e Tapi'itãwa) até as mais setentrionais (Moo'ytãwa, Xexotãwa e Anapatãwa). Esse caminho era o grande eixo de comunicação social. Essas aldeias, finalmente estavam longe de possuírem uma homogeneidade. Ao contrário, apresentavam particularidades significativas no que diz respeito à suas histórias, organização social e cerimonial, origem e língua.

A versão oral da história Tapirapé, apesar das esperadas diferenças em relação àquela baseada em fontes bibliográficas (ver TORAL 1994, 29), situa a implantação do grupo nas terras do Urubu Branco num período de tempo mais recuado, conforme se deduz do tratamento mais "mítico" que "histórico" dado ao assunto, que o atribuído pelas fontes documentais. De qualquer forma pode-se afirmar com segurança que tanto as fontes orais como as escritas apontam que os tapirapé já se encontravam vivendo na serra do Urubu Branco pelo menos desde a metade do século XIX. Mostram também que a história dos Tapirapé repete a constante histórica de muitos grupos indígenas brasileiros, a saber, seu "descimento", do fundo de suas florestas no alto curso de rios tributários, para as margens dos grandes rios, no caso o "beiradão" do rio Araguaia, por uma série de variadas de contingências históricas.

#### Interpretação dos Fatos Constantes da História Ocupacional da Região, Associado à Situação Atual

##### *Primeira Fase da Ocupação "Branca" da Região (1940-1950)*

A história da ocupação "branca" da região pode ser dividida em duas fases: a primeira vai do 1940 até a metade dos anos 50. É marcada pela implantação pioneira de moradores regionais que se instalavam no território vivendo basicamente do que conseguiam com suas roças de subsistência e pela criação de algumas poucas cabeças de gado. Isolados em meio ao sertão habitado somente por grupos indígenas com pouco contato (como os Tapirapé) ou nenhum contato (caso dos diversos grupos Kaiapó e dos Akwe Xavante), prestavam pouca atenção à titulação de suas terras. As margens do médio e alto rio Tapirapé encontravam-se desabitadas em 1935 e somente em 1942 teria se iniciado um incipiente processo de ocupação da região que tinha como pivô uma propriedade e um comércio do paraense Lucio da Luz (BALDUS 1970, 48). Ocupação esgarçada não poderia ser descrita como sistemática e progressiva, restringindo-se aos campos ao sul da serra do Urubu Branco propícios à criação extensiva de gado e próximas ao rio Tapirapé, que era o grande eixo de penetração e comunicação da região com o exterior antes do advento das estradas. Esses pioneiros regionais encontravam-se imediatamente ao sul e à leste do território Tapirapé, não entrando em contato ou conflito com o grupo indígena, seja pela distância em relação à mais próxima das aldeias do grupo, Tapi'itãwa, seja pela enorme disponibilidade de terras (BALDUS 1970, 49). Agrupados em torno à sede da fazenda São Pedro, cerca de oito famílias de regionais vendiam sua produção de arroz e farinha ao "velho Lúcio", que a transportava para Mato Verde (atual Luciara), fundada por Lúcio da Luz em 1934. O local da

sede de sua fazenda era conhecido como Porto Velho (atualmente “Porto da Muriçoca” ou “Porto da fazenda Porto Velho”). O núcleo de moradores extinguiu-se e hoje Porto Velho faz parte da fazenda de mesmo nome, existente à margem esquerda do rio Tapirapés.

Apesar do interesse do governo federal em integrar a região do Brasil central ao restante do país por meio do movimento “marcha para oeste” e da Fundação Brasil Central (1940), o território Tapirapé permanecia em boa parte desconhecido e sub-ocupado pela sociedade regional.

#### *Segunda Fase da Ocupação “Branca” da Região (1950- 2006) e Situação Atual*

A segunda fase da história ocupacional da região inicia-se no início de 1950 e vêm até o presente (2006). É marcada pela colonização permanente da região, ocupação e esbulho das áreas tradicionais Tapirapé.

Em 1954 a CIVA (Companhia Imobiliária do Vale do Araguaia) instalou-se na povoação de Santa Teresinha (MT). A CIVA obteve do governo do Estado do Mato Grosso concessão para compra e venda de títulos de extensas áreas marginais ao Araguaia. A CIVA encerrou suas atividades no final da década de 1950 por insolvência. Foi substituída pela Companhia Colonizadora Tapiraguaia (WAGLEY 1988, 67) que continuou a negociar os loteamentos incidentes em terras Karajá e Tapirapé. Grande parte das terras dos atuais municípios de Santa Teresinha e Confresa foram registradas em lotes individuais, em nome de membros da imobiliária (WAGLEY 1988, 67).

Em 1959 o Departamento de Terras e Colonização do Mato Grosso (DCT/ MT), numa atitude ilegal, colocou à disposição de interessados a totalidade do território imediatamente ao norte do rio Tapirapé, onde se encontravam as aldeias Tapirapé (Tapi’itãwa, Xexotãwa e Xoatãwa) e Karajá (Itxalá), inclusive o local onde existia o posto Indígena Heloísa Alberto Torres da FUNAI e a área urbana da povoação de Santa Teresinha (*sic*).

As frentes de expansão da sociedade nacional, representada pela pecuária através de grandes empresas agro-pastoris e pela especulação com terras atingiram o médio Araguaia e Santa Teresinha começa a tornar-se o principal centro regional. Em parte esse processo ocorreu como consequência do Plano Geral de Viação Nacional de 1934, posto em prática pela Fundação Brasil Central com a construção da BR-72 em 1966. Nesse ano, já sob a designação BR-158 a estrada e seus ramais atingem a região da fazenda Suiá-Missú, São Félix do Araguaia, Luciara e Santa Teresinha no Mato Grosso.

Em 1964 começam a se instalar na região grandes empresas agropecuárias, beneficiadas pela política de incentivos fiscais originários da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Banco da Amazônia (BASA) e do programa POLAMAZÔNIA. Segundo a orientação governamental a ocupação da região deveria se pautar por duas diretrizes básicas: (a) melhoria e ampliação da rede de estradas vicinais de apoio à pecuária e (b) desenvolvimento e consolidação da atividade pecuária. Esse período inaugura um intenso

movimento de migração interna em direção à Amazônia, grilagem das terras dos pequenos moradores mais antigos da região e um modelo autoritário de resposta às demandas populares que se opunham ao modelo oficial de desenvolvimento.

A Tapiraguaia entre 1961 e 1962 adquiriu diversos lotes de particulares que haviam adquirido tais terras do DCT/ MT. Essa foi a origem do loteamento denominado Tapiraguaia, dividido e adquirido por empresas agropecuárias da região sudeste do país, basicamente de São Paulo, que passaram a se instalar na região, pressionando moradores antigos (que teriam pleno direito às terras que ocupavam) e os Tapirapé e Karajá para que se retirassem das terras adquiridas de maneira irregular, com o objetivo de beneficiar-se da política de incentivos fiscais expressos pelo POLAMAZÔNIA. À derrubada e queima da mata nativa seguia-se o plantio de diversas espécies de capim e a instalação do rebanho bovino. No modelo oficial não estavam previstas lavouras familiares de subsistência e/ou exploração étnica (i.é. culturalmente diferenciada como no caso das comunidades indígenas) ou racional dos recursos do meio ambiente.

No período considerado, décadas de 1960 e 1970, as empresas que se instalaram no território Tapirapé foram a Tapiraguaia S. A. Agricultura e Comércio (uma das cinco fazendas que os empresários José Augusto Leite de Medeiros e José Carlos Pires Carneiro possuíam na região e que totalizavam cerca de 300 mil hectares), Codeara (do grupo econômico Banco de Crédito Nacional-BCN) e Porto Velho (do grupo econômico dos fertilizantes IAP, de São Paulo).

A atual cidade de Confresa deve seu nome, na verdade um acrônimo, aos grupos econômicos que se instalaram na região. O primeiro nome do núcleo de moradores a se instalarem no local foi Vila Tapiraguaia, que como se vê era formado pela idéia da junção dos nomes dos rios Araguaia e Tapirapés. A Colonizadora Frenova Sapeva (CONFRESA), que instalou sua sede no local, era dirigida pelos empresários José Carlos Pires Carneiro e José Augusto Leite de Medeiros, e era proprietária de diversas empresas agropecuárias na região, além de uma destilaria. A importância econômica e como pólo de desenvolvimento da empresa sobrepôs-se ao da pequena vila de moradores regionais. Atualmente a empresa denomina-se Frenova Agropecuária Ltda. Instalada junto à Vila Tapiraguaia, o nome Confresa também terminou por se sobrepor ao primeiro dando origem à designação atual da cidade. O distrito de "Confresa" foi criado em abril de 1990 e o município em dezembro de 1991.

Ao se instalarem, na década de 1960 em diante, as empresas acima referidas iam entrando em conflito com os pioneiros regionais e com os Tapirapé e Karajá: a Frenova Agropecuária (90 mil hectares e pertencente ao grupo Carneiro/ Medeiros) se chocou com os posseiros e moradores do povoado de Porto Alegre, a Codeara se chocou com os moradores e posseiros de Santa Teresinha e assim por diante (TORAL 1994, 33-34).

A origem da titulação de terras por estes particulares é a mesma: o loteamento Tapiraguaia de mais de um milhão e meio de hectares nos atuais municípios de Santa Teresinha,

Confresa e Porto Alegre do Norte. Isso explica, em boa parte, porque as mesmas empresas agropecuárias atingidas pela demarcação da TI Tapirapé/ Karajá em 1983 são as mesmas atingidas pela demarcação da TI Urubu Branco em 1993, dez anos depois. Diversos outros particulares, que adquiriram seus lotes ou mesmo grandes propriedades desses especuladores, afirmam seus direitos baseados em documentos irregularmente emitidos pelo governo do Estado do Mato Grosso.

Segundo depoimentos prestados por agricultores em 1993 (TORAL 1994, 35-36), na região do Urubu Branco, a Companhia Frenova, de propriedade de José Carlos Pires Carneiro e Silvana Carraro Carneiro, comprava direitos de posse por preços abaixo daqueles regionalmente praticados e forçava a mudança de seus proprietários, despejando-os por meio da utilização de milícias armadas. Enfrentou contestações de propriedade de regionais, tanto urbanas (na sede do município) como rurais, que se davam sob a designação de "invasões", termo equivocado e estabelecido sob a ótica patronal, uma vez que se constituíam de movimentos de luta pelo reconhecimento do direito original e inalienável de seus primeiros ocupantes das glebas Independente I e II, Cantagalo e Jacaré Valente entre outras.

Uma extensa crônica de violências, mortes, assassinatos marca a implantação dessas empresas e especuladores na região onde se inserem as terras Tapirapé (TORAL 1994, 35) e dos regionais do entorno. Tal é a origem, segundo depoimentos de agricultores colhidos na sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Confresa, da implantação das grandes fazendas na parte sul da TI Urubu Branco: Confresa, Codebra, Sapeva, Tapirapé e Brasil Central. Essas fazendas e seus sucessores na cadeia dominial formam a base da titulação de terras com a qual se chocaram os Tapirapé, Karajá, além de uma série de pequenos proprietários (TORAL 1994, 35). Na região em torno do Urubu Branco, principalmente no final da década de 1980 até o final da década de 1990, registraram-se uma série de conflitos envolvendo trabalhadores rurais e milícias da Colonizadora Confresa, fazenda Piraguassú (grupo Yanmar- Tapetes Ita), fazendas Frenova, Agroselva e Tapiraguaia nos municípios de Porto Alegre do Norte, Santa Teresinha (especialmente na vila de Cedrolândia), Canabrava e Confresa.

Paralelamente a esse processo, a ocupação de terrenos marginais ao alto e médio curso do rio Tapirapé se acentuava. Em 1965, Charles Wagley registra cerca de 70 famílias que se instalaram ao longo do rio. Alguns eram vaqueiros que criavam gado associados com Lúcio da Luz, outros eram coletores de cera de carnaubais descobertos nas cabeceiras do rio. Mantinham lavouras de subsistência plantadas numa estreita faixa de floresta galeria ao logo do rio. Na década de 1980 entraram em choque armado com os prepostos da Companhia Colonizadora Tapiraguaia (WAGLEY 1988, 68).

As empresas agropecuárias e os empresários que atuam na região e que haviam adquirido os lotes do empresário José Augusto Leite de Medeiros e das empresas a ele ligadas, finalmente, à medida que os Tapirapé começaram a promover visitas freqüentes àquela que

seria a área da TI Urubu Branco a partir do final da década de 1980, passaram a vender propriedades na região. As fazendas Sapeva e Codebra são vendidas à família Teixeira Posses de São Paulo e a parte norte da Serra do Urubu Branco é vendida, pela Porto Velho e Codeara, a uma série de pequenos proprietários da região em condições facilitadas. A composição desse grupo de compradores é variada: encontramos entre eles pequenos e médios proprietários, bem como agricultores extremamente modestos procurando terras para se implantarem em caráter definitivo. Vale a pena notar a coincidência da época das datas de transferência de boa parte das terras tituladas em nome de empresários e grupos econômicos com a data da movimentação dos Tapirapé na região no sentido de conseguirem uma garantia legal para assegurarem seus direitos sobre suas terras na região. Como se diz vulgarmente, parece haver existido o desejo de “passar a batata quente”, uma vez que o reconhecimento da área em nome do grupo era questão de tempo, considerando-se que o direito dos Tapirapé à terra era fato público e notório na região.

Essa ocupação da parte norte da TI Urubu Branco representa a mais recente forma de ocupação do território Tapirapé. Os posseiros que foram identificados como sendo invasores de “boa-fé” após a identificação da Terra Indígena pelo Grupo de Trabalho da FUNAI em 1994, receberam suas indenizações.

Em agosto de 2003 a FUNAI, assistida pela Polícia Federal, realizou a desocupação da TI Urubu Branco, retirando um total de 110 famílias que ocupavam aquela área. Destas, 75 famílias foram levadas pelo INCRA ao município de Canabrava do Norte, a 100 km de Confresa, e colocadas num local dentro do Projeto de Assentamento Liberdade. Essas famílias permanecem acampadas em barracas de plástico e lona no local até os dias de hoje (abril de 2006) sem que o INCRA tenha tomado providências no sentido de promover o seu reassentamento. Esse abandono explica o desejo de muitos desses retirados de voltarem ao Urubu Branco, ainda que enfrentando a lei, conforme veremos adiante.

Posteriormente uma sentença do juiz da 5ª. Vara da Justiça Federal deu a cinco fazendeiros o direito de permanecerem na área enquanto era feita uma revisão no cálculo destinado ao pagamento das benfeitorias. Transformada em boato de que um juiz havia concedido o direito ao retorno à área para os ocupantes já indenizados, diversas famílias de posseiros retornaram à área em novembro de 2004. Após esse retorno, os Tapirapé entraram em contato com a FUNAI e marcaram um prazo para que se retirassem com seu gado da área indígena. Novamente os invasores desrespeitaram prazos e permaneceram na área. Os Tapirapé então se armaram e, em dezembro, fizeram reféns dez dos invasores que retornaram à área de onde já tinham sido retirados.

Após uma tensa negociação o representante da FUNAI, o administrador de São Félix do Araguaia Georton Brito, juntamente com agentes da Polícia Federal conseguiram a libertação dos reféns. Estes últimos foram indiciados em inquérito por desobediência à Justiça e porte de armas, apreendidas pelos Tapirapé. Durante a operação da nova retirada dos fazendeiros, bens e o gado desses mesmos fazendeiros foram apreendidos pelos Tapirapé, que assim o

fizeram como uma forma de indenização face aos prejuízos causados pelos ocupantes ilegais da área que desmataram grandes extensões da área para formação de pasto e venderam ilegalmente grande quantidade de madeira.

Os Tapirapé solicitaram, ademais, uma nova vistoria na área e a Ouvidoria Agrária, na audiência mantida na ocasião, ficou de providenciar liberação de recursos para a construção de uma nova aldeia no local (parte norte da área) o que facilitaria seu controle e evitaria novas invasões. Como se poderia facilmente deduzir pelos procedimentos anteriores das agências federais, esses acordos não foram respeitados.

Em 24 de março de 2004, num desdobramento da crise anterior, a Polícia Militar (PM) de Confresa invade a aldeia de Tapi'itãwa, exatamente no momento em que os Tapirapé realizavam o cerimonial Tawã, cumprindo um mandato de busca e apreensão expedido pela juíza substituta da Comarca de Porto Alegre do Norte (MT), Dra. Graziela Vaz de Campos. O objetivo da ação inábil e truculenta da PM local era escoltar um oficial de Justiça que deveria entregar ao cacique Xywaeri um mandato de busca e apreensão do gado e outros bens apreendidos pelos índios em dezembro. Os 21 policiais militares fortemente armados, acompanhados de 15 ex-ocupantes da Terra Indígena, cercaram a *Takara* (a casa dos homens), onde se realizava o cerimonial e onde a população masculina encontrava-se concentrada. Após áspera e longa discussão os Tapirapé recusaram-se a assinar o mandato e acompanharam os policiais até as viaturas para que abandonassem a área, muitas delas com os pneus esvaziados pelos índios.

Como vimos acima, o Juiz Moacir Ferreira Ramos do TRF da 1ª. Região em Brasília (DF), por meio de sentença emitida em 12 de agosto de 2004, decidiu garantir aos invasores o direito de se manterem em suas casas até o pronunciamento definitivo da Turma Julgadora aceitando a argumentação de suas áreas não haviam sido vistoriadas e avaliadas pela FUNAI.

A resistência dos invasores em abandonar a área e sua decisão de utilizarem todos os recursos legais para continuarem a pilhar e saquear a área até que sejam retirados definitivamente, posterga sua saída ao mesmo tempo que impõe pesado ônus sobre a área Tapirapé, destruindo definitivamente sua cobertura vegetal, ao arripio da lei e dos interesses nacionais de preservação ambiental.

#### Legislação Pertinente às Sociedades e Terras Indígenas

A legislação pertinente para os Tapirapé da TI Urubu Branco, utilizadas nos trabalhos e para esse relatório são o Art. 231 da Constituição da República Federativa do Brasil de 05/10/1988, a Lei 6.001 de 19/12/1973 que dispõe sobre o Estatuto do Índio, o Decreto 1.775 de 08/01/1996 que "dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências", a Resolução CONAMA nº 001 de 23/01/1986 que dispõe sobre Relatório de Impacto ao Meio Ambiente, a Resolução CONAMA nº 237 DE 27/12/1997 que dispõe sobre licenciamento ambiental e o "Termo de Referência para

elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo relatório de Impacto Ambiental-EIA/ RIMA, referente às obras da BR 158/ MT compreendidas no trecho entre a divisa PA/ MT entroncamento BR-070 (B) MT-100 (divisa MT/GO) - Barra do Garça, sub- trecho divisa PA/ MT- entroncamento Br 242 (A) MT 424, com extensão total de 268,08 km” produzido pelo IBAMA de julho de 2004.

#### Condições Atuais do Meio Ambiente, Destacando-se Fatores de Equilíbrio e Preservação

A TI Tapirapé, da época de sua demarcação, em 1994, até o presente, abril de 2006, tem passado por modificações importantes, a maioria delas devido a processos relacionados com sua ocupação.

A área definida em favor dos Tapirapé, como veremos adiante, revela boa parte de sua relação com o meio e os ecossistemas explorados ao longo do ano. Vamos, a seguir, fazer uma descrição do meio ambiente e suas condições de preservação atuais. A TI Urubu Branco pode ser resumidamente descrito da seguinte maneira: ao norte temos uma porção montanhosa, marcada pela serra que empresta o nome à área. É uma região de mata alta, com terrenos propícios à agricultura e não sujeitos a inundações sazonais, que, em termos de ecorregiões podem ser descritas como “florestas secas do Mato Grosso” (CAPOBIANCO *et al.* 2001, 360-361). Ao sul temos campos cerrados marginais ao rio Tapirapés, sazonalmente submergidos durante a estação das chuvas, resumidamente descritos como ecorregiões de “cerrado” (CAPOBIANCO *et al.* 2001, 360- 361). Em meio aos campos da parte sul, temos a serra de S. João. Como toda a região da bacia do Araguaia, o território da TI Urubu Branco apresenta características de zona de transição do cerrado para a floresta amazônica. Assim como todas as áreas de transição, essa também é uma área especialmente rica em termos de biodiversidade, combinando espécies de flora e fauna dos dois ambientes. Ao contrário do relevo da maior parte da bacia do Araguaia, no entanto, na região do Urubu Branco existem serras, originárias da parte oriental da serra do Roncador, que se combinam com terrenos planos.

Os principais tipos de ecossistemas existentes na TI Urubu Branco são os seguintes: na sua parte norte, temos “mata alta seca”, “cerradão” e “cerrado”. Na sua parte sul, em áreas anualmente inundadas, existem “campo”, “cerrado”, “mata inundada” e “matas ciliares inundadas”. Correndo do norte para o sul, existem diversas nascentes na serra do Urubu Branco que dirigem-se para a bacia do rio Tapirapés. São córregos, riachos e rios de pequeno porte. No sul da área, durante a estação seca, a água represada dá origem a diversos lagos, impucas e desaguadouros extremamente piscosos.

A parte sul da Terra Indígena, à margem direita do córrego Tucunaré, dominado pelos varjões alagadiços, encontra-se relativamente preservada, provavelmente por permanecer sob as águas boa parte do ano. Sua margem esquerda, entremeada de varjões e campos secos, encontra-se ocupada pela pecuária e invadida por espécies não-nativas de capim forrageiro. Boa parte desses campos próximos ao local onde hoje se encontram as aldeias de Tapiparanytãwa e Wiriaotãwa, estavam se recuperando da ocupação anterior praticada pelas

fazendas Codebra e Sapeva com os campos cerrados voltando à sua feição original (ainda que com a convivência de espécies nativas de capim com outras importadas), quando foi novamente transformada em pasto para gado a partir de 2002. A região da serra de S. João, área de “floresta seca”, encontra-se relativamente preservada. A aldeia Towajaatãwa localiza-se entre a região de campos acima e esta última serra.

Ao norte dos campos descritos acima, nos sopés da serra do Urubu Branco, onde se localizam as aldeias Tapi´itãwa e Akara´ytãwa, a situação é bastante semelhante. O local da secular aldeia Tapi´itãwa foi total e propositadamente descaracterizada pela fazenda Agroselva, do grupo paulista Lucrian. O patrimônio histórico nacional e o meio ambiente assistiram à degradação de um local de valor histórico inestimável graças à má fé e desconhecimento de valores básicos de preservação ambiental e histórica. Ao invés de uma unidade de preservação ambiental ou uma terra indígena, o local, dominado por matas altas, teve sua área arrasada e no local plantado pasto para o gado. A memória e o meio ambiente regional sofreram uma perda incalculável. No local da antiga aldeia foi construído um retiro para vaqueiros. Tratores foram usados para apagar os vestígios do local da aldeia e de sepultamento de gerações e gerações de Tapirapé.

O local utilizado pela antiga fazenda Santa Laura foi ocupada em anos recentes pela aldeia Akara´ytãwa. A vegetação no entorno, onde a mata foi derrubada para o plantio de capim, encontrava-se em processo de recuperação transformada em capoeira (ou “juquirá”, como se diz regionalmente), quando foi novamente destruída para o plantio de capim.

A situação atual da parte sul da TI Urubu Branco, onde pastos foram recuperados e a vegetação que iniciava seu processo de recuperação com a implantação de espécies pioneiras foi novamente penalizada para fins de arrendamento, como veremos adiante, é grave. O exame das imagens de satélite mostra uma reversão da situação ao estágio em que se encontrava na época em que a área estava em mãos de empresas agropecuárias. Cerca de 30 a 40 % da vegetação original da parte sul foi alterada.

Na parte norte da Terra Indígena a presença de posseiros e fazendeiros tem se mostrado ainda mais desastrosa para a preservação ambiental. A comparação das imagens de satélites (como se pode ver nas imagens anexadas) com data de julho de 1992 com a de agosto de 2005 não deixa quaisquer dúvidas: a região serrana, ocupada por matas altas, tem sido derrubada de forma contínua e metódica por parte dos posseiros e fazendeiros instalados. Em 1992 os desmatamentos concentravam-se nos limites norte da área, nas áreas de assentamentos promovidos pelo INCRA. Em 2005 esses desmatamentos atingiram o centro sul da serra do Urubu Branco. No verão de 2005 e 2004, conforme relatos de seus moradores, na aldeia Tapi´itãwa podia-se divisar a fumaça das queimadas e o ar da aldeia tornava-se irrespirável.

Os indicadores ambientais para a TI Urubu Branco e seu entorno não são, como não poderiam ser, animadores. Vejamos alguns desses índices. A região onde se insere a TI Urubu Branco faz parte do chamado “Arco de desflorestamento”, região da Amazônia mais



intensamente atingida por desmatamento. A TI Urubu Branco, ademais, encontra-se na área onde a exploração madeireira faz-se mais intensa (CAPOBIANCO *et. Al* 2001, 383- 383). Segundo o monitoramento orbital de queimadas processadas a partir do satélite NOAA12 em agosto de 1999 (Fonte INPE/ EMBRAPA 1999 *apud* CAPOBIANCO *et al.* 2001, 378- 379) a região apresenta alto coeficiente de queimadas, de 565 a 111 pontos de áreas consumidas pelas chamas. Segundo os padrões de desflorestamento da Amazônia Legal Brasileira, observados no período 1991 a 1996, a região tem coeficientes de desflorestamento que vão de 25 a 95 % do total (Fonte: DIÓGENES ALVES, *An Analysis of the Geographical Pattern of Deforestation in Brazilian Amazônia in the 1991- 1996 period.* INPE. São Paulo, Brasil, 1999 *apud* CAPOBIANCO *et al.* 2001, 372- 373).

Os dados acima não deixam margem a dúvidas: é uma região submetida a um intenso processo de intervenção humana no meio ambiente, com a destruição da cobertura vegetal original com o objetivo de pilhar seus recursos da forma mais rápida possível (madeira, garimpo, caça e pesca) e/ou fazer da área terreno para a pecuária, implantação de monoculturas, como a cana de açúcar da Destilaria Gameleira ou o arroz próximo à Confresa. A área foi queimada no passado, no processo de implantação da ocupação dos anos 70 em diante, como atestam as áreas imediatamente em torno da sede do município e está sendo queimada anualmente, seja para renovar o pasto para o gado, seja para processar a cana nos terrenos ao lado da divisa oeste da TI Urubu Branco.

Para os Tapirapé as mudanças ocorridas no meio ambiente se tornam mais evidentes uma vez que dependem do recurso da caça. Existe uma percepção, por exemplo, por meio da falta crônica de caça para a realização de seus cerimoniais. Num exercício proposto pela Escola Indígena Estadual Tapi itãwa de levantamento da biodiversidade na área do Urubu Branco transpareceu que, para os alunos do Ensino Médio, existe muita área de pasto e pouca área de mato nos arredores da aldeia. Quando convidados a prever o que será dessa área daqui a 50 anos, ocorreram depoimentos interessantes de jovens constatando que, se continuar no ritmo atual do desmatamento, os filhos e netos deles não vão ter nada. "*Daqui a 50 anos a Terra Indígena Urubu Branco vai virar um deserto de capim*", conforme depoimento de Eunice Dias de Paula, em março de 2006.

A questão dos arrendamentos e dos desmatamentos promovidos por ocupantes nas partes sul e norte da área serão vistos adiante.

Sendo uma cultura altamente especializada na exploração do ambiente de matas e campos cerrados do Brasil central, os Tapirapé conseguiam, por meio das atividades de subsistência tradicionais, maximizar o aproveitamento do meio ambiente com um mínimo de interferência. O aproveitamento intensivo e não predatório do cerrado e de suas espécies permitia a subsistência de uma população maior que a população beneficiada por uma empresa agropecuária dedicada à criação de gado. A agricultura itinerante em sistema de rodízio, tradicionalmente empregado, permitia o descanso de áreas enquanto outras eram utilizadas, com a recomposição da cobertura vegetal original. Deve-se ressaltar o caráter

preservacionista desse tipo de aproveitamento do ecossistema, que o preserva enquanto aproveita ao máximo. Resta saber, do ponto de vista de preservação ambiental, se os Tapirapé saberão resistir no futuro às pressões locais para a exploração das áreas de sua Terra Indígena. O seu perfil ocupacional do meio ambiente, ou a maneira pela qual se relacionam com o meio ambiente, por outro lado foi encompassado pela dinâmica regional. Resta saber se, após a desintrusão das áreas, saberão lidar com as pressões regionais e restabelecer seu modo de vida tradicional.

#### Utilização dos Territórios Indígenas e Entorno: Formas de Manejo dos Recursos Naturais Feitos pelos Índios e Não-Índios

O manejo de recursos naturais feito segundo a cultura Tapirapé será vista no item adiante. Nesse item vamos analisar as principais intervenções não tradicionais realizadas sobre o ecossistema da TI Urubu Branco e no seu entorno.

A atividade econômica mais importante desenvolvida no entorno da área é sem dúvida alguma a existência da destilaria Gameleira S. A., de propriedade do empresário Eduardo de Queiroz Monteiro, irmão do presidente da Confederação Nacional da Indústria, Armando Queiroz Monteiro, também deputado federal pernambucano (PTB). A propriedade produz 30 milhões de litros de álcool por ano. A Gameleira S. A. é vizinha lindeira da TI Urubu Branco. As demais atividades econômicas desenvolvidas no entorno, agricultura de subsistência, arroz e pecuária, não causam um impacto digno de nota ao meio ambiente.

A empresa Gameleira vendia álcool para companhias como Ipiranga, Petrobrás, Shell, Texaco, Total e PDV, fornecendo combustível principalmente para as regiões Norte e Nordeste. A empresa ficou conhecida em junho do ano passado (2005) ao ser flagrada pela quarta vez pelo grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego explorando trabalho escravo de trabalhadores aliciados em Estados do Nordeste do país. Cerca de 1.200 trabalhadores em condições de escravidão (200 deles eram originários de Confresa) foram libertados em junho do ano passado e a empresa obrigada a pagar multas e direitos trabalhistas.

Ante a repercussão negativa da notícia na imprensa, algumas companhias como Ipiranga e Petrobrás que são signatárias do Pacto Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo promovido pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social e Organização Internacional do Trabalho, anunciaram a suspensão da compra de álcool da empresa. Em abril de 2006 o juiz da Vara Trabalhista de São Félix do Araguaia determinou o bloqueio das contas da destilaria Gameleira para o pagamento da dívida trabalhista da empresa que chega a R\$ 2,5 milhões (Diário de Cuiabá, edição de 22/06/2005).

Além dessas irregularidades trabalhistas, a empresa produziu, entre 1999 e 2000, cerca de 280.520 toneladas de cana e 321.506 metros cúbicos de vinhoto. Entidades preservacionistas alegam que esse vinhoto é despejado nos córregos tributários do rio

Gameleira que, por sua vez, deságua no rio Tapirapés, que banha a parte sul da TI Urubu Branco.

As queimadas promovidas anualmente pela empresa causam também graves prejuízos ao meio ambiente. A fumaça invade a atmosfera da região e diversas aldeias como Tapi'itãwa e Tapiparanytãwa, esta última a mais ocidental das aldeias do grupo (i.é. mais próxima à divisa oeste da área justamente a divisa com a Destilaria Gameleira) teme não só a fumaça, mas também as chamas, que podem ser vistas e o calor sentido no próprio interior da aldeia. Segundo depoimento do líder da aldeia, Aloízio Tamakorawygy, tomado em março de 2006, na época das queimadas *"o fogo encosta na gente"*.

Esse mesmo líder, Tamakorawygy, lembrou em março de 2006 que o "veneno" (agrotóxico e/ou fertilizantes) utilizados largamente pela Destilaria Gameleira termina por atingir o rio Gameleira e depois o rio Tapirapés: *"e o peixe vai acabar também se jogar veneno. Jacaré, tartaruga também vai acabar"*.

Uma outra atividade econômica desenvolvida na região e que tem um enorme impacto sobre as condições do meio ambiente na TI Urubu Branco é o arrendamento praticado pelos Tapirapé de partes desse território.

Conforme veremos a seguir, este arrendamento é feito segundo formas bem estabelecidas e diferenciadas para o norte e o centro-sul da Terra Indígena, conforme mostram os Quadros 6.1.61 e 6.1.62 a seguir.

**Quadro 6.3.61 - Contratos de arrendamento para o norte da TI Urubu Branco.**

Arrendatário	Arrendadores	Quantidade de gado	Local (antigas fazendas)/ aldeia	Forma de pagamento	Observações (duração dos contratos)
Rui Pereira Artiaga	APOIT	1.000 cabeças	Ipirakwarotãwa	R\$ 3,00 por cabeça/ mês.	Contrato vencido de 02 anos (08/09/2003 até 08/08/2005)
Rui Pereira Artiaga	APOIT	500 cabeças	Agropecuária Costa Artiaga, "Safrá", Osvaldo Honorato Silveira/ Ipirakwarotãwa	R\$ 3,50 por cabeça/ mês. Atualmente paga cerca de R\$ 1.750,00 mensalmente.	08/09/2005 a 08/09/2010

Arrendatário	Arrendadores	Quantidade de gado	Local (antigas fazendas)/ aldeia	Forma de pagamento	Observações (duração dos contratos)
Eduardo Junqueira Gouveia (Vila Rica MT)	APOIT	1.500 cabeças (3.000 no início)	Célio, Juarício, João Vilela, Osmar do antigo Bacaba, Célis Pereira, Faz. Nova Zelândia e do Antonio da Loura, pedaço do picadão da Porto Velho/ Ipirakwarotãwa	R\$ 2,50 cabeça/mês nos primeiros dois anos; no terceiro ano valor a ser reajustado. Total pago à APOIT; R\$ 3.750,00 por mês. Atualmente paga só a metade porque retirou gado a pedido dos invasores que retornaram.	Início em 08/10/2003 Término em 08/10/2006
João Braz de Mendonça (Goiânia GO) e Paulo Nascimento de Souza	APOIT	1.500 cabeças	St. Laura	Permuta em veículo Mitsubishi placa KEJ 5356 modelo azul MMS 4X4 L 200. Primeiros dois anos (2007- 2008) serão pagos pl valor da camionete; 150 bezerras por ano para o período de 2009 a 2010.	Início em 01/01/2007 Término em 01/01/2010. <b>O contrato inclui um parágrafo único que diz que o arrendatário pode alugar a área para terceiros sem prévio conhecimento da APOIT.</b>
Rubens Marques de Moraes (Barretos SP)	APOIT	1.000 cabeças	St. Laura	R\$ 5,00 cabeça/mês; só recebem R\$ 3,20 (R\$ 1,80 como "carência").	

Fonte: André Toral (pesquisa de campo).

**Quadro 6.3.62 - Contratos de arrendamento para o centro-sul da TI Urubu Branco.**

Arrendatário	Arrendadores	Quantidade de gado	Local (antigas fazendas)/ aldeia	Forma de pagamento	Observações
Rubens Marques de Moraes (Barretos SP)	APOIT	1.000 cabeças	Codebra	05 anos de "carência": de 01/01/2006 a 31/12/2010. 15 bezerras nascidos a cada 100 gado de 01/01/2011 a 31/12/2015.	arrendatário mantém estradas transitáveis.

Arrendatário	Arrendadores	Quantidade de gado	Local (antigas fazendas)/ aldeia	Forma de pagamento	Observações
Rubens Marques de Moraes (Barretos SP)	APOIT	1.000 cabeças	Sapeva	05 anos de "carência": de 01/01/2006 a 31/12/2010. 15 bezerras nascidos a cada 100 gado de 01/01/2011 a 31/12/2015.	arrendatário mantém estradas transitáveis.
Hilário Moacir Herter	APOIT	desconhecido	Sapeva/ "pasto do onça"	05 anos de "carência": de 01/01/2006 a 31/12/2010. 15 bezerras nascidos a cada 100 gado de 01/01/2011 a 31/12/2015.	
Luiz Borghesan (Vila Rica MT)	APOIT	desconhecido	Arredores de Tapi' itãwa	Desconhecido	O gado do arrendatário invade as roças da aldeia chegando até os fundos das casas; cercas estão sendo providenciadas.

Fonte: André Toral (pesquisa de campo).

Os contratos estabelecidos entre os arrendatários e os Tapirapé são de dois tipos. Os contratos estabelecidos com os arrendatários da parte norte são pagos em dinheiro depositado mensalmente na conta da APOIT. Os valores pagos são calculados da seguinte maneira: R\$ 5,00 por cabeça de gado a cada mês. Dessa importância são deduzidos R\$ 1,2 a título de "carência", ou seja, para que os proprietários estabeleçam por sua conta cercas, retiros e demais benfeitorias necessárias à atividade. Os Tapirapé recebem, portanto, apenas R\$ 3,8 por cabeça de gado a cada mês. O grupo indígena, ademais, não faz a contagem das cabeças de gado existentes, o que implica no desconhecimento efetivo de quantas cabeças de gado estão sendo alojadas nessa parte da reserva. A título de informação deve ser dito que os valores praticados na região, em Confresa, por exemplo, são de R\$ 8,00 por cabeça de gado a cada mês.

Os contratos estabelecidos com os arrendatários da parte sul são da seguinte natureza: durante cinco anos os pecuaristas devem manter gado na terra Tapirapé sem pagar um centavo. Como mostram os contratos examinados e que reproduzimos em anexo esse período é denominada como "carência", posto que os particulares deverão construir ou reparar cercas, currais novos, "passar o link a onde (sic) estiver juquirado", manter pastagens etc. Os Tapirapé também deverão ceder madeiras das matas nativas para a

construção de currais e cercas, bem como autorizar o desmanche das casas das antigas propriedades já indenizadas, para que sejam construídas novas casas nas proximidades dos currais para a instalação de vaqueiros e demais empregados dos pecuaristas. Ver em anexo uma cópia fotográfica de um desses contratos.

A cláusula terceira do contrato examinado também merece destaque. Lá fica dito: “fica determinado que tanto o parceiro criador como parceiros proprietários, terão de ter muito critério na ocasião das queimadas, para que nenhuma parte seja prejudicada. E no caso de algum fogo imprevisto, não fazer nenhuma acusação sem a devida prova necessária” (Contrato 2005, anexo).

Os Tapirapé esperam, após o vencimento do período de “carência” dos contratos da parte sul da TI Urubu Branco herdar a infraestrutura necessária para criar, na área, seu próprio rebanho bovino sem ter que arcar com os custos necessários à sua implantação. Esperam, portanto, receber cercas, currais, balanças, embarcadouros, residências para vaqueiros, depósitos etc sem ter que pagar por isso. Mais: esperam ganhar também um número suficiente de cabeças de gado que possam lhe assegurar o desenvolvimento da atividade pecuária em moldes empresariais, como os seus vizinhos. Esperam, também, que os atuais arrendatários, principalmente os da parte sul, mantenham e conservem as estradas que interligam as aldeias dessa parte da Terra Indígena, especialmente das aldeias Tapiparanytãwa, Towajaatãwa, Wiriaotãwa e Tapi’itãwa.

Os contratos são assinados pela Associação Povo e Organização Indígena Tapirapé (APOIT) por meio de seu presidente Reginaldo Kaorewygi, Alberto Orokomy’i (tesoureiro) e os caciques das cinco aldeias: Xywaeri José Pio (aldeia Tapi’itãwa), Alozio Tamakorawygy (Tapiparanytãwa), Xawaraxowi José Antonio (Wiriaotãwa), Makapyxowa Valdemar (Akara’ytãwa) e Ararawytygi Paulo (Towajaatãwa). Boa parte desses contratos segue um mesmo modelo o que supõe entendimento prévio dos arrendatários para oferecerem as mesmas condições aos Tapirapé.

Segundo o depoimento do presidente da APOIT a maior parte do dinheiro é destinado ao pagamento da manutenção dos carros que servem às aldeias (a Mitsubishi L200 que serve à aldeia Tapi’itãwa, a Chevrolet D-20 que serve à aldeia Akara’ytãwa, e o trator doado pela Missão Irmãzinhas de Jesus que serve à aldeia Towajaatãwa).

A TI Urubu Branco, em todo caso abriga hoje provavelmente mais que 10.000 cabeças de gado. Desse total 7.500 cabeças são declaradas. Não se sabe o total de cabeças de gado introduzidas por dois importantes arrendatários, Luiz Borghesan e Hilário M. Herter. Considerando-se que boa parte dos arrendatários declara um total de gado abaixo da verdade por razões óbvias chegamos ao número de 10.000 cabeças de gado.

A avaliação que se faz dos contratos, e isso não requer muito esforço, é que são amplamente desvantajosos para a comunidade indígena, sob qualquer ângulo que os examinemos.

Primeiro, apesar de deixar claro que não serão abertas novas áreas de pasto, utilizando-se somente as áreas já abertas pelas fazendas que existiam, isso está longe de ser verdade. Na área norte da Terra indígena, na região serrana, arrendatários e invasores estão a desmatar amplas áreas de mata sem que os Tapirapé tenham qualquer controle. Em segundo lugar, na parte sul, as queimadas estão, como vimos por meio da cláusula terceira dos contratos, muito longe de serem controladas, havendo queixas tanto dos arrendatários, quanto ao descontrole das queimadas promovidas pelos índios que queimam cercas e demais infraestrutura, quanto dos Tapirapé que sentem que as queimadas estão longe de se limitar aos pastos, atingindo “acidentalmente” áreas de mata conforme o interesse dos arrendatários.

Essas derrubadas e/ ou queimadas tem tido um efeito comprovado na redução da quantidade de caça, o que é percebido pelos Tapirapé e expressa pelas afirmações de Aloízio Tamakorawygy, cacique da aldeia Tapiparanytãwa, colhidas em março de 2006: “*se fazendeiro continuar a derrubar a mata o bicho vai sumir tudo*”.

Em terceiro lugar, o período de carência parece ser também outro ponto a merecer atenção. Cinco anos de carência, ou seja, utilizar a área indígena por cinco anos sem pagar nada a título de levantar uma infraestrutura que somente os arrendatários deverão usufruir, dispensa comentários. Depois a madeira necessária à construção de cercas, currais e habitações está sendo extraída das matas da própria Terra Indígena, o que também dispensa comentários.

Em quarto lugar, a inexistência de cercas em certas áreas da reserva faz com que o gado invada rotineiramente roças e mesmo terrenos próximos às casas da aldeia Tapi'itãwa. O próprio antropólogo André Toral testemunhou a presença do gado do arrendatário Luiz de tal nas proximidades das casas das aldeias, destruindo suas plantações, pisoteando pomares e atravessando a estrada. As cercas dos arrendatários estão a limitar o deslocamento dos Tapirapé em todas as direções. Por exemplo, para tomar banho. Logo atrás do Posto de Saúde da FUNASA uma cerca limita o deslocamento dos Tapirapé ao córrego próximo à aldeia. Seu acesso é franqueado apenas ao gado.

**A situação chegou a um tal ponto que existe uma opinião geral, facilmente perceptível em todas as aldeias da TI Urubu Branco, que o arrendamento é nocivo por diversas razões: porque existem dúvidas a respeito do que é feito com a verba dos arrendamentos; porque diversos caciques têm entendimentos privados com os arrendatários, garantindo-lhes vantagens (aos caciques) sem que a maioria da comunidade esteja inteirada; por causa do desmatamento e do descontrole das queimadas, o que ocasiona redução de matas e caça; por causa do trânsito de brancos no interior da área o que lhes traz uma sensação de insegurança e, finalmente, pelas dissensões e divisões que a questão do arrendamento causa entre lideranças e membros de comunidade.**

Outro ponto importante é que os próprios Tapirapé desconhecem quanto gado efetivamente existe em suas terras, conforme reconheceu o próprio presidente da APOIT, Reginaldo Kaorewygi. Basicamente por não dominarem a técnica de contagem de gado e não terem nenhuma familiaridade com a atividade pecuária, devido ao seu histórico como povo de agricultores, caçadores e coletores. Depois, como pudemos comprovar, mesmo os Tapirapé alfabetizados e os que concluíram o curso universitário lêem um contrato legal com muita dificuldade. O próprio presidente da APOIT não sabia o que era IPTR, imposto territorial rural que os fazendeiros não pagavam por criar gado em suas terras, desconhecia o parágrafo único do contrato estabelecido com João Braz de Mendonça que o autorizava a alugar a área para terceiros sem prévio conhecimento da comunidade (sic!) e assim por diante.

A lista de arrendatários acima não é definitiva nem completa. De ano a ano o cenário muda. Tudo leva a crer que existem contratos “de gaveta” ou verbais entre lideranças e criadores. Existe também uma volatilidade muito grande de concessões de pasto para aluguel. Existem, finalmente, caciques que são descritos como “sócios” dos criadores. Isso significa que seu gado é criado junto com o do fazendeiro ou que um determinado fazendeiro goza de condições “especiais”, digamos assim. Alguns caciques fazem viagens de lazer com despesas custeadas pelos arrendatários.

Existe em relação ao arrendamento, finalmente, um paradoxo. Absolutamente todos os Tapirapé entrevistados declaram-se contra e temerosos de seus efeitos. Aqui a questão parece ser o destinatário da mensagem. Como o antropólogo André A. Toral é conhecido do grupo, tendo sido o coordenador do Grupo de Trabalho da FUNAI responsável pela identificação da área em 1993 e assessor da EIE Tapirapé na TI Tapirapé/Karajá, as declarações contra o arrendamento tem endereço certo. Depois, como os Tapirapé sabem, o arrendamento é ilegal e a FUNAI, por meio da Administração de São Félix, bem como o Ministério Público no Mato Grosso, já se posicionaram contra. Também a Missão das Irmãzinhas de Jesus e a Equipe de Pastoral Indigenista da Prelazia de São Félix são contra.

Por mais que o discurso uníssono das lideranças das aldeias e da APOIT seja de que o arrendamento deve permanecer apenas o tempo necessário para dotar os Tapirapé de tecnologia de manejo e infraestrutura suficiente para cuidar de seu rebanho de 700 cabeças por conta própria, os fatos não condizem com essas declarações. A infraestrutura construída pelos fazendeiros na parte sul da TI Urubu Branco não parece ser provisório ou de pessoas inseguras quanto ao seu tempo de permanência na área. Ao contrário: são instalações sólidas, em termos de currais, cercas, casas, depósitos, etc., conforme se pode ver pelas Fotos 1 a 4. Parece que os arrendatários vieram para ficar. Basta olhar para o investimento realizado na área para que qualquer otimismo quanto à sua permanência nociva se desfaça como nuvens no céu.

Todos os dados apontam para uma situação onde a direção da APOIT, as lideranças de aldeia, suas famílias, famílias coligadas por casamento e relações de parentesco, e isso não é



pouca gente, são os que efetivamente lucram com o arrendamento. Esse total de beneficiários e seu poder de mobilização político é considerável. Isso não significa que mesmo esses beneficiários não se mostrem temerosos por sentir que, no fundo, abriram uma caixa de Pandora cujas conseqüências ignoram. Depois, todos os que não se beneficiam diretamente, de uma forma ou outra, acabam por beneficiar-se do arrendamento ao utilizar-se dos veículos da comunidade, participarem de um ritual apoiado pela APOIT etc. Que esses contratos risíveis e iníquos serão denunciados e anulados nos parece fora de questão. Os Tapirapé não são ingênuos, apesar de desconhecerem muitos dos mecanismos da nossa sociedade. O problema é o custo político e ambiental que tal aprendizado acarretará.

Economia Indígena: Atividades Econômicas e Fontes de Renda (agricultura, extrativismo, aposentadorias, pecuária, coleta, artesanato)

Os Tapirapé podem ser descritos como um povo de agricultores (WAGLEY 1988, 51-52 e BALDUS 1970, 165). Desde o século XIX exploram territórios que combinavam florestas de matas altas, propícias ao estabelecimento de roças e caça, com a proximidade de áreas marginais à bacia do Araguaia, ricas em lagos para pesca e próximas aos campos onde se dedicam sazonalmente a uma intensa atividade de coleta de uma enorme variedade de produtos silvestres, cocos, mel e ovos de quelônios. Na concepção Tapirapé, uma aldeia deve se localizar próxima às roças, de tal forma que o conceito de aldeia e roça se confundem. Em certos períodos do ano, como na colheita, os Tapirapé chegavam a morar em meio às suas plantações. Todo o calendário religioso do grupo está ligado à época de maturação das espécies por eles cultivadas.

A mudança da TI Tapirapé/ Karajá para a TI Urubu Branco, nesse sentido, possibilitou-lhes recuperarem suas atividades agrícolas num terreno muito mais propício que o anterior. A antiga agricultura itinerante pode ser retomada devido à abundância de terras agricultáveis na TI Urubu Branco; no entanto, a antiga mobilidade e exploração de um território imenso viu-se limitada pela sedentarização maior do grupo em tempos contemporâneos. O rodízio de aldeias num imenso território, como no passado, que permitia a plena recuperação das áreas de roça foi abandonado, mas continuam hoje, como no passado, utilizando-se de áreas durante um período de tempo e abrindo novas áreas em matas primárias nas proximidades das aldeias.

As espécies mais cultivadas são (por ordem de importância): (1) diversas espécies de mandioca brava para o fabrico de farinha, (2) milho "índio", ou seja, espécies nativas e milho "tori" (de origem branca), (3) banana e mamão, (4) espécies de mandioca mansa, aipim, cará e batata doce, (5) arroz, (6) abóbora, andu e outros tipos de favas, (7) amendoim, (8) algodão e outras espécies menos importantes. Próximas às casa, plantam espécies frutíferas como manga e cítricos, além de urucum e cuité para fazer tinturas e produtos de artesanato, respectivamente.

Ao contrário do passado, e num ritmo crescente, as compras de farinha, arroz e feijão no comércio local tornam-se cada vez mais freqüentes devido à introdução de salários. Até 26

anos atrás os Tapirapé não só produziam toda a farinha de que precisavam como ainda chegavam a vender no mercado regional o excedente de sua produção.

A caça e a pesca são, hoje em dia, as mais importantes fontes de obtenção de proteínas. Ao contrário do período em que viviam nas margens do Araguaia enfrentam, atualmente, uma importante deficiência protéica. Essa dificuldade em encontrar caça é devido à introdução de gado e ao aumento da demanda de caça em relação a um ecossistema onde as derrubadas e queimadas promovidas por invasores e arrendatários causam um limite importante na reprodução da fauna local. A caça tem, além da sua importância nutricional, uma importante função simbólica. É por meio da caça que os Tapirapé articulam boa parte de seus grupos sociais, como os *wyra*, “as sociedades pássaros”, e os *tataopawa*, “grupos de comer”, importantes princípios organizativos da vida religiosa do grupo. Caçadas rituais marcam o início e são condição imprescindível para o cerimonial de iniciação dos jovens rapazes, seu mais importante conjunto de cerimônias, por meio dos quais são produzidos os novos membros da sociedade Tapirapé. Nesse sentido, as caçadas desse ano revelaram-se um retumbante fracasso, e diversos grupos de homens depois de permanecerem quase uma semana na mata voltaram à aldeia com apenas dois caititus, quase inviabilizando a continuidade do calendário ritual, conforme relatos colhidos em março de 2006.

Hoje, como no passado, as espécies animais mais procuradas pelos Tapirapé são: o porco queixada (*Dicotyles albirostris*), porco caititu (*Dicotyles tayassu*), paca (*Coelogenys paca*), cotia (*Dasyprocta* sp.), tamanduá- bandeira (*Myrmecophaga jubata*), jabuti (*Testudo tabulata*), quati (*Nasua narica*), macaco prego (*Cebus* sp.) e uma espécie não identificada de macaco conhecida como *kutxiú*, tartaruga (*Podocnemis expansa*) e seus ovos, tracajá (*Podocnemis unifilio*) e seus ovos, veado campeiro (*Dorselaphus bezoarticus*), veado mateiro (*Mazama americana*), tatu (*Euphractus sexintus*), guariba (*Alouatta* sp.), anta (*Tapirus americanus*) e pato do mato (*Alopochen discolor*) entre outros. Essa relação é basicamente a mesma anotada por Wagley (1988, 87- 88). Devido à crescente escassez de caça verificada desde a década de 1940, cada vez mais espécies interditas devido a tabus alimentares (como espécies de veado e tatu) tiveram seu consumo liberado a gêneros e grupos etários antes interditos. Esse processo é muito discutido atualmente, quando inúmeras pessoas de mais idade acreditam que a perda da vitalidade e saúde entre os modernos Tapirapé se dá pelo desrespeito aos antigos interditos alimentares. Esse processo não é recente, sendo que Herbert Baldus já registrara sua decadência na década de 1950, associando o desprezo pelas abstenções alimentares pelo que chamou, de forma algo fatalista, de “*desmoronamento do sistema religioso do grupo*” (BALDUS 1970, 53).

A coleta é feita pelas famílias que, principalmente durante o verão, excursionam pelo campo cerrado aberto da parte sul da TI Urubu Branco, próximos ao córrego Tucunaré. Segundo um levantamento feito pelos alunos da Escola Tapirapé o grupo coleta cerca de 47 espécies de frutas silvestres (TORAL 1994, 54). Na visita realizada à aldeia em março de 2006, a espécie mais procurada era o murici, com o qual fazia-se suco que os Tapirapé tomavam com farinha. A coleta é feita de forma combinada com pesca, que é praticada em lagos e

cursos d'água interrompidos do sul da Terra Indígena por meio da utilização de arco e flecha, armadilhas para pesca, arpão, redes e envenenamento da água com timbó. De qualquer forma a pesca atualmente é muito menos rentável comparativamente ao período antes de 1993, quando o grupo vivia próximo ao Araguaia e dedicava-se à pesca profissional do pirarucu (*Arapaima Gigas*). Durante o verão, finalmente, é comum o deslocamento de grupos de homens para a TI Tapirapé/ Karajá para a pesca, cujo resultado é trazido para ser consumido por suas famílias na TI Urubu Branco.

O artesanato, desde a década de 1970, é a mais importante fonte de entrada de recursos, excetuando-se os salários, que dispõe para obtenção do dinheiro que necessitam para comprar gêneros que se tornaram indispensáveis como artigos de ferro, roupas, sal, armas, munição e alimentos industrializados ou carne fresca no comércio de Confresa. O artesanato Tapirapé é de excelente qualidade em termos de material empregado, confecção e acabamento, e consiste, basicamente, em diversas variedades de cestaria, arcos e flechas, remos, lanças, cuias decoradas entre outros. Produtos que utilizavam-se de plumária, como diademas e a célebre *tawã* (cara grande) graças à proibição de comércio por parte do IBAMA, praticamente deixaram de ser produzidas para venda.

O comércio é feito por meio das viagens de alguns Tapirapé a S. Paulo ou para Brasília de ônibus, por meio da Artíndia da FUNAI ou compradores especializados que visitam a aldeia regularmente e compram por atacado e em grandes quantidades para revenda principalmente em lojas do sudeste do país (S. Paulo, principalmente) e Brasília. Visitantes que passam pela aldeia compram pequenas quantidades de um artesanato mais barato e de baixa qualidade.

A criação de gado, finalmente, é feita por meio da utilização da mão de obra de um vaqueiro regional que recebe salário, pago pela APOIT, e porcentagem do gado nascido. Seu rebanho atualmente conta com aproximadamente 700 cabeças e é mantido próximo à aldeia Akara'ytãwa, nos pastos implantados pela antiga fazenda Santa Laura. Basicamente fornece leite exclusivamente para esta última aldeia e carne para as demais em ocasiões especiais, como comemorações relativas ao Dia do Índio (19 de abril). Seu rebanho em 1993 era de cerca de 200 cabeças. Os Tapirapé mantêm seu gado sob controle estrito de abates, o que explica o crescimento contínuo. Houve diversas tentativas de fazer com que os próprios Tapirapé cuidassem de seu gado, mas definitivamente a pecuária não faz parte do horizonte cultural do grupo. Não existe atualmente nenhum problema de espaço para o crescimento desse rebanho, haja visto a enorme disponibilidade de pasto das antigas fazendas que ocupavam a parte sul da TI Urubu Branco.

Os salários que os Tapirapé recebem hoje têm sua origem na escola (diretores, professores, merendeiras e faxineiras), assistência médica por meio da FUNASA (agentes de saúde e sanitaristas) e assistência social por meio do INSS e FUNRURAL (aposentados e auxílio doença).

A escola aparece com o maior fornecedor de empregos entre os Tapirapé como se vê pelo Quadro 6.3.63 a seguir.

**Quadro 6.3.63 - Empregos gerados pelas escolas entre os Tapirapé.**

Aldeia	Professores	Outros	Total
Tapiparanytãwa	01 professor da 1ª. fase do EF e 03 professores da 2ª. fase do EF	01 merendeira	05
Towajaatãwa	01 professor da 1ª. fase do EF e 01 professore da 2ª. fase do EF	01 merendeira	03
Wiriaotãwa	01 professor da 1ª. fase do EF; 01 professor da 2ª. fase do EF	01 merendeira	03
Akara 'ytãwa	03 professores da 1ª. fase do EF; 03 professores da 2ª. fase do EF	01 merendeira, 01 coordenador de ciclos	07
Tapi 'itãwa	05 professores da 1ª. fase do EF; 06 da 2ª. fase do EF e EM	01 diretor, 01 secretario, 01 auxiliar administrativo, 01 merendeira, 01 faxineira, 02 serviços de infraestrutura (limpeza, consertos)	18
Majtyritãwa	05 professores da 1ª. fase do EF; 01 professores da 2ª. fase do EF.	01 diretor, 01 secretário, 03 merendeiras, 03 faxineiras, 03 serviços de infraestrutura	17
<b>TOTAIS</b>			<b>53</b>

Abreviaturas: EF Ensino Fundamental, EM Ensino Médio  
Fonte: Eunice Dias de Paula, Luiz Gouvêa de Paula

Entre os contratados na área de saúde temos os agentes de saúde, que atuam como auxiliares das enfermeiras, mantidas nos postos de saúde da FUNASA, identificando doentes, atuando como tradutores e atualizando fichas de saúde; já os sanitaristas cuidam do motor da água, coleta de lixo e dão palestras sobre saúde.

No Quadro 6.3.64 a seguir essas informações são sintetizadas a partir dos dados disponíveis.

**Quadro 6.3.64 - Salários e empregos entre os Tapirapé em 2006.**

Tribos	Escola	Saúde	Aposentados	Auxílio doença	Total de salários
Tapiparanytãwa	05	01	02		08
Towajaatãwa	03	01	02		06
Wiriaotãwa	03	01	02		06
Akara 'ytãwa	08	01	04		13
Tapi 'itãwa	19	02	09	05	35
Majtyritãwa	17	01	06		24
<b>TOTAIS</b>	<b>53</b>	<b>07</b>	<b>25</b>	<b>05</b>	<b>90</b>

Como se pode ver pelo Quadro acima, aproximadamente 16 % dos Tapirapé, ou seja, 90 pessoas numa população de 564 pessoas (nas duas Terras Indígenas) recebem salários de algum tipo. Entre a população adulta (maior de 16 anos inclusive) da TI Urubu Branco, cerca de 316 pessoas, temos que 66 delas recebem algum tipo de salário, aposentadoria ou ajuda. Isto significa que aproximadamente 21% da população adulta recebe dinheiro periodicamente.

Se somarmos as pessoas que recebem dinheiro proveniente dos arrendamentos por meio da APOIT, teremos uma porcentagem grande de salários e de dinheiro que entra mensalmente na aldeia.

Esse montante de salários explica, em parte, a mudança ocorrida na relação de parcela da população Tapirapé com suas formas de subsistência tradicionais (a atividade agrícola sofreu uma redução considerável e os assalariados por força do emprego não podem exercer suas antigas excursões familiares de pesca e coleta e/ou expedições prolongadas de caça) e com sua cultura (não existe mais disponibilidade para, por exemplo, passar a noite e o dia cantando o *ka'ó* na casa dos homens com a perspectiva de trabalho no dia seguinte).

Parte importante dos empregos são canalizados para as famílias das lideranças, o que faz, juntamente com a destinação das verbas da APOIT, que cada vez mais tenhamos no interior das comunidades uma espécie de elite composta pelas famílias das lideranças e os "comuns", os que não participam dessas e, conseqüentemente, estão afastados de empregos, oportunidades e benefícios. Essa percepção é confirmada, por exemplo, pelo depoimento da Irmãzinha Genoveva, em março de 2006, quando afirma que *"eles tem menos tempo para cumprir os rituais"* e *"(...) com relação ao comércio, tem muita oferta, muita coisa necessária e desnecessária, às quais eles consagram muito tempo e muita energia. É uma pressão muito forte da sociedade (branca)"*.

#### Utilização Ritual e Simbólica dos Territórios Indígenas: Sítios Míticos e Sagrados, Locais para Rituais e Cemitérios

##### *A TI Urubu Branco e a História Tapirapé*

A implantação dos Tapirapé na região do Urubu Branco é relatada por uma série de mitos, que definem o que se poderia chamar de sua noção de territorialidade, que descrevem como os pioneiros Tapirapé sob a liderança de Xowawi'í dirigiram-se para as proximidades da área compreendida pelos rios Urubu Branco e Gameleira, fundando as mais antigas aldeias da região (Kanine'ytãwa, Tokynookwatãwa, Xakarewatãwa, I'axoratãwa, Ipirakwaritãwa e Takarookywetãwa). Posteriormente, já sob a liderança de um outro líder, Xekato, foi ocupada a região centro sul do território, onde se insere a serra Towajaawa (regionalmente denominada "S. João"), onde hoje está a aldeia de Towajaatãwa, até os sopés da serra do Urubu Branco onde está a secular Tapi'itãwa. Essas noções míticas de territorialidade associam, portanto, noções de história e sociedade, pois que esse território era ocupado da forma cultural específica à sociedade tapirapé. O território do grupo, portanto, liga os

Tapirapé do passado aos contemporâneos. Essa continuidade entre mortos e vivos afirma-se, em boa parte, pela continuidade da ocupação de um mesmo território. Sua história e modo de vida estão inscritos no chão da terra. O costume Tupi de enterrar seus mortos no interior da casa onde habitavam faz com que todas as aldeias ocupadas sejam também locais densos de lembranças e de intenso significado afetivo. Em carta dirigida ao procurador Geral da República em agosto de 1991 os Tapirapé e iniciam a solicitação de providências no sentido de regularizar a posse da terra argumentando a necessidade de garantir a integridade da área onde se encontravam sepultados seus ancestrais; dois anos depois, em dezembro de 1993, em carta ao ministro da Justiça denunciam a destruição de sepulturas da aldeia Tapi'itãwa por parte da fazenda Agroselva do grupo Lucrian (TORAL 1994, 65).

A história Tapirapé está toda inscrita, como dissemos, no solo da região do Urubu Branco e ao norte, em territórios ocupados pela colonização branca. Vejamos, com mais detalhe essa história e seus correspondentes geográficos:

- Do início do século XIX até o seu final: implantação pioneira mítica no local sob a liderança de Xowawi'i e Xekato.
- Do final do século XIX até o início do século XX: fase de sua história marcada pelo isolamento e, depois, pelos ataques Kaiapó é representado pelo território da aldeia Tapi'itãwa, Tawyrytãwa, Xakyrywatãwa, Xeke'atãwa, Takarookywera, Ykyrytãwa.
- Do início do século XX até 1947: fase do início do contato com brancos e Karajá, marcado pela aldeia Maakotãwa, dos campos onde comerciavam e guerreavam, onde foram enterrados os Karajá mortos no local denominado Tyha e onde foram raptados inúmeros Tapirapé que jamais retornaram ao contato com suas famílias. Esta fase marca o início da visita por prospectores de látex, com funcionários do SPI (1908 e 1911 respectivamente), contato com os padres dominicanos que visitavam a tribo a partir do porto S. Domingos, na beira do rio Tapirapés, onde construíram um barracão.
- De 1947 até o presente: locais e zonas de perambulação percorridos pelos habitantes das aldeias Xexotãwa, Moo'ytãwa (estas últimas ao norte da atual TI Urubu Branco), Tapi'itãwa e Tawyao (na TI Tapirapé/ Karajá) em excursões anuais de caça, pesca e coleta.

Boa parte dessa etno-geografia foi abordada num livro intitulado *Xanetãwa parageta*, "história de nossas aldeias", publicado pelo Ministério de Educação Desporto e Cultura e apoiado pelo grupo *Mari* de Educação Indígena da Universidade de São Paulo, quando diversos autores indígenas recolheram a tradição oral de seu povo por meio de histórias familiares onde é relatada a saga dos Tapirapé nessa terra (TORAL *et al.*, 1996). Nenhum dos fatos relatados, para os Tapirapé, é considerado passado. São lembranças vivas, onde territórios de aldeias, antepassados, parentes mortos e vivos encontram-se entrelaçados.

São lembranças vivas que emocionam, fazem rir e chorar, refletir sobre seu passado, presente e futuro.

#### *A TI Urubu Branco e seu Significado Religioso*

Boa parte da cosmologia, ou visão de mundo Tapirapé, está associada a personagens, lugares e acontecimentos ocorridos na TI Urubu Branco.

Foge aos objetivos desse estudo fazer um estudo detalhado da cosmologia Tapirapé. O que se segue é um resumo dos fatos mais importantes que ligam de forma definitiva a religião desse povo Tupi ao seu território.

As idéias de concepção e de produção social de novos membros estão intimamente ligadas ao espaço em que vivem. Na teoria da concepção Tapirapé cabe ao *paxe*, o xamã, capturar as “almas” (ou princípio vital) dos novos membros do grupo para introduzi-las no ventre das mulheres. Essa “reserva” de almas encontram-se em dois lugares no interior da TI Urubu Branco. O primeiro é denominado Yrywo’ywawa, “local onde o urubu-rei bebe”, uma majestosa queda d’água nomeio da serra, regionalmente conhecida como “cachoeira do urubu branco”; o segundo é Towajaawa, a serra de S. João, também associado ao urubu branco (*Sarcoramphus papa*), espécie de abutre que para os Tapirapé tem um importante significado religioso. Nesses locais vive Tarepiri, ser da cosmologia tapirapé, considerado o “pai das crianças”, que atua como uma espécie de “guardião” desses locais. Outro importante guardião desses locais é Karowara, o trovão, que também detém a guarda de almas de crianças, desempenhando igualmente um papel fundamental na teoria Tapirapé de concepção.

Em Towajaawa vivem também uma série de seres cosmológicos, destacando-se, entre eles, Kuwaxio e Kokyo, denominação que designa coletivos de seres cosmológicos responsáveis pela guarda de conhecimentos e recursos mágicos que serão apropriados pelos *paxe*. Além de seu papel fundamental na concepção, também a segurança física e emocional dos Tapirapé depende do poder de seus xamãs (WAGLEY 1988, 189).

Além de seu papel fundamental nas teorias de concepção e conhecimento cosmológico, a TI Urubu Branco fornece, historicamente, o substrato material e espiritual indispensável para a realização de suas cerimônias religiosas. Anualmente os Tapirapé dirigem-se a lugares bem determinados na região do Urubu Branco, organizados em grupos formados pelas “sociedades pássaros”, *wyra*, importantes princípios organizativos da sociedade Tapirapé e guiados pelos seus *paxe* para a realização de caçadas rituais que abrem seus ciclos cerimoniais. No cerimonial chamado *Marakayja* os grupo *wyra* competem entre si para ver quem obtém mais carne de queixada. São os *paxe* que, mantendo relações com as queixadas fêmeas provocariam aumento de seus bandos disputados pelos *wyra* (WAGLEY 1988, 189). Sem seu território não haveria *Marakayja* que é a base do complexo cerimonial que anualmente produz novos membros (*i.é* adultos iniciados) para o grupo.

Procuramos mostrar, resumidamente, como a religião Tapirapé se apóia num espaço físico bem determinado e pleno de significado. Sem esse espaço a visão de mundo e sua possibilidade de reprodução simbólica do grupo estariam ameaçados. Por seu papel em sua mitologia, cosmologia e vida religiosa pode-se dizer que o território do Urubu Branco é o eixo central de sua religião e história. A TI Urubu Branco, densa de referências históricas e religiosas é para os Tapirapé, portanto, depositária de sua história, sua cultura e de uma identidade étnica específica. É o seu modo de ser inscrito na terra.

#### Distribuição Espacial dos Grupos Étnicos e Relações Interétnicas

Ao longo de sua história os Tapirapé mantiveram relações com diversos grupos indígenas que vivem atualmente no Mato Grosso e Pará. Na sua história, nos séculos XVIII, XIX e XX destacam-se as relações hostis com os grupos Kaiapó, principalmente com os Mekubengokre, Metuktire e Gorotire. Diversos Tapirapé raptados foram encontrados vivendo entre os primeiros (Baldus 1970, 45), ou entre os últimos (TORAL 1994, 58- 59) em períodos mais recentes. A maior parte desses homens e mulheres raptados, mesmo depois de contatados e normalizadas as relações destes grupos Kaiapó com a sociedade branca e com os Tapirapé preferiram permanecer entre os Kaiapó por já terem constituído família e se adaptado à vida em suas aldeias. É o caso de Paky, Tapirapé raptado quando era menino em 1947, que vive entre os Metuktire ao norte do Parque Indígena do Xingu e que visita freqüentemente seus parentes Tapirapé.

O último ataque recebido dos Kaiapó ocorreu por volta de 1947 (ataque a Tapi'itãwa) ou entre esta data e 1970 (ataque ao grupo de Xexotãwa, cuja data não pode ser precisada, pois o grupo vivia isolado).

Com a ocupação regional dos territórios do norte do Mato Grosso e sul do Pará as terras indígenas tornaram verdadeiras ilhas em meio à ocupação branca. Os grupos perderam o contato e passaram a se encontrar apenas na sede da FUNAI em Brasília, em encontros de lideranças ou em outras ocasiões formais. De qualquer forma, as relações entre os grupos também passaram por um processo de pacificação, inclusive com promessas de ajuda dos Kaiapó aos Tapirapé para a retomada de suas terras na época ocupada por grupos econômicos e invadida por posseiros (TORAL 1994, 58). Atualmente os contatos entre os grupos Kaiapó e os Tapirapé são raros.

A relação dos Tapirapé com os grupos de língua Karajá do rio Araguaia também se modificou bastante ao longo da história do grupo do século XVIII ao presente. O contato francamente hostil dos Tapirapé com os Karajá do Norte do baixo Araguaia, como vimos atrás, foi do final do século XVIII ao início do século XIX (TORAL 1994, 25- 26 e ALÀRIKI 1990, 289- 292), sendo depois substituído por relações alternadamente hostis e cordiais estabelecidas com os Javaé no século XIX que culminaram com sua expulsão da Ilha do Bananal ainda nesse último século, pelos Javaé e Karajá federados.



A partir do século XX as relações entre os grupos alternam-se entre a hostilidade aberta e estabelecimento de períodos de trégua destinados a trocas comerciais, mas que degeneravam em escaramuças e raptos de Tapirapé por parte dos Karajá até 1950 quando os Tapirapé, depois do devastador ataque Metuktire de 1947, passam a viver junto ao Posto Indígena Heloisa Alberto Torres que também atendia ao Karajá de Itxalá, na foz do rio Tapirapés. Os Karajá dessa aldeia tiveram um importante papel no processo de recuperação populacional Tapirapé a partir de então.

Esse período de convivência das duas sociedades foi marcado, nas décadas de 1950 e 1960, por um profundo intercâmbio social. Em 1993 havia 10 casais mistos, formados por homens Tapirapé e mulheres Karajá, vivendo na então única aldeia Tapirapé. Muitos desses casais mistos hoje são avôs ou bisavôs de crianças que vivem nas aldeias da TI Urubu Branco. A maior parte desses casais mistos permaneceu vivendo na aldeia Majtyritãwa na TI Tapirapé/Karajá, fiéis à máxima que diz que Karajá não consegue viver longe do rio Araguaia. De qualquer forma pode-se afirmar que esse período no qual os Tapirapé necessitavam de cônjuges Karajá para obterem parceiros está definitivamente encerrado.

De qualquer forma, como herança desse período, existem casais mistos formados por Tapirapé e Karajá nas aldeias Majtyritãwa (10 casais), Akara'ytãwa (01 casal), Tapi'itãwa (01 casal) e Tapiparanytãwa (01 casal). Ao todo existem, como se vê, 13 casais mistos.

A convivência entre os Karajá e Tapirapé esteve marcada pelas disputas em torno aos benefícios oferecidos pela FUNAI, pelo município de Santa Teresinha e pela Missão das Irmãzinhas de Jesus. Também disputavam o gado doado pela FUNAI e mesmo o direito à área em que ocupavam, com os Tapirapé e Karajá disputando a ancestralidade e antiguidade no local como justificativa para direitos sobre a administração da TI Tapirapé/ Karajá.

As marcantes diferenças culturais entre os Tapirapé, tímidos agricultores do interior da floresta, com os Karajá, povo de altivos comerciantes cujo modo de vida é marcado pela sua adaptação à exploração dos recursos do rio, afasta-os de forma definitiva. Os Tapirapé, em suma, já não desejam uma convivência diuturna com os Karajá. A transferência da maior parte de sua população para a TI Urubu Branco marca esse desejo de separação. Nessa área, finalmente, seria "proibida" a entrada de Karajá (TORAL 1994, 60). A recíproca também é verdadeira: os Karajá também ficaram satisfeitos com a mudança da maior parte de seus vizinhos (TORAL 1994, 60- 61).

Os contatos dos Tapirapé com outros grupos de língua Tupi, recentemente contatados, do interflúvio Tocantins, Xingu e Araguaia, foi viabilizada a partir da década de 1980 por meio da Associação dos Povos de Língua Tupi do Mato Grosso, Pará, Amapá e Maranhão (AMTAPAMA). Foi uma tentativa de se unir grupos Tupi cuja língua e cultura apresentavam inúmeros pontos comuns para o encaminhamento de temas ligados à terra e assistência junto à FUNAI e à sociedade branca de uma forma geral. O papel da AMTAPAMA será visto adiante no item 17. A distância entre os grupos e entre eles e a sede da Associação terminou por reduzir em muito a participação dos Tapirapé. Em todo caso, foram construídos vínculos

sociais e dois Tapirapé (uma moça e um rapaz) casaram-se recentemente entre os Kaiabi, vivendo na aldeia destes últimos ao norte do Parque Indígena do Xingu.

Os Tapirapé buscam contato com as aldeias do rio Xingu, como as dos Kamaiurá e os Metuktire (“Txukahamãe”) para tratamento xamânico feito por pajés desses grupos indígenas. Alguns rapazes Tapirapé, finalmente, foram fazer aprendizado xamânico junto aos Kamaiurá.

Em março de 2006 a aldeia de Tapi’itãwa foi visitada por um grupo de Xerente de Tocantínia (TO) liderados por um vereador de Porto Alegre do Norte (MT) que pertencia a essa etnia. Procuravam autorização do cacique José Pio Xywaeri para se instalar na área. A autorização foi negada por Xywaeri que declarou: “eu tenho coração, fico com pena das pessoas. Mas índio que já morou muito no meio do branco, casado com branco, tem família com branco, não pode ficar com ele (*aqui no Urubu Branco*) porque ele tem amigos, tem muito amigos brancos”. O tema da contestação de posse da área por parte de outro grupo indígena, experiência que já passaram na TI Tapirapé/ Karajá, como se vê, é um tema recorrente e que explica a recusa em aceitar novos imigrantes indígenas e também, a ameaça de que esses chegantes possam, de alguma forma, trazer mais invasores à já tão ocupada TI Urubu Branco.

De uma forma geral, pode-se dizer que os Tapirapé vivem hoje com contatos muito limitados com outros grupos indígenas. Apesar das relações familiares e territoriais que tem com os Karajá, uma vez que ambos os grupos dividem a TI Tapirapé/ Karajá, sua retirada para a TI Urubu Branco marca de forma definitiva esse seu desejo de isolamento em relação aos demais grupos indígenas, o que podemos qualificar de uma constante em sua história.

#### Intercâmbio Sócio-Econômico com a Sociedade Envolvente

A mudança da maior parte da população Tapirapé para a TI Urubu Branca, como vimos atrás, deu-se num processo iniciado em 1993, portanto, há treze anos atrás. Seu convívio cotidiano com representantes da sociedade regional, no entanto, é mais antigo, remontando à década de 1950 quando se estabeleceram junto ao PI Heloisa Alberto Torres (atual PI Tapirapé/ Karajá) na foz do rio Tapirapés. A partir de então os Tapirapé estabeleceram um padrão de relacionamento com a sociedade envolvente onde, apesar, das relações cotidianas, mantiveram sua independência como grupo cultural socialmente diferenciado de seus vizinhos.

Apesar de sua proximidade física em relação à cidade de Confresa seus contatos sociais e culturais com seus vizinhos são muito discretos. Não existem vínculos sociais, formalizados, por exemplo, em relações de compadrio, adoção, casamentos e outras entre eles e a sociedade envolvente. Não existe nenhum caso de casamento entre Tapirapé e regionais. Existe uma preocupação, aliás, com a possibilidade de “misturação”, como dizia o cacique da aldeia Akara’ytãwa, Makapxowa em depoimento de março de 2006: *“nossa preocupação é com o branco. Nós Tapirapé nunca misturamos com branco, assim é melhor para nós”*.

Parte da preocupação com a questão dos casamentos interétnicos tem a ver com a possibilidade de brancos passarem a gerir o território Tapirapé. Os contratos de arrendamento possuem cláusulas especiais sobre a proibição expressa de trabalhadores das fazendas “namorar com índia”.

As relações entre as duas sociedades se limitam a participações em jogos de futebol, comemorações do Dia do Índio, churrascos promovidos por políticos em Confresa ou na aldeia, comícios políticos, etc. Grosso modo, os Tapirapé desconfiam das intenções e interesses de seus vizinhos. Contribui nesse sentido a forte discriminação cultural e racial que sofrem destes últimos e a repercussão do processo traumático de demarcação e extrusão de suas terras, com as dezenas de famílias retiradas da TI Urubu Branco. Apesar da retirada ter sido feita sem violência e com a ajuda da FUNAI e Polícia Federal, existe uma hostilidade velada em relação ao grupo indígena por parte da população de Confresa. Essa hostilidade se torna explícita, por exemplo, em episódios como o ocorrido em 24 de março de 2005, quando a aldeia foi brutalmente invadida por um grupo de soldados da polícia militar confresense dando cumprimento a um mandato de busca e apreensão do gado confiscado de invasores pelos Tapirapé. É praticamente impossível, depois desse episódio, pensarmos uma integração ou comunhão de interesses da comunidade indígena com a sociedade local.

Em termos econômicos, apesar de freqüentarem o comércio local, mantém sua independência. O grande número de assalariados e aposentados existente nas suas aldeias faz, como vimos, que exista uma introdução contínua de dinheiro na economia Tapirapé. Principalmente em datas próximas ao dia de pagamento costumam ir em grande número para Confresa para receber seu dinheiro. Fazem suas compras à vista, pagam pontualmente e retornam às suas aldeias. São comum e rotineiramente enganados e discriminados no comércio local, mas como são bons pagadores e dispõem de recursos líquidos, sua presença é bem aceita. Não existem, como veremos adiante, nenhum Tapirapé que ingira álcool nem que confraternize em bares e biroskas com a população regional. Não existem casos de alcoolismo entre eles nem de prostituição de mulheres Tapirapé. Prostitutas locais, por outro lado, tentam se aproximar dos jovens Tapirapé, principalmente dos que dispõem de salários, em diversas ocasiões e principalmente durante o verão, quando freqüentam o precário ponto balneário instalado pela Destilaria Gameleira para seus trabalhadores junto ao córrego de mesmo nome, no ponto em que é cortado pela estrada que leva à aldeia. Nessas ocasiões as prostitutas utilizam o telefone existente na aldeia para chamar os Tapirapé para o local. Estes contatos esporádicos e visando lucro são temidos pela equipe de saúde e pelos Tapirapé pela possibilidade de transmissão de doenças venéreas.

Certamente o ponto de apoio mais importante que dispõem na cidade é a casa paroquial onde reside o padre a equipe pastoral da Prelazia de São Félix.

Além da tensão gerada pela retirada dos ocupantes da TI Urubu Branco não existem indicadores de dependência, nem outros indicadores de “fricção interétnica”, conforme definição do conceito criado por Roberto Cardoso de Oliveira na década de 1960.

Existe um desejo, por parte dos Tapirapé, em participar da política municipal, basicamente para defenderem os pontos de vista da comunidade indígena junto à Câmara de representantes locais. O Presidente da associação comunitária Tapirapé (APOIT), Reginaldo Kaorewygi, candidatou-se a vereador pelo chamado “partido da soja” (PPS- Partido Popular Socialista), que representa na região os interesses do governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, o maior produtor de soja do país e vencedor do troféu “motosserra de ouro” concedido por organizações ambientalistas aos que mais se destacaram na destruição de florestas no Brasil. Kaorewygi, ademais, é afiliado ao PPS. Apesar de sua identificação com os interesses agropecuários da região, dado seu destacado papel no arrendamento das terras Tapirapé para produtores locais visto atrás, sintomaticamente não conseguiu se eleger.

Um outro candidato Tapirapé, Paulo Ararawytygi, que já havia sido eleito vereador junto à Câmara Municipal de Santa Teresinha na década de 1990 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), não conseguiu repetir seu feito ao se candidatar a vereador no município de Porto Alegre do Norte, vizinho a Confresa. É notável, de qualquer forma a mudança da inserção partidária dos Tapirapé. Até o final da década de 1990 todos os Tapirapé votavam unidos no PT e entre eles haviam muitos afiliados ao partido que na época apresentava-se como oposição a nível federal. A partir de sua mudança para o Urubu Branco, e do início dos arrendamentos, passaram a se filiar a partidos que se alinhavam à situação, a nível estadual, ao mesmo tempo em que o PT se transformava em governo a nível federal.

É de se registrar, finalmente, o atual distanciamento das lideranças Tapirapé, das posições assumidas pela equipe da Pastoral Indigenista de São Félix na aldeia, principalmente no que diz respeito aos arrendamentos, e sua proximidade com os discursos e interesses patronais na região. Existe, como se vê, um certo pragmatismo com relação ao estabelecimento de alianças com os de fora da comunidade Tapirapé. Estas alianças caracterizariam-se por uma certa fluidez, transitoriedade, sem identidades ideológicas profundas e onde conceitos como “esquerda” e “direita”, “progressista” e “conservador”, “situação” e “oposição” simplesmente não operam, o que não é de se espantar, pois resultam de uma história e tradição política específica da qual os Tapirapé não participam, pois possuem sua própria experiência histórica e tradição política.

O arrendamento das terras Tapirapé, finalmente, parece ser o vínculo político mais forte a unir a classe empresarial da cidade às lideranças Tapirapé. Resultado da pressão de pecuaristas médios e grandes junto a essas lideranças esse arrendamento, que como vimos atrás, é amplamente nocivo aos interesses ambientais e contestado por boa parte dos Tapirapé (além de proibido por lei e condenado pela FUNAI, Ministério Público e pela Igreja católica) representa atualmente o vínculo mais forte a unir a classe empresarial às lideranças

Tapirapé. Apesar de desvantajoso aos Tapirapé, teve o mérito duvidoso de criar uma identidade entre empresários e lideranças dessa etnia, retirando-os do isolamento político em que se encontravam no município de Confresa.

### Organização dos Serviços de Estado de Educação e Saúde

#### *Educação*

A descentralização da assistência aos grupos indígenas brasileiros iniciou-se a partir do governo de Fernando Collor de Mello (1990- 1992) para boa parte dos grupos indígenas, quando as secretarias estaduais e municipais passaram a se ocupar dos serviços nas áreas de saúde e educação, antes centralizados pela FUNAI e Ministérios de Brasília.

Entre os Tapirapé esse processo iniciou-se antes, em boa parte por pressão do próprio grupo. A escola mantida pelos Tapirapé e pelo casal da Luis Gouveia de Paula e Eunice Dias de Paula da equipe de Pastoral Indigenista da Prelazia de S. Félix manteve-se com uma proposta alternativa até quando os próprios Tapirapé exigiram que a escola se tornasse oficial. Em 1988 a Escola Indígena Estadual (EIE) Tapirapé foi reconhecida pelo Estado do Mato Grosso. Adotaram-se 200 dias letivos e a necessidade da Escola oficializada, num momento de retomada da área da TI Tapirapé/ Karajá, se impôs. Isso teve um forte impacto sobre o modo de vida Tapirapé. As exigências quanto ao cumprimento do currículo oficial são pouco flexíveis à adoção de um currículo diferenciado, mas o próprio grupo encaminha a reflexão para temas próximos à sua realidade contemporânea com estudos sobre cultura, língua e a retomada das terras.

Desde o seu reconhecimento a EIE Tapirapé conta com um conselho indígena. A direção também é indígena, o secretário, a maioria dos professores. O conselho é a entidade jurídica responsável pela administração das verbas da escola. É uma representação da comunidade na gestão da escola. Os Tapirapé decidiram que o presidente do conselho será também o futuro diretor da escola, como uma forma de prepará-lo para a gestão. Quando elegem um diretor escolhem também um novo presidente do conselho que acompanhará o diretor. O esquema tem funcionado bem desde 1988. De lá para 2006 tiveram 8 diretores da escola, todos Tapirapé naturalmente. O atual diretor é Xaopoko 'i Tapirapé. O próximo, a partir de 2007, será Makato, atual presidente do Conselho.

Atualmente em todas as cinco aldeias Tapirapé da TI Urubu Branco existem escolas, a partir da EIE Tapi 'itãwa, que oferece 1º. grau (atual Ensino Fundamental) completo.

O colegial ou 2º grau, atual Ensino Médio, é parcelado em aulas intensivas em fevereiro e agosto durante três anos. Existe uma proposta em tramitação de que o curso de 2º grau seja também reconhecido como habilitação para magistério. O colegial reúne hoje 73 alunos. Vimos atrás a existência de um total de 30 professores entre contratados e auxiliares que se distribuem pela população escolar do Ensino Fundamental pelas seis aldeias Tapirapé conforme o quadro abaixo em proporções bastante aceitáveis.

**Quadro 6.3.65 - Alunos e professores Tapirapé no Ensino Fundamental (1º. grau) e Ensino Médio (2º. grau).**

Aldeia	Número de alunos/Professores
Tapi'itãwa	92/12
Wiriaotãwa	14/04
Towajaatãwa	18/02
Akara'ytãwa	41/06
Tapiparanytãwa	23/04
Majtaritãwa	14/04
Total	188/26
Ensino Médio (todas as aldeias)	73/09

Fonte: Eunice Dias de Paula e Luiz Gouvêa de Paula

Observação: incluídos professores não índios das escolas das aldeias Tapi'itãwa e Majtaritãwa

Um mérito inegável dos projetos de Ensino Fundamental e Médio nas aldeias da TI Urubu Branco foi ter conseguido manter, até o presente, reunida a população em idade de estudo que, de outra forma, poderia buscar serviços educacionais fora da área. É de se louvar o trabalho realizado pelo casal de Paula, que por mais de 25 anos, tem se dedicado a trabalhar junto com os Tapirapé, favorecendo o aparecimento do que é hoje uma experiência paradigmática em termos de educação escolar indígena. A Escola Tapirapé é uma experiência positiva na gestão indígena de um projeto de Escola intercultural a atuar em suas aldeia. A formação de um conselho administrado pela comunidade, de um corpo de professores e diretores indígenas, aliado ao alto padrão de ensino é uma importante conquista dos Tapirapé.

O Ensino Superior é feito por meio de cursos oferecidos pela Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT) por meio dos *campi* de Luciara e Barra do Bugre para a população local. Os tapirapé, como conseqüência do Ensino Fundamental de que dispõe nas suas aldeias conseguem se qualificar em concursos para a faculdade onde competem com sucesso com postulantes regionais. Oito Tapirapé estudam na UNEMAT atualmente em cursos parcelados nos *campi* acima.

A outra forma de ensino superior à qual os Tapirapé tem acesso é o Projeto de Formação de Professores Indígenas, 3º. grau indígena, promovido pela Universidade do Mato Grosso e apoiado por FUNAI, Governo do Estado, Secretaria de Estado da Educação e prefeitura de Barra dos Bugres. São sete os Tapirapé que estudam em Barra dos Bugres.

Atualmente existem sete Tapirapé que têm diplomas de curso superior: três em Ciências Sociais, dois em Ciências Matemáticas, dois em Língua, Arte e Literatura formados pela UNEMAT e pelo Projeto de Formação de Professores Indígenas.

Observa-se que os Tapirapé tem não só um bom número de crianças e jovens estudando, mas também 15 universitários e sete bacharéis formados numa população de 564 pessoas do interior do Mato Grosso, com pouco mais de cinquenta anos de contato com a população

brasileira e todos falantes da sua própria língua. Os números do resultado da escolarização do grupo mostram um envolvimento e investimento contínuo de pais, alunos e professores no processo de educação ao longo de mais de cinco décadas como forma de se preparar para os novos tempos e de preservação da escola como local tático para manutenção de uma identidade e cultura específica face aos seus vizinhos.

### *Saúde*

A assistência na área de saúde desde o início da década de 1990 passou das Irmãs de Jesus para a Fundação Nacional de Saúde FUNASA que atualmente atende o grupo por meio dos Distritos Sanitários de Confresa e de São Félix do Araguaia.

Existem em todas as aldeias existe pelo menos um agente de saúde Tapirapé uma farmácia, enfermagem e residência de alvenaria em prédios geralmente em bom estado de conservação. Em Akarãytãwa existe uma técnica em enfermagem que reside no local. Em Tapi'itãwa vivem e trabalham duas técnicas em enfermagem, atendendo aos tapirapé. Existe, ademais, uma *Toyota* exclusivamente para serviços de saúde. Dois dias por semana os de Tapi'itãwa recebem a visita de um médico de Confresa e as outras aldeias um dia por semana. Dedicam-se a atendimentos, tratamentos e encaminhamentos. Mensalmente tapi'itãwa recebe a visita de um dentista. Em caso de internação, os doentes são removidos para o Hospital Municipal de Confresa e São Félix, e depois para hospitais conveniados de Goiânia ou Brasília.

A FUNASA mantém também todas as aldeias (com exceção da Tapiparanytãwa) um poço com bomba a diesel que traz água para as casas da aldeia. Em termos de assistência os Tapirapé dispõem de serviços regulares e, comparativamente à média regional, encontram satisfatoriamente atendidos.

Como atestam as enfermeiras Deuzivan Souza Fonseca e Maria Eltan Souza Fonseca em março de 2006, boa parte dos problemas de saúde dos Tapirapé tem a ver saneamento e alimentação. As principais causas de doenças entre os tapirapé conforme relato das profissionais envolvidas tem a ver com diarreia e amidalite. São comuns também gripes, otites (em grande número) e muito problema de pele como micose, pediculose escabiose e dermatite, especialmente entre as crianças por diversos fatores como banhos em água suja, água contaminada.

Graças aos poços e motores a água é aceitável em todas as aldeias, mas mesmo filtrada permanece com cor de barro. Os piores casos são em Santa Laura, onde a água causaria diarreia segundo diversos informantes e em Tapiparanytãwa, onde seria "mais suja que a do córrego".

Casos de malárias são poucos. Doenças sexualmente transmissíveis começam a aparecer de um ano para cá em números discretos, mas contínuos, o que é preocupante: foram 15 casos a no passado, entre eles candidíase até HPV, responsável por 80 % dos cânceres de útero.

Infestação por vermes, parasitoses intestinais, também são freqüentes, especialmente entre as crianças, causando muita diarreia.

A alimentação do grupo é farta em carboidratos e relativamente fraca em proteínas. Existe algum peixe apenas na aldeia Akara'ytãwa, devido à represa construída no tempo da fazenda Santa Laura ou em Wiriaotãwa por causa do lago existente no local. Nas demais, apenas nas lagoas da parte sul, em excursões realizadas geralmente na época do verão. A caça é mais praticada, e rentável, nas aldeias de Wiriaotãwa e Akara'ytãwa, onde é responsável pelo incremento da ingestão de proteína de origem animal.

Pela regular entrada de recursos, salários e aposentadorias, explica-se o consumo de bolachas, farinha, doces, refrigerantes e total ausência de verduras. Sazonalmente existe disponibilidade de algumas frutas silvestres, cuja obtenção é cada vez mais problemática dada a maior sedentarização dos Tapirapé. Existe, por parte das profissionais de saúde, uma percepção de perda de resistência a diversos tipos de infecções devido a uma piora da qualidade da alimentação. Existem casos de pessoas com taxas de colesterol alto, problemas de coração e obesidade. É notória a diminuição no consumo de proteína animal agora que retornaram ao Urubu Branco, a partir de 1993, em comparação com seu consumo antes da mudança, quando viviam às margens do Araguaia.

Em boa parte a alimentação e os problemas de saúde decorrentes dos Tapirapé assemelham-se aos da população de baixa renda habitantes de periferia urbana de cidades brasileiras, apesar de sua condição de índios do norte do Mato Grosso. As razões desse processo devem ser buscadas na degradação do meio ambiente, o que influi diretamente nos resultados da caça e coleta, paralelamente à oferta de produtos industrializados baratos e de baixa qualidade.

#### Organizações e Associações Indígenas Existentes: Intercâmbios, Formas de Articulação e Atuação

A AMTAPAMA Associação dos Povos de Língua Tupi do Mato Grosso, Pará, Amapá e Maranhão foi a primeira organização indígena da qual os Tapirapé participaram. Organizada a partir do Regional Norte do CIMI. Reunia cerca de 20 caciques de grupos indígenas de língua da família Tupi Guarani dos rios Xingu, Tocantins e Araguaia. A sede da organização ainda é em Belém. Apesar do interesse no contato com grupos Tupi vizinhos, como Suruí, Kaiabi, Kamaiurá e Assurini, a distância em relação a Belém e outros grupos terminou por inviabilizar a AMTAPAMA como forma de representação dos Tapirapé. A última reunião que contou com a participação dos Tapirapé foi realizada na aldeia Tapi'itãwa em 1997. Segundo José Pio Xywaeri houve suspeita de desvio de verba por parte de algumas pessoas que ocupavam a diretoria da associação. A AMTAPAMA continua a existir, o que ocorreu foi um afastamento das lideranças Tapirapé por considerara a organização insuficiente para sua representação junto aos brancos e gestão dos recursos da TI Urubu Branco.



Por volta do início de 2000 lideranças Tapirapé das atuais aldeias de Akara'ytãwa, Towajaatãwa e Tapi'itãwa principalmente formalizam por meio de registro em cartório e abertura de conta em banco o início da operação da Associação do Povo e Organização Indígena Tapirapé, a APOIT. Boa parte de suas atribuições tem a ver com a representação dos "negócios" Tapirapé junto aos brancos e/ou canalizar benefícios para o conjunto das aldeias para que não houvessem suspeitas de parcialidade em favor de uma ou outra.

De 2003 até o presente, seu presidente é Reginaldo Kaorewygi, escolhido basicamente pelo conjunto dos caciques para implementar políticas adrede definidas. A APOIT tem como função principal hoje em dia a gestão dos arrendamentos no interior da TI Urubu Branco. Com a verba obtida deve pagar os gastos das aldeias com transporte, mantendo os carros, estradas por meio do apoio dos arrendatários, providenciando verba para deslocamentos de lideranças para questões de terra, mantendo o rebanho de 700 cabeças (sal, vacina) de gado e fornecendo apoio à realização de alguns cerimoniais religiosos tradicionais.

A gestão da verba obtida, portanto, é um ponto importante. Segundo seu presidente, Reginaldo Kaorewygi, a APOIT não paga salários e não tem fins lucrativos. A APOIT, nas suas palavras, *"é controlada pela própria diretoria. A gente gasta, guarda as notas fiscais e quando chega o final do ano tem a prestação total do gasto em público, com a comunidade em assembléia geral, onde a comunidade vai saber onde saiu, em que foi gasto, onde foi usado para o ritual, onde foi usado para o gado (da comunidade), o gasto é participativo, não tem como esconder"*, conforme relato de Reginaldo Kaorewygi em março de 2006.

#### Caracterização do Uso e Ocupação Territorial da TI Urubu Branco pelos Grupos Familiares e Forma de Organização da Sociedade Tapirapé

Uma aldeia Tapirapé se compõe de casa dispostas em círculo ao redor da casa dos homens, *a takara*. Até a década de 1960 as casas eram habitadas por famílias extensas compactas (sob um mesmo teto). Uma família tapirapé, idealmente, se compõe de uma série de mulheres aparentadas (mães, filhas e netas), representando duas a três gerações, dado o costume de residência uxorilocal (o jovem passa a residir na casa da mulher até o nascimento dos filhos). Atualmente, a família extensa perde importância para a família nuclear (o casal e seus filhos) como padrão de residência. A família nuclear, como se deduz do estudo de sua terminologia de parentesco, é também a mais estável unidade de parentesco atual (SCHAPIRO 1968, 22). Isso não quer dizer que as famílias extensas, compactas ou dispersas (sob tetos diferentes, mas mantendo sua proximidade física), tenham perdido sua importância política. Ao contrário, sua força parece ser o princípio explicativo básico a explicar a distribuição da população Tapirapé sobre o território da TI Urubu Branco, conforme veremos adiante.

Uma aldeia Tapirapé deveria ter ao redor de 200 pessoas para garantir sua reprodução física e cultural (WAGLEY 1988, 135). Esse número de pessoas, evidentemente, deveria estar apoiado num ecossistema propício ao desenvolvimento da atividade agrícola, da caça e da coleta, *i.é* áreas de matas secas com o varjão da bacia do Araguaia. Sobre um território que

atendesse essas atividades, deveria, então, existir uma comunidade com o coeficiente numérico mínimo exposto acima, suficiente para fazer funcionar os princípios que organizam sua sociedade: (1) grupos de parentesco, (2) os *wyra* ou “sociedades de pássaros” e (3) os “grupos de comer”, *tataopãwa*. Na ausência dessas unidades constitutivas as atividades econômicas e a vida cerimonial não poderiam funcionar e a sociedade tapirapé deixaria de existir (Wagley 1988, 135). A importância dos *wyra* e dos *tataopãwa* na produção e consumo de alimentos, bem como na condução de sua vida religiosa, é fundamental ainda hoje em dia.

Os *wyra* são sociedades exclusivamente masculinas que recebem nomes de pássaros e são divididas em duas metades (os *wyraxiga*, “pássaros brancos” e os *tanawe*, “papagaios”) que, por sua vez, se dividem, cada uma delas, em outros três grupos, conforme o grupo de idade de seus participantes (jovens solteiros, casados e velhos). Cada homem pertence ao *wyra* de seu pai, ou seja, a transmissão é masculina e unilinear e, à medida que transcorre sua vida, vai mudando de grupo dentro da mesma metade. Os *wyra* atuam como grupos de caça, grupos de trabalhos agrícolas, grupos de trabalhos relativos à construção da *takara*, grupos de canto e assim por diante. Boa parte de todos os trabalhos coletivos dos Tapirapé são feitos por seu intermédio. Devido à perda de população e redefinição de suas atividades produtivas pode-se dizer que os Tapirapé, já na década de 1960, tinham uma orientação mais individual que coletiva, se compararmos, por exemplo, com a década de 1940 (WAGLEY 1977, 79). Apesar da sobrevivência das formas de produção comunais por meio dos *wyra* pode-se dizer que essas formas associativas de trabalho têm se limitado, cada vez mais, às funções cerimoniais e religiosas.

Os *tataopãwa*, outro princípio organizativo da sociedade Tapirapé são grupos para o consumo de alimentos. Atualmente tem função cerimonial, mas até a década de 1940 atuavam como reguladores da distribuição e consumo de alimentos (da roça, da caça ou da coleta) intermediário entre a aldeia e o grupo doméstico (WAGLEY 1977, 15). Os “grupos de comer” constituem laços que unem pessoas de casas diferentes, formando uma única unidade social. A transmissão do *tataopãwa* se faz por meio de bilinearidade homossexual, ou seja, os filhos pertencem ao grupo do pai e as filhas ao da mãe. Wagley cita oito grupos de comer: *ampirapé* (os primievos), *maniutawera* (“os da mandioca”), *awaiku* (“os da mandioca doce”), *tawaupera* (“os da aldeia”), *chakanepera* (“os do jacaré”), *chanetãwa* (“os nossa aldeia”), *pananiwana* (“os do rio”) e os *kawano* (“os da vespa”) (WAGLEY 1988, 128).

Depois de abordarmos sinteticamente esses elementos da sociologia Tapirapé, podemos compreender porque a aldeia de Tawyao em novembro de 1993 com seus quase 400 habitantes poderia perfeitamente ser classificada como uma aldeia “inchada” (TORAL 1994, 63) e porque boa parte dos Tapirapé sentia que havia chegado a hora dessa aldeia e seus respectivos segmentos familiares se segmentarem em novas aldeias assim que lhes fosse garantida a base física necessária. Com o encaminhamento e a regularização legal da TI Urubu Branco a partir desse ano criaram-se essas condições.

As novas aldeias surgidas foram formadas com base na família extensa de seus líderes, que formava sua estrutura básica á qual se juntavam parentes e/ou pessoas relacionadas por relação de amizade. As atuais lideranças são pessoas que possuem por volta de 40 a 50 anos e que conquistaram papel de destaque na comunidade no processo de enfrentamento com fazendeiros e com a FUNAI nas décadas de 1970 e 1980. Todos dominam o português e tem capacidade de estabelecerem alianças com brancos, circulando com desenvoltura em Confresa e Santa Teresinha, contrastando fortemente com o perfil do “cacique” tradicional, que possuía excelente domínio da cultura tradicional, pouco português, prestígio cerimonial, e eram geralmente líderes de seus *wyra* respectivos.

A partir de 1993 em diante foram formadas cinco novas aldeias: Tapi´itãwa, Akara´ytãwa, Wiriaotãwa, Towajaatãwa e Tapiparanytãwa, pela ordem. Esta última, uma dissensão de Wiriaotãwa, formou-se em maio de 2005. Esse processo de formação de aldeias ainda não terminou. Diversos habitantes de Tapi´itãwa manifestaram, em março de 2006, o desejo de se separar e de formarem nova aldeia na parte norte da área, justamente a mais invadida por não-índios. São movidos pelo desejo de controlar essa parte da TI Urubu Branco. As populações relativamente pequenas de Wiriaotãwa, Towajaatãwa e Tapiparanytãwa explicam sua reduzida vida cerimonial, mas a tendência demonstrada no processo recente (últimos dez anos), que deveremos conferir nas próximas décadas, é de crescimento da população dessas aldeias menores, paralelamente à diminuição da população de Tapi´itãwa.

Apesar das diferenças e das disputas internas, todos os atuais líderes de aldeia apresentam-se de forma relativamente coesa frente aos brancos, guardando suas diferenças para as reuniões noturnas realizadas diariamente do pátio da *takara*. O cacique de sua mais importante aldeia, Tapi´itãwa, José Pio Xywaeri, é muita vezes descrito como “cacique geral” de todas as aldeias. Apesar do “poder” do cacique se dar muito mais na base do convencimento e da sugestão que da imposição, é inegável o ascendente deste último líder em relação aos demais. É interessante notar, também, que a APOIT surgiu nessa última aldeia e que, de Tapi´itãwa, controla assuntos, como relações com brancos e arrendatários, que interessam a todas as demais aldeias.

Finalmente, apenas para completar a relação entre as comunidades e seus territórios, apesar das áreas destinadas a atividades agrícolas serem estabelecidas por grupos de famílias extensas de cada comunidade, as áreas de coleta e caça são comuns a todos os Tapirapé, independente de sua comunidade. Da mesma forma, a verba conseguida com o arrendamento é administrada, em termos formais, de maneira conjunta e repartida segundo prioridades estabelecidas também conjuntamente. Apesar da liderança do cacique de Tapi´itãwa em relação aos demais, as relações entre líderes de comunidade assemelham-se a um colegiado de caciques que funciona na base do consenso.

### Caracterização da Vulnerabilidade da TI Urubu Branco e dos Tapirapé a Partir da Inserção do Empreendimento na Região.

Boa parte do conteúdo desse item, fundamental para o relatório que se apresenta, parte de informações prestadas por líderes Tapirapé de todas as aldeias. Foram entrevistados individualmente os líderes (“caciques”) de todas as comunidades Tapirapé.

Como ficou dito na introdução desse EIA foi realizada uma reunião formal no barracão da aldeia em 26 de fevereiro de 2006 para se tratar do assunto. A reunião foi aberta com uma exposição de esclarecimento feita pelo antropólogo dr. André A. Toral a respeito da obra que será realizada. Nessa reunião não só os caciques, mas boa parte das lideranças pôde expressar suas opiniões, devidamente registradas.

Foram formalmente entrevistados e tiveram seus depoimentos gravados o presidente da APOIT, a associação comunitária Tapirapé, as Irmãzinhas de Jesus, o casal de leigos ligados ao CIMI e à equipe de Pastoral Indigenista da Prelazia de São Félix, bem como das enfermeiras da FUNASA que trabalham na aldeia Tapi’itãwa. Procurou-se, ademais, conversar e registrar o pensamento de dezenas de tapirapé e sua opinião sobre as conseqüências do asfaltamento da estrada ao meio ambiente, à sociedade do entorno e especificamente sobre a TI Urubu Branco e os Tapirapé.

Dada a distancia da BR 158 em relação à TI Urubu Branco, a terra dos Tapirapé pode ser descrita como área sob influência direta (menos de 15 km) do empreendimento, ou seja sujeito aos impactos diretos da implementação e operação da rodovia. O asfaltamento da BR 158 ameaça a curto prazo e de forma radical as condições ambientais e ligadas à existência dos Tapirapé. Dada sua proximidade em relação ao empreendimento não cabe falar em áreas “potencialmente” ameaçadas pelos impactos. A vida do grupo e do meio ambiente será drasticamente afetada e de forma imediata e ponto final. Não se trata, portanto, de mesurar efeitos potenciais, residuais ou indiretos.

Esses impactos têm a ver, primeiro, com um aumento no processo de circulação de mercadorias, bens e da produção agropecuária como um todo na região; depois todos os depoimentos apontam para o fato de que, à medida que o asfaltamento permitirá um fluxo maior de gente à região, uma vez que potencializará o desenvolvimento do entorno da área, haverá uma valorização das terras e, portanto, um incremento da disputa, de terras na região. **O quadro fundiário local, marcado pela disputa pela terra e por uma paralisia ou morosidade das agências federais e estaduais, deve se agravar ainda mais no cenário do asfaltamento da estrada.**

A seguir apresentamos uma avaliação dos impactos que a obra considerada acarretará feita pelos próprios Tapirapé e pelos representantes das agencias federais, estaduais e da Igreja católica que atuam entre eles. Procurei agrupar uma descrição dos efeitos da obra por meio e eixos que reúnem diversos dos temas concretos abordados. Depois de relatar as

conseqüências advindas do empreendimento procurarei levantar as medidas mitigatórias levantadas pelos atores sociais acima relacionados.

*O Asfaltamento da BR-158: Aumento de Circulação e Insegurança*

**É claramente perceptível um temor dos Tapirapé no tocante às condições de segurança existentes hoje na TI Urubu Branco, determinado em grande parte pelas ocupações brancas no seu interior.** Na parte norte, as famílias e fazendas que retornaram, desmatam a área, ao mesmo tempo em que tornam praticamente impossível para os Tapirapé circularem nessa parte da área indígena. É uma região extremamente tensa, onde já ocorreram operações policiais de extrusão, seqüestro, apreensões de gado, furto de madeira e violências cometidas por todos os atores sociais envolvidos. A essa parte da TI Urubu Branco os Tapirapé só vão armados, em grandes grupos, geralmente acompanhados por policiais federais, agentes da FUNAI e repórteres.

Na parte centro sul a circulação por meio da rodovia MT 432 que atravessa a TI Urubu Branco ao meio é vista como extremamente preocupante por trazer viajantes da BR 158 interessados nos trechos desabitados que a estrada apresenta no interior da Terra Indígena. O mesmo destino, Santa Teresinha, pode ser alcançado por meio da MT 413 que passa imediatamente ao norte da TI Urubu Branco.

Como vimos, a partir de Confresa atinge-se a aldeia dirigindo-se ao norte até o entroncamento da BR 158 com a vicinal MT 432 que atravessa a área indígena e prossegue, juntando-se à MT 413 e dirigindo-se ao município vizinho de Santa Teresinha, já na beira do rio Araguaia. Todas as cinco aldeias Tapirapé no interior da TI Urubu Branco são interligadas pela MT 432, caso das aldeias Tapi'itawa e Akara'ytãwa, ou por uma rede de estradas mantidas pelos arrendatários que unem Tapi'itãwa, Towajaatãwa e Wiriaotãwa. Nessa parte, o problema, para os Tapirapé é a livre circulação de pessoal das fazendas pelo interior da terra Indígena.

Existe também um temor da área ser utilizada por "bandidos" para se esconder, roubar e praticar violências contra os Tapirapé. Dada o aumento da criminalidade na região nordeste do Mato Grosso e sul do Pará, com episódios de seqüestros e assaltos a bancos, o temor Tapirapé parece algo bem plausível e até esperado. Provavelmente compartilham essa percepção de insegurança com a população regional do entorno.

Existe também uma avaliação de que o aumento da circulação de brancos na área vai fatalmente ocasionar casamentos interétnicos, o que parece negativo sob o ponto de vista Tapirapé como vimos atrás. Também teme-se o surgimento de casos de índias se prostituindo para visitantes, arrendatários ou motoristas que circulem pelo interior da Terra Indígena.

*O Asfaltamento da BR-158 e a Espoliação dos Recursos Naturais: garimpo, madeira, pesca e caça clandestina*

Praticamente todas as lideranças Tapirapé consultadas registraram preocupação com o incremento dos fatores de insegurança vistos acima no caso de aumento de circulação no entorno e no interior da TI Indígena, por meio da MT-432 e de outras estradas particulares e/ou de serventia na parte norte que saem da BR-158.

Esse aumento de circulação tornará ainda mais vulnerável a totalidade da TI Urubu Branco às investidas de seus vizinhos regionais de Vila Rica e Confresa com o esperado aumento do esbulho do patrimônio indígena: **os Tapirapé temem especificamente o garimpo de ouro e a ação de madeiras na exploração do pau Brasil que existe na região.**

A caça e pesca clandestinas são problemas graves. O aumento da circulação no interior da TI Urubu Branco deverá trazer elementos não-índios que passarão a atuar sobre um meio que já hoje em dia não apresenta a mesma quantidade e variedade de caça e pesca que apresentava há dez anos atrás. A caça e pesca contribuem mal para o fornecimento de proteína animal para os Tapirapé, se comparamos, por exemplo com a situação de 1993, onde supria as necessidades de uma população menor num área menos ocupada por brancos. **Num cenário dado pelo aumento de circulação e presença policial ou do IBAMA, semelhante a que existe atualmente, a situação da caça e pesca na TI Urubu Branco deve ficar crítica.**

*O Asfaltamento da BR-158 e o Incremento da Pecuária*

A pressão hoje representada pela pecuária regional para o arrendamento das terras tapirapé, por outro lado, com a estrada asfaltada deve aumentar como aumentará a facilidade do produtor rural escoar sua produção para centros consumidores. **Teme-se o efeito das pressões dos arrendatários instalados no interior da área, bem como o pesado ônus ambiental causado pela atividade, mas teme-se, também, o efeito político que o arrendamento causará no interior das comunidades com discussões dos que são contra e a favor, bem como sobre a destinação da verba obtida.**

*O Asfaltamento da BR-158 e as Invasões na Terra Indígena Urubu Branco*

Com a estrada virá também a valorização dos terrenos imediatamente próximos à rodovia, como a TI Urubu Branco. Suas divisas, como mostra a situação atual, são extremamente porosas. Os problemas que existem nos municípios do nordeste de Mato Grosso existem no interior da área indígena como não poderia deixar de ser: ocupações irregulares, queimadas, desmatamento, inação de agências federais responsáveis. **A valorização das terras, em resumo, deve agravar as invasões no interior da Terra Indígena Urubu Branco.**

### *O Asfaltamento da BR 158 e a Poluição Ambiental*

O aumento da ocupação, da rentabilidade da produção agropecuária como um todo advindos do asfaltamento da BR-158, implica em se considerar forçosamente uma maior pressão sobre o meio ambiente. **Na reunião do dia 26 de março diversas lideranças expressaram sua preocupação com a qualidade do ar, do rio e da mata, atingidos por queimadas e poluição por diversos resíduos de produção, onde o caso mais clamoroso e sempre lembrado é o da contínua poluição causada pelos resíduos da Destilaria Gameleira sobre o rio de mesmo nome e sobre o meio ambiente local.**

### *O Asfaltamento da BR 158 e a Soja*

Se a pecuária representou a forma de ocupação econômica pioneira da região, a soja apresenta-se, hoje em dia, como a mais rentável forma de ocupação econômica no Mato Grosso. É de se prever que, com a melhoria das estradas, vastas áreas do norte do Estado passem a ser utilizadas pela atividade. Os campos da parte sul da TI Urubu Branco especificamente, favorecem a atividade, com seus extensos terrenos planos propícios à utilização de máquinas e regime regular de chuvas. **A pressão que os produtores de soja exercerão sobre lideranças, e os Tapirapé de uma forma geral, para o aluguel de partes de seu território não pode ser subestimado, haja vista o que ocorre presentemente com outros grupos indígenas do Estado.** Entre eles destacamos o caso dos Pareci, pressionados por produtores a arrendar a área e aceitarem estradas, como a MT 235, ou os Enawanê-Nawê grupo de contato recente que teve suas terras cortadas por uma estrada por pressão das prefeituras locais, entre elas a do município de Sapezal onde o prefeito é o pai do atual governador do estado, Blairo Maggi.

### Medidas Mitigatórias

Foram indicadas pelos atores sociais acima uma série de medidas destinadas a minorar os impactos que a obra trará aos Tapirapé, cuja execução deve ser planejada por meio de reuniões conjuntas envolvendo a comunidade indígena Tapirapé, antropólogos, Prelazia de São Félix do Araguaia, representantes da FUNAI, Ministério Público no Mato Grosso, Ministério dos Transportes, Polícia Militar do Mato Grosso e Polícia Federal.

**Extrusão da área:** dada a quantidade de ocupantes não-índios no interior da TI Urubu Branco, que permanecem na área graças a medidas judiciais e contra a vontade dos Tapirapé promovendo acintosamente a destruição da Terra Indígena ao arrepio da lei, uma medida prévia e condição *sine qua non* ao início das obras será a retirada total desses ocupantes por meio de operações envolvendo o Ministério Público, FUNAI, INCRA e Polícia Federal. Dado o esperado aumento de circulação, valorização das terras próximas à BR 158 e aumento das invasões de Terras Indígenas, esta medida é fundamental e anterior ao início das obras.

**Fechamento da MT 432** que corta a TI Urubu Branco. O tráfego local que se destina às fazendas do entorno e Santa Teresinha poderia perfeitamente ser absorvido pela MT 413, com a qual a MT 432 se une. A suspensão do tráfego pela MT 432 teria efeito benéfico na diminuição da circulação de não-índios no interior da TI Urubu Branco e diminuição da possibilidade de criminalidade no seu interior.

**Manutenção das estradas existentes no interior da TI Urubu Branco por órgãos federais e estaduais** de maneira que os Tapirapé prescindam do apoio dos não índios para sua manutenção. Inclui terraplenagem e manutenção das pontes atualmente existentes. Como as estradas servem aos Tapirapé, munícipes e cidadãos de Confresa, sua manutenção assim como outras estradas de serventia deveria ser obrigação do poder público.

**Apoio à retomada de aldeias na parte norte, como Ipirakwaritãwa e Makotãwa** e/ou outras na parte setentrional da TI Urubu Branco de forma a controlar as ocupações de invasores nessa parte da Terra Indígena. Esse apoio incluiria construção de escola, farmácia e habitações, além de providenciar segurança para a retomada do local por meio da retirada dos regionais invasores desse trecho da Terra Indígena. A liberação de recursos para a construção de uma nova aldeia na parte norte da Terra Indígena, antiga reivindicação Tapirapé, já havia sido acertada com a Ouvidoria Agrária na época das operações de desintrusão da área em 2003, mas nada foi concretizado em termos de apoio.

**Estabelecimento de estradas de terras para controle do território.** Estas estradas permitiriam a comunicação das aldeias de Tapi'itãwa e Akara'ytãwa com as que deverão ser implantadas na parte norte, possibilitando assim o controle do território com o fim de controlar entradas de invasores, derrubadas, roubos de madeira e garimpo, sem ter que passar pelos núcleos de regionais que vivem ao norte da área, na região conhecida como Bengalinho e próximos ao assentamento da Codeara, e que tem adotado uma postura conflituosa e antiindígena. São duas as estradas sugeridas:

- a partir de Tapi'itãwa em direção ao norte até a antiga propriedade de Ronaldo Jordão. Cerca de 20 km com cerca de 09 pontes de madeira sobre córregos médios permanentes e 01 grande sobre o rio Gameleira. A estrada já foi iniciada pelos próprios Tapirapé com ajuda das Irmãzinhas. Faltam cerca de 08 km, além das pontes, para sua conclusão.
- a partir de Akara'ytãwa em direção ao norte até a antiga propriedade de Ronaldo Jordão. Cerca de 09 km com 11 pontes sobre córregos médios permanentes e ribeirões.

**Isso posto, há que se lembrar que a TI Urubu Branco, pelas evidencias relacionadas neste EIA, pode ser descrita como uma Terra Indígena invadida, com um meio ambiente degradado em função da ação de arrendatários e invasores, inação dos órgãos públicos, e área sob influencia direta do empreendimento proposto. O asfaltamento da BR-158 é uma ameaça às já**

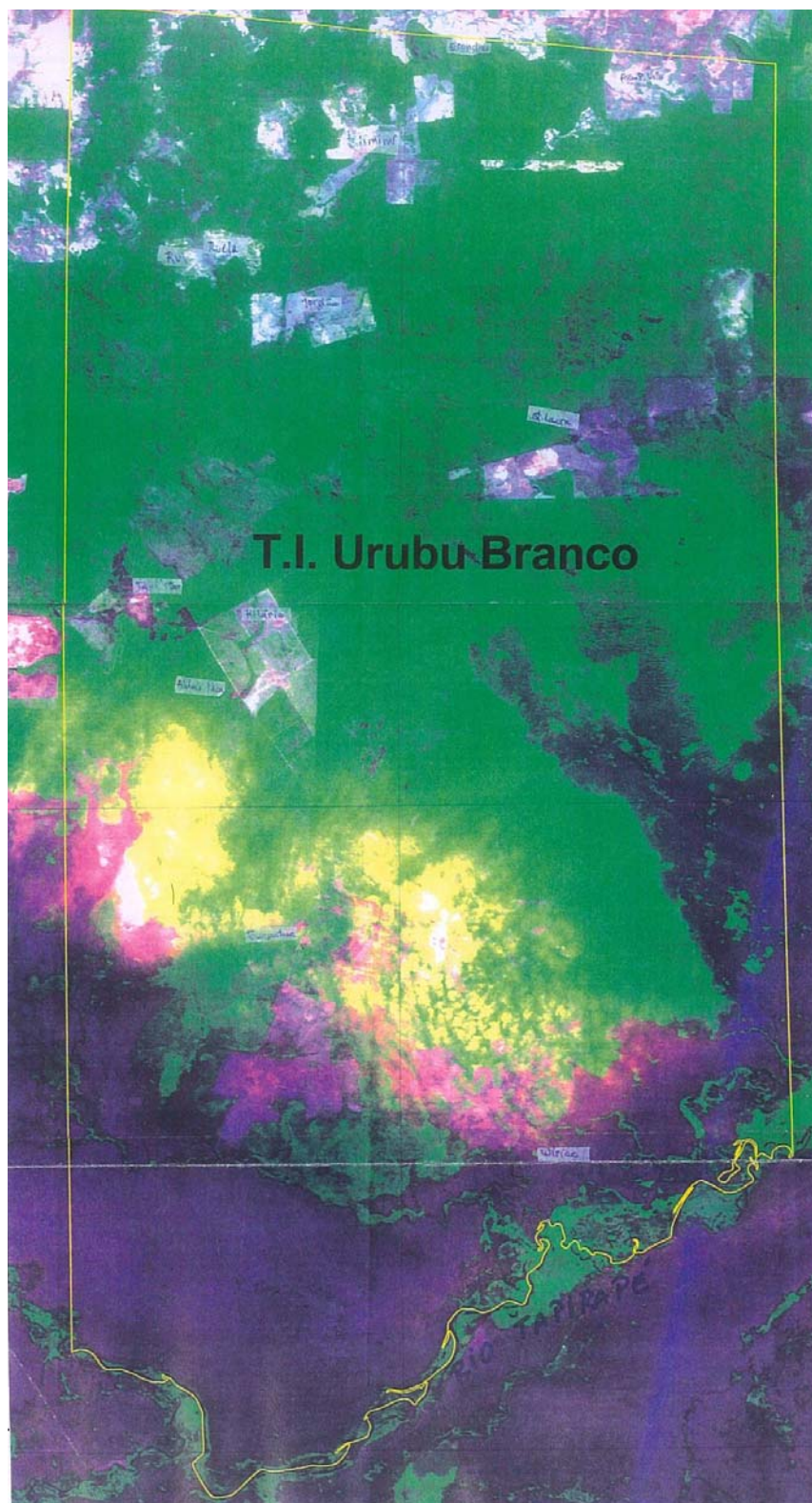


**lamentáveis condições de existência dos Tapirapé. As medidas mitigatórias sugeridas de forma alguma são suficientes para eliminar todos os riscos e ameaças que o empreendimento trará aos Tapirapé. Certos impactos, como a valorização e invasão dos terrenos ao longo da estrada, simplesmente não são mitigáveis.**

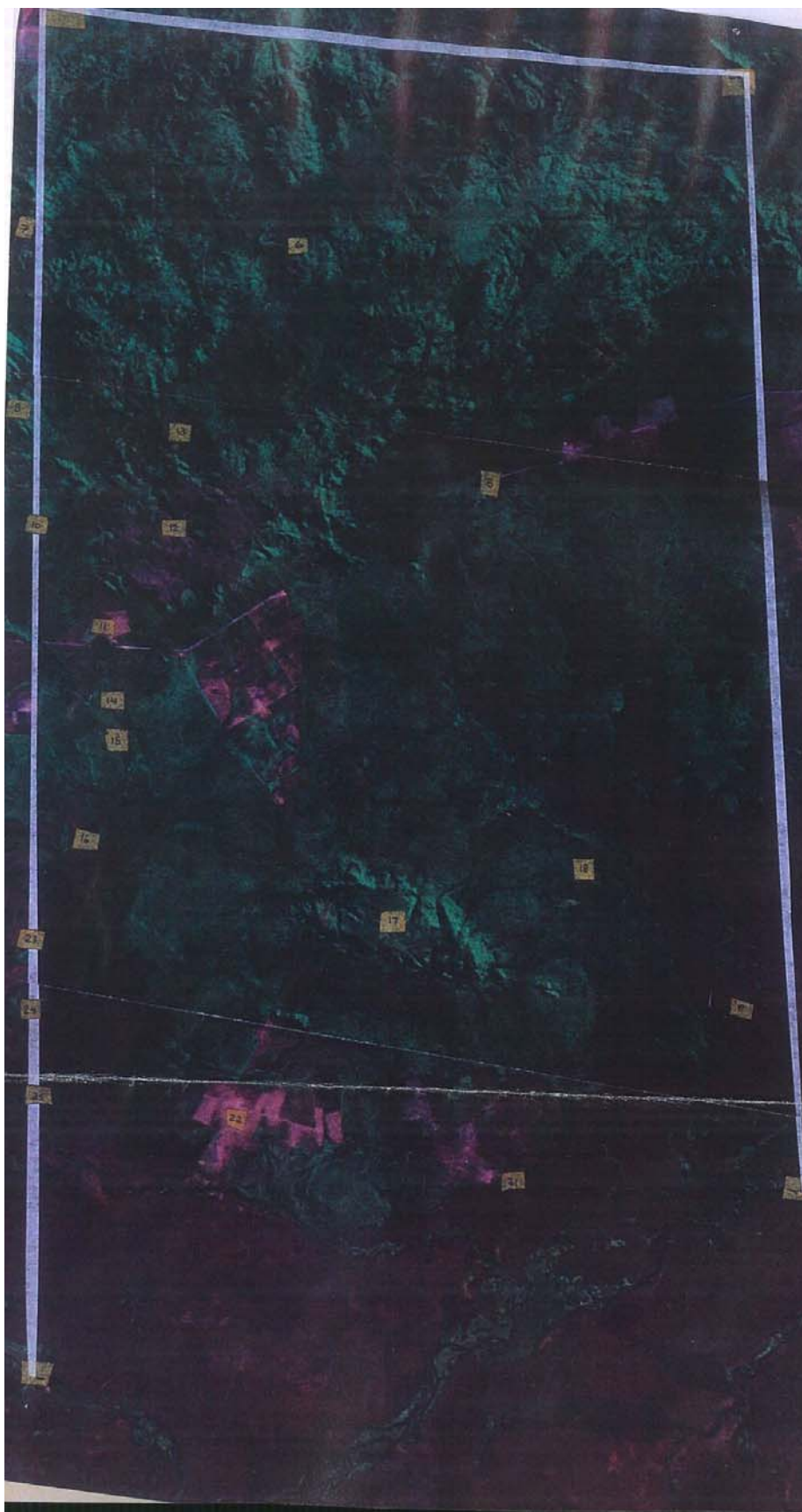
A discussão criteriosa com esse grupo indígena das medidas aqui sugeridas, bem como sua posterior implementação, é condição prévia à realização da obra que se propõe.

COMPARAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL DA TI URUBU BRANCO POR MEIO DE IMAGENS DE SATÉLITE, 1992 E 2005.

Urubu Branco. Imagem de 23/08/2005. Fonte: CBERS 162-112.



TI Urubu Branco. Imagem de 24/07/1992. Fonte: SECT/INPE TM 5 44661.



## Fotografias



Fotos 1 e 2 - Gado de arrendatários em pastos localizados próximos à aldeia Wiriaotáwa; casas de vaqueiros e arrendatários na aldeia Wiriatáwa (março de 2006). Fotos: A. Toral.



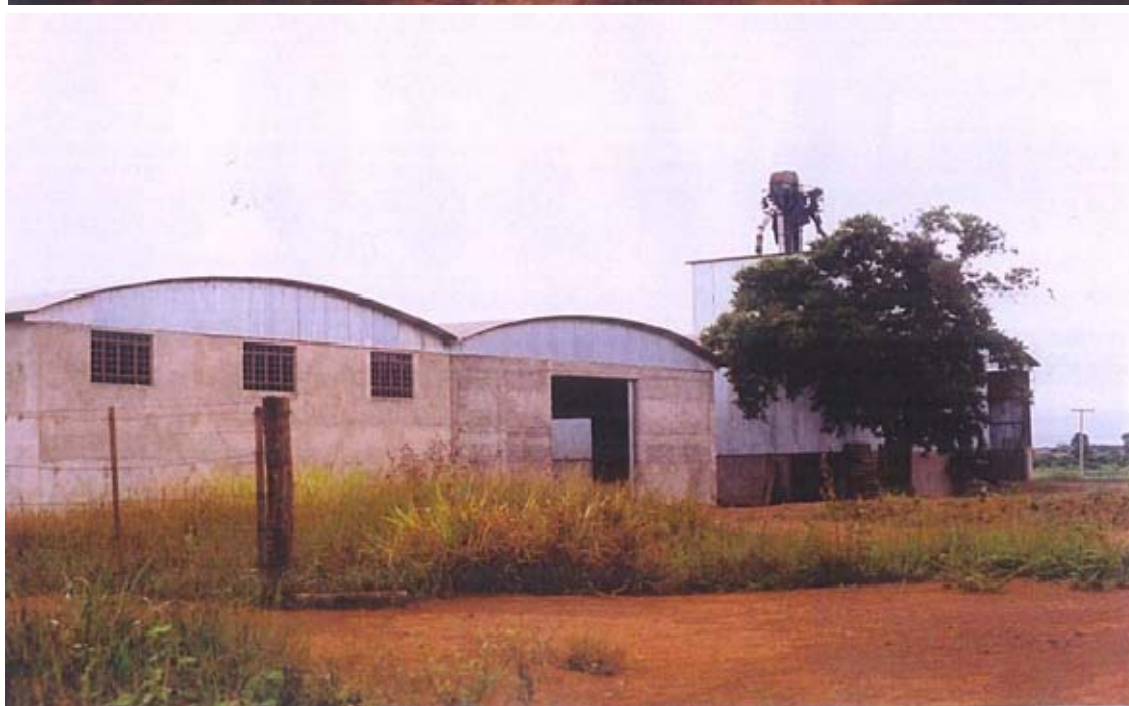
Fotos 3 e 4 - Curral de arrendatário da TI Urubu Branco próximo a Wiriaotãwa; Instalação destinada a empregados de arrendatários próxima a Tapiparanytãwa (março de 2006). Fotos: A. Toral.



Fotos 5 e 6 - alunos do Ensino Médio da EIE Tapi'itáwa mostrando trabalho sobre os sons da língua Tapirapé; o barracão comunitário da aldeia Tapi'itáwa durante reunião para apresentação de trabalhos escolares (março de 2006). Fotos: A. Toral.



Fotos 7 e 8 - Aluisio Tamakorarawygy Warãi, cacique de Tapiparanytãwa e André Toral, antropólogo; José Antonio Xawaraxowi, cacique de Wiriaotãwa e André Toral (março de 2006).  
Fotos: A. Toral.



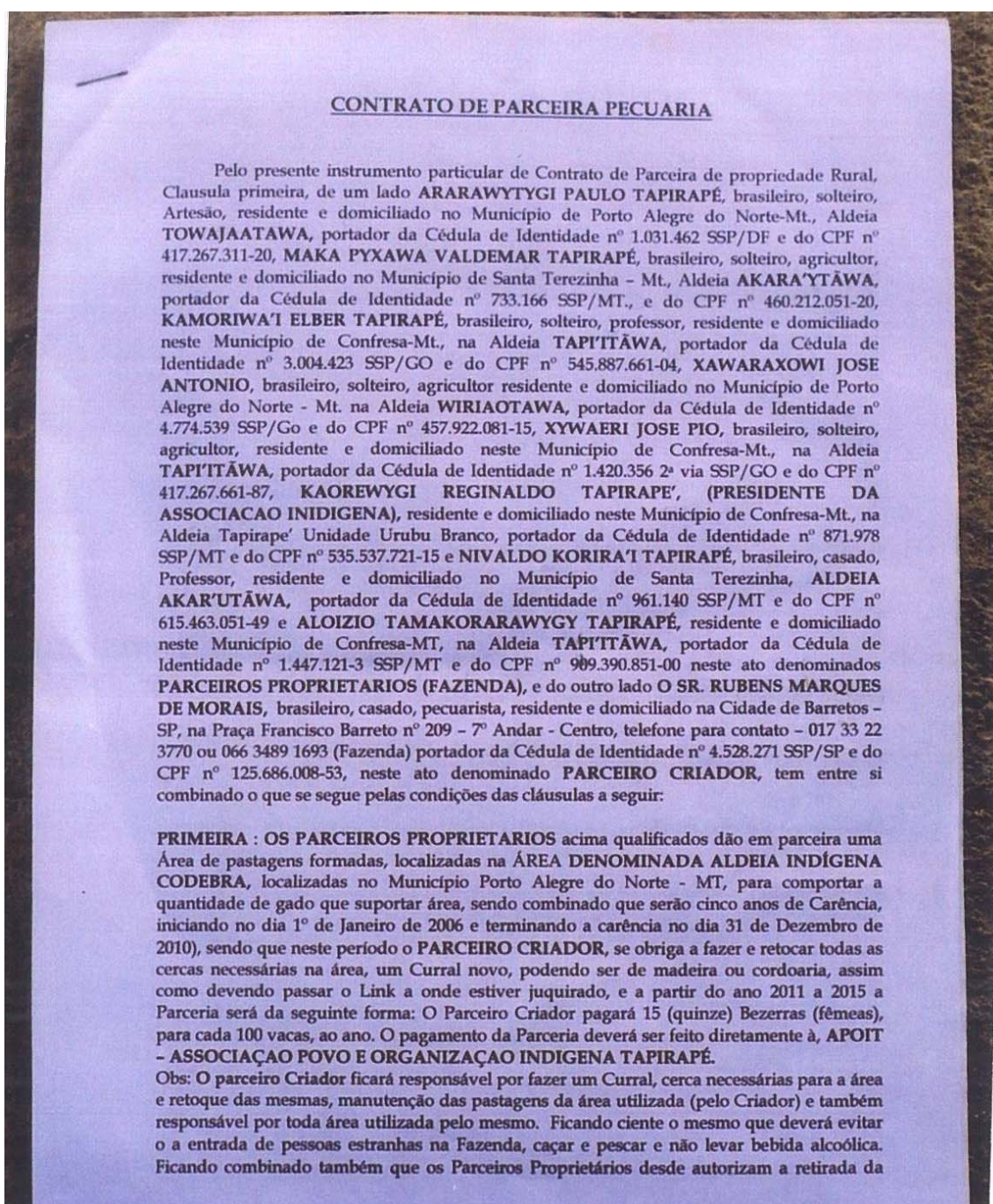
Fotos 9 e 10 - Plantação de cana de Destilaria Gameleira ao lado da TI Urubu Branco; beneficiadora de arroz próxima à cidade de Confresa (MT) (março 2006). Fotos: A. Toral.





Fotos 11 e 12 - A Takara, casa dos homens, no centro da aldeia Tapi'itãwa; cena de ritual Tawã de iniciação masculina em Tapi'itãwa (março de 2006). Fotos: A. Toral.

CONTRATO DE ARRENDAMENTO (REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA). REPRODUÇÃO DE CONTRATO ESTABELECIDO ENTRE O ARRENDATÁRIO RUBENS MARQUES DE MORAIS, LIDERANÇAS TAPIRAPÉ E A APOIT (MARÇO DE 2006). FOTO: A. TORAL.



madeira para a Construção do Curral e cercas e também autorizam o desmanche das casas para que sejam construídas outras casas nas proximidades do Curral.

**SEGUNDA :** O Contrato terá vigência de 10 anos a contar de 01.01.2006,(primeiro de janeiro de dois mil e seis) com vencimento previsto para 31.12.2015)(Trinta e um de dezembro de dois mil e quinze), sendo que os cinco primeiros anos serão de carência. Caso haja interesse das partes após o vencimento, poderá ser feito um novo Contrato de Parceria.

**Obs -** Fica estipulado entre as partes que caso haja descumprimento da parte do **PARCEIRO CRIADOR**, quanto a descumprir o **REGIME DA ALDEIA**, o mesmo poderá ser retirado antes do vencimento do Contrato.

É expressamente proibido o uso de bebida alcoólica, caçar e pescar na Reserva Indígena e não tomar nenhuma decisão, que não esteja estipulado no Contrato, sem comunicar aos **PARCEIROS PROPRIETARIOS**. Inclusive os vaqueiros do Parceiro Criador não deverão se envolver em qualquer assunto que se refere a questão indígena.

**TERCEIRA :** Fica determinado que tanto **PARCEIRO CRIADOR** como **PARCEIROS PROPRIETÁRIOS**, terão que ter muito critério na ocasião das queimadas, para que nenhuma parte seja prejudicada. E no caso de algum fogo imprevisto, não fazer nenhuma acusação sem a devida prova necessária.

**QUARTA :** Fica estipulado neste Contrato de Parceria que no final do Contrato O **PARCEIRO CRIADOR**, terá o prazo de 60 dias para retirar seu rebanho.

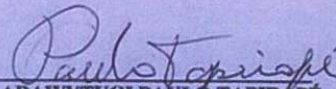
**QUINTA :** O presente Contrato é celebrado sob a condição expressa de sua irrevogabilidade e irretratabilidade, renunciando os contratados, expressamente, à faculdade de arrependimento, concedida pelo artigo 1.095 do Código Civil.

**SEXTA :** Para dirimir quaisquer questões relativas ao Contrato, elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – Mt.

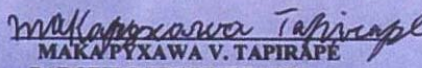
**SETIMA :** Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram aceitar o presente Contrato nos termos que foi lavrado.

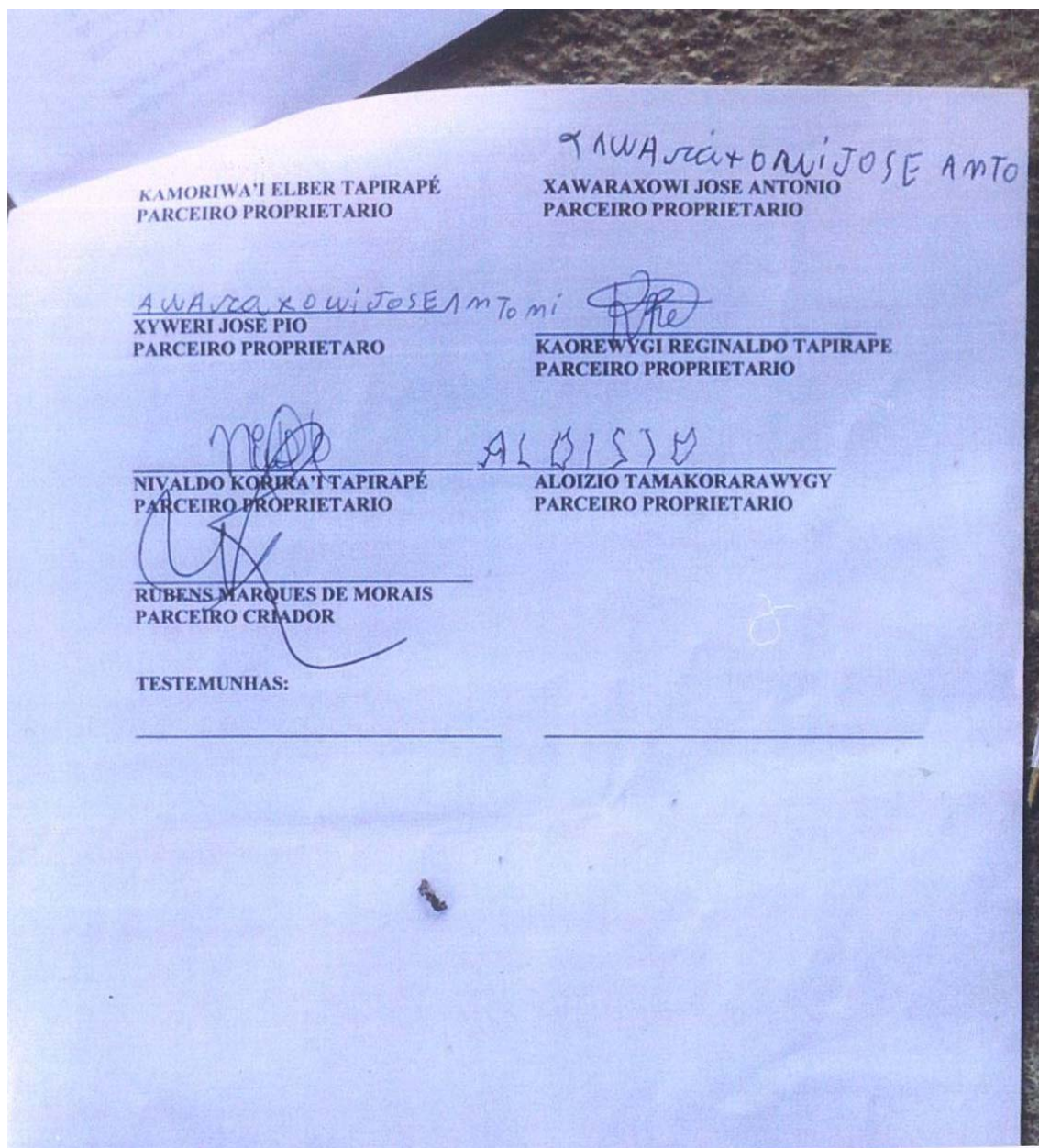
**OITAVA :** Fica combinado que o **Parceiro Criador** é responsável pelo manejo do Gado, medicamentos, Sal Mineral, Vacinas obrigatórias e etc.

E, por estarem assim, ajustados, firmam o presente instrumento particular em 05(vias) vias de igual teor, e forma, na presença de 02(duas) testemunhas que também o assinam, sendo estes responsáveis solidariamente ao fiel cumprimento do Contrato.

  
ARARAWYTUGI PAULO TAPIRÁPÉ  
PARCEIRO PROPRIETARIO

Confresa - Mt., 05 de Dezembro de 2005

  
MAKAPIXAWA V. TAPIRÁPÉ  
PARCEIRO PROPRIETARIO



#### **Sub-Capítulo IV - Sociedade Envolvente<sup>6</sup>**

O levantamento relativo à sociedade envolvente utilizou informações coletadas em campo durante o período de 14 a 25 de abril de 2006, tendo como foco o levantamento da percepção da sociedade envolvente acerca da presença das Terras Indígenas na região. Este estudo valeu-se, também, de informações coletadas em levantamentos realizados por conta dos estudos socioeconômicos do EIA, levados a campo em setembro de 2005 para execução dos demais estudos relativos ao meio antrópico.

No esforço de campo realizado exclusivamente para este relatório foram entrevistados no município de Alto Boa Vista e na localidade chamada de Posto da Mata:

- Prefeito Municipal: Mário Cezar Barboza;
- Secretário da Saúde: Aivaldo Salviano Oliveira;
- Vereador de Alto Boa Vista e representante do Distrito de Nova Suiá-Miçu (Posto da Mata): João Costa Quintanilha;
- Representante da Associação dos Pequenos Trabalhadores Rurais e morador nas terras indígenas: Juvenil Moreira dos Santos (Benil);
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Felix do Araguaia: Dulcinéia Ferreira;
- Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal: Ertson Jairo Múchel;
- Morador da região e proprietário de diversas fazendas sendo uma delas também na zona do conflito: Julio Calixto Guimarães;
- Proprietária do Supermercado Camargo de Pósto da Mata: Roseli Maria da Silva (Rose).

No município de Confresa os entrevistados foram:

- Prefeito Municipal: Mauro Sérgio P. Assis, representado pelo Chefe de Gabinete: Joaquim Pereira de Moraes (Vô);
- Secretária de Cultura: Eva Rodrigues;
- Secretária de Educação: Agenora Moraes da Silva Miranda, representada pelas funcionárias Terezinha e Florinda;

---

<sup>6</sup> Este texto corresponde à transcrição integral do relatório apresentado pelo Sociólogo Antonio Michelena Martins e pela Socióloga Maria Elizabeth Ramos, responsáveis técnicos pelo estudo.

- Secretário de Saúde: Telmon Mauricio de Nahun Pereira;
- Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais: Aparecida de Oliveira;
- Proprietária do Hotel Real: Wagner Assis.

Nos levantamentos anteriores foram entrevistados para fins do levantamento socioeconômico, tendo sido abordada também a temática das Terras Indígenas em estudo:

- Técnico do Escritório do IBAMA de Barra do Garças: Jose Roberto G. B. Moreira;
- Escritório da FUNAI de Água Boa: Jorge Luiz de Paula;
- Chefe do Distrito Sanitário Especial – Índios Xavante da FUNASA: Sr. Dejalma Divino Alves de Oliveira, representado pela Coordenadora Técnica Viviane Francisquini Fagundes;
- Administradora Substituta da FUNAI de São Félix do Araguaia: Joarcênia Nunes B. Setúbal, representada pelo Chefe do Serviço do Meio Ambiental (AERA) Sr. Jorge Fernando Silva Bagéa;
- FUNASA de São Félix do Araguaia: Enfermeira Mara e Funcionário Márcio;
- ONG – IPEC - Instituto de Promoção e Educação do Centro Norte: Diretor Administrativo Gilson Gonzaga;
- ONG INÃ MAHADU: Coordenador Samuel Karajá, representado por Eva Leite.

Foram utilizadas também para a realização deste estudo informações escritas ou orais fornecidas por produtores, trabalhadores rurais e funcionários de atendimento do conjunto de instituições visitadas.

Outra linha de abordagem prevista originalmente no Plano de Trabalho seria a realização de entrevistas com as populações não indígenas residentes no entorno e, na medida do possível, no interior das TÍ's. Para este tipo de levantamento seria utilizado questionário semi-estruturado, por se tratar de técnica de pesquisa com maior homogeneidade e mais apropriada para a quantificação de algumas variáveis relevantes relacionadas com o perfil socioeconômico e de opinião destes atores.

Contudo, este levantamento se revelou desde o início impraticável na área da TI Maraiwatesede tendo em vista o grau de conflito e a atitude de rechaço dos posseiros da região em relação à presença dos índios no local. Havia uma espécie de orientação geral na área para não prestar qualquer tipo de informação sobre a situação dos posseiros na região, sendo sempre repetido uma espécie de "discurso oficial" acerca do número, perfil e atividade destes posseiros.

Na área de entorno da TI Urubu Branco, o cenário geral das relações entre índios e não índios encontra-se relativamente consolidado, tendo sido abordado de forma adequada e suficiente no levantamento realizado pelo Antropólogo Dr. André do Amaral Toral, o qual já dispunha de volume significativo de informações e que ofereceu uma visão atualizada desta situação não apenas na perspectiva da comunidade indígena, tornando redundante sua abordagem aqui.

A seguir, são apresentados os resultados gerais dos levantamentos realizados, organizados a partir dos relatos e informações obtidas em campo.

### Contexto Histórico Regional de Inserção das TI's

O processo de ocupação pela sociedade nacional do território do que é hoje o Estado de Mato Grosso está diretamente implicado com as comunidades indígenas presentes na área e inicia-se efetivamente no século XVII através das incursões dos bandeirantes à região em busca de ouro e na captura e aprisionamento de mão-de-obra indígena, "mercadoria" que viabilizou, durante longo tempo, a economia da colônia de povoamento de São Vicente, sendo a primeira delas, a Bandeira de Raposo Tavares, em 1647 (Vila de São Paulo-Corumbá-cachoeiras do Rio Madeira).

A partir de então, o avanço bandeirante em direção ao oeste intensificou-se cada vez mais, na medida mesmo em que o aprisionamento de índios para o trabalho escravo na Província de São Paulo constituía-se numa atividade bastante lucrativa, inclusive para a Coroa, a qual se remunerava em 20% do valor das transações com escravos a título de imposto (o "quinto").

Numa das bandeiras realizadas, finalmente, descobre-se ouro na região de Cuiabá. A fundação desta cidade pelo bandeirante Moreira Cabral, em 08 de abril de 1719, origina a primeira povoação do atual Estado de Mato Grosso e dá início ao processo de ocupação de seu território pelo colonizador europeu.

O acesso à região, na época, era feito apenas por rotas fluviais. Com o desenvolvimento da exploração do ouro foram abertas rotas terrestres que atingiam Cuiabá através de Goiás. Estas rotas, embora menos rápidas, eram mais seguras, pois evitavam os ataques dos índios pantaneiros.

Um considerável fluxo migratório ocorreu em direção às minas cuiabanas, fazendo da cidade de Cuiabá uma das mais populosas do Brasil no período 1722/26. Expandia-se a atividade mineradora e o povoamento das áreas circundantes, gerando-se também a necessidade de abastecimento desses núcleos coloniais e da força de trabalho empregada na mineração.

O comércio e o abastecimento (alimentos e escravos) das zonas de mineração eram então realizados através das monções. Progressivamente, núcleos populacionais iam surgindo no entorno das rotas terrestres destinados ao apoio das tropas monçoeiras.

As inúmeras sociedades indígenas que habitavam essas terras há pelo menos 11 mil anos passaram a ser dizimadas nestes confrontos com o homem branco, seja através das guerras, seja pelas doenças por ele trazidas, seja ainda pela escravidão. O processo de extermínio dessas sociedades contou, assim, com o apoio e o incentivo do próprio Estado colonial português que, visando acima de tudo garantir o abastecimento das rendosas das minas, autorizou a “guerra justa” contra as populações indígenas, tornando-se responsável pelo massacre de muitas nações como a dos Paiaguá e dos Borôro.

A penetração em busca de novas lavras auríferas deslocou o eixo de povoamento para o oeste. Com a descoberta dos ricos veios no Vale do Guaporé ampliou-se ainda mais a conquista portuguesa para além dos limites de Tordesilhas. Em 1752 era fundada a Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da recém criada (1748) Capitania de Mato Grosso, a qual permaneceu abastecida entre os anos de 1752 e 1835 por uma nova rota de penetração conhecida por monções do norte, via Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, monopólio da Coroa Portuguesa.

Ao final do século XVIII, os veios auríferos de Mato Grosso, que haviam proporcionado grande riqueza à Coroa Portuguesa, começam a dar sinais de esgotamento, disso resultando o esvaziamento dos principais núcleos populacionais ligados à mineração. É quando se iniciam as instalações dos primeiros sítios e fazendas no território, como núcleos de povoamento fixos dedicados às atividades de criação ou agricultura.

Ao iniciar-se o século XIX, embora ainda predominantemente marcado pela exploração de ouro e diamantes, tem-se, na região, basicamente dois tipos de estabelecimentos agropecuários: os de maior porte, típicos da região pantaneira e caracterizados pela complementação de atividades (criação, agricultura, engenho, comércio); e os de pequeno porte, especializados na produção mercantil de abastecimento urbano, típicos da Vila dos Guimarães (Chapada dos Guimarães). Em ambos, a mão-de-obra era predominantemente escrava - negra e índia -, embora fosse também integrada por imigrantes.

Com a decadência da mineração, os núcleos populacionais então existentes passam por um longo período de estagnação, revigorando-se apenas na segunda metade do século XIX, com a abertura da navegação pelo Rio Paraguai (1856), via estuário do Prata, que faz surgir uma nova rota comercial.

Terminada a Guerra do Paraguai (1870) foi aberto ao comércio internacional o porto de Corumbá, a qual exerceu o papel de grande empório comercial, centro importador de produtos manufaturados e exportador de matérias-primas regionais.

O Estado Nacional, objetivando promover a integração da região Centro-Oeste, executa a instalação de linhas telegráficas e a construção de ligações ferroviárias. As novas rotas de penetração, agora constituídas por caminhos terrestres, desenvolveram eixos de circulação de pessoas e mercadorias, tanto no sentido leste-oeste, desde o Araguaia até o Guaporé,



quanto no sentido sul-norte, interligando a porção sul do Estado, hoje Mato Grosso do Sul, com a região de Diamantino.

A par do desenvolvimento das atividades agropecuárias, extrativistas vegetais e do surgimento de uma indústria tradicional, a primeira metade do século XX foi marcada também pela descoberta de jazidas diamantíferas na porção sudeste do Estado, notadamente nos vales dos rios Araguaia, Garças e São Lourenço, atraindo novos fluxos migratórios.

A exploração diamantífera no Rio Araguaia desenvolveu dois novos eixos de penetração no Estado. O primeiro, através do próprio Araguaia, cujo vale era bastante propício à pecuária por possuir extensas pastagens naturais, favoreceu o surgimento de outros núcleos afastados da região diamantífera, como é o caso de São Félix do Araguaia e Cocalinho. O segundo foi o das regiões mineradoras do sul de Goiás, cuja travessia do Araguaia se dava através de Alto Araguaia (Santa Rita do Araguaia), Ponte Branca, Barra do Garças, Araguaiana (Registro do Araguaia) e Torixoréu, antigo porto para abastecimento da região.

Paralelamente à exploração diamantífera, eram desenvolvidas atividades agropecuárias no entorno dos núcleos populacionais, destinadas a dar suporte básico a essa ocupação, já disseminada por toda a porção Centro-Sudeste do Estado, incluindo Cuiabá e Diamantino.

Em 1920, um conjunto de mudanças no cenário econômico induziu a um novo processo de estagnação. O açúcar produzido na região não atingia o padrão de competitividade do similar nordestino. A pecuária passou a sofrer a concorrência das indústrias frigoríficas paulista e platina. A seringa (látex), desde 1911, havia perdido o mercado internacional para a produção asiática. A poaia perde mercado frente às substâncias químicas sintéticas. Por fim, o gado pantaneiro, ao ter sua saída facilitada pelos trilhos da Noroeste, contribuiu também para o declínio industrial da região, uma vez que passou a ser abatido nos frigoríficos paulistas.

Com a estagnação de suas principais atividades econômicas, Mato Grosso permaneceu, desde os anos 1920 até a década de 1950, fracamente povoado, exceção feita às áreas de povoamento mais antigas da baixada cuiabana.

A política nacionalista de Vargas, pós anos 1930, já incluía em suas linhas programáticas a colonização e a ocupação do espaço brasileiro considerado “vazio”, criando o programa “Marcha para o Oeste”, que visava principalmente a instalação de colônias agrícolas, denominadas “Colônias Nacionais”, nas terras a serem ocupadas.

Em 1940, através do decreto-lei nº 2009, define-se a organização do núcleo-colônias e são estabelecidas normas reguladoras das relações entre empresas de colonização e colonos. Os objetivos pretendidos, de “fomento da pequena propriedade”, deveriam ser perseguidos pelo Estado, através de ações como o auxílio governamental e supervisão de órgãos técnicos até a emancipação dos núcleos e assistência social às famílias.

Em 1943 é criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, no sul do Estado, sendo que somente em 1948 o Governo Federal demarcou a área e os limites para sua instalação, cuja forte propaganda realizada funcionou como grande atrativo a novos fluxos migratórios dirigidos à região.

Também em 1943, o governo federal promovia a Expedição Roncador/Xingu com a finalidade de alcançar Santarém, no Estado do Pará, penetrando pelo Brasil-Central e Amazônia, desbravando e colonizando regiões desconhecidas. A base inicial da expedição localizou-se em Barra do Garças e visava atingir a confluência dos rios Culuene e Xingu, ultrapassando o Rio das Mortes.

O primeiro posto-base da expedição, localizado às margens do Rio das Mortes, deu origem à atual cidade de Nova Xavantina, onde foi sediada a Fundação Brasil Central (FBC), criada neste mesmo ano. A idéia era que a expedição Roncador-Xingu ocupasse vastas áreas do Araguaia e Xingu e atingisse Manaus. Os núcleos criados seriam “pontas de lança” para a colonização.

Essa primeira tentativa oficial de colonização das terras mato-grossenses não interferiu de forma significativa no processo de ocupação populacional. Em 1940, registravam-se 192.531 habitantes no Estado de Mato Grosso, ou seja, 15,39% da região Centro-Oeste e 0,46% do total nacional. No período de 1940/1950, Mato Grosso apresentou a menor taxa de crescimento populacional da região (0,96% a.a.).

A partir de 1950 houve uma importante redefinição da política governamental de ocupação e colonização de Mato Grosso e da região Centro-Oeste objetivando explicitamente absorver excedentes populacionais de outras regiões brasileiras, valendo-se de uma nova estratégia na destinação das terras, dirigindo parte à colonização pública e parte à colonização privada.

No decorrer das décadas de 50 e 60 foram parcialmente implantadas 29 colônias oficiais, ocupando um total de 400.668 ha, cerca de 0,32% da superfície do antigo Estado de Mato Grosso. Com exceção da colônia Rio Branco, com área de 200.000 ha, as demais se constituíam de glebas inferiores a 500 ha (75% destas) ou inferiores a 1.000 ha (25% do total). Segundo os dados oficiais foram criadas 8.739 parcelas com lotes variando entre 10 e 15 ha, os quais acolheram 68.920 colonos. Vários registros foram feitos sobre as dificuldades vivenciadas por estes colonos e suas precárias condições de vida e de trabalho.

Nos anos 1940/50, o chamado “esgotamento da fronteira agrícola” nas áreas antigas de ocupação do país, referia-se, sobretudo, à questão da apropriação da terra, via instrumento jurídico da propriedade privada, e não a um pretense esgotamento em termos de utilização produtiva e/ou de acréscimos de produtividade.

Assim, a dimensão do processo de incorporação de novas terras ao processo produtivo foi tal que a participação do número de estabelecimentos agropecuários na área total do território

nacional mais do que duplicou, no período de 1940 a 1960 (21,5% e 43,5%, respectivamente).

Na região Centro-Oeste esse avanço só viria a ocorrer, pelo menos, uma década mais tarde, concentrando-se predominantemente na porção sul dos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul. Nessas áreas, a disponibilidade de terras baratas favoreceu a ocupação com pecuária, o que ocorreu através da implantação de projetos de colonização privada, promovidos pelos frigoríficos da região Sudeste. Especialmente, verificava-se a ocorrência de algumas regiões ocupadas com pastagens, enquanto sua maior extensão territorial permanecia desocupada e à margem do processo produtivo.

A incorporação da região Centro-Oeste ao espaço econômico nacional, no período em questão, ocorreu, sobretudo, a partir da transferência da Capital Federal para o Planalto Central, quando reforçam-se também os investimentos governamentais em infra-estrutura viária (Rodovia Belém-Brasília, abertura das BR-364, BR-163) e implementaram-se programas de ocupação e colonização na região. Ainda assim, a ocupação e expansão populacional não ocorreram uniformemente no âmbito regional, tendo iniciado no Estado de Goiás (até 1970, detinha 50% da população regional) e em Mato Grosso do Sul e, a partir da década de 1970, desenvolveu-se também no atual Estado de Mato Grosso.

Nas décadas de 50 e 60, grandes fatias do território foram praticamente distribuídas a grupos locais e nacionais através da expedição de falsos títulos de propriedade, emitidos inclusive pelo próprio Departamento de Terras do Estado, burlando a lei que limitava a extensão das terras adquiridas.

O volume de irregularidades foi tal que o Estado, em 1966, reconhecendo a fraude ostensiva nas transações imobiliárias e a perda total do controle da situação, foi obrigado a fechar o Departamento de Terras e Colonização, passando o controle das vendas para a guarda dos Cartórios de Fé Pública. A partir de então, os negócios ilícitos de terra se acentuam - generalizando-se as vendas de Títulos Provisórios, das posses lícitas e ilícitas - e a burla à lei ficava facilitada, principalmente, através de procurações que estabelecem e substabelecem direitos para a venda de terras de terceiros.

Note-se ainda que, no caso dos projetos de colonização oficial, houve uma grande permissividade do Estado no sentido de facilitar a migração dos colonos para outros projetos ou para centros urbanos, favorecendo aos mesmos, tanto a aquisição de novos lotes em outros núcleos de colonização, como a devolução ao Estado das parcelas adquiridas. Assim, os primeiros colonos de Dourados foram os de Rondonópolis, sendo que parte deles também desbravou as glebas da região de Cáceres e parte seguiu para o Território de Rondônia e Estado do Acre.

Portanto, a lógica subjacente da política de ocupação dos anos 1940/50, via colonização, não era outra senão a de criar as condições materiais e não materiais - abertura de estradas, reserva de mão de obra, propriedade privada da terra como reserva de valor etc. - para a

apropriação do espaço pelo capital agrário, comercial e financeiro. Nestes termos, o projeto de colonização oficial foi bem sucedido, embora apresentasse tímidos resultados em termos de ocupação e promoção do desenvolvimento rural na região.

O planejamento da intervenção estatal assume um papel estratégico na condução do processo de ocupação da região durante toda a década de setenta, desdobrando-se em múltiplos planos setoriais e regionais de desenvolvimento.

Nesse contexto foi objeto de atenção especial pelo Estado tanto as obras de infra-estrutura viária, integrando o Centro-Oeste e a Amazônia ao centro hegemônico do capital nacional, como a tomada de decisões estratégicas, muitas delas corporificadas no I e II PND, na forma de políticas de incentivo à ocupação de terras e de estímulos ao desenvolvimento regional via legislação de incentivos fiscais, além da implementação de programas e projetos de desenvolvimento especialmente formulados para essas regiões.

Logo em 1970 é criado o Programa de Integração Nacional (PIN), que rebateu em Mato Grosso através da construção da BR-364, entre Cuiabá e Porto Velho, e da BR-163, entre Cuiabá e Santarém, que permitiram a expansão de frentes agropecuárias no norte do Centro-Oeste.

Assim, o Estado muda a política de desenvolvimento para a Amazônia e propõe o povoamento racional da região, canalizando as correntes migratórias internas, oriundas do Nordeste e do Centro-Sul, com o objetivo de ocupar os espaços “vazios” e garantindo a interligação da região com o resto do país. Com a abertura das estradas, a frente agrícola foi deslocada para os eixos Cuiabá/Santarém, Cuiabá/Porto Velho, Porto Velho/Manaus, o que foi facilitado pela liberação, por parte do Estado Nacional, da faixa de terra de cem quilômetros em ambas as margens das rodovias federais recém incorporada aos seus domínios.

Em 1978 começam a ser implantados os Projetos de Assentamento Conjunto (PAC's) que pretendiam somar as experiências e recursos do órgão colonizador oficial (INCRA) com as da iniciativa privada (Cooperativas). Em 1981, numa ação conjunta entre o Governo Brasileiro e o Banco Mundial, foi instituído o Programa POLONOROESTE (PNO) que tinha como objetivo maior promover o reordenamento da ocupação territorial, ocorrido de forma intensa durante toda a década de setenta, assim como estimular o desenvolvimento da região noroeste do Brasil, através do apoio às atividades produtivas e da ampliação da infra-estrutura social e econômica.

Particularmente em Mato Grosso, onde a situação fundiária era crítica, as precárias ações de regularização fundiária, no contexto do PNO, implicaram no agravamento das situações de conflito e de falta de garantias nas transações imobiliárias, com repercussões diretas sobre médios e pequenos produtores impossibilitados de ter acesso às linhas de crédito oficiais.

Em termos nacionais, na década de 1980, fruto da crise econômica instaurada no país, o dinamismo na incorporação de novas áreas manteve-se apenas no Centro-Oeste, onde na mesma década foram incorporados mais 2,6 milhões de hectares, principalmente com a expansão da produção de grãos.

Certamente para isto muito contribuiu a implantação da BR-163, no trecho que faz a ligação de Campo Grande com Cuiabá, seguindo em direção norte até a divisa com o Estado do Pará. Esta rodovia, gradativamente, teve um importante papel estruturador na agricultura regional, na medida em que acabou por propiciar a interiorização da produção agrícola para distâncias cada vez maiores, pois através duma combinação com terras baratas não deixou que os custos de transporte contribuíssem para reduzir significativamente a margem do produtor. No entorno desse eixo rodoviário, implantam-se as culturas de grãos, especialmente da soja, na segunda metade dos anos 80. Entre 1981/82 e 1988/89, a produção de soja quase que quadruplicou na região Centro-Oeste.

A atividade pecuária, forte componente histórico da formação econômico-social, é atividade amplamente predominante no espaço rural mato-grossense, sendo, também, a principal responsável pelo uso e ocupação dos territórios antropizados.

No período de um decênio (1987-1996), o rebanho bovino estadual quase que duplicou, passando de 7,8 milhões de cabeças, em 1987, para 14,4 milhões de cabeças, em 1996.

Na região do Pantanal mato-grossense, onde a atividade pastoril encontrou, historicamente, boas condições para o seu desenvolvimento, vindo a tornar-se econômica e socialmente dominante, a viabilização desse tipo de ocupação se apoiou na constituição de grandes fazendas, sob baixos preços da terra nua, bem como na pouca utilização de capital e de técnicas modernas na condução da atividade.

Também em outras regiões do Estado, tradicionalmente, a atividade pecuária desenvolveu-se sob regime extensivo de exploração, apropriando-se gradualmente do espaço estadual e introduzindo-se, seja nas áreas de ocupação mais antiga, seja nas novas áreas, após a exaustão das terras decorrente do uso intensivo da lavoura tradicional, ou após a supressão pura e simples da cobertura vegetal nativa, como no caso da expansão em direção à metade norte do Estado, adentrando-se nas terras amazônicas.

A Região III – Nordeste, constante do ZEE – Zoneamento Econômico Ecológico do Estado do Mato Grosso, é constituída pelos municípios de Canabrava do Norte, Confresa, Porto Alegre do Norte, Santa Terezinha, Vila Rica, Luciara, São Félix do Araguaia e São José do Xingu. Segundo a descrição deste estudo, a região Nordeste caracteriza-se por uma rede urbana incipiente, desprovida de centros regionais, com relações funcionais estabelecidas diretamente com o Estado de Goiás (Goiânia) e com o Distrito Federal (Brasília). Isto se deve às melhores condições de acessibilidade propiciadas pela Rodovia Belém-Brasília, em relação à malha rodoviária regional, composta de rodovias sem pavimentação.

São Félix do Araguaia foi o núcleo de ocupação pioneira da região, cujo território situa-se entre o Parque Nacional do Xingu e o Rio Araguaia. A ocupação recente ocorreu a partir dos anos 1970, no contexto da implantação do Pólo de Desenvolvimento do Xingu-Araguaia, intensificando-se, no transcorrer dos anos 80, pela implantação de inúmeros projetos agropecuários, subsidiados com incentivos fiscais da SUDAM. Assim, entre os agentes econômicos da região faz-se presente a grande empresa agropecuária, em geral vinculada a grupos industriais, comerciais ou financeiros, nacionais e internacionais.

Os principais vetores de povoamento originaram-se dos fluxos migratórios oriundos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, através dos estados de Goiás e Pará.

A Região III apresenta alta concentração fundiária: 82% de sua área está apropriada por imóveis de 2.000 ha e mais (44% com imóveis maiores de 10 mil ha). O caso mais acentuado de concentração revela-se no município de Santa Terezinha, com 73% do território apropriado por imóveis "muito grandes" (10 mil ha e mais). Com exceção dos municípios de Canabrava do Norte, Porto Alegre do Norte e Vila Rica, todos os demais têm mais de 80% de suas áreas distribuída em imóveis de 2.000 ha e mais.

A produção agrícola não é significativa na região, que apenas apresenta participação expressiva na produção estadual de banana (22%) e regular na produção de mandioca, ambos os produtos de lavoura tradicional, cultivados em pequenos estabelecimentos.

A atividade pecuária faz-se representar por um rebanho bovino de um milhão de cabeças, cerca de 7% do efetivo estadual. A exploração madeireira resulta na produção de 9% do volume de lenha produzido no Estado e menos de 2% da produção de madeira em tora.

Ao longo da década de 90, a região apresentou baixo dinamismo econômico, tanto em relação às atividades da pecuária e extrativa madeireira, quanto em relação às atividades agrícolas e agroindustriais, como no caso do pólo canavieiro de Confresa, que vem apresentando tendência nitidamente negativa de crescimento.

Embora incipiente, a agroindústria regional está representada na indústria de produtos de origem florestal (desdobramento de madeira), cuja concentração maior - 15 das 30 unidades processadoras - ocorre no município de Vila Rica.

A Região III – Nordeste, dentre todas as demais do Estado, detém a menor participação como tomadora de recursos de empréstimo, tanto em relação ao crédito agrícola (0,1%), como em relação ao crédito à pecuária (5,5 %).

Na primeira metade da década de 80, acelerou-se o processo de ocupação do território, notadamente nos municípios de Canabrava do Norte, Confresa, Porto Alegre do Norte, Santa Terezinha e Vila Rica, dada a pressão dos fluxos migratórios que a região vinha recebendo. Em sintonia com esta demanda, foram implantados até 1999, na região, 36 projetos de assentamentos de trabalhadores sem-terra, através do INCRA. Estes projetos, no conjunto,

abrangem 734.062,4 ha e 7.160 famílias assentadas, reafirmando o padrão de ocupação regional.

Feita esta exceção, o dinamismo demográfico da região vem se apresentando fraco, tanto em relação ao contingente populacional, como em termos de seu crescimento. São baixos os níveis de urbanização e de renda *per capita* das famílias residentes.

**Quadro 6.3.66 - Região III - Nordeste: área e número de famílias dos projetos de assentamentos rurais, por municípios - Mato Grosso - 1999.**

Município-sede	Nº de projetos	Área (ha)	Capacidade assentamento	Nº famílias beneficiadas	Ano de criação	Órgão responsável
Canabrava do Norte	05	0	0	0	1987 (2) 1995 (1) 1997 (2)	INCRA (5)
Confresa	10	0	0	0	1989 (2) 1995 (4) 1996 (3) 1999 (1)	INCRA (10)
Confresa e Outros	01	40.593,35	500	500	1999 (1)	INCRA (1)
Porto Alegre Norte	03	40.593,35	500	500	1988 (1) 1997 (2)	INCRA (2) INTERMAT (1)
Santa Terezinha	01	34.827,93	571	250	1988 (1)	INCRA
S. Felix Do Araguaia	08	116.014,63	1571	1250	1995 (5) 1996 (1) 1997 (2)	INCRA (8)
São José do Xingu	02	232.029,26	3142	2500	1987 (1) 1996 (1)	INCRA (2)
Vila Rica	07	464.058,52	6284	5000	1996 (4) 1998 (3)	INCRA (7)
REGIÃO III - NORDESTE	36	928.117,04	12568	10000	1989 a 1999	-
TOTAL ESTADO	73	1.856.234,08	25136	20000	-	-

Fonte: INCRA E INTERMAT. 1999 (SEPLAN, 2002).

A região IV - Leste, constante do mesmo zoneamento mencionado, por sua vez, compreende os territórios lindeiros ao Rio Araguaia, desde a foz do Rio das Mortes até o município de Ribeirãozinho, representados pelos municípios de: Barra do Garças, Nova Xavantina, Água Boa, Campinápolis, Canarana, Alto Boa Vista, Querência, Ribeirão Cascalheira, Pontal do Araguaia, Ribeirãozinho, Torixoréu, Araguaiana e Cocalinho. Sua área (8,4% da área do Estado) acolhe uma população de 145.053 habitantes (6,5% do total estadual).

A rodovia BR-158 constitui o principal eixo viário estruturador da região, que é servida também pelas rodovias – MT-100 e MT-326. Durante seu processo histórico de ocupação, a região foi alvo de várias iniciativas de colonização, promovidas pelo Estado Nacional ou pela iniciativa privada, neste último caso, sempre sob alguma forma de parceria com o governo.

Já na década de 1940, ocorreu a criação de núcleos agrícolas (Fundação Brasil Central - Nova Xavantina); nos anos sessenta, dá-se a generalizada venda de terras da região nos mercados imobiliários do Sul e Sudeste, em particular, daquelas localizadas no extenso município de Barra do Garças.

Na década de 1970, a região torna-se cenário de intensa ocupação, dada a implantação de projetos particulares de colonização (Carapui I e II, Canarana, Tangará I e II, Serra Dourada, Água Boa, Ranchão, Nova Xavantina, Nodori, Tabajú, e vários outros) do que se originou e desenvolveu uma agricultura comercial, especialmente na porção centro-norte da região. Paralelamente, foram implantados grandes projetos agropecuários subsidiados, os quais consolidaram a tendência já existente de ocupação das áreas com pecuária.

Finalmente, após a implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA, 1985) e respectivos Planos Estaduais PRRA's, até os dias atuais, o INCRA vem implantando, na grande maioria dos municípios da região, inúmeros projetos de assentamento de trabalhadores rurais. Em 1999, os 36 Projetos de Assentamento existentes, abrangiam 520.981 ha, totalizando 6.391 famílias de produtores rurais assentadas, correspondendo a cerca de 25.000 pessoas.

Em alguns municípios, como Alto Boa Vista e Ribeirão Cascalheira, a população das áreas reformadas representa mais da metade de sua população residente.

**Quadro 6.3.67 - Região IV - Leste: área e número de famílias dos projetos de assentamentos rurais, por municípios - Mato Grosso - 1999.**

Município-sede	N.º de projetos	Área (ha)	Capacidade assentamento	N.º famílias beneficiadas	Ano de criação	Órgão responsável
Alto Boa Vista	05	0	0	0	1987 (1) 1995 (3) 1996 (1)	INCRA (5)
Alto Boa Vista/Outros	01	24.858,76	500	500	1999 (1)	INCRA (1)
Água Boa	12	24.858,76	500	500	1987 (6) 1992 (1) 1995 (2) 1997 (1) 1998 (2)	INCRA (12)
Ribeirão Cascalheira	04	49.717,52	1000	1000	1987 (1) 1996 (2) 1998 (1)	INCRA (4)
R Cascalheira/ Outros	01	111.680,61	1200	650	1995	INCRA
Campinápolis	01	17.473,40	200	200	1996	INCRA
Nova Xavantina	05	228.589,05	3400	2850	1987 (3) 1992 (1) 1995 (1)	INCRA (5)
Querência	04	457.178,1	6800	5700	1995 (1) 1998 (2) 1999 (1)	INCRA (4)
Barra do Garças/Araguaia	01	330,00	12	12	1996	INCRA



Município-sede	N.º de projetos	Área (ha)	Capacidade assentamento	N.º famílias beneficiadas	Ano de criação	Órgão responsável
Araguaiana	02	18.700,89	346	355	1991 (1) 1992 (1)	INCRA (2)
REGIÃO IV – LESTE	36	933.387,09	13958	11767	1987 a 1999	-
TOTAL	72	1.866.774,18	27916	23534		-

Fonte: INCRA E INTERMAT. 1999 (SEPLAN, 2002).

O processo relativamente recente de redistribuição do recurso fundiário, no entanto, não modificou a elevada concentração da posse da terra na Região Leste: 2% dos imóveis rurais, todos com mais de 10.000 ha, ocupavam, em 1998, 33% do território regional, enquanto que 63% dos imóveis com menos de 500 ha ocupavam 8,0% da área total cadastrada. No conjunto da região, a área média dos estabelecimentos atingia 1.374,7 ha, enquanto para o total do Estado era de 768,8 ha. Os municípios de Alto Boa Vista e Querência são os que apresentam os índices mais elevados de apropriação das áreas por imóveis “muito grandes” (mais de 10.000 ha), respectivamente, 67% e 56% de seus territórios.

**Quadro 6.3.68 - Região IV - Leste: participação (%) no número e na área total dos imóveis rurais do Estado, segundo estratos de área. Mato Grosso, Centro-Oeste e Brasil, 1998.**

Municípios	Menos de 50 ha		50 a 500 ha		500 a 2.000 ha		2.000 a 10.000 ha		Mais de 10.000 ha		Total	
	Imóvel %	Área %	Imóvel %	Área %	Imóvel %	Área %	Imóvel %	Área %	Imóvel %	Área %	Imóvel %	Área %
Alto Boa Vista	3,36	0,03	45,64	2,08	18,79	4,88	20,81	25,80	11,41	67,21	100,0	100,0
Querência	18,71	0,25	50,68	6,60	16,84	9,91	10,03	27,37	3,74	55,87	100,0	100,0
Ribeirão Cascalheira	3,89	0,07	60,12	6,71	16,36	10,12	15,95	42,14	3,68	40,97	100,0	100,0
Água Boa	5,95	0,17	63,74	12,99	18,77	18,77	10,26	42,61	1,28	25,46	100,0	100,0
Campinápolis	22,73	1,22	51,91	14,06	16,99	27,22	7,89	45,84	0,48	11,65	100,0	100,0
Canarana	6,95	0,15	54,92	12,65	25,32	19,86	11,82	41,80	0,99	25,53	100,0	100,0
Nova Xavantina	24,00	1,28	60,63	20,43	10,72	22,11	4,27	37,24	0,38	18,94	100,0	100,0
Barra do Garças	9,20	0,10	38,64	4,20	25,73	11,70	23,61	53,64	2,83	30,36	100,0	100,0
Pontal do Araguaia	8,27	0,40	57,14	19,15	25,94	35,22	8,27	38,49	0,38	6,74	100,0	100,0
Ribeirãozinho	30,91	2,99	49,09	28,84	17,58	32,49	2,42	35,67	0,00	0,00	100,0	100,0
Torixoréu	12,13	0,70	61,33	28,55	22,65	41,50	3,89	29,24	0,00	0,00	100,0	100,0
Araguaiana	6,63	0,14	34,01	5,83	38,04	27,00	19,88	52,62	1,44	14,41	100,0	100,0
Cocalinho	5,28	0,03	17,34	1,50	32,41	10,14	38,94	48,72	6,03	39,61	100,0	100,0
REGIÃO IV	11,81	0,23	51,58	7,96	21,22	15,25	13,41	43,64	1,98	32,91	100,0	100,0
MATO GROSSO	27,0	0,9	49,3	11,07	14,7	19,4	8,0	41,4	0,9	27,3	100,0	100,0
CENTRO-OESTE	38,7	1,8	44,4	16,0	12,1	24,3	4,4	36,7	0,5	21,1	100,0	100,0
BRASIL	74,1	9,8	22,6	26,9	2,6	20,5	0,7	22,5	0,1	20,4	100,0	100,0

Fonte: INCRA-MAAF. Cadastro de Imóveis Rurais. 1998 (SEPLAN, 2002).

A atividade pecuária é amplamente predominante, embora a agricultura comercial apresente bom potencial de crescimento. Em 1996, o rebanho bovino existente na Região IV (2,1 milhões de cabeças) representava 15% do efetivo estadual, sendo que os municípios de Cocalinho, Água Boa e Barra do Garças posicionavam-se entre os dez maiores produtores do Estado. A região se destaca também em participação nos demais rebanhos estaduais.

Dos produtos derivados da exploração florestal, adquire relevo especial a produção de carvão vegetal. Por sua vez, a produção agrícola (principais produtos) contribui com cerca de 4,5% do valor da produção do Estado, destacando-se os cultivos tradicionais de banana (31%), mandioca (12%) e arroz (11%) e a produção da borracha (10%), esta última, quase que exclusivamente localizada no município de Querência.

O grau de modernização das relações de produção, tanto na agricultura comercial quanto na pecuária, atinge intensidade média à baixa no contexto estadual, mesclando-se relações de trabalho assalariado e trabalho familiar. A região possui uma rede urbana estruturada a partir do centro regional de Barra do Garças e do subcentro de Nova Xavantina, sendo as demais sedes caracterizadas enquanto centros de apoio local. A cidade de Barra do Garças, em situação extremamente privilegiada em relação aos grandes eixos viários, polariza o conjunto da região, apresentando forte relacionamento com Goiânia e com cidades no eixo em direção a São Paulo. Constitui também importante pólo agro-industrial abrigando a única indústria de grande porte da região.

Particularmente, a abertura da rodovia BR-158 propiciou uma onda de ocupação permanente na região, a qual era ocupada originalmente por índios e por famílias de posseiros expulsas da região do Araguaia nos finais da década de 1960.

Com a abertura da rodovia ocorreu um processo de ocupação promovido por migrantes do sul e sudeste do país, assim como do nordeste, os quais foram se inserindo na região com o objetivo de promover a abertura de áreas para a atividade agropecuária. Esta segunda onda de ocupação ocorreu com registro de violência e de conflitos, resultando em problemas com as populações indígenas que perduram até a atualidade.

O deslocamento da população que acompanhou a implantação da rodovia tinha a perspectiva de que o asfaltamento ocorreria na seqüência deste processo. A não conclusão da obra acarretou na frustração de muitas expectativas e na estagnação do processo de desenvolvimento econômico da região, mantendo latente as mazelas e os conflitos que se criaram com a ocupação inicial sem oferecer soluções de continuidade sustentáveis a médio e longo prazos.

Contudo, diferentemente de outros processos de ocupação que acompanharam a implantação de infra-estrutura rodoviária na Amazônia, a exemplo da própria BR-163 a oeste, a região situada no interflúvio dos rios Xingu e Araguaia desde sua origem expandiu sua ocupação para áreas mais distantes do eixo da rodovia, em especial na direção do rio Araguaia (leste). Em alguns casos, a ocupação original deu-se antes mesmo da presença da

rodovia, utilizando-se a navegabilidade do rio Araguaia, em busca de ouro e aproveitando-se de áreas com campos naturais propícios à pecuária.

Os atores originais deste processo tinham como perspectiva a implantação de um sistema de produção e ocupação regionalizado, não se limitando à proximidade do eixo, formando uma extensa rede de vicinais que aprofundaram a presença humana em direção aos referidos rios. Esta ocupação deu-se em conflito com os ocupantes originais da área, comunidades indígenas de diferentes etnias e também com outros posseiros que já haviam se instalado na região.

Os conflitos de posse perduram até hoje ainda não resolvidos, impulsionados, em um primeiro momento, pelo desenvolvimento de uma intensa atividade de exploração de madeira e, em seguida, pela implantação de fazendas e assentamentos rurais, sempre na expectativa de eminente asfaltamento do acesso rodoviário representado pela BR-158.

Hoje, a economia da região está estruturada sobre a pecuária de corte e a lavoura de soja e de arroz, porém, o nível de dinamismo econômico da área é sensivelmente menor que outras áreas do Mato Grosso, fruto da falta de acessibilidade da área, encarecendo o transporte da produção e restringindo o tamanho do mercado local.

A BR-158 configura-se como uma rodovia de integração regional, da qual os municípios da região dependem e muito para o seu desenvolvimento socioeconômico. Trata-se de uma região na qual o meio ambiente já foi muito degradado e a terra assume valor de mercado na medida em que é incorporada ao ambiente produtivo local, dominado pela pecuária. A estrada abastece a região de mercadorias que vem de fora, especialmente produtos industrializados, mas também alimentos *in natura*. O tráfego de origem local é composto de caminhões que transportam a produção regional, principalmente gado, mas também de forma crescente grãos, além de madeira.

No município de Barra do Garças existem dois frigoríficos e um curtume. No município de Água Boa existe um frigorífico, no qual são abatidas 600 reses/dia e brevemente será instalado mais um frigorífico de grande porte e um curtume, além de algumas indústrias de calçados.

Empresas do porte da ADM e da BUNGE pretendem instalar unidades de beneficiamento de grãos, especialmente soja, em Água Boa, tendo sido dado início, conforme informações colhidas localmente, às negociações e assinados alguns contratos.

Já existe ao longo da rodovia BR-158, entre os municípios de Confresa e Ribeirão Cascalheira, duas unidades de beneficiamento de grãos, uma da Cargil e outra da Bunge.

#### Terra Indígena Maraiwatsede

Os municípios que compõem a área na qual está localizada a TI Maraiwatsede podem ser sumariamente caracterizados da seguinte forma.

São Félix do Araguaia possui um total de 1,7 milhões de hectares, sendo que apenas 5 mil hectares em todo o seu território são utilizados para cultivos temporários destacando-se apenas milho e arroz. A pecuária, no entanto, aparece como a atividade agrícola principal, contando com um rebanho de 234 mil cabeças.

Apesar da ocupação relativamente baixa da região pela atividade agrícola, predominando a pecuária extensiva, registra-se a ocorrência de um número significativo de assentamentos agrícolas. Conforme relatado pelos entrevistados, somente entre o Posto da Mata e o município de Vila Rica, há os assentamentos Tabajara, Manhã, Canabrava, Piracicaba, Xavante, Independente I, Canta Galo, São José e IPE. No assentamento de Canabrava os lotes variam de 25ha até 350ha, sendo que nos demais os lotes não ultrapassam 100 ha.

Situado ao sul de São Félix do Araguaia, o município de Alto Boa Vista cedeu território recentemente para a emancipação dos municípios de Serra Nova Dourada e Bom Jesus do Araguaia (2001). O município possuía cerca de 800 mil hectares antes da emancipação dos municípios citados, sendo que possuía apenas 5,5 mil hectares cultivados. A ocupação predominante é com pecuária, sendo identificados 81 mil hectares de usos agrícolas pela análise da imagem de satélite. O município é pouco desenvolvido em termos agrícolas, predominando a área de cerrado no leste e de floresta no oeste. A maior parte das propriedades agrícolas são encontradas paralelas à BR-158. O município possui, também, uma rede de drenagem bastante densa formada, principalmente no oeste, pelos afluentes dos rios Suiá-Miçu e Suazinho.

Em relação a estes dois municípios, contudo, a TI Maraiwatsede, pela proximidade e pela disputa de posse que se instaurou possui seu maior foco de conflito relacionado com o município de Alto Boa Vista.

De maneira geral, todos os representantes institucionais contatados manifestaram-se favoravelmente ao asfaltamento da rodovia. Eles identificam problemas atualmente relacionados com o perfil de ocupação e com potencial de conflitos que a região pode desencadear. Contudo, a demanda e as expectativas que o asfaltamento suscita são muito superiores à percepção dos eventuais problemas, tornando a expectativa do breve asfaltamento do trecho uma unanimidade.

Foi relatado por diversos atores contatados o potencial turístico que a região possui enquanto eixo de acesso ao rio Araguaia e aos locais de pesca abundante, além de outras áreas ricas em belezas naturais. Contudo, na avaliação dos entrevistados que mencionaram este aspecto, o desenvolvimento deste potencial é amplamente limitado pela falta de acesso aos locais.

O município de São Félix do Araguaia, às margens do rio de mesmo nome, é o que apresenta maior potencial turístico e, por sua grande extensão e perfil de ocupação deslocado a leste, é pouco afetado pela presença da TI Maraiwatsede e, eventualmente,

pode até vir a se beneficiar dela na medida em que for associada a seu potencial de atração turística.

O Diretor do IPEC - Instituto de Promoção e Educação do Centro Norte, Sr. Gilson Gonzaga, afirmou estar elaborando um projeto para desenvolver o turismo em São Félix do Araguaia. Trata-se de um turismo ecológico e para isso, acredita, necessitam da pavimentação da BR. O potencial turístico da região é composto pela ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo, o rio Araguaia com suas praias e as aldeias indígenas, Kayapo, Karajá, Tapirapé, entre outras.

Alto Boa Vista, contudo, com sua sede urbana localizada a pouco mais de sete quilômetros dos limites da TI e dependendo diretamente da economia agropecuária, tem na presença da comunidade Xavante, do ponto de vista de sua percepção, uma ameaça e uma limitação ao seu desenvolvimento.

A ocupação da Terra Indígena pelos Xavante é percebida de forma predominante pelos atores representativos da sociedade envolvente como um processo recente na região e nunca como a retomada de um espaço já ocupado por eles anteriormente. Na visão destes atores, somente no ano de 1996 foi decretada pelo governo federal, através do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, a Terra Indígena Maraiwatsede, sendo que estas terras já eram de posse de pequenos e médios produtores rurais desde o ano de 1993 aproximadamente. Segundo informação do Sr. Júlio Calixto, que veio de Goiânia para a região, os estados de origem da maioria dos atuais posseiros da TI são Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Maranhão. O evento da interdição da área no início da década de 1990 é ignorado pelo discurso local.

Ainda na perspectiva destes atores, apenas no ano de 2003 os índios começaram a chegar na área, ocupando no primeiro momento a beira da estrada, para, no ano de 2004 entrarem nas terras designadas a eles. A partir da chegada dos Xavante à Terra Indígena Maraiwatesede começa a estabelecer-se um intenso e acirrado conflito, envolvendo os posseiros que ainda ocupam a área atualmente e o município de Alto Boa Vista, mais precisamente o Distrito de Posto da Mata, que está atualmente dentro da Terra Indígena e na margem da BR 158.

Os conflitos existentes são organizados simbolicamente pelos atores locais na forma de uma oposição de dois grupos de interesses opostos. De um lado os posseiros da área, capitaneados pelo poder público municipal de Alto Boa Vista, pecuaristas, população de Alto Boa Vista e Posto da Mata e, principalmente, a Associação dos Pequenos Trabalhadores Rurais, criada especificamente para defender as terras dos posseiros localizadas dentro da TI Maraiwatsede. De outro lado, é identificada a tribo de índios Xavante reclamantes da área, liderados pela FUNAI e pela Prelazia de São Félix do Araguaia, com o apoio e liderança do Ex-Bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldágli.

O índio é nosso inimigo. Faz só dois anos que eles estão aqui. Nós passamos um ano lutando com eles na estrada. Nós estávamos em plena

campanha eleitoral quando eles chegaram e nunca houve diálogo (Vereador de Alto Boa Vista João Costa Quintanilha, residente no Distrito de Nova Suiá-Miçú - Posto da Mata - e posseiro na área indígena).

Ao que tudo indica, tendo em vista a fala dos entrevistados, o momento em que os índios se aproximaram da área para ocupação de suas terras não foi o mais oportuno, coincidindo com um período eleitoral e com o característico acirramento dos conflitos que ele tende a provocar.

Outros posseiros incluem também no grupo “inimigo” os EUA. Este discurso é repetido da mesma maneira por todos: “os americanos estão fazendo de tudo para que nossa região não cresça e porque querem nossas terras”, retomando um discurso que já foi utilizado no período de incorporação da Amazônia ao campo estratégico nacional por ocasião do regime militar no Brasil. Este é um discurso complementar que tem como finalidade relacionar ao campo inimigo representado pelos índios a influência negativa aos interesses dos posseiros provocada pelas ONGs na área ambiental. Assim, a questão indígena e a ambiental são associadas como uma espécie de frente de ameaças.

Tudo o que temos de problema por aqui foi criado pelo Bispo Dom Pedro Casaldaglia. Ele é o próprio demônio encarnado. Este bispo sempre elegeu os prefeitos de São Félix. Ele é cheio de filhos, afilhados políticos. Estou até os olhos com estes índios. Por aqui tem de tudo, desde espião de ONG, americanos, governo. Nenhum governador nunca enfrentou a briga por esta estrada, mas parece que o Maggi [atual governador do Mato Grosso] vai comprar esta briga. Sexta ele vem aqui aí nós vamos ver (Sr. Júlio Calixto, morador da região e posseiro na TI Maraiwatsede).

O cenário de conflitos e dificuldades colocado pela homologação da TI Maraiwatsede para a comunidade indígena Xavante não é trabalhado pelos atores locais na perspectiva da avaliação da pertinência legal e da possibilidade de negociação. A legitimidade dos Xavantes em relação à TI é renegada e mesmo o fato jurídico que representa a homologação da área como TI é desconsiderado, sendo remetido para o campo político local e regional a possibilidade de resolução do problema através da retida definitiva dos índios ou, pelo menos, seu confinamento a uma área muito menor que a definida atualmente.

O aspecto omissivo do discurso da sociedade envolvente no âmbito local é que era pequeno o grupo de posseiros que efetivamente se encontrava no interior da área quando da interdição da mesma para fins de avaliação para decretação da TI. Segundo o Procurador da União Sr. César Augusto, responsável pelo processo inicial de identificação da área que hoje forma a TI Maraiwatsede, foram cadastradas apenas 120 famílias aproximadamente que se encontravam na área quando da decretação da interdição. Os demais posseiros, tendo conhecimento da interdição e da perda de domínio da área pela Liquifarma, promoveram um processo de ocupação na perspectiva de se perpetuar no local e neutralizar a instituição da TI. A maneira como os atores locais interpretam esta situação pode ser exemplificada na fala de uma de suas lideranças:

Todas estas terras pertenciam ao grupo Liquifarma (O Vaticano tinha participações). Este grupo foi vendendo tudo, então, em 1994 sobrou a

fazenda Suiá-Miçú de 168 mil ha. O grupo resolveu doar estas terras aos índios só que não fez isso de maneira formal apenas comentaram em algumas instâncias superiores. Os posseiros sabendo disso correram para lá e invadiram. Este posseiros eram a maioria da região. A Funai também correu para tentar impedir a invasão e criou, de maneira fraudulenta, uma reserva indígena. Desde então, começou esta guerra. [O Presidente] Fernando Henrique criou em 1998 a terra indígena. Hoje 70% desses posseiros não são mais posseiros, porque já possuem a escritura legal das terras. O mais grave é que os Xavantes não são índios dessa região. São índios do cerrado e não do mato. Aqui não é cerrado. Tudo isso é culpa do Ex-Bispo Dom Pedro Casaldáglia. Como que a Funai fez fraude? Provaram através de fraude de um antropólogo que existia vestígios de índios naquelas terras. Nós conseguimos derrubar essa prova, porque sabemos que estes vestígios não são indígenas, são de trabalhadores que morriam de malária naquela região. Ganhamos o direito de que um novo antropólogo do governo faça novamente o estudo técnico e contratamos via Associação um antropólogo para acompanhar este estudo. Queremos com isso provar que esta terra nunca foi de índio (Aivaldo Oliveira, Secretário Municipal de Saúde de Alto Boa Vista).

Assim, verifica-se a construção de um discurso por parte dos posseiros no qual a homologação da TI, percebida como uma franca derrota judicial por eles sofrida, é completamente negada. A real motivação para a ocupação efetiva da área pelos atuais posseiros também é negada neste discurso, não tendo ocorrido antes da interdição da área pelo Governo Federal por que a fazenda era percebida como possuindo um “dono legítimo”, ao contrário do que ocorre hoje, na qual a área não é reconhecida como sendo de propriedade nem da União, nem da comunidade Xavante, mas dos posseiros que a ocuparam após o “abandono” pela Liquifarma.

Independentemente do discurso construído, discurso este aliás muito funcional em relação aos interesses dos posseiros, e da forma como a questão é simbolizada e representada pela sociedade envolvente, a presença da TI Maraiwatsede possui grande impacto sobre o município de Alto Boa Vista, o qual cedeu território para a recente formação, como foi dito, em 2001, dos municípios de Bom Jesus do Araguaia e Serra Nova Dourada.

Conforme relato dos entrevistados, aproximadamente 75% do município de Alto Boa Vista foi transformado em Terra Indígena, o que uma vez concretizado representaria um enorme impedimento ao desenvolvimento econômico local. Estas terras, objeto de disputa, que hoje se encontra nas mãos de produtores rurais, reconhecidos por eles próprios como posseiros, segundo este discurso, é reivindicada pelos Xavante de forma ilegítima e fraudulenta.

A área que compõe a TI é vista como produtiva, abrigando uma agricultura baseada na produção de grãos (soja e arroz) e de abacaxi e, principalmente, uma pecuária baseada na criação de gado leiteiro e gado de corte. Além das grandes propriedades rurais inseridas nesta área, existem pequenos agricultores, que são referidos como “massa de manobra” da elite econômica da região, que servem para “engrossar” o “batalhão de frente” da “guerra”.

Em contrapartida, os Xavante são vistos como gente que não produz absolutamente nada, nem mesmo para a subsistência, o que é causa para grande indignação por parte daqueles que se percebem como produtores. Os Xavante, portanto, são vistos pela sociedade envolvente como preguiçosos, ladrões e muito manipuláveis, embora alguns afirmem que “até são gente boa”.

Na visão da sociedade envolvente local, os Xavante são manipuláveis em todos os sentidos, agindo ou não por que alguém os manda se comportarem desta forma. “Os índios acalmaram porque mudou o pessoal da Funai. Eles trancaram os índios na aldeia e dizem para não saírem de lá”.

Os atores locais entrevistados repetem incansavelmente o mesmo discurso: “Estes índios são do cerrado e não da mata. Aqui não é cerrado. Aqui é mata”. Com esta afirmação a sociedade envolvente no âmbito local procura retirar a legitimidade e mesmo a autenticidade da reivindicação dos Xavante pela área, indicando que procuram ocupar a área apenas de forma oportunista e falsa.

A própria denominação da área, Maraiwatsede, é reinterpretada pela “tradução” da sociedade envolvente como “mato medonho”, atribuindo-se esta tradução à língua dos próprios Xavante, os quais não habitavam anteriormente a área justamente por não serem adaptados à paisagem de mata, mas sim de cerrado, percebendo, portanto, a mata como área hostil à sua presença.

Complementarmente ao discurso que nega legitimidade à reivindicação da área pelos Xavante, há também a constante pergunta sobre “por que estes índios precisariam de 168 mil ha de terras? Não plantam, não criam, não fazem nada”. Este questionamento reflete a representação predominante de que a terra serve para dela se extrair algo que tenha valor comercial para a própria sociedade nacional. Entregá-la às mãos de quem não pactua com esta lógica constitui-se em uma grande afronta ao posicionamento médio dos não índios do local, os quais acreditam ser este o caminho de “salvação” da situação de relativa miséria e precariedade em que vivem.

Nossas fazendas possuem registros dados pelo próprio governo. Estamos com muita gente nas terras e muitos com documentos. Temos muitas benfeitorias nas terras. Algumas propriedades têm mais de 3 mil cabeças de boi. O asfalto é necessário para o crescimento da região. Liga o Pará ao Mato Grosso e beneficiará toda a região. É uma região produtiva. Nossa produção é de gado leiteiro, gado de corte e grãos (milho, arroz e soja). Temos beneficiadora. Posto da Mata nos dá todo o apoio comercial que precisamos (Vereador João Quintanilha).

Na fala deste informante o esquema seria perfeito, não fosse a presença indesejável dos índios e da TI. Se o índio é “inimigo” e tratado como tal, não cabe a tal inimigo nenhum tipo de consideração ou aqui, no caso específico, de nenhuma forma de assistência pública a eles, como saúde, educação, lazer e outros serviços. O controle do aparato político municipal de Alto Boa Vista pelo grupo que se opõe à presença dos Xavante faz com que o acesso



destes últimos aos escassos bens e serviços de uso público da área seja negado. Os índios, quando necessitam, buscam serviços públicos em outros municípios mais distantes, não podendo sequer circular livremente fora de sua “área de confinamento” representada pela aldeia e seu entorno imediato.

Agora eles estão mais calmos e estão até podendo comprar em Posto da Mata. Quando eles vão para São Félix passam batidos por aqui. Dom Pedro Casaldágua é o culpado disso tudo (Adivaldo Oliveira, Secretário Municipal de Saúde de Alto Boa Vista).

O relacionamento social e econômico da sociedade envolvente com a comunidade indígena é quase totalmente inexistente. Há uma espécie de “embargo” econômico e social instaurado na área como forma de pressionar a saída dos Xavante de sua área. As poucas negociações que ocorrem são por conta da aquisição de alguns produtos no comércio local a partir do auxílio financeiro que os Xavante recebem da FUNAI. Negociações diretas com os posseiros são praticamente inexistentes e, quando ocorrem, não podem ser tornadas públicas sob pena destes posseiros sofrerem represálias das lideranças contrárias à presença dos índios.

A localidade de Posto da Mata, por seu porte e importância econômica e social aliada a sua localização no interior da TI e no entroncamento das rodovias de acesso à região, é colocada no centro da disputa pela área. Elemento complicador deste papel estratégico de Posto da Mata é sua condição de pertencer a dois municípios. A divisa municipal de São Félix do Araguaia e Alto Boa Vista constitui-se nas rodovias que intersectam no sentido leste-oeste a localidade de Posto da Mata, correspondendo na porção oeste a partir do entroncamento com a BR-158 na rodovia MT-424, que liga esta com a MT-322; e na porção leste a rodovia BR-242 ligando o entroncamento da BR-158 com a sede urbana de Alto Boa Vista e, adiante, com a sede de São Félix do Araguaia. Na porção norte formada por este eixo rodoviário, Posto da Mata constitui-se no distrito chamado Estrela do Araguaia, pertencente ao município de São Félix do Araguaia, e na porção sul ao distrito denominado Nova Suiá-Miçu, pertencente ao município de Alto Boa Vista.

Para o representante da Prefeitura de Alto Boa Vista entrevistado, esta situação é um tanto estranha e até mesmo complicada, porque a arrecadação de Alto Boa Vista já não seria suficiente para cobrir as despesas do município e do distrito, e, além disso, ainda tem que atender muitos moradores que na verdade pertencem ao município de São Félix do Araguaia. Como este último município é mais distante, todos os moradores de Posto da Mata acabam utilizando os serviços de Alto Boa Vista, como é o caso da ambulância que fica disponível 24h no Posto da Mata e que deveria servir apenas ao distrito de Nova Suiá-Miçu. O entrevistado afirmou não saber como os moradores destes dois distritos foram contados no último Censo Demográfico do IBGE, acreditando que não tenham sido efetivamente contados.

Segundo o Secretário da Saúde Adivaldo Salviano Oliveira, a localidade de Posto da Mata é constituída de 205 residências na parte pertencente ao município de Alto Boa Vista e que são atendidas por sua prefeitura. As restantes são atendidas pelo município de São Félix do

Araguaia. A localidade possui, mantido pela Prefeitura de Alto Boa Vista, um Posto de Saúde e um médico com enfermeira que atende 2 vezes ao mês; além de uma ambulância permanente para emergências. Casos como gravidez e problemas cardíacos são os tipos de atendimento mais freqüentes. Todos os casos são levados para uma triagem em Alto Boa Vista, sendo atendidos localmente ou, se o caso é grave, levados para o hospital de referência que fica em São Félix do Araguaia. A localidade conta também com um Agente de Saúde permanente.

Posto da Mata possui também uma Escola Municipal com 287 alunos, todos do Ensino Fundamental. O próprio município de Alto Boa Vista possui duas escolas, sendo uma de Ensino Fundamental Municipal e uma Estadual com Ensino Médio.

A cidade de Alto Boa Vista é um pouco maior que Bom Jesus do Araguaia e Serra Nova Dourada, possuindo algumas ruas asfaltadas, entretanto, estando todas igualmente destituídas de infra-estrutura social básica. Não existe atualmente delegacia e nem posto policial no município e um médico apenas atende a todo o município e ao distrito. O grau de precariedade é tamanho que a Prefeitura Municipal funciona junto ao posto de saúde do município, pois o prédio próprio teve o fornecimento de energia elétrica suspenso a mais de dois anos por falta de pagamento de muitos anos de consumo.

O tema da ambulância no Posto da Mata aparece na fala de outros atores locais. Na verdade ela é controlada pelo vereador Quintanilha, que é o vereador de Alto Boa Vista representante do Distrito de Nova Suiá-Miçu e é utilizada por este para fins políticos, o que é de conhecimento público e considerado normal pela comunidade local. Esta ambulância fica estacionada em um posto de gasolina de propriedade do referido vereador.

Apesar da existência desta rede de serviços públicos, ainda que precária, a população indígena da TI não tem acesso a ela.

Olha, a educação dos índios quem cuida é o prefeito de Bom Jesus do Araguaia. Ele disponibilizou um ônibus para buscar e elevar as crianças da aldeia. O prefeito de Bom Jesus oferece toda a assistência que pode aos índios (Jairo - Chefe de Gabinete da Prefeitura de Alto Boa Vista).

Os índios não usufruem nenhum desses serviços [oferecidos pelo município de Alto Boa Vista]. Tudo o que eles precisam eles fazem em Bom Jesus do Araguaia. A reserva dos Xavantes pegou 75% do município. Nós acreditamos que não vamos perder a guerra com a Funai, afinal ela entrou com um processo totalmente fraudado (Adivaldo Oliveira, Secretário Municipal de Saúde de Alto Boa Vista).

Segundo os informantes entrevistados, os índios Xavante que residem na aldeia vivem em estado de miséria extrema, não passam de 90 pessoas, sendo que se juntam a eles índios de outras aldeias quando necessitam de mobilização. Estes índios estão sempre muito sujos e não plantam nem para comer. Para se alimentar buscam todos os dias em Posto da Mata ossos do açougue.

Conforme o Chefe de Gabinete do Prefeito, Sr. Jairo, os posseiros que estão localizados nas terras que foram transformadas em Reserva Indígena, vivem há mais de 20 anos por lá. Esta data de referência de presença na área é usual no discurso constituído localmente, embora não corresponda à informação dada pelos ocupantes das terras, que afirmam terem chegado por lá nos anos de 1992 e 1993, ou seja, há aproximadamente 14 anos apenas.

Por ironia ou por acaso, não foi possível apurar, o município de Alto Boa Vista comemora com feriado municipal a data de seu aniversário no dia 19 de abril, coincidentemente Dia do Índio.

Não há praticamente espaço para negociação de parte da sociedade envolvente, pois não há praticamente nenhum vínculo positivo estabelecido entre as comunidades de índios e não índios na TI Maraiwatsede.

Veja bem Elizabeth, os posseiros estão vivendo bem e vem um decreto transformando aquela região em terras indígenas. Os posseiros nunca vão sair de lá. Fala-se em indenização, mas isso gera uma insegurança muito grande, pois não se sabe se ela seria bem feita pelo governo.

O contato comercial com índios é inexistente. A população não vai nunca vender para eles. Eles nem entram na cidade. Passam nos caminhões em direção a São Félix, mas não param aqui. Ultimamente Posto da Mata começou a vender algumas coisas para eles. O ponto comercial deles é Bom Jesus. Usam o banco em [Ribeirão] Cascalheira (Jairo – Chefe de Gabinete da Prefeitura de Alto Boa Vista).

A última notícia é que, o pedaço de terra que os Xavantes estão ocupando, que era a Fazenda Carú, requerida pelo governo, agora em março o proprietário ganhou na justiça a reintegração de posse, ou seja, os índios vão ter que sair. Ou então, o governo vai ter que indenizar a fazenda Carú. A proposta é que o governo desaproprie os 15 mil ha que eles estão e fica tudo bem. Eles ficam nesse pedaço e está tudo resolvido. Lá na aldeia eles são apenas 90 índios. Eles utilizam outros índios de outras tribos e regiões, mas da mesma etnia, para fazer pressão quando precisam (Aivaldo Oliveira, Secretário Municipal de Saúde de Alto Boa Vista).

Na medida em que não há espaço para eventuais negociações, também não há o reconhecimento de qualquer possibilidade de mudança do traçado atual da BR-158 de parte da sociedade envolvente da TI Maraiwatsede. Para os entrevistados nunca foi cogitada a possibilidade de desvio da BR-158 para fora dos limites da Terra Indígena. Sempre que mencionado este assunto pela socióloga responsável pelo estudo a título de simples hipótese a partir da observação do mapa da região a reação foi sempre de grande espanto e surpresa. Realmente, nunca este assunto parece ter sido cogitado, quanto menos debatido localmente. A opinião geral é de que o desvio da rodovia nunca seria necessário, porque na visão da sociedade envolvente os índios são extremamente favoráveis à BR-158 e ao seu asfaltamento.

Os índios não se opõem à pavimentação da estrada, porque na verdade eles querem esta terra para arrendar para os plantadores de soja. Eles não querem ela para morarem. São todos índios de Pimentel Barbosa.

Eles estão sendo usados para gerar conflito. E o que está por trás disso? Os EUA que não querem que a gente produza. Isso tudo aqui é terra agrícola. Há muito interesse nisso tudo de Pedro Casaldágua e Edson da Funai de Goiânia (Adivaldo Oliveira, Secretário Municipal de Saúde de Alto Boa Vista).

Não se pode desviar uma estrada por problemas de conflito. Isso seria um retrocesso. Não há a mínima possibilidade. Se fizermos uma reunião agora com toda a população você verá que ninguém seria a favor dessa possibilidade. Se houver uma possibilidade de fazer desvio aí sim que nunca mais o asfalto sai e estamos esperando isso há 40 anos (Jairo – Chefe de Gabinete da Prefeitura de Alto Boa Vista).

Não vejo como mudar o traçado da rodovia. Nunca pensamos nisso e nunca conversamos sobre isso. E pensando nesse assunto pergunto: se mudasse o traçado como ficaria Posto da Mata? Não quero isso nunca!!! (Vereador João Quintanilha).

Com o asfalto Posto da Mata vai crescer. Este crescimento é positivo tanto com ou sem índio. Ninguém aqui aceitaria uma possível mudança de traçado (Jairo - Chefe de Gabinete da Prefeitura de Alto Boa Vista).

O movimento migratório que vai haver aqui com a pavimentação da estrada, vai ser maravilhoso. Não vai dar confusão (Vereador João Quintanilha).

A fala do Prefeito Municipal de Alto Boa Vista, Mario Cezar Barboza, sintetiza o pensamento das lideranças locais com relação à presença dos índios Xavante e da própria TI Maraiwatsede:

Somos favoráveis ao asfalto. Os Xavantes eu tenho certeza que também são favoráveis. Eles sempre viveram em área pavimentada e estão habituados. A terra não é deles. O levantamento antropológico dizia ter vestígios de índios nesta terra, o que é incorreto. Estes índios são do cerrado e não da mata. Eles viviam circulando na beira do rio das Mortes. Já estamos nesse dilema há 12 anos. Não há ligação econômica nenhuma com os índios. Lá no Posto da Mata já começou uma relação econômica. Em novembro de 2003 os índios vieram para a beira da estrada e em outubro de 2004 eles vieram para dentro das terras. A relação de Alto Boa Vista com Posto da Mata é excelente e não temos nenhum problema. Nunca pensamos ou pensaríamos em um desvio para a estrada (Mário Cezar Barbosa, Prefeito de Alto Boa Vista).

Para defender os interesses dos posseiros que ocupam atualmente a TI Maraiwatsede foi fundada a Associação dos Pequenos Trabalhadores Rurais. O atual presidente dessa Associação chama-se Renato e está à frente de todas as negociações que envolvem o grupo de posseiros. Apesar de diversas tentativas, sendo uma inclusive pessoalmente, o Sr. Renato não quis conceder entrevista para este levantamento, alegando necessidade de agendamento (embora não quisesse agendar dia algum quando falava com o técnico responsável pelo estudo). Pela associação prestou informações o Sr. Juvenil Moreira dos Santos (Benil), o qual, segundo ele, mora na área desde 14/03/1993 e tem pastagem formada e criação de gado no local.

Apesar de não ser uma das principais lideranças, e talvez por isso, o Sr. Benil fez uma declaração que traz a essência de toda a proposta do grupo representado pela associação.

Ele se reconhece como posseiro e identifica com clareza o receio deste grupo de perder seu investimento na área, embora sabidamente fosse um investimento de grande risco desde sua origem.

Os índios já não estão mais nos roubando. Agora até nos perguntam se temos alguma vaca para vender e compram. O supermercado Camargo da dona Rose lá do Posto da Mata busca eles de caminhão para as compras e depois os leva de volta. Os índios quando vão a Posto da Mata não conversam com ninguém, não perguntam nada, nunca. Até nos dizem que se o governo mandar eles saírem eles saem numa boa. Eles também nunca falaram que são contra a pavimentação da BR. Nós posseiros temos medo dessa coisa de indenização. Ela é certa? A gente nunca sabe. Aqui não é lugar de índio, isso a gente tem certeza. Eles vieram depois. Aqui todos, ou quase todos, tem escritura. A estrada nunca vai atrapalhar em nada. Não temos medo de emigrações. Continuamos investindo nas nossas terras, não paramos, apenas diminuimos. O governo tem que nos garantir e solucionar nosso problema de terra.

Agora os índios estão calmos porque mudou o pessoal da Funai. Esse pessoal agora é mais calmo. Eles trancaram os índios na aldeia e evitam que eles saiam de lá. Nas terras nós temos 30% de Soja, 20% de Arroz e 50% de gado (entre gado leiteiro e de corte). Somos 1.300 famílias entre posseiros e pequenos agricultores. Temos também uma produção de aproximadamente 2 milhões de mudas de abacaxi. A Ceasa de Goiânia busca direto o abacaxi daqui.

Os índios nunca tocaram no assunto se querem ou não a estrada. Vou confessar uma coisa, tenho medo de que eles não queiram. Mas se não quiserem é porque a FUNAI e outros vão usar isso para pressão. Eles nem moram lá nas terras. Eles fazem rodízio nas terras. Eles ficam um tempo lá e depois vem outro grupo. Estas terras são na verdade uma guarita. Ficam lá apenas para guardar a terra. São apenas uns 90 índios. Quando eles vieram para cá nós os trancamos durante um ano na beira da estrada. Aí eles conseguiram no Supremo a Fazenda Carú para ocuparem. Então, começaram os estudos antropológicos feitos pela FUNAI que tentou provar que estas terras eram indígenas, mas nós comprovamos que aqui nunca teve índio. Por exemplo, os ossos encontrados são dos trabalhadores das fazendas que morriam de malária e não de índios mortos. Estes índios não caçam e não pescam. E mesmo se quisessem não poderiam mais fazer isso porque a gente já pescou e já caçou tudo o que tinha. Desde 92 a gente faz isso [Seu Benil diz isso rindo muito].

Outra organização que poderia estar vinculada de forma direta à TI Maraiwatsede seria o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alto Boa Vista, o qual não existe mais. Segundo informações obtidas no local houve problemas com o CNPJ (problemas estes que não foram especificados), sendo que o Sindicato de São Félix do Araguaia está emprestando o CNPJ e seu nome para Alto Boa Vista. Na fachada do prédio onde funciona o sindicato no município de Alto Boa Vista lê-se Sindicato dos Trabalhadores de São Félix do Araguaia.

Conforme Dulcinéia Ferreira, presidente do mesmo, o sindicato não conversa sobre a questão indígena com seus sócios, porque o sindicato, como sempre, nunca é bem visto e no caso dessas terras existe “gente do dinheiro” envolvida. O melhor a fazer, segundo a

avaliação da direção do sindicato, é não se envolver para não gerar nenhum tipo de conflito. Percebe-se na fala da presidente a disputa de representatividade do sindicato em relação à associação de posseiros, bem como um direcionamento diferenciado da percepção da questão indígena na região. Na fala desta informante, o foco do interesse é deslocado da negação da legitimidade da posse da terra por parte dos índios Xavante para a questão do destino e da efetiva resolução do problema dos posseiros, embora continue sendo questionada a dimensão das terras homologadas para os Xavante.

Esta tal Associação dos Pequenos Trabalhadores que existe lá no Posto da Mata foi criada para defender os posseiros e para negociar com o governo. Eles pagam caro pelos estudos e por advogados. Os pequenos precisam ajudar com dinheiro. No conflito grande que deu entre os índios e os posseiros, estes utilizaram os pequenos agricultores como massa de manobra no tal confronto. Nós, enquanto sindicato, apoiamos os índios, porque se a terra é deles, eles tem que ficar. Agora uma coisa é certa, o governo tem que dar para este pessoal condições para eles saírem assentados e indenizados, senão acabarão indo novamente para a beira da estrada. Mas nós nos perguntamos: Os índios precisam dessas terras?

Não discutimos se com a pavimentação da BR haverá violência, invasão, etc, o que temos medo é de que com a terra valorizada ela seja vendida logo em seguida. A gente trabalha com assentados e dizemos para eles: 'vocês ganham terras, condições de trabalhar, aposentadoria'. Tudo isso é motivação. O Sindicato está pedindo para o pessoal sair de lá, mas eles não querem. Porque se lá tem 100 ha e vão ganhar 50 ha em outro lugar, por que não querem perder terra? Eles ficam na expectativa de que tudo vai dar certo e se resolver. Violência aqui não existe. Violência foi nos anos 90 quando os posseiros invadiram estas terras (Dulcinéia Ferreira, Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Félix do Araguaia).

A condição intransitável da BR 158 dificulta o trabalho da FUNASA junto à aldeia Xavante. Às vezes é necessário fretar até três vãos semanais para remover índios em estado de saúde bem delicado. Na avaliação dos técnicos da FUNASA entrevistados, em função disso, os índios não são contra o asfalto, pois eles também utilizam com muita frequência a BR e também são prejudicados devido à falta de pavimentação.

Na avaliação da FUNASA, por ter sido recente a retomada da posse da terra pelos índios Xavante, a aldeia ainda está deficiente, no que tange à infraestrutura. Somente agora, segundo informação dos entrevistados, é que estão fazendo as roças de toco (coivara), sendo ainda dependentes de cestas básicas dadas pelo governo federal, embora estejam trabalhando para que em breve se tornem auto-suficientes. A aldeia está situada a mais ou menos sete quilômetros da BR 158, sendo composta por mais ou menos 70 casas, nas quais, às vezes mora mais de uma família. Ao todo seriam estimados, segundo a FUNASA 700 habitantes.

Para o técnico informante da FUNASA as relações de troca dos Xavante com o entorno tendem a ser muito limitadas. Esta etnia planta somente para a subsistência não comercializando excedentes. O mesmo ocorre com o artesanato que é elaborado só para uso dos mesmos. Atualmente os índios não têm contato com a estrada, somente a utilizando

para se deslocarem para as cidades do entorno, evitando manter contato com os posseiros que ocupam a área demarcada da reserva.

Segundo algumas pessoas, os índios além de não trabalharem roubam o gado e objetos das propriedades dos fazendeiros e assentados, inclusive tendo incendiado a casa de uma propriedade após roubarem tudo o que havia dentro dela. Há reclamações de que os posseiros não podem fazer nada em sua própria defesa ou de suas propriedades que vá de encontro aos interesses dos índios, devido à legislação atual, que segundo eles os superprotegem.

O único elo comercial consistente dos índios Xavante com a sociedade envolvente é estabelecido com a Sra. Roseli Maria da Silva (Rose), moradora no Posto da Mata no distrito de Estrela do Araguaia, pertencente ao município de São Félix do Araguaia e proprietária do Supermercado Camargo.

Segundo ela, sua relação com os índios Xavante é antiga, pois conhece o cacique Damião desde a década de 1970 da cidade de Campinápolis, onde os pais de Rose tinham terras fazendo divisa com terras indígenas. Ao seu ver a convivência com estes índios sempre foi pacífica e interessante no que tange ao aprendizado. Para Rose o “homem branco” tem muito a aprender com o índio.

A partir do momento que os Xavante se instalaram na TI Maraiwatsede, ela foi a única comerciante a se dispor a atendê-los. Na verdade, conforme relato da entrevistada, a Funai percorreu o comércio de Posto da Mata num trabalho de pesquisa-observatória com o objetivo de identificar qual desses comércios de alimentação teria condições de atender da melhor maneira o grupo. Pela fala da entrevistada:

A Funai ficou tempo cuidando como o pessoal atendia seus fregueses e viu então como atendo os meus e como sou com todas as pessoas que vem ao meu estabelecimento. Então, depois disso, o meu supermercado foi o escolhido para vender para os índios.

Ainda segundo ela, a partir do momento que passou a vender para os Xavante começaram as pressões da comunidade local. Jordão, proprietário de uma fazenda que faz divisa com as terras indígenas, começou uma forte campanha denegrindo a imagem do negócio e pessoal de Rose. No mês de março último, este fazendeiro teria ido a uma rádio local e agredido verbalmente aos índios e a Rose. O boicote é para que ninguém mais adquira produtos no estabelecimento de Rose e que não mantenham mais nenhum tipo de contato social.

Os índios nunca podiam comprar aqui. Ninguém queria vender para eles. Hoje eu vendo. O meu negócio busca eles na aldeia, eles compram e depois levamos eles de volta à aldeia. Os índios são humildes. Eles chegam aqui, sentam no chão, conversam. O povo índio, o cacique Damião e Rufino sempre dizem que não querem brigar com o povo branco. O Alemão [como é conhecido Jordão] tem a fazenda no final da terra dos índios. Ele agrediu nós todos pelo rádio.

Quando os índios chegaram aqui, antes de entrarem nas terras, eles ficaram na estrada. Eles queriam ir embora mas a Funai os trancou. A carência deles é muito grande. Eles são carentes demais!

Lá na aldeia são 64 casas e mais ou menos 280 pessoas. Talvez menos. A maioria é velha ou criança. Os velhos não saem da aldeia e nem das casas.

Os índios estavam calados e calmos, mas depois que o alemão (Jordão) foi à rádio eles estão revoltados. Eles, antes, concordavam com tudo.

E se você convence o cacique Damião de alguma coisa, você consegue tudo. Eles são bons de tratar.

Rose não quis falar sobre a trajetória dos Xavante. Ela pediu para não conversar sobre o assunto, talvez por não querer demonstrar desconhecimento. Apesar disso, durante toda a entrevista Rose refere-se a si própria como “mediadora” entre posseiros e índios, pois “sabe tudo o que os índios pensam”:

Os índios são rigorosos na postura. Eles usam o telefone aqui do meu negócio e eu sei tudo o que eles falam, com quem falam e o que acontece. Estes dias o Cacique falou que o povo dele votou no Lula [atual Presidente da República], mas que agora não querem mais votar. Ele me disse: ‘A gente acreditou nele e nas promessas’. Estes dias ele também falou com o povo do governo no telefone e ouvi dizer: ‘Estou cansado de enganamento. Estou com vergonha do meu povo’. O cacique Damião também falou: ‘Muito do conflito nosso com o homem branco vai ser amenizado com Rose aqui perto da gente.

Ainda segundo o depoimento de Rose, os posseiros não sabem nada dos índios.

Eles só querem ir à aldeia pra ver se tem índio pelado. Os índios odeiam o prefeito de Alto Boa Vista. Se eles pegarem ele eles matam. Já me falaram isso. Veja bem, a prefeitura recebe dinheiro do governo para repassar aos índios e o prefeito fica com este dinheiro e não repassa nada. Os índios ainda nem podem entrar na cidade. Quando vão a São Félix passam direto por Alto Boa Vista. Quem mais cuida deles é o padre Zacarias de Nova Xavantina. Mas os índios amam é o Dom Pedro Casaldágli. Colocam ele no coração. Ele tem poder de tudo. Mas para mim ele atrapalha o progresso. Para mim ele é próprio demônio e ele quer os índios tranquem a BR.

Dom Pedro Casaldágli não queria que a gente construísse uma igreja aqui no Posto da Mata, porque isso era terra de índios. Mas fizemos. Precisávamos de uma igreja.

Meu negócio e eu estamos sendo massacrados pelo povo daqui. Agora, alguns outros comércios até começaram a vender coisas para eles. Mas estão vendendo mais por pressão do que por vontade.

Os vereadores Quintanilha de Alto Boa Vista e o Cláudio de São Félix, que representam suas cidades aqui no Posto da Mata, querem ser prefeitos depois que aqui se emancipar. As duas cidades relacionam-se muito bem aqui no Posto da Mata. Não existe nenhum tipo de conflito entre nós.

Segundo alguns informantes, os índios estariam também envolvidos em conflitos com a fazenda Borbolândia, originalmente pertencente ao Frigorífico Borbon, pois os índios



afirmariam ser esta uma área de uso tradicional dos mesmos. Os índios teriam a intenção de recuperar a área de terra que, atualmente, pertence à fazenda Borbolândia, pois esta seria terra de uso tradicional dessa etnia, tendo inclusive sido realizada inspeção judicial neste sentido, embora este processo seja muito demorado.

Atualmente a área foi desapropriada para criação de um assentamento de reforma agrária, gerando conflitos entre os posseiros que querem ocupar a área e os proprietários da fazenda que não concordam com as condições da desapropriação.

Segundo o relato de alguns entrevistados existiria um grande número de famílias de posseiros, entre acampados ou não, no entorno da fazenda Bordolândia, principalmente no trecho entre a localidade de Alô Brasil e o município de Alto Boa Vista, aguardando a oportunidade de ocupar um lote de terra dessa fazenda. Dependendo do desfecho que assumirá este conflito poderão ocorrer novas invasões na TI Maraiwatsede.

Não há a percepção por parte da sociedade envolvente de que exista uma problemática ambiental na região. A identificação da existência de problemas ambientais, por sua vez, representaria mais uma ameaça de restrição à atividade exploratória e apropriatória dos recursos naturais da região.

O único entrevistado que abordou a temática ambiental foi o técnico do escritório regional do IBAMA de Barra do Garças, Sr. José Roberto G. B. Moreira, o qual comentou que um dos problemas ambientais da região são as queimadas que ocorrem nas áreas indígenas que utilizam essa prática para caçar e para fazer as roças de toco (coivara). Registrou-se uma crítica à FUNAI, que segundo o entrevistado “faz as coisas a sua maneira sem levar em consideração as questões ambientais”. O entrevistado afirmou também que os índios estão abandonados, “atirados”. As queimadas, ainda segundo o entrevistado, também ocorrem, e em maior quantidade, nos assentamentos e aproveitou a oportunidade para criticar o INCRA, que age sem consultar os demais órgãos, “faz do seu jeito”, sem levar em conta a legislação ambiental. Afirmou, também, que os assentados estão sem assistência técnica. Ou seja, segundo o entrevistado, o IBAMA possui pouca responsabilidade no problema das queimadas na área. Foi comentada também a existência de caça ilegal praticada tanto por índios, quanto por assentados e posseiros.

De maneira geral, portanto, os índios existem para a sociedade envolvente da TI Maraiwatsede apenas enquanto problema a ser solucionado. Eles não fazem parte da vida socioeconômica e cultural do município. São vistos como pessoas “até tranquilas”, mas manipulados por organizações e pessoas distantes do âmbito local, tais como ONGs e igrejas.

Os índios não fazem parte também do patrimônio cultural e simbólico local. A região não faz parte da história dos Xavantes, assim como este não têm participação alguma na história regional, a qual é inaugurada, na percepção predominante na sociedade envolvente, pela

ocupação do espaço local pela sociedade nacional. Rigorosamente, não há história anterior a isso na representação simbólica que os atores locais fazem de si mesmos.

Para a sociedade envolvente da TI Maraiwatsede, em termos simbólicos, estes índios Xavante nunca foram e nunca serão donos desse chão pelo qual lutam. Os índios “ainda” ocupam estas terras porque há um jogo de interesses por trás disso, capaz de impor-se politicamente sobre a organização social local. Tais interesses não se originam propriamente ou por necessidade dos índios, mas fazem parte dos interesses dos grupos de atores distantes, que estão fora do contexto local e que manipulam os índios. A retirada da legitimidade para ocupação da área, portanto, é acompanhada da retirada da própria possibilidade de se representar socialmente e politicamente, tornando os índios, no escopo deste discurso, uma espécie de seres humanos incapazes e incompetentes, desmerecendo totalmente o volume de riquezas que é a eles transferido pelo Poder Público.

#### Terra Indígena Urubu Branco

A TI Urubu Branco está situada no território dos municípios de Confresa, Santa Terezinha e Porto Alegre do Norte. O município de Confresa apresenta boa aptidão para o desenvolvimento de atividades agrícolas intensivas. Dos 580 mil hectares que compõem o município, 28 mil são utilizados com lavouras, onde se destaca a mandioca (10 mil hectares), seguido do arroz (7 mil) e milho (6 mil). Este é o município com a maior porcentagem de participação lavoureira entre todos que se inserem na região da BR-158 que não dispõe de asfaltamento.

O município de Santa Terezinha faz limite, à oeste, com o município de Confresa e possui uma área total de 645 mil hectares. Apesar da relativa aptidão dos solos, dentro dos 645 mil hectares do município, apenas 3,5 mil são cultivados com lavouras, destacando-se aí a cultura da mandioca (1,6 mil hectares) e arroz (1,1 mil). O restante da ocupação produtiva é essencialmente para o desenvolvimento de pecuária. Situação similar é identificada em relação ao município de Porto Alegre do Norte. Embora o município possua um total de 400 mil hectares, cultiva com lavouras apenas 1,6 mil hectares em todo o seu território.

A rede econômica e institucional formada por estes municípios apresenta baixo dinamismo, ou seja, calcada na pecuária extensiva, a qual proporciona baixos níveis de agregação de valor, e não dispendo de um mercado de terras estruturado, uma vez que a condição predominante dos atuais produtores é apenas de posse, o que limita o acesso a créditos e o volume de investimento produtivo nas terras, a região experimenta um período de relativa estagnação econômica. Tal estagnação sempre é quebrada quando a rodovia BR-158, de dá acesso à região, tem a perspectiva de vir a ser asfaltada. Nestas situações, até hoje apenas hipotéticas e de origem política, ativa-se o mercado de terras, com o aumento da procura de terras por migrantes de outras regiões e a valorização e crescimento do volume de negociação das posses já existentes.

Conforme depoimento de Eva Rodrigues, Secretária Municipal de Cultura de Confresa, o município está em evidência Nacional desde dia 07/04, em virtude de uma matéria divulgada no programa dominical Fantástico, da Rede Globo. Esta matéria citava a cidade de Confresa como o “vale dos esquecidos”, tornando público para o país as condições precárias da região e inclusive a condição do prefeito anterior que se encontra preso cumprindo pena em Cuiabá por desvio de verbas públicas. Havia na ocasião uma revolta muito grande na população do município não tanto pelo desvio de recursos públicos divulgado, mas sim, pelo fato de terem sido chamados de “vale dos esquecidos”. Os habitantes do município, bem como a população de diversas localidades do entorno não se percebem como tal. Para eles a imagem passada pelo programa não corresponde de maneira alguma à realidade da região, a qual se percebe produtiva e empreendedora, embora ainda não totalmente bem sucedida em termos de acumulação de capital e aumento da riqueza.

Confresa tinha no início da sua formação uma população formada por um grande contingente de gaúchos. Com o passar do tempo os gaúchos passaram a ser a minoria e hoje a população de Confresa é formada por povos oriundos dos mais diversos cantos do país. Hoje os que mais vêm para cá são os Goianos e os Maranhenses (Eva Rodrigues – Secretária de Cultura de Confresa).

Os informantes locais contatados demonstraram relativo conhecimento da situação atual da comunidade indígena Tapirapé e da TI Urubu Branco, bem como estabelecem um volume significativo de contatos com estes índios, seja a partir do deslocamento destas para se abastecerem e satisfazer suas necessidades na cidade, seja, inclusive, pelo deslocamento de pessoas da sociedade envolvente ao interior da TI e sua circulação nas aldeias.

Segundo os informantes locais, a TI Urubu Branco está dividida em 4 aldeias. São índios da etnia dos Tapirapé e Karajá. Voltaram para esta região no ano de 1993, retomando a posse de suas terras que estavam nas mãos de latifundiários paulistas. Estes índios da Urubu Branco estavam todos numa outra área mais para perto do Rio Araguaia, mas, segundo os informantes, lá era insuficiente para eles, tendo vindo a se instalar definitivamente na TI.

Ainda segundo a percepção dos informantes locais, os Tapirapé vivem em boas condições e são organizados. Na aldeia mais próxima ao município, aproximadamente 40km, vivem com eles 4 freiras, sendo duas francesas que já estão acompanhando eles há 40 anos e mais um casal que é o responsável principalmente pela educação das 4 aldeias, Luís e Eunice, os quais são conhecidos pelas autoridades municipais e possuem relação estreita com algumas secretarias de governo municipais.

A saída original dos Tapirapé da região que ocupam atualmente é atribuída à disputas e lutas que estabeleceram na década de 1940 com outros índios da etnia Kaiapó, os quais são conhecidos por serem “difíceis”, isto é, agressivos e refratários ao contato com outros grupos, indígenas ou não.

O município de Confresa dispõe de uma estrutura de serviços e equipamentos públicos relativamente bem estruturada e, ao que tudo indica, na medida do possível, que atende também as necessidades básicas da comunidade Tapirapé que vive na TI Urubu Branco.

Segundo a Secretaria de Educação, Confresa conta com 46 escolas da rede municipal rurais e apenas três urbanas, além de 745 alunos em turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos) municipais. Os alunos da rede municipal rural somam 2.224, de um total de 6.681 alunos das redes estadual e municipal em todo o município. Ao todo o município conta com 260 professores e uma creche.

O atendimento aos índios, segundo a secretaria, é feito através de uma escola estadual de ensino fundamental e médio que funciona dentro da Terra Indígena.

Até dezembro de 2005 o número de escolas municipais rurais era de 50. Neste ano de 2006 são 46 e até o final do ano talvez fechem mais oito. O transporte desses alunos é feito pela prefeitura. Quando chove muito não há como realizar as aulas e as dificuldades de acesso são apontadas como principal causa do fechamento das escolas.

O município demonstra dispor de relativa capacidade de iniciativa institucional. Em julho de 2006, por exemplo, está previsto o início de um novo programa municipal do EJA na zona rural de 5ª a 8ª séries com 720 alunos, com educação semi-presencial. Este programa tem parceria com a Associação de Produtores Rurais.

Segundo o Secretário Municipal de Saúde de Confresa, Telmon Maurício de Nahun Pereira, o município conta com um Hospital, o qual faz parte do programa de consórcio para atender um total de seis municípios da região. Dispondo de 38 leitos e de cinco médicos (pediatra, cirurgia geral, ortopedia, anestesiologia e ginecologia). Há também sete profissionais do PSF (Programa Saúde Família), sendo 3 na área urbana e 4 na área rural, um Centro de Atenção Psicossocial, o qual conta com psicólogo, médico, enfermeiro, técnico administrativo e técnico em enfermagem e um CTA (Centro de Atendimento e Aconselhamento).

Temos no município uma Vigilância Sanitária que trabalha com ações de baixa complexidade, como restaurantes, açougues, mercados, hotéis, motéis. Farmácias são de médio para alta complexidade. As de alta complexidade (hospital) quem cuida é a Vigilância Sanitária de Porto Alegre do Norte, onde fica o escritório regional (Telmon - Secretário Municipal de Saúde de Confresa).

Ainda segundo o Secretário, para o atendimento à população indígena há um médico do município que vai para a aldeia uma vez por mês. Eles também são atendidos por um médico da FUNASA, sendo que toda a demanda hospitalar é atendida pelo município. Além disso, Confresa está começando a construir um novo hospital.

Ainda segundo o Sr. Telmon, conforme o IBGE a estimativa de população do município é de 26.955 habitantes. Contudo, segundo ele, "nós calculamos em 34.000 habitantes".

No que tange ao relacionamento com a comunidade indígena Tapirapé, alguns atores locais possuem clara consciência das diferenciações culturais e das dificuldades de convivência com uma cultura indígena. Apesar disso, ao que tudo indica, há um grau considerável de integração pacífica e respeito às diferenças culturais entre o grupo de índios e a sociedade envolvente, pelo menos da perspectiva da própria sociedade envolvente:

A nossa comunidade ainda tem problemas em lidar com as diferenças. Porém, a relação é boa. Os índios compram no comércio local, utilizam o hospital da cidade. Sempre que podemos trazemos eles para as festas da cidade, para que eles tragam a cultura deles e apresentem para nós. Confresa atende economicamente os índios.

A Eunice e o Luís falam muito em desaculturação porque eles vêm muito à cidade. Eles vendem o artesanato deles aqui para nós e voltam para a aldeia usando brincos nossos que compram no comércio local.

Eles nos chamam de 'homem branco'. Acham o homem branco muito estranho. Eles dizem: 'Assim como os brancos nos acham estranhos, nós também achamos o branco estranho (Eva Rodrigues – Secretária de Cultura de Confresa).

Tamanho grau de integração e relacionamento tende a resultar em casamentos interétnicos, os quais ameaçam a perpetuação cultural dos índios. Este é também um tema reconhecido localmente como importante, refletindo, sem dúvida, o papel e o resultado do trabalho de mediação social realizado pelas religiosas que acompanham esta comunidade e por outros atores.

Um dia desses um índio solteiro lá da tribo me falou que queria muito casar com uma branca, porque as brancas são caprichosas e as índias relaxadas e preguiçosas. Já estão ocorrendo casamentos deles com mulheres brancas. O contrário não. Há pouco uma índia teve um filho com um branco e a aldeia tirou a criança dela após o nascimento. Houve sérios problemas e então devolveram a criança à mãe (Eva Rodrigues – Secretária de Cultura de Confresa).

O poder público municipal parece estar efetivamente comprometido e ativo no atendimento das necessidades da comunidade indígena Tapirapé. Atualmente a prefeitura loca uma casa que abriga atividades culturais e o Conselho Tutelar. Nesta casa, na área destinada às atividades culturais, funciona uma espécie de posto de venda do artesanato dos Tapirapé.

Na maioria das vezes eles deixam os artesanatos em consignação para vendermos, mas tem alguns deles que querem o dinheiro imediatamente, como se fossemos lograr eles. Só que a gente não tem pra quem vender essa mercadoria. Acabamos comprando coisas sem necessidade para ajudar. O que falta aqui na cidade é um lugar deles, que eles mesmos cuidem, que sirva para eles venderem as coisas e também como apoio quando vêm à cidade. Quando eles vêm aqui ficam por aí, sem ter um banheiro ou uma casa de referência que seja (Eva Rodrigues – Secretária de Cultura de Confresa).

A dependência maior da população indígena com a cidade é a aquisição de óleo diesel e de alimentação. Segundo informantes, o município de Confresa recebe uma verba do Governo

Federal para repassar aos índios. O município, por sua vez, repassa dando mantimentos e diesel.

Comparativamente à condição média do morador de Confresa, a condição de vida dos índios Tapirapé é avaliada como sendo boa pela sociedade envolvente, obviamente considerando que se trata de índios, isto é, considerando a perspectiva preconceituosa que os índios vivem em condições “selvagens” e o correspondente estranhamento quando a assimilação de valores e comportamentos dos “brancos”.

Os índios também estão brigando pela energia elétrica. Nossa energia é toda a motor diesel. Um dia fui à aldeia e eles estavam todos reunidos numa casa, olhando uma TV gigante. Estava passando no DVD o filme ‘Os Filhos de Francisco’. Aqui na cidade ninguém quase ainda tinha visto. Elas usam celulares. Possuem umas 500 cabeças de gado. Não sei onde eles colocam este gado, mas não estão nas terras deles (Eva Rodrigues – Secretária de Cultura de Confresa).

É no contexto da melhoria da qualidade de vida da população do município e da retomada de um ciclo de desenvolvimento econômico que se insere o asfaltamento da rodovia BR158. Hoje, o município se ressentido de não dispor de condições para impulsionar seu desenvolvimento e observa com um certo grau de apreensão como a condição de vida da população indígena melhorou em relação a alguns anos atrás.

Para nós a estrada é tudo. Asfalto traz desenvolvimento. Gera alguns problemas com certeza, como por exemplo: o asfalto chegando vai acabar com muito supermercado na cidade e também com outros comércios, porque a gente vai acabar indo para Palmas no Tocantins pra comprar. Palmas (600 km) é mais perto pra nós do que Cuiabá que é a nossa capital (1.300km) (Eva Rodrigues – Secretária de Cultura de Confresa).

Para alguns informantes, a capital de Confresa é Goiânia e não Cuiabá. Acreditam que isso já faz parte da cultura dos habitantes do município verem a cidade dessa maneira. Inevitavelmente, toda a ligação institucional de Confresa é com Cuiabá, capital do Mato Grosso, mas a ligação comercial é com Goiânia.

As relações dos Tapirapé com o setor produtivo da região parece estar bem consolidada. Os conflitos registrados quando da homologação da TI Urubu Branco e, posteriormente, por conta da retirada dos posseiros que ocupavam a área, são percebidos como tendo sido resolvidos, havendo apenas casos isolados. Ou seja, não foi registrado um movimento efetivo ou mesmo um discurso construído no sentido de que as terras podem ou devem ser invadidas por posseiros. Há, sim, o sempre presente argumento de que o volume de terras homologado é desproporcionalmente grande tendo em vista o número de índios que dele se beneficiam. Contudo, a presença da área já está aceita.

A Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa, Sr. Aparecida, menciona o número de 3.000 associados do sindicato, embora reconheça que os efetivamente atuantes e participativos são uma minoria.

O Sindicato dos Produtores Rurais vê a pavimentação da BR158 como extremamente positiva, principalmente no que se refere ao escoamento da produção local. Com estradas ruins o frete torna-se caro fazendo com que os produtores acabem vendendo seus produtos a preços baixos, ou o que é pior, nem consigam mercados para vendê-los. Para Aparecida, com certeza, a comercialização dos produtos continua sendo a maior dificuldade da região.

Com relação às terras indígenas, Aparecida acredita que todos na região são invasores das terras indígenas, fazendo alusão ao fato de que os índios eram os habitantes originais da região. Sua opinião é de que os índios têm direito sagrado sobre a terra. Segundo ela, também, a relação entre a comunidade local e o povo indígena não apresenta problemas. Há integração comercial entre eles e a cidade de Confresa. Não haveria nenhum tipo de rejeição, pelo menos aparente.

Ainda existe muito dessa coisa de homem branco, índio, negro. Existem muitos negros descendentes de Quilombolas do Estado do Maranhão que estão residindo no município (Sra. Aparecida - Sindicato Trabalhadores Rurais).

Segundo Aparecida, há contato regular da sociedade envolvente com os Tapirapé, contudo quem mais visita a TI Urubu Branco são mulheres. Os homens da cidade dificilmente vão à aldeia e possuem grande constrangimento para tratar deste assunto.

Estes índios da aldeia Urubu Branco, da etnia Tapirapé e Karajá, estavam em extinção. Freiras vieram da França para tentar salvá-los. A irmã Genoveva, que está com 82 anos, mais parece uma índia. Ela está há mais de 40 anos com eles. São índios organizados. Hoje em dia começou a haver uma mistura entre povos. Tem uma professora aqui da cidade que casou com um índio da aldeia.

Com relação à pavimentação da BR, tenho certeza que não há possibilidade das terras indígenas ficarem vulneráveis, e falo isso por causa da organização desses índios (Sra. Aparecida - Sindicato Trabalhadores Rurais).

O único conflito ao qual a Sra. Aparecida se refere relativamente à região é a briga de posseiros com fazendeiros, não identificando a existência, atualmente, de conflitos com os índios.

Este estado consolidado de relacionamento da sociedade envolvente com os Tapirapé aparece na fala de outros atores, como a do Sr. Wagner, proprietário do Hotel Real e um representante do setor empresarial do município de Confresa. Há mais de 20 anos na região, o Sr. Wagner costuma participar na vida econômica, política e social da cidade. Atuante membro da Associação de Produtores do município, Wagner apresenta posições bem claras com relação à questão indígena da região: "demarcada a área indígena e reconhecida, esta área deve ser respeitada. Mas, acredito que muitas vezes a terra seja grande para as necessidades dos índios".

Conforme Wagner a estrada precisa ser asfaltada com urgência. Esse, segundo ele, é o único discurso e pedido de toda a comunidade:

A gente vê 'estudos' que demoram muito. Queríamos que houvesse agilização e que a própria infra-estrutura utilizada no início da obra viesse no mesmo momento para cá, para não haver demora e nem gasto dobrado. Estamos esperando esta estrada desde 83 e isso é uma necessidade. Já passou da hora dessa estrada sair. Nosso forte é o gado. A agricultura está em crise. Com esta estrada virão indústrias e outros. O que falta no município é investimento (Sr. Wagner - Empresário).

Para o Sr. Wagner a relação da comunidade com a TI Urubu Branco é normal e eventuais conflitos já foram assimilados.

Eles não bebem. Não se pode vender bebidas alcoólicas a eles. O que eles mais gostam é de vir à cidade jogar futebol com os times daqui. Quando tem alguma festa municipal eles também participam. Já tivemos até candidato índio a vereador. Me admirava que até que ele falava bem! Ele falava nas rádios. Me admirava a fala dele. Eles utilizam tudo o que precisam de serviços aqui na cidade (Sr. Wagner – Empresário).

Segundo avaliação do Sr. Jorge Fernando Silva Bagéa, responsável pela FUNAI de São Félix do Araguaia, corroborando o relato dos atores locais entrevistados, os índios da reserva Urubu Branco vivem bem e sem conflito com as pessoas do entorno, embora ainda existam cinco famílias de posseiros que reivindicam uma área maior que a que foi indenizada. Contudo, tais divergências estariam sendo encaminhadas de forma pacífica junto à justiça e, acredita ele, em breve o problema estará resolvido.

Segundo ele as aldeias Tapirapé da TI Urubu Branco estariam recebendo visitas de turistas, para os quais estariam vendendo seu artesanato.

Pela aldeia distar 28 Km de Confresa e da BR-158, o Sr. Jorge acredita que o asfaltamento não trará nenhum impacto negativo aos índios, ou ainda, pelo contrário, os mesmos somente teriam benefícios com o mesmo.

Ainda segundo o Sr. Jorge, a TI é atendida, ou recebe ajuda, de duas ONGs, IPEC - Instituto de Promoção e Educação do Centro Norte, e INÃ MAHADU, ambas atuando juntamente com a FUNASA, ou seja, alguns membros dessas ONGs são contratados pela FUNASA e trabalham no órgão de forma remunerada. Também os índios recebem o apoio da igreja Episcopal, através da organização Irmãozinhos de Jesus, de confissão católica.

A FUNASA mantém um convênio com algumas ONGs que atuam junto aos povos indígenas como forma de superar a demora na tramitação burocrática necessária ao atendimento das necessidades das comunidades indígenas da região, sejam elas relativas à contratação de funcionários, a aquisição de equipamentos ou de medicação. Desta forma alguns integrantes destas ONGs trabalham dentro da FUNASA, como funcionários.

Especificamente para abordar a problemática indígena e discutir os assuntos de seu interesse, conforme informação da Sra. Eva Leite, integrante da ONG Inã Mahadu, reúne-se com periodicidade mensal um Conselho Distrital que é composto por representantes das ONGs e por representantes das aldeias indígenas da região. As reuniões são realizadas na



cidade de São Félix do Araguaia e se constituem em um fórum potencialmente útil para o debate e o questionamento das implicações do asfaltamento da rodovia BR-158 sobre as comunidades indígenas que habitam a região.

## **Sub-Capítulo V - Relatório de Diagnóstico dos Aspectos Físicos e Bióticos<sup>7</sup>**

Este documento trata do diagnóstico do meio físico e meio biótico das áreas de inserção das Terras Indígenas Maraiwatsede e Urubu Branco. As informações aqui compiladas, analisadas e apresentadas compõem o relatório do componente indígena do EIA/RIMA das Obras de Pavimentação da BR-158 no segmento da divisa dos Estados do Mato Grosso e Pará até o entroncamento com a BR-242, localidade de Posto da Mata.

O documento está estruturado em quatro grandes subdivisões correspondentes a uma contextualização da área de estudo na qual são apresentados aspectos da região que abrange a ambas Terras Indígenas; os outros dois tópicos principais correspondem às condições específicas dos meios físico e biótico de cada uma das Terras Indígenas; em um último item são apresentadas considerações finais abrangendo ambas terras indígenas.

### Contextualização da área de estudo

As Terras Indígenas estão localizadas na microregião denominada Norte Araguaia, em Mato Grosso, contemplando sete municípios: São Félix do Araguaia, Confresa, Santa Terezinha, Cana Brava do Norte, Alto da Boa Vista, Vila Rica e Porto Alegre do Norte. As TI pertencem a dois grupos diferentes. A TI Maraiwatsede, mais ao sul, localiza-se nos municípios de Alto da Boa Vista e São Félix do Araguaia e abriga a etnia Xavante. A segunda, conhecida como TI Urubu Branco da etnia Tapirapé, localiza-se nos municípios de Santa Terezinha, Porto Alegre do Norte e Confresa.

O Estado do Mato Grosso apresenta em seu território três dos mais importantes ecossistemas brasileiros: o Cerrado, a Floresta Amazônica e o Pantanal, além das nascentes das duas maiores bacias hidrográficas do Continente, a Amazônica e a Platina. Tal fato faz com que o Estado configure-se como uma grande Zona de Tensão Ecológica, reunindo elementos dos diferentes biomas, com uma ampla diversidade de paisagens e de espécies de fauna e flora e com alta incidência de endemismos.

A bacia Amazônica inclui a bacia do rio Araguaia, um dos sistemas fluviais mais importantes da América do Sul. Sua área de drenagem apresenta duas regiões fitogeográficas que concentram boa parte da biodiversidade do planeta: o Cerrado e a Floresta Amazônica. Essas regiões vêm sofrendo cada vez mais degradações ambientais, tais como erosões e assoreamento, desmatamentos e queimadas para implantação de lavouras e pastagens.

---

<sup>7</sup> Este texto corresponde à transcrição integral do relatório apresentado pelos Geógrafos Cláudio Marcus Schmitz e Ronaldo Godolphim Plá e pela Bióloga Mariana Faria Corrêa, responsáveis técnicos pelo estudo.

O Brasil apresenta um dos maiores rebanhos de bovinos do mundo ocupando o segundo lugar em produção e primeiro nas exportações mundiais de carne. A expansão dessa atividade, impulsionada pelas características sócio-econômicas da região, tem elevado o índice de desmatamento na Amazônia resultando em mudança na paisagem devido à conversão de florestas em pastagens. O solo e o clima favorável à criação de bovinos também têm contribuído para o aumento dessa expansão. A queima como instrumento de atividade de pecuária seria o principal componente responsável pelo desmatamento e maior impacto sobre o ecossistema (RIBEIRO *et al.*, 2005).

Merece destaque no contexto regional o Projeto Corredor Ecológico Bananal-Araguaia, cujas informações foram de elevada relevância no diagnóstico ambiental das terras indígenas.

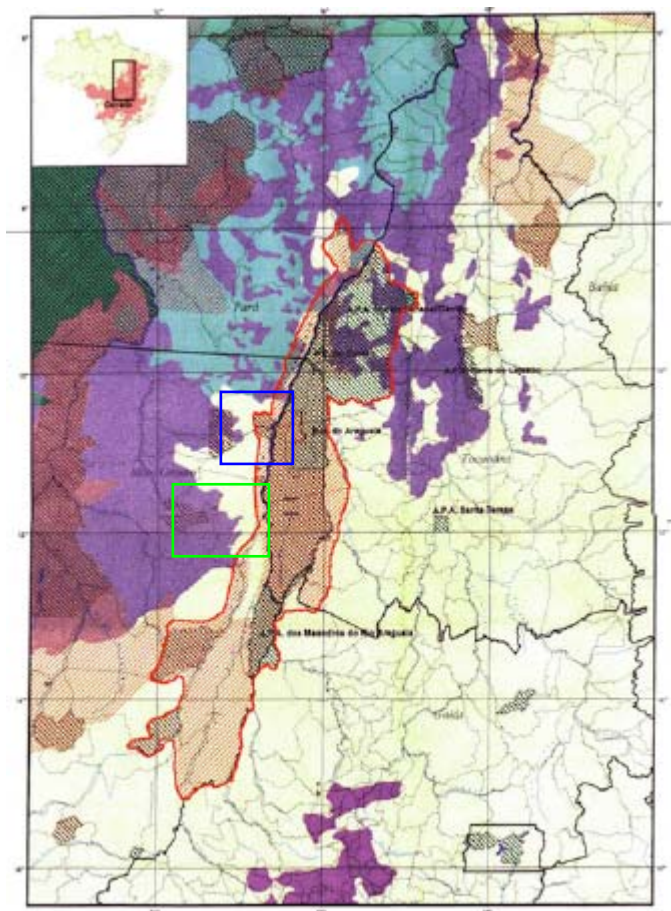
Esse projeto abrange dez milhões de hectares dos estados de GO, TO, MT, PA, em 36 municípios da região da ilha do Bananal e bacia dos rios Araguaia e Cristalino (contempla os municípios de Santa Terezinha e São Félix do Araguaia) (DIAS *et al.*, 2000). Por ser uma área de transição entre os biomas Amazônia e Cerrado, apresenta alta diversidade de fauna e flora, sendo considerada pela CONVENÇÃO RAMSAR (1993), uma das sete zonas úmidas do Brasil de importância internacional. É um corredor composto pelas seguintes áreas protegidas: Parque Nacional do Araguaia, Área de Proteção Ambiental Meandros do Rio Araguaia, Parque Estadual do Cantão, duas APAs estaduais e quatro reservas indígenas. As TI Maraiwatsede e Urubu Branco estão inseridas na área de influência direta do projeto Corredor Ecológico Bananal-Araguaia (Figura 6.3.21).

Segundo a CI-BRASIL a região composta pelas unidades de conservação é bem protegida, mas todo o entorno passa por um intenso processo de ocupação, devido a atividades agropecuárias e extrativistas.

A área do corredor foi considerada como altamente prioritária para a conservação da biodiversidade, com base em estudos realizados para o bioma Cerrado e Amazônia, pelo MMA, CI, ISA, IBAMA. O projeto tem por objetivo conservar estes ecossistemas e contribuir para a implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável para a região, por meio de planejamento e de ações implementadas por todos os associados. Entre as atividades que estão sendo executadas para a implantação do corredor, estão sendo desenvolvidas ações de conservação, ordenamento da pesca e do turismo, educação ambiental e sanitária.

A implantação do Corredor Ecológico, dentre muitos objetivos, propõe-se a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população indígena, ampliando áreas de vida para grandes mamíferos, com a conexão das terras indígenas a outras áreas protegidas e protegendo a ictiofauna, recursos indispensáveis às comunidades indígenas.

Este projeto está sendo executado pelo IBAMA/Decoe, Cenaqua - Centro Nacional de Conservação e Manejo de Quelônios da Amazônia, em parceria com o IBGE, UnB, UFG, UFU, Cebrac, CI, Fundação Emas, Governos Estaduais e Municipais, ONGs e comunidades locais.



**Figura 6.3.21 - Corredor Ecológico Bananal - Araguaia (linha vermelha) e zona de influência direta. Em destaque as TI Maraiwatsede (verde) e TI Urubu Branco (azul).**

A caracterização da vegetação da região, apresentada a seguir e discutida nos itens que tratam de cada uma das Terras Indígenas é resultado dos estudos realizados pela equipe responsável pelo Meio Biótico do EIA/RIMA em andamento e encontra-se referenciadas como Biolaw (2006). Além disso, foram utilizadas as informações do supracitado Projeto Corredor Ecológico Bananal - Araguaia (DIAS *et al.*, 2000).

De acordo com a classificação da vegetação brasileira do IBGE (1993), a rodovia corta as seguintes classes de mapeamento: Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Ombrófila Aberta (de transição) e Floresta Tropical Higrófila de Várzea assim como as formações campestres Campo Limpo, Campo Sujo, Campo Rupestre, Palmeirais, Veredas, Campo Cerrado (Parque Cerrado), Cerrado Senso Restrito.

A região do Araguaia-Bananal apresenta uma densa malha hídrica entremeada por uma grande variedade de tipos florestais características do Cerrado brasileiro.

A Província Fitogeográfica do Cerrado (CABRERA & WILLINK, 1973) estende-se por uma área com cerca de dois milhões de km<sup>2</sup>, quase que exclusivamente dentro do território brasileiro. O Cerrado é uma das regiões de maior biodiversidade do planeta. Calcula-se que mais de

40% das espécies de plantas lenhosas desse ecossistema brasileiro sejam endêmicas. Este, juntamente com a Mata Atlântica, é considerado um dos hotspots mundiais, isto é, um dos biomas mais ricos e mais ameaçados do planeta. A região do Araguaia-Bananal se destaca neste contexto uma vez que é uma das áreas de maior importância biológica devido ao seu baixo grau de antropização e a sua imensa malha hídrica.

De acordo com os resultados do trabalho "Ações prioritárias para a conservação da biodiversidade do Cerrado e Pantanal", a área proposta para o corredor é um dos três pontos em que ainda existe a maior integridade da cobertura vegetal do Cerrado brasileiro, entre 64 e 100%, e corresponde a 16,77% de áreas remanescentes de Cerrado não antropizado (DIAS *et al.*, 2000). A ampla rede de hídrica que suporta a região Araguaia-Bananal confere à área uma extrema importância biológica.

A região do corredor Araguaia-Bananal é um mosaico de tipos vegetacionais, que está diretamente relacionada ao clima e solos da região, variando desde campos abertos, passando por áreas com esparsas coberturas arbóreas, florestas com dosséis secos semi-abertos, florestas sempre verdes mais altas com dossel fechado que acompanham as bordas dos cursos de água, florestas semidecíduas de dossel fechado associadas aos solos calcáreos, até a Floresta Ombrófila Densa no domínio amazônico, além de manchas de capoeiras que caracterizam a regeneração secundária na sucessão florestal.

Sendo assim, tendo como base Eiten (1990), Ribeiro *et al.* (1983) e EMBRAPA (1998), são reconhecidos para o Cerrado, pelo menos onze tipos fisionômicos gerais, enquadrados em formações florestais (Mata Ciliar, Mata de Galeria, Mata Seca, Cerrado), savânicas (Cerrado sentido restrito, Parque de Cerrado, Palmeiral e Vereda) e campestres (Campo Sujo, Campo Rupestre e Campo Limpo), e ainda outros subtipos.

#### *Formações Florestais*

##### - Mata Ciliar

Entende-se por Mata Ciliar a vegetação florestal que acompanha os rios de médio e grande porte da região do Cerrado, em que a vegetação arbórea não forma galerias. Em geral esta formação é estreita em ambas margens não ultrapassando 100 metros de largura. Diferencia-se da Mata de Galeria pela deciduidade e pela composição florística. Floristicamente é similar à Mata Seca, diferenciando-se desta pela associação ao curso de água e pela estrutura que em geral é mais alta e mais densa. Os solos geralmente são rasos ou aluviais. As árvores, quase sempre eretas, variam de 20 a 25 metros. As espécies são predominantemente caducifólias, oferecendo ao longo do ano uma cobertura arbórea variável de 50% (estação seca) a 90% (estação chuvosa). Como espécies arbóreas freqüentes podem ser citadas: *Anadenanthera* spp. (angicos), *Apeiba tibourbou* (pau-de-jangada), *Aspidosperma* spp. (perobas), *Celtis iguanaea* (grão-de-galo), *Enterolobium contortisiliquum* (tamboril), *Inga* spp. (ingás), *Myracrodruon urundeuva* (aroeira), *Sterculia striata* (chichá), *Tabebuia* spp. (ipês), *Trema micrantha* (crindiúva) e *Triplaris gardneriana*

(pajeú). Também pode ser comum a presença de *Cecropia pachystachia* (embaúba) e *Attalea speciosa* (babaçu) em clareiras. O número de epífitas é reduzido. Nos locais onde os pequenos afluentes deságuam no rio principal, a flora típica da Mata Ciliar se mistura à flora da Mata de Galeria dificultando a diferenciação fisionômica.

- Mata de galeria

A vegetação desta fisionomia ocorre ao longo dos rios e vales e é formada por árvores de até 30 metros de altura, que apresentam cobertura contínua de 70 a 95%, podendo alcançar 200 metros de largura. As matas de galeria variam consideravelmente na composição de espécies de local para local, mesmo no mesmo tipo de solo. Essa fisionomia é perenifólia, não apresentando caducifólia durante o período seco e é comum um número grande de epífitas, principalmente orquidáceas, em quantidade superior à que encontramos nas demais formações florestais do Cerrado. De acordo com a composição florística e características ambientais, como topografia e variação do lençol freático ao longo do ano, a mata de galeria pode ser dividida em dois subtipos: Mata de Galeria não Inundável e Mata de Galeria Inundável. A primeira caracteriza-se por uma vegetal florestal que acompanha um curso de água, onde o lençol freático não está próximo ou sobre a superfície do terreno na maior parte dos trechos o ano todo. Apresenta trechos longos com topografia acidentada. Possui solos bem drenados. Caracteriza-se pela grande importância fitossociológica de espécies das famílias Apocynaceae (*Aspidosperma* spp.), Leguminosae, Lauraceae (*Nectandra* spp. *Ocotea* spp.) e Rubiaceae. Entre as espécies pode-se destacar: *Bauhinia rufa* (pata-de-vaca), *Callisthene major* (tapicuru), *Cardiopetalum calophyllum*, *Cariniana rubra* (jequitibá), *Cheiloclinum cognatum*, *Erithroxylum daphnites*, *Guarea guidones* (marinheiro), *Guatteria sellowiana*, *Licania apelata* (oiti), *Piptocarpha macropoda* (coração-negro), *Tetragastris balsamifera*, *Vochysia pyramidalis*, *V. tucanorum* (pau-de-tucano) e *Xylopia sericea* (pindaíba-vermelha).

Por Mata de Galeria Inundável entende-se a vegetação florestal que acompanha o curso de água, onde o lençol freático está próximo ou sobre a superfície do terreno na maior parte dos trechos durante o ano todo. Apresenta trechos longos de topografia plana. Possui drenagem deficiente. Caracteriza-se pela grande importância fitossociológica de espécies das famílias Burseraceae (*Protium* spp.), Clusiaceae (*Calophyllum brasiliense*, *Clusia* spp.), Euphorbiaceae (*Richeria grandis*) e Magnoliaceae (*Talauma ovata*), e por um grande número de espécies das famílias Melastomataceae (*Miconia* spp., *Tibouchina* spp.), Piperaceae (*Piper* spp.) e Rubiaceae (*Coccocypselum guianense*, *Ferdinandusa speciosa*, *Palicourea* spp. e *Posoqueria latifolia*). Além destas pode-se destacar: *Cedrela odorata* (cedro), *Croton urucurana* (sangra-da-água), *Dendropanax cuneatum* (Maria-mole), *Euplassa inaequalis*, *Euterpe edulis* (Jussara), *Hedyosmum brasiliense* (ch.-de-soldado), *Guarea macrophylla* (marinheiro), *Mauritia flexuosa*, *Prunus* spp., *Virola urbaniana* (virola) e *Xylopia emarginata* (pindaíba-preta).

#### - Mata Seca

Esta formação florestal está associada aos solos que não são periodicamente alagados ocorrendo nos interflúvios em solos geralmente mais ricos em nutrientes. Possui níveis de caducifolia durante a estação seca dependente das condições químicas, físicas e principalmente da profundidade do solo. Em função do tipo de solo, da composição florística e em consequência, da queda de folhas no período seco, a Mata Seca pode ser dividida em três subtipos: Mata Seca Sempre-Verde, Mata Seca Semidecídua e Mata Seca Decídua. A altura média do estrato arbóreo varia entre 15 a 25 metros. Na época chuvosa as copas se tocam oferecendo uma cobertura arbórea de 70 a 95%. Na época de seca pode ser inferior a 50%, especialmente na Mata Decídua. Como espécies arbóreas freqüentes encontram-se: *Amburama cearensis* (cerejeira), *Anandenanther colubrina* (angico), *Cariniana estrellensis* (jequitibá), *Cassia ferruginea* (canafístula-preta), *Cedrela fissilis* (cedro), *Centrolobium tomentosum* (ararib.), *Chloroleucon tenuiflorum* (jurema), *Dilodendron bippinatum* (maria-podre), *Guazuma ulmifolia* (mutamba), *Jacaranda caroba* (caroba), *Lonchocarpus sericeus* (imbira-de-porco), *Myracrodunon urundeva* (aroeira), *Physocallimma scaberrimum* (cegachado), *Tabebuia* spp. (ipê). A Mata Seca Decídua também é conhecida como Mata Calcárea, pois geralmente ocupa áreas rochosas de origem calcáreas. Tais áreas são em geral bastante acidentadas e possuem a composição florística ligeiramente diferenciada dos demais tipos de Mata Seca. Possuem um dossel descontínuo e a caracterização fitofisionômica se dá pela presença de espécies como *Bursera leptophloeus* (amburana-de-cambão), *Cavanillesia arborea* (barriguda), *Chorisia speciosa* (paineira), *Combretum duarteanum*, *Spondias tuberosa* (umbuzeiro), agrupamentos de *Cyrtopodium* spp. (Sumará) e algumas espécies de Cactáceas e Aráceas. É também grande o número de espécies espinhosas e urticantes.

#### - Floresta Estacional Semidecidual

Apresenta como característica principal modificações verificadas no aspecto da comunidade vegetal de acordo com as estações do ano, com inverno seco e de temperaturas mais baixas (com perda de folhas em algumas espécies) e verão quente e úmido. Possui muitos elementos comuns a formações florestais do cerrado (Mata Mesofítica), devido ao seu aspecto fisionômico, inclusive certas espécies como angico-do-cerrado (*Anandenanthera falcata*), peroba (*Aspidosperma polyneuron*), canela (*Nectandra cuspidata*) e ipê-do-cerrado (*Tabebuia ochracea*). Apresenta um dossel irregular com árvores de 15-20 metros e algumas espécies emergentes de até 30 metros de altura. É normalmente clara, pois permite a penetração de raios solares e assim o desenvolvimento de espécies herbáceo-arbustivas. Interpenetra-se nas regiões mais abertas através de prolongamentos (Matas de Galeria) de fragmentos de Floresta Amazônica (zonas de tensão ecológica) sendo gradualmente substituídas para Floresta Ombrófila Aberta.

- Floresta Ombrófila Aberta

Este tipo de vegetação, considerada durante anos como um tipo de transição entre a floresta amazônica e as áreas extra-amazônicas, foi denominada pelo Projeto RADAMBRASIL como Floresta Ombrófila Aberta. Esta floresta apresenta quatro diferentes faciações florísticas que alteram a fisionomia ecológica da Floresta Ombrófila Densa (com palmeiras, cipós, com sororoca e com bambu, além dos gradientes climáticos com mais de 60 dias secos por ano, assinalados na curva ombrotérmica). A Floresta Ombrófila Aberta das Terras Baixas apresenta formação, compreendida entre 4° de latitude norte e 16° de latitude sul, em altitudes que variam de cinco até cem metros, apresenta predominância da faciação com palmeiras; A Floresta Ombrófila Aberta Submontana pode ser observada distribuída por toda Amazônia e mesmo fora dela, principalmente com a faciação floresta com palmeiras. Na Amazônia, ocorre com quatro faciações florísticas entre os 4° de latitude Norte e os 16° de latitude Sul, situadas acima dos 100 metros de altitude e não raras vezes chegando a cerca de 600 metros; A Floresta Ombrófila Aberta Montana situa-se quase toda entre os 4° de latitude norte e 16° de latitude sul, ocupando a faixa altimétrica entre 600 e dois mil metros e, por conseguinte, restrita a poucos planaltos do sul da Amazônia e muitas serras do Norte. Apresenta as faciações com palmeira e com cipó, sendo esta última bem mais comum.

- Cerradão

É uma formação florestal com aspectos xeromórficos. Caracteriza-se pela presença de espécies que ocorrem no Cerrado sentido restrito e também por espécies de mata. Do ponto de vista fisionômico é uma floresta, mas, floristicamente, é mais similar a um cerrado. De porte florestal, as árvores variam de oito a 15 metros com dossel predominantemente contínuo e cobertura arbórea que pode oscilar entre 50 a 90%. Possui um estrato intermediário com espécies de arbustos e pequenas arvoretas e o estrato inferior, formado por gramíneas, ervas e arbustos baixos é bastante reduzido. Normalmente os solos dos Cerradões são profundos, bem drenados, de média e baixa fertilidade e ligeiramente ácidos. Embora seja perenifólio, muitas espécies comuns ao Cerradão tais como: *Caryocar brasiliense*, *Kielmeyera coriacea* e *Qualea gradiflora* apresentam caducifolia em determinados períodos da estação seca. De maneira geral as espécies arbóreas mais freqüentes são: *Callisthene fasciculata* (jacaré-de-folha-grande), *Caryocar brasiliense* (pequi), *Copaifera langsdorfii* (copaíba), *Emmotum nitens* (carvalho), *Hirtella glandulosa* (oiti), *Lafoensia pacari* (pacari), *Magonia pubescens* (tingu.), *Siphoneugenia densiflora* (maria-preta), *Vochysia haenkeana* (escorrega-macaco) e *Xylopia aroatica* (pindaíba). Como arbustos freqüentes destacam-se: *Alibertia edulis* (marmelada-de-cachorro), *A. sessilis*, *Brosimum gaudichaudii* (mama-cadela), *Bauhinia bongardii* (unha-de-vaca), *Casearia sylvestris*, *C. javitensis*, *Copaifera oblongifolia*, *Duguetia furfuracea*, *Miconia albicans*, *Rudgea viburnoides* (bugre). No estrato herbáceo temos freqüentemente espécies dos seguintes gêneros de gramíneas: *Aristida*, *Axonopus*, *Paspalum* e *Trachypogon*.

### Formações savânicas

#### - Cerrado Senso Restrito

Esta fisionomia é constituída de dois componentes: um estrato baixo dominado por gramíneas e pequenos arbustos e um estrato mais alto, formado por arbustos e pequenas árvores baixas de até cinco metros de altura, espaçadas, inclinadas, com ramificações irregulares e retorcidas e, geralmente, com evidências de queimadas. Os arbustos e subarbustos apresentam xilopódios, órgãos subterrâneos perenes, que permitem a rebrota após queima ou corte. Os troncos das plantas lenhosas possuem geralmente casca de cortiça grossa e as folhas são rígidas e coriáceas. Encontram-se em solos profundos, médio ou fortemente ácidos, pobres em nutrientes e com altas taxas de alumínio. A composição florística do cerrado varia em grande proporção de uma localidade para outra. De acordo com Ratter & Dargie (1992), Castro (1994) e Ratter *et al.* (1996) as espécies mais características do Cerrado senso restrito são: *Acosmium dasycarpum* (amargosinha), *Annona crassiflora* (araticum), *Astronium fraxinifolium* (gonçalo-alves), *Bowdichia virgilioides* (sucupira-preta), *Byrsonima coccolobifolia* (murici), *Caryocar brasiliense*, *Curatella americana* (lixeira), *Hancornia speciosa* (mangaba), *Hymenaeae stigonocarpa* (jatobá-do-cerrado), *Machaerium acutifolium* (jacarand.), *Pouteria ramiflora* (curriola), *Qualea grandiflora*, *Q. multiflora* (pau-terra-liso), *Q. parviflora* (pau-terra-roxo), *Roupala montana* (carvalho-de-vaca), *Tabebuia aurea*, *T. achracea* (ipê-amarelo) e *Tocoyena formosa* (jenipapo-do-cerrado).

#### - Parque Cerrado

O Parque Cerrado é uma formação savânica caracterizada pela presença de árvores agrupadas em pequenas elevações do terreno, algumas vezes imperceptíveis, conhecidas como murundus. As árvores possuem altura média de três a seis metros e formam uma cobertura florestal de 5 a 20%. Os solos são hidromórficos e melhor drenados nos murundus que nas áreas planas. A flora que ocorre nos murundus é similar a que ocorre no Cerrado sentido restrito, porém com espécies que apresentam maior tolerância à saturação hídrica. Entre as espécies arbóreas mais freqüentes podemos citar: *Alibertia edulis*, *Andira cuyabensis*, *Caryocar brasiliensis*, *Curatella americana*, *Dipteryx alata*, *Eriotheca gracilipes*, *Maprpunea guianensis*, *Qualea grandiflora* e *Q. parviflora*. Das arbustivo-herbáceas citam-se os gêneros *Allagoptera*, *Annona*, *Bromelia* e *Vernonia*.

#### - Palmeiral

Esta formação é marcada por uma única espécie de palmeira arbórea. No bioma Cerrado podem ser encontrados diferentes subtipos de palmeirais, que variam em estrutura de acordo com a espécie dominante. Pelo domínio de determinada espécie, pode-se designar um trecho de vegetação com o nome comum da espécie dominante que variam entre as seguintes espécies em solos bem drenados: *Acrocomia aculeata* (Macaubal), *Attalea speciosa*



(Babaçual) e *Syagrus oleracea* (Guerobal). Em solos mal drenados quase sempre são dominados pela espécie *Mauritia flexuosa* (buriti) que caracteriza o Buritizal.

- Vereda

A Vereda é a fitofisionomia com a palmeira arbórea *Mauritia flexuosa* emergente, em meio a grupamentos mais ou menos densos de espécies arbustivo-herbáceas. As veredas são circundadas por Campo Limpo, geralmente úmido, e os buritis não formam dossel como ocorrem no Buritizal.

#### *Formações Campestres*

- Campo sujo

Este é um tipo fisionômico exclusivamente herbáceo-arbustivo, com arbustos e subarbustos esparsos cujas plantas, muitas vezes, são constituídas por indivíduos menos desenvolvidos das espécies arbóreas do Cerrado senso restrito. A fisionomia é encontrada em solos rasos ou em solos profundos de baixa fertilidade. Em função das particularidades ambientais do Campo Sujo pode apresentar três subtipos fisionômicos distintos: Campo Sujo Seco, com lençol freático profundo, Campo Sujo Úmido, com lençol freático alto e Campo Sujo com Murundus, quando ocorrem microrelevos mais elevados. A família mais freqüente é a Poaceae e destacam-se gêneros como: *Aristida*, *Echinolaena*, *Ichnanthus*, *Loudetiopsis*, *Panicum*, *Paspalum*, *Trachypogon* e *Tristachya*. Outra família importante é a Cyperaceae e são comuns espécies dos gêneros *Bulbostylis* e *Ryncosphora*. Diversas espécies de outras famílias se destacam pela floração exuberante na época chuvosa, ou mesmo logo após as queimadas, tais como: *Alstroemeria* spp., *Gomphrena officinalis*, *Griffinia* spp., *Hippeastrum* spp. e *Paepalanthus* spp.

- Campo Rupestre

Este é um tipo fisionômico predominantemente herbáceo-arbustivo, com a presença eventual de arvoretas de até dois metros de altura. Abrange um complexo de vegetação que agrupa paisagens em microrelevos com espécies típicas, ocupando trechos de afloramentos rochosos. Geralmente ocorre em altitudes superiores a 900 metros, em áreas de ventos constantes, dias quentes e noites frias. Ocorre geralmente em solos rasos ou nas frestas de afloramentos. A composição florística pode variar em poucos metros de distância e a densidade das espécies depende do substrato. As espécies mais freqüentes que compõem a flora desta fisionomia pertencem às seguintes famílias e gêneros: Asteraceae (*Baccharis*, *Vernonia*, *Lychnophora*), Bromeliaceae (*Dyckia*, *Tillandsia*), Cactaceae (*Melocactus*, *Pilosocereus*), Cyperaceae (*Bulbostylis*, *Rhynchospora*), Eriocaulaceae (*Eriocaulon*, *Leiothrix*, *Paepalanthus*), Iridaceae (*Sisyrinchium*, *Trimezia*), Labiateae (*Hyptis*), Leguminosae (*Calliandra*, *Chamaecrista*, *Galactia*, *Mimosa*), Lentibulariaceae (*Utricularia*), Lythraceae (*Cuphea*, *Diplusodon*) Melastomataceae (*Miconia*, *Microlicia*), Mystaceae (*Myrcia*), Orchidaceae (*Cyrtopodium*, *Epidendrum*, *Habenaria*, *Koellensteinia*, *Pelexia*), Poaceae

(*Panicum*, *Mesosetum*, *Paspalum*, *Trachypogon*), Rubiaceae (*Chiococca*, *Declieuxia*), Velloziaceae (*Vellozia*), Vochysiaceae (*Qualea*) e Xyridaceae (*Xyris*). Pode se considerar *Vellozia* como bom indicador desse tipo fisionômico.

- Campo limpo

Esta fisionomia é predominantemente herbácea, com raros arbustos e ausência de árvores. É encontrada com mais freqüência nas encostas, nas chapadas, nos olhos de água, circundando as Veredas e nas bordas das Matas de Galeria. O Campo Limpo, como o Campo Sujo, também apresenta variações dependentes de particularidades ambientais, determinadas pela umidade do solo e topografia. As espécies mais comumente encontradas são das seguintes famílias e gêneros: Burmanniaceae (*Burmannia*), Cyperaceae (*Rhynchospora*), Droseraceae (*Drosera*), Iridaceae (*Cipura*, *Sisyrinchium*), Lentibulariaceae (*Utricularia*), Lythraceae (*Cuphea*), Orchidaceae (*Cleistes*, *Habenaria*, *Sarcoglottis*) e Poaceae (*Aristida*, *Axonopus*, *Panicum*, *Mesosetum*, *Paspalum*, *Trachypogon*).

Outras descrições são apresentadas em Biolaw (2006) que considera uma abordagem de ecoregiões a qual define o "conjunto de comunidades naturais, geograficamente distintas, que compartilham a maioria das suas espécies, dinâmicas e processos ecológicos e condições ambientais similares, que são fatores críticos para a manutenção de sua viabilidade a longo prazo". Segundo esse mesmo relatório, a alternância de ecoregiões que são cortadas pela rodovia determina a ocorrência de ecótonos e áreas de tensão ecológica dispersas ao longo da área estudada. A fisionomia e a composição florística desses ecótonos é bastante peculiar, formando complexos vegetacionais que podem variar em curtos trechos. São áreas de diversidade ímpar e com altas taxas de endemismos. Nas áreas de tensão ecológica a vegetação passa de um ponto ótimo (clímax) até seu extremo oposto, quando desaparece.

#### *Outras formações*

- Formações Pioneiras

É a vegetação de primeira ocupação dos terrenos sedimentares das planícies fluviolacustres, constituída por comunidades Aluviais ou de Várzeas, com fisionomias desde criptofítica com hidrófitos, nos terrenos pantanosos, a campestre arbustiva, nos terrenos mais enxutos. São fisionomias típicas de brejos e campos úmidos. Figuram como Formações Pioneiras de Influência Fluvial e/ou Lacustre, com feições ou fisionomias herbácea e arbustiva, geralmente com a presença significativa de palmeiras.

- Áreas de Tensão Ecológica (vegetação de transição)

Constituem as áreas onde a vegetação de duas ou mais regiões fitoecológicas se misturam ou se interpenetram. A representação destes contatos geralmente constitui mero problema cartográfico, podendo ser individualizados em escalas mais detalhadas.

As informações compiladas a partir dos estudos levantamentos realizados a campo pela equipe do Meio Biótico e por pesquisa em dados secundários relativos à área de entorno das Terras Indígenas permitiram o diagnóstico da fauna de vertebrados, sub dividida em peixes (ictiofauna), répteis e anfíbios (herpetofauna), aves (avifauna) e mamíferos (mastofauna) apresentado a seguir.

- Ictiofauna

Em Dias *et al.* (2000) há uma compilação de informações sobre a área, como descrito a seguir. De acordo com Peret (2000) (*apud* DIAS *et al.*, 2000) a fauna de peixes da região Araguaia-Tocantins representa uma fração importante e particular na composição da biodiversidade brasileira (de peixes), demonstrada pela grande quantidade de espécies endêmicas, como os peixes temporários, pertencentes à família Rivulidae, dos gêneros *Spectrolebias*, *Plesiolebias*, *Sympsonichthys*, *Maratecoara*, *Trigonectes*, *Pituna*, num total de sete espécies descobertas recentemente nas regiões de entorno e vizinhanças da APA do Cantão.

A bacia Amazônica, a qual pertence o rio Araguaia, apresenta a maior diversidade de espécies de peixes do mundo. De acordo com BRASIL (1982) (*apud* DIAS *et al.*, 2000) 257 espécies foram identificadas no pólo Araguaia-Tocantins, que compreendem os trechos do baixo Araguaia, médio e baixo Tocantins. Recentemente diversos gêneros e espécies novas de peixes foram descritos por Costa (1997) (*apud* DIAS *et al.*, 2000) para a Bacia Tocantins-Araguaia: um *Pamphorichthys* (Cyprinodontiformes: Rivulidae) em 1991, uma nova espécie de *Melanocharacidium* (Characiformes: Crenuchidae) em 1994, um peixe cego da família Glanapterygine (1994), um novo gênero e espécie de *Sarcoglanidinae* (Siluriformes: Trichomictoridae) em 1994, um novo caracídeo do gênero *Astyanax* (1995) e *Spectrolebias semiocellatum* (Cyprinodontiformes: Rivulidae), um novo gênero e espécie de peixe temporário (1997).

Com relação às espécies comerciais, a Bacia do Araguaia apresenta peixes muito comercializados como o pirarucu, *Arapaima gigas*, a dourada (*Brachyplatystoma* sp.), o surubim e espécies correlatas (*Sorubim lima* e *Hemiosorubim platyrhincus*) muito procurados pela pesca comercial, o pintado (*Pseudoplatystoma fasciatum*), tucunarés (*Cichla monoculos*).

No estudo realizado por Biolaw (2006) foram amostrados 11 cursos d'água interceptados pelo traçado da rodovia, entre o entorno da intersecção da BR 158 com a BR 242 (junto à localidade de Estrela do Araguaia) e a divisa de Mato Grosso com o Pará.

Os dados, ainda preliminares, indicam a existência de 55 espécies de peixes para a área em estudo, dentre estas o Tucunaré (*Cichla* sp) e a raia (*Potamotrigon cf. henlei*), considerada um dos peixes de água doce mais perigosos, devido ao seu esporão caudal que pode ocasionar, em casos mais extremos, a amputação do membro afetado.

Na rede NEODAT foram encontrados para região o registro de 31 gêneros e/ou espécies, conforme Quadro 6.3.69.

Quadro 6.3.69 - Gêneros/espécies registrados na área de estudo no sistema NEODAT.

Gênero	Espécie	Nome vulgar
<i>Apistogramma</i>	sp.	
<i>Astyanax</i>	sp.	
<i>Auchenipterichthys</i>	sp.	
<i>Brycon</i>	sp.	
<i>Caenotropus</i>	<i>labyrinthicus</i>	
<i>Chalceus</i>	sp.	
<i>Charax</i>	sp.	
<i>Cichlasoma</i>	<i>araguaiense</i>	
<i>Curimatella</i>	<i>immaculata</i>	
<i>Cyphocharax</i>	<i>leucostictus</i>	
<i>Eigenmannia</i>	sp.	
<i>Exodon</i>	sp.	
<i>Hassar</i>	<i>orestis</i>	botinho
<i>Hemigrammus</i>	sp.	
<i>Hyphessobrycon</i>	sp.	
<i>Laetacara</i>	sp.	
<i>Leporinus</i>	sp.	
<i>Metynnis</i>	sp.	
<i>Moenkhausia</i>	sp.	
<i>Moenkhausia</i>	sp.	
<i>Myleus</i>	sp.	
<i>Mylossoma</i>	sp.	
<i>Phenacogaster</i>	sp.	
<i>Pristigaster</i>	sp.	
<i>Roebooides</i>	sp.	
<i>Semaprochilodus</i>	<i>brama</i>	jaraqui
<i>Serrasalmus</i>	sp.	
<i>Sturisoma</i>	<i>cf. rostratum</i>	
<i>Tetragonopterus</i>	sp.	
<i>Thayeria</i>	<i>bohlkei</i>	
<i>Triportheus</i>	sp.	

#### - Herpetofauna

Segundo Dias *et al.* (2000), um levantamento realizado na área do Parque Ecológico Estadual do Cantão encontrou 25 espécies de répteis divididos em 20 espécies de Squamata (lagartos e cobras), três de Cheloniidae (tartarugas) e duas de Crocodylidae (jacarés).

Em relação aos anfíbios, ocorre uma predominância de espécies do Cerrado, sendo observadas 23 espécies.

Biolaw (2006) registrou preliminarmente a ocorrência de 11 espécies de lagartos, nove de serpentes e 22 de anfíbios, número bastante significativo para o esforço aplicado.

#### - Avifauna

A avifauna da região proposta para a criação do Corredor Ecológico Araguaia-Bananal caracteriza-se por ser de cerrado. Essa região também é importante como área de nidificação de aves migratórias.

O cerrado possui 837 espécies de aves, distribuídas em 64 famílias, 90,7% dessas espécies são residentes no Cerrado, sendo que 3,8% destas são endêmicas (SILVA, 1995). Segundo esse mesmo autor, com relação ao uso de habitat, cerca de 51,8% das aves do Cerrado são dependentes das matas e 20,8% são semi-dependentes. No caso de aves migratórias que utilizam o Cerrado, 88,4% são dependentes de formações florestais. Entretanto, 51,5% das espécies endêmicas desse bioma não são dependentes de áreas florestais.

No Parque Estadual do Cantão foram registradas 317 espécies de aves, sendo que 33 são endêmicas (DIAS *et al.*, 2000). Nessa região foi observada a presença da harpia (*Harpia harpia*), animal ameaçado de extinção, sendo este um dos poucos lugares no Brasil Central onde ela ainda ocorre.

No estudo preliminar realizado por Biolaw (2006) foram registradas 284 espécies no trecho da BR-158/MT a ser pavimentado. Nenhuma espécie de ave considerada ameaçada de extinção foi detectada.

#### - Mastofauna

Segundo DIAS *et al.* (2000), a mastofauna da região do Araguaia se assemelha à mastofauna do Cerrado, com algumas exceções como o boto (*Inia geoffrensis*) e a preguiça (*Bradypus* sp). Segundo esses mesmos autores as espécies de pequeno porte possíveis de serem encontradas são *Oligoryzomys elurus*, *Gracilianus agilis*, *Akodon cursor*, *Nectomys squamipes*, *Oryzomys capito*, *Oecomys concolor*, *Oecomys bicolor*, *Monodelphis americana* e *Rhipidomys mastacalis*. Com relação aos mamíferos de médio e grande porte são registrados o gambá (*Didelphis albiventris*), a cutia (*Dasyprocta* sp.), a capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*), o tapiti (*Sylvilagus brasiliensis*), o sagüi (*Callithrix penicillata*), o macaco-prego (*Cebus apella*) e o bugio-preto (*Alouatta caraya*). Outras espécies não tão comuns,

porém registradas nesses ambientes, são a cuíca-d'água (*Chironectes minimus*), o quati (*Nasua nasua*) e a irara (*Eira barbara*). Com relação ao "cerradão", DIAS *et al.* (2000) cita como a espécie mais abundante nesta formação *Oryzomys subflavus*, também ocorrendo *Thalpomys lasiotis*, *Calomys allosus*, *Olygorisomys microtis*, *Calomys tener* e *Bolomys lasiurus*. A composição da fauna do cerrado "senso restrito" é similar a de outras fisionomias próximas, como o Cerradão, o Parque Cerrado, o campo úmido e o campo limpo. Nesta fisionomia a espécie mais importante é *Thalpomys lasiotis*, seguida de *Oryzomys subflavus* e *Calomys tener*. Uma espécie de marsupial, *Thylamys velutinus*, foi capturada apenas nesta fisionomia, na Reserva Ecológica do IBGE (DIAS *et al.*, 2000) foram amostradas 30 espécies de mamíferos, das quais duas estão nacionalmente ameaçadas de extinção, o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) e a onça-parda (*Puma concolor*).

#### *Relação flora e fauna*

Segundo Dias *et al.* (2000) com a quebra da continuidade física da cobertura vegetal nativa, espécies animais de maior porte encontradas no corredor Araguaia/Bananal, como a anta (*Tapirus terrestris*), o cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), o mão-pelada (*Procyon cancrivorus*), o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) e a onça-pintada (*Panthera onca*), que precisam de grandes extensões de território para conseguir alimento e outros recursos importantes à sobrevivência, não conseguem o suficiente em seus refúgios de Cerrado, passando a atravessar estradas, plantações e a se alimentar, muitas vezes, de animais e plantas criados pelo homem, na periferia das cidades, agrovilas e sedes de fazendas.

Segundo Araújo (1997) aves acostumadas a pequenas migrações para buscar alimento podem romper as barreiras que isolam fragmentos de Cerrado e continuar a ocupar a região. Porém, certas espécies, como o bico-de-agulha (*Galbula ruficauda*), o surrucuá-variado (*Trogon surrucura*) e o juruba (*Baryphthengus ruficapillus*), são restritas a habitats íntegros de Cerrado e não resistem à competição com espécies invasoras ou à supressão de certos elementos do habitat, importantes para a sua reprodução ou abrigo.

Os fragmentos de cerrado, isolados pela matriz urbana e rural, funcionam ecologicamente como "ilhas". A redução da área disponível para os animais leva à diminuição de espécies dentro dos fragmentos, ao aumento da competição e à expansão do domínio de outras espécies, favorecidas na nova paisagem que se forma, processo conhecido como "relaxamento de habitat". Existe uma convergência defendida por Alho (1981) e Marinho-Filho & Reis (1989) de que existe forte especialização de habitat para pequenos mamíferos no cerrado. Alterações na estrutura desses habitats promovem a extinção local dessas espécies.

#### *Fragilidade do ecossistema*

Segundo DIAS *et al.* (2000) nessa região, os rios possuem nichos específicos criados pelos travessões (obstrução no leito do rio que diminui a velocidade de corrente e

conseqüentemente é uma região de deposição de sedimentos e nutrientes), onde pode ser encontrada uma fauna íctica característica desses ambientes.

A sobrevivência dessa ictiofauna também está diretamente ligada às lagoas marginais, que são conectadas ao rio de forma permanente ou no período das chuvas. Essas lagoas têm como função servir de “berçário” para os alevinos.

A região do corredor ecológico Bananal - Araguaia foi considerada pelo Governo Federal como área prioritária para conservação, entre outras razões, por ser uma área de transição entre os dois maiores biomas do Brasil, o Cerrado e a Floresta Amazônica, com altas taxas de endemismos e espécies ameaçadas de extinção.

### Terra Indígena Maraiwatsede

A Terra indígena Maraiwatsede, localizada na bacia do Tocantins, possui uma área legal de 165.241 hectares e é cortada pelo trecho da BR-158 a ser pavimentado. Área da etnia Xavante, atualmente encontra-se em meio a um grave conflito entre indígenas e não indígenas. Tal questão confere a essa região características de difícil diagnóstico.

Apesar de Maraiwatsede ser reconhecida legalmente como território indígena, os índios Xavante pouco uso fazem dela. Atualmente eles encontram-se restritos a uma pequena fração de terra onde plantam apenas para consumo próprio. Assim sendo o uso da terra é atribuído especialmente aos posseiros e antigos proprietários da área.

### *Meio Físico*

#### Hidrografia

A TI Maraiwatsede é drenada por cabeceiras de corpos d’água de relevância regional, localizando-se sobre um divisor de águas que separa as duas grandes bacias hidrográficas da área em estudo: Xingu, a oeste, e Araguaia, a leste. Os principais cursos d’água que drenam para o Araguaia são: córrego Mutum, córrego Três Pontes e rio Preto, tendo todos estes suas nascentes inseridas no contexto da TI. O principal curso d’água que drena para o Xingu é o rio Comandante Fontoura, cujas nascentes localizam-se no entorno da TI.

Existe um divisor de águas que separa a drenagem superficial da TI Maraiwatsede. A serra do Roncador é o divisor de águas que se projeta ao longo de toda a TI, com direcionamento geral coincidindo em muitos trechos com o eixo da rodovia que traspassa a área.

As cabeceiras dos córregos Mutum e Três Pontes e do rio Preto encontram-se a leste da serra do Roncador e apresentam uma drenagem no padrão dendrítico, com densidade de drenagem maior que a drenagem localizada a oeste do divisor de águas.

Uma característica relevante quanto às nascentes dos principais rios que drenam a TI em direção aos rios Araguaia e Xingu é que suas nascentes se encontram nas proximidades da rodovia (Figura 6.3.22).

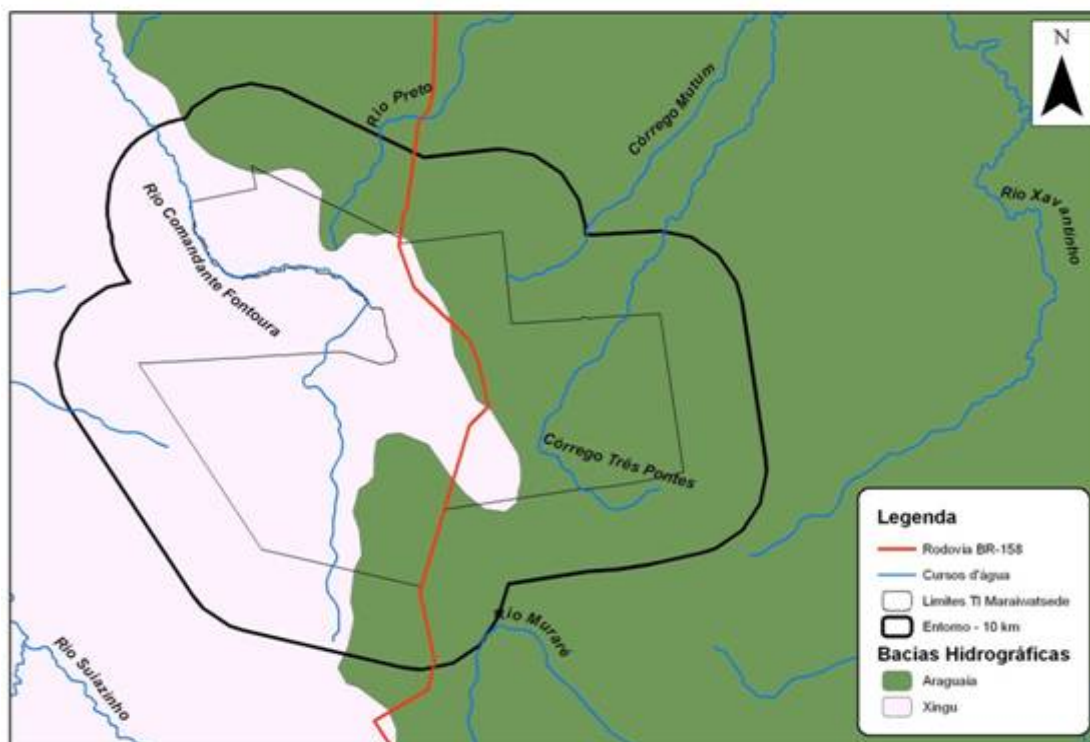


Figura 6.3.22 - Aspectos Hidrográficos da TI Maraiwatsede e entorno

## Geologia

A geologia da área da TI Maraiwatsede é caracterizada pela ocorrência predominante de coberturas sedimentares. A presença da Formação Diamantino, que é o arcabouço geológico da serra do Roncador, representa outra formação que ocupa grande parte da área da TI Maraiwatsede. A Formação Diamantino se caracteriza por apresentar rochas descritas como diabásio, de origem sedimentar. Esta formação conta ainda com arcóseos, siltitos, argilitos e folhelhos com calcários subordinados. O levantamento geológico na área de estudo teve como base a cartografia apresentada no projeto RADAM Brasil, Folha Goiás SD. 22 e Folha Tocantins SC.22 (BRASIL, 1981).

Os arcóseos e siltitos são rochas essencialmente maciças, compactas e, por alteração, exibem esfoliações esferoidais. Em locais subordinados, no sopé da serra do Roncador, encontram-se disjunções poligonais que muito se assemelham às estruturas poliédricas conhecidas como "casco de tartarugas".

Na área em questão ocorrem extensas acumulações de rochas localmente laterizadas, contendo fragmentos provenientes das mais diversas unidades litoestratigráficas, com predominância quartzosa. Suas origens estão associadas aos processos de pediplanização terciário-quaternários, provavelmente provenientes dos arqueamentos pós-cretácicos do embasamento cristalino. A presença de rochas laterizadas e depósitos com fragmentos rudáceos, evidenciam a existência, durante a época de sua formação, de um clima de duas estações com período seco prolongado e chuvas torrenciais. A situação climática atual é



diferente, mudando a duração do período seco, que comparado com a situação pretérita foi reduzido. A característica que se mantém é a existência de duas estações: uma seca (inverno) e outra chuvosa (verão). As rochas laterizadas caracterizam a cobertura sedimentar que predomina a oeste da rodovia, com areias, argilas e cascalho.

Os depósitos aluvionares presentes na área são do Holoceno, e caracterizam-se pela presença de areias, cascalhos, siltes e argilas, além de sedimentos areno-argilosos inconsolidados. Na TI estas litologias encontram-se na calha do rio Comandante Fontoura.

No extremo nordeste da TI, já na fímbria da Planície do Bananal, ocorre a Cobertura Sedimentar do Bananal. Esta se caracteriza pela presença de pacotes arenoso-argilosos, em estágio avançado de laterização.

Nas cartas do RADAMBRASIL não há indicação de áreas de mineração nos limites da TI, mas conforme as informações obtidas junto ao Sistema de Informações Geográficas da Mineração do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) existem áreas de requerimentos minerais no entorno da TI. Os requerimentos são para a exploração de Fosfato e Argila refratária. Estas áreas estão localizadas ao norte dos limites da TI, a oeste da rodovia BR-158.

As litologias da área da TI Maraiwatsede e entorno podem ser visualizadas na Figura 6.3.23 a seguir.

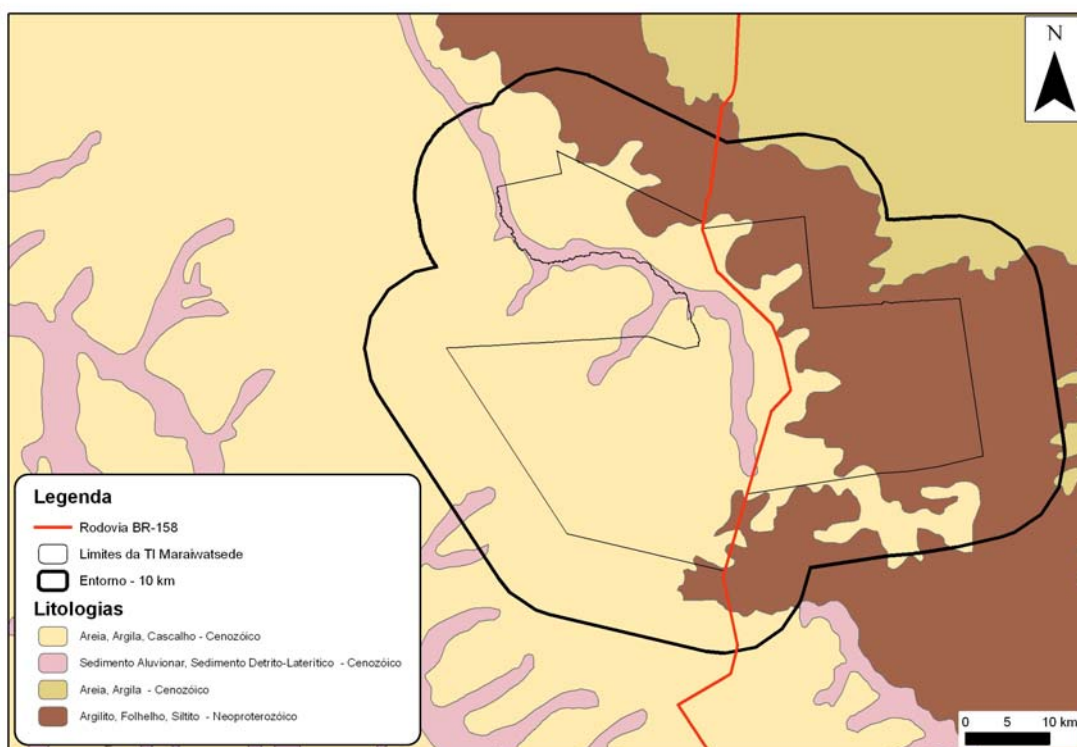


Figura 6.3.23 - Litologias na TI Maraiwatsede e entorno.

## Solos

Na área em estudo os solos que ocorrem são os Latossolos Vermelho-Amarelo distróficos, solos Gley pouco húmico distróficos e Solos Concrecionários distróficos.

Os Latossolos são solos profundos, bem a acentuadamente drenados, muito permeáveis, porosos e com elevado grau de intemperização. Têm como principal característica a presença de um horizonte B latossólico, apresentando teores de óxido de ferro mais elevados e com coloração mais avermelhada.

Possuem perfil com seqüências de horizontes A, B e C, sendo que normalmente os dois primeiros são subdivididos em A1, A3, B1, B2 e B3. O horizonte A possui coloração brunada nos matizes 10YR e 7.5YR, a textura varia de franco-argilo-arenoso, a argila; a estrutura é fraca pequena granular e grãos simples; consistência muito friável e friável, não é plástico a plástico e não pegajoso a pegajoso com a transição gradual ou difusa para o horizonte B. O horizonte B, de coloração vermelho-amarelada a vermelha, nos matizes 7.5YR a 2.5YR, possui textura variando de franco-argilo-arenoso a argila. A estrutura é fraca de tamanho pequeno e médio e do tipo granular, a consistência varia de muito friável a firme, ligeiramente plástico ou plástico e ligeiramente pegajoso ou pegajoso, sendo difusas as transições entre os subhorizontes. A distribuição desta classe de solo é predominante na área, ocupando quase que a totalidade da TI Maraiwatsede. A complexidade das características dos solos nesta área é reflexo dos condicionantes geográficos, como a litologia e as características climáticas da região, que de forma combinada serviram de arcabouço para as classes de solos que se apresentam.

Ocorre também a presença de solos Gley pouco húmico distrófico no curso do rio Comandante Fontoura. Esta classe de solo caracteriza-se por ser pouco desenvolvido, tendo grande influência do lençol freático próximo à superfície, ou mesmo nesta, pelo menos em certa época do ano, condicionando a redução de ferro e aparecimento de cores gleyzadas dentro de 60 cm da superfície. Assim, os solos que se desenvolvem nestas condições apresentam perfis com seqüência de horizontes do tipo A e Cg e raramente Ag e Cg, os quais são geralmente subdesenvolvidos. Estes solos são pouco permeáveis, imperfeitamente a mal drenados, com valores variáveis de saturação e soma de bases e saturação com alumínio. São originados de sedimentos do Holoceno Aluvionar referentes ao período Quaternário e encontram-se cobertos por Floresta nas planícies aluviais, em relevo plano.

Ainda existe na área da TI a presença de Solos Concrecionários distróficos. Estes são solos minerais, rasos a medianamente profundos, bem a moderadamente drenados, possuindo como característica fundamental a ocorrência de grande quantidade de concreções ferruginosas do tamanho de cascalho e calhaus, ocupando a camada agricultável do solo ou todo perfil, o que acarreta diminuição significativa do volume real de terra, assim como da profundidade efetiva, condicionando sérias limitações ao uso agrícola. A distribuição das classes de solos na TI e entorno podem ser visualizadas na Figura 6.3.24 a seguir.

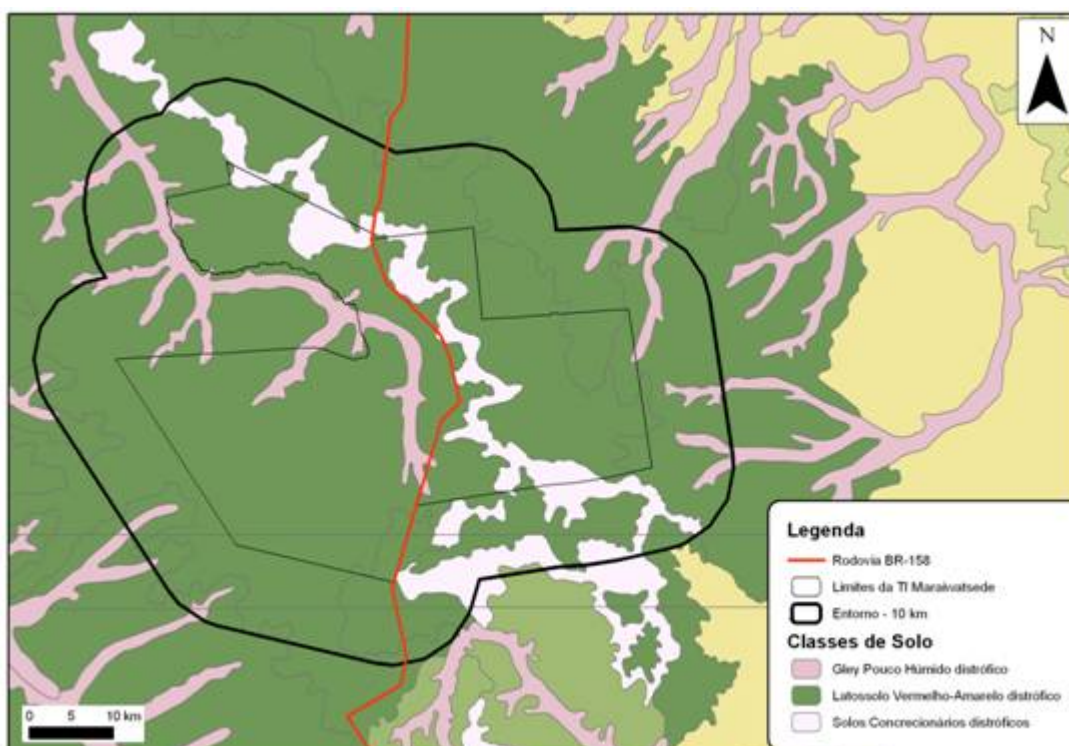


Figura 6.3.24 - Classes de solos na TI Maraiwatsede e entorno.

#### Aptidão dos solos e uso atual

A avaliação da aptidão agrícola das terras tem sido um importante instrumento para o planejamento de uso e ocupação de regiões. Através dela, podem ser realizadas interpretações para atividades agrícolas, classificando-se as terras de acordo com sua vocação para diversas culturas, sob diferentes condições de manejo e viabilidade de melhoramento através de novas tecnologias e também para outros fins como, por exemplo, ferramenta para o desenvolvimento de projetos de desenvolvimento regional. As classes de aptidão consideram três níveis de manejo: a) Nível de Manejo A (primitivo): baseado em práticas agrícolas que refletem um baixo nível tecnológico. Praticamente não há aplicação de capital para manejo, melhoramento e conservação das condições das terras e das lavouras. As práticas agrícolas dependem do trabalho braçal, podendo ser utilizada alguma tração animal, com implementos agrícolas simples; b) Nível de Manejo B (pouco desenvolvido): baseado em práticas agrícolas que refletem um nível tecnológico médio. Caracteriza-se pela modesta aplicação de capital e de resultados de pesquisas para manejo, melhoramento e conservação das condições das terras e das lavouras. As práticas agrícolas estão condicionadas principalmente à tração animal; c) Nível de Manejo C (desenvolvido): baseado em práticas agrícolas que refletem um alto nível tecnológico. Caracteriza-se pela aplicação intensiva de capital e de resultados de pesquisa para manejo, melhoramento e conservação das condições das terras e das lavouras. A motomecanização está presente nas diversas fases da operação agrícola.

Os números representam as restrições/possibilidades de uso da terra, conforme aptidão agrícola.

A legenda do mapa de aptidão agrícola pode ser interpretada conforme os Quadros 6.1.70 e 6.1.71.

**Quadro 6.3.70 - Legenda das classes de aptidão agrícola.**

Legenda	Descrição
GRUPO 1	Terras com aptidão BOA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.
1bC	Terras com aptidão BOA para lavouras no nível de manejo C, REGULAR no B e INAPTA no A.
1(b)C	Terras com aptidão BOA para lavouras no nível C, RESTRITA no nível B e INAPTA no A.
GRUPO 2	Terras com aptidão REGULAR para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.
2(a)bc	Terras com aptidão REGULAR para lavouras nos níveis de manejo B e C e RESTRITA no nível A.
2bc	Terras com aptidão REGULAR para lavouras nos níveis de manejo B e C e INAPTA no nível A.
2(b)c	Terras com aptidão REGULAR para lavouras no nível de manejo C, RESTRITA no nível B e INAPTA no A.
GRUPO 3	Terras com aptidão RESTRITA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.
3(bc)	Terras com aptidão RESTRITA para lavouras nos níveis de manejo B e C e INAPTA no nível A.
GRUPO 4	Terras com aptidão BOA, REGULAR ou RESTRITA para pastagem plantada.
4p	Terras com aptidão REGULAR para pastagem plantada.
GRUPO 5	Terras com aptidão BOA, REGULAR ou RESTRITA para silvicultura e/ou pastagem natural.
5n	Terras com aptidão REGULAR para pastagem natural.
5(n)	Terras com aptidão RESTRITA para pastagem natural.
GRUPO 6	Terras sem aptidão para uso agrícola.
6	Terras sem aptidão para uso agrícola.

**Quadro 6.3.71 - Alternativas de Utilização das Terras de Acordo com os Grupos de Aptidão Agrícola.**

Grupo de Aptidão Agrícola	Usos do solo possíveis					
	Preservação da flora e da fauna	Silvicultura e/ou pastagem natural	Pastagem plantada	Lavouras		
				Aptidão restrita	Aptidão regular	Aptidão boa
1						
2						
3						
4						
5						
6						

Fonte: EMBRAPA, 1995.

Os solos da TI Maraiwatsede apresentam três grupos diferentes de aptidão agrícola. Um dos grupos apresenta boa aptidão para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um

dos níveis de manejo. Para este caso as terras são de boa aptidão para lavouras baseadas em práticas agrícolas que refletem um alto nível tecnológico. Caracteriza-se pela aplicação intensiva de resultados de pesquisa de manejo, melhorando a conservação das condições das terras e das lavouras. A área ocupada por esse grupo de aptidão agrícola na TI é pouco expressiva, ficando restrita a uma faixa de terras ao sul da TI (1bC), paralela ao eixo da rodovia e uma área no extremo leste [1(b)C], onde o uso atual do solo caracteriza-se pela Pecuária e pela Agricultura.

Outro grupo, que cobre a maior área na TI Maraiwatsede, apresenta terras com uma aptidão regular [2(b)c] para as lavouras de ciclo curto e/ou longo em um nível de manejo desenvolvido, restrito em um nível de manejo pouco desenvolvido e inapto em um nível de manejo primitivo. O uso atual destas áreas não entra em conflito com a aptidão agrícola, uma vez que ao nordeste da área predomina a Pecuária, exigindo um nível de manejo pouco desenvolvido. Para as áreas onde predominam as atividades agrícolas existe a possibilidade do uso atual não corresponder ao nível de manejo necessário indicado pela aptidão das terras.

Ainda ocorrem na área terras com aptidão regular para pastagem natural (5n). Estas áreas ocorrem nas várzeas dos rios, onde o uso atual do solo apresenta Floresta e Floresta ripária, não entrando em conflito com a aptidão.

Há poucas áreas com boa aptidão para lavouras na TI Maraiwatsede. As áreas que apresentam alguma aptidão agrícola não são adequadas para manejos primitivos, sendo necessários, pelo menos, o uso de tração. As áreas laranja, correspondente às matas que acompanham os cursos d'água, apresentam aptidão regular para pastagem natural, uso esse desaconselhável nesse tipo de ambiente, devendo ser utilizadas para a conservação da fauna e da flora.

A distribuição das classes de aptidão agrícola dos solos na TI e entorno podem ser visualizadas na Figura 6.3.25 a seguir.

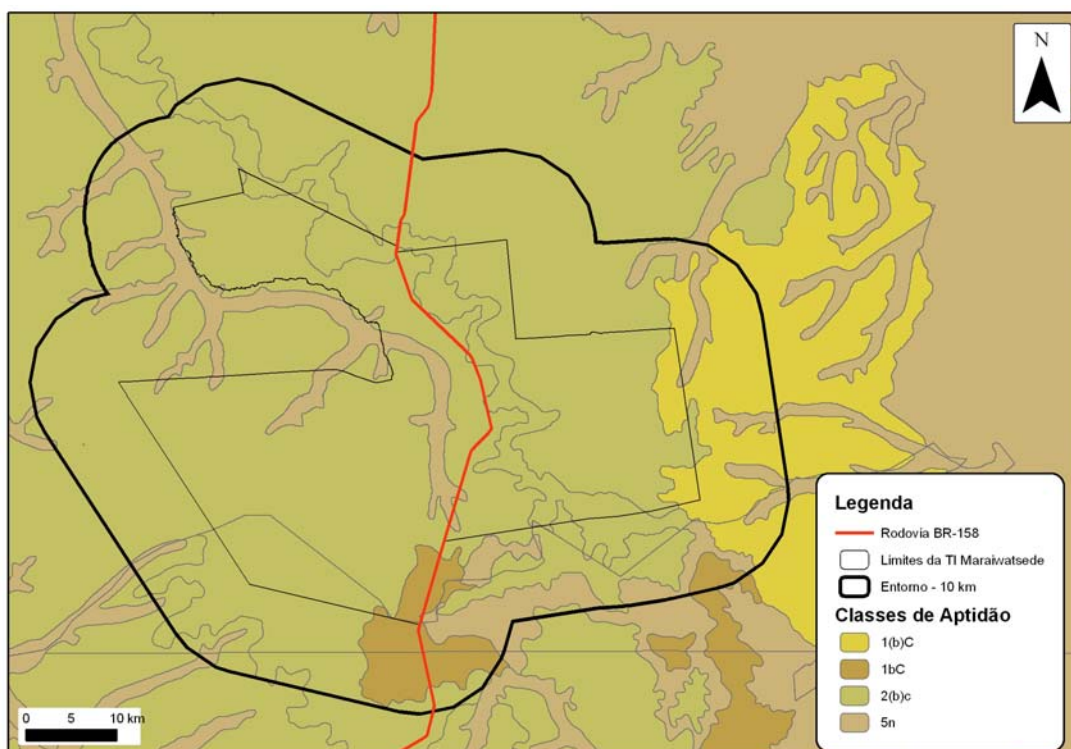


Figura 6.3.25 - Aptidão agrícola dos solos na TI Maraiwatsede e entorno.

### Uso e ocupação

Para a definição das classes de uso do solo na TI Maraiwatsede foram interpretadas as cenas 163/113 e 162/113 do satélite CBERS-2 (sensor CCD), datadas dos dias 15 e 18 de setembro de 2005 respectivamente. A cena 163/113 apresenta uma cobertura de nuvens bastante significativa, prejudicando a interpretação em algumas áreas, como pode ser visto na Figura 6.3.26.

A paisagem na TI Maraiwatsede tem uma composição marcada pelo predomínio de algumas classes a leste e outras a oeste da rodovia. A leste da rodovia tem-se um predomínio de cerrados, com agricultura, pecuária e áreas de queimadas, além de algumas áreas de floresta. As áreas de cerrados localizam-se ao sul da TI, ficando a pecuária ao norte da área da TI.

A oeste da rodovia a classe predominante é de floresta, com agricultura, cerrado, pecuária e áreas de floresta em desmatamento, principalmente dentro dos limites da TI, onde a área desmatada chega a 203 km<sup>2</sup>. Existe também uma área de floresta ripária expressiva presente no curso do rio Comandante Fontoura.

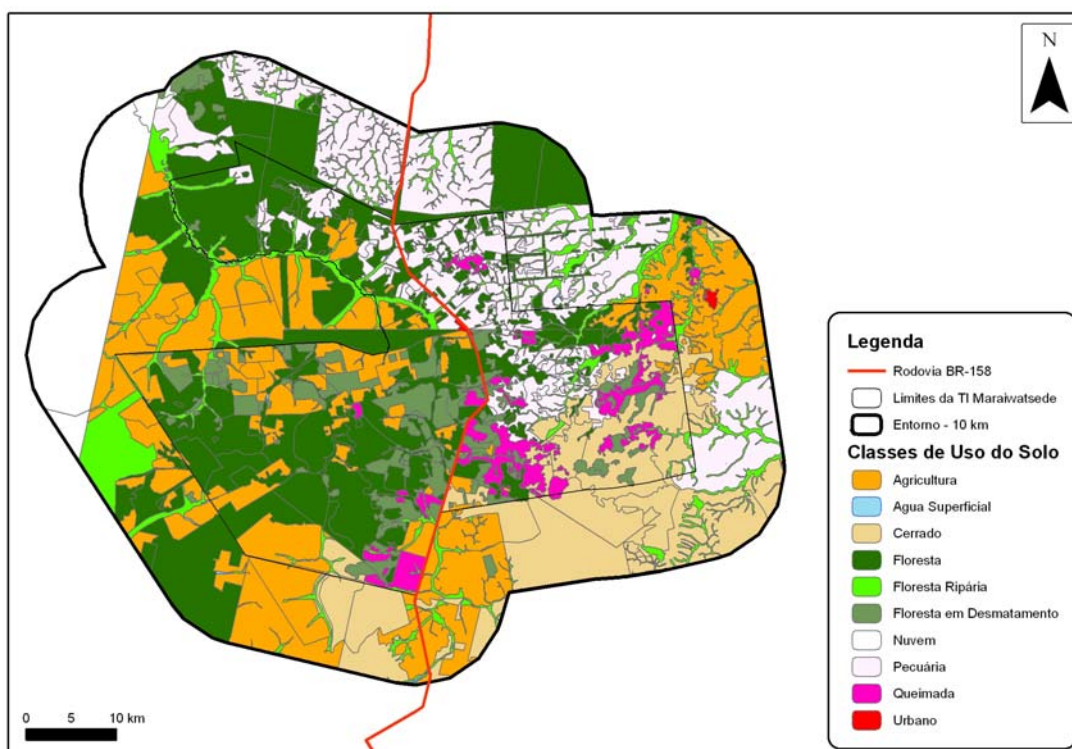
Nos limites da TI a paisagem é bastante heterogênea. O que chama atenção são as áreas de queimadas, floresta em desmatamento, pecuária e agricultura dentro dos limites da TI Maraiwatsede. Somadas estas áreas superam em mais de 60 km<sup>2</sup> as áreas de floresta dentro dos limites da TI.

As áreas de cada classe de uso e ocupação do solo na TI e entorno são apresentadas no Quadro 6.3.72 a seguir.

**Quadro 6.3.72 - Áreas das classes de uso e ocupação do solo na TI Maraiwatsede e entorno.**

Classes de Uso do Solo	Áreas (km <sup>2</sup> ) na TI	%	Áreas (km <sup>2</sup> ) na TI + Entorno	%
Agricultura	360,4	14,6	865,5	21,2
Água Superficial	1,8	0,1	5,1	0,1
Cerrado	377,8	15,3	552,1	13,5
Floresta	900,6	36,4	1115,7	27,3
Floresta Ripária	222,8	9	304,2	7,4
Floresta em Desmatamento	203	8,2	222,1	5,4
Nuvem	3,1	0,1	232,6	5,7
Pecuária	284,8	11,5	663,5	16,2
Queimada	117,6	4,8	120,3	2,9
Urbano	1,4	0,1	3,6	0,1
<b>Área Total</b>	<b>2473,3</b>	<b>100</b>	<b>4084,7</b>	<b>100</b>

As classes de uso e ocupação do solo em toda a TI e entorno são apresentadas na Figura 6.3.26 a seguir.



**Figura 6.3.26 - Uso e ocupação do solo na TI Maraiwatsede e entorno.**

Como pode ser visto na Figura 6.3.26 e Quadro 6.3.70, as águas superficiais representam 1,8% da TI e a chamada área urbana representa menos de 1% do território. Mais de 60% da área ainda apresenta vegetação nativa, seja ela florestal (36,4%), floresta ripária (9%) ou cerrado (15,3%). Essa vegetação certamente ocupava toda a área em questão e vem sofrendo alterações e degradações, evidenciados nessa mesma imagem através das áreas em desmatamento (8,2% da Terra Indígena) e queimadas (4,8% da TI). Essa degradação vem acentuando-se na medida em que há usos intensivos da terra para atividades de produção em larga escala, como pecuária (11,5%) e agricultura (14,6%). Tais atividades tendem a crescer, intensificando o desflorestamento e o uso intensivo do solo e, a menos que haja um controle mais rigoroso, a tendência já demonstrada em outras regiões é a substituição de áreas florestais por pastagens ou lavouras.

### *Meio Biótico*

A vegetação encontrada na TI Maraiwatsede pode ser considerada como um mosaico vegetal e agrega elementos amazônicos e do cerrado brasileiro, alternando paisagens de um ou outro bioma com ambientes de sobreposição, com espécies de ambos. Essas zonas, conhecidas como Áreas de Tensão Ecológica (Figura 6.3.27) são, na verdade, o encontro de dois ou mais biomas onde podem conviver elementos desses ecossistemas. Essas áreas são bastante ricas, apresentando organismos endêmicos importantes.



Figura 6.3.27 - Área de Tensão Ecológica da Terra Indígena Maraiwatsede.

As formações vegetais que ocorrem nessa área podem ser vistas na Figura 6.3.28 e já foram caracterizados anteriormente.



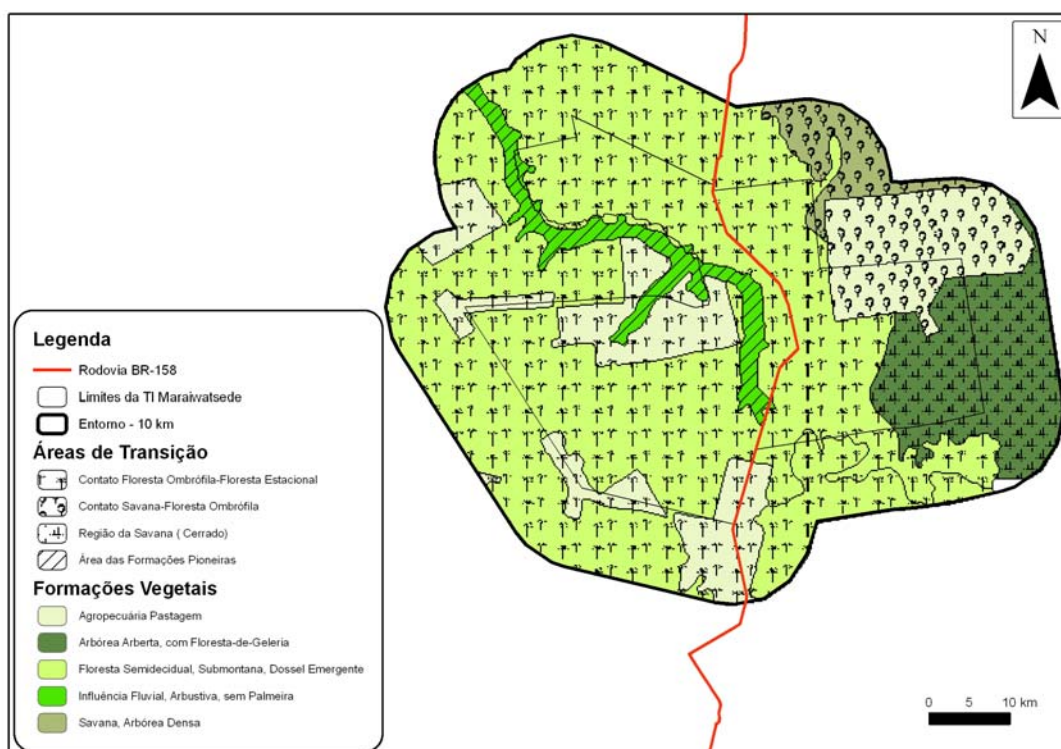


Figura 6.3.28 - Formações vegetais na Terra Indígena Maraiwatsede.

A TI Maraiwatsede vem sofrendo pressões e degradações históricas com as atividades agropecuárias. O resultado desse uso são as grandes áreas desmatadas para pastagens que podem ser vistas na figura 6. O desmatamento e queimadas para implantação de pastagens e lavouras são, juntamente com a extração de madeira, os principais problemas para a conservação desses ambientes. Discussões sobre esse tema serão feitas a seguir.

Apesar disso, pode-se ver que as matas de galeria, aparentemente, apresentam-se em bom estado de conservação. Apesar da questão do uso de Áreas de Preservação Permanentes em Terras Indígenas ser bastante controversa a manutenção da vegetação ao longo dos cursos d'água tem uma função de suma importância para a conservação da rede hídrica, bem como representam corredores genéticos/ecológicos, garantindo a dispersão e manutenção de espécies animais e vegetais. Dessa forma, sua manutenção é de vital importância, inclusive para as comunidades indígenas, que dependem dos recursos naturais para sua sobrevivência e manutenção de sua cultura.

A análise do uso do solo é de extrema importância para o diagnóstico ambiental de uma área, pois a partir dela é possível avaliar a integridade e o grau de conservação dos recursos naturais, bem como a interferência antrópica, sendo possível inferir sobre as principais pressões ao meio ambiente.

Sabe-se que atividades como pecuária e agricultura têm sido responsáveis por grande parte do desmatamento na Amazônia.

### Terra Indígena Urubu Branco

A Terra Indígena Urubu Branco localiza-se ao norte do trecho da BR 158/MT em licenciamento e é atingida pela rodovia apenas em uma pequena parte da sua Área de Influência Direta. Demarcada em 1994 e apresentando uma área de 167.533 há, a TI Urubu Branco apresenta problemas fundiários como a TI Maraiwatsede, sendo registrada a presença de posseiros e fazendeiros.

#### *Meio Físico*

##### Hidrografia

A TI Urubu Branco está quase totalmente inserida no contexto da Bacia Hidrográfica do Araguaia, tendo apenas uma porção no norte de sua área inserida na Bacia do Xingu.

Os principais cursos d'água que drenam a área da TI Urubu Branco são o rio Tapirapé, córrego Ponte Branca e do córrego Gameleira, que drenam para o rio Araguaia. Ao norte da área está o córrego Samambaia, que drena para o rio Xingu (Figura 6.3.29). A área mais expressiva da TI está inserida na bacia do Araguaia, sendo o rio Tapirapé o corpo d'água principal da hidrografia local.

A área é nitidamente marcada pelo divisor de águas da serra do Urubu Branco, localizada na porção central da TI no sentido SW-NE, definindo dois padrões de drenagem bastante distintos. Um marcado pelas áreas mais planas ao sul do divisor de águas, caracterizado pela várzea do rio Tapirapé, já inserido na planície do Bananal. Nesta área a densidade de drenagem é baixa e alguns corpos d'água são intermitentes. O corpo d'água mais expressivo desta área é o córrego Ponte Branca que tem suas nascentes na serra do Urubu Branco e drena em direção ao rio Tapirapé.

O segundo padrão é marcado por uma densidade de drenagem elevada, ficando ao norte da serra do Urubu Branco, onde os rios são perenes. As nascentes do córrego Gameleira estão nesta área, drenando no sentido norte sul, em direção ao rio Tapirapé, bordejando o divisor de águas pelo setor oeste. Outro corpo d'água que tem suas nascentes na serra do Urubu Branco é o córrego Gameleira, que drena para o Xingu.

Ao sul da TI Urubu Branco, durante a estação seca, a água represada dá origem a diversos lagos. Durante a estação chuvosa a área toda fica alagadiça. Essa área (sul), por alagar sazonalmente, apresenta-se mais conservada, já que seu uso é limitado pelas condições ambientais. Essa característica também torna essa região importante para a manutenção de espécies dependentes de áreas úmidas em alguma fase da vida, sendo considerada como berçário natural e, por isso, exigindo medidas de conservação cabíveis.

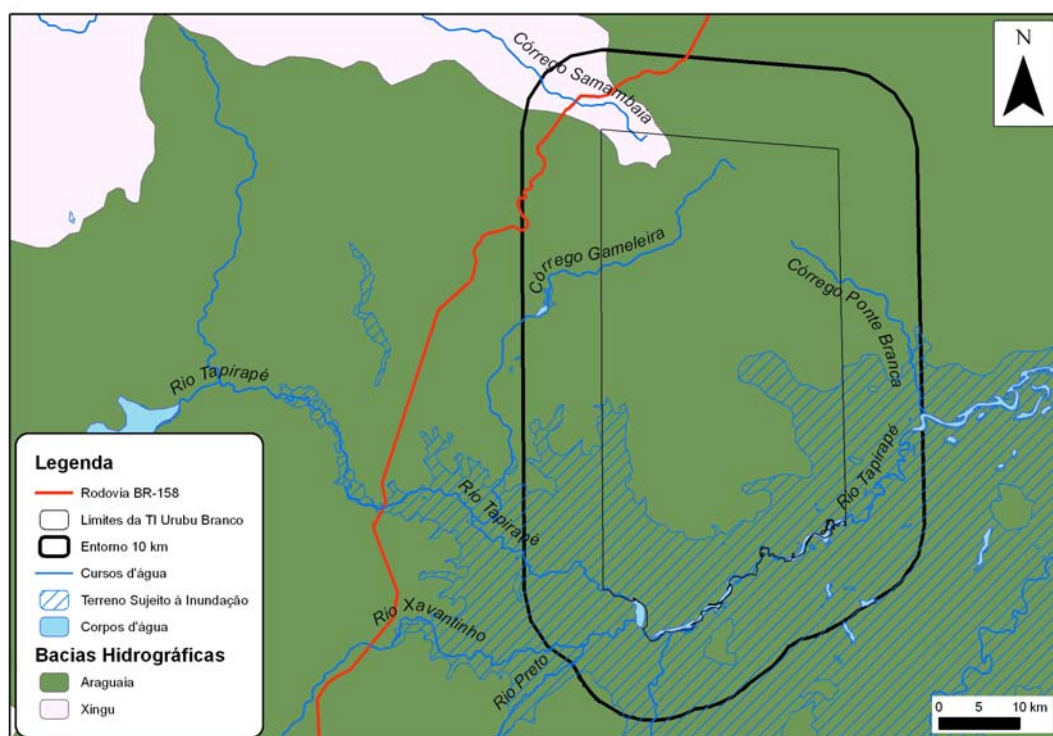


Figura 6.3.29 - Aspectos Hidrográficos da TI Urubu Branco e entorno.

## Geologia

O arcabouço geológico da TI em questão é constituído pela exposição das rochas cristalinas além das coberturas sedimentares que cobrem a área ao sul da serra do Urubu Branco.

A exposição das rochas do Complexo Xingu que afloram na TI, é representada por rochas orto e parametamórficas, de fácies anfibolito e granulito e diaforitos da fácies xisto verde. Esse complexo constitui-se de uma associação petrotectônica heterogênea na forma de anfibolitos, charnockitos, dioritos, gnaisses, granitos e granitóides, granulitos e metabásicas principalmente (figura 10), além de migmatitos, sienitos, quartzitos e xistos como enclaves. Esse conjunto de rochas sofreu ação de fenômenos granitizantes e/ou intensa migmatização ao longo de sua história, o que ocasionou a homogeneização litológica com marcante monotonia composicional, embora os dados geocronológicos evidenciem uma intrincada associação litológica que foi obliterada por este processo.

A Formação Gorotire se caracteriza por um pacote de arenitos grosseiros a conglomeráticos com horizontes subordinados de granulometria mais fina. As litologias predominantes são os arenitos, grauvaca, grauvaca quartzosa e subgrauvaca (Figura 6.3.30), além de arenitos feldspáticos, siltitos, conglomerados, arenitos conglomeráticos, argilitos, quartzitos e brechas de falha.

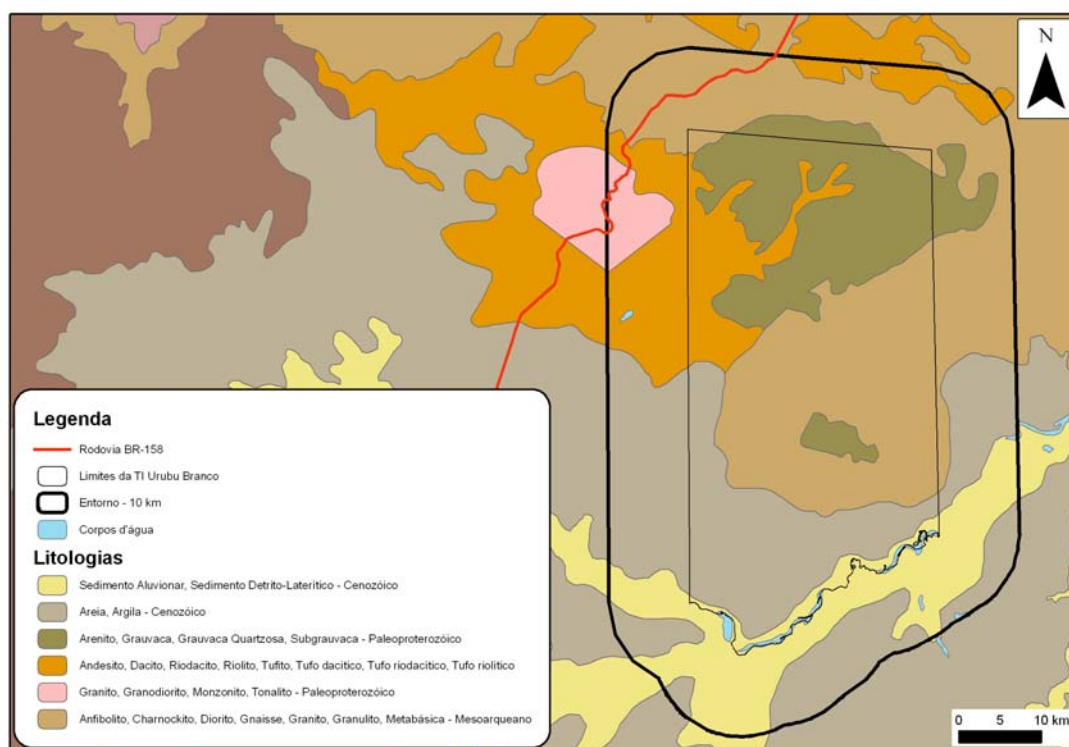
Na serra do Tapirapé, as exposições litológicas são compostas de rochas efusivas ácidas denominadas Formação Iriri. Essa formação ocorre de forma localizada na TI Urubu Branco, com a exposição de andesitos, dacitos, riodacitos, riolitos e tufitos, assim como ignibritos.

Circundada pelas rochas vulcânicas da Formação Iriri e comportando o relevo da serra do Tapirapé, ocorrem as rochas graníticas da Suíte Intrusiva Tarumã. Sob esta denominação incluem-se corpos graníticos subvulcânicos a hipabissais, relacionados a episódios de recorrência magmática ácida pós-tectônicos pré-brasileiros, além de monzonitos e tonalitos.

Na Planície do Bananal o arcabouço geológico é composto por litologias sedimentares denominadas como Cobertura Sedimentar do Bananal. A cobertura sedimentar da Ilha do Bananal pode ser definida como sendo uma peculiar feição geológico-geomorfológica, correspondendo, provavelmente, a uma exceção na sedimentação aluvial normal de um grande rio, requerendo, portanto, uma explicação à parte. Como a jusante não há soleira dura formando nível de base local, julga-se tratar de uma área de subsidência diferencial, de caráter tectônico. Quando relacionada no espaço com o Plioceno, vê-se que a sedimentação pleistocênica está embutida nele, havendo assim um degrau na passagem de uma para outra unidade.

Essa unidade geológica caracteriza-se por pacotes areno-argilosos, geralmente inconsistentes, com colorações variadas, muitas vezes, em estágio avançado de lateritização. As litologias predominantes são as areias e argilas.

As áreas de requerimentos minerais, conforme o Sistema de Informações Geográficas de Mineração do DNPM, nos limites da TI Urubu Branco e entorno apresentam os seguintes minérios: Cobre, Ouro, Níquel e Granito. Estas áreas estão em fase de requerimento de pesquisa, sendo que algumas já detêm a autorização para exploração. As litologias presentes na área da TI Urubu Branco podem ser visualizadas na Figura 6.3.30 a seguir.



**Figura 6.3.30 - Litologias da TI Urubu Branco e entorno.**

## Solos

É associada à Cobertura Sedimentar no Bananal que ocorre a classe de solo Laterita Hidromórfica Distrófica que cobre boa parte da TI Urubu Branco. São solos hidromórficos, minerais, pouco profundos, bastante intemperizados, que se caracterizam por apresentar plintita, situada imediatamente abaixo do horizonte A, rica em sesquióxidos e pobre em húmus, com predomínio da cor avermelhada, inicialmente apresentando consistência branda devido a continuados períodos de saturação com água, mas que quando em exposição permitem um endurecimento irreversível. Estes solos possuem argila de atividade baixa em decorrência do material originário; valores baixos de soma e saturação de bases além de valores abaixo de 50% de saturação com alumínio.

A classe de solo Gley pouco húmico caracteriza-se por ser pouco desenvolvido, tendo grande influência do lençol freático próximo à superfície, ou mesmo nesta, pelo menos em certa época do ano, condicionando redução de ferro e aparecimento de cores gleyzadas dentro de 60 cm da superfície.

A classe dos Litólicos presentes na área da TI se caracteriza por apresentar solos minerais, rasos ou muito rasos, pouco desenvolvidos, geralmente constituídos de perfis com um horizonte A diretamente sobre a rocha matriz ou sobre um horizonte C, ou ainda sobre um B incipiente. Apresentam valores baixos de saturação de bases, soma de bases e capacidade de troca de cátions, sendo a saturação com alumínio sempre inferior a 50%.

Os Podzólicos Vermelho-Amarelo distróficos são solos com horizonte B textural, não hidromórficos, com argila de atividade baixa, ou seja, a capacidade de troca de cátions após correção de carbono é inferior a 24 mE/100 g de argila. São profundos a medianamente profundos, bem a moderadamente drenados, com seqüência de horizontes A, B e C, sendo os dois primeiros subdivididos em A1, A3, B1, B2 e B3, ocorrendo, em alguns casos, horizonte A2. A distribuição das classes de solos pode ser vista na Figura 6.3.31 a seguir.

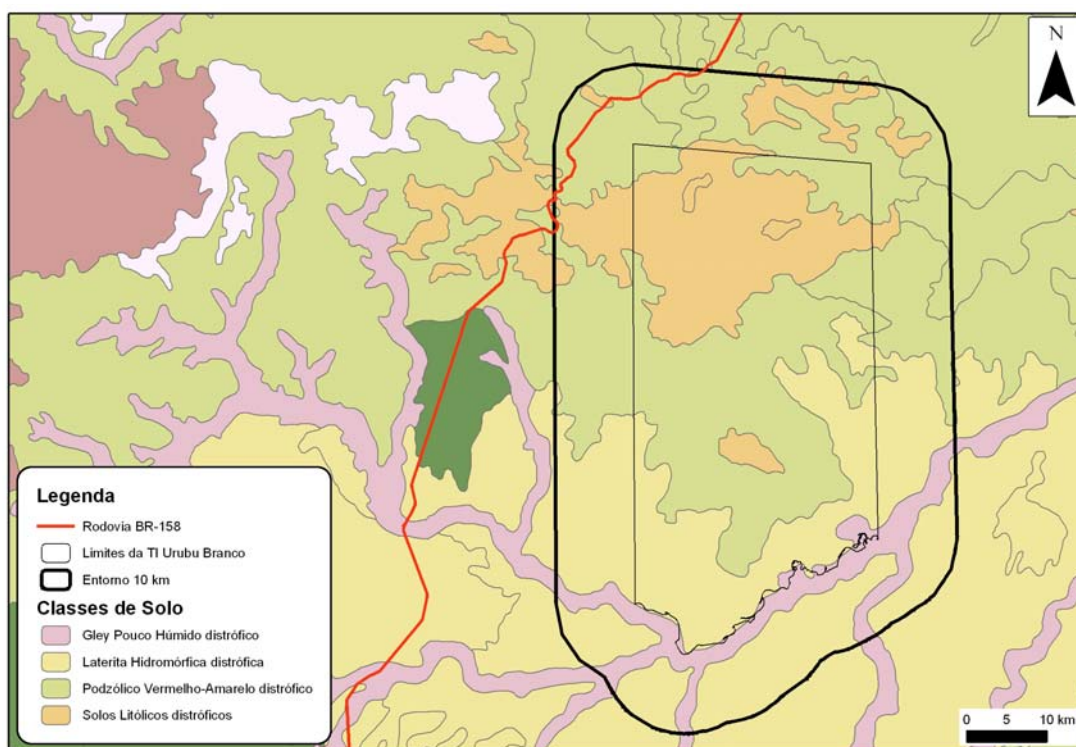


Figura 6.3.31 -Classes de solos na TI Urubu Branco e entorno.

#### Aptidão dos solos e uso atual

As terras da área da TI Urubu Branco apresentam, em boa parte, uma aptidão boa para lavouras com um nível de manejo desenvolvido (1bC), uma aptidão regular para um nível de manejo pouco desenvolvido e inapta para um manejo primitivo (2bc). O uso atual destas terras não entra em conflito com a aptidão agrícola dos solos, pois estas áreas estão ocupadas por floresta ao sul da serra Urubu Branco, e por pecuária, ao norte da área (Figura 6.3.32).

Grande porção da área apresenta terras sem aptidão para uso agrícola (6), tendo como uso atual a cobertura de Floresta. Esta área ocupa a porção central da TI, ao norte e sobre a serra do Urubu Branco.

Ao sul da área, na várzea do rio Tapirapé as terras apresentam aptidão regular para pastagem natural (5n) e são coberturas por cerrado.

Ocorrem no noroeste da área terras com aptidão regular para lavouras no nível de manejo pouco desenvolvido e desenvolvido e inaptas e também restritas no nível de manejo primitivo [2(b)c e 2(a)bc]. O uso atual destas áreas é predominantemente de pecuária.

A TI Urubu Branco não apresenta áreas adequadas ao manejo primitivo do solo, com exceção da zona 2(a)bc, que possui aptidão restrita para lavouras manejadas sem uso de equipamentos, podendo-se utilizar tração animal. Da mesma forma, as áreas 1bC, 2(b)c e 2bc também apresentam condições regulares ou restritas para esse manejo. As demais áreas apresentam aptidão para a conservação da fauna e da flora (5n e 6) e pastagens naturais (5n).

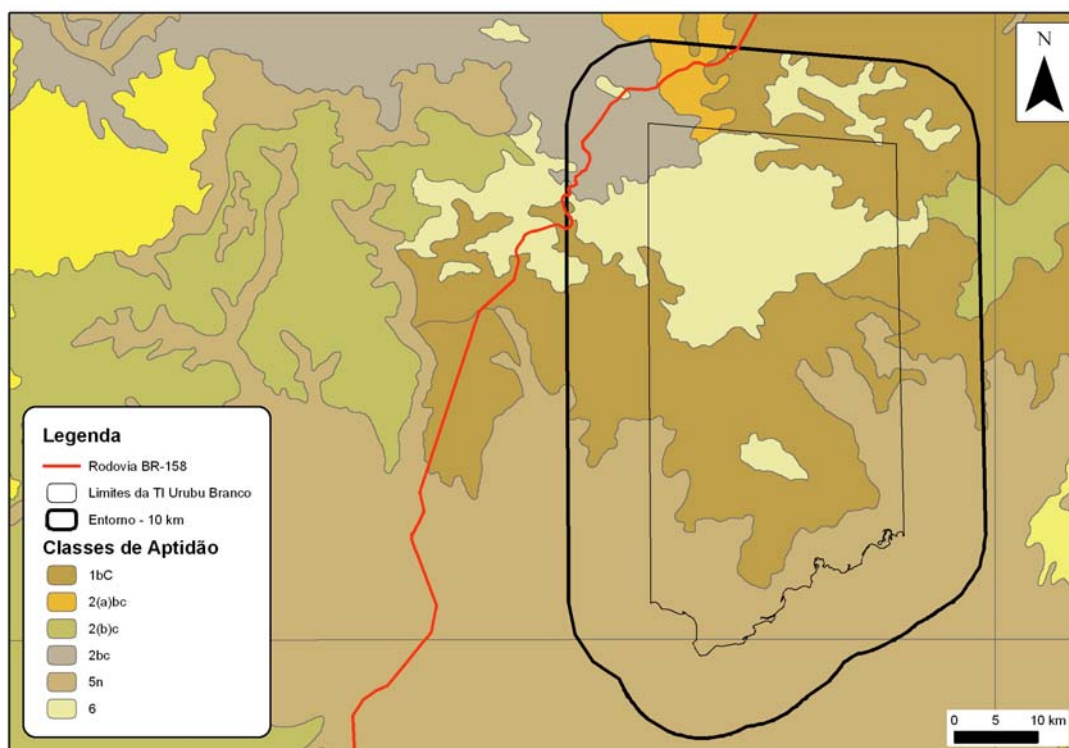


Figura 6.3.32 - Classes de Aptidão na TI Urubu Branco e entorno.

### Uso e ocupação

Para a delimitação das classes de uso do solo na TI Urubu Branco foi interpretada visualmente a cena 162/112 do satélite CBERS-2 (sensor CCD), datada do dia 23 de agosto de 2005.

A área é caracterizada pela presença de uma cobertura de campo sobre os relevos mais planos (no pediplano da serra do Urubu Branco), uma cobertura de floresta nas áreas mais elevadas, e uma área já desmatada ocupada por agricultura e pecuária. As áreas florestadas cobrem a área mais elevada da serra do Urubu Branco, ficando limitadas ao sul pela presença da várzea do Bananal, onde a cobertura do terreno é predominantemente de cerrado (Figura 6.3.33).

Existem áreas de floresta em desmatamento, principalmente nas partes mais elevadas da TI. Há uma área nessa condição localizada no norte da TI, totalizando 66,2 km<sup>2</sup>. Ocorrem também algumas áreas de queimadas, mas de abrangência restrita. As paisagens que predominam são as de cerrado (1111,1 km<sup>2</sup>) e floresta (1663,6 km<sup>2</sup>). As classes de maior área dentro da TI são as de floresta e cerrado. As áreas de queimadas não ocorrem nos limites da TI, mas a pecuária ocupa uma área de 244,6 km<sup>2</sup> no interior da Terra Indígena. As áreas das classes de uso do solo para a TI Urubu Branco e entorno podem ser visualizadas na Quadro 6.3.73.

Quadro 6.3.73 - Áreas para as classes de uso do solo na TI Urubu Branco e entorno.

Classes de Uso do Solo	Áreas (km <sup>2</sup> ) na TI	%	Áreas (km <sup>2</sup> ) na TI + Entorno	%
Agricultura	-	-	58,3	1,6
Água Superficial	12,1	0,5	19,6	0,5
Cerrado	620,4	24,7	1111,1	30
Floresta	1461	58,1	1663,6	44,9
Floresta Ripária	109,2	4,3	173,2	4,7
Floresta em Desmatamento	66,2	2,6	86,9	2,3
Pecuária	244,6	9,7	579,2	15,6
Queimada	-	-	11,2	0,3
Urbano	-	-	0,3	0,01
<b>Área Total</b>	<b>2513,5</b>	<b>100</b>	<b>3703,4</b>	<b>100</b>

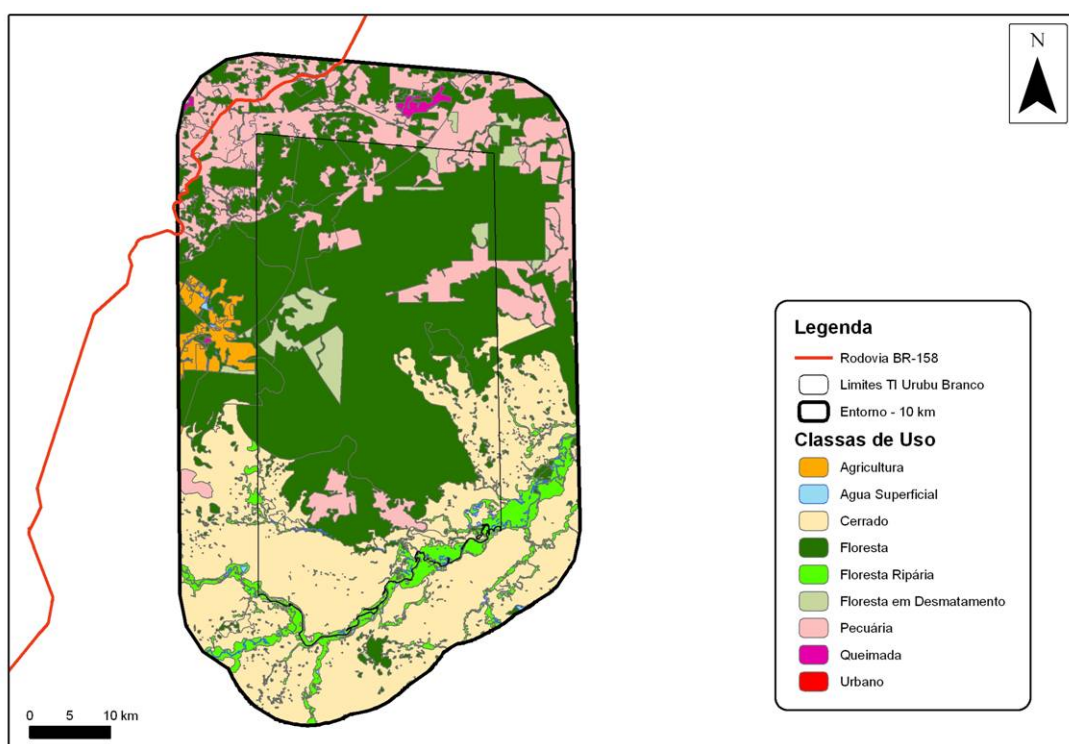
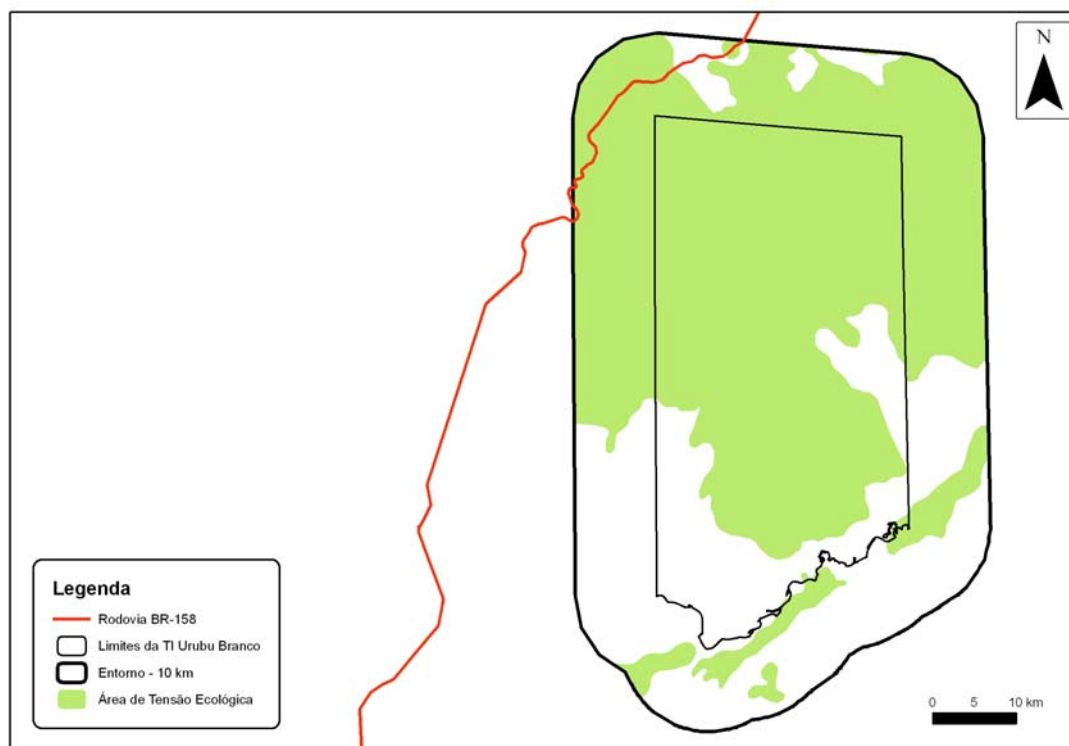


Figura 6.3.33 - Classes de uso do solo na TI Urubu Branco e entorno.



### Meio Biótico

A TI Urubu Branco encontra-se em uma zona de Tensão Ecológica, onde há o encontro dos biomas Cerrado e Floresta Amazônica, que caracteriza grande parte da área (Figura 6.3.34).



**Figura 6.3.34 - Área de Tensão Ecológica da Terra Indígena Urubu Branco.**

A existência de uma porção montanhosa ao norte da área, continuação da Serra do Roncador faz com que essa região apresente uma vegetação florestal de maior porte que pode ser caracterizada como ecorregião das Florestas Secas do Mato Grosso. Ao sul o bioma predominante é o cerrado. Essa área, bem marcada na Figura 6.3.35 -, fica inundada durante a estação das chuvas, especialmente às margens do rio Tapirapés. A Serra do São João localiza-se em meio a esses campos. Essa região, caracterizada pela presença de serras e áreas planas, diferentemente da maior parte da bacia do Araguaia, apresenta formações vegetais características da região, já descritas no Capítulo específico.

Através da imagem de uso do solo (Figura 6.3.35), percebe-se que a TI Urubu Branco apresenta melhor estado de conservação que a TI Maraiwatsede. Há menos incidência de áreas em desmatamento, queimada e menor proporção de uso agrícola. A pecuária ocupa 9,7% da área, sendo menor que a utilizada na TI Maraiwatsede. Há algumas áreas de floresta ripária em aparente bom estado de conservação. Segundo análise desses dados, 87,1% da TI apresenta vegetação nativa, enquanto que 2,6% está em processo de desmatamento. A análise de imagens de satélite de 1992 e 2005 aponta o aumento do desmatamento na parte norte da TI, atribuído a posseiros e fazendeiros instalados irregularmente. O desmatamento dessas áreas certamente atinge a comunidade Tapirapé

visto que, culturalmente, esses indígenas sobrevivem da caça, da pesca e da agricultura de subsistência.

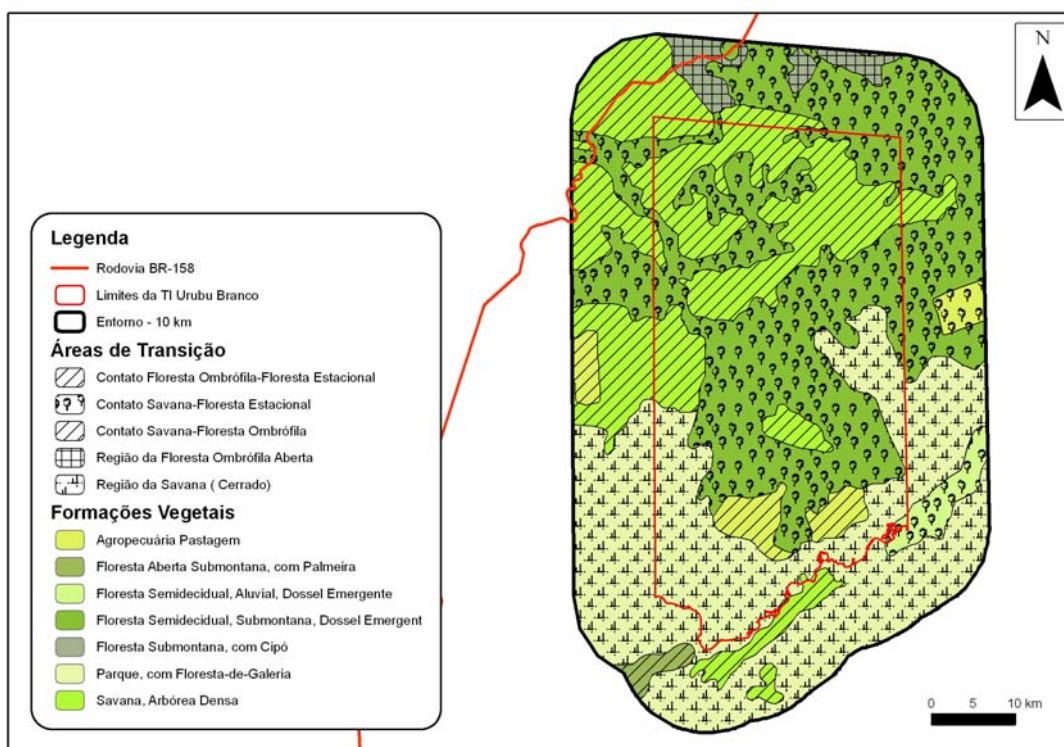


Figura 6.3.35 - Formações vegetais na Terra Indígena Urubu Branco.

## Considerações Finais

### *Zoneamento sócio-econômico-ecológico do Mato Grosso*

O projeto de lei que define o zoneamento sócio-econômico-ecológico do Estado Mato Grosso (PRODEAGRO, 2004) define as diretrizes das categorias de usos, zonas e sub-zonas onde estão incluídas ações e diretrizes para as TI Maraiwatsede e Urubu Branco.

A ZONA 1 engloba as áreas de USOS RESTRITOS e compreende as áreas consideradas de interesse à manutenção e/ou melhoria de seu estado de conservação, delimitadas com o intuito de permitir o uso dos recursos naturais de forma planejada e limitada, compatibilizando este uso com a proteção ambiental. Inserida nessa área há a ZONA 1.1 que determina usos restritos em ambientes com predomínio de florestas, na região localizada entre os rios Juruena e Madeirinha e é indicada ao estudo da biodiversidade, visando à identificação e exploração sustentada de novos subprodutos da floresta e à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos e manejo florestal adequado em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona. A SUBZONA 1.1.c é indicada à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos e manejo florestal adequado em grandes estabelecimentos, de acordo com

a capacidade da zona, combinando ações conservacionistas voltadas à recuperação de áreas degradadas e/ou desmatadas, visando garantir a conectividade com as áreas especiais do Estado de Rondônia. Essa subzona determina que a reserva legal de propriedades limítrofes à Terra Indígena Urubu Branco seja estabelecida no contato com a mesma a fim de proteger a qualidade ambiental da Terra Indígena Urubu Branco e seu entorno, exigindo a elaboração do EIA / RIMA para projetos públicos e privados, garantindo a manutenção do equilíbrio necessário à sobrevivência física e cultural das Comunidades Indígenas, conforme Legislação vigente; fiscalizar a modalidade de ocupação na área de amortecimento de Terra Indígena Urubu Branco, para garantir sua proteção; proibir o uso de defensivos agrícolas na área de amortecimento da Terra Indígena Urubu Branco.

A ZONA 1.3 define usos restritos em ambientes pantaneiros da planície do rio Araguaia, na área de influência do Pólo Regional de Vila Rica, indicada à pecuária extensiva e às ações conservacionistas, limitando seus usos ao aproveitamento da Savana como pastagem natural e pastagem plantada como economia complementar à pecuária pantaneira e ao fortalecimento do ecoturismo. A SUBZONA 1.3.a prevê garantir que a reserva legal de propriedades limítrofes às Terras Indígenas Urubu Branco, Tapirapé/Karajá e São Domingos, sejam estabelecidas no contato com as mesmas a fim de proteger a qualidade ambiental das Terras Indígenas Urubu Branco, Tapirapé/Karajá e São Domingos e Unidade de Conservação Parque Estadual do Araguaia e seu entorno, exigindo a elaboração do EIA / RIMA para projetos públicos e privados, garantindo a manutenção da integridade da Unidade de Conservação e do equilíbrio necessário à sobrevivência física e cultural das Comunidades Indígenas, conforme Legislação vigente; fiscalizar a modalidade de ocupação na área de amortecimento de Terras Indígenas Urubu Branco, Tapirapé/Karajá e São Domingos e Unidade de Conservação Parque Estadual do Araguaia, para garantir sua proteção; proibir o uso de defensivos agrícolas na área de amortecimento das Terras Indígenas Urubu Branco, Tapirapé/Karajá e São Domingos e da Unidade de Conservação Parque Estadual do Araguaia.

A ZONA 2 prevê zonas de USOS CONTROLADOS e compreende as áreas de interesse à manutenção ou melhoria de seu estado de conservação e/ou que possuem fragilidades específicas e/ou que se destinam à contenção da pressão antrópica sobre as zonas de Usos Restritos, Terras Indígenas ou Unidades de Conservação. Para essas áreas são admitidos usos diversificados, obedecendo a normas especiais de controle. Insere-se a ZONA 2.6, que define as zonas de usos controlados em ambientes com predomínio de florestas, com ocorrência de formações savânicas, na área de influência do pólo regional de Vila Rica, indicada à adequação dos usos do solo e dos recursos naturais, com incentivo aos estudos da biodiversidade; ao reflorestamento, com espécies nativas, manejo florestal adequado, à melhoria das lides pecuárias e pastagens nativas nas áreas de Savana Parque, acompanhadas de ações conservacionistas. A SUBZONA 2.6.a é Indicada à adequação dos usos do solo e dos recursos naturais, com incentivo aos estudos da biodiversidade; ao reflorestamento, com espécies nativas, manejo florestal adequado e à melhoria das lides pecuárias e visa garantir que a reserva legal de propriedades limítrofes ao Parque Indígena

do Xingu e às Terras Indígenas Capoto/Jarina, Wawi, Maraiwatsede, sejam estabelecidas no contato com as mesmas a fim de proteger a qualidade ambiental do Parque Indígena do Xingu e das Terras Indígenas Capoto/Jarina, Wawi, Maraiwatsede e seu entorno, exigindo a elaboração do EIA / RIMA para projetos públicos e privados, garantindo a manutenção do equilíbrio necessário à sobrevivência física e cultural das Comunidades Indígenas, conforme Legislação vigente; fiscalizar a modalidade de ocupação na área de amortecimento do Parque Indígena do Xingu e das Terras Indígenas Capoto/Jarina, Wawi, Maraiwatsede, para garantir sua proteção; proibir o uso de defensivos agrícolas na área de amortecimento do Parque Indígena do Xingu e das Terras Indígenas Capoto/Jarina, Wawi, Maraiwatsede; garantir a conservação e/ou recuperação da qualidade ecológica das cabeceiras do rio Comandante Fontoura e Preto e margens dos afluentes dos rios Suiá-Miçu e Xingu; desenvolver programas de educação ambiental visando conscientizar as populações que vivem nos entornos das cabeceiras do rio Comandante Fontoura e Preto e margens dos afluentes dos rios Suiá-Miçu e Xingu, sobre a importância de sua preservação.

A ZONA 3 define as áreas de USOS A READEQUAR e compreende áreas de ocupação antiga ou em processo de consolidação, para as quais são necessárias ações de recuperação ambiental, ou reordenação de estrutura produtiva, ou fortalecimento da agricultura familiar e fomento das atividades não agrícolas nas áreas rurais, de forma a garantir o seu desenvolvimento sustentável e inclui as áreas em processo de consolidação, para as quais é indicada a alteração do uso do solo/atividade produtiva e/ou adequação do sistema de manejo, de modo a possibilitar alternativas para apropriação dos recursos naturais ou intensificação das atividades existentes, de forma sustentada. Dentro dessa está ZONA 3.2. que define as áreas com usos a readequar para reordenação da estrutura produtiva, que engloba a ZONA 3.2.2. de usos a readequar para reordenação da estrutura produtiva, em ambientes com predomínio do contato formações florestais/savânicas, com ocorrência de savanas, na área de influência do pólo regional de Vila Rica e a SUBZONA 3.2.2.a, indicada a readequação dos usos do solo, através de reflorestamento, com espécies nativas e manejo adequado da floresta; sistemas agroflorestais; e diversificação da agropecuária, nas manchas de solos aptos, de acordo com as potencialidades locais, acompanhadas de práticas conservacionistas, visando garantir que a reserva legal de propriedades limítrofes às Terras Indígenas Urubu Branco e Tapirapé-Karajá, sejam estabelecidas no contato com as mesmas para proteger a qualidade ambiental das Terras Indígenas Urubu Branco e Tapirapé-Karajá e seu entorno, exigindo a elaboração do EIA / RIMA para projetos públicos e privados, garantindo a manutenção do equilíbrio necessário à sobrevivência física e cultural das Comunidades Indígenas, conforme Legislação vigente; fiscalizar a modalidade de ocupação na área de amortecimento de Terras Indígenas Urubu Branco e Tapirapé-Karajá, para garantir sua proteção; proibir o uso de defensivos agrícolas na área de amortecimento das Terras Indígenas Urubu Branco e Tapirapé-Karajá. A SUBZONA 3.2.2.c, indicada para intensificação e readequação dos usos do solo para o desenvolvimento da pecuária e policultura diversificada com adoção de práticas conservacionistas, visa garantir que a reserva legal de propriedades limítrofes à Terra Indígena Maraiwatsede, seja estabelecida no contato com as mesmas para proteger a qualidade ambiental da Terra Indígena

Maraiwatsede e seu entorno, exigindo a elaboração do EIA / RIMA para projetos públicos e privados, garantindo a manutenção do equilíbrio necessário à sobrevivência física e cultural das comunidades indígenas, conforme Legislação vigente; fiscalizar a modalidade de ocupação na área de amortecimento da Terra Indígena Maraiwatsede para garantir sua proteção; proibir o uso de defensivos agrícolas na área de amortecimento da Terra Indígena Maraiwatsede.

Nota-se na proposta desse zoneamento a grande preocupação com as Terras Indígenas, estabelecendo como principal meta a sua conservação, através de readequações e proteção da área de entorno às mesmas.

Cabe ainda analisar a possibilidade de exploração madeireira em terras indígenas. Esse é um assunto polêmico e de grande relevância para a conservação ambiental. O arcabouço legal envolve a Lei nº 4.771/65 (Código Florestal), a Lei nº. 6001/73 (Estatuto do Índio) e a Medida Provisória nº. 1.956-55, de 19 de outubro de 2000 que reafirmou a possibilidade de exploração de madeira em Terras Indígenas já prevista pelo Estatuto do Índio e pôs fim a qualquer dúvida nesse sentido.

Para a exploração de madeira, impõe-se também observar o conceito de Terra Indígena contido no § 1º do Art. 231 da Constituição Federal: "são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

Do exame desse conceito, se verifica que quatro elementos devem coexistir para que terra possa ser caracterizada como indígena: habitação em caráter permanente; utilização para atividades produtivas; imprescindibilidade da terra à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar e as necessárias para a reprodução física e cultural.

Todos esses quatro elementos serão referenciados à luz dos usos, costumes e tradições dos índios ocupantes de uma dada terra.

Assim, para que uma atividade econômica se realize no interior de uma TI, é preciso que se verifique, por exemplo, qual parte dessa terra que se destina à atividade produtiva e qual parte será resguardada para a proteção ambiental.

Isso, para que se atenda ao disposto no § 1º do art. 231 da Constituição Federal. Para tanto, no caso da exploração florestal em TI, impõem-se a feitura de zoneamento para definição da área a ser explorada, acompanhado ainda do respectivo inventário florestal, que identificará e classificará as espécies existentes.

Desse modo, a exploração florestal em TI pressupõe a realização prévia de zoneamento e inventário, devendo dar-se por via de manejo, em regime de rendimento sustentado, para

que seja assegurado o uso da floresta pelas gerações futuras, bem como a participação de toda comunidade indígena nos seus resultados econômicos.

Apesar de ter sido homologada como Terra Indígena pelo Presidente da República em 1998, a TI Maraiwatsede vem sendo sistematicamente explorada por não índios. Os usos atuais estão longe de poderem ser considerados ecologicamente sustentáveis e vêm gradativamente degradando as florestas, substituindo-as por pastagens e lavouras. Certamente tais ações vêm comprometendo a fauna e flora local.

Assim, visando à conservação e sustentabilidade dessa área, bem como objetivando assegurar a utilização tradicional dos recursos naturais por parte dos índios Xavante, propôs-se um zoneamento geral e diretrizes para a recuperação da área.

- Conservação das áreas de preservação permanente: deve-se conservar a vegetação existente ao longo dos cursos d'água em uma faixa variável conforme largura da calha, mínima de 30 metros em cada margem, conforme a legislação vigente (Código Florestal Lei 4.771/65). Essa vegetação tem importante papel na conservação da qualidade dos cursos d'água, sendo de fundamental importância para a fauna terrestre e aquática. A manutenção dessas faixas irá reverter em benefício à própria comunidade indígena, que depende dos recursos naturais.
- Recuperação de áreas degradadas: as áreas diagnosticadas como em processo de desmatamento e sujeitas a queimadas deverão ser alvo de um plano de recuperação ambiental a fim de permitir a regeneração natural das áreas atingidas, reconectando-as à vegetação original e restabelecendo um corredor para a vida silvestre.
- Concentração das áreas de manejo e uso: sugere-se que as áreas atualmente utilizadas situadas ao longo do traçado da BR 158/MT sejam mantidas para uso da comunidade indígena, diminuindo-se, dessa forma, os impactos à área como um todo.
- Plano de recuperação de áreas alteradas: recomenda-se que as atividades de pastagens e agricultura à nordeste, próximas ao córrego Mutum e Três Pontes, sejam encerradas e as áreas recuperadas. Tal região é de grande importância ambiental por tratar-se de uma ligação direta com o traçado do corredor ecológico Bananal – Araguaia, permitindo o fluxo de espécies da fauna e flora.
- Regeneração natural: as demais áreas atualmente ocupadas deverão ter seus usos intensivos suspensos a fim de permitir a regeneração natural das mesmas.
- Nascentes: as nascentes devem ser mapeadas e conservadas, bem como uma faixa marginal mínima de 50 metros ao redor das mesmas.
- A questão fundiária deve ser resolvida, possibilitando o uso efetivo da terra pela comunidade Xavante.

Assim como ocorre com a TI Maraiwatsede, a TI Urubu Branco vem sofrendo intervenções e degradações de não índios que ocupam a área e a exploram economicamente. A atividade mais marcante é a pecuária, que desmata grandes áreas florestais para a criação de pastagens para o gado. Dessa forma, é necessário o estabelecimento de ações urgentes para a conservação e recuperação das áreas degradadas.

A TI Urubu Branco apresenta uma fisionomia muito especial, com áreas baixas, ao sul, que sofrem alagamentos sazonais e, por esse motivo, apresentam menos impacto antrópico e mais ao norte, áreas planas entremeadas a áreas de maior elevação (serras). Nessa região há acentuado impacto antrópico.

Sendo assim, sugere-se para essa TI a implantação de algumas medidas visando a conservação da mesma.

- Conservação das áreas de preservação permanente: deve-se conservar a vegetação existente ao longo dos cursos d'água em uma faixa variável conforme largura da calha, mínima de 30 metros em cada margem, conforme a legislação vigente (Código Florestal Lei 4.771/65). Essa vegetação tem importante papel na conservação da qualidade dos cursos d'água, sendo de fundamental importância para a fauna terrestre e aquática. A manutenção dessas faixas irá reverter em benefício à própria comunidade indígena, que depende dos recursos naturais.
- Recuperação de áreas degradadas: as áreas diagnosticadas como em processo de desmatamento e sujeitas a queimadas deverão ser alvo de um plano de recuperação ambiental a fim de permitir a regeneração natural das áreas atingidas, reconectando-as à vegetação original e restabelecendo um corredor para a vida silvestre.
- Concentração das áreas de manejo e uso: sugere-se que as áreas atualmente utilizadas situadas a noroeste, mais próximas ao traçado da BR 158/MT sejam mantidas para uso da comunidade indígena, diminuindo-se, dessa forma, os impactos à área como um todo.
- Plano de recuperação de áreas alteradas: recomenda-se que as atividades de pastagens à nordeste sejam encerradas e as áreas recuperadas. Tal região é de grande importância ambiental por tratar-se de uma ligação direta com o traçado do corredor ecológico Bananal – Araguaia, permitindo o fluxo de espécies da fauna e flora.
- Regeneração natural: as demais áreas atualmente ocupadas deverão ter seus usos intensivos suspensos a fim de permitir a regeneração natural das mesmas.
- Áreas alagadas: o uso às áreas alagadas, ao sul, deve ser restrito por tratar-se de um ecossistema frágil e de extrema importância para a manutenção e reprodução de diversas espécies.

- Áreas elevadas: o uso em topos de morros e em áreas com declividade acima de 45º deve ser restrito, conforme definido no Código Florestal (Lei 4.771/65).
- Nascentes: as nascentes devem ser mapeadas e conservadas, bem como uma faixa marginal mínima de 50 metros ao redor das mesmas.
- A questão fundiária deve ser resolvida, possibilitando o uso efetivo da terra pela comunidade Tapirapé.

### *Importância de Terras Indígenas para a conservação do Meio Ambiente*

Os cientistas da conservação geralmente estão de acordo que serão necessários muitos tipos de áreas protegidas para proteger as florestas tropicais. Mas se conhece pouco do funcionamento das reservas habitadas e desabitadas quanto à redução da forma mais extrema de perturbação das florestas: conversão para agricultura. Um estudo realizado por FEARN SIDE (2004) constatou que as reservas indígenas desempenham um papel importante na contenção do desflorestamento, pois cobrem 20% da Amazônia brasileira. Suas florestas são, em média, muito melhor conservadas que aquelas áreas não protegidas e as populações indígenas defendem ativamente suas áreas contra invasores. Embora historicamente as populações indígenas mantenham melhor a vegetação natural em suas áreas do que seus vizinhos não indígenas, os dados do estado do Mato Grosso indicam que as áreas indígenas não são uma garantia de que os desmatamentos serão evitados.

A análise de imagens de satélite revelou a existência de grandes desmatamentos da vegetação nativa (floresta, "transição" e cerrado) em diversas reservas indígenas do Mato Grosso. A reserva Maraiwatsede teve mais de 6000 ha desmatados em um único biênio (2000-2001), incluindo duas clareiras de aproximadamente 1800 ha cada uma. A reserva que teve o desmatamento mais rápido (TI Baikairi) perdeu 11,3% de sua área em um único biênio, superando o município de maior taxa de desmatamento: Ipiranga do Norte com 8,4%. Outras reservas que tiveram um aumento expressivo de desmatamento entre 2000-2001 foram a Irantxe, com 6,1% da área desmatada no período, Juinhã, com 5,1%, Maraiwatsede, com 4%, Parecis com 3,6% e Perigara com 5,2%.

Embora a caça e outras atividades desenvolvidas por populações tradicionais possam reduzir a biodiversidade quando comparadas com áreas de florestas não habitadas, a convergência de muitos objetivos entre aqueles que buscam a garantia da terra e dos direitos dessas populações e aqueles preocupados com a conservação da biodiversidade oferece um grande campo para alianças com ganhos para ambos os lados (REDFORD & STEARMAN, 1993).

Assim, as reservas indígenas têm um grande potencial de importância para a conservação da biodiversidade e para a manutenção da função de estabilização climática da floresta tropical. As populações indígenas têm demonstrado maior habilidade em manter a floresta do que grupos não indígenas. Capturar o valor dos serviços naturais representa uma oportunidade vital para as populações indígenas. Dados do Estado do Mato Grosso, embora mostrem que



as reservas indígenas estão intactas em sua maioria (3,2% da vegetação original perdida em 2001), a taxa de desmatamento em algumas reservas são alarmantemente altas. Diversas clareiras de aproximadamente 1500 ha surgiram nas reservas no ano de 2001, indicando que alguns grupos estão permitindo que fazendeiros de fora possam explorar sua terra. O pressuposto de que as populações indígenas são inerentemente ambientalistas é incorreta, e os eventos no Mato Grosso sublinham necessidade de ações conservacionistas.

Em um estudo comparando a conservação ambiental entre áreas indígenas e reservas não habitadas (NEPSTAD *et al.*, 2006) constatou-se que as reservas reduziram significativamente tanto o desflorestamento quanto os incêndios. O desmatamento foi 1.7 (reservas extrativistas) a 20 (parques) vezes maior fora do que no interior dos perímetros das reservas e a ocorrência de incêndios foi quatro (terras indígenas) a nove (florestas nacionais) vezes maior. Não foram encontradas diferenças significativas na inibição do desmatamento ( $p=0.11$ ) ou incêndios ( $p=0.34$ ) entre parques e terras indígenas. Entretanto, as áreas desabitadas tenderam a estar localizadas mais distantes de áreas com altas taxas de desmatamento e ocorrências de incêndios. Em contrapartida, as terras indígenas foram criadas em resposta a expansão da fronteira, e muitas evitaram o desmatamento apesar das altas taxas de desmatamentos ao longo de seus limites. O efeito inibidor das terras indígenas sobre o desmatamento foi notável após séculos de contato entre a sociedade nacional e não se correlacionou com a densidade da população indígena. As terras indígenas ocupam uma quinta parte da Amazônia brasileira – cinco vezes mais que a área das unidades de conservação – e atualmente são a barreira para o desmatamento da Amazônia. Na medida em que a rede de áreas protegidas se expande de 36 a 41% da Amazônia brasileira nos próximos anos, uma alternativa será a implantação exitosa de reservas em áreas com alto risco de expansão da fronteira agrícola, ao mesmo tempo em que se reforçam as terras indígenas.

A alta variabilidade de performance das reservas pode ser atribuída à história individual das mesmas. Altas taxas de desmatamento em terras indígenas estão geralmente associadas à exploração ou invasão por populações não indígenas que ocupavam a área antes de sua demarcação. As terras indígenas com os maiores desmatamentos em seu interior (Igarapé do Gaúcho e Katukina/Kjaxinawa no Acre; Governador no Maranhão e Marawatsede no Mato Grosso) estão localizadas a margem de áreas urbanas ou estradas ou ambos já existentes quando demarcadas as reservas.

Marawatsede trata-se de um caso especial, pois foi devolvida a um grupo Xavante em 1992 após terem sido removidos à força pelos militares. Quando políticos locais tomaram conhecimento do projeto de reintegração, fomentaram invasões em larga escala por colonos. A área foi reconhecida pelo Ministério da Justiça em 1993 como terra indígena, mas o governo nunca removeu os colonos invasores. Os Xavantes não retornaram e os colonos ainda ocupam a área.

Segundo esse mesmo estudo, reservas indígenas estabelecidas são virtualmente os únicos lugares atravessados por estradas que em seu interior não provocaram o desmatamento (Mãe Maria no Pará e o Parque do Xingu, no Mato Grosso).

### 6.3.9 ÁREA DE ABRANGÊNCIA REGIONAL

O diagnóstico dos aspectos regionais relacionados ao empreendimento necessita de uma abordagem que extrapole os limites da Área de Influência Indireta. Contudo, o conjunto dos temas estudados no Diagnóstico da AII tornariam oneroso o levantamento no âmbito regional, além de sobrecarregar a análise com aspectos que se diluiriam no âmbito de uma abordagem regional.

Assim, procedeu-se para a região delimitada como Área de Abrangência Regional, o cruzamento de duas informações básicas, a saber, a aptidão agrícola das terras e o uso atual do solo. Através deste cruzamento é possível analisar aspectos estruturadores da situação atual e das potencialidades da região, possibilitando a análise integrada de um conjunto amplo de fatores presentes nestes dois planos de informações.

A seguir, são apresentadas a metodologia e os resultados destes dois planos de informação, sendo que o cruzamento e a análise dos mesmos será desenvolvida no capítulo relativo à Análise Integrada, oportunidade em que poderá ser melhor aproveitada a potencialidade analítica deste tipo de abordagem.

#### **Aptidão Agrícola das Terras**

Através da avaliação da aptidão agrícola das terras, é possível diagnosticar o potencial para o desenvolvimento de atividades agrícolas, classificando-se as terras de acordo com sua vocação para diversas culturas, sob diferentes condições de manejo e viabilidade de melhoramento através de novas tecnologias. Este potencial pode estar sendo utilizado ou não, o que irá depender principalmente das características de ocupação e da infra-estrutura disponível na área.

O levantamento das características dos solos é a base para a avaliação da aptidão natural das terras. No entanto, assumir a aptidão natural como a máxima exploração que pode ser feita nos solos de uma determinada região pode acabar impedindo a identificação de potenciais atividades agrícolas rentáveis, as quais podem ser estabelecidas com base em manejos que utilizam tecnologias especializadas.

A necessidade de ampliar as indicações de opções de uso dos solos de acordo com os diferentes tipos de manejo dos solos conduziu ao desenvolvimento de uma nova metodologia de avaliação do potencial agrícola das terras, por iniciativa da Secretaria Nacional de Planejamento Agrícola (SUPLAN) com o apoio técnico da EMBRAPA. Os grupos de aptidão agrícola admitidos por esta metodologia possibilitam a avaliação da aptidão agrícola das terras considerando diferentes níveis de manejo e tecnologia utilizados. O

método, além de indicar as aptidões para lavouras, também inclui a avaliação do potencial para pastagem e exploração florestal, além de apontar para áreas com inaptidão agrícola dos solos.

É importante observar, contudo, que a utilização desta metodologia traz consigo uma série de limitações, particularmente no que diz respeito aos aspectos ecológicos. Sendo assim, este estudo deve ser considerado apenas como indicativo da potencialidade **agropecuária**, sem poder ser conclusivo em relação à sua potencial destinação final, uma vez que vários outros fatores devem ser considerados. Uma área julgada de bom potencial agropecuário pode, por exemplo, apresentar uma série de limitações importantes não consideradas neste sistema, que ao final, a levem a uma destinação não agrícola, tais como fragilidade de ecossistemas, interesses político-administrativos, etc. Mesmo assim, este estudo oportunizará o diagnóstico e a identificação de pontos críticos, tendências e aspectos relevantes sob o ponto de vista de ocupação e uso do solo, na medida em que será comparado com o uso atual do solo e com as tendências de ocupação da região, sendo importante instrumento para a tomada de decisão dos órgãos gestores.

Num primeiro momento, será realizada a descrição da metodologia empregada e, posteriormente, serão apresentados os resultados, utilizando-se os municípios que compõem a área de abrangência regional como unidades básicas de avaliação.

Os municípios considerados na análise da Área de Abrangência Regional são: Vila Rica; Confresa; Santa Terezinha; Porto Alegre do Norte; Canabrava do Norte; São Félix do Araguaia; Alto Boa Vista; Santa Cruz do Xingu; São José do Xingu; Luciára; Querência; Ribeirão Cascalheira; Serra Nova Dourada; Bom Jesus do Araguaia e Novo Santo Antônio.

#### Descrição da Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo foi desenvolvida pela EMBRAPA (1995) e trata-se de uma interpretação criteriosa que utiliza como base os resultados de levantamentos sistemáticos de solos, onde são avaliados os vários atributos das terras - solo, clima, vegetação, geomorfologia, etc. - analisados sob a perspectiva de diferentes níveis de manejo e tecnologia utilizados nas propriedades rurais. Os levantamentos de solos, por estarem vinculados a aspectos estruturais, são dados de maior validade temporal. Os níveis de manejo, por sua vez, por estarem relacionados diretamente com as tecnologias disponíveis e acessíveis aos produtores, sofrem maiores variações em períodos menores de tempo. Este fato evidencia o caráter relativamente efêmero da avaliação da aptidão agrícola das terras, que é função da tecnologia vigente na época de sua realização. Contudo, de posse de um levantamento de solos de qualidade podem ser realizadas atualizações na aptidão agrícola, oferecendo maior durabilidade às conclusões obtidas.

É importante ressaltar que a classificação da aptidão agrícola não é precisamente um guia para a obtenção do máximo benefício das terras e sim uma orientação de como devem ser

utilizados seus recursos. O termo terra é considerado no seu mais amplo sentido, incluindo todas as suas relações ambientais.

Outra ressalva é que a metodologia empregada é apropriada para avaliar a aptidão agrícola de grandes extensões de terras, tendendo a tornar-se imprecisa caso seja aplicada a pequenas glebas individualmente.

Tendo em vista as práticas agrícolas ao alcance da maioria dos agricultores num contexto técnico, social e econômico específico, na metodologia são considerados três níveis de manejo visando diagnosticar o potencial de aproveitamento agropecuário das terras sob diferentes condições tecnológicas. Os níveis de manejo são hierarquizados, uma vez que ampliam o potencial de aproveitamento na medida em que admitem incrementos maiores de tecnologia.

A indicação dos níveis de manejo é feita através das letras A, B e C, as quais podem aparecer na simbologia da classificação de diferentes formas (minúsculas, maiúsculas ou minúsculas entre parênteses), segundo a seguinte definição das classes de aptidão das terras:

Nível de Manejo A (primitivo) - Baseado em práticas agrícolas que refletem um baixo nível tecnológico. Praticamente não há aplicação de capital para manejo, melhoramento e conservação das condições das terras e das lavouras. As práticas agrícolas dependem do trabalho braçal, podendo ser utilizada alguma tração animal, com implementos agrícolas simples.

Nível de Manejo B (pouco desenvolvido) - Baseado em práticas agrícolas que refletem um nível tecnológico médio. Caracterize-se pela modesta aplicação de capital e de resultados de pesquisas para manejo, melhoramento e conservação das condições das terras e das lavouras. As práticas agrícolas estão condicionadas principalmente à tração animal.

Nível de Manejo C (desenvolvido) - Baseado em práticas agrícolas que refletem um alto nível tecnológico. Caracteriza-se pela aplicação intensiva de capital e de resultados de pesquisa para manejo, melhoramento e conservação das condições das terras e das lavouras. A motomecanização está presente nas diversas fases da operação agrícola.

Os níveis B e C, portanto, envolvem melhoramentos tecnológicos em diferentes modalidades, contudo, não levam em conta a irrigação na avaliação da aptidão agrícola das terras. No caso da pastagem plantada e da silvicultura, é prevista uma modesta aplicação de fertilizantes, de defensivos e de corretivos, o que corresponde ao nível de manejo B. Para a pastagem natural está implícita uma utilização sem melhoramentos tecnológicos, condição que caracteriza o nível de manejo A.

As terras consideradas viáveis de total ou parcial melhoramento - mediante a aplicação de fertilizantes e corretivos ou o emprego de técnicas como drenagem, controle de erosão,

proteção contra inundações, remoção de pedras, etc. - são classificadas de acordo com as limitações persistentes, tendo em vista os níveis de manejo considerados. No caso do nível de manejo A, a classificação é feita de acordo com as condições naturais da terra, uma vez que esse nível não prevê técnicas de melhoramento, ou seja, exige a maior aptidão natural das terras, enquanto os demais podem ser desenvolvidos sobre áreas com diferentes tipos e graus de limitação natural dos solos. O Quadro 6.3.74 apresenta a simbologia correspondente às classes de aptidão agrícola das terras do método da EMBRAPA.

**Quadro 6.3.74 - Simbologia correspondente às classes de aptidão agrícola das terras.**

Classe de Aptidão	Tipo de Utilização					
	Lavoura		Pastagem Cultivada	Silvicultura	Pastagem Natural	
	Nível de Manejo					
	A	B	C	B	B	A
Boa	A	B	C	P	S	N
Regular	a	b	C	P	s	n
Restrita	(a)	(b)	(c)	(p)	(s)	(n)
Inapta	-	-	-	-	-	-

Fonte: EMBRAPA (1995).

Para facilitar a montagem do mapa único de aptidão agrícola das terras é feita uma organização das classificações em grupos, subgrupos e classes de aptidão agrícola, conforme demonstra o Quadro 6.3.75.

**Quadro 6.3.75 - Alternativas de utilização das terras de acordo com os grupos de aptidão agrícola.**

Grupo de Aptidão Agrícola	Aumento da Intensidade de Uso →					
	Preservação da flora e da fauna	Silvicultura e/ou pastagem natural	Pastagem plantada	Lavouras		
				Aptidão restrita	Aptidão regular	Aptidão boa
Aumento da intensidade da limitação Diminuição das alternativas de uso ↓	1					
	2					
	3					
	4					
	5					
	6					

Fonte: EMBRAPA, 1995.

Trata-se de um artifício cartográfico, que identifica através de mapa o tipo de utilização mais intensivo das terras, ou seja, sua melhor aptidão. Os grupos 1, 2 e 3, além da identificação de lavouras como tipos de utilização, desempenham a função de representar, no subgrupo, as melhores classes de aptidão das terras indicadas para lavouras, conforme os níveis de manejo. Os grupos 4, 5 e 6 apenas identificam tipos de utilização (pastagem plantada, silvicultura e/ou pastagem natural e preservação da flora e da fauna, respectivamente), independentemente da classe de aptidão. A representação dos grupos é feita com

algarismos de 1 a 6, em escalas decrescentes, segundo as possibilidades de utilização das terras. As limitações que afetam os diversos tipos de utilização aumentam do grupo 1 para o grupo 6, diminuindo, conseqüentemente, as alternativas de uso e a intensidade com que as terras podem ser utilizadas. Por este quadro observa-se que os três primeiros grupos são aptos para lavouras, o grupo 4 é indicado, basicamente, para pastagem plantada e o grupo 5 para silvicultura e/ou pastagem natural, enquanto que o grupo 6, reunindo terras sem aptidão agrícola, não apresenta outra alternativa de uso senão a preservação.

Os subgrupos de aptidão agrícola, por sua vez, são o resultado conjunto da avaliação da classe de aptidão relacionada com o nível de manejo, indicando o tipo de utilização das terras. No exemplo 1(a)bc, o algarismo 1, indicativo do grupo, representa a melhor classe de aptidão das componentes do subgrupo, uma vez que as terras pertencem à classe de aptidão boa no nível de manejo C (grupo 1); classe de aptidão regular, no nível de manejo B (grupo 2); e classe de aptidão restrita, no nível de manejo A (grupo 3). Em certos casos, o subgrupo refere-se somente a um nível de manejo relacionado a uma única classe de aptidão agrícola.

Por fim, as classes de aptidão agrícola constituem-se na tônica da avaliação da aptidão agrícola das terras nesta metodologia, sendo representada pelas classes de aptidão denominadas BOA, REGULAR, RESTRITA E INAPTA, para cada tipo de utilização indicado.

As classes expressam a aptidão agrícola das terras para um tipo de utilização determinado, com um nível de manejo definido dentro do subgrupo de aptidão. Elas refletem o grau de intensidade com que as limitações afetam as terras, sendo definidas em termos de graus, referentes aos fatores limitantes mais significativos. Esses fatores, que podem ser tomados como subclasses, definem as condições agrícolas das terras. Os tipos de utilização em pauta são lavouras, pastagem plantada, silvicultura e pastagem natural.

As classes são assim definidas:

a) **Classe BOA:** Terras sem limitações significativas para a produção sustentada de um determinado tipo de utilização, observando-se as condições do manejo considerado. Há um mínimo de restrições que não reduzem a produtividade ou benefícios de modo expressivo e não aumentam os insumos acima de um nível aceitável.

b) **Classe REGULAR:** Terras que apresentam limitações moderadas para a produção sustentada de um determinado tipo de utilização, observando-se as condições do manejo considerado. As limitações reduzem a produtividade ou os benefícios, elevando a necessidade de insumos de forma a aumentar as vantagens globais a serem obtidas do uso. Ainda que atrativas, essas vantagens são sensivelmente inferiores àquelas auferidas das terras da Classe Boa.

c) **Classe RESTRITA:** Terras que apresentam fortes limitações para a produção sustentada de um determinado tipo de utilização, observando-se as condições do manejo considerado.

Essas limitações reduzem a produtividade ou os benefícios, ou aumentam os insumos necessários de tal maneira que os custos só seriam justificados marginalmente.

d) **Classe INAPTA:** Terras apresentando condições que parecem excluir a produção sustentada do tipo de utilização em questão. Ao contrário das demais, essa classe não é representada por símbolos. Sua interpretação é feita pela ausência das letras do tipo de utilização considerado. As terras consideradas inaptas para lavouras têm suas possibilidades analisadas para usos menos intensivos (pastagem plantada, silvicultura ou pastagem natural). No entanto, as terras classificadas como inaptas para os diversos tipos de utilização considerados têm como alternativa serem indicadas para a preservação da flora e da fauna, recreação ou algum outro tipo de uso não agrícola. Trata-se de terras ou paisagens pertencentes ao grupo 6, nas quais deve ser avaliado o estabelecimento de uma cobertura vegetal, não só por razões ecológicas, como também para proteção de áreas contíguas agricultáveis.

Para a análise das limitações para o uso agrícola das terras toma-se hipoteticamente como referência de partida um solo que não apresente problemas de fertilidade, deficiência de água e oxigênio, que não seja suscetível à erosão e nem ofereça impedimentos à mecanização. Estes cinco fatores, portanto, constituem-se nas limitações de uso das terras, conceituados como segue:

a) Deficiência de Fertilidade - A fertilidade está na dependência principalmente da disponibilidade de macro e micronutrientes, incluindo também a presença ou ausência de certas substâncias tóxicas, solúveis, como alumínio e manganês, que diminuem a disponibilidade de alguns minerais importantes para as plantas, bem como a presença ou ausência de sais solúveis, especialmente sódio.

b) Deficiência da Água - É definida pela quantidade de água armazenada no solo possível de ser aproveitada pelas plantas, a qual está na dependência de condições climáticas (especialmente precipitação e evapotranspiração) e edáficas (capacidade de retenção de água). A capacidade de armazenamento de água disponível, por sua vez, é decorrente de características inerentes ao solo, como textura, tipo de argila, teor de matéria orgânica, quantidade de sais e profundidade efetiva. Além dos fatores mencionados, a duração do período de estiagem, distribuição anual da precipitação, características da vegetação natural e comportamento das culturas são também utilizados para determinar os graus de limitação por deficiência de água.

Há de se considerar que na maior parte do país os dados sobre evapotranspiração, disponibilidade de água dos solos e muitas vezes de precipitação são muito escassos para servirem exclusivamente como base à determinação dos graus de limitação por deficiência de água. Em face do exposto, utilizam-se os diversos tipos de vegetação e seus diferentes graus de deciduidade para suprir a carência de dados sobre o regime hídrico das terras. Convém lembrar, novamente, que a irrigação não está sendo considerada na avaliação da

aptidão agrícola feita por esta metodologia, razão por que a deficiência de água afeta igualmente a utilização dos solos sob os diferentes níveis de manejo.

~c) Excesso de Água ou Deficiência de Oxigênio - Normalmente relaciona-se com a classe de drenagem natural do solo, que por sua vez é resultante da interação de vários fatores (precipitação, evapotranspiração, relevo local e propriedades do solo). Estão incluídos na análise desse aspecto os riscos, frequência e duração das inundações a que pode estar sujeita a área. Observações da estrutura, permeabilidade do solo, a presença e a profundidade de um horizonte menos permeável são importantes para o reconhecimento desses problemas.

O fator limitante excesso de água ou deficiência de oxigênio tem grande importância na avaliação da aptidão agrícola das terras, uma vez que pode envolver áreas ribeirinhas de alto potencial agrícola. Áreas com sérios problemas de drenagem podem ser assinaladas no mapa de aptidão por apresentarem tendências para algumas culturas adaptadas, embora não se prestem para culturas em geral.

~d) Suscetibilidade à Erosão - Diz respeito ao desgaste que a superfície do solo poderá sofrer, quando submetida a qualquer uso, sem medidas conservacionistas apropriadas. Está na dependência das condições climáticas (especialmente do regime pluviométrico), das condições do solo (textura, estrutura, permeabilidade, profundidade, capacidade de retenção de água, presença ou ausência de camada compacta e pedregosidade), das condições do relevo (declividade, extensão da pendente e microrrelevo) e da cobertura vegetal.

~e) Impedimentos à Mecanização - Como o próprio nome indica, refere-se às condições apresentadas pelas terras para o uso de máquinas e implementos agrícolas. A extensão e forma das pendentes, condições de drenagem, profundidade, textura, tipo de argila, pedregosidade e rochiosidade superficial condicionam o uso ou não de mecanização. Esse fator é relevante no nível de manejo C, ou seja, o mais avançado, no qual está previsto o uso de máquinas e implementos agrícolas nas diversas fases da operação agrícola.

As limitações citadas podem ser acompanhadas do grau de comprometimento nos diferentes níveis de manejo. Assim, os diferentes graus de limitação podem ser classificados em nulo, ligeiro, moderado, forte e muito forte nos níveis de manejo A, B e C.

Por fim, a classe de aptidão agrícola das terras, de acordo com os diferentes níveis de manejo, é obtida em função do grau limitativo mais forte, referente a qualquer um dos fatores que influenciam sua utilização agrícola: deficiência de fertilidade; deficiência de água; excesso de água (deficiência de oxigênio); suscetibilidade à erosão e impedimentos à mecanização.

Em relação à simbologia utilizada, os algarismos de 1 a 5 na representação cartográfica representam os grupos de aptidão agrícola que identificam os tipos de utilização indicados para as terras – lavouras, pastagem plantada e silvicultura/pastagem natural. As terras que



não se prestam para nenhum desses usos constituem o grupo 6. Esses mesmos Algarismos possibilitam visualizar, no mapa, a ocorrência das melhores classes de aptidão dentro do subgrupo. Portanto, identificam o tipo de utilização mais intensivo permitido pelas terras. As letras A, B ou C, que acompanham os Algarismos referentes aos três primeiros grupos, expressam a aptidão das terras para lavouras em pelo menos um dos níveis de manejo considerados. Conforme as classes de aptidão boa, regular ou restrita, essas letras podem estar maiúsculas, minúsculas ou entre parênteses. Para os grupos 4 e 5, que se referem aos outros tipos de utilização menos intensivos, a indicação da aptidão é feita de modo similar, em maiúsculas, minúsculas e minúsculas entre parênteses, utilizando-se as letras P, S e N.

Deve-se considerar que unidades de mapeamento formadas por associações de terras requerem, na sua avaliação, um tratamento distinto daquele atribuído às unidades simples. Constituídas de um ou mais componentes, que podem pertencer a diferentes classes de aptidão agrícola, são representadas no mapa de acordo com a aptidão correspondente ao seu **componente dominante**. Porém, a presença de outros componentes, ainda que em menor extensão, seja de classificação superior ou inferior à do dominante, é considerada, uma vez que, em estudos realizados em escalas pequenas, podem representar milhares de hectares. A colocação de traço contínuo ou interrompido sob o símbolo representativo da classificação indica esses casos.

A ausência de letras representativas das classes de aptidão agrícola na simbolização dos subgrupos indica não haver aptidão para uso mais intensivo. Essa situação não exclui, necessariamente, o uso da terra com um tipo de utilização menos intensivo.

A avaliação da aptidão agrícola das terras, portanto, segue uma metodologia desenvolvida com o propósito de atender as diversas regiões brasileiras e baseia-se em critérios previamente estabelecidos, a maior parte deles já amplamente conhecidos e embasados cientificamente. Entretanto alguns pontos e/ou situações têm determinadas peculiaridades, muitas vezes de caráter regional, que levam o julgamento a ficar sujeito a interpretações diversas por parte dos autores, ou seja, lhe atribuem certa dose de subjetividade e isto pode, de certa forma, justificar algumas discrepâncias verificadas nos diversos julgamentos. A seguir, estão elencadas estas peculiaridades e também alguns pontos importantes que devem ser considerados nos estudos subsequentes.

Em primeiro lugar, os resultados aqui apresentados, provavelmente revelarão aptidões maiores para usos antrópicos em relação a trabalhos similares anteriores (Potencial de Uso do Solo, por exemplo, do projeto RADAMBRASIL). Estas diferenças podem ser creditadas, especialmente, ao desenvolvimento científico e tecnológico. Fatos como a introdução da *brachiária* como forrageira e o melhoramento de espécies vegetais como a soja, o milho e o trigo, entre outras, alteraram certamente alguns conceitos, hoje obsoletos. Assim, determinadas áreas que anteriormente seriam inaptas para lavouras - seja por questão de clima, seja por impedimentos à mecanização, etc. - hoje poderiam ser inseridas, sem questionamentos, em aptidões que implicam em usos mais intensivos, por causa da evolução

tecnológica (melhoramento de espécies – maior adaptação ao clima - e maquinaria adaptada a relevos movimentados, por exemplo).

Existem alguns casos que não são contemplados pelo Sistema de Avaliação utilizado, mas que na medida do possível devem ser considerados. Um deles é a cobertura vegetal atual. É importante ressaltar que a aptidão agrícola dos solos é avaliada considerando-se apenas o fator edáfico, sem levar em conta o tipo de vegetação predominante. Neste caso, uma avaliação criteriosa da cobertura vegetal natural (valor ecológico ou econômico – extrativismo vegetal, por exemplo) deve ser realizada juntamente com a aptidão natural dos solos, pois as diferentes formações vegetais podem ter valores diferentes, o que está na dependência dos interesses regionais de cada área de estudo. Da mesma forma, o Sistema desconsidera a proximidade dos centros consumidores e as rotas de escoamento da produção agrícola, o que, de certa forma, valoriza certas regiões em detrimento de outras. Ele também desconsidera a presença das Áreas de Preservação Permanente, de Terras Indígenas, Unidades de Conservação e outras áreas que, por questões não edáficas, podem ser impedidas de uso agrícola.

De uma maneira geral, a classificação da aptidão agrícola das terras seguiu as seguintes diretrizes gerais:

- Na correlação entre solos e aptidão agrícola, os Latossolos e Podzólicos (Argissolos), independentemente de suas características intrínsecas, foram julgados bons para lavouras. O uso com lavouras cíclicas comerciais é uma realidade e estes solos sustentam quase toda a produção de grãos do Estado do Mato Grosso. Além disso, o déficit hídrico relativamente alto, concentrado em um período prolongado, como é o caso da região, é limitante para lavouras perenes e mesmo para pastagens. Exceção ocorre apenas nos casos em que estes solos ocorrem em Unidades de Mapeamento onde predominam solos com aptidões agrícolas inferiores (maior número e intensidade das limitações). Nestes casos, outros critérios foram utilizados.
- As regiões baixas e inundáveis (Planície do Bananal, por exemplo, e as regiões próximas aos principais cursos de água, onde predominam os Gleissolos e Laterita Hidromórfica), embora apresentem condições de solos e relevo bastante favoráveis, são, por outro lado, severamente limitadas pela dinâmica hídrica regional, sendo geralmente indicadas para pastagens devido ao alto investimento exigido para que estas terras se tornem cultiváveis e rentáveis.
- As áreas recomendadas para cultivos anuais (independente do nível de manejo – A, B ou C – e da classe de aptidão – BOA, REGULAR ou RESTRITA) são aquelas cujos solos apresentam boas propriedades físicas, ausência de cascalho, pedregosidade e rochiosidade, boa drenagem, boa profundidade, situadas em relevo de plano a moderadamente ondulado. Constituem-se de: Latossolo Vermelho-Escuro, Latossolo Vermelho-Amarelo, Podzólico Vermelho-Escuro, Podzólico Vermelho-Amarelo e Cambissolo, podendo ou não apresentar outras classes de solos na Unidade de

Mapeamento, porém, em menor proporção. Quanto à fertilidade, compreendem solos eutróficos (média a alta fertilidade natural), distróficos (baixa fertilidade natural) e álicos (muito baixa fertilidade natural). Estes últimos respondem muito bem ao uso de adubos e corretivos; já os primeiros, bastam adubações de manutenção para aumento da produtividade. Quanto à erosão, no seu estado natural possuem muito fraco a moderado risco, e quando utilizados exigem nível baixo a médio de emprego de práticas e uso de técnicas simples e intensivas de controle, como medida preventiva para sua conservação. Em alguns casos podem exigir o uso de algumas práticas de engenharia de solo e água. Quanto à mecanização, podem ser solos aptos tanto para o nível de manejo A (tração animal) quanto aos demais níveis (B e C), dependendo da situação. As intensidades nestas limitações (deficiência de fertilidade, deficiência de água, excesso de água ou deficiência de oxigênio, suscetibilidade à erosão e impedimentos à mecanização) é que determinaram a classe de aptidão para os diferentes níveis tecnológicos considerados.

- Áreas destinadas a culturas de ciclo longo podem ser enquadradas, de acordo com a metodologia da EMBRAPA, nas classes de aptidão RESTRITA para os diferentes níveis de manejo. Assim, podem-se julgar as classes 3(bc) e 3(b) preferenciais ao cultivo de espécies perenes do que ao cultivo de espécies anuais, pois considerando a intensidade das limitações que estes solos apresentam, a produtividade de espécies anuais fica prejudicada. As principais limitações destas áreas são a presença de Solos Concrecionários entremeados a solos agriculturáveis (Argissolos e Latossolos) e o relevo movimentado. Uma vez que o cultivo de espécies perenes requer menor mobilização do solo e proporciona maior recobrimento da superfície depois de estabelecido (protegendo o solo da erosão), ele pode ser desenvolvido sobre solos que apresentam alguns impedimentos físicos – como a presença de cascalho, petroplintita, textura mais leve e relevo movimentado.
- As áreas destinadas à pastagem plantada (grupo 4) são áreas que apresentam características desfavoráveis ao uso com lavouras e ausência de déficit hídrico. Foram associadas a esta aptidão, entre outras, as manchas de solos Podzólico (Argissolos) associados a solos Petroplínticos (em menores proporções), que, devido à sua localização e condições de relevo, estão sujeitas a inundações periódicas, apresentando também lençol freático bastante superficial. Estas características limitam a utilização com espécies anuais ou até mesmo perenes. Espécies forrageiras, no entanto, com sistema radicular pouco profundo, quando bem manejadas, podem ser cultivadas sem maiores problemas.
- As áreas classificadas como inaptas ao uso agrícola (grupo 6) abrangem aquelas terras em que, face os altos graus de limitações agrícolas, para que pudessem ser exploradas agronomicamente, recursos significativos teriam que ser investidos para que se pudesse tirar um rendimento satisfatório, que garantisse a viabilidade econômica da atividade. Os usos a que estas terras serão destinadas deverão estar

dentro de limites capazes de manter sua qualidade e seu equilíbrio em níveis aceitáveis, sem alterações significativas no ecossistema. São constituídas principalmente de Solos Litólicos, localizados em relevos de declives acentuados. Muitas áreas da região de estudo já são de preservação por imposição legal mas, devido à escala de trabalho, podem ter sido inseridas em algumas unidades de mapeamento com características favoráveis ao uso agrícola, como por exemplo certos vales e áreas próximas às nascentes, cursos de água e declives acentuados. É importante observar que, quando racionalmente utilizadas para agricultura de subsistência, pastagem natural, manejo sustentado de floresta e extrativismo vegetal, não afetam, negativamente, de maneira significativa, o meio ambiente.

- As áreas para pastagem natural (subgrupos 5(n) e 5n) compreendem terras que apresentam limitações fortes, desaconselhando o uso com agricultura, tanto pelo aspecto físico, morfológico e de relevo, que é o caso dos Cambissolos, Areias Quartzosas e Solos Litólicos, quanto pelo aspecto ambiental, caso dos Plintossolos. Estes últimos requerem estudos especiais, pois são áreas que, geralmente, apresentam grande concentração de lagoas, que constituem refúgios ecológicos. Os principais fatores limitantes dessas áreas são decorrentes da baixa fertilidade natural, do impedimento ao uso de máquinas agrícolas e da susceptibilidade à erosão. Alguns solos apresentam drenagem imperfeita (caso dos Gleissolos), estando sujeitos ao regime de inundações periódicas ou submetidos ao excesso de água, resultante do levantamento do lençol hídrico. Outros, como os de textura arenosa, possuem baixa retenção hídrica e baixa capacidade de troca de cátions. A grande maioria dessas terras encontra-se sob vegetação de Savana, e o seu aproveitamento mais adequado seria com pastagem natural e extrativismo vegetal racional.

### Resultados

As classes de aptidão agrícola encontradas após a avaliação das unidades pedogenéticas constituintes de cada Unidade de Mapeamento do Mapa Exploratório de Solos do Projeto RADAM BRASIL, folhas SC.22 Tocantins e SD. 22 Goiás, escala 1:1.000.000, na Área de Abrangência Regional do empreendimento são as seguintes:

GRUPO 1 - Terras com aptidão BOA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

1(a)bc – Terras com aptidão BOA para lavouras no nível de manejo C, REGULAR no B e RESTRITA no A.

1bC - Terras com aptidão BOA para lavouras no nível de manejo C, REGULAR no B e INAPTA no A.

1(b)C - Terras com aptidão BOA para lavouras no nível C, RESTRITA no nível B e INAPTA no A.

GRUPO 2 - Terras com aptidão REGULAR para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

2(a)bc - Terras com aptidão REGULAR para lavouras nos níveis de manejo B e C e RESTRITA no nível A.

2bc - Terras com aptidão REGULAR para lavouras nos níveis de manejo B e C e INAPTA no nível A.

2(b)c - Terras com aptidão REGULAR para lavouras no nível de manejo C, RESTRITA no nível B e INAPTA no A.

GRUPO 3 - Terras com aptidão RESTRITA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

3(bc) - Terras com aptidão RESTRITA para lavouras nos níveis de manejo B e C e INAPTA no nível A.

3(b) – Terras com aptidão RESTRITA para lavouras no nível de manejo B e INAPTA nos níveis A e C.

GRUPO 4 - Terras com aptidão BOA, REGULAR ou RESTRITA para pastagem plantada.

4p - Terras com aptidão REGULAR para pastagem plantada.

GRUPO 5 - Terras com aptidão BOA, REGULAR ou RESTRITA para silvicultura e/ou pastagem natural.

5n - Terras com aptidão REGULAR para pastagem natural.

5(n) – Terras com aptidão RESTRITA para pastagem natural.

5(n) - Terras com aptidão RESTRITA para pastagem natural.

GRUPO 6 - Terras sem aptidão para uso agrícola.

6 - Terras sem aptidão para uso agrícola

O clima quente e sub-úmido, a vegetação de cerrados e de matas ao longo dos cursos de água, a ocorrência tanto de serras como de planícies, a intensa rede de drenagem e a presença de solos predominantemente adequados à agricultura são as principais características da área de abrangência regional do EIA-RIMA do empreendimento de pavimentação da BR-158/MT (norte e sul), que ocupa em torno de 100 mil km<sup>2</sup> do nordeste mato-grossense.

A pecuária tem consistido na atividade tradicional mais importante há décadas na região, porém a ocupação agrícola com lavouras vem crescendo através de aberturas de áreas para a agropecuária devido, principalmente, a pesquisas direcionadas, melhor conhecimento do ambiente físico, investimentos na região, construção de rodovias e à grande mobilização de empresas agrícolas do Sul e do Sudeste do País. Dentre as mudanças mais significativas ocorridas, destaca-se a expansão da agricultura nas áreas de cerrados, em sua parte constituídas de grandes extensões de solos das classes dos Latossolos e Argissolos (antigos Podzólicos), de texturas variando de média a muito argilosa, em relevos altamente favoráveis à mecanização, de excelentes propriedades físicas e de fertilidade facilmente corrigida pela adubação e calagem. Com este potencial agrícola indiscutível, abre-se uma nova fronteira para a produção de soja, milho, trigo, arroz, feijão, café, algodão e outras culturas climaticamente adaptadas.

O desenvolvimento de áreas de lavoura decorre, em grande parte, de incorporação de cultivos à atividade pecuária, resultado da 'integração lavoura-pecuária'. A soja é, entre os grãos, a que mais tem se expandido em termos de área e produção na região, graças à pesquisa agrícola que tem desenvolvido e introduzido novas variedades, adequadas às condições dos solos de cerrados, geralmente de baixa fertilidade natural. O milho e o arroz também têm participação significativa. Alguns municípios são marcados pela presença de pequenas propriedades, especialmente aqueles com presença de comunidades indígenas com suas pequenas lavouras de produção de mandioca e alguns cultivos perenes (IBGE - Cidades, 2002 e 2003). As lavouras permanentes, no entanto, ocorrem apenas esporadicamente no restante da região, não possuindo grande expressão na AAR.

Como já mencionado, os solos da classe dos Latossolos e Argissolos (Podzólicos) dominam a paisagem da região de estudo, ocupando, juntos cerca de 60% da área. Em geral, estão sobre relevo plano até suavemente ondulado, sob vegetação de cerrado (savana) ou cerradão. Suas características traduzem-se em texturas que variam de arenosas a muito argilosas, fertilidade baixa, porém elevado potencial agrícola devido à boa profundidade e relevo adequado. Devido à sua média, e, em alguns casos, alta susceptibilidade à erosão, o manejo adotado nas lavouras sobre estes solos deve priorizar os sistemas de cultivo mínimo e plantio direto, técnicas amplamente difundidas e incentivadas na região do Centro-Oeste.

Outras áreas de características peculiares compreendem as planícies fluviais (planícies dos rios Xingu, Xavante, Xavantinho, Comandante Fontoura, Tapirapé, Suiá-Miçu e Araguaia), onde predominam solos como Gleissolos associados a Plintossolos Háplicos (Laterita Hidromórfica) e Solos Aluviais (Neossolo Flúvico), de drenagem geralmente imperfeita; por esta razão, estas áreas requerem manejo especial e culturas adaptadas às condições de hidromorfismo. Geralmente a aptidão nestas áreas está mais associada à pastagem porque em caso de utilizá-las com sistemas produtivos, permanece o risco da proximidade do lençol freático e dos numerosos cursos de água quando da aplicação de defensivos agrícolas e adubação, constituindo uma ameaça à contaminação de mananciais, com reflexos diretos ao meio ambiente. Estes solos ocupam cerca de 30% da região de estudo.

Os Neossolos Litólicos (antigos Solos Litólicos) também ocorrem na região, ocupando cerca de 5% da área. São solos pouco intemperizados, rasos ou pouco profundos, cascalhentos, concrecionários, geralmente pedregosos, ocorrendo em relevos desde planos até fortemente ondulados. São de potencial agrícola praticamente nulo, com limitações de fertilidade, profundidade efetiva, impedimento ao emprego da mecanização e altamente susceptíveis à erosão, constituindo, em geral, as áreas onde se observam os altos índices de degradação quando cultivadas.

Na região ocorrem ainda, especialmente fazendo parte, em pequenas proporções, das grandes Unidades de Mapeamento, os Plintossolos Pétricos (antigos Solos Concrecionários), Cambissolos e Neossolos Quartzênicos (antigas Areias Quartzozas).

A susceptibilidade natural dos solos da região aos processos erosivos varia de muito baixa a média, em decorrência da dominância de relevos aplainados associados a solos profundos e bem drenados, como os Latossolos e Argissolos. No entanto, alguns solos com elevados teores de areia ou de baixa profundidade, pouco intemperizados, como Neossolos Litólicos e Neossolos Quartzênicos, apresentam fraca estruturação e são facilmente desagregados e carregados pelas águas da chuva, mesmo em relevo relativamente plano. Ressalta-se a provável ocorrência de severos processos erosivos lineares (ravinas e voçorocas) nas terras situadas em algumas cabeceiras de drenagem, resultado da conjugação de solos de fraca estruturação e relevo movimentado.

Os Quadros 6.1.76 a 6.1.106 apresentam a aptidão agrícola das terras dos 15 municípios que compõem a área de abrangência regional (trechos lictados - sul e norte). De acordo com os quadros, percebe-se que, em geral, as aptidões para lavoura anual e pecuária predominam nos solos da região em estudo. Entre as limitações, a fertilidade se mostra como o fator mais restritivo, devido ao caráter distrófico da maioria dos solos da região, o que não é fator limitante, no entanto, aos níveis de manejo A e B (como explicado na metodologia). Por outro lado, no nível de manejo A (primitivo), a baixa fertilidade natural por si só, já é suficiente para limitar o uso agrícola dos solos, pois neste nível não é considerado o uso de insumos. É importante salientar que este nível de manejo prevalece na agricultura realizada nas terras indígenas.

O relevo dificilmente age como fator limitante, porém ocorre em algumas regiões isoladas, limitando, especialmente, lavouras sob nível de manejo C. Alguns solos apresentam restrições devido à drenagem imperfeita; são aqueles situados nas planícies fluviais e ao longo da rede de drenagem. É importante ressaltar que este fato pressupõe que estes solos possam ser utilizados para lavouras de arroz irrigado, embora tenham sido enquadrados, em sua maioria, na aptidão para pastagem natural.

**Quadro 6.3.76 - Aptidão agrícola das terras - Área de abrangência regional.**

Aptidão <sup>1</sup>	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)	Solos Predominantes <sup>2</sup>
2(b)c	36.000	35,00%	LEd + LVd + AQd
5n	35.000	34,00%	HLd + LVd + HGPd + Ad + SCd + Cd
1bC	9.300	9,00%	LVd + LEd + PVd
2(a)bc	4.800	4,70%	PVa + Ca
3(bc)	4.500	4,40%	PVd + LEd + LVd + SCd
2bc	4.400	4,30%	LEd + LVd + PVd + AQd
6	3.300	3,20%	Rd + SCd
3(b)	1.800	1,70%	LVd + SCd
4p	1.400	1,40%	PVd + LVd + HLd + AQd
1(b)C	1.000	1,00%	LVd + LEd + PVd
5(n)	700	0,75%	HLd + Cd
1(a)bC	500	0,55%	LVd + LEd + PVd
Total	102.700	100%	
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes)			60,65%
<i>Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO BOA</i>			<i>10,50%</i>
<i>Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO REGULAR</i>			<i>44,00%</i>
<i>Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO RESTRITA</i>			<i>6,15%</i>
Pecuária - Pastagem Natural			34,75%
Preservação			3,20%
Pecuária - Pastagem Cultivada			1,40%

<sup>1</sup> APTIDÃO:

GRUPO 1 - Terras com aptidão BOA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

1(a)bc – Terras com aptidão BOA para lavouras no nível de manejo C, REGULAR no B e RESTRITA no A

1bC - Terras com aptidão BOA para lavouras no nível de manejo C, REGULAR no B e INAPTA no A.

1(b)C - Terras com aptidão BOA para lavouras no nível C, RESTRITA no nível B e INAPTA no A.

GRUPO 2 - Terras com aptidão REGULAR para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

2(a)bc - Terras com aptidão REGULAR para lavouras nos níveis de manejo B e C e RESTRITA no nível A.

2bc - Terras com aptidão REGULAR para lavouras nos níveis de manejo B e C e INAPTA no nível A.

2(b)c - Terras com aptidão REGULAR para lavouras no nível de manejo C, RESTRITA no nível B e INAPTA no A.

GRUPO 3 - Terras com aptidão RESTRITA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

3(bc) - Terras com aptidão RESTRITA para lavouras nos níveis de manejo B e C e INAPTA no nível A.

3(b) – Terras com aptidão RESTRITA para lavouras no nível de manejo B e INAPTA nos níveis A e C.

GRUPO 4 - Terras com aptidão BOA, REGULAR ou RESTRITA para pastagem plantada.

4p - Terras com aptidão REGULAR para pastagem plantada.

GRUPO 5 - Terras com aptidão BOA, REGULAR ou RESTRITA para silvicultura e/ou pastagem natural.

5n - Terras com aptidão REGULAR para pastagem natural.

5(n) - Terras com aptidão RESTRITA para pastagem natural.

GRUPO 6 - Terras sem aptidão para uso agrícola

6 - Terras sem aptidão para uso agrícola

<sup>2</sup>SOLOS (descrição não atualizada para o Sistema Brasileiro de Classificação dos Solos – EMBRAPA, 1999):

HLd = Laterita Hidromórfica distrófica (atual Plintossolo Háptico): solos minerais hidromórficos, com séria restrição à percolação de água, encontrados em situações de alagamento temporário e, portanto, escoamento lento, com horizonte subsuperficial de coloração variegada, mosqueada.

SCd = Solos Concrecionários distróficos (atual Plintossolo Pétrico concrecionário): solos minerais rasos a medianamente profundos, apresentando concreções ferruginosas do tamanho de cascalho em todo o perfil, inclusive na camada arável, com sérias limitações de mecanização.

LVd = Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico e LEd = Latossolo Vermelho-Escuro distrófico: solos profundos, bem acentuadamente bem drenados, muito permeáveis, porosos e com elevado grau de intemperização.

HGPd = Gley Pouco Húmico distrófico (atual Gleissolo Tiomórfico húmico): solos hidromórficos que ocupam as depressões da paisagem, geralmente em áreas sujeitas a inundações. Apresentam drenagem dos tipos 'imperfetamente drenado', 'mal drenado' ou 'muito mal drenado', ocorrendo, com frequência, espessa camada escura de matéria orgânica mal decomposta sobre uma camada acinzentada (gleizada), resultante de ambiente de oxirredução.

Ad = Solos Aluviais distróficos (atual Neossolo Flúvico): solos pouco evoluídos, não hidromórficos, formados em depósitos aluviais recentes. Apresentam horizonte A seguido de uma sucessão de camadas estratificadas sem relação pedogenética entre si. Ocorrem geralmente associados aos Gleissolos.

AQd = Areias Quartzozas distróficas (atual Neossolo Quartzênico): solos profundos (pelo menos 2 m), apresentando textura arenosa ou franco-arenosa, constituídos essencialmente de quartzo, com máximo de 15% de argila, com estrutura fraca, geralmente associados a áreas de hidromorfismo.

PVd = Podzólico Vermelho-Amarelo distrófico e PVa = Podzólico Vermelho-Amarelo álico (atual Argissolo Vermelho-Amarelo): solos com B textural, não hidromórficos, com argila de atividade baixa, profundos a medianamente profundos, bem a moderadamente drenados, sem problemas de mecanização e cultivo.

Cd = Cambissolo distrófico e Ca = Cambissolo álico: solos que apresentam um horizonte subsuperficial submetido a pouca alteração física e química, porém suficiente para desenvolvimento de cor e estrutura. Geralmente, apresentam minerais primários facilmente intemperizáveis, teores mais elevados de silte, indicando baixo grau de intemperização. Seu horizonte subsuperficial é denominado B incipiente. Suas limitações estão associadas à susceptibilidade à erosão.

Rd = Solos Litólicos distróficos (atual Neossolo Litólico distrófico): solos minerais rasos ou muito rasos, pouco desenvolvidos, geralmente constituídos de perfis com horizonte A diretamente sobre a rocha, associados, inclusive, a afloramentos de rochas.



## 1 - São Félix do Araguaia

Quadro 6.3.77 - Aptidão agrícola das terras - São Félix do Araguaia.

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)	Solos Predominantes	Principais Limitações
5n	9.094,0	53%	HGPd + Ad + SCd	F E M O
2(b)c	6.130,0	36%	LEd + LVd	F H M
1(b)C	600,0	4%	LVd + Cd	F O
4p	596,0	4%	PVd + SCd + LVd	F M
3(bc)	277,0	2%	PVd + LEd + LVd	F E M
3(b)	141,0	1%	LVd + SCd	F M
	16.840,0			

GRUPO 1 - Terras com aptidão BOA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

1(b)C - Terras com aptidão BOA para lavouras no nível C, RESTRITA no nível B e INAPTA no A.

GRUPO 2 - Terras com aptidão REGULAR para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

2(b)c - Terras com aptidão REGULAR para lavouras no nível de manejo C, RESTRITA no nível B e INAPTA no A.

GRUPO 3 - Terras com aptidão RESTRITA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

3(bc) - Terras com aptidão RESTRITA para lavouras nos níveis de manejo B e C e INAPTA no nível A.

3(b) - Terras com aptidão RESTRITA para lavouras no nível de manejo B e INAPTA nos níveis A e C.

GRUPO 4 - Terras com aptidão BOA, REGULAR ou RESTRITA para pastagem plantada.

4p - Terras com aptidão REGULAR para pastagem plantada.

GRUPO 5 - Terras com aptidão BOA, REGULAR ou RESTRITA para silvicultura e/ou pastagem natural.

5n - Terras com aptidão REGULAR para pastagem natural.

SOLOS: HLd = Laterita Hidromórfica distrófica (atual Plintossolo Háplico) / SCd = Solos Concrecionários distróficos (atual Plintossolo Pétrico concrecionário) / LVd = Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico e LEd = Latossolo Vermelho-Escuro distrófico / HGPd = Gley Pouco Húmico distrófico (atual Gleissolo Tiomórfico húmico) / Ad = Solos Aluviais distróficos (atual Neossolo Flúvico) / AQd = Areias Quartzozas distróficas (atual Neossolo Quartzênico) / PVd = Podzólico Vermelho-Amarelo distrófico e PVa = Podzólico Vermelho-Amarelo álico (atual Argissolo Vermelho-Amarelo) / Cd = Cambissolo distrófico e Ca = Cambissolo álico / Rd = Solos Litólicos distróficos (atual Neossolo Litólico distrófico).

LIMITAÇÕES: F = fertilidade baixa/ E = susceptibilidade à erosão / M = impedimento à mecanização / O = drenagem deficiente ou alagamentos periódicos / H = déficit hídrico acentuado. OBS: Terras sem aptidão para lavouras em geral, devido ao excesso de água, podem ser indicadas para arroz de inundação.

Quadro 6.3.78 - Aptidão agrícola das terras - São Félix do Araguaia - Simplificado.

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) - APTIDÃO BOA	600,0	4%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) - APTIDÃO REGULAR	6.130,0	36%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) - APTIDÃO RESTRITA	418,0	3%
Pecuária	9.690,0	57%
Inapta para Usos Agrícolas	0,0	0%

## 2 - Canabrava do Norte

Quadro 6.3.79 - Aptidão agrícola das terras - Canabrava do Norte.

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)	Solos Predominantes	Principais Limitações
2(b)c	2.232,0	65%	LEd + LVd + SCd	F H
5n	1.107,0	32%	HGPd + Ad + SCd	F E M O
3(b)	81,0	2,5%	LVd + SCd	F M
3(bc)	17,0	0,5%	PVd + LEd + LVd	F E M
	3.438,0			

GRUPO 2 - Terras com aptidão REGULAR para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

2(b)c - Terras com aptidão REGULAR para lavouras no nível de manejo C, RESTRITA no nível B e INAPTA no A.

GRUPO 3 - Terras com aptidão RESTRITA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

3(bc) - Terras com aptidão RESTRITA para lavouras nos níveis de manejo B e C e INAPTA no nível A.

3(b) - Terras com aptidão RESTRITA para lavouras no nível de manejo B e INAPTA nos níveis A e C.

GRUPO 5 - Terras com aptidão BOA, REGULAR ou RESTRITA para silvicultura e/ou pastagem natural.

5n - Terras com aptidão REGULAR para pastagem natural.

SOLOS: HLd = Laterita Hidromórfica distrófica (atual Plintossolo Háptico) / SCd = Solos Concrecionários distróficos (atual Plintossolo Pétrico concrecionário) / LVd = Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico e LEd = Latossolo Vermelho-Escuro distrófico / HGPd = Gley Pouco Húmico distrófico (atual Gleissolo Tiomórfico húmico) / Ad = Solos Aluviais distróficos (atual Neossolo Flúvico) / AQd = Areias Quartzozas distróficas (atual Neossolo Quartzênico) / PVd = Podzólico Vermelho-Amarelo distrófico e PVa = Podzólico Vermelho-Amarelo álico (atual Argissolo Vermelho-Amarelo) / Cd = Cambissolo distrófico e Ca = Cambissolo álico / Rd = Solos Litólicos distróficos (atual Neossolo Litólico distrófico).

LIMITAÇÕES: F = fertilidade baixa/ E = susceptibilidade à erosão / M = impedimento à mecanização / O = drenagem deficiente ou alagamentos periódicos / H = déficit hídrico acentuado. OBS: Terras sem aptidão para lavouras em geral, devido ao excesso de água, podem ser indicadas para arroz de inundação.

Quadro 6.3.80 - Aptidão agrícola das terras - Canabrava do Norte - Simplificado.

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO BOA	0,0	0%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO REGULAR	2.232,0	32%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO RESTRITA	98,0	3%
Pecuária	1.107,0	32%
Inapta para Usos Agrícolas	0,0	0%

## 3 - Confresa

Quadro 6.3.81 - Aptidão agrícola das terras - Confresa.

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)	Solos Predominantes	Principais Limitações
2bc	2.147,0	37%	PVd + LEd + LVd	F E
5n	1.014,0	18%	HGPd + Ad + SCd + HLd	F E M O
1bC	737,0	13%	PVd + SCd + LVd + LEd	F
2(b)c	699,0	12%	LEd	F H
3(bc)	605,0	10%	PVd + LEd + LVd	F E M
6	413,0	7%	Rd + Ra + SCd	F E M
2(a)bc	170,0	3%	PVd	F M
	5.785,0			

GRUPO 1 - Terras com aptidão BOA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

1bC - Terras com aptidão BOA para lavouras no nível de manejo C, REGULAR no B e INAPTA no A.

GRUPO 2 - Terras com aptidão REGULAR para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

2(a)bc - Terras com aptidão REGULAR para lavouras nos níveis de manejo B e C e RESTRITA no nível A.

2bc - Terras com aptidão REGULAR para lavouras nos níveis de manejo B e C e INAPTA no nível A.

2(b)c - Terras com aptidão REGULAR para lavouras no nível de manejo C, RESTRITA no nível B e INAPTA no A.

GRUPO 3 - Terras com aptidão RESTRITA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

3(bc) - Terras com aptidão RESTRITA para lavouras nos níveis de manejo B e C e INAPTA no nível A.

GRUPO 5 - Terras com aptidão BOA, REGULAR ou RESTRITA para silvicultura e/ou pastagem natural.

5n - Terras com aptidão REGULAR para pastagem natural.

GRUPO 6 - Terras sem aptidão para uso agrícola.

6 - Terras sem aptidão para uso agrícola.

SOLOS: HLd = Laterita Hidromórfica distrófica (atual Plintossolo Háptico) / SCd = Solos Concrecionários distróficos (atual Plintossolo Pétrico concrecionário) / LVd = Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico e LEd = Latossolo Vermelho-Escuro distrófico / HGPd = Gley Pouco Húmico distrófico (atual Gleissolo Tiomórfico húmico) / Ad = Solos Aluviais distróficos (atual Neossolo Flúvico) / AQd = Areias Quartzozas distróficas (atual Neossolo Quartzênico) / PVd = Podzólico Vermelho-Amarelo distrófico e PVa = Podzólico Vermelho-Amarelo álico (atual Argissolo Vermelho-Amarelo) / Cd = Cambissolo distrófico e Ca = Cambissolo álico / Rd = Solos Litólicos distróficos (atual Neossolo Litólico distrófico).

LIMITAÇÕES: F = fertilidade baixa/ E = susceptibilidade à erosão / M = impedimento à mecanização / O = drenagem deficiente ou alagamentos periódicos / H = déficit hídrico acentuado. OBS: Terras sem aptidão para lavouras em geral, devido ao excesso de água, podem ser indicadas para arroz de inundação.

Quadro 6.3.82 - Aptidão agrícola das terras - Confresa - Simplificado.

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO BOA	737,0	13%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO REGULAR	3.016,0	52%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO RESTRITA	605,0	10%
Pecuária	1.014,0	18%
Inapta para Usos Agrícolas	413,0	7%

## 4 - Santa Teresinha

Quadro 6.3.83 - Aptidão agrícola das terras - Santa Teresinha.

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)	Solos Predominantes	Principais Limitações
1bC	3.306,0	51%	PVd + SCd + LVd	F
5n	1.316,0	20%	HLd + LVd + HGPd	F E M O
2(b)c	1.274,0	20%	LVd + SCd _ PVd	F M
6	562,0	9%	Rd + Ra + SCd	F E M
	6.467,0			

GRUPO 1 - Terras com aptidão BOA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

1bC - Terras com aptidão BOA para lavouras no nível de manejo C, REGULAR no B e INAPTA no A.

GRUPO 2 - Terras com aptidão REGULAR para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

2(b)c - Terras com aptidão REGULAR para lavouras no nível de manejo C, RESTRITA no nível B e INAPTA no A.

GRUPO 5 - Terras com aptidão BOA, REGULAR ou RESTRITA para silvicultura e/ou pastagem natural.

5n - Terras com aptidão REGULAR para pastagem natural.

GRUPO 6 - Terras sem aptidão para uso agrícola

6 - Terras sem aptidão para uso agrícola

SOLOS: HLd = Laterita Hidromórfica distrófica (atual Plintossolo Háptico) / SCd = Solos Concrecionários distróficos (atual Plintossolo Pétrico concrecionário) / LVd = Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico e LEd = Latossolo Vermelho-Escuro distrófico / HGPd = Gley Pouco Húmico distrófico (atual Gleissolo Tiomórfico húmico) / Ad = Solos Aluviais distróficos (atual Neossolo Flúvico) / AQd = Areias Quartzozas distróficas (atual Neossolo Quartzênico) / PVd = Podzólico Vermelho-Amarelo distrófico e PVa = Podzólico Vermelho-Amarelo álico (atual Argissolo Vermelho-Amarelo) / Cd = Cambissolo distrófico e Ca = Cambissolo álico / Rd = Solos Litólicos distróficos (atual Neossolo Litólico distrófico).

LIMITAÇÕES: F = fertilidade baixa/ E = susceptibilidade à erosão / M = impedimento à mecanização / O = drenagem deficiente ou alagamentos periódicos / H = déficit hídrico acentuado. OBS: Terras sem aptidão para lavouras em geral, devido ao excesso de água, podem ser indicadas para arroz de inundação.

Quadro 6.3.84 - Aptidão agrícola das terras - Santa Teresinha - Simplificado.

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO BOA	3.306,0	51%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO REGULAR	1.274,0	20%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO RESTRITA	0,0	0%
Pecuária	1.316,0	20%
Inapta para Usos Agrícolas	562,0	9%

## 5 - Vila Rica

Quadro 6.3.85 - Aptidão agrícola das terras - Vila Rica.

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)	Solos Predominantes	Principais Limitações
1bC	3.054,0	41%	PVd + SCd + LVd	F
2bc	2.288,0	31%	PVd + LEd + LVd	F E
6	1.687,0	23%	Rd + PVd + Cd	F E M
2(a)bc	243,0	3%	PVd	F M
2(b)c	90,0	1%	LVd + SCd _ PVd	F M
5n	68,0	1%	HGPd + Ad + SCd	F M O
	7.430,0			

GRUPO 1 - Terras com aptidão BOA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

1bC - Terras com aptidão BOA para lavouras no nível de manejo C, REGULAR no B e INAPTA no A.

GRUPO 2 - Terras com aptidão REGULAR para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

2(a)bc - Terras com aptidão REGULAR para lavouras nos níveis de manejo B e C e RESTRITA no nível A.

2bc - Terras com aptidão REGULAR para lavouras nos níveis de manejo B e C e INAPTA no nível A.

2(b)c – Terras com aptidão REGULAR para lavouras no nível de manejo C, RESTRITA no nível B e INAPTA no nível A.

GRUPO 5 - Terras com aptidão BOA, REGULAR ou RESTRITA para silvicultura e/ou pastagem natural.

5n - Terras com aptidão REGULAR para pastagem natural.

GRUPO 6 - Terras sem aptidão para uso agrícola

6 - Terras sem aptidão para uso agrícola

SOLOS: Hld = Laterita Hidromórfica distrófica (atual Plintossolo Háptico) / SCd = Solos Concrecionários distróficos (atual Plintossolo Pétrico concrecionário) / LVd = Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico e LEd = Latossolo Vermelho-Escuro distrófico / HGPd = Gley Pouco Húmico distrófico (atual Gleissolo Tiomórfico húmico) / Ad = Solos Aluviais distróficos (atual Neossolo Flúvico) / AQd = Areias Quartzozas distróficas (atual Neossolo Quartzênico) / PVd = Podzólico Vermelho-Amarelo distrófico e PVa = Podzólico Vermelho-Amarelo álico (atual Argissolo Vermelho-Amarelo) / Cd = Cambissolo distrófico e Ca = Cambissolo álico / Rd = Solos Litólicos distróficos (atual Neossolo Litólico distrófico).

LIMITAÇÕES: F = fertilidade baixa/ E = susceptibilidade à erosão / M = impedimento à mecanização / O = drenagem deficiente ou alagamentos periódicos / H = déficit hídrico acentuado. OBS: Terras sem aptidão para lavouras em geral, devido ao excesso de água, podem ser indicadas para arroz de inundação.

Quadro 6.3.86 - Aptidão agrícola das terras - Vila Rica - Simplificado.

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO BOA	3.054,0	41%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO REGULAR	2.624,0	35%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO RESTRITA	0,0	0%
Pecuária	68,0	1%
Inapta para Usos Agrícolas	1.687,0	23%

## 6 - Porto Alegre do Norte

Quadro 6.3.87 - Aptidão agrícola das terras - Porto Alegre do Norte.

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)	Solos Predominantes	Principais Limitações
5n	2.224,0	55%	HLd + LVd + HGPd + Ad	F E M O
2(b)c	882,0	22%	LEd	F H
1bC	439,0	11%	LEd + LVd + SCd	F
3(bc)	434,0	11%	PVd + LEd + LVd	F E M
6	22,0	1%	Rd + Cd	F E M
	4.000,0			

GRUPO 1 - Terras com aptidão BOA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

1bC - Terras com aptidão BOA para lavouras no nível de manejo C, REGULAR no B e INAPTA no A.

GRUPO 2 - Terras com aptidão REGULAR para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

2(b)c - Terras com aptidão REGULAR para lavouras no nível de manejo C, RESTRITA no nível B e INAPTA no A.

GRUPO 3 - Terras com aptidão RESTRITA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

3(bc) - Terras com aptidão RESTRITA para lavouras nos níveis de manejo B e C e INAPTA no nível A.

GRUPO 5 - Terras com aptidão BOA, REGULAR ou RESTRITA para silvicultura e/ou pastagem natural.

5n - Terras com aptidão REGULAR para pastagem natural.

GRUPO 6 - Terras sem aptidão para uso agrícola

6 - Terras sem aptidão para uso agrícola

SOLOS: HLd = Laterita Hidromórfica distrófica (atual Plintossolo Háptico) / SCd = Solos Concrecionários distróficos (atual Plintossolo Pétrico concrecionário) / LVd = Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico e LEd = Latossolo Vermelho-Escuro distrófico / HGPd = Gley Pouco Húmico distrófico (atual Gleissolo Tiomórfico húmico) / Ad = Solos Aluviais distróficos (atual Neossolo Flúvico) / AQd = Areias Quartzozas distróficas (atual Neossolo Quartzênico) / PVd = Podzólico Vermelho-Amarelo distrófico e PVa = Podzólico Vermelho-Amarelo álico (atual Argissolo Vermelho-Amarelo) / Cd = Cambissolo distrófico e Ca = Cambissolo álico / Rd = Solos Litólicos distróficos (atual Neossolo Litólico distrófico).

LIMITAÇÕES: F = fertilidade baixa/ E = susceptibilidade à erosão / M = impedimento à mecanização / O = drenagem deficiente ou alagamentos periódicos / H = déficit hídrico acentuado. OBS: Terras sem aptidão para lavouras em geral, devido ao excesso de água, podem ser indicadas para arroz de inundação.

Quadro 6.3.88 - Aptidão agrícola das terras - Porto Alegre do Norte – Simplificado.

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO BOA	439,0	11%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO REGULAR	882,0	22%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO RESTRITA	434,0	11%
Pecuária	2.224,0	55%
Inapta para Usos Agrícolas	22,0	1%

## 7 - Alto Boa Vista

Quadro 6.3.89 - Aptidão agrícola das terras - Alto Boa Vista.

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)	Solos Predominantes	Principais Limitações
2(b)c	1.657,0	75%	LEd + LVd	F H
1(b)C	260,0	12%	LVd + Cd	F
5n	158,0	7%	HGPd + Ad + SCd + HLd	F M O
3(b)	115,0	5%	LVd + SCd	F M
1bC	30,0	1%	LVd + PVd + SCd + LEd	F
	2.220,0			

GRUPO 1 - Terras com aptidão BOA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

1(b)C - Terras com aptidão BOA para lavouras no nível C, RESTRITA no nível B e INAPTA no A.

1bC - Terras com aptidão BOA para lavouras no nível de manejo C, REGULAR no B e INAPTA no A.

GRUPO 2 - Terras com aptidão REGULAR para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

2(b)c - Terras com aptidão REGULAR para lavouras no nível de manejo C, RESTRITA no nível B e INAPTA no A.

GRUPO 3 - Terras com aptidão RESTRITA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

3(b) - Terras com aptidão RESTRITA para lavouras no nível de manejo B e INAPTA nos níveis A e C.

GRUPO 5 - Terras com aptidão BOA, REGULAR ou RESTRITA para silvicultura e/ou pastagem natural.

5n - Terras com aptidão REGULAR para pastagem natural.

SOLOS: HLd = Laterita Hidromórfica distrófica (atual Plintossolo Háptico) / SCd = Solos Concrecionários distróficos (atual Plintossolo Pétrico concrecionário) / LVd = Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico e LEd = Latossolo Vermelho-Escuro distrófico / HGPd = Gley Pouco Húmico distrófico (atual Gleissolo Tiomórfico húmico) / Ad = Solos Aluviais distróficos (atual Neossolo Flúvico) / AQd = Areias Quartzozas distróficas (atual Neossolo Quartzênico) / PVd = Podzólico Vermelho-Amarelo distrófico e PVa = Podzólico Vermelho-Amarelo álico (atual Argissolo Vermelho-Amarelo) / Cd = Cambissolo distrófico e Ca = Cambissolo álico / Rd = Solos Litólicos distróficos (atual Neossolo Litólico distrófico).

LIMITAÇÕES: F = fertilidade baixa/ E = susceptibilidade à erosão / M = impedimento à mecanização / O = drenagem deficiente ou alagamentos periódicos / H = déficit hídrico acentuado. OBS: Terras sem aptidão para lavouras em geral, devido ao excesso de água, podem ser indicadas para arroz de inundação.

Quadro 6.3.90 - Aptidão agrícola das terras - Alto Boa Vista – Simplificado.

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO BOA	290,0	13%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO REGULAR	1.657,0	75%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO RESTRITA	115,0	5%
Pecuária	158,0	7%
Inapta para Usos Agrícolas	0,0	0%

## 8 - Luciara

Quadro 6.3.91 - Aptidão agrícola das terras - Luciara.

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)	Solos Predominantes	Principais Limitações
5n	3.595,0	86%	HLd + LVd + HGPd	F E M O
4p	447,0	11%	PVd + SCd + LVd	F M
5(n)	98,0	2%	HLd	F O
1bC	13,0	1%	PVd	F
	4.135,0			

GRUPO 1 - Terras com aptidão BOA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

1bC - Terras com aptidão BOA para lavouras no nível de manejo C, REGULAR no B e INAPTA no A.

GRUPO 4 - Terras com aptidão BOA, REGULAR ou RESTRITA para pastagem plantada.

4p - Terras com aptidão REGULAR para pastagem plantada.

GRUPO 5 - Terras com aptidão BOA, REGULAR ou RESTRITA para silvicultura e/ou pastagem natural.

5n - Terras com aptidão REGULAR para pastagem natural.

5(n) - Terras com aptidão RESTRITA para pastagem natural.

SOLOS: HLd = Laterita Hidromórfica distrófica (atual Plintossolo Háptico) / SCd = Solos Concrecionários distróficos (atual Plintossolo Pétrico concrecionário) / LVd = Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico e LEd = Latossolo Vermelho-Escuro distrófico / HGPd = Gley Pouco Húmico distrófico (atual Gleissolo Tiomórfico húmico) / Ad = Solos Aluviais distróficos (atual Neossolo Flúvico) / AQd = Areias Quartzozas distróficas (atual Neossolo Quartzênico) / PVd = Podzólico Vermelho-Amarelo distrófico e PVa = Podzólico Vermelho-Amarelo álico (atual Argissolo Vermelho-Amarelo) / Cd = Cambissolo distrófico e Ca = Cambissolo álico / Rd = Solos Litólicos distróficos (atual Neossolo Litólico distrófico).

LIMITAÇÕES: F = fertilidade baixa/ E = susceptibilidade à erosão / M = impedimento à mecanização / O = drenagem deficiente ou alagamentos periódicos / H = déficit hídrico acentuado. OBS: Terras sem aptidão para lavouras em geral, devido ao excesso de água, podem ser indicadas para arroz de inundação.

Quadro 6.3.92 - Aptidão agrícola das terras - Luciara - Simplificado.

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO BOA	13,0	1%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO REGULAR	0,0	0%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO RESTRITA	0,0	0%
Pecuária	4.140,0	99%
Inapta para Usos Agrícolas	0,0	0%



## 9 - São José do Xingu

Quadro 6.3.93 - Aptidão agrícola das terras - São José do Xingu.

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)	Solos Predominantes	Principais Limitações
2(b)c	3.766,0	50%	LVd + AQd	F H M
3(bc)	1.755,0	24%	PVd + LEd + LVd	F E M
1bC	933,0	12%	LEd + PVd + LVd	F
5n	805,0	11%	HGPd + Ad + SCd	F M O
2(a)bc	217,0	3%	PVd	F M
	7.476,0	100%		

GRUPO 1 - Terras com aptidão BOA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

1bC - Terras com aptidão BOA para lavouras no nível de manejo C, REGULAR no B e INAPTA no A.

GRUPO 2 - Terras com aptidão REGULAR para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

2(a)bc - Terras com aptidão REGULAR para lavouras nos níveis de manejo B e C e RESTRITA no nível A.

2(b)c - Terras com aptidão REGULAR para lavouras no nível de manejo C, RESTRITA no nível B e INAPTA no A.

GRUPO 3 - Terras com aptidão RESTRITA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

3(bc) - Terras com aptidão RESTRITA para lavouras nos níveis de manejo B e C e INAPTA no nível A.

GRUPO 5 - Terras com aptidão BOA, REGULAR ou RESTRITA para silvicultura e/ou pastagem natural.

5n - Terras com aptidão REGULAR para pastagem natural.

SOLOS: Hld = Laterita Hidromórfica distrófica (atual Plintossolo Háptico) / SCd = Solos Concrecionários distróficos (atual Plintossolo Pétrico concrecionário) / LVd = Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico e LEd = Latossolo Vermelho-Escuro distrófico / HGPd = Gley Pouco Húmico distrófico (atual Gleissolo Tiomórfico húmico) / Ad = Solos Aluviais distróficos (atual Neossolo Flúvico) / AQd = Areias Quartzozas distróficas (atual Neossolo Quartzênico) / PVd = Podzólico Vermelho-Amarelo distrófico e PVa = Podzólico Vermelho-Amarelo álico (atual Argissolo Vermelho-Amarelo) / Cd = Cambissolo distrófico e Ca = Cambissolo álico / Rd = Solos Litólicos distróficos (atual Neossolo Litólico distrófico).

LIMITAÇÕES: F = fertilidade baixa / E = susceptibilidade à erosão / M = impedimento à mecanização / O = drenagem deficiente ou alagamentos periódicos / H = déficit hídrico acentuado. OBS: Terras sem aptidão para lavouras em geral, devido ao excesso de água, podem ser indicadas para arroz de inundação.

Quadro 6.3.94 - Aptidão agrícola das terras - São José do Xingu - Simplificado.

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO BOA	933,0	12%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO REGULAR	3.983,0	53%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO RESTRITA	1.755,0	24%
Pecuária	805,0	11%
Inapta para Usos Agrícolas	0,0	0%

## 10 - Santa Cruz do Xingu

**Quadro 6.3.95 - Aptidão agrícola das terras - Santa Cruz do Xingu.**

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)	Solos Predominantes	Principais Limitações
2(a)bc	1.951,0	35%	PVa + Cd + LEd + Ca	F M
3(bc)	1.478,0	26%	PVd + LEd + LVd	F E M
1bC	788,0	14%	LEd + PVd + LVd + Cd	F M
5n	588,0	10%	HGPd + Ad + SCd	F M O
2(b)c	452,0	8%	PVd + LEd + LVd	F E
6	358,0	7%	Rd + Ca	F E M
	5.627,0			

GRUPO 1 - Terras com aptidão BOA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

1bC - Terras com aptidão BOA para lavouras no nível de manejo C, REGULAR no B e INAPTA no A.

GRUPO 2 - Terras com aptidão REGULAR para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

2(a)bc - Terras com aptidão REGULAR para lavouras nos níveis de manejo B e C e RESTRITA no nível A.

2(b)c - Terras com aptidão REGULAR para lavouras no nível de manejo C, RESTRITA no nível B e INAPTA no A.

GRUPO 5 - Terras com aptidão BOA, REGULAR ou RESTRITA para silvicultura e/ou pastagem natural.

5n - Terras com aptidão REGULAR para pastagem natural.

GRUPO 6 - Terras sem aptidão para uso agrícola

6 - Terras sem aptidão para uso agrícola

SOLOS: HLd = Laterita Hidromórfica distrófica (atual Plintossolo Háptico) / SCd = Solos Concrecionários distróficos (atual Plintossolo Pétrico concrecionário) / LVd = Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico e LEd = Latossolo Vermelho-Escuro distrófico / HGPd = Gley Pouco Húmico distrófico (atual Gleissolo Tiomórfico húmico) / Ad = Solos Aluviais distróficos (atual Neossolo Flúvico) / AQd = Areias Quartzozas distróficas (atual Neossolo Quartzênico) / PVd = Podzólico Vermelho-Amarelo distrófico e PVa = Podzólico Vermelho-Amarelo álico (atual Argissolo Vermelho-Amarelo) / Cd = Cambissolo distrófico e Ca = Cambissolo álico / Rd = Solos Litólicos distróficos (atual Neossolo Litólico distrófico).

LIMITAÇÕES: F = fertilidade baixa/ E = susceptibilidade à erosão / M = impedimento à mecanização / O = drenagem deficiente ou alagamentos periódicos / H = déficit hídrico acentuado. OBS: Terras sem aptidão para lavouras em geral, devido ao excesso de água, podem ser indicadas para arroz de inundação.

**Quadro 6.3.96 - Aptidão agrícola das terras - Santa Cruz do Xingu - Simplificado.**

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO BOA	788,0	14%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO REGULAR	2.403,0	43%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO RESTRITA	1.478,0	26%
Pecuária	588,0	10%
Inapta para Usos Agrícolas	358,0	7%

## 11 - Querência

**Quadro 6.3.97 - Aptidão agrícola das terras - Querência.**

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)	Solos Predominantes	Principais Limitações
2(b)c	12.469	70%	PVd + LEed + LVd	F E
5n	3.625	20%	HGPd + Ad + SCd	F M O
2(a)bc	1.747	10%	PVa + Cd + LEed + Ca	F M
	17.840			

GRUPO 2 - Terras com aptidão REGULAR para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

2(b)c - Terras com aptidão REGULAR para lavouras no nível de manejo C, RESTRITA no nível B e INAPTA no A.

2(a)bc - Terras com aptidão REGULAR para lavouras nos níveis de manejo B e C e RESTRITA no nível A.

GRUPO 5 - Terras com aptidão BOA, REGULAR ou RESTRITA para silvicultura e/ou pastagem natural.

5n - Terras com aptidão REGULAR para pastagem natural.

SOLOS: Hld = Laterita Hidromórfica distrófica (atual Plintossolo Háptico) / SCd = Solos Concrecionários distróficos (atual Plintossolo Pétrico concrecionário) / LVd = Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico e LEed = Latossolo Vermelho-Escuro distrófico / HGPd = Gley Pouco Húmico distrófico (atual Gleissolo Tiomórfico húmico) / Ad = Solos Aluviais distróficos (atual Neossolo Flúvico) / AQd = Areias Quartzozas distróficas (atual Neossolo Quartzênico) / PVd = Podzólico Vermelho-Amarelo distrófico e PVa = Podzólico Vermelho-Amarelo álico (atual Argissolo Vermelho-Amarelo) / Cd = Cambissolo distrófico e Ca = Cambissolo álico / Rd = Solos Litólicos distróficos (atual Neossolo Litólico distrófico).

LIMITAÇÕES: F = fertilidade baixa / E = susceptibilidade à erosão / M = impedimento à mecanização / O = drenagem deficiente ou alagamentos periódicos / H = déficit hídrico acentuado. OBS: Terras sem aptidão para lavouras em geral, devido ao excesso de água, podem ser indicadas para arroz de inundação.

**Quadro 6.3.98 - Aptidão agrícola das terras - Querência - Simplificado.**

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO BOA	0,0	0%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO REGULAR	14.216,0	80%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO RESTRITA	0,0	0%
Pecuária	3.625,0	20%
Inapta para Usos Agrícolas	0,0	0%

## 12 - Bom Jesus do Araguaia

Quadro 6.3.99 - Aptidão agrícola das terras - Bom Jesus do Araguaia.

Aptidão	Área (km²)	Área (%)	Solos Predominantes	Principais Limitações
2(b)c	3.029,0	70%	PVd + LEd + LVd	F E
5n	788,0	19%	HGPd + Ad + SCd	F M O
3(b)	256,0	6%	LVd + SCd	F M
1(a)bc	230,0	5%	LVd + LEd + PVd	F
	4.302,0			

GRUPO 1 - Terras com aptidão BOA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

1(a)bc - Terras com aptidão BOA para lavouras no nível C, REGULAR no nível B e RESTRITA no nível A.

GRUPO 2 - Terras com aptidão REGULAR para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

2(b)c - Terras com aptidão REGULAR para lavouras no nível de manejo C, RESTRITA no nível B e INAPTA no A.

GRUPO 3 - Terras com aptidão RESTRITA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

3(b) - Terras com aptidão RESTRITA para lavouras no nível de manejo B e INAPTA nos níveis A e C.

GRUPO 5 - Terras com aptidão BOA, REGULAR ou RESTRITA para silvicultura e/ou pastagem natural.

5n - Terras com aptidão REGULAR para pastagem natural.

SOLOS: HLd = Laterita Hidromórfica distrófica (atual Plintossolo Háplico) / SCd = Solos Concrecionários distróficos (atual Plintossolo Pétrico concrecionário) / LVd = Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico e LEd = Latossolo Vermelho-Escuro distrófico / HGPd = Gley Pouco Húmico distrófico (atual Gleissolo Tiomórfico húmico) / Ad = Solos Aluviais distróficos (atual Neossolo Flúvico) / AQd = Areias Quartzozas distróficas (atual Neossolo Quartzênico) / PVd = Podzólico Vermelho-Amarelo distrófico e PVa = Podzólico Vermelho-Amarelo álico (atual Argissolo Vermelho-Amarelo) / Cd = Cambissolo distrófico e Ca = Cambissolo álico / Rd = Solos Litólicos distróficos (atual Neossolo Litólico distrófico).

LIMITAÇÕES: F = fertilidade baixa/ E = susceptibilidade à erosão / M = impedimento à mecanização / O = drenagem deficiente ou alagamentos periódicos / H = déficit hídrico acentuado. OBS: Terras sem aptidão para lavouras em geral, devido ao excesso de água, podem ser indicadas para arroz de inundação.

Quadro 6.3.100 - Aptidão agrícola das terras - Bom Jesus do Araguaia - Simplificado.

Aptidão	Área (km²)	Área (%)
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO BOA	230,0	5%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO REGULAR	3.029,0	70%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO RESTRITA	256,0	6%
Pecuária	788,0	19%
Inapta para Usos Agrícolas	0,0	0%

## 13 - Serra Nova Dourada

Quadro 6.3.101 - Aptidão agrícola das terras - Serra Nova Dourada.

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)	Solos Predominantes	Principais Limitações
5n	409,0	28%	HGPd + Ad + SCd	F M O
1(b)C	234,0	16%	LVd + Cd	F
3(b)	234,0	16%	LVd + SCd	F M
2(a)bc	221,0	15%	PVa + Cd + LEd + Ca	F M
2(b)c	204,0	14%	PVd + LEd + LVd	F E
1(a)bc	166,0	11%	LVd + LEd + PVd	F
	1.470,0			

GRUPO 1 - Terras com aptidão BOA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

1(a)bc - Terras com aptidão BOA para lavouras no nível C, REGULAR no nível B e RESTRITA no nível A.

1(b)C - Terras com aptidão BOA para lavouras no nível C, RESTRITA no nível B e INAPTA no A.

GRUPO 2 - Terras com aptidão REGULAR para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

2(b)c - Terras com aptidão REGULAR para lavouras no nível de manejo C, RESTRITA no nível B e INAPTA no A.

2(a)bc - Terras com aptidão REGULAR para lavouras nos níveis de manejo B e C e RESTRITA no nível A.

GRUPO 3 - Terras com aptidão RESTRITA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

3(b) - Terras com aptidão RESTRITA para lavouras no nível de manejo B e INAPTA nos níveis A e C.

GRUPO 5 - Terras com aptidão BOA, REGULAR ou RESTRITA para silvicultura e/ou pastagem natural.

5n - Terras com aptidão REGULAR para pastagem natural.

SOLOS: Hld = Laterita Hidromórfica distrófica (atual Plintossolo Háptico) / SCd = Solos Concrecionários distróficos (atual Plintossolo Pétrico concrecionário) / LVd = Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico e LEd = Latossolo Vermelho-Escuro distrófico / HGPd = Gley Pouco Húmico distrófico (atual Gleissolo Tiomórfico húmico) / Ad = Solos Aluviais distróficos (atual Neossolo Flúvico) / AQd = Areias Quartzozas distróficas (atual Neossolo Quartzênico) / PVd = Podzólico Vermelho-Amarelo distrófico e PVa = Podzólico Vermelho-Amarelo álico (atual Argissolo Vermelho-Amarelo) / Cd = Cambissolo distrófico e Ca = Cambissolo álico / Rd = Solos Litólicos distróficos (atual Neossolo Litólico distrófico).

LIMITAÇÕES: F = fertilidade baixa/ E = susceptibilidade à erosão / M = impedimento à mecanização / O = drenagem deficiente ou alagamentos periódicos / H = déficit hídrico acentuado. OBS: Terras sem aptidão para lavouras em geral, devido ao excesso de água, podem ser indicadas para arroz de inundação.

Quadro 6.3.102 - Aptidão agrícola das terras - Serra Nova Dourada - Simplificado.

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO BOA	400,0	27%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO REGULAR	425,0	29%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO RESTRITA	234,0	16%
Pecuária	409,0	28%
Inapta para Usos Agrícolas	0,0	0%

## 14 - Ribeirão Cascalheira

**Quadro 6.3.103 - Aptidão agrícola das terras - Ribeirão Cascalheira.**

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)	Solos Predominantes	Principais Limitações
5n	5.845,0	50%	HGPd + Ad + SCd	F M O
2(b)c	3.050,0	27%	PVd + LEd + LVd	F E
3(b)	971,0	9%	LVd + SCd	F M
5(n)	566,0	5%	HLd	F O
4p	405,0	4%	PVd + SCd + LVd	F M
2(a)bc	315,0	3%	PVa + Cd + LEd + Ca	F M
6	200,0	2%	Rd + Ca	F E M
	11.353,0			

GRUPO 2 - Terras com aptidão REGULAR para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

2(b)c - Terras com aptidão REGULAR para lavouras no nível de manejo C, RESTRITA no nível B e INAPTA no A.

2(a)bc - Terras com aptidão REGULAR para lavouras nos níveis de manejo B e C e RESTRITA no nível A.

GRUPO 3 - Terras com aptidão RESTRITA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

3(b) - Terras com aptidão RESTRITA para lavouras no nível de manejo B e INAPTA nos níveis A e C.

GRUPO 4 - Terras com aptidão BOA, REGULAR ou RESTRITA para pastagem plantada.

4p - Terras com aptidão REGULAR para pastagem plantada.

GRUPO 5 - Terras com aptidão BOA, REGULAR ou RESTRITA para silvicultura e/ou pastagem natural.

5n - Terras com aptidão REGULAR para pastagem natural.

5(n) - Terras com aptidão RESTRITA para pastagem natural.

GRUPO 6 - Terras sem aptidão para uso agrícola

6 - Terras sem aptidão para uso agrícola

SOLOS: HLd = Laterita Hidromórfica distrófica (atual Plintossolo Háptico) / SCd = Solos Concrecionários distróficos (atual Plintossolo Pétrico concrecionário) / LVd = Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico e LEd = Latossolo Vermelho-Escuro distrófico / HGPd = Gley Pouco Húmico distrófico (atual Gleissolo Tiomórfico húmico) / Ad = Solos Aluviais distróficos (atual Neossolo Flúvico) / AQd = Areias Quartzozas distróficas (atual Neossolo Quartzênico) / PVd = Podzólico Vermelho-Amarelo distrófico e PVa = Podzólico Vermelho-Amarelo álico (atual Argissolo Vermelho-Amarelo) / Cd = Cambissolo distrófico e Ca = Cambissolo álico / Rd = Solos Litólicos distróficos (atual Neossolo Litólico distrófico).

LIMITAÇÕES: F = fertilidade baixa/ E = susceptibilidade à erosão / M = impedimento à mecanização / O = drenagem deficiente ou alagamentos periódicos / H = déficit hídrico acentuado. OBS: Terras sem aptidão para lavouras em geral, devido ao excesso de água, podem ser indicadas para arroz de inundação.

**Quadro 6.3.104 - Aptidão agrícola das terras - Ribeirão Cascalheira - Simplificado.**

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO BOA	0,0	0%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO REGULAR	3.365,0	30%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) – APTIDÃO RESTRITA	971,0	9%
Pecuária	6.816,0	59%
Inapta para Usos Agrícolas	200,0	2%

## 15 - Novo Santo Antônio

**Quadro 6.3.105 - Aptidão agrícola das terras - Novo Santo Antônio.**

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)	Solos Predominantes	Principais Limitações
5n	4.277,0	98%	HGPd + Ad + SCd	F M O
1(a)bc	89,0	2%	LVd + LEd + PVd	F
	4.366,0			

GRUPO 1 - Terras com aptidão BOA para lavouras de ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos níveis de manejo.

1(a)bc - Terras com aptidão BOA para lavouras no nível C, REGULAR no nível B e RESTRITA no nível A.

GRUPO 5 - Terras com aptidão BOA, REGULAR ou RESTRITA para silvicultura e/ou pastagem natural.

5n - Terras com aptidão REGULAR para pastagem natural.

SOLOS: HLd = Laterita Hidromórfica distrófica (atual Plintossolo Háptico) / SCd = Solos Concrecionários distróficos (atual Plintossolo Pétrico concrecionário) / LVd = Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico e LEd = Latossolo Vermelho-Escuro distrófico / HGPd = Gley Pouco Húmico distrófico (atual Gleissolo Tiomórfico húmico) / Ad = Solos Aluviais distróficos (atual Neossolo Flúvico) / AQd = Areias Quartzozas distróficas (atual Neossolo Quartzênico) / PVd = Podzólico Vermelho-Amarelo distrófico e PVa = Podzólico Vermelho-Amarelo álico (atual Argissolo Vermelho-Amarelo) / Cd = Cambissolo distrófico e Ca = Cambissolo álico / Rd = Solos Litólicos distróficos (atual Neossolo Litólico distrófico).

LIMITAÇÕES: F = fertilidade baixa/ E = susceptibilidade à erosão / M = impedimento à mecanização / O = drenagem deficiente ou alagamentos periódicos / H = déficit hídrico acentuado. OBS: Terras sem aptidão para lavouras em geral, devido ao excesso de água, podem ser indicadas para arroz de inundação.

**Quadro 6.3.106 - Aptidão agrícola das terras - Novo Santo Antônio - Simplificado.**

Aptidão	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) - APTIDÃO BOA	89,0	2%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) - APTIDÃO REGULAR	0,0	0%
Agricultura (Lavouras Temporárias ou Permanentes) - APTIDÃO RESTRITA	0,0	0%
Pecuária	4.277,0	98%
Inapta para Usos Agrícolas	0,0	0%

**Uso do Solo**

Os estudos de uso e ocupação atuais do solo que compreende a AAR do empreendimento foram elaborados na perspectiva de contextualizar a AAR, identificando suas principais classes de uso e cobertura do solo, retratando o estado atual da ocupação territorial. O mapeamento do uso do solo na AAR obedeceu aos mesmos critérios e metodologias utilizados na elaboração do uso do solo na AII, já descritos neste volume. Para a cobertura de toda a AAR foi necessária a utilização das cenas do satélite CBERS-2 indicadas no Quadro 6.3.107 a seguir.

**Quadro 6.3.107 - Órbitas ponto das imagens de satélite.**

Órbita Ponto	Data
161/111	14/05/2005
161/112	14/05/2005
161/113	14/05/2005

Órbita Ponto	Data
161/114	21/09/2005
161/115	31/07/2005
162/111	11/05/2005
162/112	11/05/2005
162/113	11/05/2005
162/114	18/09/2005
162/115	18/09/2005
163/111	12/04/2005
163/112	12/04/2005
163/113	12/04/2005
163/114	15/09/2005
163/115	15/09/2005
164/112	22/07/2005
164/113	22/07/2005
164/114	22/07/2005

Os quantitativos (áreas em km<sup>2</sup>) de cada classe de uso e cobertura atual do solo na AAR, são apresentados no quadro a seguir. O mapa de uso do solo é apresentado no Volume IV - Apêndice 5.

**Quadro 6.3.108 - Classes e áreas do mapeamento da AAR.**

Classe	Há	%
Floresta Ripária	1.210.842	11,79
Agropecuária	2.909.337	28,32
Hidrografia	92.535	0,90
Cerrado	1.883.891	18,34
Solo Exposto	30.554	0,30
Floresta	352.959	34,31
Queimada	269.975	2,63
Em Desmatamento	324.056	3,15
Nuvem ou Sombras	23.080	0,22
Urbano	4.292	0,04
SOMA	10.273.521	100

Conforme comentado no início do item 6.3.9, os dois planos de informação aqui apresentados (aptidão dos solos e uso atual), são cruzados e analisados no capítulo relativo à Análise Integrada.



### 6.3.10 ALTERAÇÃO DA VEGETAÇÃO POR DESFLORESTAMENTO

O desflorestamento ou desmatamento constitui-se num tema cuja abordagem pode ser conduzida por dois enfoques bem distintos, com repercussões de ordem escalar e conceitual. Esses enfoques referem-se (i) ao desmatamento fruto da dinâmica sócio-econômica regional e (ii) ao corte de vegetação necessário para o andamento das obras na rodovia.

O presente item tem como objetivo analisar descritivamente o desflorestamento resultante da dinâmica socioeconômica, fenômeno de escala tipicamente regional e, por isso, abordado no recorte espacial da AAR.

A avaliação da remoção da cobertura vegetal arbórea da área de abrangência regional do empreendimento ao longo dos anos de 2000 até 2004 está baseada em dados espaciais resultantes de imagens orbitais do Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite - Projeto de Estimativa de Desflorestamento da Amazônia - PRODES Digital, conforme será descrito no item seguinte.

#### **Metodologia**

A metodologia adotada pelo INPE no cálculo da taxa de desmatamento da Amazônia, no chamado programa PRODES, consiste nas seguintes etapas, segundo sua descrição: seleção de imagens com menor cobertura de nuvens e com data de aquisição a mais próxima possível da data de referência para o cálculo de taxa de desmatamento (1º de agosto), georreferenciamento das imagens, transformação dos dados radiométricos das imagens em imagens de componente de cena (vegetação, solo e sombra) pela aplicação de algoritmo de mistura espectral para concentrar a informação sobre o desmatamento em uma a duas imagens, segmentação em campos homogêneos das imagens dos componentes solo e sombra, classificação não supervisionada e por campos das imagens de solo e de sombra, mapeamento das classes não-supervisionadas em classes informativas (desmatamento do ano, floresta, etc), edição do resultado do mapeamento de classes e elaboração de mosaicos das cartas temáticas de cada Unidade Federativa.

O INPE define em seu projeto como desflorestamento *“a conversão de áreas de fisionomia florestal primária por ações antropogênicas, para desenvolvimento de atividades agrosilvopastoris, detectada a partir das plataformas orbitais”*.

O termo desflorestamento bruto indica que não foram deduzidas, no cálculo da extensão e da taxa, áreas em processo de sucessão secundária ou recomposição florestal.

A área do estudo no Projeto PRODES é coberta por 9 imagens LANDSAT, com as órbitas-ponto descritas no quadro a seguir sendo todos os dados trabalhados no software ESRI ArcView. Definiu-se pela análise a partir do ano 2000, devido ao fato que a metodologia do PRODES foi consolidada a partir de uma alteração procedimental nesse ano.

**Quadro 6.3.109 - Órbita ponto das imagens LANDSAT utilizadas no estudo.**

Órbita	Ponto
223	67
	68
	69
224	67
	68
	69
225	67
	68
	69

Os dados, para o período compreendido entre os anos de 2000 e 2004, oriundos das imagens do PRODES, estão compilados na Figura 6.3.36 e no Quadro 6.3.110 a seguir.

**Quadro 6.3.110 - Dados da evolução do desmatamento na AAR.**

Variáveis	2000	2001	2002	2003	2004
Desflorestamento Acumulado (km <sup>2</sup> )	22.472,94	25.052,57	26.671,9	28.238,7	29.753,59
Desflorestamento no Ano (km <sup>2</sup> )	2.376,83	1.492,98	1.804,52	1.659,11	1.342,46
Floresta Remanescente (km <sup>2</sup> )	44.513,2	42.826,6	40.314,91	39.144,17	38.098,54
Índice de Desflorestamento (%)	5,07	3,37	4,28	4,07	3,40

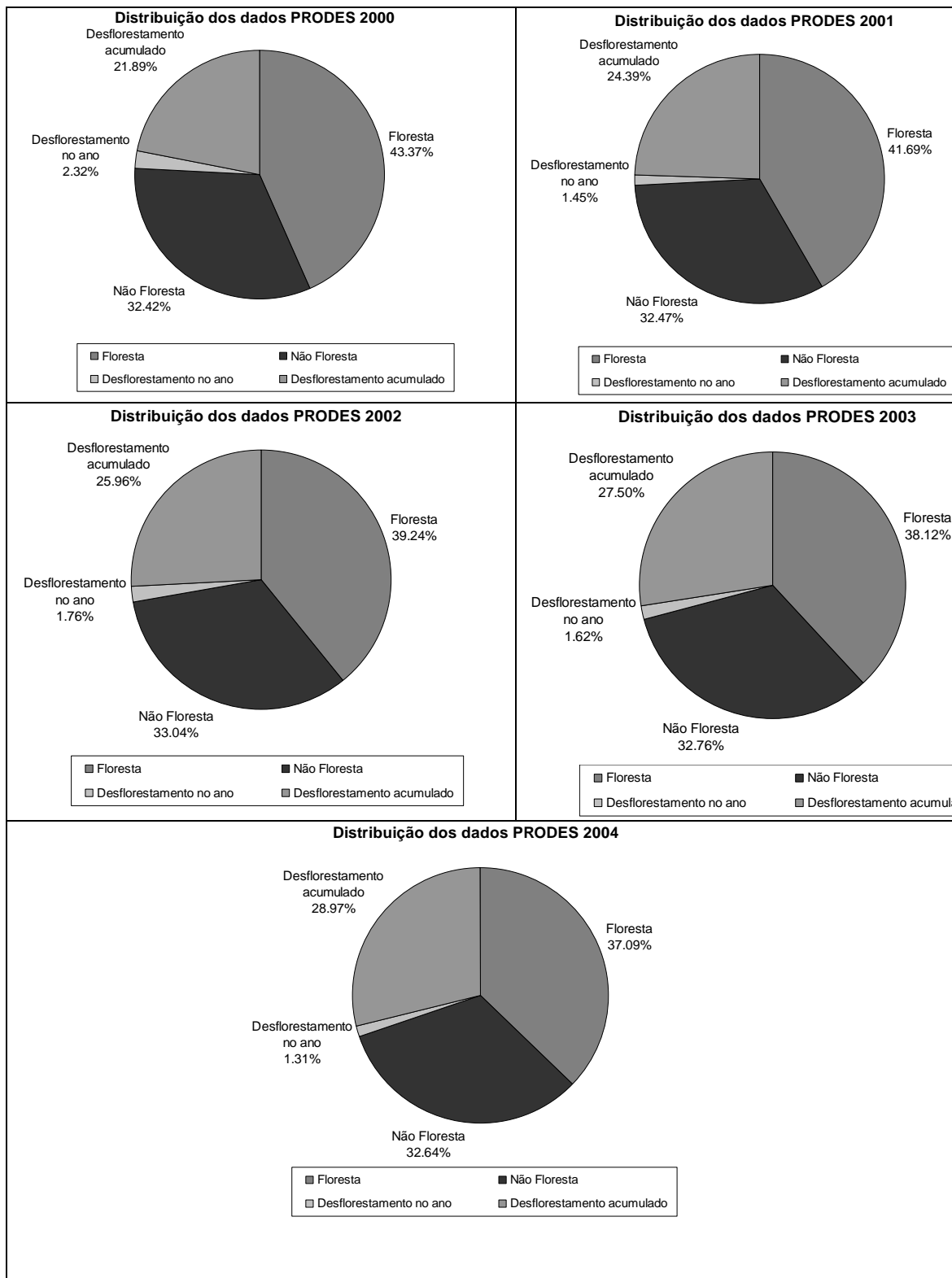


Figura 6.3.36 - Dados do PRODES referentes à evolução do desmatamento no período 2000-2004.

## **Análise da Evolução do Desflorestamento na AAR**

Analisando os dados da série no período de 2000/2004, verificou-se uma tendência regular de desflorestamento no ano, com pico no ano de 2000, com cerca de 5,07%, e no ano seguinte, o menor índice de desflorestamento, com 3,37%. A partir do ano de 2002 há um decréscimo evidente no desflorestamento.

Á área de floresta remanescente em 2004 é de 38.098,54 km<sup>2</sup>, o que representa 37,09% da área total. Observa-se também que esta floresta remanescente diminuiu 8,55% ou 6.414,66 km<sup>2</sup> entre os anos de 2000 a 2004. Cumpre salientar que grande parte da AAR é cobertura originalmente por formações não florestais, com grande destaque para o cerrado e campos. Destaca-se também que, conforme estudos do IMAZON (2004), o nordeste do Mato Grosso constitui-se em uma antiga fronteira madeireira (mais de trinta anos) e não há nenhum pólo madeireiro na área.

Comparando os dados para o ano de 2005 oriundos do levantamento do uso do solo do presente EIA, que utiliza as imagens CBERS-2 do ano de 2005 (sensor CCD), há um decréscimo na área de floresta remanescente, ficando em torno de 34,56%, o que acompanha a tendência de diminuição da área desflorestada na AAR. Embora metodologicamente as duas formas de aquisição dos dados sejam diferentes, a usada no levantamento do uso do solo mostra uma continuidade na tendência de decréscimo. Os dados relativos ao uso do solo deste Estudo também apontaram que o desmatamento avança com menor intensidade sobre áreas protegidas, tais como Terras Indígenas (principalmente) e Unidades de Conservação, que praticamente inexistem na AAR.

## **Conclusão**

Os dados observados do Projeto PRODES dizem respeito a um intervalo defasado em relação ao ano de 2006, pois os dados para o levantamento até a conclusão deste trabalho ainda não estavam disponíveis em formato vetorial, para o cruzamento com os dados da AAR. No web site do INPE somente estavam disponíveis as tabelas com dados por cena nos Estados abrangidos pelo projeto.

Os dados permitiram analisar a tendência da diminuição da área desflorestada anual, tendo como influência as seguintes hipóteses:

- redução do incremento de áreas para atividade agrícola e pecuária, em função do equilíbrio do preço da soja no mercado e com a redução do preço da carne;
- campanhas de mídia contra as queimadas e a ampla divulgação sobre a fiscalização mais eficiente do sistema de monitoramento via satélite;

- fiscalização mais atuante por parte do IBAMA e do Estado do Mato Grosso, em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), com grande precisão nas zonas de desflorestamento facilitando a identificação de novas áreas abertas.

#### 6.3.11 VULNERABILIDADE AO FOGO

O uso do fogo na região amazônica é uma prática disseminada em dois contextos principais: na transformação da cobertura vegetal do solo e na preparação da terra para o plantio, seja de pasto, seja de lavoura, atividades nas quais estão embutidas práticas com raízes históricas e culturais.

O ciclo de práticas baseado nas queimadas se mantém desde a época da consolidação da ocupação, quando era necessário demonstrar o uso efetivo como garantia da presença na terra. Atualmente, a paisagem vem sendo transformada intensamente nas zonas de expansão da fronteira agrícola ainda com o uso do fogo, sob o argumento da limpeza e agregação de nutrientes ao solo.

As práticas envolvem desde a remoção da cobertura vegetal remanescente depois de sua exploração madeireira, passando por estágios intermediários quando os campos de pastagem se estabelecem na paisagem ainda entremeada de restos das formações arbóreas queimadas, até a remoção total dos restos de vegetação nativa para implantação de lavouras de grãos.

Ao se tratar do assunto fogo na Amazônia, é necessário evidenciar dois conceitos: o fogo intencional, que é um instrumento que beneficia o agricultor ao reduzir os custos de produção, e o fogo acidental, oriundo de situações diversas, inclusive queimadas propositais em que se perde o controle sobre o fogo.

Tanto as práticas de cunho desbravador quanto as de manutenção trazem consigo elevados graus de risco de incêndios acidentais em virtude da condição atmosférica favorável na época da seca.

Queimadas que fogem ao controle ou que, propositadamente, atingem manchas remanescentes de vegetação com elevado grau de conservação são fonte de severos impactos à biodiversidade local, alterando significativamente a dinâmica do ecossistema em termos de composição de espécies e estágio sucessional.

Além dos impactos sobre os elementos naturais, o fogo, quando escapa ao controle, causa prejuízos para os fazendeiros e agricultores destruindo pastagens já implantadas, cercas, plantações e outras benfeitorias. Outras externalidades do fogo, principalmente de natureza acidental, são o aporte de grandes quantidades de carbono na atmosfera, alterações significativas da qualidade do ar através dos elevados níveis de materiais particulados provocados pela fumaça, desconforto, risco aos transportes aéreo e terrestre e danificação de instalações de redes elétricas (MOTTA *et al.*, 2002). Os autores destacam ainda que os

incêndios florestais afetam o solo, o ciclo hidrológico, o sistema climático regional (citando NEPSTAD, MOREIRA e ALENCAR, 1999); facilitam processos erosivos, assoreamento, inundações, perda de nutrientes e inibição da chuva (citando ROSENFELD, 1999).

A abordagem adotada nesse capítulo visa contextualizar a vulnerabilidade da Área de Influência Indireta ao fogo com vistas à concepção do Programa de Prevenção e Controle a Incêndios Acidentais que porventura possam ter início em função das obras ou da operação da rodovia. Além disso, o estudo da dinâmica de queimadas permitiu a inclusão de diretrizes educativas no Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental.

## **Métodos**

A avaliação da vulnerabilidade ao fogo na AII da BR-158 foi realizada através da análise de informações climáticas e imagens de satélite, complementada por análise de dados secundários (estudos realizados na região enfocando a temática de queimadas).

Para fins de estimativa da área submetida a queimadas, foi incluída uma classe específica no estudo do uso do solo. A classe "áreas queimadas" foi avaliada através de interpretação de imagem de satélite CBERS-2 (sensor CCD), de setembro de 2005, de acordo com a metodologia apresentada no item 6.1.3.

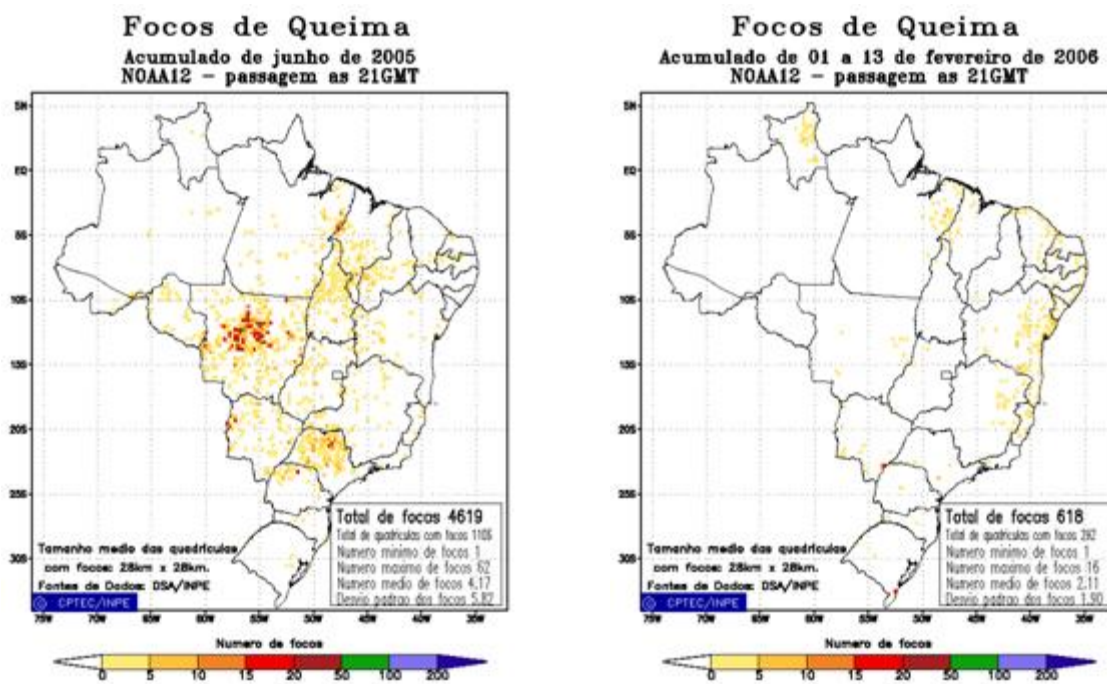
## **O Clima e o Uso Sazonal do Fogo**

A região onde está inserida a AII do empreendimento, abrange o nordeste do MT, sob o domínio do clima tropical do tipo Aw (sistema de classificação de W. Koppen). Este tipo climático se caracteriza pela tropicalidade típica, ou seja, alternância de uma estação chuvosa (verão astronômico) e uma estação seca (inverno astronômico) com temperaturas médias elevadas, podendo chegar a 27° C nos meses mais quentes do ano (outubro/novembro). O volume médio de precipitação anual para a área de estudo fica entre 1.600 e 1.700 mm, sendo que a estação chuvosa pode concentrar mais de 90% deste total.

A estação seca bem configurada nos meses do inverno ocorre em função das altas pressões atmosféricas subtropicais que predominam na área nesta estação. A estação seca é marcada pela estabilidade do ar e volume médio mensal de precipitação inferior a 60 mm e abrange não apenas o trimestre de inverno, mas também o mês que o antecede (maio) e o mês que o sucede (setembro). Por ser este o período das altas pressões atmosféricas, com baixa nebulosidade, é nele que ocorre o período de maior insolação. A articulação de todas estas características atmosféricas, associadas a práticas agropastoris de baixo custo, favorece a ocorrência das queimadas. Esta é uma prática disseminada na região e eventualmente, em face das características ambientais já mencionadas, pode ocorrer de forma natural.

A relação entre a ocorrência de focos de calor com o ciclo sazonal na área de estudo pode ser visualizada na Figura 6.3.37 (a) e (b) a seguir, representativas do fenômeno descrito nas linhas acima. A Figura 6.3.37 (a) apresenta os focos de calor no mês de junho de 2005

(período seco) e a Figura 6.3.37 (b) apresenta os focos de calor no mês de fevereiro de 2006.



(a) Mês de junho/2005

(b) Mês de fevereiro/2006

Figura 6.3.37 - Focos de calor em junho de 2005 (período seco) e fevereiro de 2006 (Fonte: INPE, 2006)

### O Padrão Espacial das Queimadas na Região da BR-158

O regime de ocorrência de fogo ao longo da BR-158 no Mato Grosso, entre a cidade de Ribeirão Cascalheira e a divisa com o estado do Pará (no município de Vila Rica), será apresentado nas linhas a seguir. O período de máxima ocorrência de queimadas se dá entre os meses de julho e setembro, pois nessa época o regime de chuvas na região atinge o seu mínimo anual, estabelecendo-se as condições atmosféricas favoráveis para que a vegetação queime mais facilmente. Cumpre salientar que durante a estação seca os campos e formações vegetais savanóides podem queimar sem a intervenção direta do homem.

A fim de ilustrar a questão, foram empreendidas análises geoestatísticas utilizando-se algoritmos de função distância a partir do eixo rodoviário atualmente implantado. Determinaram-se 6 faixas (*buffers*) equidistantes com 15 km de largura a partir da rodovia, coincidindo, assim, a primeira faixa com a Área de Influência Indireta dos meios físico e biótico.

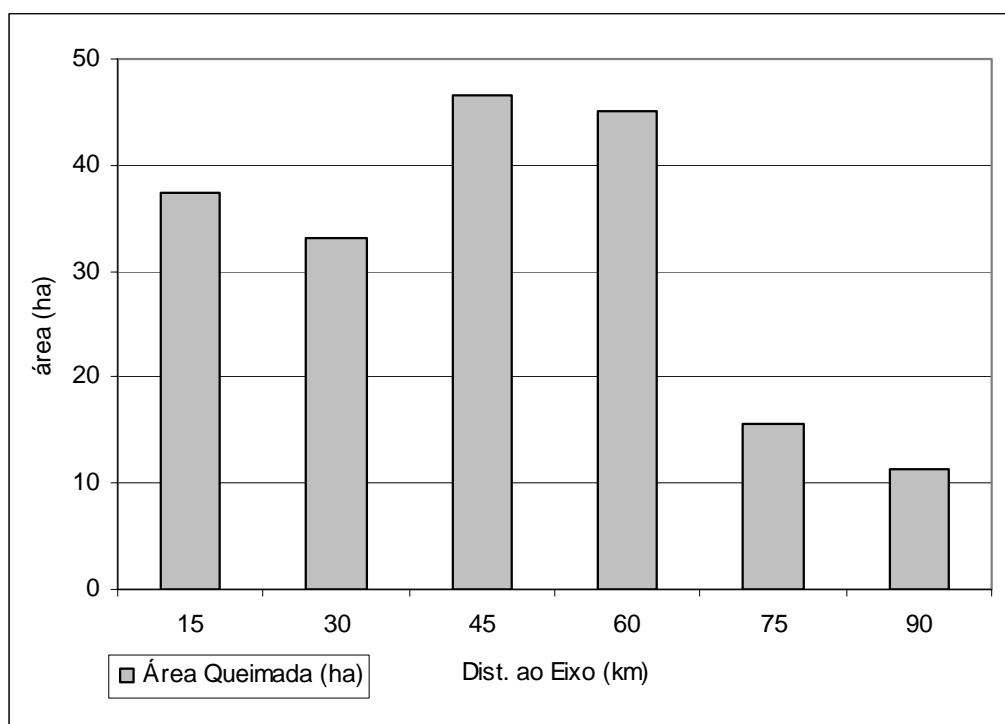
Esses *buffers* foram cruzados com a classe "queimadas" do mapeamento de uso e cobertura atual do solo elaborado no escopo desse Estudo. Esse mapeamento foi obtido sobre cenas

CBERS-2, sensor CCD do ano de 2005 (maiores detalhes ver item 6.1.3, que descreve as técnicas e procedimentos operacionais do mapeamento retrocitado).

Os resultados desse cruzamento estão lançados no Quadro 6.3.111 a seguir, bem como na Figura 6.3.38.

**Quadro 6.3.111 - Áreas absolutas e relativas queimadas (2005) no entorno da BR-158.**

Distância do Eixo (km)	Área Queimada (ha)	Relativo	Acumulado
15	37407	20%	20%
30	33191	18%	37%
45	46610	25%	62%
60	45121	24%	86%
75	15666	8%	94%
90	11234	6%	100%
SOMA	189229	100%	



**Figura 6.3.38 - Correlação área queimada e distância ao eixo da estrada.**

Os dados expostos na Figura 6.3.37 e Quadro 6.3.111 ilustram uma resposta aos padrões de ocupação regional ao longo dos últimos anos, especialmente a partir da década de 1970. Observam-se também diferenças marcantes com relação ao entorno de outras rodovias na Amazônia Legal, especialmente em áreas com maior participação de coberturas florestais, onde a relação com a distância se dá de forma mais linear.



Devido ao fato da AAR localizar-se em uma área de antiga fronteira madeireira (IMAZON, 2004) bem como pela intensa vicinalização já implantada (inclusive com diversas rodovias estaduais abertas) as queimadas ocorrem em todas faixas de distâncias com valores significativos. A faixa dos 45-60 quilômetros concentra as maiores áreas, indicando que a exploração agropecuária deve estar se expandido mais fortemente já a essa distância da rodovia.

Apesar disso, observa-se ainda uma relação direta, ainda que já bastante difusa, entre a área queimada e a distância a partir da BR-158. As duas primeiras faixas concentram 37% do total e, se for somada aí a faixa de 45 quilômetros tem-se mais da metade (62%) do total de área queimada. Até mesmo as três últimas faixas, já bem distantes do leito estradal, a 60, 75 e 90 quilômetros observam-se extensas áreas queimadas. Tal padrão espacial de dispersão, com focos de queimada tão distantes se explica pela antiguidade da ocupação, já consolidada bem como pela densa rede de vias que atinge todos os setores da AAR.

Esses dados indicam que a rodovia tem, na atualidade, um papel coadjuvante na dinâmica das queimadas de origem antrópica ocorrentes na AAR, o que só pode ser compreendido na sua totalidade se forem articuladas outras variáveis. O conjunto de dados analisados indica que a estratégia mais coerente para manejo da questão deve se situar na esfera de programa ou política pública regional, pois a influência da rodovia em si já se encontra minorada frente ao restante da malha viária existente.

### **Vulnerabilidade ao Fogo a Partir da Rodovia**

Para a análise de vulnerabilidade ao fogo é importante destacar que a ação humana é o fator determinante para o controle ou descontrole do fogo, uma vez que o uso do fogo está intimamente ligado às dinâmicas de ocupação e utilização da terra. Causas naturais como raios, podem iniciar um incêndio florestal, mas são pouco significativas na região amazônica frente à ocorrência de incêndios de natureza antrópica.

Coutinho (2005) avaliou a dinâmica das queimadas no Estado do Mato Grosso com base em vários aspectos, entre os quais o uso atual do solo e a tendência de expansão da fronteira agrícola. O resultado apontou os municípios da região de inserção da rodovia com predominância de alta incidência de queimadas (Confresa, Santa Terezinha e São Félix do Araguaia), ocorrendo também municípios com dinâmica estável de queimadas, com baixa incidência, mas com potencial para expansão em função das características da exploração agropecuária (Vila Riva, Canabrava do Norte e Porto Alegre do Norte) e um município (Alto Boa Vista) com baixa incidência de queimadas pelo predomínio da pecuária já consolidada.

Além do fogo utilizado como instrumento de manejo, há o risco de propagação de incêndios acidentais a partir da rodovia. A faixa de domínio é particularmente suscetível ao fogo pela operação da rodovia, pois tocos de cigarro arremessados ainda acesos ou fogueiras ateadas para queima de lixo ou outros fins representam situações de alto risco.

A remoção inicial da cobertura vegetal e manutenção eventual propicia que a vegetação ali instalada apresente características fisionômicas de vegetação em regeneração, em geral composta de gramíneas ou vegetação arbóreo-arbustiva de caráter secundário. Essa condição de área aberta propicia mais facilmente o dessecamento em condições meteorológicas de menor umidade, favorecendo o início de focos de incêndio provocados pelos usuários da rodovia.

Além de áreas abertas, o estudo do uso do solo ao longo do traçado da BR-158 identificou trechos em que a faixa de domínio e entorno apresenta formações florestais importantes por representarem remanescentes da vegetação original e por estarem sendo utilizadas por elementos da fauna. Do ponto de vista da vulnerabilidade ao fogo, essas áreas representam uma zona de risco elevado para a operação da rodovia em caso de incêndio. Outrossim, como essas zonas mostraram-se importantes para diversos elementos bióticos, o fogo traria severos prejuízos à biodiversidade local.

Tendo em vista que o foco deste estudo é a relação da rodovia com a ocorrência de incêndios acidentais, diagnosticam-se as bordas da rodovia como zonas de risco a focos de fogo. Por outro lado, a intensa utilização do fogo como instrumento de manejo do solo na região pode ocasionar incêndios na faixa de domínio da rodovia quando houver perda de controle em queimadas em terrenos vizinhos.

A ocorrência de fogo na faixa de domínio representa risco tanto para a trafegabilidade na rodovia quanto para o ecossistema. O primeiro está relacionado à diminuição de visibilidade por causa da fumaça e o segundo reside na possibilidade do fogo atingir áreas de vegetação de cerrado, campo ou formações florestais conectadas ou próximas à faixa de domínio.

As medidas de controle sobre a incidência de fogo no entorno da rodovia envolverão abordagens de abrangências distintas: educação preventiva aos trabalhadores durante as obras de pavimentação, implantação de um sistema de controle de incêndios (instalação e operação da rodovia) e integração do PBA com programas originários de políticas públicas que propiciem capacitação ao uso do fogo pelas comunidades lindeiras.

As medidas relacionadas ao tema fogo têm caráter preventivo e educativo e serão implementadas em estrita correlação com as atividades de educação ambiental, comunicação social e treinamento da mão-de-obra.

As medidas de prevenção e controle de incêndios acidentais, aplicáveis às empresas e trabalhadores durante a execução das obras estarão incorporados ao Programa Ambiental para a Construção (PAC).

O diagnóstico do meio biótico apontou trechos adjacentes à rodovia com formações florestais importantes por representarem remanescentes da vegetação original do entorno e por estarem sendo utilizadas por elementos da fauna. Foram identificadas 13 áreas com essas características (Quadro 6.3.112 a seguir).

**Quadro 6.3.112 - Zonas no entorno próximo da rodovia com formações vegetais naturais.**

<b>Tipo de formação</b>	<b>Quilometragem</b>	<b>Lado</b>
Floresta	23+900 - 25+300	LE e LD
Floresta	62+800 - 64+700	LE
Corredor ao longo da rodovia	72+500 - 78+500	LE e LD
Floresta	114+700 - 119+200	LE
Cerrado	160+200 - 166+200	LE e LD
Cerrado, Floresta e Mata Ciliar	182+900 - 220,2	LE e LD
Corredor ao longo da rodovia	225+500 - 236+900	LE e LD
Corredor ao longo da rodovia	241+800 - 254+500	LE e LD
Cerrado, Floresta e Mata Ciliar (Terra Indígena Maraiwatsede)	270+500 - 286+900	LD e LE

A orientação contida nas medidas mitigadoras deste EIA/RIMA para a realização das obras nas áreas identificadas é a de preservar tais formações e representa um contraponto na prevenção de incêndios, uma vez que essas áreas são fortemente vulneráveis ao fogo devido à proximidade com as faixas de rolamento e sua preservação limitará a implantação de aceiros. Em caso de incêndio nessas áreas, o risco para a trafegabilidade da rodovia será alto.

Tais aspectos remetem à adoção de medidas preventivas específicas para os trechos que dispuserem de vegetação florestal próxima à rodovia. A abertura de caminhos de serviços deverá ser bastante restrita por conta da preservação da vegetação, porém esses caminhos deverão ser abertos devendo contemplar a função de contenção do fogo (aceiro), sendo mantidos como tal depois de finalizada a pavimentação. A inclusão de placas orientadoras nesses trechos complementar as medidas preventivas.

Ações de maior envergadura podem ser amplificadas através de vinculações institucionais com os programas ambientais da BR-158. O Programa de Mobilização e Capacitação para a Prevenção de Incêndios Florestais na Amazônia (Proteger II) prevê, entre suas atividades, a capacitação de monitores para orientação de agricultores, realização de seminários, mutirões, caravanas e distribuição de cartilhas e cartazes, ações que deverão ser oportunizadas quando da implementação do PBA da BR-158.

Merece destaque a iniciativa do IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) denominado Projeto Bom Manejo do Fogo que, através da divulgação de técnicas adequadas de manejo, tem obtido resultados significativos na redução de ocorrências de fogo acidental junto a comunidades rurais do Pará e que podem servir de exemplo a para iniciativas similares no Mato Grosso.

### 6.3.12 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Este capítulo discorre sobre as unidades de conservação encontradas no Estado do Mato Grosso, com foco nas áreas sujeitas a interferências diretas e indiretas da pavimentação da BR-158, no Estado do Mato Grosso.

Tendo em vista a amplitude do empreendimento e os inevitáveis danos ambientais que o mesmo acarretará, este item tem como objetivo propor alternativas que possam satisfazer às exigências legais sobre o assunto em questão, a compensação ambiental, e contribuir com a preservação ambiental no Mato Grosso.

Para a sua elaboração utilizaram-se informações fornecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), pela Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA) e pela Secretaria de Estado e Planejamento e Coordenação Geral do Mato Grosso (SEPLAN). Foram realizados também contatos telefônicos com a Coordenadoria de Unidades de Conservação da SEMA. Além disso, consultaram-se relatórios técnicos e decretos de criação das unidades de conservação.

Para um melhor entendimento da estruturação, organização e importância das unidades de conservação, é necessário conhecer os seus aspectos legais e os órgãos ambientais envolvidos.

Analisando de forma hierárquica, verifica-se que o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Da mesma forma, observa-se que o IBAMA é o principal órgão executor da política ambiental brasileira em nível federal. No caso do SNUC, além do IBAMA, órgãos estaduais e municipais também podem atuar como órgãos executores nas respectivas esferas de atuação.

O CONAMA foi instituído pela Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 e, segundo a mesma, *"dispõem sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências"*. Dentre seus atos, destaca-se a Resolução nº 10 de 1987, que criou os procedimentos para a compensação ambiental por danos aos recursos ambientais causados por empreendimentos de médio e grande porte. Estes procedimentos foram efetivamente homologados pela Resolução 02/96 do CONAMA, onde os empreendedores ficam obrigados, a título de reparação destes danos, à implantação de uma unidade de conservação de uso indireto e de domínio público, preferencialmente uma Estação Ecológica (Art. 1º). Também está prevista, no § 1º, a aplicação do benefício em unidades de conservação públicas definidas na legislação, para custeio de atividades ou aquisição de bens.

Ainda na Resolução 02/96, em seu Artigo 2º, fica estabelecido que *"o montante de recursos a serem empregados na área a ser utilizada, bem como o valor dos serviços e das obras de infra-estrutura necessárias ao cumprimento do disposto no Artigo 1º, será proporcional à*

*alteração e ao dano ambiental a ressarcir e não poderá ser inferior a 0,5% (meio por cento) dos custos totais previstos para implantação do empreendimento”.*

A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), órgão responsável pela elaboração política de criação, valoração e utilização das unidades de conservação. Nesta Lei, em seu artigo 36, também é abordado o caso de licenciamento ambiental para empreendimentos que acarretem significativo impacto ambiental, onde é orientado que o montante de recursos da compensação ambiental seja investido em unidades de conservação de proteção integral.

Em 26 de outubro de 2005, o Decreto nº 5.566 alterou o caput do art. 31 do Decreto nº 4.340/2002, que regulamenta artigos da Lei nº 9.985/2000. A nova redação do artigo 31 refere-se ao Artigo 36, supracitado, e decreta *"para fins de fixação ambiental, o órgão ambiental licenciador estabelecerá o grau de impacto a partir do estudo prévio de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA realizados quando do processo de licenciamento ambiental, sendo considerados os impactos negativos e não mitigáveis aos recursos ambientais”.*

Em nível estadual, o Código Estadual do Meio Ambiente, através artigo 32 da Lei Complementar 38 de 1995, estabelece a implantação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação pelo poder público, a qual se deu através do Decreto estadual 1080 de 1996, visando à efetiva proteção de espaços territoriais, com vistas a manter e utilizar racionalmente o patrimônio biofísico e cultural de seu território.

As normas estabelecidas pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), prevêm dois grandes grupos definidos como unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável, de acordo com o grau de interferência humana admitido nessas áreas.

O grupo das unidades de proteção integral admite apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção de alguns casos previstos na referida Lei. Nesta categoria estão incluídas as Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Monumentos Nacionais e Refúgios de Vida Silvestre (IBAMA,2004).

As Estações Ecológicas têm como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. É proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional e a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da Unidade (Art.9).

As Reservas Biológicas visam à preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites. A única interferência humana permitida é a que está relacionada com as medidas de recuperação de seus ecossistemas que tenham sido alterados e com ações de manejo que sejam necessárias (Art. 10).

Os Parques Nacionais protegem ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Art. 11). As unidades desta categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, são denominadas respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

Os Monumentos Naturais preservam sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica (Art. 12).

Os Refúgios de Vida Silvestre têm como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória (Art. 13).

As unidades de uso sustentável buscam compatibilizar a conservação da natureza com o uso direto sustentável de forma planejada e regulamentada. Este grupo é composto por Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Florestas Nacionais, Reservas Extrativas, Reservas de Fauna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (IBAMA, 2004).

As Áreas de Proteção Ambiental são em geral extensas, com um certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e têm como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Art. 15).

As Áreas de Relevante Interesse Ecológico são, geralmente, de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abrigam exemplares raros da biota regional, e têm como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regulam o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza (Art. 16).

As Florestas Nacionais são áreas com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e têm como objetivos básicos o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas (Art. 17).

As Reservas Extrativistas são utilizadas por populações extrativistas tradicionais, com subsistência baseada no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e têm como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (Art. 18).

As Reservas de Fauna são áreas naturais com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos (Art. 19).

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável abrigam populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (Art. 20).

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural são áreas privadas, gravadas com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica (Art. 21).

O Estado do Mato Grosso apresenta hoje, segundo fontes do IBAMA, SEMA e SEPLAN, 103 unidades de conservação, porém, apenas 86 estão classificadas de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Destas 86 unidades, 41 são de proteção integral e 45 de uso sustentável.

As unidades de conservação são pertencentes ao Poder Público, portanto, quando oficialmente decretadas, passam a ser responsabilidade de um órgão público.

No Estado do Mato Grosso, o IBAMA é o responsável pela implantação e gerenciamento das unidades de conservação criadas pelo Poder Público Federal. Atualmente, existem no Estado 23 unidades de conservação Federais (Quadro 6.3.113), das quais 8 são de proteção integral e 15 de uso sustentável, incluindo as Reservas Particulares de Patrimônio Natural – RPPN.

No caso das RPPN's, as reservas ficam sob responsabilidade dos proprietários ou de uma organização não governamental, mas são fiscalizadas pelo órgão que as decretou oficialmente. No Mato Grosso existe apenas uma RPPN estadual, a Vale do Sepotuba, no município de Tangará da Serra. Existem outras 14 RPPNs federais no Estado, totalizando 172 mil hectares protegidos (a maior área em termos absolutos entre todas as unidades da Federação).

As áreas criadas pelo Poder Público Estadual são subordinadas e integram a estrutura básica da Coordenadoria de Unidades de Conservação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA). Segundo a SEMA, o Estado possui 42 unidades de conservação Estaduais (Quadro 6.3.114), sendo 29 de proteção integral, 12 de uso sustentável, e uma unidade não classificada segundo as categorias do SNUC (Distrito Agroecológico de Praia Rica).

Existem ainda 44 unidades de conservação Municipais (Quadro 6.3.115). Destas, 4 são de proteção integral, 21 de uso sustentável e 19 não classificadas pelo SNUC.

**Quadro 6.3.113 - Unidades de Conservação Federais do Estado do Mato Grosso.**

Lista das Unidades de Conservação Federais					
Categoria / Nome	Área (ha)	Municípios	Legislação	Bioma / Caracterização	Tipo
Parque Nacional Pantanal Matogrossense	135.000,00	Poconé	Dec. 86.392 de 24/09/81	Cerrado - Patrimônio Mundial Natural (Patrimônio da Humanidade) e "Sítio Ramsar". Área permanentemente alagada.	UPI
Parque Nacional dos Campos Amazônicos	800.000,00	Trechos dos rios Roosevelt, Branco, Madeirinha Guaribas e Ji-Paraná.	Dec. s/n de 21/06/06	Campos Amazônicos e Cerrado	UPI
Parque Nacional do Juruena	1.900.000,00	Apiacás, Novas Bandeirantes e Cotriguaço, no MT, Apui e Maués, no AM.	Dec. s/n de 06/06/06	Área de transição entre Amazônia e Cerrado.	UPI
Parque Nacional Chapada dos Guimarães	33.000,00	Cuiabá e Chapada dos Guimarães	Dec. 97.656 de 12/04/89	Cerrado - Matas Semidecíduas, sítios arqueológicos, pintura rupestre.	UPI
Estação Ecológica Taiamã	11.200,00	Cáceres	Dec. 86.061 de 02/06/81	Pantanal - ilha, localizada no rio Paraguai próxima à fronteira.	UPI
Estação Ecológica Serra das Araras I	24.790,00	Barra do Bugres	Dec. 87.222 de 31/05/82	Cerrado	UPI
Estação Ecológica Serra das Araras II	3.910,00	Cáceres	Dec. 87.222 de 31/05/82	Cerrado	UPI
Estação Ecológica Iquê Juruena	200.000,00	Aripuanã	Dec. 86.061 de 02/06/81	Área de Transição entre Amazônia e Cerrado	UPI
Área de Proteção Ambiental Meandros do Rio Araguaia	358.717,07	Nova Crixás, São Miguel do Araguaia, Cocalinho e Araguaçu.	Dec. s/n de 02/10/98	Cerrado - Floresta Estacional Semidecidual Aluvial e Submontana, Cerrado Típico, Cerradão e Campos de Inundação.	UUS
RPPN Reserva Ecológica América Amazônia	4.943,00	Apiacás	Port. 107/02 de 07/08/02	Pantanal	UUS
RPPN Reserva Ecológica da Mata Fria	9,95	Chapada dos Guimarães	Port. 60/00 de 27/09/00	Cerrado	UUS
RPPN José Gimenes Soares	200	Nova Canaã do Norte	Port. 108/02 de 07/08/02	Pantanal	UUS
RPPN Reserva Ecológica Lourdes Félix Soares	800	Nova Canaã do Norte	Port. 105/02 de 07/08/02	Pantanal	UUS



<b>Lista das Unidades de Conservação Federais</b>					
<b>Categoria / Nome</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Municípios</b>	<b>Legislação</b>	<b>Bioma / Caracterização</b>	<b>Tipo</b>
RPPN Reserva Ecológica Verde Amazônia	10.650,67	Apiacás	Port. 106/02 de 07/08/02	Pantanal	UUS
RPPN Gleba Cristalino	670	Alta Floresta	Port. 28/97 de 11/04/02	Floresta Amazônica	UUS
RPPN Estância Dorochê	26.531,00	Poconé	Port. 06/97 de 19/02/97	Pantanal	UUS
RPPN Parque Ecológico João Basso	3.624,57	Rondonópolis	Port. 170/97 de 29/12/97	Pantanal	UUS
RPPN São Luís	200	Cuiabá	Port. 104/94 de 04/10/94	Cerrado	UUS
RPPN Reserva Jubran	35.531,00	Cáceres	Port. 172/01 de 20/11/01	Pantanal	UUS
RPPN Fazenda Terra Nova	1.698,52	Porto Alegre do Norte	Port. 60/97 de 10/06/97	Pantanal	UUS
RPPN Rama	400,00	Água Boa	Port. 54/2	Ecótono Cerrado - Amazônico	UUS
RPPN Hotel Mirante	19,79	Chapada dos Guimarães	Port. 25/04	Cerrado	UUS
RPPN Estância Ecológica SESC Pantanal	87.871,44	Barão de Melgaço	Port. 71/97 Port. 151/98	Pantanal	UUS

Fonte: FEMA. Divisão de Unidades de Conservação, 2004. SEPLAN, 2003

UPI: Unidade de Proteção Integral

USS: Unidade de Uso Sustentável

**Quadro 6.3.114 - Unidades de Conservação Estaduais do Estado do Mato Grosso.**

<b>Lista das Unidades de Conservação Estaduais</b>					
<b>Categoria / Nome</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Municípios</b>	<b>Legislação</b>	<b>Bioma/Caracterização</b>	<b>Tipo</b>
Reserva Ecológica de Apiacás	100.000,00	Apiacás	Dec. 1.357 de 27/03/92	Amazônia	UPI
Reserva Ecológica de Culene	3.900,00	Paranatinga	Dec. 1.387 de 10/01/89		UPI
Estação Ecológica Rio da Casca I	3.329,00	Chapada dos Guimarães	Dec.- Lei. 6.437 de 27/05/94		UPI
Estação Ecológica Rio da Casca II	8.590,00	Chapada dos Guimarães	Dec.- Lei. 6.437 de 27/05/94		UPI
Estação Ecológica Rio Flor do Prado	8.517,00	Aripuanã	Dec. 2.124 de 09/12/03		UPI
Estação Ecológica do Rio Madeirinha	13.682,00	Colniza e Aripuanã	Dec. 1.799 de 04/11/97 Lei 7.163 de 23/08/99	Cerrado	UPI
Estação Ecológica do Rio Roosevelt	80.915,00	Colniza	Dec. 1.798 de 04/11/97 Lei 7.162 de 23/08/99	Amazônia	UPI
Estação Ecológica do Rio Ronuro	131.795,00	Nova Ubiratã	Dec. 2.207 de 23/04/98	Transição	UPI
Parque Estadual Serra de Santa Bárbara	120.092,11	Pontes e Lacerda e Porto Esperidião	Dec. 1.797 de 04/11/97 Lei 165 de 23/08/99	Cerrado - bioregião Amazônica e ecorregiões de Floresta Úmida de Mato Grosso/Rondônia, cerrado e Pantanal.	UPI
Parque Estadual Serra de Ricardo Franco	158.621	Vila Bela da Santíssima Trindade	Dec. 1.796 de 04/11/97	Transição	UPI
Parque Estadual do Cristalino	66.900,00	Alta Floresta e Novo Mundo	Dec. 1.471 de 09/06/00 Lei 7.518 de 28/09/01	Amazônia - floresta de terra firme, floresta estacional, de igapó, varjões, afloramentos rochosos e o Rio Cristalino	UPI
Parque Estadual do Cristalino II	118.000,00	Novo Mundo	Dec. 2.628 de 30/05/01	Amazônia	UPI
Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul	12.512,00	Nobres	Dec. 1.472 de 09/06/00 Lei 7.369 de 20/12/02		UPI
Parque Estadual da Serra Azul	11.002,00	Barra do Garças	Lei 6.439 de 31/05/94	Cerrado - sítios paleontológicos e arqueológicos. Única unidade de	UPI

Lista das Unidades de Conservação Estaduais					
Categoria / Nome	Área (ha)	Municípios	Legislação	Bioma/Caracterização	Tipo
				conservação no leste de MT.	
Parque Estadual de Águas Quentes	1.487,48	Santo Antônio Leverger	Dec. 1.240 de 13/01/78		UPI
Parque Estadual do Araguaia	230.000,00	Novo Santo Antônio	Lei 7.517 de 28/09/01	Cerrado	UPI
Parque Estadual Mãe Bonifácia	77,13	Cuiabá	Dec. 1.470 de 09/06/00		UPI
Parque Estadual Massairo Okamura	53,75	Cuiabá	Lei 7.506 de 21/09/01		UPI
Parque Estadual da Saúde	66,39	Cuiabá	Dec. 1.693 de 23/08/00		UPI
Parque Estadual do Xingu	95.024,84	Santa Cruz do Xingu	Dec.3.585 de 07/12/01		UPI
Parque Estadual Águas do Cuiabá	10.600,00	Nobres e Rosário Oeste	Dec. 4.444 de 10/06/02	Cerrado	UPI
Parque Estadual do Guirá	114.000,00	Cárceres	Lei 7.625 de 15/01/02		UPI
Parque Estadual do Tucumã	66.475,00	Colniza	Dec. 5.439 de 12/11/02	Amazônia	UPI
Parque Estadual Igarapés da Juruena	227.817,00	Colniza e Cotriguaçu	Dec. 5.438,00 de 12/11/02	Amazônia	UPI
Parque Estadual Dom Osório Stofell	6.421,69	Rondonópolis	Dec. 5.437 de 12/11/02		UPI
Parque Estadual Encontro das Águas	108.960,00	Poconé e Barão de Melgaço	Dec. 4881 de 22/12/04		UPI
Parque Estadual de Paranaíta		Paranaíta			UPI
Refúgio da Vida Silvestre Quelônios do Araguaia	60.000,00	Cocalinho	Dec. 7.520 de 28/09/01		UPI
Refúgio da Vida Silvestre Corixão da mata Azul	40.000,00	Novo Santo Antônio e Cocalinho	Lei 7.159 de 28/09/01		UPI
APA Chapada dos Guimarães	251.847,93	Cuibá, Chapada dos Guimarães, Campos Verde, Santo Antônio de Leverger	Dec. 0537 de 21/11/95. Lei 7804 de 05/12/02	Cerrado	UUS
APA Cabeceiras do Rio Cuiabá	473.410,60	Rosário Oeste, Nobres, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Nova Mutum	Dec. 2.206 de 23/04/98 Lei 7.161 de 23/08/99	Cerrado	UUS

<b>Lista das Unidades de Conservação Estaduais</b>					
<b>Categoria / Nome</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Municípios</b>	<b>Legislação</b>	<b>Bioma/Caracterização</b>	<b>Tipo</b>
APA Pé da Serra Azul	7.980,00	Barra do Garças	Lei 6.436 de 27/05/94	Cerrado	UUS
APA Salto Magessi	7.846,24	Santa Rita do Trivelato e Sorriso	Lei 7.871 de 20/12/02	Cerrado - cerrado arbóreo denso (cerradão) florestas abertas (matas ciliares) e 65% de campos cerrados.	UUS
APA do Rio da Casca	29.250,00	Chapada dos Guimarães	Dec.-Lei. 1356 e 1.357 de 27/05/94		UUS
Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt	57.630,00	Aripuanã e Colniza	Dec. 0952 de 19/06/96. Lei 7.164 de 23/08/99	Amazônia	UUS
Estrada Parque Transpantaneira	Trecho Poconé-Porto Jofre	Poconé	Dec. 1.028 de 26/07/96		UUS
Estrada Parque Chapada-Mirante	Rod. MT-251/Entr, Mt-351 trecho Cuiabá-Chapada/Mirante km 15	Cuiabá e Chapada dos Guimarães	Dec. 1.473 de 09/06/00		UUS
Estrada Parque Poconé-Porto Cercado	MT-370 Trecho Poconé-Porto Cercado	Poconé	Dec. 1.475 de 09/06/00		UUS
Estrada Parque Cachoeira da Fumaça	Entr. BR 364/MT-457 até Entr. MT-373	Jaciara	Lei 7.091 de 28/12/98		UUS
Estrada Parque Santo Antônio - Barão	Trecho Santo Antônio-Porto de Fora-Barão de Melgaço	Santo Antônio Leverger e Barão de Melgaço	Dec. 1.474 de 09/06/00		UUS
RPPN Vale do Sepotuba	1.104,54	Tangará da Serra	Port. 045/03 de 14/11/03		UUS
Distrito Agroecológico da Praia Rica	3.900,00	Chapada dos Guimarães	Dec.-Lei nº 4.895, de 25/8/85.		*

Fontes: FEMA. Divisão de Unidades de Conservação, 2004, e Cadastro Geral das Unidades de Conservação da SEMA.

UPI: Unidade de Proteção Integral

UUS: Unidade de Uso Sustentável

\* Unidade de Conservação não classificada segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação

Quadro 6.3.115 - Unidades de Conservação Municipais de Mato Grosso.

Categoria / Nome	Área (ha)	Municípios	Legislação	Tipo
Monumento Natural Confusão	100,00	Tesouro	Lei 262/02 de 26/08/2002	UPI
Monumento Natural Ponte de Pedra do Rio Correntes	100,00	Itiquira	Lei 488/03 de 04/07/2003	UPI
Monumento Natural Ponte de Pedra do Rio Itiquira	100,00	Itiquira	Lei 489/03 de 04/07/2003	UPI
Parque Municipal Jaciara (Bosque)	64,33	Jaciara	Dec.2033/99 de 19/10/1999	UPI
APA Cachoeira da Fumaça	708	Tesouro	Lei 237/01 de 16/11/2001	UUS
APA Córrego do Mato	7.448,00	Ponte Branca	Lei 288/01 de 21/11/2001	UUS
APA Córrego Gordura e Córrego Boiadeiro	8.285,20	Alto Araguaia	Lei 106/01	UUS
APA Morro Santa Luzia	2.805,00	Tesouro	Lei 235/01 de 26/11/2001	UUS
APA Arica-açú	73.195,46	Cuiabá	Lei 3.874/99 de 16/07/1999	UUS
APA Nascente do Araguaia	27.364,00	Alto Taquari	Lei 314/02 de 19/08/2002	UUS
APA Ninho das Águas (Cachoeira do Ribeirão da Laje e Cachoeira do Rio Taquari)	18.828,00	Alto Taquari	Lei 314/02 de 19/08/2002	UUS
APA Ribeirão Claro, Água Emendada, Paraíso e Rio Araguaína	103.940,00	Alto Araguaia	Lei 106/01	UUS
APA Ribeirão da Aldeia	4.881,00	Tesouro	Lei 236/01 de 26/11/2001	UUS
APA Ribeirão da Aldeia e Rio das Garças	42.410,00	Guiratinga	Lei 688/01 de 24/12/2001	UUS
APA Ribeirão do Sapo	15.451,62	Alto Taquari	Lei 314/02 de 19/08/2002	UUS
APA Ribeirão do Sapo e Rio Araguaia	30.682,00	Alto Araguaia	Lei 106/01	UUS
APA Ribeirãozinho e Alcantilado do Rio Araguaia	2.174,00	Ribeirãozinho	Port. 007/01 de 21/11/2001	UUS
APA Rio Araguaia, Córrego Rico, Couto Magalhães e Rio Araguaia	59.924,00	Alto Araguaia	Lei 1.318/01 de 29/11/2001	UUS
APA Rio Bandeira. Rio das Graças e Rio Taboca	34.807,00	Guiratinga	Lei 688/01 de 24/12/2001	UUS
APA Rio Dantas e Morro Verde	75.000,00	Tesouro	Lei 260/02 de 26/08/2002	UUS

<b>Categoria / Nome</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Municípios</b>	<b>Legislação</b>	<b>Tipo</b>
APA Rio das Garças e Furnas do Rio Batovi	96.000,00	Tesouro	Lei 261/02 de 26/08/2002	UUS
APA Serra das Araras	71.462,64	Nossa Senhora do Livramento	Lei 477/01 de 17/12/2001	UUS
APA Tadamira	9.015,00	Guiratinga	Lei 687/01 de 28/12/2001	UUS
APA Tanque do Fancho	4.979,00	Várzea Grande	Dec. 20/96 de 04/06/1996	UUS
APA do Pontal do Rio Itiquira com o Rio Correntes	200.000,00	Itiquira	Lei 483/03 de 04/07/03	UUS
Estação Biológica Nova Xavantina (Parque do Bacaba)	42,00	Nova Xavantina	Lei 652/95 de 27/12/1995	*
Parque Zoológico de Rondonópolis (Horto Florestal Isabel Dias Goulart)	17,31	Rondonópolis	Lei 1535/88 de 04/08/1988	*
Horto Florestal Toti Garcia	19,50	Cuiabá	Lei 004/92	*
Parque Natural Córrego Boiadeiro	214,8	Alto Araguaia	Lei 106/01 de 29/11/2001	*
Parque Natural Nascente do Taquari	118	Alto Taquari	Lei 314/02 de 19/08/02	*
Parque Natural do Residencial Alto do Boa Vista	9,34	Tangará da Serra	Lei 1756/01 de 23/05/2001	*
Parque Natural Celebra	50	Tesouro	Lei 259/02 de 26/08/2002	*
Parque Natural do Distrito de Progresso	0,97	Tangará da Serra	Lei 1756/01 de 23/05/2001	*
Parque Natural Ilto Ferreira Coutinho	11,77	Tangará da Serra	Lei 1756/01 de 23/05/2001	*
Parque Natural da Lagoa dos Veados	1.550,00	Alto Araguaia	Lei 106/01	*
Parque Natural do Rio Congonhas	220	Itiquira	Lei 488/03 de 04/07/2003	*
Parque Natural da Cachoeira do Ribeirão da Ponte de Pedra	50	Itiquira	Lei 485/03 de 04/07/2003	*
Parque Natural da Cachoeira do Roncador	60	Itiquira	Lei 486/03 de 04/07/2003	*
Parque Córrego do Lucas	353	Lucas do Rio Verde	Lei 644/99 de 10/11/1999	*
Parque Ambiental de Juína	12.000,36	Juína	Lei 060/01 de 23/05/2001	*
Parque das Araras	5,26	Pedra Preta	Lei 192/00 de 27/06/2000	*

<b>Categoria / Nome</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Municípios</b>	<b>Legislação</b>	<b>Tipo</b>
Parque Cabeceira do Coxipozinho	6,21	Chapada dos Guimarães	Lei 1,071/02 de 16/12/2002	*
Parque Florestal de Cláudia	20,97	Cláudia	Lei 266/96 de 16/12/1996	*
Parque do Rio Congonhas e Barra do Rio Itiquira	260	Itiquira	Lei 492/03 de 04/07/2003	*

### **Unidades de Conservação da Área de Influência**

Nas Áreas de Influência Direta e Indireta do trecho rodoviário da BR-158 em licenciamento não foram identificadas unidades de conservação existentes. Entretanto, na área de abrangência regional (AAR), observa-se a existência de cinco áreas de preservação (Figura 6.3.39). Dentre elas, a Unidade que está próxima do trecho da rodovia em questão é a Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Terra Nova, a qual, segundo o proprietário Carlos Alberto de Oliveira Guimarães, está localizada a 70 km da BR-158.

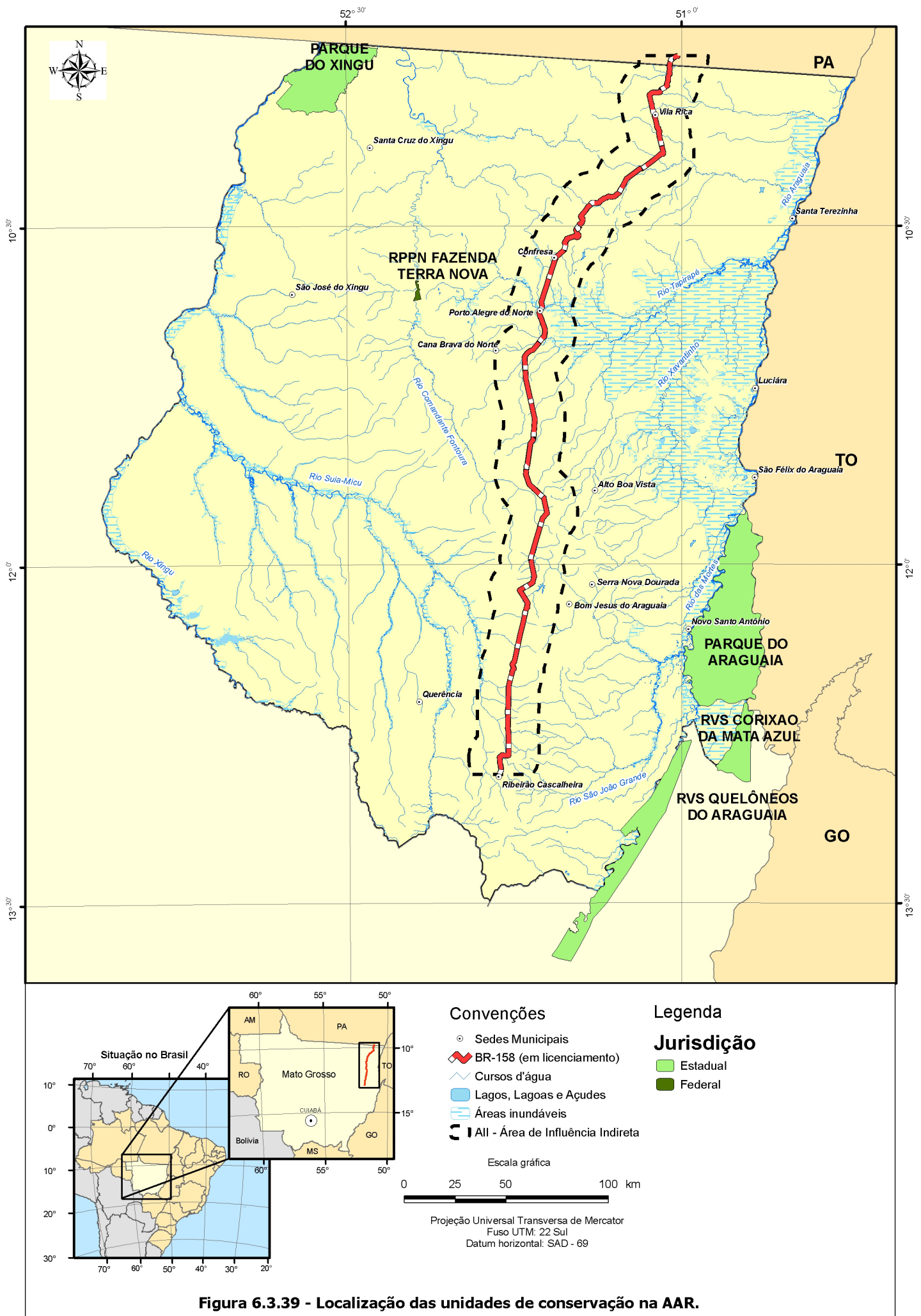


Figura 6.3.39 - Localização das unidades de conservação na AAR.



O Quadro 6.3.116 a seguir mostra que todas as unidades existentes na AAR têm como bioma predominante o Cerrado, sendo que a maioria deles encontra-se em Áreas de Tensão Ecológica. Além disso, a maioria das áreas protegidas é de proteção integral, (UPI), a única exceção é a RPPN Fazenda Terra Nova.

**Quadro 6.3.116 - Unidades de Conservação na AAR.**

<b>Categoria/Nome</b>	<b>Município</b>	<b>Bioma</b>	<b>Competência</b>	<b>Tipo</b>
RPPN Fazenda Terra Nova	Porto Alegre do Norte e São José do Xingu.	Cerrado	Federal	US
Refúgio da Vida Silvestre Quelônios do Araguaia	Cocalinho e Ribeirão Cascalheira	Cerrado	Estadual	UPI
Refúgio da Vida Silvestre Corixão da Mata Azul	Novo Santo Antônio e Cocalinho	Cerrado	Estadual	UPI
Parque Estadual do Araguaia	Novo Santo Antônio	Cerrado	Estadual	UPI
Parque Estadual do Xingu	Santa Cruz do Xingu	Cerrado	Estadual	UPI

A seguir são apresentadas as áreas protegidas encontradas na Área de Influência do empreendimento, com informações cedidas pelo IBAMA, pela SEMA e pela SEPLAN:

#### **Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Terra Nova**

Instrumento de criação: Portaria 07/93.

Área (ha): 1.542,50

Municípios abrangidos: Porto Alegre do Norte e São José do Xingu.

Bioma predominante: Cerrado.

Segundo o proprietário Carlos Alberto de Oliveira Guimarães, a RPPN Fazenda Terra Nova está localizada a 70 km do trecho da BR-158 em estudo, às margens do rio Comandante Fontoura, e se estende pelos municípios de São José do Xingu e Porto Alegre do Norte. O mesmo afirma que não foram realizados estudos sobre os aspectos físicos e biológicos da Reserva e que não foi detectado nenhum uso conflitante no entorno da Unidade.

#### **Refúgio da Vida Silvestre Quelônio do Araguaia:**

Instrumento de criação: Dec. 7.520 de 28/09/01

Área (ha): 60.000,00

Municípios abrangidos: Cocalinho e Ribeirão Cascalheira.

Bioma predominante: Cerrado.

Esta Unidade de Conservação foi criada a partir os trabalhos de conservação e manejo desenvolvidos pelo Projeto Quelônios da Amazônia (PQA). Desde 1984, junto ao Centro de Manejo e Conservação de Répteis e Anfíbios (RAN), o Projeto Quelônios realiza atividades de proteção e manejo no Rio das Mortes, o qual apresenta a maior incidência de desovas de tartaruga-da-amazônia de toda a região.

Situação atual: Esta unidade não possui o Plano de Manejo, nem conselho e a questão de proteção da unidade está a cargo do IBAMA, que desenvolve projetos na unidade.

### **Refúgio da Vida Silvestre Corixão da Mata Azul**

Instrumento de criação: Criado pela Lei nº 7.159, de 28 de setembro de 2001.

Área (ha): 40.000,00

Municípios abrangidos: Novo Santo Antônio e Cocalinho.

Bioma predominante: Cerrado.

O Refúgio Corixão da Mata Azul fica numa área de grande concentração de aves nativas e migratórias.

Os refúgio de vida silvestre são áreas que exigem medidas de proteção e manejo para garantir a reprodução de determinadas espécies da flora e fauna. No caso da fauna, podem ser animais que habitam a região ou a visitam apenas para se reproduzir (migratórias).

Situação Atual: A categoria de Reserva Ecológica permite a permanência de áreas particulares e a continuidade de práticas agrícolas e outras atividades econômicas dentro da Unidade, desde que se mantenham de acordo com as práticas de conservação do solo recomendadas pelos órgãos oficiais de extensão agrícola. Por esta razão, a Reserva não apresenta problemas fundiários com as áreas particulares ocupadas dentro dos limites da Reserva. Nesta Unidade de Conservação não foram realizados estudos ambientais, nem foi elaborado um Plano de Manejo.

Planejado: Elaboração e implantação do Plano de Manejo.

### **Parque Estadual do Araguaia**

Instrumento de criação: Lei nº 7.517 em 28 de setembro de 2001.

Área (ha): 230.000,00

Municípios abrangidos: Novo Santo Antônio.

Bioma predominante: Cerrado.

O principal objetivo da implantação deste Parque Estadual é “*garantir a proteção dos recursos hídricos, a movimentação das espécies da fauna nativa, preservando amostra representativa dos ecossistemas existentes na área e proporcionando oportunidades controladas para uso público, educação e pesquisa científica*”. Devido à sua importância para a preservação da fauna e da flora, a Unidade está incluída no Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA II).

Com a criação da Unidade, a antiga Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEMA) do Mato Grosso solicitou um diagnóstico rápido das áreas naturais presentes no Parque, a fim de subsidiar o seu Plano de Manejo. Os resultados deste estudo serviram de fonte para obter as informações que seguem sobre os aspectos físicos e biótico da Unidade de Conservação.

O Parque Estadual do Araguaia encontra-se no contexto da morfoestrutura dos sedimentos da Bacia do Araguaia, englobando a planície do Bananal e as planícies fluviais do Araguaia, estando sujeito a inundações sazonais entre os rios Rio das Mortes e Araguaia.

O clima da região do Parque Estadual do Araguaia é do tipo Tropical de Savana (Aw) segundo o sistema de Köppen (1948 descrito em VIANELLO & ALVES, 1991), com duas estações bem definidas: uma estação seca (entre abril e setembro) e uma chuvosa (entre outubro e março).

Os solos encontrados na área protegida caracterizam-se por serem do tipo Plintossolos. Localmente são encontrados areias quartzozas, solos minerais, não hidromórficos, de textura arenosa, muito profundos, pouco desenvolvidos, excessivamente drenados, formados por material arenoso. Apresentam baixa fertilidade natural (distróficos) e são fortemente a moderadamente ácidos.

O Parque apresenta em seus limites e, principalmente, em suas bordas, uma altíssima quantidade de recursos hídricos, a exemplo dos rios Araguaia e das Mortes. Além destes, tem-se também o córrego São Luís, o Corixo dos Bois, córrego Riozinho, Corixo de Maria Pereira e as lagoas do Nercílio, do Tapera, Comprida, Aririnha, Toilá, do Boi, Bonita, da Sucupira, Cocho, Joaninha, dentre outras, em virtude dos significativos índices pluviométricos, característicos do período chuvoso e do tipo de solo existente no local.

A vegetação do Parque Estadual do Araguaia pode ser considerada um mosaico entre formações tipicamente savânicas e florestais.

A fitofisionomia da região inclui vários tipos de formações savânicas como: Campo de Murundus, Cerrado *stricto sensu*, Campo Cerrado, Cerradão, manchas de matas secas e um complexo de habitats flúvio-lacustre. São ainda encontradas formações monodominantes de *Vochysia rufa* e *Tbouchina* sp. em campos úmidos, de *Byrsonima orbygniana* e *Vochysia divergens* nos campos inundáveis, e de palmeiras como a *Mauritiella* spp. nas Veredas.

A influência direta dos rios, seja pelo lençol freático superficial que mantém trechos permanentemente alagados ou por inundações temporárias nos trechos mais elevados, resulta em um complexo de fisionomias tipicamente florestais e diversas (Florestas Estacionais) e trechos sujeitos a perturbações naturais causadas pelo pulso de inundação, onde predominam espécies pioneiras (impuca, sarã, macega, jundu).

Estudos realizados nas áreas de entorno do Parque sugerem que a área é muito importante para a ictiofauna, atuando tanto como berçário como local de alimentação para a maioria das espécies de peixes que ocorrem no rio Araguaia e Rio das Mortes, além de seus afluentes de menor porte.

Porém, muitas espécies estão ameaçadas pesca predatória, a exemplo do Tucunará (*Cichla ocellaris* e *Cichla monoculus*), do Pirarucu (*Arapaima gigas*) e do Pirarara (*Phractocephalus hemiliopterus*).

Quanto às espécies de lagartos encontradas, a de maior interesse ecológico é a *Iguana iguana*, pois a mesma é muito exigente quanto a boa conservação das Matas de Galerias e Ciliares. E o lagarto de médio porte mais abundante no interior do Parque é o *Tropidurus torquatus*.

Já as serpentes têm um número bem reduzido de espécies, das cinco espécies registradas quatro são consideradas de hábitos arborícolas ou sub-arborícolas (*Corallus hortulanus*, *Chyronius flavolineatus*, *Leptodeira* cf. *anulatta* e *Phylodrias* sp.).

Na Unidade e no seu entorno são encontradas duas espécies de jacarés: *Caiman crocodilus* (Jararé-tinga) e o *Melanosuchos niger* (Jacaré-açu).

São registradas também duas espécies de tartarugas na área do Parque, a tartaruga-da-amazônia e a tracajá (*Podocnemis expansa* e *P. unifillis*, respectivamente).

Os dados sobre a mastofauna indicam que na região ocorrem espécies de formações abertas, como o tatu-peba, registrado no parque de cerrado, as de formações fechadas como o bugio, registrado na mata ciliar, e as que se adaptam aos dois tipos de ambiente, como a anta e o cateto.

O tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), o cervo do pantanal (*Blastoceros dichotomus*), o lobo guará (*Chrysocyon brachyurus*) e a jaguatirica (*Leopardus pardalis*), são espécies que registradas na área, e que estão incluídas na lista de espécies ameaçadas de extinção (FONSECA, 1994). O tatu canastra e a ariranha (*Priodontes maximus* e *Pteronura brasiliensis* respectivamente) foram detectados com raridade.

Situação Atual: De acordo com informações da Coordenação de Unidades de Conservação da SEMA, o Plano de Manejo está em fase de finalização, visto que o prazo máximo para a elaboração do mesmo vence no ano corrente.

A principal preocupação atual da SEMA em relação à esta Unidade de Conservação é a regularização fundiária das áreas particulares existentes dentro dos limites do Parque, processo este que já está em andamento.

Para fins de organização e fiscalização do Parque Estadual, foram nomeados um Gerente, Chefe da Unidade, e um auxiliar, Agente Ambiental. Porém, faz-se necessário o envolvimento de mais pessoas para fiscalizar o território da Unidade, visto que a região é periodicamente visitada por comitivas de pescadores originários de outras regiões, que exploram, através da pesca predatória, os diversos lagos e córregos do Parque.

Outro problema identificado nos limites da Unidade é a situação das tartarugas, que alvos de caças tanto de moradores locais (para subsistência), Índios Carajás (subsistência e comércio), e turistas (consumo desordenado).

Planejado: Implantação do Plano de Manejo e implementação do Conselho Consultivo.

### **Parque Estadual do Xingu**

Instrumento de criação: Dec. 3.585 de 07/12/01

Área (ha): 95.024,84

Municípios abrangidos: Santa Cruz do Xingu.

Bioma predominante: Cerrado.

Situação atual: Foram realizados no Parque estudos para mapeamento de Áreas Prioritárias para a Conservação - PROBIO, onde região foi considerada como de utilização sustentável e repartição de benefício da biodiversidade brasileira. Este estudo também observa que o Parque está no entorno das áreas identificadas como extremamente alta para a proteção ambiental.

Também o Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico de Mato Grosso, de 1990, insere o Parque Estadual nas áreas consideradas como de interesse a manutenção e/ou melhoria de seu estado de conservação e/ou que possuem fragilidade específicas e/ou que destinam a contenção da pressão antrópica sobre as zonas de uso restrito, terras indígenas ou unidades de conservação.

Além disso, esta Unidade também é classificada como alto nível de relevância, em um estudo das regiões biologicamente mais ricas e das ecorregiões terrestres mais ameaçadas do planeta ("hotspots").

Dentre os aspectos preocupantes a cerca da Unidade de Conservação em tela, destaca-se um assentamento do INCRA, que está instalado no entorno da Unidade, além da recente

abertura de uma área de fronteira agrícola, que gerou no ano de 2003 uma redução da área da Unidade.

O Parque não possui Conselho, e o Plano de manejo, em elaboração, está previsto para 2007.

Situação fundiária: existem problemas fundiários na Unidade.

Planejado: É prevista a inclusão da Unidade no Programa ARPA, para que se possa realizar uma Avaliação Ecológica Rápido (ERA), terminar o Plano de Manejo, incluindo a área de entorno e elaborar uma sistemática para a execução de Regularização Fundiária.

### **Considerações Finais**

As unidades de conservação representam, indubitavelmente, instrumentos essenciais para a conservação, uso sustentável e distribuição eqüitativa dos benefícios proporcionados pela biodiversidade brasileira. Sua principal fonte de recursos está nos programas de empréstimo e cooperação internacional e nos significativos recursos destinados pela União. Outro instrumento de financiamento é o mecanismo de compensação ambiental, outrora mencionado.

A Compensação ambiental tem como finalidade amenizar os impactos negativos e sem mitigação dos recursos naturais causados por empreendimentos de médio e grande porte. Conforme anteriormente mencionado, a Resolução 02/96 do CONAMA estabelece que a Compensação ambiental pode ser realizada através da implantação de uma unidade de conservação ou por meio da aplicação do benefício em unidades de conservação públicas pré-existentes.

No caso em tela, a consolidação do diagnóstico ambiental, em conjunto com a análise de imagens de satélite, permitiu identificar testemunhos da transição biogeográfica entre os biomas Cerrado e Amazônia, importantes por apresentarem alta diversidade biológica, que deverão ser interceptados pelo trecho sob licenciamento da BR-158. Além disso, espera-se também uma intensificação do desmatamento com a pavimentação da rodovia. Por estas razões, optou-se pela recomendação da criação de uma ou mais unidades de conservação de proteção integral e/ou de uso sustentável, de forma que possibilite a preservação de uma faixa de gradiente de transição entre cerrados e florestas sob influência amazônica.

Com este intuito, durante a fase de diagnóstico ambiental foram identificadas nove áreas como indicações para a criação de unidades de conservação de proteção integral (Figura 6.3.40). São elas: área de cerrado bem conservado no limite sul da AII, em Ribeirão Cascalheira (5.044 ha); corredor de transição Cerrado/Mata do Xingu, ao sul de Campina do Araguaia (88.773 ha); área de formação homogênea de palmeiras (2.098 ha); uma grande área no entorno da TI Maraiwatsede (49.039 ha); veredas bem conservadas do rio Piraguaçu, na divisa entre Cana Brava do Norte e Porto Alegre do Norte (28.496 ha);

concentração de avifauna similar à ilha do Bananal, no município de Porto Alegre do Norte (5.305 ha); área com mata da fazenda Gameleira, no município de Confresa (9.931 ha); pequena faixa de área úmida bem conservada ao norte de Vila Veranópolis (1.966 ha); e uma faixa de mata ciliar de Crisóstomo, com concentração de fauna, no norte da AII (5.601 ha).

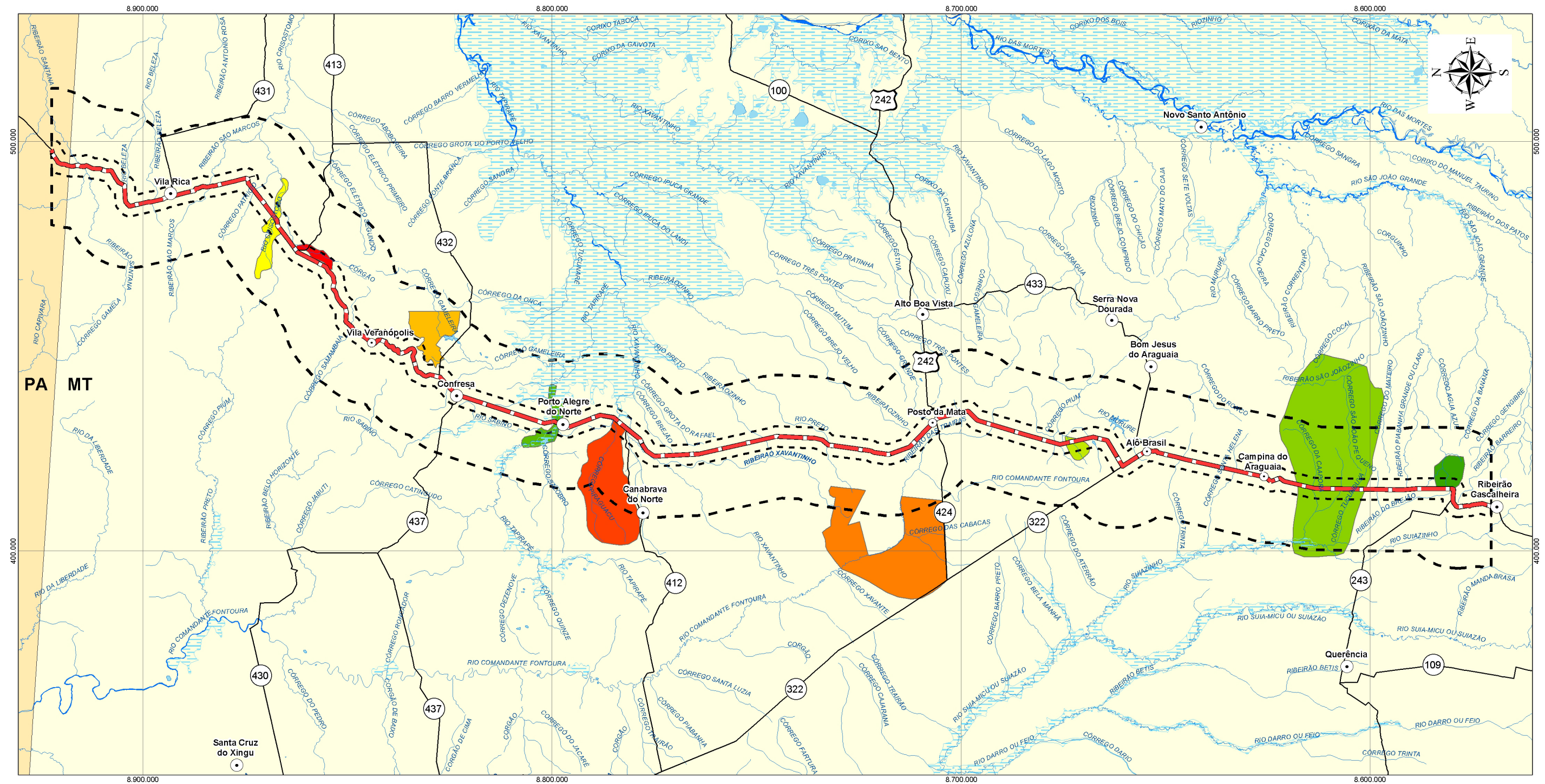
Para a escolha das áreas a serem convertidas em unidades de conservação na região, deverá se observar as áreas que representam os ecossistemas regionais a serem afetados direta ou indiretamente pelo empreendimento e a proteção de alvos prioritários e/ou insubstituíveis da biodiversidade, em particular as espécies da fauna e flora endêmicas do interflúvio Xingu-Araguaia (FONSECA & SILVA, 2005). Também deverão ser privilegiadas áreas com grande concentração de espécies da fauna e flora e corredores de vegetação que ainda assinalem a transição entre o Cerrado e a Amazônia na região.

Considerando-se esses critérios, a área mais significativa, dentre as selecionadas, é aquela formada pelo conjunto de remanescentes que inclui a Fazenda Furnas, as matas ciliares dos córregos Três Marias e Tucunduva e as matas preservadas ao longo do ribeirão do Brejão, em Ribeirão Cascalheira, com 88.773 hectares.

Com relação ao tamanho da unidade de conservação a ser criada, para a região da Amazônia, é recomendada a proteção de áreas tão grandes quanto possível. No entanto, na Área de Influência do empreendimento, o grau de fragmentação da paisagem constitui um fator limitante para que sejam estabelecidas áreas de conservação muito grandes. A solução sugerida seria justapor unidades de conservação de proteção integral a terras indígenas ou a outras áreas protegidas. No caso em tela, para que sejam atingidos os objetivos de conservação propostos, é recomendável a criação de outras unidades de conservação de com tamanho na faixa de 100.000-500.000 ha.

Cabe mencionar a ação do Programa 'Y Ikatu Xingu, sob coordenação do Instituto Sócio-Ambiental, em parceria com a Embrapa, Unemat (Universidade do Estado de Mato Grosso), Fundo Setorial do Agronegócio, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), em iniciativas voltadas à proteção e recuperação das nascentes e as matas ciliares do rio Xingu. A implantação de áreas protegidas em consonância com as diretrizes desse programa aumentará a eficiência das estratégias de conservação para a região.

A justaposição de unidades de conservação de uso sustentável, como florestas nacionais e reservas extrativistas, e estas a terras indígenas e áreas de reserva legal, possibilitará uma maior efetividade dessas áreas protegidas.



### Legenda

- Cerrado bem conservado no limite sul da AII
- Conc. de avifauna similar a ilha do Bananal
- Corredor transição Cerrado/Mata do Xingu
- Formação homogênea de palmeiras
- M. ciliar do Crisóstomo - concentração de fauna
- Mata da Faz. Gameleira
- Matas do entorno da TI Maraiwatsede
- Veredas bem conservadas do rio Piraguaçu
- Área úmida bem conservada

### Convenções

- Sedes Municipais
- Localidades
- BR-158 (em licenciamento)
- Demais Rodovias
- Cursos d'água
- Lagos, Lagoas e Açudes
- Áreas inundáveis
- AID - Área de Influência Direta
- AII - Área de Influência Indireta

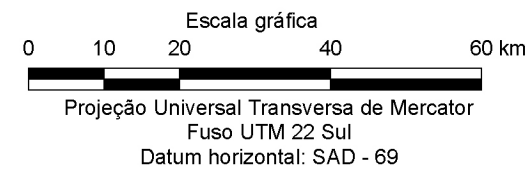


Figura 6.3.40 - Áreas para criação de unidades de conservação.



